

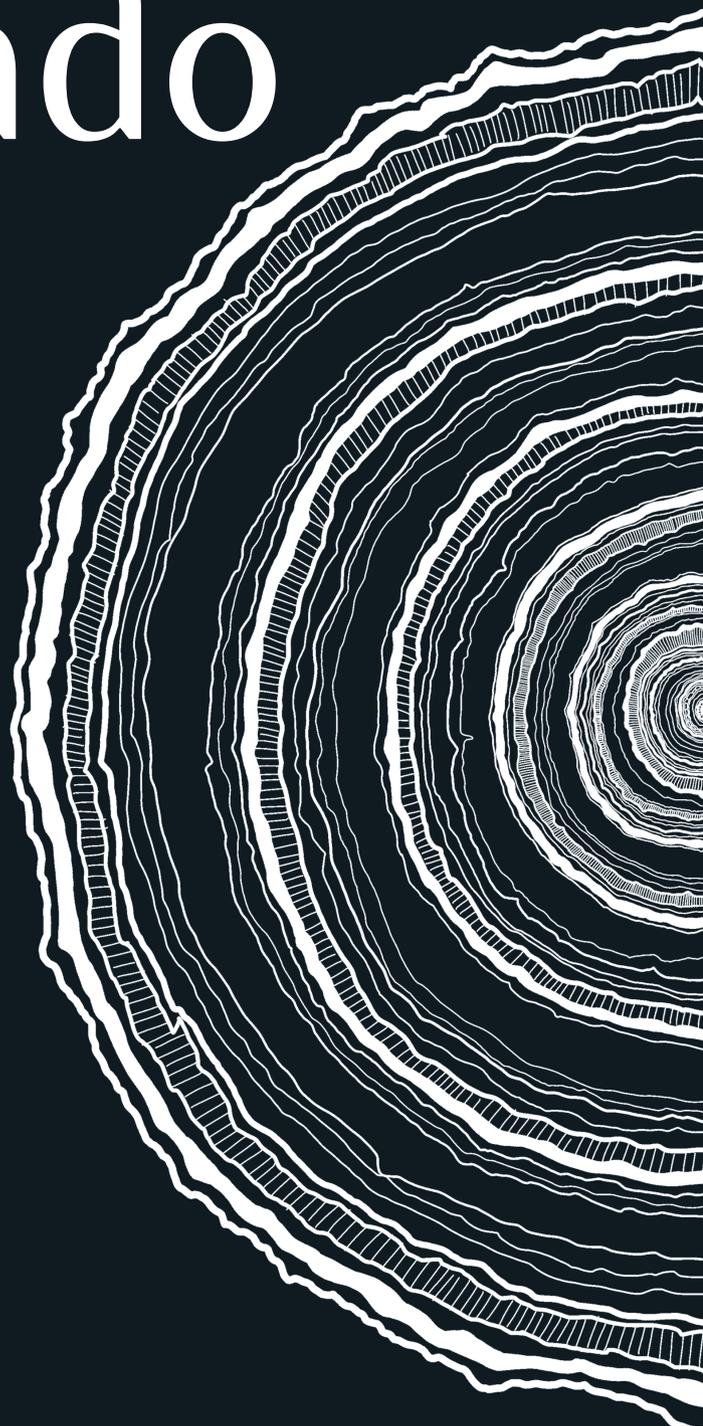
Associação Comercial e Empresarial de Maringá

A solidez de um legado

Miguel Fernando Perez Silva
Dirceu Herrero Gomes



sinergia



A solidez de
um legado



ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE MARINGÁ (ACIM)

CNPJ nº 79.129.532/0001-83
Rua Basílio Sautchuk, 388 - Centro
CEP 87013-190
Maringá - PR

Fone: 0800-600-9595 | (44) 3025-9595

www.acim.com.br

ACIM na Web



<https://www.facebook.com/acimmaringa>



<https://twitter.com/acimvirtual>

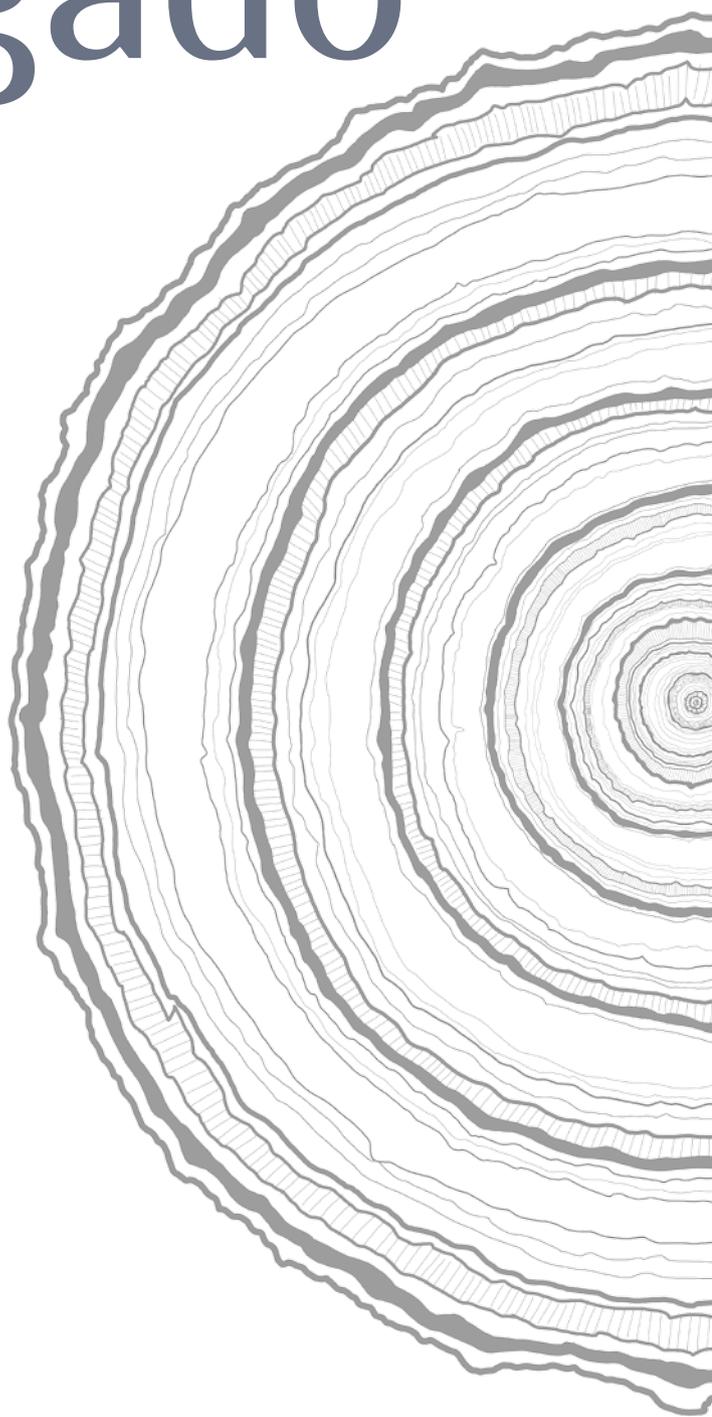


<https://www.youtube.com/user/acimvirtual>

Associação Comercial e Empresarial de Maringá

A solidez de um legado

Miguel Fernando Perez Silva
Dirceu Herrero Gomes



Copyright © 2016 para os autores
Miguel Fernando Perez Silva e Dirceu Herrero Gomes

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução, mesmo que parcialmente, por qualquer processo mecânico, eletrônico, reprográfico etc, sem a autorização, por escrito, dos autores.

Agradecimentos:

A toda a equipe da ACIM. Em especial aos gestores João Paulo da Silva, Helmer Romero, Dione Zironi e Jociani Pizzi. Aos membros da diretoria, Marco Tadeu Barbosa, José Carlos Barbieri, Michel Felipe Soares, José Carlos Valêncio, entre todos os que auxiliaram neste trabalho. A Textual Comunicação e à Andréa Trageta, por auxiliarem na busca de documentos mais recentes. A UniCesumar, que possibilitou a digitalização em vídeo de todo o acervo da entidade. A Universidade Estadual de Maringá, por possibilitar o constante fomento à produção acadêmica sobre a história local e regional, sendo grande fonte de referência para este trabalho. Ao projeto Maringá Histórica, por disponibilizar acervos históricos de modo prático na internet.

Fotos e documentos: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM, Acervo Maringá Histórica, Museu Bacia do Paraná/UEM, Museu UniCesumar, Gerência de Patrimônio Histórico/Secretaria Municipal de Cultura de Maringá, Biblioteca Municipal Bento Munhoz da Rocha Neto, O Diário do Norte do Paraná, Folha de Londrina, Folha de S. Paulo, Gazeta do Povo e Pólen Imagens.

Coordenação do Projeto: Miguel Fernando Perez Silva

Pesquisa e Conteúdo: Dirceu Herrero Gomes e Miguel Fernando Perez Silva

Revisão Histórica: Prof. Dr. Reginaldo Benedito Dias

Adendos Econômicos: João Ricardo Tonin

Revisão Ortográfica e Gramatical: José Flauzino Alves

Editor e Produtor Editorial: Carlos Alexandre Venancio

Colaboração: Gabriela Carneiro Pereira / Isabela Panizza Costa / Victória Gava Ferraz

Capa/Ilustração: Sinergia Editorial / Cibele Santos

Tratamento de Imagens e Gráficos: Andrés Sebastian Pereira de Jesus

Bibliotecária: Simone Rafael – CRB 9/1356

Tiragem: 3.000 exemplares

Impressão: Gráfica Midiograf / Londrina-PR

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586a Silva, Miguel Fernando Perez
ACIM: a solidez de um legado / Miguel Fernando Perez Silva; Dirceu Herrero Gomes. – Maringá : Ed. Carlos Alexandre Venancio, 2016.
448 p. : il.

ISBN 978-85-920835-0-2

1. ACIM – História. 2. Empresariado – Maringá – História. I. Gomes, Dirceu Herrero. II. Título.

CDD 22 ed. 380.098162



SINERGIA Editorial

Produção editorial de livros impressos e e-books

Rua Pioneira Ana Cordeiro Dias, 820A –

Maringá/PR – 87023-100

44 3028-8840 / 44 9117-9134 – cavenancio@gmail.com

X APRESENTAÇÃO

XII PREFÁCIO

DÉCADA DE 1940

15 RECORDES QUE A ANTECEDERAM: DE UM PERÍODO ANTERIOR À MUNICIPALIZAÇÃO DE MARINGÁ

- 40 *Maringá nasce oficialmente*
- 47 *Inauguração do Aeroclube de Maringá*

DÉCADA DE 1950

53 A FASE DA CONSOLIDAÇÃO DE MARINGÁ

- 60 *Forças políticas em rota de colisão*
- 61 *Primeiras eleições de Maringá*
- 64 *Hospital e Maternidade São José*
- 65 *Outras igrejas são instaladas em Maringá*
- 67 *Surge o Rotary Club de Maringá*
- 68 *A gestão pública local ganha forma*

70 AMÉRICO MARQUES DIAS - GESTÕES 1953-1957

- 70 *O associativismo acima de interesses políticos*
- 72 *Ivens Lagoano Pacheco*
- 74 *Ata da fundação da ACIM*
- 76 *Bento Munhoz presente no 6º aniversário de Maringá*
- 79 *As geadas dos anos 1950*
- 80 *Alguns estabelecimentos bancários da década de 1950*
- 84 *Imagem Peregrina de Nossa Senhora de Fátima*
- 85 *Crise interna na ACIM*
- 87 *Estação Ferroviária de Maringá*
- 91 *Lions Clube de Maringá*
- 92 *Grande Hotel Maringá*
- 94 *Última gestão de Américo Marques Dias*
- 96 *A Diocese de Maringá*
- 97 *Dois pesos e duas medidas*
- 97 *Criação da Associação dos Hoteleiros e Similares de Maringá*
- 98 *Primeiro ato de uma tragédia anunciada*
- 99 *Napoleão parte antes da hora*
- 99 *Dez anos de Maringá*

100 MURILO MACEDO - GESTÃO 1957-1958

- 100 *Bate-Chapa*

102 ALFREDO MOISÉS MALUF

- 103 *Aspectos do Posto Santo Antônio, de Alfredo Moisés Maluf*

104 ODWALDO BUENO NETTO - GESTÃO 1958-1959

- 105 *Marcha da Produção, 1958*

106 ERMELINDO BOLFER

- 107 *O pitoresco Américo Dias Ferraz*

DÉCADA DE 1960

111 A POLÍTICA AINDA GERA EMBATES

117 VICTOR IVO ASSMANN - GESTÃO 1960-1961

118 *A força de uma fênix: Associação Comercial e sua reorganização*

121 MANOEL MÁRIO DE ARAÚJO PISMEL - 1961-1962

121 *Pismel Maringá S.A.*

122 *Enfim, a reestruturação interna*

125 *Confronto*

125 *Acidentes constantes nas passagens de nível de Maringá*

129 *Enfim, ACIM*

130 *Polo aglutinador das Associações Comerciais do interior do Paraná*

131 *O verbo "nós"*

132 *O início efetivo da SANBRA em Maringá*

133 *Companhia de Desenvolvimento de Maringá (Codemar)*

134 EMÍLIO GERMANI - GESTÃO 1962-1964

137 *Nasce a Cooperativa dos Cafeicultores de Maringá (Cocamar)*

137 *Moinho de Trigo Maringá*

138 *A ACIM participa de outras frentes*

139 *Avanços nas telecomunicações*

142 *1964: quando as peças se inverteram*

144 MANOEL MÁRIO DE ARAÚJO PISMEL - GESTÃO 1964-1966

145 *Pedra Fundamental da Sede*

147 *JP faz seu sucessor: Luiz Moreira de Carvalho, eleições de 1964*

149 *Cine Horizonte*

151 JOÃO DE FARIA PIOLI - GESTÃO 1966-1968

153 *Rodolfo Purpur*

155 *Criação da Câmara Júnior de Maringá (Cajumar)*

157 *Purpur na política e na UEM*

158 ERMELINDO BOLFER - GESTÃO 1968-1970

159 *Joaquim Dutra*

162 *Universidade Estadual de Maringá*

DÉCADA DE 1970

167 A INDUSTRIALIZAÇÃO SE INTENSIFICA EM MARINGÁ

170 *Maringá ganha traços de uma jovem metrópole*

171 UBIRAJARA DE ARAÚJO PISMEL - GESTÃO 1970-1972

173 *Codemar*

174 *Parque do Ingá*

175 *Governador de Maringá em xeque*

176 ERMELINDO BOLFER - GESTÃO 1972-1974

177 *O parque de exposições e a Expoingá*

179 *A representação política do início dos anos 1970*

179 *Anúncios da ACIM na década de 1970*

180 *Catedral Nossa Senhora da Glória: a obra arquitetônica de maior referência é concluída*

184 LUIZ JÚLIO BERTIN - GESTÃO 1974-1976

186 *Inauguração das ampliações da sede da ACIM*

188 *XVIII reunião plenária da Federação das Associações Comerciais do Paraná*

189 *Herbert Mayer*

192 *Década de 1970: departamento do Serviço de Proteção ao Crédito da ACIM*

194 *Geadas negras*

196 ÁLVARO MIRANDA FERNANDES - GESTÃO 1976-1978

- 197 *Paulo Jeremias da Silva*
- 197 *João Paulino outra vez*
- 198 *Maringá-Kakogawa*

201 SIDNEY MENEGUETTI - GESTÃO 1978-1980

- 204 *70º aniversário da Imigração Japonesa no Brasil*
- 205 *Maringá: ontem, hoje e amanhã*
- 206 *Seminário sobre a industrialização*
- 208 *1979: defesa da industrialização de Maringá*
- 209 *Maringá industrial*

DÉCADA DE 1980

211 A DEMOCRACIA E AS CRISES ECONÔMICAS

- 214 *1980: a população de Maringá*

215 JOSUAN PIASSI MORAES - GESTÃO 1980-1981

- 216 *O comércio em transição*
- 217 *Atair Niero*
- 218 *O fim do milagre econômico*
- 222 *Reconhecimento: Comerciante do Ano*

223 RAYMUNDO DO PRADO VERMELHO - GESTÃO 1982-1984

- 227 *Murilo Macedo x Lula*
- 228 *Eleições municipais de 1982*
- 231 *Novas instalações da ACIM*
- 232 *Conselho Comunitário de Segurança (Conseg Maringá)*

234 FERNANDO HENRIQUES - GESTÃO 1984-1986

- 235 *Coordenadoria das Associações Comerciais (Cacinor)*
- 236 *O avanço da construção civil em Maringá*
- 237 *Conselho Permanente da Mulher Empresária*
- 239 *Agora, Revista da Associação Comercial e Industrial de Maringá*

240 ALCIDES SIQUEIRA GOMES - GESTÃO 1986-1988

- 242 *Registros em vídeo da posse de Alcides Siqueira Gomes*

248 CARLOS MAMORU AJITA - GESTÃO 1988-1990

- 249 *Registros da posse de Carlos Ajita*
- 252 *Ricardo Barros: o mais jovem prefeito de Maringá*
- 253 *Projeto Ágora e o Novo Centro de Maringá*
- 256 *Interior da ACIM em setembro de 1988*

259 ADENDO ECONÔMICO

DÉCADA DE 1990

265 TEMPO DE REPENSAR O FUTURO

269 FERNANDO HENRIQUES - GESTÃO 1990-1992

- 271 *A representação política local em 1990*
- 272 *Nasce a primeira instituição privada de ensino superior*
- 273 *Abertura do comércio*
- 274 *Polêmica e contestação sobre o IPTU: antigas divergências, novos confrontos*
- 275 *Copejem*
- 276 *Lukas na Revista ACIM*

278 MASSAO TSUKADA - GESTÃO 1992-1994

- 281 *Nasce a Feira Ponta de Estoque*
- 282 *Radiografia de Maringá*
- 283 *Eleições municipais de 1992*
- 284 *Comércio Exterior*

SUMÁRIO

285 40 anos de ACIM

286 Subsele da ACIM

288 PEDRO GRANADO MARTINES - GESTÃO 1994-1996

290 *A precariedade das rodovias do Paraná*

292 *Viaduto do Café*

293 *O Plano agora era Real*

294 *Câmara Setorial do Ramo Hoteleiro, de Restaurantes, Buffets e Atividades Afins*

296 HÉLIO EDYS DELMUTTI COSTA CURTA - GESTÃO 1996-1998

299 *A renovação do Executivo local e seu revés insuperável*

300 *Movimento Repensando Maringá*

306 JEFFERSON NOGAROLI - GESTÃO 1998-2000

311 *Faciap*

311 *O hiato da Revista ACIM*

311 *Conselho do Comércio*

312 *É dada a largada para a nova sede enquanto nasce a Cooperativa de Crédito*

313 *Prêmio Empresário do Ano*

314 *O Sonho do Natal do Milênio*

316 ADENDO ECONÔMICO

ANOS 2000

321 O NOVO MILÊNIO

324 JEFFERSON NOGAROLI - GESTÃO 2000-2002

327 *Programa Empreender*

328 *A primeira eleição com 2º turno na história de Maringá*

331 *Preservando a memória*

334 *Nova sede da ACIM*

335 ARIIVALDO COSTA PAULO - GESTÃO 2002-2004

340 *Plano de Segurança Pública*

341 *PROE*

342 *Cenário político estadual e nacional*

343 *ACIM - meio século de grandes conquistas*

344 *Comenda Américo Marques Dias*

345 *Morre o prefeito de Maringá*

346 *Nasce a SER*

346 *Copejem*

347 *Prêmio ACIM Mulher*

248 ARIIVALDO COSTA PAULO - GESTÃO 2004-2006

352 *Eleições municipais de 2004*

356 *ACIM Mulher*

357 *Copejem*

357 *Responsabilidade Social e Cidadania*

358 *ACIM: 53 anos de histórias*

359 *Economia*

361 CARLOS ALBERTO TAVARES CARDOSO - GESTÃO 2006-2008

364 *Personalidades*

364 *Demandas da comunidade aos candidatos*

365 *Feira Festas e Noivas*

365 *Maringaenses de destaque*

367 *ACIM Mulher*

368 *Copejem*

368 *Prêmio Jovem Empreendedor*

369 ADILSON EMIR SANTOS - GESTÃO 2008-2010

371 *Eleições municipais de 2008*

- 375 *O adeus a Fermenton*
- 375 *56 anos da ACIM*
- 376 *Copejem*
- 376 *ACIM Mulher*

378 ADENDO ECONÔMICO

2010-2016

385 NOVOS HORIZONTES ECONÔMICOS E ÉTICOS. DESAFIOS RENOVADOS

390 ADILSON EMIR SANTOS - GESTÃO 2010-2012

- 393 *2010: Dilma em Brasília e Richa no Paraná*
- 396 *ACIM 58 anos*
- 398 *Um apoio para a Cultura regional*
- 399 *ACIM Mulher*
- 399 *Copejem*
- 400 *Novas instalações da ACIM*

401 MARCO TADEU BARBOSA - GESTÃO 2012-2014

- 405 *Eleições municipais de 2012*
- 407 *Fomento Paraná*
- 407 *Combate à Dengue*
- 408 *Congresso do Empreendedor*
- 409 *Mudanças na artéria urbana de Maringá*
- 410 *Eleições de 2014*
- 411 *Copejem*
- 411 *Conselho da Mulher*
- 411 *Negócios e perspectivas em comércio exterior*

412 MARCO TADEU BARBOSA - GESTÃO 2014-2016

- 414 *Presságio na ACIM durante a corrida presidencial*
- 416 *Manutenção do número de vereadores na Câmara Municipal*
- 418 *Passado e futuro no Armazém Digital*
- 419 *Eurogarden, um sonho de projeto*
- 422 *Feira Ponta de Estoque*
- 423 *Feira Festas e Noivas*
- 424 *Reconhecimento ao Observatório Social de Maringá*
- 425 *Comércio exterior*
- 426 *ACIM Mulher*
- 426 *Copejem*
- 427 *Ministros na ACIM*
- 428 *Brasil que honra o Brasil*

430 ADENDO ECONÔMICO

433 POSFÁCIO - BASES SÓLIDAS

ANEXOS

435 PRÊMIOS ACIM EM VIGÊNCIA

- 436 *Comenda Américo Marques Dias*
- 437 *Empresário do Ano*
- 440 *Prêmio ACIM Mulher*
- 442 *Prêmio Jovem Empreendedor*

443 REFERÊNCIAS

445 OS AUTORES

APRESENTAÇÃO

Uma história que ensina e emociona

*A história é testemunha do passado, luz da
verdade, vida da memória, mestra da vida,
anunciadora dos tempos antigos.*

Marcus Cícero, filósofo



Marco Tadeu Barbosa

*Presidente da ACIM
Gestões 2012-2014 / 2014-2016*

“O Sonho se Faz ACIM”. Faço questão de começar esta apresentação citando o excelente livro lançado em 2006, na gestão de Ariovaldo Costa Paulo. Durante oito anos, tivemos a honra de presentear nossos mais ilustres visitantes com aquela obra. Porém, nossos exemplares chegaram ao fim e nos propusemos a escrever novamente nossa história. Dessa vez, traçando um paralelo entre as ações da ACIM e o desenvolvimento de Maringá.

Temos instituições importantes na cidade e que muito contribuíram, com seus projetos e ações, para o progresso regional. Mas, não há como negar o papel decisivo da ACIM e dos seus representantes na estruturação da Maringá das primeiras décadas, da busca de alternativas para o setor produtivo, da liderança no comando da sociedade organizada quando se fez necessário repensar os caminhos trilhados e de propor projetos de futuro.

Como associado da ACIM, me sinto orgulhoso de pertencer a essa história. Considero fundamental que os mais de quatro mil empresários e profissionais liberais que integram nossos cadastros também a conheçam. Que saibam que, além de desfrutar de produtos e serviços, eles também colaboram para a manutenção da qualidade de vida de Maringá e para a geração de projetos que nos levam ao desenvolvimento econômico sustentável.

Quem sabe, de forma altruísta, uma parcela desses associados queira, como fizeram centenas de diretores que passaram pela entidade, dar sua colaboração voluntária atuando nos conselhos da Associação. É fundamental também que a comunidade conheça nossa história. Que nossos jovens reconheçam e se espelhem no entusiasmo e na coragem dos nossos líderes, que nunca esmoreceram diante das dificuldades e sempre lutaram na defesa dos interesses de nossa cidade.

Todo esse trabalho tornou a ACIM reconhecida não só em Maringá e no Paraná, mas em todo o Brasil. Esse prestígio é baseado em uma história alicerçada em pilares resistentes, graças a

empreendedores visionários e a colaboradores valorosos.

Gostaria de citar nomes. Mas, são tantos, que eu faria injustiças. Aliás, nem mesmo ao longo das centenas de páginas deste livro foi possível citar o trabalho desenvolvido por todos os voluntários que atuaram em nossas diretorias e conselhos. Peço que compreendam.

O livro, contado por décadas, mostra a interface de trabalho da ACIM junto a outras instituições, públicas ou privadas, nas mais diferentes esferas, seja na política, educação, meio ambiente, responsabilidade social e fiscal, cidadania e cultura, entre outras. Fato possível porque a Associação é aberta a todos os setores da sociedade, além de sempre poder contar com diretorias formadas por homens e mulheres com visão sistêmica, de vanguarda, proativos e com foco no futuro.

Os pesquisadores que assinam “A solidez de um legado”, Dirceu Herrero e Miguel Fernando, se debruçaram sobre atas, livros antigos e recentes sobre a história de Maringá, um sem número de edições de jornais da cidade, edições da Revista ACIM e revisitaram as entrevistas do projeto “ACIM faz história”, coletadas para a publicação da obra “O sonho se faz ACIM”.

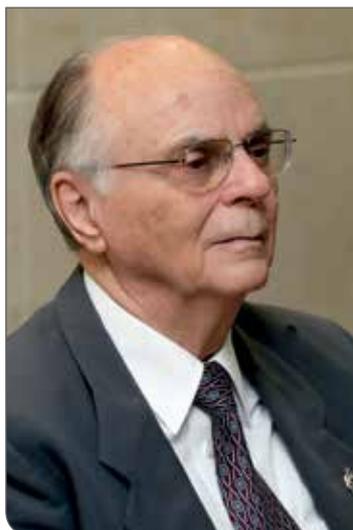
O livro é rico em fotografias, algumas raras, não apenas das gestões da ACIM e dos principais e grandes projetos que a entidade executou ou teve participação ativa, mas também dos momentos mais importantes de nossa cidade.

Em nome da ACIM e dos pesquisadores, agradeço as informações e materiais preciosos disponibilizados pelas famílias de pioneiros, por historiadores, professores e outros profissionais que tiveram a grandeza de ‘emprestar’ seus conhecimentos para a construção deste livro. E agradeço principalmente aqueles que ajudaram a construir a história da nossa Associação e todos que me antecederam neste cargo. Sinto-me honrado por ver este precioso registro histórico ser concluído em minha gestão.

Boa leitura.

PREFÁCIO

“A ACIM gerou um polo de inteligência (...)”.



Manoel Mário de Araújo Pismel

Foi presidente da ACIM por duas gestões (1961-1962 / 1964-1966) e, até a data do lançamento deste livro, é o membro da diretoria mais antigo ainda em atividade.

Esse livro é apenas um pequeno registro de todas as manhãs, tardes, noites e madrugadas em que empresários e empresárias deixaram seus afazeres e suas famílias para se dedicarem ao bem-comum, a uma sociedade local cada vez melhor.

Como conselheiro mais antigo da diretoria, sou extremamente satisfeito de poder fazer parte dessa história de muitas dificuldades, mas que, sem dúvidas, é recheada de sucessos. Avaliando em retrospectiva, agora sentado no escritório de minha casa, posso dizer com absoluta certeza que a ACIM gerou um polo de inteligência que se preocupa com as ações globais.

Particularmente, participei mais ativamente da ACIM no início da década de 1960. Na época, havia um grupo empresarial composto por líderes locais de diversos segmentos econômicos que, independente da Associação Comercial, estava em busca de resolver as dificuldades de Maringá. Por sorte, muitos dos personagens desse grupo optaram por agregar forças à nossa entidade que, naquele período, depois de uma crise interna, estava ressuscitando.

Quando assumi a presidência, em 1961, houve uma grande força tarefa para que pudéssemos

reorganizar a Associação, resgatando pertences, de documentos a immobilizados, distribuídos pelos escritórios dos empresários que os recolheram quando não havia mais uma sede definida.

Se por um lado a Associação estava nessa situação, o município também enfrentava problemas como as muitas pendências financeiras deixadas pelo prefeito Américo Dias Ferraz que, com pouca experiência em administração pública, ocupou o cargo. Maringá, que já era uma jovem metrópole, via-se precária em diversos aspectos como a distribuição da energia elétrica, o saneamento básico, as vias públicas, a telefonia etc. Cabia resgatar a Associação e, em conjunto, organizar um plano de ações para o município.

Foi nessa etapa, com o empenho de toda a diretoria e corpo associado, que a ACIM ganhou força e se mostrou representativa, forjando resoluções imediatas ou estabelecendo pontes com possíveis parceiros. Essa foi a gênese que, inclusive, vem sendo aplicada até os dias de hoje.

Como não estarei eternamente nessa terra, dou-me o grato privilégio de sugerir apenas três palavras para os demais presidentes: união, trabalho e solução.





**Década de 1940 e recortes
que a antecederam**

*De um período anterior à
municipalização de Maringá*



Provavelmente, a imagem é de 1943. Ela mostra a movimentação de veículos em frente ao estabelecimento de maior fluxo de pessoas daquele período em Maringá: Hotel Campestre (que se tornaria o Hotel Maringá), localizava-se na Avenida Brasil, no “Maringá Velho”. O destaque do registro vai para os carros movidos a gasogênio. Esse tipo de combustível surgiu no Brasil durante a crise do petróleo, decorrente da Segunda Guerra Mundial. O racionamento de gasolina imposto pelo governo brasileiro obrigou os motoristas a adaptarem seus veículos para essa nova modalidade, que obtinha gás por meio da queima de carvão ou lenha. Entretanto, para ser utilizado, o gasogênio requeria um equipamento acoplado na traseira dos veículos. O motor específico para esse combustível funcionava à base de nitrogênio, hidrogênio, monóxido de carbono e metano, gases gerados a partir da combustão de sua matéria prima. Segundo relatos de antigos moradores da região, os ônibus movidos a gasogênio geravam um grande estrondo que incomodava/assustava os passageiros, porém nada se comparava ao inconveniente de o carro, a cada quatro ou cinco horas, apresentar algum problema mecânico. Foto: Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.

Para retornar à década de 1940 é necessário ponderá-la como um período em que parte dos habitantes do planeta foi influenciada pelos reflexos do conflito militar que envolveu as grandes potências da época.

A Segunda Guerra Mundial se estendeu, exatamente, até a metade dessa década (1939-1945), e com participação modesta do Brasil. Seus impactos foram traduzidos para o português dos mais diversos idiomas das nações presentes em campos de batalha. Com isso, em menor ou maior grau, a escassez se fez presente pelo país, desde a falta de alimentos e itens básicos até a limitação de combustíveis e insumos.

Por um lado, limitações; por outro, oportunidades. Sobre esse complexo platô, uma empresa de capital britânico com seus ativos investidos em solo paranaense, operacionalizaria uma engenhosa estratégia de marketing para a atração de investidores para esse território.

Fundada em setembro de 1925, a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) surgiu depois de uma visita de Simon Joseph Frase (1871-1933), conhecido como lorde Lovat, à região de Cambará. Ele se reuniu com o fazendeiro Barbosa Ferraz, que buscava recursos para concluir um pequeno trecho ferroviário conectando essa área até Ourinhos, na divisa com o estado de São Paulo. De lá, seguiriam os vagões de grãos até o porto de Santos. O personagem responsável pelo encontro foi o engenheiro Gastão de Mesquita

Filho, coordenador daquele projeto ferroviário.

Lovat estava no país juntamente com uma missão especial de caráter oficial.¹ Seu foco central, contudo, nessa viagem intercontinental, foi pragmático: o norte do Paraná, região que ele conhecia parcialmente a partir de estudos e publicações de Ebenezer Howard, do final do século XIX, onde foi registrado o alto grau de concentração de nutrientes das terras desse território.² E o melhor, devido às dificuldades de acesso, a exploração para fins da agricultura era baixa.

Após as tratativas com Barbosa Ferraz, lord Lovat, o típico escocês, fundou em 1925 a *Parana Plantations Ltd.*, tendo como subsidiárias a CTNP e a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná. Se por um lado a terra era pouco explorada, Lovat compreendeu que essa oportunidade só seria exitosa se proporcionasse meios de as safras serem escoadas por alguns dos portos do país. Assim, o norte do Paraná teve sua urbanização acelerada ao longo das décadas de 1920, 1930 e 1940:

1 A Missão Montagu era uma comitiva financeira chefiada por Edwin Samuel Montagu que chegou ao Rio de Janeiro em 30 de dezembro de 1923, durante o governo do presidente Artur Bernardes (1922-1926). Devido ao requerimento de empréstimos a banqueiros ingleses, a missão teve como objetivo avaliar o poder de liquidez do Brasil.

2 Anos depois, o termo “terras roxas” seria popularizado em todo o norte e noroeste do estado. Curiosamente, a terra não é roxa, mas sim avermelhada. Segundo registros, o nome teria sido uma maneira aportuguesada do conceito empregado por imigrantes italianos “terra rossa”, que significa terra vermelha.



Conhecido como lorde Lovat e mister Fréza, Simon Joseph Fraser foi condecorado como cavaleiro, além de já ter sido barão no Reino Unido. Foto: Acervo Família Lovat.

[...] Na área compreendida entre Londrina – a ‘filha de Londres’, dela ou a ela pertencente – e Maringá, a CTNP plantou outras dez cidades ao longo de pouco mais de cem quilômetros de ferrovia. Assim, alinharam-se Londrina (1932), Cambé (1932), Rolândia (1934), Arapongas (1935) e Aricanduva (antes Itambé, 1938); Apucarana (1938), Pirapó (1938), Jandaia (1938) e Mandaguari (1937), na fase britânica da Companhia; e Marialva, Sarandi e Maringá, já na fase brasileira que deu continuidade ao empreendimento e ao planejamento originais [...].³

Para tal finalidade, a CTNP adquiriu diversas áreas – em vários momentos – somando 545 mil alqueires paulistas ou, aproximadamente, um quarto de todo o Paraná. Convertida para capital nacional em 1944, a CTNP propôs, de leste para oeste, a composição de quatro grandes centros urbanos: Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama. Cidades essas distanciadas aproximadamente 100 quilômetros entre si, que se ligariam por pequenos núcleos rurais a cada 15 quilômetros. Londrina, por consequência, se tornou o primeiro núcleo de relevância, onde a colonizadora instalaria sua sede.⁴

Nesse amplo território, ao longo das décadas que antecederam os anos 1950, a CTNP estabeleceu, independentemente de qualquer órgão oficial, três zonas produtoras de café que mais tarde seriam redefinidas pelo Estado:

Norte Velho: espaço colonizado por paulistas e mineiros. Algumas cidades: Jacarezinho, Cambará, Santo Antônio da Platina, Ribeirão Claro, Andirá, Bandeirantes e Cornélio Procopio; Norte Novo: delimitado pelos rios Tibagi e Ivaí até o rio Paranapanema. As cidades mais importantes: Londrina, Maringá, Apucarana, Arapongas, Nova Esperança, Paranavaí, Porecatu e Jaguapitã. Norte Novíssimo: estende-se do rio Ivaí até o Paraná. Principais urbes: Cianorte, Umuarama, Cruzeiro do Oeste, Xambrê, dentre outras.⁵

Em complemento aos vários “nortes”, pode-se pontuar que o Norte Velho foi colonizado entre 1860 e 1925, em sua maioria por elementos paulistas e mineiros; Norte Novo entre 1920 e 1950; e o Norte Novíssimo entre os anos de 1940 e 1960.⁶

Desse modo, vale ressaltar que houve outras empresas privadas que colonizaram algumas pequenas áreas nessa região do Paraná, além da CTNP. A exemplo disso, as cidades de Primeiro de Maio e Sertanópolis surgiram em 1919 a partir das companhias Corain e Leopoldo de Paula Vieira. Mais tarde, outros núcleos, de mesmo contexto como Uraí e Assaí foram criados pelas empresas colonizadoras Brazil Takushoku Kaisha (Bratac) e Nambei Tochikushiri que atraíram colonos, em sua maioria japoneses, para o cultivo do algodão.⁷ Mesmo assim, dentre várias outras colonizadoras, o episódio de maior impacto social e econômico foi, de longe, o da CTNP.

Para se ter ideia desse impacto, em 1920 havia somente quatro municípios constituídos oficialmente no setentrião paranaense: Jacarezinho, Ribeirão Claro, Tomazina e São José da Boa Vista, além de Carlópolis e Santo Antônio da Platina, ambos situados no Norte Velho. Naquele

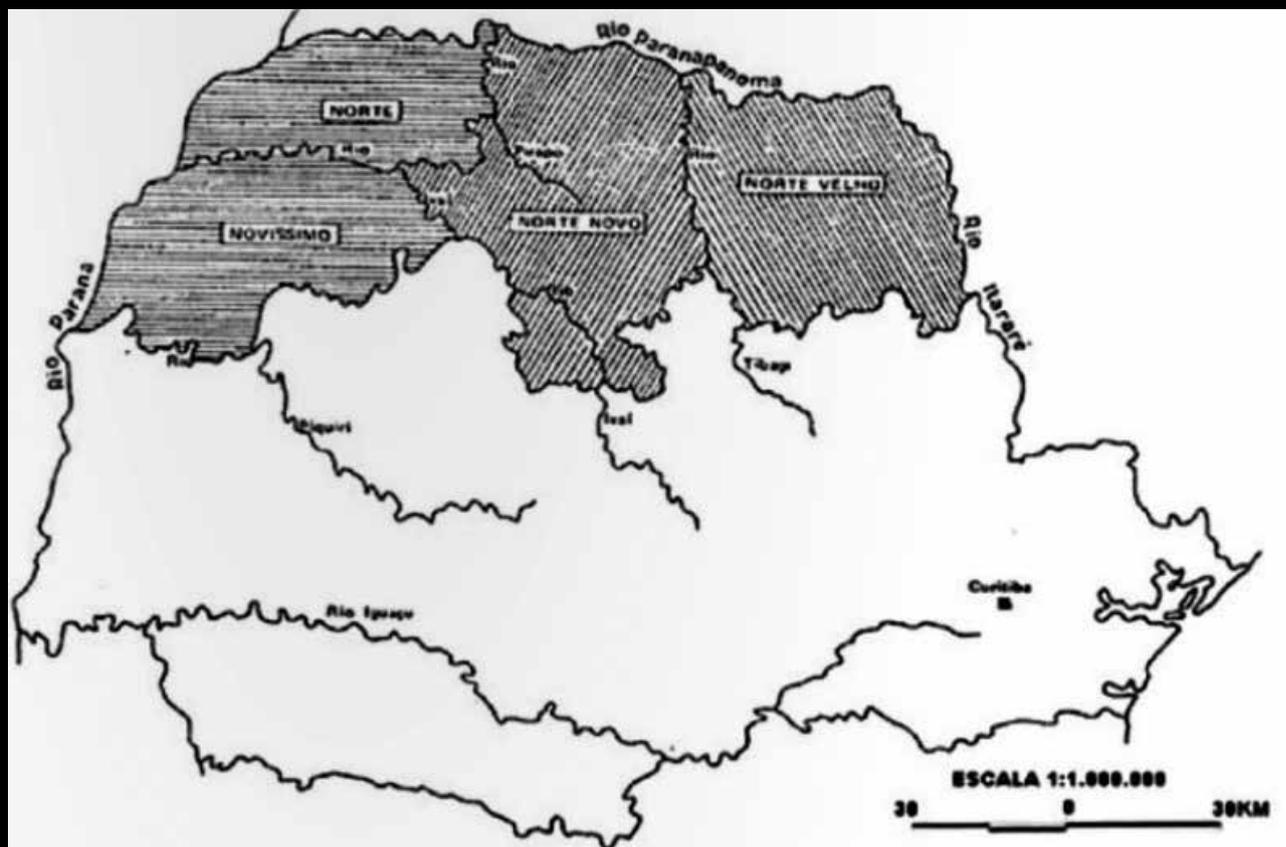
3 REGO, Renato Leão. **As cidades plantadas: os britânicos e a construção da paisagem do Norte do Paraná.** Maringá: Edições Humanidades, 2009, p. 17.

4 LUZ, France. **O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá.** Edição da Prefeitura do Município de Maringá: 1997, p.3.

5 SILVA, Miguel Fernando Perez. **Maringá: urbanização e arborização.** Maringá: Gráfica Regente, 2011.

6 LUZ, 1997, p. 17.

7 Ibid, p. 19.



Regiões colonizadas pela CTNP (leste para oeste): Norte Velho, Norte Novo, Norte e Norte Novíssimo. Foto: Acervo CTNP.

ano, essas cidades contabilizavam 72.627 habitantes ou 10,6% da população de todo o estado. Duas décadas mais tarde, com o início das operações da CTNP, em 1940, houve um acréscimo de 368% na população dessa área, totalizando 340.449 pessoas, passando à participação de 27,5% da população geral paranaense, se transformando em uma das áreas mais populosas do estado – crescimento bem superior ao aferido no Paraná para o mesmo período (80,3%). Para se ter maior noção desse impacto, em 1940, Londrina já ocupava o posto de quarta maior cidade paranaense.⁸

Aliada a uma ação de rápida ocupação de terras férteis para o plantio do café, nomeada “Frente Pioneira”, a CTNP organizou um processo

moderno de captação de investidores e agregação de mão de obra ágil e eficaz. Com anúncios nos maiores veículos de comunicação do país, a empresa tratava de dialogar com classes mais abastadas ao mesmo tempo em que, com expressões como “Eldorado” ou “Nova Canaã”, a propaganda teve impacto direto nos colonos que seriam os trabalhadores braçais dos campos.

Esses anúncios circulavam nas estações de trem das maiores cidades do Brasil, bem como em unidades especializadas de vendas da CTNP fora do país. O projetista e artista plástico alemão Edgar Osterroht lembra uma passagem inusitada relacionada a isso:

Quando eu era pequeno e ainda morava na Alemanha, me lembro de existir um escritório da Companhia de Terras na principal via comercial da minha cidade, na Alemanha. O papel deles era convencer o povo a se mudar para uma nova vida no interior do Brasil, no

8 LUZ, 1997, p. 21.

interior mesmo, onde tudo estava por acontecer.⁹

A estrutura de marketing da CTNP era ampla e suas ações são prova de que a empresa havia pensado em diferentes estratégias de propaganda, nem sempre inovadoras, para influenciar na formação de um destino no imaginário de potenciais clientes. Em 1934, a CTNP produziu folhetos publicitários informando que 1.200 pessoas já haviam comprado terras em sua região e que esses compradores vinham de todos os cantos do país “em busca de felicidade”. O impressionante é que o texto foi traduzido e estampado em português, alemão, italiano, japonês e inglês. O mesmo impresso ainda citou as vantagens que a colonizadora oferecia aos seus investidores: títulos absolutamente seguros, fertilidade e salubridade, boas estradas e boa água.¹⁰ Dois anos depois, até uma família de venezianos que se instalou em Cambé (na época, Nova Dantzig, depois Dantzig) foi estampada em outro material publicitário.¹¹

A CTNP chegou até mesmo a se aproximar do governo alemão (inimigo da Inglaterra durante a Segunda Guerra Mundial) para implantar um núcleo de refugiados judeus no norte do Paraná, focando a cidade de Rolândia e alguns outros locais da área colonizada para essa finalidade.

Construída por ingleses e brasileiros, a antiga ferrovia São Paulo-Paraná salvou cerca de 80 famílias judias do extermínio nazista. [...] Isso foi possível graças à “Operação Triangular”, idealizada pelo ex-deputado do Partido de Centro - o Partido Católico Alemão - Johannes Schauff (1902-1990), que também foi perseguido pelo regime hitlerista. (...) As famílias judias compravam peças como trilhos, parafusos e vagões dos fabricantes alemães em nome dos ingleses e, em troca disso, recebiam títulos de terras em Rolândia. Os judeus depositavam o dinheiro na conta da

Companhia Siderúrgica alemã Ferros Stahl, que repassava a quantia em trilhos e peças ferroviárias para a inglesa Paraná Plantations, uma das acionistas da Companhia de Terras Norte do Paraná.

[...] estima-se que, das 400 famílias germânicas que moravam na colônia, 80 eram de judeus classificados como: 10 puros, 15 considerados judeus por Hitler, 10 políticos e 45 judeus de religião católica (aqueles que haviam se convertido ao catolicismo).¹²

O norte do Paraná pode ser definido como a área que abrange as microrregiões 278 a 286. A historiadora France Luz dá uma colaboração interessante sob um aspecto pouco estudado dessa percepção do território colonizado:

A delimitação dessa mesorregião ao norte, leste e oeste não apresenta dificuldades, uma vez que os limites são estabelecidos, respectivamente, pelos rios Paranapanema, Itararé e Paraná. A delimitação ao sul é mais difícil de ser estabelecida. “Grosso modo”, poderíamos utilizar as características do solo, da vegetação, os cursos dos rios e o clima; ou, então, nos ater meramente à divisão administrativa em municípios. Porém os elementos fornecidos pela geografia e pela divisão administrativa não são suficientes. Adotamos, assim, o critério da produção cafeeira, isto é, fizemos coincidir o limite sul da região com o dos municípios que são tipicamente produtores de café, lembrando que essa cultura se estendeu para além dos limites climáticos que permitem o seu desenvolvimento sem o risco de geadas.¹³

Desde o início da colonização do norte do Paraná, no final da década de 1920 até os anos 1960, a região ganhou destaque como um verdadeiro fenômeno de ocupação territorial raramente constatado em tão curto espaço de tempo. Foi uma área constituída a partir de uma estrutura fundiária baseada, com ressalvas, nas pequenas e médias propriedades, calcadas em fatores que agiram como verdadeiros impulsores de seu progresso econômico: expansão

9 Entrevista de Edgar Osterroht concedida a Miguel Fernando em novembro de 2011.

10 Aqui vale destacar que esses dados eram de suma importância para a valoração dos lotes a serem comercializados, visto que muitos deles, especialmente no Paraná, eram frutos de grilagens e ocupações irregulares.

11 Acervo Museu Histórico de Londrina in REGO, 2009, p. 138-139.

12 MELLO, Lucius de. *Revista Leituras da História*. <http://leiturasdahistoria.uol.com.br/ESLH/Edicoes/23/artigo156005-1.asp> - site visitado em 30 de julho de 2015, às 17h55.

13 LUZ, 1997, p. 11.

da cafeicultura perante a grande oferta de terras férteis no norte do Paraná em consonância com o momento econômico pós-crise de 1929.¹⁴

Paradoxalmente, apesar de diversas cidades e vilas já estarem em pleno funcionamento desde o início da década de 1930, foi somente em meados de 1943 que a CTNP estabeleceu contato com o escritório do urbanista paulista Jorge de Macedo Vieira, a fim de conceber um traçado arrojado para Maringá, prevendo os princípios de uma típica cidade-jardim. Macedo, que nunca esteve em solo maringaense, entregou a planta provisória da futura cidade em 1945. A CTNP inauguraria Maringá, dois anos depois, em 10 de maio de 1947.¹⁵

Mas não seria apenas com um projeto que Maringá ganharia forma. Sua organização urbana se deu anteriormente a essa fase.¹⁶ E, de forma impressionante, sempre atraindo a atenção de autoridades, seja do Paraná, brasileiras e até de outros países.

Um exemplo de espírito empreendedor e de aventura pode ser constatado na vinda de um alemão para a zona rural de Maringá, ainda no final da década de 1930. O padre Emílio Clemente Scherer, nascido na província de Alsácia-Lorena¹⁷ em



Alguns esparsos relatos apontam que, possivelmente, a região, hoje chamada de Maringá, possuía dois nomes em fases embrionárias: Vila Macuco e Vila Pinguim. A primeira em referência a um pássaro muito comum por essas glebas, o macuco; a segunda, levando o nome de um córrego que cruza parte da cidade. Já o nome Maringá, segundo a própria CTNP é uma referência à música do médico Joubert de Carvalho, “Maringá, Maringá”, que fez muito sucesso na década de 1930, e que teria sido uma sugestão da esposa de Arthur Hugh Miller Thomas – gerente da colonizadora, Elizabeth Thomas. Na imagem, Joubert de Carvalho, em 1958, sorrindo para a pequena garota Maringá Piovezan, durante a solenidade que alterou o nome da então Rua Bandeirantes para Joubert de Carvalho. Foto: Acervo JC Cecílio.

1888, imigrou para o Brasil no ano de 1938 para fugir do nazismo – por meio daquela mesma “operação triangular” registrada nas linhas anteriores. No novo país, instalou-se na cidade de Rolândia, onde se previu estabelecer um núcleo de alemães.

Sua vinda foi complexa e repleta de detalhes a serem analisados. Segundo alguns relatos e documentos, Scherer, ainda na Alemanha, soube do Paraná por meio da CTNP. Depois de algum tempo, mudou-se de Rolândia para Maringá, onde é considerado o primeiro padre.

Foi Scherer quem edificou a primeira capela da futura cidade – a São Bonifácio – que teve sua construção efetivada entre 1939 e 1940 em um local de 400 alqueires, onde ainda se ergueu uma olaria e uma hospedaria/convento.

14 LUZ, 1997, p. 12.

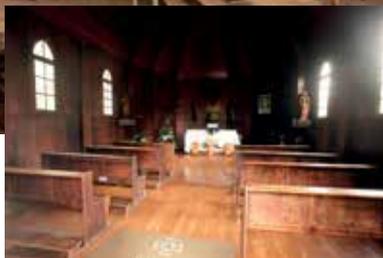
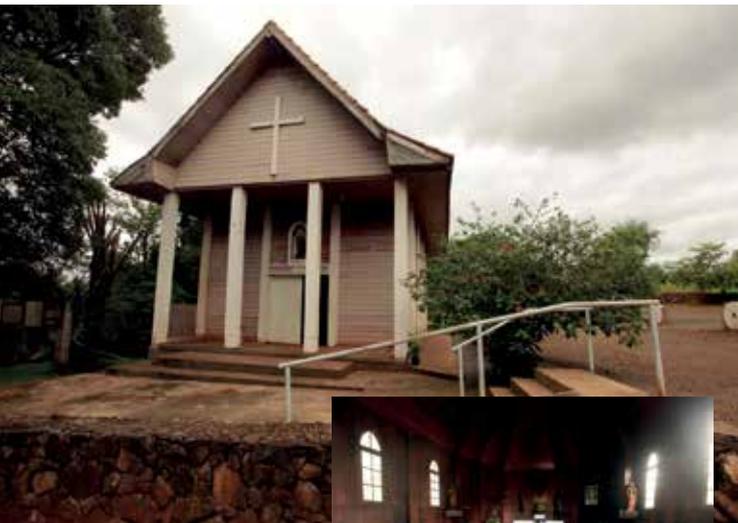
15 Há relatos de que a CTNP aguardou a definição da localização exata da estação ferroviária da cidade para, só depois, inaugurar Maringá.

16 Alguns pesquisadores defendem que o nome Maringá surgiu no mapa do Paraná pela primeira vez na década de 1930. Portanto, anterior até mesmo ao lançamento de sua pedra fundamental, em 1942. Entre 1938 e 1942, quase 12% dos lotes disponíveis já haviam sido comercializados. Devido a isso, a historiadora France Luz aponta 1938, início da venda dos lotes, como o marco zero de urbanização da futura cidade.

17 Território encravado na divisa entre Alemanha e França. Pertenceu à França de 1648 a 1871, quando foi anexado pela Alemanha após a guerra Franco-Prussiana (Tratado de Frankfurt). Quando a Alemanha perdeu a Primeira Guerra Mundial, foi devolvido à França pelo “Tratado de Versalhes”. É denominada atualmente de Alsácia-Mosela.



Padre Scherer em uma das muitas cerimônias de matrimônio realizadas na Capela São Bonifácio, ainda na década de 1940. Foto: Gerência de Patrimônio Histórico.



A Capela São Bonifácio, tombada como patrimônio histórico, permanece preservada no mesmo local. Fotos: Ivan Amorin.

Este ponto, tempos depois de sua partida, ficou conhecido como a Fazenda dos Padres Palotinos, instituição que adquiriu a propriedade.

No entanto, a Capela ficava distante do vilarejo, o “Maringá Velho”. Na época, a São Bonifácio, que está atualmente localizada no bairro Cidade Alta, não tinha boas conexões. Seria um problema a ser resolvido com a formalização da vila que nascia sem a gestão direta de sua colonizadora, mostrando-se assim, uma região estratégica e profícua.

Se Scherer habitava uma região que seria considerada, anos mais tarde, o extremo sul de Maringá, há de considerar a participação japonesa na consolidação de outra região rural da futura cidade naquele mesmo período, a Gleba Guaiapó.

No final da década de 1930, a família Taguchi se instalou na região da Gleba Guaiapó. Capitaneada por Mitsuzo Taguchi, iniciou a plantação de café naquela região, a leste da futura cidade, onde, posteriormente, também constituiria a Máquina de Café Irmãos Taguchi, na rua que décadas mais tarde levaria o nome do patriarca da família.

Neste caso em especial, é interessante constatar como essa pequena colônia familiar ganhou expressão e se uniu a outros descendentes, de tal modo que aquela região ganhou aspectos sociais e culturais bem tradicionais do Japão. Para se ter uma ideia, ali foram realizadas competições de sumô antes mesmo da constituição da Sociedade Cultural e Esportiva de Maringá (Socema), em 1947, que viria a se transformar, anos mais tarde, na Associação Cultural e Esportiva de Maringá (Acema).

Um personagem, de grande importância para a história, se instalou, com a primeira serra-ria da futura cidade, próximo à Gleba Guaiapó. Trata-se de Inocente Villanova Jr., que se tornaria o primeiro prefeito da cidade, no início da década de 1950.

Nascido em Curitiba – fato não muito comum de se encontrar em personagens que vieram para Maringá ao longo das décadas de 1940 e 1950– Inocente Villanova Jr. e sua esposa, Noemia, chegaram em 1942, depois de adquirir um grande lote, onde hoje faz esquina os encontros da Avenida Tuiuti e Rua Mitsuzo Taguchi.

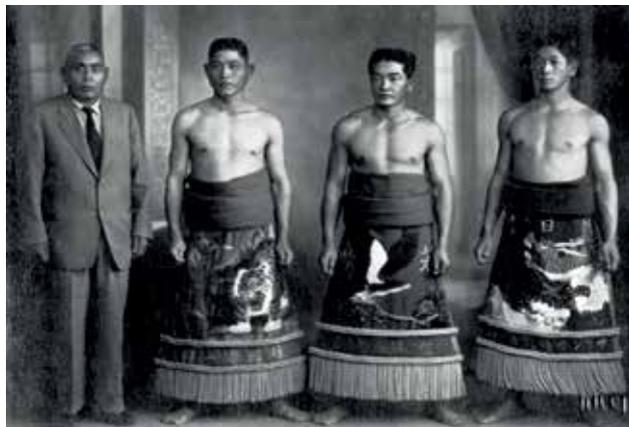


Imagem da família Taguchi no início da década de 1950 (esquerda para direita): Mitsuzo, Torao, Yoshinori e Kazumi.



Uma rara imagem de membros da família Taguchi nas proximidades de sua propriedade, no então núcleo rural do Guaia-pó, ao longo da década de 1940. Fotos: Acervo Família Taguchi.

Seu lote se expandia por vários alqueires e, realmente, era significativo, visto que aquela área seria ocupada, urbanamente, em poucos anos.

Naquele local, ele fundou a Serraria Villanova e o Posto de Combustíveis Villanova. Vale lembrar, também, que era uma região distante do núcleo urbano de Maringá. Tanto que alguns relatos de habitantes que moravam nas zonas leste ou norte do atual perímetro urbano de Maringá, preferiam se dirigir a Marialva, cidade distante dezessete quilômetros, para fazer suas compras, do que ir ao “Maringá Velho”, dada a precariedade das vias.¹⁸

Os relatos sobre o padre alemão Emílio Clement Scherer, a família Taguchi e o paranaense Inocente Villanova Jr., foram aqui expostos para ilustrar que tudo isso aconteceu em uma fase de “pré-urbanização”, pois o vilarejo que se formava como centro comercial da cidade, que ficaria conhecido anos mais tarde como “Maringá Velho”, ainda não havia sido oficializado pela CTNP. Os habitantes, porém, não ocuparam somente aquelas quadras do vilarejo, foram também se espalhando ao longo de todo o território da futura cidade.

Enfim, no dia 10 de novembro de 1942, diversas autoridades e diretores da CTNP fizeram o

lançamento da pedra fundamental de Maringá, juntamente com a inauguração do Hotel Campestre,¹⁹ o primeiro da futura cidade. Mesmo não havendo conexão ferroviária nas proximidades de Maringá, tampouco rodovias, dezenas de autoridades estaduais se fizeram presentes no evento, entre elas, o interventor do Paraná, Manoel Ribas, e o então prefeito de Londrina, Major Miguel Blasi, além, é claro, da diretoria da colonizadora.

A CTNP transformou o lançamento em um evento político. A reunião de tantas autoridades, supõe-se, foi fruto da articulação e interesse político de ocupação de áreas ainda pouco habitadas:

A Marcha para o Oeste foi um movimento implementado a partir da década de 1930, com o intuito de “horizontalizar quistos étnicos, econômicos e sociais”, ou seja, fazer os brasileiros, até então muito presentes somente no litoral do país, “circularem para o Oeste, a fim de que todos, de uma forma ou de outra, estivessem presentes no grande todo” (WACHOWICZ, 1982, p. 144). Sendo assim, a Marcha para o

¹⁸ LUZ, 1997, p. 68.

¹⁹ Que mais tarde seria arrendado para José Ignácio da Silva, que alteraria o nome do estabelecimento para Hotel Maringá, devido à placa que demarcava o nome da vila em uma de suas paredes externas. No início, o estabelecimento tinha somente 4 quartos, sala, cozinha e uma varanda na frente. Depois, sua estrutura foi ampliada para 36 quartos. Ali se hospedaram compradores de terras, picaretas, jagunços, caçadores e peões. Em 1946, o hotel foi vendido para Arlindo de Souza.



Vista aérea da Serraria Villanova, localizava-se na atual Avenida Tuiuti. À esquerda, a residência da família Villanova, construída com as toras extraídas da própria mata nativa de seus arredores. Foto: Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.

Oeste contribuiu sobremaneira para a ocupação do espaço que, até então, era conhecido como “sertão paranaense” [...].²⁰

Recentes pesquisas apontam que o lançamento pode ter sido conduzido às pressas. A região de Paranavaí, que a colonizadora não conseguira adquirir, avançava com uma picada, cujo objetivo, diziam os boatos, era o de chegar até a futura cidade de Maringá, já demarcada no mapa antes da chegada da CTNP. Como uma espécie de sentimento de apropriação e de primazia, a colonizadora teria resolvido antecipar a urbanização de Maringá.²¹

Quando se iniciou o povoamento do “Maringá Velho”, já havia famílias morando na zona rural circunvizinha.

Foram esses pioneiros que derrubaram a mata, construíram seus ranchos e formaram as primeiras lavouras de café e cereais.

Dirigiram-se para a região, nos primeiros anos, muitos peões (derrubadores de mato),

empreiteiros (encarregados pelos proprietários de comandar a derrubada e a formação da lavoura, em troca de toda a produção de cereais e da colheita de café, até o sexto ano), sitiantes (donos de pequenas propriedades agrícolas, nas quais trabalhavam com a ajuda da família e de alguns empregados), lavradores ou colonos (trabalhadores rurais que cultivavam terras alheias, em troca de parte da colheita), corretores de imóveis (funcionários da Companhia que se encarregavam de vender e mostrar os lotes aos compradores), carroceiros (donos e condutores de carroças, que realizavam o transporte de mercadorias).²²

Mesmo assim, o pequeno núcleo urbano, quase um “Velho Oeste”, não surgiu a esmo. As oito quadras instaladas no “Maringá Velho” tiveram projeto elaborado por Aristides de Souza Mello, substituto do então gerente da CTNP em Londrina, Willie da Fonseca Brabazon Davids, em 1942, que havia adoecido.²³

Curiosamente, os nomes das primeiras vias

20 REOLON, Cleverton Alessander. **Colonização e urbanização da Mesorregião do Oeste do Paraná (1940-2000)**. Curitiba, n. 13, p. 49-57, 2007. Editora UFPR, p. 50.

21 Depoimento do historiador João Laércio Lopes Leal em novembro de 2012.

22 LUZ, 1997, p. 63.

23 SANTOS, Rubens Rodrigues dos. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**: publicação comemorativa do cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná: 2ª edição, 1977.



Além da presença das autoridades, no lançamento da pedra fundamental de Maringá, chama a atenção a faixa, ao fundo esquerdo, onde se lê: “Marcha para Oeste. Maringá – Porto São José. 10 de novembro de 1942”. É possível identificar na foto: Arthur Hugh Miller Thomas, Major Miguel Blasi, Aristides Souza Mello, Milton Tavares Paes, Wilson Varella, David Dequech, Rui Cunha, Milton Campos, Aroldo Moraes, Archilbaldo Moraes, Orlando Noronha, Shigeoki Yokayana, João Tenório Cavalcante, Waldemar Gomes da Cunha, Waldemar Wenskowick, Vladimir Babkov, Pedro Lopes, Renato Mello, Mario Jardim Siqueira, Luiz Di Buriasco, e Gabriel Martins. Foto: Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá / Museu Bacia do Paraná – UEM.

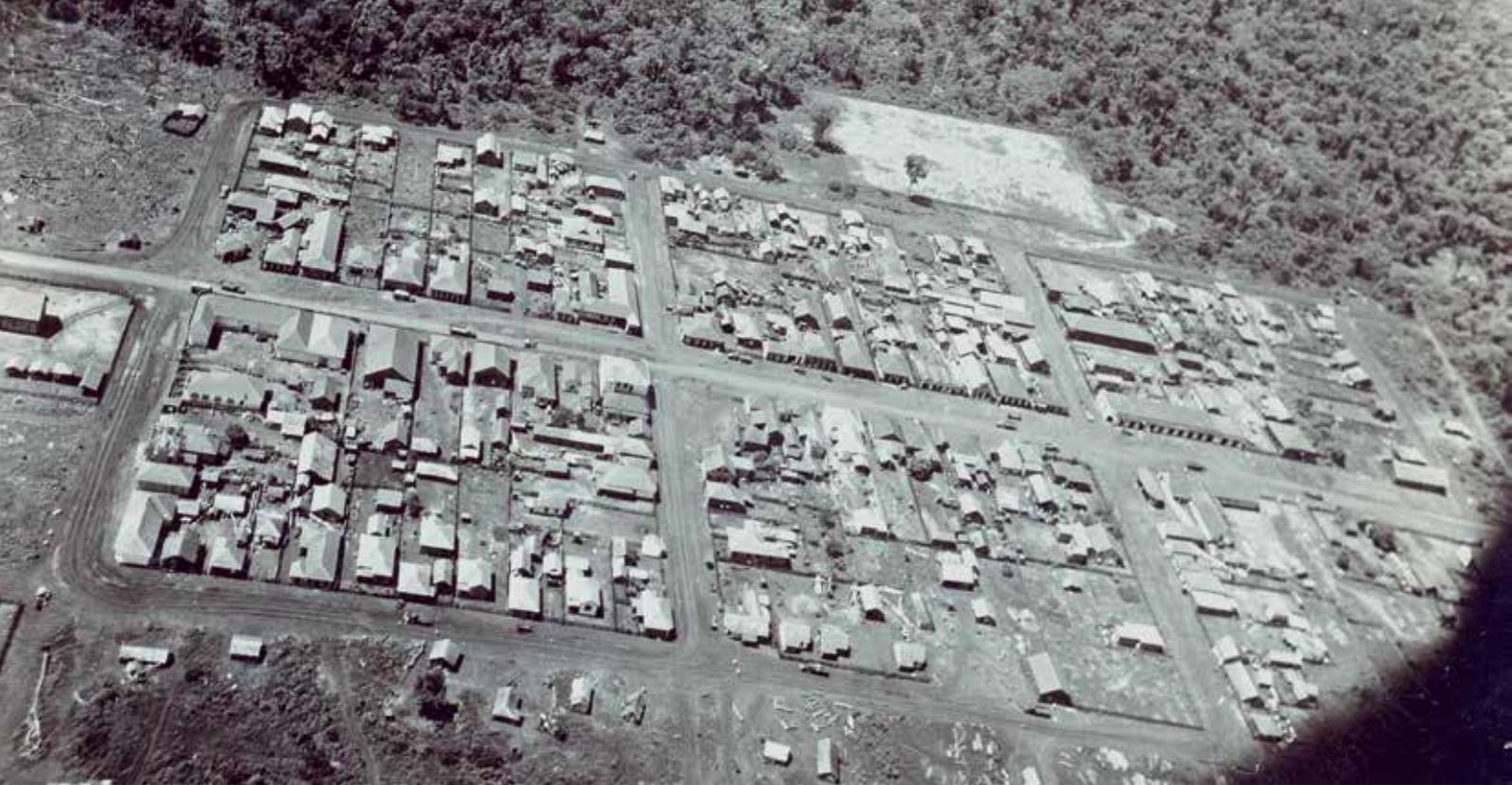
públicas daquela área estavam relacionados a córregos existentes na região. Naturalmente, com o passar dos anos, leis atualizaram seus nomes, na maioria das vezes, em homenagem a personagens que montaram seus estabelecimentos nessas ruas:²⁴

O povoado que se formava tinha apenas a rua principal e algumas transversais. Era uma nova “boca do sertão” que se abria. Em direção a Paranavaí havia somente um caminho estreito e mal-acabado; para Campo Mourão, existia uma picada que ia até o rio Ivaí.²⁵

ANO	LEI MUNICIPAL	NOME ORIGINAL	NOME ATUAL
1959	Lei nº 3/59	Rua Moscados	Rua Santa Joaquina de Vedruna
1964	Lei nº 307/64	Rua Jumbo	Rua Dr. Lafayette da Costa Tourinho
1965	Lei nº 383/65	Rua Amapá/Itupeva	Rua Vitório Balani
1966	Lei nº 465/66	Rua Cleópatra	Rua José Jorge Abraão
1968	Lei nº 640/68	Rua Pinguim	Rua Antônio Carniel
1972	Lei nº 905/72	Rua Guarani/Borba Gato	Rua Octavio Scramim

24 SILVA, Miguel Fernando Perez. **Maringá: urbanização e arborização**. Maringá: Gráfica Regente, 2011.

25 LUZ, 1997, p. 62.



Aspecto das quadras do “Maringá Velho”. Área planejada por Aristides de Souza Mello. Foto: Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.

Jorge Ferreira Duque Estrada, advogado, escritor, político e aviador que residiria em Maringá entre os anos de 1947 e 1961,²⁶ aponta alguns dos personagens ou famílias que se instalaram com o objetivo de implantar alguns dos primeiros comércios dessas bandas:

Os Haddad e Hilário Alves iniciaram o comércio de tecidos e calçados [...].

José Abraão, sírio, e Antônio Carniel abriram as primeiras pensões, já que o hotel (Campestre / Maringá) não dava conta dos inúmeros hóspedes.

[...], Henrique Pinto Pereira, paulista, acolhia no seu consultório dentário uma fila de sofreadores, com um sorriso paternal. [...]

Dr. Raul Maurer Moletta [...] usava longas barbas avermelhadas e não dava muita importância ao dinheiro. Receitava na rua, nos bares, ou de dentro de um jipe. Todo mundo gostava dele [...].

Alfredo Zamponi, natural de Gênova, depois de tomar parte na guerra e ser internado num

campo de concentração alemão, [...] imigrou para o Brasil. Em fevereiro de 1948 instalou em Maringá a Oficina Gênova, para consertos de automóveis [...].

Avelino Pereira, paulista de São Manoel do Paraíso, se instalou por estas bandas exatamente no dia 13 de junho de 1946. [...] Foi um dos pioneiros na plantação de café. Abriu 23 fazendas [...].

Alfredo Kelm também chegou no começo. Montou um escritório de contabilidade. Depois se tornou o primeiro agente da VASP [...].

[...] Mário Jardim abriu a primeira farmácia, também no Maringá Velho e José Silveira, no Maringá Novo.²⁷

O jornalista Rogério Recco também aponta alguns dos comerciantes que se instalaram na região do “Maringá Velho” na década de 1940:

[...] a Casa Monte Cristo, de Dario e Jayme Bernardelli; a Casa Rodrigues e Salgueiro, de David Rodrigues Ferreira e Domingos Salgueiro; a Casa Rabelo, de David Rabelo de

26 DIAS, Reginaldo Benedito; GINI, Sérgio; SILVA, Miguel Fernando Perez. **Terra crua** - Jorge Ferreira Duque Estrada. 2ª. Edição comentada. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2014.

27 DUQUE ESTRADA, 1961, p. 21.

Oliveira; [...] a Casa Aliberti, de Santo e Carlos Aliberti; a Casa Moreno, de Ariovaldo Moreno; [...] a Casa Anete, de Boanerges de Oliveira Fernandes; a Casa da Lavoura, de Braz José Jorge; a Sapataria Scramim, de Octávio Scramim; a Casa das Noivas (Palácio das Noivas), de Mário Reis Meira; o Escritório Contábil Mercúrio, de Waldomiro Cordeiro da Silva; o Restaurante Verdadeiro, de João Verdadeiro; o Hotel Guaíra, de Octávio Periotto; a Pensão Luzitana, de José Tozzo; a Pensão e Restaurante Carniel, de Antônio Carniel.²⁸

Os fregueses daquele complexo emaranhado comercial, na maioria, habitavam as zonas rurais no entorno do núcleo urbano primário, dos quais o principal personagem era definido como trabalhador braçal, sem posses, que buscava, na lida com o café, trabalho junto a fazendeiro ou proprietário de pequena gleba rural.

Apesar de não planejada, inicialmente, para se transformar em município, a cidade despenhou mais rápido do que a própria colonizadora planejara. Tanto que a CTNP acionou o escritório do urbanista Jorge de Macedo Vieira (1894-1978) para projetar a futura cidade, como já citado, somente em 1943, ou seja, um ano depois

28 RECCO, Rogério. **Desbravadores do comércio de Maringá**. Maringá: Ed. Regente, 2012, p. 17.



Registro raro do “Maringá Velho”, onde está a Avenida Brasil esquina com a então Rua Jumbo (atual Rua Lafayette da Costa Tourinho). Constata-se uma placa indicativa do Hospital Santa Cruz, a placa de um dentista, e, abaixo delas, uma grande quantidade de malas, provavelmente, dos viajantes que teriam acabado de chegar à cidade. Foto: Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.

do lançamento de sua pedra fundamental. Vale destacar que, nessa época, nenhuma das cidades até então colonizadas havia contado com um projeto tão moderno quanto o que foi concebido para Maringá.

Sem pisar em terra vermelha/roxa, Jorge de Macedo Vieira debruçou-se em um projeto baseado nos conceitos de bairro e cidade-jardim, que ele já empregara em outras áreas. Para essa finalidade, Vieira embasou seu traçado em rascunhos esboçados pelos engenheiros Gastão de Mesquita Filho e Cássio Vidigal.

Na vanguarda, a cidade-jardim planejava a urbe em sub-centros, harmonizando-os com diversas utilidades, criando a ruptura necessária com os moldes estabelecidos durante as revoluções industriais (um único centro com casas estabelecidas em sua periferia). Além disso, a concepção determinava que cada bairro possuísse seu centro comercial, áreas de lazer e convivência social, bem como edificações erigidas sob critérios e padrões previamente estabelecidos, respeitando a topografia, as características socioambientais e os espaços verdes. As ruas bem desenhadas levavam em consideração a curvatura e declividade do terreno.²⁹

Esse projeto foi concebido levando em consideração que a cidade abrigaria até 200 mil habitantes, marca que seria superada ao longo dos anos 1980, conforme aferido pelo Censo Demográfico de 1991. Em seu desenho, Vieira previu a preservação de algumas áreas de matas nativas como forma de registro da memória da floresta nativa. Posteriormente, esses espaços se transformariam em equipamentos ambientais, Bosque II e Parque do Ingá, que atuariam como pulmões purificadores, reduzindo a poeira, melhorando o escoamento dos níveis pluviais e sendo ocupados como áreas de lazer.

O traçado ainda pressupõe a localização, mesmo que não cumprida em sua totalidade posteriormente, dos espaços públicos da futura cidade: praças, centro cívico, estações ferroviária e rodoviária, bairros, delimitações espaciais, estádio municipal, asilo, campos de aviação/

aeroporto, hospitais, campos de esportes, instituto profissionalizante, parque infantil, áreas verdes, internatos, escolas e, ainda, as áreas de produção empresarial como vias de escoamento, zonas industriais e comerciais.

Na área total de 600 alqueires iniciais,³⁰ Vieira desenhou a zona central, zona comercial principal, zona industrial, zona de armazéns, zonas residenciais e zonas verdes. Seu conceito é ímpar para a área colonizada, pois concebe a hierarquização viária, com avenidas elaboradas de 46, 35 e 30 metros de largura, prevendo refúgios centrais para ajardinamento e arborização. Já as ruas principais possuem 20 e 25 metros de largura, enquanto que as secundárias de 16 a 20 metros. Suas principais vias de conexão, entre o centro e os bairros, são a Avenida Brasil, Avenida Colombo e Avenida Mauá, essa última focada em se transformar numa zona industrial, servida de linha férrea e mão de obra operária.³¹ Alguns pesquisadores veem neste projeto uma forma de segregar parte da população.

Mesmo com o moderno e arrojado projeto, antes de 1947 – quando Maringá é oficialmente inaugurada – as forças empresariais e políticas se organizaram em regiões distantes da área mais plana e onde a futura cidade se formaria. É o caso de personagens como Jorge Abraão, Ângelo Planas, Inocente Villanova Jr., Napoleão Moreira da Silva e tantos outros.

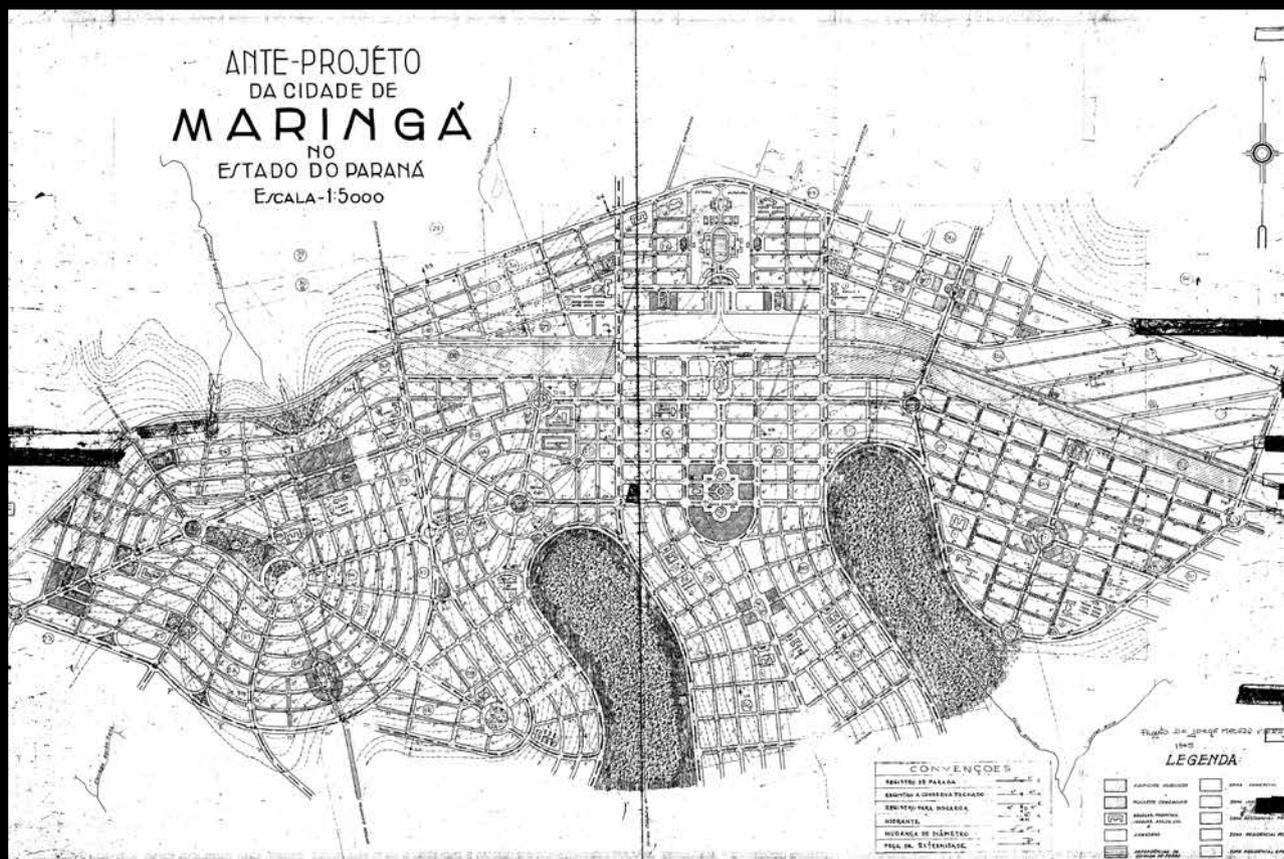
O “Maringá Velho”³² surpreenderia a CTNP com um acentuado processo de expansão

30 “Na zona 1, por ser a mais central, os lotes foram os mais valorizados, oscilando os seus preços entre Cr\$ 3.000,00 e Cr\$ 160.000,00, de 1947 a 1952. Os lotes da zona 2 foram colocados à venda um pouco mais tarde, e os seus preços foram mais uniformes, na faixa de Cr\$ 10.000,00 a Cr\$ 20.000,00 [...]. Na zona 3, denominada Vila Operária, [...] lotes foram vendidos por uma importância variável entre Cr\$ 5.000,00 e Cr\$ 10.000,00. [...] Os preços dos lotes da zona 4 foram mais elevados porque, além de terem sido colocados à venda mais tarde, atraíram as famílias de classe média de maior poder aquisitivo [...] na faixa de Cr\$ 20.000,00 e Cr\$ 40.000,00 [...]. Na zona 5 [...], os preços variaram de Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 5.000,00 [...]. os lotes da zona 6 foram vendidos na faixa de 10 mil a 15 mil cruzeiros e, na zona 7, os preços se concentraram entre 3 mil e 20 mil cruzeiros. Na zona 8, as vendas se iniciaram em 1952 e os preços dos lotes foram relativamente baixos [...], entre Cr\$ 5.000,00 e Cr\$ 10.000,00 [...]”. LUZ, 1997, p. 81.

31 SILVA, 2011, p. 18.

32 “Passavam pelo ‘Maringá Velho’ muitos condutores de varas de porcos que vinham da região de Campo Mourão e se dirigiam a Apucarana, que era então terminal da estrada de ferro”. LUZ, 1997, p. 67-68.

29 SILVA, 2011, p. 15.



Anteprojeto de Maringá, entregue em meados de 1945 por Jorge de Macedo Vieira.

econômica. Jorge Ferreira Duque Estrada, autor do primeiro livro que relata a história de Maringá, apresenta-o como um território servido por diversos tipos de serviços e comércios ainda antes de 1947, em complementação ao que já foi citado anteriormente: uma das primeiras farmácias instaladas foi a de Mário Siqueira Jardim; o Hotel Maringá, arrendado e administrado por José Ignácio da Silva, popularmente conhecido como Zé Maringá; José Jorge Abraão foi o responsável por instalar a Casa Maringá, primeiro estabelecimento comercial do “Maringá Velho”, localizada nas esquinas da Avenida Brasil com a Rua Jumbo (hoje Dr. Lafayette Tourinho), especializada no ramo de secos e molhados; Antônio Carniel fundou a Pensão e Restaurante Carniel; Toshimi Ishikawa foi o responsável pela primeira relojoaria; o primeiro açougueiro foi Benedito Justino; entre muitos outros que chegaram para ser os primeiros proprietários das terras virgens.³³

Aniceto Gomes da Silva, por exemplo, começou a sua confeitaria e padaria de maneira inusitada. Segundo relatos e alguns escassos registros comerciais dessa fase inicial do núcleo de Maringá, o gerente da CTNP o incentivou a isso:

(...) Arthur Thomas estava com vontade de comer pão, mas não havia panificadora na região. Aniceto estava por perto, ouviu o desejo do inglês e providenciou um cilindro, a massa, e fez o pão que foi servido no final da tarde. Feliz por ter comido um pão quentinho, Mr. Thomas providenciou um terreno para Aniceto, que construiu a primeira padaria de Maringá.³⁴

Outro personagem de notoriedade dessa década, por meio de seu estabelecimento comercial, era Ângelo Planas. A Casa Planeta, de sua propriedade, foi fundada no início da primeira

33 DUQUE ESTRADA, 1961.

34 Acervo Maringá Histórica - <http://maringahistorica.blogspot.com.br/2010/03/maringa-literalmente-velho-decada-de.html> - Visitado em 18 de setembro de 2015 às 20h48.

metade da década de 1940, no “Maringá Velho”. Era um empreendimento robusto e imponente, vendendo “de tudo” e a prazo. Chegaria a possuir nove portas e até mesmo uma bomba de combustível instalada bem em frente – que, alguns, inclusive, consideram como a primeira da cidade. Dada a sua representação empresarial, ainda em uma época sem organização formal, Ângelo Planas acabou se tornando uma liderança no período, juntamente de outros personagens, como, por exemplo, Napoleão Moreira da Silva.

Napoleão Moreira da Silva, que ficaria conhecido como “baiano de olhos verdes”, também chegou a Maringá na década de 1940 e instituiu a Casa Moreira (existem relatos que citam o empreendimento como Casa Napoleão) no “Maringá Velho”. Tornando-se empresário de destaque na região em formação, Napoleão seria vereador por Maringá eleito pelo município de Mandaguari, em 1947.

Esses dois personagens, Napoleão Moreira da Silva e Ângelo Planas, ganham destaque no contexto desse livro que resgata a história da Associação Comercial de Maringá, que viria a ser fundada na década de 1950. Eles, de certa forma, foram agentes diretos em seu processo de fundação. Na próxima década, o leitor terá condições de compreender até onde esse envolvimento fortaleceria o associativismo local.

France Luz traz dados, sobretudo, interessantes com relação à origem dos compradores de terras urbanas em Maringá:

[...], no período de 1946 a 1952, é de nacionalidade brasileira (77,3%). Os demais se distribuem por 29 nacionalidades diferentes, merecendo destaque os japoneses (5%), os espanhóis (2,9%), os portugueses (2,4%), os italianos (2,2%) e os alemães (1,4%). [...] A grande maioria dos compradores residia na então sede do distrito de Maringá ou em outras localidades mesmo, totalizando 2.795 dos 4.222 compradores [...]. Observa-se que as pessoas que já residiam em Maringá procuravam, na medida de suas posses, adquirir uma data onde pudessem construir suas próprias casas e, quando as condições permitiam, compravam outros lotes urbanos, na certeza de sua rápida valorização com a

finalidade mais tarde de revendê-los com lucro.³⁵

Os trabalhadores atuavam em atividades pesadas, como a derrubada da mata e a construção de estruturas. Não eram raros os acidentes de trabalho. No início os atendimentos eram feitos por pessoas com noções de primeiros socorros. Foi somente com a chegada do médico Lafayette da Costa Tourinho que, em 1944, Maringá ganharia seu primeiro hospital.

Fundado no núcleo urbano da época, na então Rua Jumbo (hoje a via leva o nome do médico que ali se instalou), o Hospital Santa Cruz foi à salvação de muitos dos trabalhadores braçais de João Tenório Cavalcante, que coordenava um dos maiores grupos de derrubada de mata desse território. Possivelmente um dado supervalorizado, alguns relatos apontam que Cavalcante comandou mais de 800 homens nessa árdua tarefa. Obviamente, em épocas de campanhas eleitorais, os empresários que almejavam algum cargo público, tentavam conquistar Tenório por meio de facilidades na aquisição de alimentos e itens para seus homens.³⁶

35 LUZ, 1997, p. 83.

36 DIAS, Reginaldo Benedito; GINI, Sérgio; SILVA, Miguel Fernando Perez. **Terra crua - Jorge Ferreira Duque Estrada**. 2ª. Edição comentada. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2014. p. 18.



Casa Maringá, final da década de 1940. Braz José Jorge, à esquerda, ao lado de Antônio Carniel. Anos mais tarde, Braz criaria a famosa Casa da Lavoura, na mesma quadra da Avenida Brasil, no “Maringá Velho”, onde trabalharia também com artigos de secos e molhados. Foto: Acervo Zé Maringá.



Um aspecto da movimentação efusiva e do pulsar comercial do “Maringá Velho” em algum momento esquecido da década de 1940. Destaque para a grande quantidade de carroças junto de alguns caminhões de transporte de cargas. Foto: Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.

Foto feita na década de 1940, em frente do armazém de propriedade de Napoleão Moreira da Silva, na Avenida Brasil, no "Maringá Velho". Da esquerda para direita: um repórter de Mandaguari (não reconhecido), João Tenório Cavalcante, Dr. Lafayette da Costa Tourinho e Napoleão Moreira da Silva, que faleceria em 1957 em um acidente aéreo no Rio de Janeiro.



Momento da inauguração do Hospital Santa Cruz, em 1944. Dada a importância daquele empreendimento, grande quantidade de autoridades se fez presente (esquerda para direita): Boanerges Fernandes, João Tenório Cavalcante, David Rabelo, Alice Tourinho, padre Emílio Clemente Scherer, Dona Mafalda, Dr. Lafayette da Costa Tourinho e Gastão de Mesquita Filho, então diretor da CTNP, além de outros não reconhecidos.



Em 1946, o Dr. Augusto Pinto Pereira inaugurou na Rua Cleópatra (atual José Jorge Abraão), também no núcleo primário do vilarejo, o Hospital São Paulo. Fotos: Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.





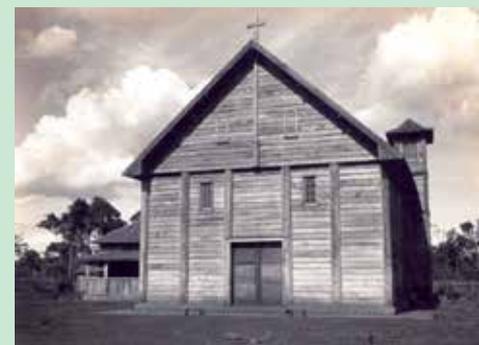
A futura cidade, já planejada pelo urbanista Jorge de Macedo Vieira, também passou a ser ocupada por estabelecimentos de saúde. É o caso da Casa de Saúde e Maternidade Maringá, construída toda em madeira pelo médico José Gerardo Braga. Foi inaugurada em 12 de abril de 1948. Foto: Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.



Dr. Galileu Pasquinelli fundou em frente ao então Grupo Escolar do Maringá Novo, atual Escola Oswaldo Cruz, seu consultório em 1949. Na década seguinte, o Dr. Pasquinelli fundaria o Hospital e Maternidade São José, na Avenida São Paulo. Foto: Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.



Instalação da cruz da futura Capela Santa Cruz, em 1945. Mesmo com o sol escaldante, todos retiraram seus chapéus em sinal de respeito. Destaque para o único personagem olhando em direção à câmera. Trata-se de Ângelo Planas. Foto: Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.



Capela Santa Cruz, que foi construída com o apoio de vários empresários da época, entre eles Ângelo Planas, Rodolpho Bernardi, Octávio Periotto, Napoleão Moreira da Silva, Famílias Abraão, Cecílio e Haddad. Hoje, essa estrutura é tombada como patrimônio histórico. Foto: Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.



Lançamento da Pedra Fundamental da futura Catedral Santíssima Trindade, em 1948, no coração da cidade, que teria sua obra finalizada somente no início da década de 1950. Na imagem, da esquerda para direita: Alfredo Werner Nyffeler, Dom Geraldo de Proença Sigaud, Hermann Moraes Barros e Aristides de Souza Melo. Com exceção do representante católico, todos foram membros da diretoria da CTNP. Foto: Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.



O momento da inauguração da Escola Isolada do Maringá Velho, em agosto de 1948. Ao fundo, discursando, o prefeito de Mandaguari, Décio Medeiros Pullin. À esquerda, em primeiro plano, a diretora Dirce de Aguiar Maia. Revista Maringá Ilustrada, maio de 1957.

Se havia quem cuidasse da saúde, seria preciso, também, quem cuidasse da fé da população. Conforme relatado, a única capela existente no vilarejo até 1945 era a São Bonifácio, situada em região distante do núcleo urbano da época. A fim de resolver a dificuldade de acesso às missas, um grupo de empresários, juntamente com a força e a vontade da comunidade, organizou uma série de ações em prol da construção de uma capela mais próxima. Desse modo, a cruz da futura Capela Santa Cruz foi instalada em 1945, na Avenida Brasil esquina com a Rua Moscados (atual Santa Joaquina de Vedruna).

O terreno foi doado pela CTNP e a inauguração da capela se deu em 1946. É considerada a primeira igreja da área urbana de Maringá.

Visando a futura ocupação da zona prevista pelo urbanista Jorge de Macedo Vieira, a Catedral teve sua pedra fundamental lançada em 1948, com o empenho da CTNP.

Com muitas famílias se instalando no vilarejo,³⁷ em março de 1946 foi fundado o primeiro estabelecimento de ensino para as crianças de Maringá, a Casa Escolar. Instalado na então Rua Pinguim (atual Antonio Carniel), era um espaço pequeno e precário que recebeu 48 crianças em diferentes períodos. Um ano depois, o nome foi alterado para Escola Isolada do Maringá Velho. Em 1º de agosto de 1948, o educandário ganhou espaço mais adequado para atender a demanda crescente de alunos. Mais tarde, a Escola Isolada do Maringá Velho seria destruída por um incêndio.³⁸

Nesse contexto de formação urbana, o trabalho dos fotógrafos foi de grande relevância para a história, registrando flagrantes e aspectos para que historiadores e pesquisadores, auxiliados também por documentos escritos, possam chegar o mais próximo da veracidade dos fatos.

O primeiro e conhecido estúdio fotográfico de Maringá data de 1947. A empresa responsável se chamava Foto Primeiro e ficava na Avenida Brasil, quase em frente da Casa Planeta, ao lado do Carnegie Hotel, e tinha como proprietário Shizuma Kubota. Algumas fotografias do final da década de 1940 têm a marca desse estabelecimento.

O segundo, de 1949, foi o Foto Moderno de Tutomo Sanuki e localizava-se na antiga Rua Cleópatra (atual José Jorge Abraão). Os demais viriam ao longo da década de 1950. Entretanto, o mais conhecido é o Foto Maringá, de 1951, de Kenji Ueta. Apesar de não ter sido o primeiro a prestar tais serviços, seria o que produziria a maior quantidade de materiais fotográficos históricos, fazendo de Ueta uma das mais importantes personalidades da cidade.

Alguns personagens, com visão além de seu tempo, chegaram para proporcionar entretenimento aos habitantes locais. É o caso do empreendedor José Jorge Abraão, que fundou o Cine Primor, em 1947. Foi um dos primeiros cinemas de Maringá e possui uma história mais do que pitoresca.

As sessões eram realizadas duas vezes por semana, aos sábados e aos domingos. A programação ficava sob a responsabilidade de uma empresa cinematográfica de Botucatu-SP, que despachava as películas em ônibus da Viação Garcia. O operador dos filmes era Fausto José Jorge, conhecido como Jamil. Um alto falante instalado no lado externo do Cine Primor anunciava a programação do dia.

Por se tratar de um consumo não essencial à sobrevivência da população, os constantes prejuízos foram inevitáveis e a família de José Jorge Abraão arrendou o empreendimento para terceiros por um ano, recebendo-o de volta depois. O prédio ficou fechado por alguns meses e seria reinaugurado em 2 de novembro de 1949. Mas, por volta das 18h20 daquele dia, o cinema incendiou-se e o fogo se alastrou, destruindo praticamente todo o quarteirão.

O próprio operador do cinema, Fausto Jorge, esclareceu o ocorrido em entrevista concedida ao Jornal de Maringá de 27 de agosto de 1950:

37 Sobre o “Maringá Velho”, France Luz relata: “A rua principal, em cujos lados se alinhavam as casas de comércios mais importantes, era ao mesmo tempo a estrada que demandava Paranavaí e Campo Mourão. Por ela passavam caminhões com mudanças, que se dirigiam em grande parte para a zona rural. Muitos paravam por ali e arrumavam serviço. Houve época que se contavam até 80 mudanças por dia. Por aquela via transitavam também carroças e o único ônibus que fazia a ligação, uma vez por dia, com Londrina.” LUZ, 1997, p. 67.

38 Revista Maringá Ilustrada, maio de 1957.



Registro do primeiro avião que pousou em Maringá, em 21 de novembro de 1947. Na imagem, pode-se identificar Alfredo Werner Nyffeller (de gravata); à direita dele, Geoffrey Wilde Diment (agrimensor); e, agachado com calça escura, Hermann Moraes Barros; esses últimos, membros do alto escalão da CTNP. Foto Primeiro / Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.



Raras imagens da primeira sede do Foto Maringá, de Kenji Ueta, em 1951. Na época, localizado na Avenida Duque de Caxias em frente da atual Praça Napoleão Moreira da Silva. Foto Maringá.



Avenida Brasil. À esquerda da imagem o Cine Primor (o mais alto) e ao fundo, na esquina, a Cerealista Sayão. Foto: Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.

A causa principal que determinou a destruição do Cine Primor foi o fato de a fita (dos filmes) ser constituída à base de celulóide, material este altamente inflamável, pois apenas o atrito entre as fitas e as latas que as continham motivou o início do incêndio. Imediatamente tentamos atirar os rolos por uma das janelas do prédio, mas esta era de tamanho menor. Com isso, os rolos caíram na própria cabine e o fogo se propagou rapidamente. Eu e mais duas pessoas que lá se encontravam, fomos obrigados a pular da cabine para o interior do cinema sem a utilização de escada. Em virtude de o cinema ser de madeira, o fogo tomou-lhe conta inteiramente, causando enormes prejuízos à nossa família, bem como aos demais moradores vizinhos.³⁹

Outro cinema que ganhou destaque, ainda no final da década de 1940, foi o Cine Maringá, de propriedade de Odwaldo Bueno Netto e Winifred Bueno Netto. Teve sua primeira estrutura instalada na Avenida Brasil, onde hoje está a Lojas Riachuelo. Funcionou de maneira precária no início. Não era coberto e tinha como tela um grande tecido ao fundo do terreno. Sem assentos, obrigava o público a levar cadeiras nas exibições. Em pouco tempo, entretanto, se estruturou em um empreendimento significativo. Na década de 1950 se transformaria em um dos maiores cinemas do país.⁴⁰

Apesar da precariedade da infraestrutura, os novos moradores não paravam de chegar às cidades abertas no norte do Paraná. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, registrou no censo de 1950 que, dos 80 municípios existentes no estado, 36 estavam localizados no norte, com um total de 974.287 habitantes, ou 46% de toda a população paranaense da época. Impulsionada pela propaganda disseminada pela CTNP, a maioria das pessoas se instalou na zona rural. Só para se ter uma ideia de como a década de 1940 representou um expressivo crescimento populacional e, conseqüentemente, econômico, o norte do Paraná entre os anos de 1940 e 1950 somou 633.838 novos habitantes.⁴¹

A década de 1940 também se mostrou benéfica para a ocupação de Maringá. O mesmo censo aferiu um total de 38.588 habitantes, sendo 7.270 residentes em zona urbana e 31.318 em meio rural.⁴²

Entre 1938 e 1949, segundo registros oficiais, foram comercializados em Maringá 1.629 lotes pela CTNP, sendo que os anos de maior venda se estabeleceram em 1941 (314 lotes), 1943 (302 lotes) e 1947 (252 lotes). A empresa vendeu mais terrenos em 1941 – antes mesmo do lançamento da pedra fundamental, em novembro de 1942 – do que quando inaugurou oficialmente a cidade, em maio de 1947.⁴³

Há estudos que apontam justificativas para esse fato inusitado. Depois que Jorge Macedo Vieira iniciou a concepção do projeto urbanístico, a colonizadora optou por segurar a venda massiva dos lotes, reiterando que o centro da cidade seria implantado em uma região mais plana, distante alguns quilômetros do aclave onde se encontrava o “Maringá Velho”. Havia também outra justificativa, segundo a CTNP: a de que o centro da cidade precisaria estar próximo das linhas de escoamento ferroviário, o que acompanharia a proposta de Vieira.

Assim, com a abertura do novo traçado estabelecido por Vieira, fato que se deu de 1945 até 1947, a CTNP iniciou um amplo processo de desmatamento e arruamento que teve continuidade por mais alguns anos. O processo funcionava em etapas e, contemplava, além da derrubada da mata nativa, a queimada. Antigos moradores relatam que tocos e troncos permaneciam em brasa por dias a fio, como focos “macabros” de luz no breu noturno de uma cidade ainda sem abastecimento e distribuição de energia elétrica.

Sob outro olhar, esse movimento em prol da implantação da futura cidade gerou nova oportunidade: a de beneficiamento da madeira bruta. Assim, além da Serraria Villanova e da serraria da própria CTNP – que foram as primeiras – Maringá chegou a possuir mais de quinze empresas deste segmento ainda nas décadas de

39 O Jornal de Maringá de 27 de agosto de 1950 in ANDRADE, 1979, p. 97.

40 Depoimento de Peter Bueno Netto, filho de Odwaldo Bueno Netto, em outubro de 2011.

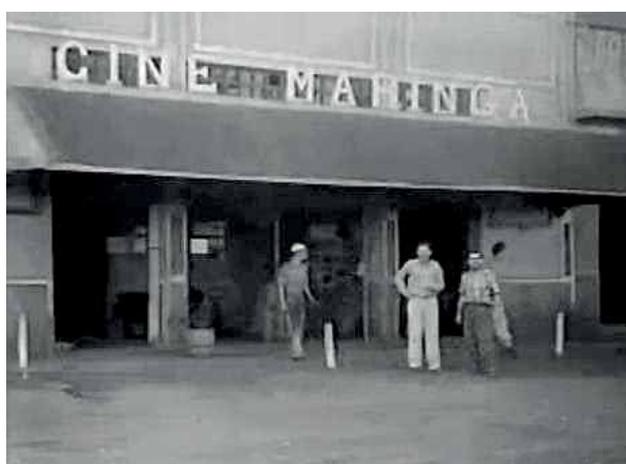
41 LUZ, 1997, p. 23 e 24.

42 IBGE in ANDRADE, 1979, p. 88.

43 ANDRADE, 1979, p. 73.



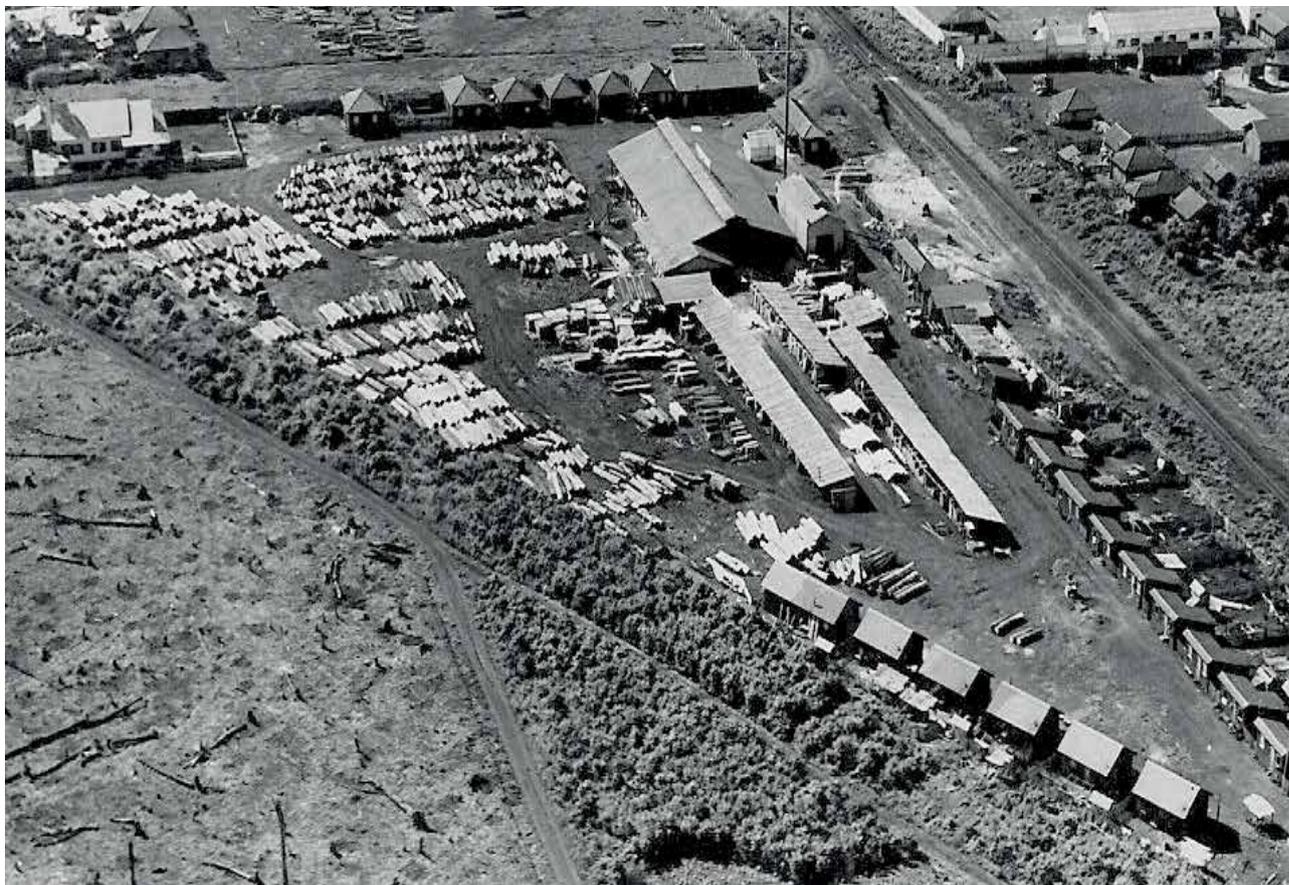
Registros do cenário de destruição deixado pelo incêndio no Cine Primor. Consta-se que não só o cinema foi destruído, mas também parte do quarteirão onde estava instalado. Fotos: Acervo JC Cecílio.



Cine Maringá: raro registro da fachada de sua primeira estrutura, na Avenida Brasil.



Operários da Serraria Santos, Balani S.A., ainda em construção, na década de 1940. Fotos: Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.



Serraria São Sebastião, de propriedade de Vanor Henriques. Foto: Gerência de Patrimônio Histórico.

1940 e 1950. Entre elas, Serraria Santos, Balani S.A., de Vitório Balani e Durval Francisco dos Santos; Serraria Brenner, de Agostino Brenner; Serraria São Sebastião, de Vanor Henriques; Serraria Santa Helena; Serraria Camponesa; Serraria Nossa Senhora de Fátima; Serraria Slaviero; Serraria dos Irmãos Toda; Madeireira Philips e Serraria Werneck, de Waldomiro Werneck.

Para se ter ideia da magnitude desses empreendimentos, a Serraria Santos, Balani S.A., funcionou entre a atual Avenida Carlos Correia Borges e a Rua Visconde de Nacar. Nesse local, a movimentação e despacho de mercadorias era tão grande que uma colônia de 26 casas foi construída.

A Serraria São Sebastião manteve uma colônia de trabalhadores que chegou a possuir 32 residências e grande quantidade de veículos para o transporte de toras e madeiras beneficiadas.

Se por um lado o desmatamento se mostrava como sinônimo de desenvolvimento urbano, por outro gerava impactos ambientais que

ficaram marcados na memória de muitos que se estabeleceram na década de 1940. Com a falta de um ecossistema verde, a temperatura acentuada, agravada pela poeira dos dias secos, era um fator de sofrimento para os habitantes de Maringá naquele período. Na época de chuvas, sem árvores para drenar a água que se acumulava em poças, o sofrimento era grande e perdurava, pois o barro não secava tão rápido mesmo com a volta dos raios solares. Isso fazia com que a lama se tornasse uma pasta pegajosa que impregnava nos sapatos. Os habitantes trataram de solucionar essa dificuldade com um equipamento metálico instalado em uma peça de madeira que, geralmente, ficava em frente de residências e comércios. Ali, as pessoas raspavam as solas dos calçados para retirar o excesso de barro e lama. Segundo o folclore da época, muitos paulistas choravam ao ver aquela situação de precariedade e, com isso, a tal peça ficou conhecida como “chora paulista”.

Maringá nasce oficialmente

Enfim, a CTNP definiu o grande dia da inauguração de Maringá: 10 de maio de 1947, “cidade destinada a se tornar capital da porção mais ocidental das terras da CTNP (...). (...), planejada para ser uma segunda capital regional (depois de Londrina), em lugar privilegiado”.⁴⁴ O evento aconteceu já na nova área, mais plana, alguns quilômetros a leste do “Maringá Velho”, na atual Praça Raposo Tavares. Um pequeno palanque foi improvisado para a festividade que reuniu algumas centenas de pessoas. Houve hasteamento da bandeira do Brasil em mastro arranjado com madeira de lei extraída da própria mata nativa da região, pronunciamentos de autoridades e membros da diretoria da colonizadora e a bênção do padre alemão Emílio Clement Scherer.

O fato inusitado é que, depois da solenidade, a CTNP realizou um grande churrasco seguido de baile numa estrutura de estilo tapera sem paredes. Era um grande barracão armado para aquele fim. Quem destaca o fato é Edgar Osterroht, baseado em depoimento que ouviu de Felizardo Meneguetti:

[...] Também na solenidade oficial (de inauguração de Maringá) [...], o Sr. Felizardo Meneguetti estava presente [...]. Ele conta que no lugar onde hoje está o Centro Comercial entre a Avenida Brasil e a Praça Raposo Tavares, a Companhia construiu um grande barracão, feito de pau do palmito e coberto com folhas de palmeira, (onde aconteceu) um gigantesco churrasco e fogos de artifício, com muita música, bebidas, enfim uma festa pra valer. [...] A Companhia deu de presente aos convidados dois caminhões carregados de laranjas. No início de Maringá não havia plantações de laranjas, nem outras frutas ou vegetais suficientes para abastecer o comércio. Um grande presente na época.⁴⁵

Na região mais plana, longe do núcleo primário, se definiu o local de construção da futura estação ferroviária, onde novos estabelecimentos

comerciais surgiram. A CTNP priorizou a venda de seus lotes nessa nova frente urbana. Assim nasceu a Casa Ribeiro, dos irmãos Ribeiro.

No ano de 1947, Francisco Feio Ribeiro e o irmão Manoel, com suas famílias, se mudaram para Maringá e adquiriram uma gleba rural na região de Capelinha (atual Nova Esperança) e quatro lotes urbanos onde fundaram a Casa Ribeiro & Cia., na esquina das Avenidas Brasil com a Herval. Nela se vendia de tudo, desde artigos alimentícios, roupas, sapatos, rádios, até materiais para construção. Com a prosperidade da empresa, os irmãos, Francisco e Manoel, passaram a investir nas fazendas de café. Empreendedores, eles perceberam que as arcaicas estradas corroíam rapidamente as borrachas dos pneus dos pesados caminhões. Assim, paralelamente aos negócios envolvendo o “Ouro Verde”, iniciaram uma revenda de pneus.

No final da década de 1940, os habitantes chegaram a dizer que se no “Maringá Velho” existia a Casa Planeta, de Ângelo Planas, no “Maringá Novo” tinha a Casa Ribeiro, dos irmãos Ribeiro. Eram as duas referências comerciais da época.

Outro estabelecimento foi o Posto Santo Antônio, mais conhecido como Posto Maluf.

Alfredo Moisés Maluf chegou a Maringá em 1948, vindo de Piracicaba, interior de São Paulo. Em pouco tempo adquiriu o terreno onde fundou o Posto Santo Antônio, juntamente com uma oficina mecânica, uma loja de peças e uma revendedora de veículos, ao lado da Praça José Bonifácio – mais conhecida como Praça do Posto Maluf.

Após a fundação, o Posto Maluf se tornou referência na região. Relatos garantem que, na época, muitos viajantes que faziam o trajeto interior de São Paulo–Curitiba (ou vice-versa) obrigatoriamente tinham que passar pela Avenida Brasil e que o posto era parada obrigatória.

Mais tarde, o empresário montou uma revendedora de automóveis importados, como Studebaker, DKV e Alfa Romeo.

Como no período eram raros os postos de combustíveis, Maluf foi o único fornecedor de óleo diesel para a usina de energia elétrica de Maringá, que seria fundada anos mais tarde, na década de 1950.

Com muitos funcionários e com dificuldade

44 LUZ, 1997, p. 38 e 46.

45 OSTERROHT, Edgar Werner. **Maringá: passado e futuro**. Midiograf: Londrina, 2007.



Casa Ribeiro, que viria a se transformar em um dos maiores estabelecimentos comerciais da cidade no final da década de 1940.
Fotos: Acervo Família Ribeiro.

para encontrar moradia para todos, Maluf construiu uma pequena vila nas proximidades das empresas.

Como ponto de referência, tudo ficava para lá (em direção ao “Maringá Velho”) ou para cá (na região do “Maringá Novo”) do Posto Maluf.

Se havia pessoas se mudando em massa para Maringá, era fato que além da mão de obra, muitas vezes da própria família, era necessário a aquisição de materiais para a construção de residências e novos empreendimentos. Foi assim que a Rodolpho Bernardi & Cia. ampliou suas estruturas: do “Maringá Velho”, onde foi fundada em 1946 por Rodolpho Bernardi, foi transferida para a Avenida Brasil, ao lado do Posto Santo Antônio, já na nova região aberta pela CTNP, em 1947.

A Rodolpho Bernardi & Cia. trabalhava como fábrica de esquadrias e móveis. Quando foi para o “Maringá Novo”, os negócios foram ampliados com a instalação de uma serralheria especial que produzia janelas e similares. Com o passar do tempo, a Rodolpho Bernardi se transformaria em um “vendão” de ferragens e ferramentas.

Com a expansão da cidade rumo ao leste, o aumento de viajantes foi inevitável. Com isso, no final da década de 1940, surgiram novos hotéis. Foi o caso do Bom Descanso, de propriedade de Flávio Ceravolo e Suzana Ceravolo, localizado na Rua Santos Dumont, em frente à atual Praça Napoleão Moreira da Silva. Foi nesse estabelecimento hoteleiro que a CTNP se reuniu com representantes da VASP a fim de estabelecer uma linha aérea comercial em Maringá.

Dada a precariedade das estradas de rodagens que conectavam Maringá ao restante do mundo

na longínqua década de 1940, era necessário estruturar um equipamento para facilitar a vinda de investidores para a cidade que já se destacava. Desse modo, apesar de aviões de pequeno porte já estarem pousando em campos improvisados desde 1947, foi em 1948 que a CTNP executou o projeto de terraplenagem das três pistas projetadas por Jorge de Macedo Vieira, nas proximidades da Avenida Tuiuti, atrás da Serraria Villanova.

A primeira pista não foi efetivada. A segunda foi concluída, mas não foi muito utilizada, pois oferecia demasiado perigo aos pilotos por seu eixo estar justaposto aos ventos predominantes, dificultando pousos e decolagens. A terceira pista se tornou a oficial.

Com isso, o campo de aviação foi inaugurado em 18 de setembro de 1949. A CTNP entregou o aeroporto à cidade, sendo ela ainda distrito de Mandaguari. O evento ocorreu no próprio local, com demonstrações de pousos e decolagens. Na mesma noite, um baile na Sede Social do “Aero Clube” de Maringá, situado na Avenida São Paulo, encerrou as festividades.

O Aero clube de Maringá se tornou um espaço de destaque da alta sociedade. No entanto, vale um esclarecimento importante. O Aero clube em si era um galpão onde instrutores de voo ensinavam os mais aventureiros a se locomoverem pelos céus da cidade e estava instalado nas proximidades da Avenida Gastão Vidigal, no final da Vila Operária. Sua sede social, todavia, foi construída na Avenida São Paulo, área central, onde passariam a acontecer os eventos mais requintados até a década de 1950, quando surgiriam outros clubes.

Vista da Casa Planeta. À esquerda, em frente à segunda porta, uma das primeiras bombas de combustível de Maringá. À extrema direita, a residência da família Planas. Foto: Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.

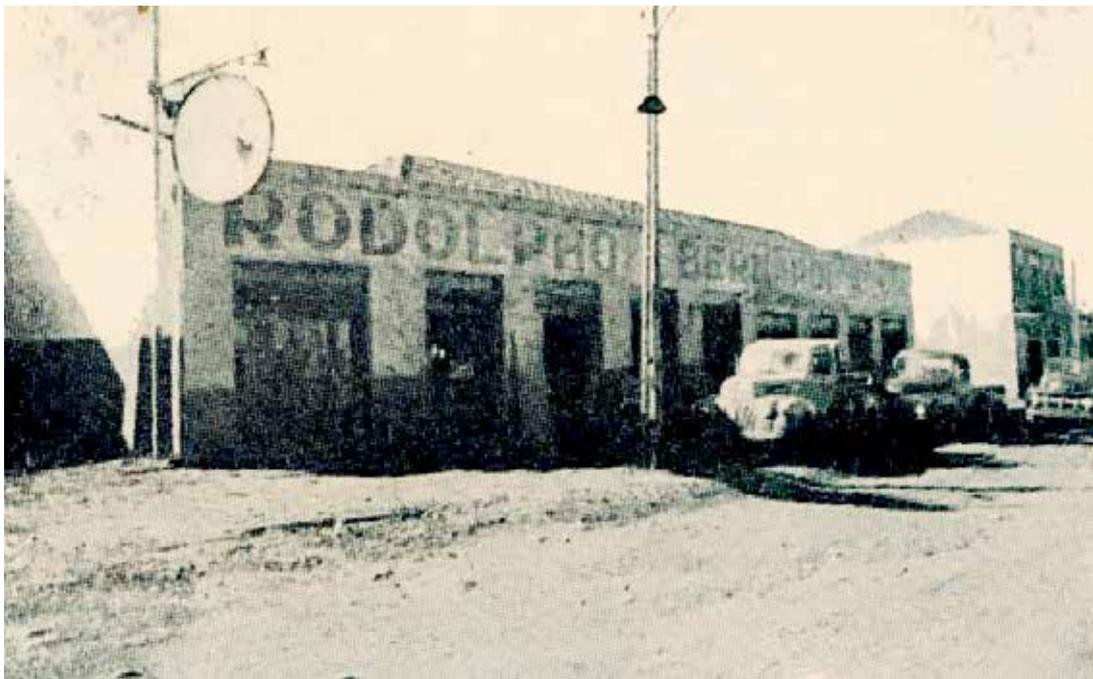




Ângelo Planas, quando já acalentava o sonho de comandar Maringá, como prefeito. Foto: Acervo Família Planas.



Posto Santo Antônio e a pequena colônia de residências, ao fundo do empreendimento de Alfredo Moisés Maluf. Fotos: Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.



Fachada das novas instalações da Rodolpho Bernardi. Foto: Revista Maringá Ilustrada, maio de 1957.



Primeira criança registrada em Maringá. Sérgio Ceravolo, filho de Suzana Ceravolo e Flávio Ceravolo – proprietários do Hotel Bom Descanso. Ela nasceu em 12 de fevereiro de 1949 no interior do estabelecimento dos pais. Maringá havia se tornado distrito (1947), mas ainda carecia da instalação de seu primeiro Cartório de Registros. Muitos pais, assim como os da família Ceravolo, aguardavam ansiosos para que um de seus filhos se tornasse o primeiro a ser registrado em Maringá. Entretanto, foi Sérgio que venceu a disputa em 23 de maio de 1949. Foto: Acervo Família Ceravolo.



Documentos apontam que a primeira criança nascida em Maringá foi Juracy Cordeiro, em 11 de fevereiro de 1942. Foto: Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.

O evento de inauguração do Aeroclube ocorreu em 9 de agosto de 1948, um ano antes da entrega do aeroporto, e teve como idealizadores Alfredo W. Nyffeler, Ângelo Planas, Álvaro Fernandes, Arlindo de Souza, Luiz Alfredo, Onésio Ferraz, César Haddad e José Assumpção Maia. Seu primeiro presidente foi Ângelo Planas; e o tesoureiro, Álvaro Fernandes. Nyffeler foi cotado para a presidência, mas por ser suíço não pôde assumir.

Com a grande movimentação de pessoas e empreendimentos novos surgindo todos os dias, houve incremento na circulação de dinheiro por Maringá. Diante da inexistência de instituições bancárias, os habitantes precisavam se locomover até Mandaguari ou Apucarana para utilizar os serviços dos bancos.

As mercadorias eram adquiridas pelos comerciantes em Apucarana, Londrina ou diretamente de São Paulo, por intermédio de viajantes que percorriam a região. Eram transportadas por estrada de ferro até Apucarana e de lá em caminhões ou mesmo em carroças. Até a instalação da primeira agência bancária, em 1948, os depósitos de dinheiro eram feitos em Apucarana.⁴⁶

O problema foi resolvido quando foi instalado na cidade o Banco Comercial do Paraná, em 1948, então localizado na Avenida Getúlio Vargas esquina com a Rua Santos Dumont.

Até aqui, a década de 1940 quase se mostra um período independente da participação dos Setores Públicos no desenvolvimento da jovem Maringá. A CTNP é apontada por muitos pesquisadores como soberana nas benfeitorias, até mesmo institucionais, do desenvolvimento da cidade.

É evidente que a colonização privada se mostrou profícua e benéfica sob o ponto de vista socioeconômico na região. Entretanto, há de se fazer justiça à participação pública neste sentido. Para esse efeito, o historiador da Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá, João Laércio Lopes Leal, alerta:

A maioria dos textos históricos escritos sobre Maringá até os dias atuais tem algumas características merecedoras de destaque. Invariavelmente consagram o modelo trinômio Café/Companhia/Pioneiro, como se inexistissem outras dimensões para serem enfocadas. Quando abordadas outras áreas, elas acabam desaguando no mar dessa tríade, constituindo-se numa espécie de camisa de força da história local.

Visto de forma diferente, a predominância desse formato explicativo referenda a opção pelos campos da política e da economia, setores privilegiados pelos estudiosos, que acabam desprezando ou relegando o plano secundário de assuntos como religião, sociedade civil, cultura, educação, meio ambiente etc. Se não bastasse a monotematização, tem-se também a visão edulcorada impressa na história de Maringá, como se a cidade, na sua gênese e desenvolvimento, fosse a reedição do paraíso terrestre.

As pessoas – jornalistas, políticos, historiadores, geógrafos, sociólogos, publicitários e mais um punhado de categorias responsáveis por imprimirem essa imagem da história do município – auferiram com competência a disseminação de sua proposta narrativa. É praticamente impossível pensar a trajetória temporal de Maringá sem obedecer ao ditame cronológico imposto pelos entusiastas da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (anteriormente Companhia de Terras Norte do Paraná), ou pela própria empresa. Nesse sentido, o livro de autoria do jornalista Rubens Rodrigues dos Santos, publicado em 1975, por encomenda da Companhia, para comemorar seu cinquentenário, consagra-se como um tipo de bíblia para os amantes da ação capitalista “colonizatória”.

Provavelmente, essa obra seja a líder em citações e consultas por parte dos que se dedicam a estudar o norte do Paraná. Concebida como autoelogio das atividades da empresa, contém valiosas informações históricas, úteis por facilitarem o entendimento do processo de colonização do setentrão paranaense. Evidentemente, o tom laudatório corrobora o sentimento dos formadores de opinião, que encontram no texto a justificativa de suas bajulações e exaltações ante a instituição privada.⁴⁷

Além desse descolamento da história imposto pela colonizadora, outro aspecto perpetuado

46 LUZ, 1997, p. 68.

47 LEAL, João Laércio Lopes. **(Des)Conhecida História de Maringá: Novas Possibilidades Temáticas**. Revista Espaço Acadêmico – Nº 121 – junho de 2011. Universidade Estadual de Maringá.

Inauguração do Aeroclube de Maringá



Festividades de inauguração na pista do Aeroclube.



Baile de gala para comemorar o acontecimento. Fotos: Revista A Pioneira, novembro e dezembro de 1949.



Registro do momento histórico de inauguração do clube de voo em Maringá. Da esquerda para direita, algumas lideranças que já despontavam na cidade: Napoleão Moreira da Silva, Alfredo Werner Nyffeler, Hermann Moraes Barros e Ângelo Planas. Foto: Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.



Registros externo e interno da sede social do Aeroclube, localizada na Avenida São Paulo. Fotos: Museu Bacia do Paraná (UEM).

por diversas publicações, acadêmicas ou não, é vincular Maringá tão somente como distrito de Mandaguari,⁴⁸ como se, entre o seu lançamento em 10 de novembro de 1942 e a transformação em distrito em 1947, o vilarejo tivesse sido administrado apenas pela CTNP. O que não é verdade.

A empresa colonizadora não atuou solitária em um vazio administrativo. Sempre houve participação do poder público em suas fases de operação comercial, o que gerou diversos atritos, conforme será destacado na década seguinte.

A questão é que Maringá, desde o início dos anos 1940, contou com participação, mesmo que pequena em determinados períodos, de diversos departamentos e agentes públicos em sua constituição institucional, estrutural e política administrativa:

Sabe-se, até o momento, que pelo menos três instituições estatais atuaram efetivamente nessa área em sua fase pré-municipal de Maringá. São elas: o Departamento de Estradas e Rodagens – DER (estadual), o Posto Agropecuário de Maringá, pertencente à 7ª Zona Agrícola de Londrina (estadual) e a Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima-RFFSA (federal).⁴⁹

Em outro aspecto, Maringá teve vínculo com três municípios mandatários durante as fases patrimonial e distrital: Londrina (de 1936, quando é nomeada a região, até dezembro de 1943) e Apucarana (de 1943 a outubro de 1947),⁵⁰ quando era patrimônio dessas cidades; e, somente a partir de outubro de 1947, de Mandaguari, quando é elevada à categoria de distrito.⁵¹ Quando a CTNP funda Maringá, ainda como patrimônio, a circunscrição municipal era Apucarana. Além disso, vale ressaltar que:

[...] na fundação do núcleo urbano embrionário de Maringá (1942), o assim chamado “Maringá Velho”, a autorização de tal ato foi expedida pelo prefeito municipal de Londrina, o Sr. Miguel Blasi, inclusive presente, juntamente com sua equipe, na famosa fotografia que registra a instalação do povoado. Há também o episódio envolvendo a liberação do alvará de licença para a execução do plano urbanístico de Maringá, projetado por Jorge de Macedo Vieira. Esse documento foi enviado pela prefeitura de Apucarana em 1945, e só a partir disso a Companhia pôde efetivar o desenho no solo.⁵²

De todo modo, mesmo com o planejamento, vale destacar que ao longo de 1947 e 1948, Maringá acabou adquirindo a alcunha de “Cidade Fantasma”, pelo elevado número de residências ainda não ocupadas na parte nova. Isso se deu devido a uma cláusula inserida nos contratos de compra e venda da CTNP, obrigando que se construísse, no prazo de um ano, nos terrenos negociados. Estratégia encontrada pela colonizadora para apressar o desenvolvimento da cidade:

A medida, se não afastou inteiramente a especulação imobiliária, fez com que a cidade fosse tomando aos poucos os seus contornos. As construções foram surgindo, a maior parte de madeira; muitas, contudo, permaneciam fechadas, pois seus donos residiam em outras cidades.⁵³

Documentos da prefeitura de Mandaguari – quando Maringá ainda era seu distrito – apontam que de 1949 a 1952 foi constatado um total de 1.945 construções pela cidade. Delas, 1.650 em madeira, 259 de alvenaria e 36 mistas (alvenaria e madeira). As zonas 1, 3 e 7 foram as que apresentaram maiores índices de construção naquele quadriênio.⁵⁴

Com a pujança de Maringá, e já no fim do ciclo da década de 1940, a organização associativista se tornaria ponto recorrente no meio urbano e rural da cidade.

48 “O município de Mandaguari foi criado em 1947, pela Lei nº 2, de 10 de outubro [...]. o município tinha 14.000 km² de extensão e contava com quatro distritos: Mandaguari, Marialva, Maringá e Paranaíba. Assim, apenas cinco meses após sua fundação, Maringá se tornava sede de um distrito com 3.390 km² de extensão.” LUZ, 1997, p. 77.

49 Depoimento de João Laércio Lopes Leal, em 6 de agosto de 2015.

50 Ibid.

51 Distrito criado com a denominação de Maringá, pela Lei nº 2, de 11 de outubro de 1947, subordinado ao município de Mandaguari.

52 Depoimento de João Laércio Lopes Leal, em 6 de agosto de 2015.

53 DUQUE ESTRADA, 1961 in LUZ, 1997, p. 78.

54 LUZ, 1997, p. 85.



1º de novembro de 1947, inauguração da Padaria e Confeitaria Arco-íris, na Avenida Brasil esquina com a então Rua General Câmara (atual Basílio Sautchuk). Na foto vemos, a partir da esquerda: Geoffrey Wild Diment, Napoleão Moreira da Silva, Arlindo Marquezine, Walter Kreiser, Mafalda Gandra, Maria Fernandes, Ernesto de Paiva, Padre Emílio Scherer, Sílvia Nyffeler, Rosa Planas, Ângelo Planas (extrema direita, de terno claro), Maria Paiva e outros não identificados. Foto: Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.



A construção da Casas Pernambucanas de Maringá, localizada na Avenida Brasil esquina com a Avenida Duque de Caxias, foi iniciada em 1947. Mesmo ano em que a então CTNP iniciou a venda dos lotes no “Maringá Novo”. Uma das estratégias era angariar grandes varejistas do comércio nacional para alavancar a valorização dos terrenos e incentivar sua compra. A Casas Pernambucanas estava entre esses âncoras. Interessante salientar que, em 1956, a empresa fez algo atípico para a época: abriu uma filial também no “Maringá Velho”. Talvez, para atender a alta demanda que ainda existia naquele ponto da cidade. A imagem acima é de 1949. Foto: Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.



Com muitas empresas na cidade, era necessário que uma tipografia, ou gráfica, produzisse os impressos publicitários de tais estabelecimentos. Assim nasceu a Tipografia e Papelaria Maringá na Rua Santos Dumont, fundada por João José de Oliveira, em 1949. João José de Oliveira, personagem pouco comentado, possui uma história interessante. Paranaense nascido em Jacarezinho, ele foi combatente da Força Expedicionária Brasileira durante a Segunda Guerra Mundial. Foto: Revista Maringá Ilustrada, maio de 1957.



Inauguração do Banco Comercial do Paraná. Da esquerda para direita: Cesar Haddad, Ângelo Planas, Flávio Seravolo, Vladimir Babkov, Aníbal Goulart Maia, Alfredo Werner Nyffeller, Aristides de Souza Mello, Agostinho Brenner, Rafael Papa, João Borba, Alfredo Nyffeller Filho, Álvaro Miranda Fernandes, Nassif Haddad, Manoel Neto Leite, Luiz Alfredo, João Tomas e demais não identificados. Foto: Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.

Uma das primeiras entidades a serem constituídas foi a Sociedade Médica de Maringá, em 1949, que teve como primeiro presidente o Dr. Lafayette da Costa Tourinho. Na época, havia três hospitais na cidade: São Paulo, Santa Cruz e Maringá, além de um grande número de clínicas e consultórios.

Com o crescimento do povoado e a chegada de comerciantes e profissionais liberais esclarecidos e com ideais, começaram a emergir os interesses políticos. Segundo Jorge Ferreira Duque Estrada:

As “conjuminações” fervilhavam nos bastidores da política. Maringá se transformava numa bela moça. Bela, rica e virgem. Todos os “chefes políticos” queriam ter a honra de

possuí-la pela vez primeira. De amigos que tinham sido até então, os “chefes” já mal se cumprimentavam. Abriam, sim, largos sorrisos aos possíveis eleitores, acenando as mãos em gestos eloqüentes, mesmo que o furtivo eleitor estivesse a se perder de vista.⁵⁵

Entre diversos agentes sociais daquele período, dois ganharam maior destaque graças aos seus estabelecimentos comerciais no “Maringá Velho”: Ângelo Planas e Napoleão Moreira da Silva.⁵⁶

55 DUQUE ESTRADA, 1961, p. 16.

56 DIAS, Reginaldo Benedito. **Da arte de votar e ser votado**: as eleições municipais de Maringá. Maringá: Clichetec, 2008.

Os armazéns desses homens eram verdadeiras cooperativas, que ajudaram a “formar” inúmeros sítios, fazendas e chácaras. Enri-queceram, é certo, que ninguém veio para cá pelo prazer de “comer pó”.

[...]

Quando Maringá não era sequer distrito, [...], aqui já existiam dois partidos, com seus respectivos diretórios. O primeiro, da União Democrática Nacional, fundado e presidido por Ângelo Planas e que elegeu para vereador seu irmão, Arlindo Planas; o segundo, do Partido Social Democrático, presidido por Mário Jardim, e que elegeu Napoleão Moreira da Silva, também para vereador.⁵⁷

Segundo o historiador Reginaldo Benedito Dias, o distrito de Maringá teve representantes concorrendo a cargos políticos por Mandaguari nas eleições de 16 de novembro de 1947. Naquele ano, Décio Medeiros Pullin (PSD) seria eleito à prefeitura de Mandaguari, com Waldemar Gomes da Cunha (UDN) – ligado à CTNP – em segundo lugar. Maringá elegeu dois vereadores para a Câmara Municipal de Mandaguari, sede do município: Arlindo Planas (UDN) e Napoleão Moreira da Silva (PSD).⁵⁸

Em pouco tempo, nova composição partidária se estabeleceu em Maringá. O Partido Republicano (PR) teve seu diretório criado no distrito a fim de organizar na região a campanha para governador de Bento Munhoz da Rocha Neto, quando ocorreu a cisão com a UDN. Naquele processo, Ângelo Planas fundou e passou a presidir o PR em Maringá, sendo acompanhado por seu irmão, Arlindo Planas. Na outra esfera, Napoleão Moreira da Silva entra em conflito com o prefeito de Mandaguari, Décio Pullin, quando abandona o PSD para se tornar líder da UDN local. Assim, de um lado, Ângelo Planas encabeça o PR; enquanto Napoleão Moreira da Silva lidera a UDN. Foram criados, assim, segundo Duque Estrada, “(...) dois poderosos grupos, contando com recursos financeiros e com largo prestígio no eleitorado”.⁵⁹

Segundo France Luz, além dos irmãos Planas, compuseram o diretório do PR: Nassib Haddad, Boanerges de Oliveira Fernandes, Durval Francisco dos Santos, Ariovaldo Moreno, entre outros.⁶⁰

Essa divisão clara de interesses se tornaria definitiva para forjar, não só lideranças políticas, mas estabelecer, no início da década de 1950, a força do associativismo acima de vontades e desejos pessoais, ainda que, em alguns momentos, alguns atores da política utilizaram o associativismo na tentativa de melhorar suas posições no jogo de xadrez da política.

Maringá, por outro lado, não suportaria permanecer tão somente como distrito de Mandaguari e, por força de lei, embasada em sua representatividade territorial e socioeconômica, galgaria a tão sonhada emancipação política. Ao obter êxito no desmembramento, a cidade passaria pela próxima década, que seria a mais complexa de sua história sob o ponto de vista de sua recém constituída administração pública.

57 DUQUE ESTRADA, 1961, p. 18-19 e 27.

58 SILVA, 1982, p. 84 in DIAS, 2008, p. 32.

59 DUQUE ESTRADA, 1961, p. 28 in DIAS, 2008, p. 33.

60 LUZ, 1997, p. 71.





Década de 1950

*A fase da
consolidação
de Maringá*



A Avenida Brasil, entre as atuais praças 7 de setembro e José Bonifácio. Alguns registros históricos apontam que a colonizadora optou por deixar evidente a separação do núcleo inicial da cidade, o dito “Maringá Velho”, com a nova área de interesse e, conseqüentemente, mais valorizada, o “Maringá Novo”. A verdade é que todas as fotos deste trecho são impressionantes porque ilustram e deixam mais claro que a ocupação urbana da cidade já sofria com a especulação imobiliária. Foto: Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.

Se os dados socioeconômicos da década anterior impressionam pelo rápido crescimento – fator responsável pela então CTNP ter direcionado os seus holofotes para Maringá –, seria ao longo dos anos de 1950 que a cidade se consolidaria como região próspera e organizada. Se essa se tornaria sua fase de consolidação, é fato que ainda havia um desafio gigantesco a ser superado: a conciliação entre o privado, que conduziu todo processo de colonização até aqui, e o público, que estava prestes a ganhar forma não mais como distrito de Mandaguari. Era Maringá prevendo ser um município independente.

Não há dúvida de que o espírito desbravador e inovador de empresários e colonos, entre outros personagens que chegaram naquele momento embrionário, foi fundamental para a conquista dos índices apresentados no capítulo anterior.¹ Mas, é preciso acrescentar que a localização da cidade também teve influência primordial nos resultados que se acentuaram ao longo dos anos 1950:

O local onde está situada Maringá, a 127 km de Londrina, é bastante adequado para a ereção de uma cidade de médio ou grande porte.

Fica no centro geométrico da zona colonizada pela Companhia [...] e conta com vias de comunicação que põem em contato com outras regiões do Estado e com São Paulo. [...]

Em virtude de sua privilegiada situação geográfica, Maringá tornou-se desde logo um dos principais núcleos urbanos fundados pela Companhia [...]. É circundada por terras férteis e próprias para o cultivo do café, com uma área agrícola de influência de mais de 300.000 alqueires.²

Apesar de o novo núcleo urbano³ ter sido lançado em 10 de maio de 1947, sob a justificativa de o projeto desenhado por Jorge de Macedo Vieira contemplar a “demarcação (...) da estação da estrada de ferro, a 2 km a leste da primitiva posição, pelo Departamento Nacional de Estrada de Ferro”,⁴ o início definitivo das operações ferroviárias na cidade demoraria sete anos. Os empresários sentiam a carência de uma organização para cobrar efetividade na implantação dessa necessidade para o escoamento das safras.

Até 1950, por estratégia de valorização, a colonizadora manteve separados os dois núcleos da cidade por uma área com lotes ainda não

1 Vale destacar que o crescimento do distrito de Maringá foi muito significativo. Tanto que em 1948, um ano após sua fundação oficial, foi criada uma agência arrecadadora distrital pela Prefeitura Municipal de Mandaguari. E, ainda no mesmo ano, essa agência foi substituída pela Subprefeitura de Maringá. LUZ, 1997, p. 77.

2 Ibid., p. 60.

3 “A área urbana da cidade abrangia, no plano inicial, 600 alqueires, com cerca de 5 km de comprimento e 3 de largura. Dessa área, 44 alqueires foram reservados para dois bosques de florestas naturais, com 22 alqueires cada um (...)”. Ibid, p. 72.

4 Idem.

comercializados. Era uma continuação da Avenida Brasil que ligava o “Maringá Velho” ao “Maringá Novo”, sem ocupação nos dois lados da via. Foi naquela década que os dois extremos se uniriam para formar uma única cidade.⁵

Com foco totalmente concentrado no “Maringá Novo”, além da instalação de meios-fios, a CTNP desempenhou grande esforço para, em parceria com uma série de empresas locais, aumentar os estabelecimentos comerciais da Avenida Brasil – via já considerada a artéria urbana da cidade – com energia elétrica. “Essa energia, gerada por um conjunto Diesel, serviu a vila até que o serviço definitivo da Empresa Elétrica do Vale do Ivaí chegasse a Maringá, em 1950”.⁶

Mesmo assim, o avanço econômico de Maringá não se calçou no “imaginário” construído pela CTNP em seus panfletos veiculados ao longo dos anos de 1930, 1940 e 1950. Não houve milagre, mas sim um amplo planejamento estratégico dos ingleses para a ocupação desse território:

[...] foi fruto de uma eficiente política altamente capitalista em relação com a terra. O processo de ocupação e colonização da região, na base da pequena e média propriedade, criou um autêntico modelo agrícola, que precisa ser seguido em outras regiões brasileiras.⁷

A Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) que, desde 1944 possuía capital brasileiro, passou a utilizar o nome Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) em 1951. Até então, boa parte das benfeitorias desenvolvidas pela cidade havia sido financiada por essa empresa. Por um lado, a colonizadora previa a valorização dos lotes de seu empreendimento; por outro, os novos habitantes que aqui aportavam tinham a sensação de que um amplo processo de urbanização estava em curso. Esse processo era real, mas não estava em consenso com o poder público, representado pela sede do distrito, Mandaguari. A colonizadora previa o choque de

gestão quando Maringá fosse elevada à categoria de município.

Para se ter noção mais real do crescimento urbano do distrito em relação à sua sede, Maringá abriu 1950 com uma população de 38.588 habitantes; Mandaguari possuía somente 16.153 habitantes em seu território urbano. Entretanto, sua base municipal era mais ampla e integrava os distritos de Maringá, Marialva, Mandaguaçu, Nova Esperança e Paranavaí, que o posicionava, em 1950, como o segundo mais populoso do Paraná, com 101.657 habitantes, atrás somente de Curitiba.⁸

Por conta disso, Maringá ocupava posição de destaque dentro do município de Mandaguari. Ainda em 1948, Maringá já abrigava mais profissionais liberais do que a sua própria sede: 6 médicos, 4 dentistas e 6 farmacêuticos. Além desse dado, constata-se um progresso cafeeiro por demais acentuado no início da década de 1950. “Ao findar o ano de 1949 havia na zona rural 15.000 habitantes e 12 milhões de cafeeiros plantados, que no ano seguinte se aproximavam a 20 milhões”.⁹

Os índices de ocupação urbana ilustravam que o distrito de Maringá crescia a passos largos. E, com quase 40 mil moradores espalhados pelas zonas urbana e rural, o setor imobiliário se transformou em um segmento promissor, enquanto que a sociedade rumava a uma organização mais dinâmica:

[...] em 1950, o novo núcleo apresentava: 1.200 casas; 6.000 propriedades rurais em todo o distrito; 4 associações esportivas e recreativas; 2 grupos escolares com 1.200 alunos, 16 escolas municipais e 5 escolas diversas; 3 hospitais; uma igreja matriz em construção, além de 7 igrejas diversas; 4 bancos em funcionamento. Em seu campo de aviação construído pela Companhia, pousavam os aviões da VASP.¹⁰

Essa movimentação no campo e na cidade

5 LUZ, 1997, p. 75.

6 Ibid. p. 76.

7 DUQUE, Hélio. Tese apresentada no IV Encontro da Agropecuária do Nordeste, em setembro de 1975, na cidade de Salvador-BA in AN-DRAGE, 1979, p. 70.

8 FAJARDO, Sérgio. Colonização e a formação econômica do Município de Mandaguari-PR. *Rev. Ciên. Empresariais da UNIPAR*, Umuarama, v. 7, n.1, jan./jun. 2006, p. 5.

9 LUZ, 1997, p. 105.

10 LUZ, 1997, p. 105.

apresentou as potencialidades econômicas do ainda distrito de Maringá. Sua arrecadação mais que triplicou de 1948 a 1950, quando se averigua os seguintes dados: 1948, Cr\$ 900.000,00; 1949, Cr\$ 1.500.000,00; e, somente nos quatro primeiros meses de 1950, a impressionante quantia de Cr\$ 2.516.485,70. Naturalmente, a arrecadação da Coletoria Estadual de Impostos acompanharia esse crescimento. No entanto, o valor apresentado é muito acima de qualquer expectativa: 1948, Cr\$ 2.512.678,50; 1949, Cr\$ 4.200.316,40; 1950, Cr\$ 9.667.118,00. Os dados desse último ano colocaram Maringá na 13ª posição em arrecadação no Paraná. Número que seria superado um ano mais tarde, quando galgou a 8ª colocação do estado, com Cr\$ 20.576.713,80 arrecadados.¹¹

Certamente, os recursos investidos em benfeitorias – não só em Maringá, mas no seu entorno por parte da CMNP – foram fatores decisivos para esse processo de franca expansão econômica. Ainda não sendo servida de um ramal ferroviário, restavam duas alternativas para atração de investidores e despacho de materiais produzidos em seu território. O primeiro era o sistema aéreo, em atividade oficial desde o final da década de 1940, que já no início da década seguinte estava servido por duas empresas de linha, a REAL e a VASP, além dos táxis aéreos; o segundo, as precárias estradas, onde vale destacar que “a companhia construiu, de 1949 a 1951, 3.232 km de estradas, dos quais 50% estavam na zona de influência de Maringá”. Não foi por menos que no início da década de 1950, a cidade já era servida por oito empresas rodoviárias, sendo cinco delas com atendimento intermunicipal e três com circulação interna.¹²

O sistema bancário de Maringá se expandiu, refletindo o desenvolvimento local. Se antes a população precisava se locomover até outras regiões para efetuar suas transações, o ano de 1951 apresentou um aspecto diferenciado. Entre as 56 praças bancárias existentes no Paraná naquele período, Maringá ocupava a 12ª posição

em número de empréstimos bancários e a 11ª na movimentação em geral.

Os índices socioeconômicos de Maringá não aceitavam mais que o seu território administrativo fosse categorizado como mero distrito. A cidade estava acima das expectativas de seus colonizadores, bem como de seu município sede, Mandaguari. Naquela composição, um grupo local se organizou para requerer ao governo do estado a emancipação. A Comissão Pró-Emancipação de Maringá, como ficou conhecida, foi composta de pequenos, médios e grandes empresários.

Não há documentação suficiente para averiguar a participação e influência dessa comissão nos fatos que seguiram. Sabe-se que, por algumas oportunidades, esses personagens estiveram em Curitiba fazendo reivindicações nesse sentido.¹³ Além disso, Maringá não possuía representação, no início da década de 1950, junto à Assembleia Legislativa do Paraná e que, tal como a aspiração de sua população, foram os seus números de desempenho e expansão que a fizeram entrar no pacote de cidades que atendiam as exigências da Lei Estadual nº 666, de julho de 1951:

[...] Os Municípios são criados, alterados ou extintos por lei, com a precedência, quando for caso, de plebiscito das populações interessadas.

§1º. Os Municípios são criados:

I – pelo desmembramento de outro Município;

II – pelo desmembramento de parte de vários Municípios;

III – pela incorporação de outros Municípios.

§ 2º. Para que sejam criados novos Municípios nos casos dos números I e II do § anterior são necessários os seguintes requisitos:

a) população nunca inferior a 5.000 (cinco mil habitantes);

b) renda municipal anual calculada pela que até então pagavam os moradores da parte desmembrada, nunca inferior a Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros);

c) existência de área suficiente para logradouro comum dos municípios;

d) existência, pelo menos, de 100 (cem) moradias no local destina à sede;

11 Ibid., p. 106.

12 Idem, p. 108.

13 ANDRADE, 1979, p. 131-133.

e) número de eleitores não inferior a 500 (quinhentos).¹⁴

Havia, claro, interesses políticos em jogo. No dia 5 de julho de 1950, o jornal *A Tarde*, de Curitiba, publicou que a terceira Convenção do PSD discutiu a emancipação de alguns distritos como Jandaia do Sul, Marialva, Maringá e Mandaguari. Os pessedistas entendiam que “havia condições econômicas e demográficas suficientes para alcançar a autonomia. No final do evento, Moisés Lupion se comprometeu em criar uma comissão de juristas e técnicos para estudar esta possibilidade.¹⁵

Maringá superava, e muito, as exigências legais para ser elevada à categoria de município, conforme dados apresentados nas linhas anteriores. Só de construções, 1950 fechou com 1.200 obras, entre comerciais e residenciais. Número que chegaria a duas mil unidades no ano seguinte. Além de já possuir o número aproximado de 6.000 eleitores.¹⁶

A Assembleia Legislativa do Paraná entendia a necessidade de propor nova divisão administrativa do estado e, como ressaltado, Maringá não tinha representante nessa Casa de Leis. Possivelmente, foi nesse momento que a Comissão Pró-Emancipação manteve contato com os deputados estaduais responsáveis pelos estudos dessa nova proposta para o Paraná. Eram eles: Rivadávia Vargas e Francisco Silveira da Rocha. O primeiro era da bancada da UDN e pai de Odilon Túlio Vargas, que residiu em Maringá anos mais tarde; o segundo, do PTB, acabou sendo eleito como representante de Marialva, cidade próxima alguns quilômetros.

Em abril de 1951, o deputado estadual Rivadávia Vargas encaminhou a sugestão de nova divisão administrativa da região de Maringá, bem como de outras localidades, e justificou a necessidade emergente:



Comissão Pró-Emancipação de Maringá. Da esquerda para direita (em pé): Joaquim Romero Fontes, personagem não identificado, Antônio Fernandes Maciel, Francisco de Lucca e Esmeraldo Leandro; (sentados) Henrique Pinto Pereira, Alberto Ribeiro Andrade (vulgo Galo Cego) e João Batista Cardoso. Foto: Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.

Seria óbvio encarecer à ilustrada Comissão Especial, o que, social, econômica e intelectualmente, o novo município de Maringá representa para o nosso estado. Sua sede, traçada com todos os requisitos da moderna engenharia urbanística, apresentando largas e extensas avenidas, ruas bem traçadas e esplêndidos logradouros públicos, com seus numerosos estabelecimentos comerciais e industriais, casas residenciais de apurado gosto etc., está fadada a muito em breve, apresentar-se como uma das mais belas cidades do Paraná. A alta capacidade do seu comércio e da sua indústria e, o que mais avulta, dos seus imensos e esplendorosos cafezais, são a garantia iniludível do seu inigualável futuro na vida brasileira. É aí que estão sediados os grandes escritórios da Companhia [...], a desbravadora dos sertões do norte do estado, localizando-se naquela zona as grandes oficinas e escritório da Estrada de Ferro. [...] Pensamos não ser necessário alongar-nos: Maringá é um autêntico milagre no cenário paranaense, fazendo jus aos foros de Município, capaz de dirigir os seus próprios destinos em busca do seu grandioso porvir.¹⁷

14 Lei Estadual nº 666, de 11 de Julho de 1951 - <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=15796&indice=1&totalRegistros=1> - Visitado em 12 de agosto de 2015, às 21h07.

15 *Jornal A Tarde*, de 5 de julho de 1950.

16 Luz, 1997, p. 110.

17 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. *Anais*. Curitiba, 1951, p. 448-449.

A primeira Loja Maçônica fundada em Maringá foi a Loja da Justiça, instituída em 22 de setembro de 1951. Constam como fundadores: Adolfo Andreucetti, Fernando Trocano, Flávio Pasquinelli, José Pacheco, José Ribeiro de Faria e Pompeu Adelardo Guibilei. O local se transformaria em ponto de encontro dos empresários da cidade. Foto: Museu Maçônico Paranaense.



Enquanto os estudos corriam, em julho de 1951, aconteceram as eleições municipais que, em função do crescimento demográfico no final da década de 1940 e início dos anos 1950, resultaram em maior contingente eleitoral, o que possibilitou o aumento do número de vereadores nas câmaras municipais. No balanço final, o município de Mandaguari apresentou o seguinte resultado para a sua prefeitura: Antonio Sinézio da Cruz (PTB), com 1.405 votos; Creso Lacerda (PDC), com 1.082 votos; João Ernesto Ferreira (UND-PSP), com 1.142 votos; Messias Gonçalves (PST), com 1.071 votos. Mais uma vez, o distrito de Maringá se fez representado na Câmara de Vereadores de Mandaguari: Henrique Pinto Pereira (UDN), Waldomiro Planas (PR), José Jardim Siqueira (PTB) e José Inocêncio Neto (PTB). Como Henrique Pinto Pereira não assumiu, seu suplente tomou posse, o também maringaense David Rabelo de Oliveira.¹⁸

Entretanto, todos foram destituídos com o advento da Lei Estadual que elevou uma série de distritos à categoria de município, conforme proposta de Rivadávia Vargas e Francisco

Silveira da Rocha. Obviamente, a representação política de Mandaguari refutou o novo mapa administrativo do Estado:

Indignado pelo ato do executivo estadual, o prefeito (recém-eleito) Antonio Sinézio da Cruz ingressa na justiça com um mandado de segurança contra a instalação dos novos municípios visando à aquisição de outros benefícios necessários à vida da comunidade através da arrecadação.¹⁹

Tal mandato de segurança não surtiu efeito. Até porque a Lei Estadual nº 790, de novembro de 1951, além de ter sido resultado de amplos estudos da Assembleia Legislativa do Paraná, ainda contava com o aval do governador Bento Munhoz da Rocha Neto.

Mas, a cidade estava longe de ser capaz de dirigir o seu próprio destino com tranquilidade. Tão logo ela se desmembrasse de Mandaguari, estaria declarada a temporada de articulações políticas para a ocupação dos cargos das gestões Executiva e Legislativa do recém-criado município.

18 DIAS, 2008, p. 34.

19 SILVA, 1982, p. 52 in Ibid.

Forças políticas em rota de colisão

A emancipação administrativa de Maringá gerou impactos negativos diretos para, sua então sede, Mandaguari. Seja com a perda imediata de habitantes ou com a redução do território, passando de 14 mil km² para apenas 345 km². O município sofreu um revés ainda mais significativo do ponto de vista econômico: a transferência da sede da CMNP para Maringá. Apesar de essa mudança ter ocorrido um ano antes da emancipação, foi em 1951 que a colonizadora diversificou seus negócios, passando a atuar em outros setores, tais como fábricas de cimento e usinas hidrelétricas, gerando ainda mais oportunidades para o local em que estivesse instalada.²⁰

Seguindo os caminhos da CMNP, o movimento comercial de Mandaguari caiu abruptamente e centenas de investidores migraram para Maringá naquele início da década de 1950.²¹

Essa abordagem sob o aspecto da ex-sede se faz fundamental para compreender as ações que se seguiram como retaliação de Mandaguari ao recém-constituído município de Maringá:

Napoleão Moreira da Silva tinha muita razão quando censurou o procedimento do prefeito de Mandaguari que, [...], mandou “limpar” a então subprefeitura de Maringá, não deixando um lápis sequer. Assim, o município iniciava sua vida, inteiramente nu.

A Câmara, por falta de acomodações, funcionava na sede do Aero Clube. Tudo estava por começar.²²

Antonio Mario Manicardi, que é considerado o primeiro funcionário público de Maringá, se lembra de como encontrou a sede da subprefeitura quando o primeiro gestor público assumiu os trabalhos:

Chegamos lá onde era a subprefeitura de Mandaguari e abrimos a porta. Era um cômodo de



Esse foi o espaço onde funcionou a subprefeitura de Maringá ainda como distrito, e, até a década de 1960, a prefeitura do município. Ficava localizada na Avenida XV de novembro esquina com a Avenida Getúlio Vargas. Foto: Museu Bacia do Paraná (UEM).

alvenaria, 6 metros por 8,48 metros quadrados. Só tinha teia de aranha e sujeira. Não tinha nada. Até o Villanova (primeiro prefeito) disse: “tenho que comprar mesas, cadeiras e máquinas de escrever com o meu dinheiro, porque a prefeitura não tinha dinheiro” [...]. E foi o que aconteceu.²³

Se as estruturas físicas do setor público maringense estavam prestes a se formar, sua organização política se enrijecia a cada movimentação da corrida eleitoral que passava a ocupar mesas de discussões em todos os setores do empresariado local. Além do que, conforme ressaltado pelo historiador Reginaldo Benedito Dias, “restava formalizar os partidos e forjar os candidatos”.²⁴

Quando da criação do município em 1951 [...], os diretórios dos partidos políticos já estavam estruturados, restando apenas a legitimação formal, a qual se processou quase simultaneamente, entre agosto e setembro do ano de 1952, quando o PTB (13 de agosto), o PSP (2 de setembro), o PR (3 de setembro) e a UDN (13 de setembro) formalizaram suas inscrições junto ao Tribunal Regional Eleitoral. Dos partidos então existentes no município, apenas o PSD não conseguiu se estruturar e consequentemente inscrever-se e competir nas eleições marcadas para o dia 9 de novembro de 1952.²⁵

20 MOURÃO, Gustavo Nunes. A trajetória do desenvolvimento econômico de Mandaguari-PR: uma interpretação a partir das teorias de North, Perroux e Myrdal. *Diálogos & Saberes*, Mandaguari, v. 7, n. 1, p. 37-50, 2011.

21 SILVA, J. A. F. *Mandaguari: sua história, sua gente*. Maringá: J. A. Editora, 1982, p. 4.

22 DUQUE ESTRADA, p. 101.

23 Entrevista concedida ao historiador João Laércio Lopes Leal in DIAS, 2008, p. 45.

24 DIAS, 2008, p. 35.

25 OMURA, 1981, p. 126-127 in Idem, p. 36.

Primeiras eleições de Maringá



Waldemar Gomes da Cunha, conhecido popularmente como Waldemar Barbudo, era empreendedor e corretor da CMNP, empresa que apoiou sua candidatura em 1952. Foto: Acervo JC Cecílio.



Ângelo Planas se apresentou como um dos favoritos, devido ao grande prestígio conquistado com o eleitorado por meio de seu comércio, a Casa Planeta. Foto: Acervo Família Planas.



Inocente Villanova Jr. era uma aposta incerta do PTB. Empresário do ramo madeireiro, além de proprietário de um posto de combustíveis, Villanova contava com a força dos “flagelados”. Foto: Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.



Raul Maurer Moletta foi sugestão do PSP. Segundo o cronista Jorge Ferreira Duque Estrada, o médico usava barbas avermelhadas e não se importava muito com o dinheiro. Afinal, não restringia a emissão de receitas ao seu consultório. Ele prescrevia medicamentos em qualquer local da cidade, seja em bares ou pelas ruas mesmo. Por isso, acabou caindo no gosto popular. Foto: Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.

Atenção Trabalhista de Maringá

Todos nos sabemos que o P.T.B. foi o partido que não quiz que Maringá fosse a Município.

Todos nos sabemos que o Vilanova nunca foi amigo do Getulio Vargas e nem dos operários.

Todos nos sabemos que ele é ateu e não é religioso.

Todos nos sabemos que ele não mora aqui, mas em Curitiba.

Todos nos sabemos que Vilanova e Paranaense, e, quer o Paraná para os sulistas.

Todos nos sabemos que em sua ultima entrevista ele disse que o Norte do Paraná, não precisa de Paulistas, Mineiros e Nortistas para a grandesa de Maringá

O Papa disse:- Vilanova excumungado. Negue teu voto a este ateu.

ANGELO PLANAS

declarou, em seu Comício político de IVATUBA, que

“o P.R. é a nata e o P.T.B. é o sôro...”

Isto quer dizer que o **Partido Republicano** é dos **“granfinos”** e o **Partido Trabalhista Brasileiro** é dos **pobres**.

O Partido Republicano (P.R.)

está com os **Chefões poderosos** e o

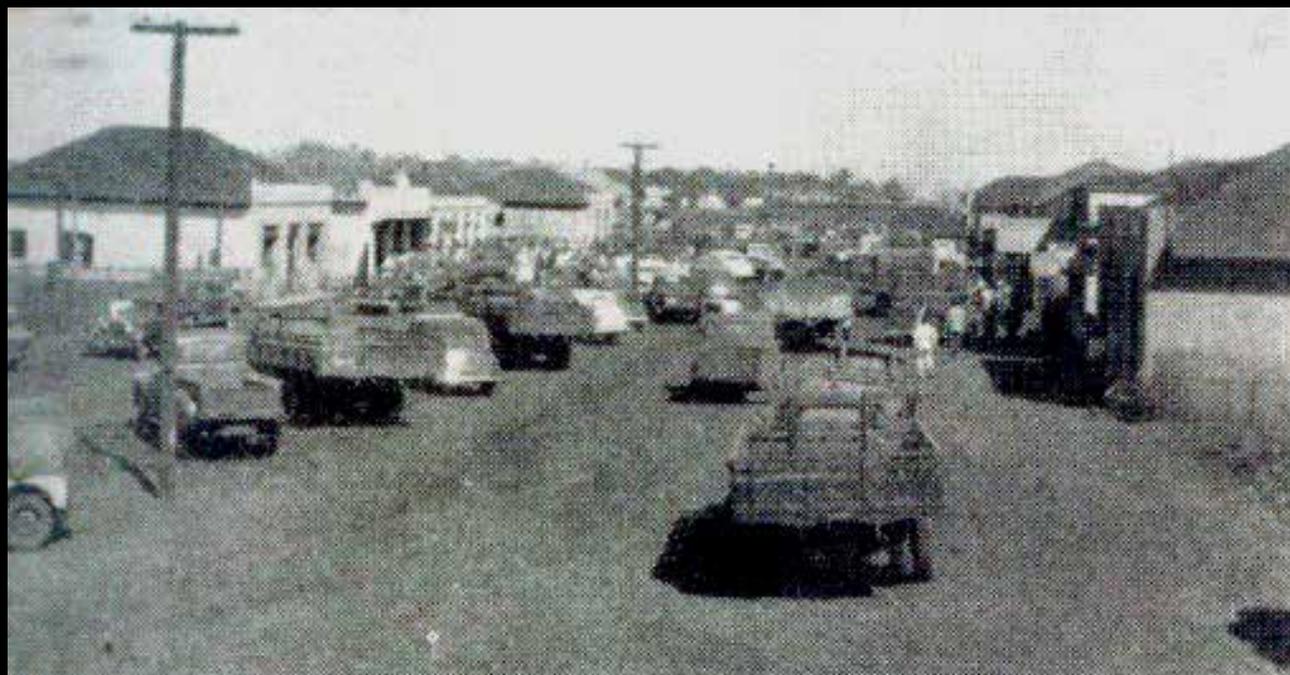
Partido Trabalhista Brasileiro

tem orgulho de estar com os **pobres**, com os **Operários** que formam a grandesa do **Município de Maringá**.

As Urnas responderão dia **9 de Novembro**, com a vitória do candidato do Povo, com o candidato dos Operários:

VILLANOVA

Alguns dos raros registros dos folhetos apócrifos daquela corrida eleitoral de 1952. Foto: DUQUE ESTRADA, Terra Crua, 1961.



Movimentação de veículos na Avenida Brasil, em 1952. Grande tráfego de caminhões de mercadorias e mudanças dos novos habitantes. Foto: Revista Maringá Ilustrada, maio de 1957.

Não se sabe ao certo porque o PSD não se formalizou naquele ano. Vale dizer, no entanto, que o partido era rechaçado por manter como filiados dois personagens temidos na região de Maringá: Aníbal Goulart Maia e Alberto Ribeiro Andrade (vulgo Galo Cego), ambos envolvidos com a “limpeza” de terras em zonas de conflitos.²⁶

Os quatro partidos, que lograram êxito em suas inscrições junto ao Tribunal Eleitoral Regional, lançaram candidatos próprios. A União Democrática Nacional (UDN) lançou Waldemar Gomes da Cunha; o Partido Republicano (PR) contou com a representação de Ângelo Planas; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi com Inocente Villanova Jr.; e o Partido Social Progressista (PSP) selecionou o médico Raul Maurer Moletta.²⁷

Apesar de o industrial Inocente Villanova Jr. e o médico Raul Maurer Moletta terem, de certo modo, trânsito junto às classes operárias (o primeiro, por estar instalado em uma região distante do centro urbano de Maringá, muito próximo da Vila Operária, na época, maior colégio eleitoral da cidade; o segundo, por ser uma espécie de médico do povo), as maiores expectativas estavam voltadas a, primeiro, Waldemar Gomes da Cunha, por representar o maior grupo econômico da cidade e, segundo, Ângelo Planas, que desempenhara até então papel decisivo de líder comunitário e chefe político sem mandato.²⁸ As chances de Waldemar Gomes da Cunha eram inflacionadas, porque ele ainda compunha o partido liderado por Napoleão Moreira da Silva, a UDN.

Essa ficou conhecida como a “Campanha do Vale Tudo”, conforme Jorge Ferreira Duque Estrada. Além de empolgante, foi acirrada sob o aspecto mais preciso da palavra, com confrontos diretos e ataques que iam desde folhetos apócrifos, questionamentos religiosos e até mesmo, o corte de energia elétrica durante os comícios de adversários.

Aquela corrida eleitoral também foi recheada de fatos pitorescos e até difíceis de acreditar. Um dos mais engraçados é contado por Duque Estrada, no primeiro livro a registrar o período da formação política de Maringá:

[...] certo dia, com ares misteriosos, o Dr. Waldemar Prandi, médico bastante conceituado (que também era artista plástico), dissera-me que “tinha a chave da vitória do seu candidato udenista”. É claro que fiquei curioso de saber o que seria a tal “arma secreta” [...].

[...] o Dr. Waldemar convidou-me a acompanhá-lo até o hospital. Lá, sério e ainda misterioso, levou-me até um quarto nos fundos. Abriu a porta com enorme chave e fez-me entrar.

Havia, no centro do quarto, algo encoberto por um lençol. Ele, pegando-me pelo braço, levou-me até perto da “coisa” e retirou o lençol. Vi, espantadíssimo, um gigantesco busto modelado em barro - [...] - de Waldemar Gomes da Cunha. [...]

- Que tal? - perguntou-me.

-Magnífico, não há dúvidas. Será que passa na porta?

Waldemar Prandi franziu a testa e só então reparou que, efetivamente, [...] seu “santo” não passava na porta.²⁹

Aquele primeiro pleito correu com favoritismos declarados a Ângelo Planas e Waldemar Gomes da Cunha. Mesmo assim, a disputa foi recheada de reviravoltas a partir de acusações e incidentes entre ambos os lados do jogo. Ao final, em 9 de novembro de 1952,³⁰ de maneira inusitada e não esperada, quem venceu a batalha acabou sendo o curitibano Inocente Villanova Jr., causando a surpresa de muitos.

[...] Quanto mais se discutia sobre Ângelo Planas e Waldemar Gomes da Cunha, favoritos no pleito, eis que o povo numa reviravolta inesperada acaba elegendo o Sr. Inocente Villanova Jr. De nada valera, portanto, a vontade dos candidatos, pois a resposta foi dada pela soberania popular.³¹

26 Ibid., p. 38.

27 ANDRADE, 1979, p. 149.

28 OMURA, 1981, p. 126 in DIAS, 2008, p. 39.

29 DUQUE ESTRADA, 1961, p. 59 e 60.

30 DUQUE ESTRADA, 1961, p. 75.

31 ANDRADE, 1979 in DIAS, 2008, p. 43.

Hospital e Maternidade São José



Raro registro de Waldemar Prandi e sua esposa, Emília. Dr. Waldemar Prandi chegou a Maringá no final da década de 1940 e, ao lado do Dr. Galileu Pasquinelli, fundou o Hospital e Maternidade São José na Avenida São Paulo. A sociedade foi desfeita e Dr. Waldemar, em sociedade com o Dr. Manuel Leite Neto, fundou outro Centro de Atendimento. Foto: Família Prandi.



Hospital e Maternidade São José. Foto: Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.

Com a contagem final dos votos do recém-criado município de Maringá, Inocente Villanova Jr. sagrou-se prefeito com 1.871 votos (PTB); seguido de Waldemar Gomes da Cunha, com 1.725 votos (UDN); Ângelo Planas apareceu na terceira colocação, com 1.707 votos (PR); e o médico Raul Maurer Moletta ficou na última colocação, com 303 votos (PSP). Já, entre os nove vereadores eleitos, Napoleão Moreira da Silva (UDN) foi o mais votado, com 304 votos.³²

A posse dos eleitos foi marcada para o dia 14 de dezembro daquele ano, quando diversos eventos foram realizados. Pela manhã foi celebrada uma missa especial na Catedral. Às 11 horas ocorreu um almoço na sede social do Aeroclube.

Durante à tarde, na Agência Chevrolet, aconteceu a cerimônia de posse. À noite, foi realizado na sede social do Aeroclube o “Baile da Vitória”. Uma comemoração especial também se deu com a grande massa da Vila Operária, bairro que foi decisivo na vitória petebista.³³

³² Tribunal Regional Eleitoral.

³³ DUQUE ESTRADA, 1961, p. 101.

Outras igrejas são instaladas em Maringá



Um raro registro da antiga estrutura da Igreja São José Operário, localizada na Avenida Brasil em frente à Avenida Riachuelo. A igreja teve sua pedra fundamental lançada em março de 1950, contando com a benção do padre alemão Emílio Clemente Scherer.



A pedra fundamental da Catedral Santíssima Trindade foi lançada em 1948. Ela contou com vários formatos arquitetônicos até a chegada do primeiro bispo da cidade, Dom Jaime Luiz Coelho, em 1957, quando mudaria seu nome para Catedral Nossa Senhora da Glória e seria implantada a Diocese de Maringá. Fotos: Acervo Maringá Histórica.



Além dos católicos, outras religiões também mantiveram suas comunidades. A Igreja Presbiteriana de Maringá, instalada nesse mesmo período, foi coordenada no início pelo Reverendo Raimundo Nunes dos Santos, que também era jornalista e radialista local. Foto: Revista Maringá Ilustrada, maio de 1957.



Os primeiros gestores públicos de Maringá. Da direita para esquerda: Jorge Ferreira Duque Estrada, Napoleão Moreira da Silva, Malachias de Abreu, Mário Luiz Pires Urbinatti, Basílio Sautchuk, Arlindo de Souza, José Hauare, César Haddad e Joaquim Pereira de Castro, como vereadores; à frente, Inocente Villanova Jr., como prefeito. Foto: Revista Maringá Ilustrada, maio de 1957.



Alguns dos vereadores eleitos (esquerda para direita): Joaquim Pereira de Castro, Malachias de Abreu, José Hauare, Jorge Ferreira Duque Estrada, Arlindo de Souza e Napoleão Moreira da Silva. Foto: Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.



Inocente Villanova Jr. faz seu primeiro pronunciamento como prefeito e, à direita, Ângelo Planas se faz presente na mesa das autoridades máximas daquele encontro. Foto: Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.



Da esquerda para direita: o prefeito eleito Inocente Villanova Jr. e representantes da CMNP: Cássio da Costa Vidigal e Gastão de Mesquita Filho. Foto: Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.

A oficialização dos representantes políticos abriria um novo campo de disputas. Dessa vez, com o foco voltado para o recolhimento de tributos e impostos para prefeitura recém-instalada do município. Oportunamente, a CMNP usou essa discussão para capitanear, junto de seus aliados e dos opositoristas do PTB, a queda de

Inocente Villanova Jr. Em outra vertente, Ângelo Planas compreendeu que o empresariado necessitava de uma organização formal e que uma entidade poderia ser sua estrutura de fortalecimento para as eleições que se seguiriam nos próximos anos.

Surge o Rotary Club de Maringá

O Rotary Club de Maringá foi fundado em 16 de junho de 1952. Quem se lembrou do evento de formalização foi o empresário Emílio Germani, um de seus fundadores:

O Rotary [...] foi fundado em [...] uma reunião realizada no então Restaurante Lord Lovat (de Herbert Mayer, Avenida Tiradentes próximo a Catedral), às 20 horas daquela noite chuvosa.¹

Entre vários de seus fundadores, não era de se admirar encontrar membros de grupos que já estavam em formação e, em alguns momentos,

em conflito: Alfredo Moisés Maluf, Álvaro Fernandes, Ângelo Planas, Gerardo Braga, Inocente Villanova Jr., José Cunha, Manoel Rodrigues dos Santos, Napoleão Moreira da Silva, Odwaldo Bueno Netto, Waldemar Gomes da Cunha e muitos outros.²

Fernandes, Ângelo Planas, Gerardo Braga, Inocente Villanova Jr., José Cunha, Manoel Rodrigues dos Santos, Napoleão Moreira da Silva, Odwaldo Bueno Netto, Waldemar Gomes da Cunha e muitos outros.³

1 REIS, Osvaldo. **A história em conta-gotas**. Maringá: Gráfica Primavera, 2004, p. 65.

2 Idem.

3 Idem.



Restaurante Lorde Lovat, local da reunião de formação do Rotary Club de Maringá. O espaço também sediou outros acontecimentos significativos da história local.

A GESTÃO PÚBLICA LOCAL GANHA FORMA

Os fatores que levaram à criação da quinta via: Associação Comercial de Maringá

A composição do executivo local não agradou a elite, tão pouco a CMNP. Como Inocente Villanova Jr. dirigia seus negócios e residia a extremo leste do eixo central de Maringá, na época área que compunha o complexo do bairro Vila Operária,³⁴ as forças empresariais não o legitimaram como seu representante. A verdade é que Inocente venceu as eleições com estratégias bem articuladas junto às bases de bairros populares, onde, geralmente, ocorriam os comícios mais calorosos.

A massa operária, por outro lado, recebeu o primeiro prefeito como aquele que desenvolveria benfeitorias em áreas mais afastadas do centro, onde, até então, a CMNP focava suas ações para valorização de seus imóveis e empreendimentos. No entanto, o desafio de Inocente era, sobretudo, descomunal, pois não contava com apoio da grande maioria dos empresários da época, tão pouco com o aval da colonizadora e, pior, não tinha saldo nos cofres para implantar os equipamentos públicos mais emergenciais. Foi nesse complexo impasse que Villanova se mostrou um gestor inteligente e estratégico, por mais que anos depois lhe tenha faltado conhecimento jurídico, o que lhe causaria a perda de seu mandato.

Como Mandaguari havia destituído o jovem município de suas estruturas mais básicas de administração, o primeiro grupo que legislou em Maringá teve que tomar como prioridade a capitalização da cidade. Nesse contexto, Jorge Ferreira Duque Estrada, que foi eleito um dos primeiros vereadores, ressalta:

Apresentei, desde logo, o projeto do nosso regimento interno (da Câmara de Vereadores) e resolvemos autorizar o prefeito a contrair um empréstimo de um milhão e quinhentos mil cruzeiros para equipar a prefeitura com material e veículos indispensáveis. Villanova adquiriu caminhões para remoção do lixo que se amontoava pelos quatro cantos da cidade, caminhões

basculantes, um carro-tanque, um carro para o transporte de carne, um jipe, uma camioneta e um carro de passeio. Mandou construir a garagem municipal e o matadouro – obra de necessidade premente, porque o gado era abatido à beira de um córrego e a carne transportada em carroças descobertas [...].³⁵

Nos primeiros meses de 1953, logo no início da gestão de Inocente Villanova, um grupo de empresários compreendeu que a jovem prefeitura precisava de mais recursos para poder equipar-se ao desenvolvimento econômico local. Nasceu desse modo, a Sociedade Amigos de Maringá, a SAM, instituição não formal ainda pouco estudada na história da cidade.³⁶

Encabeçada por Álvaro Fernandes, Américo Marques Dias e Alfredo Moisés Maluf, entre outros, a SAM foi responsável pela arrecadação independente de recursos para a execução de obras pela cidade, visto o orçamento limitadíssimo da prefeitura em seus primeiros meses de atividades.³⁷

Sob esse aspecto valem alguns apontamentos: Álvaro Fernandes era ligado à CMNP, que apoiou a candidatura de Waldemar Gomes da Cunha. Mesmo assim, Fernandes acabou sendo coordenador da campanha de Villanova e, posteriormente, um dos agentes diretos na formação da SAM. Faltam documentos para comprovar, mas especula-se que a colonizadora mantinha tentáculos em diversas frentes, de modo a se manter fortalecida nos mais adversos cenários.

As classes operárias também se organizaram. Tendo como base de sustentação a luta sindical, os trabalhadores reivindicaram melhores salários, direitos e reformas sociais.

Em Maringá, na segunda metade da década de 1950, constituiu-se a União Geral dos Trabalhadores, espécie de célula-mãe, que serviu para a organização de vários sindicatos, sob inspiração da liderança do Partido Comunista Brasileiro (PCB).³⁸

35 DUQUE ESTRADA, 1961, p. 101-102.

36 Entrevista com o historiador João Laércio Lopes Leal em 14 de agosto de 2015.

37 Ibid.

38 DIAS, Reginaldo B. **Câmara Municipal de Maringá: 60 anos**. Maringá: Câmara Municipal, 2014.

34 O local exato estava situado na Avenida Tuiuti, entre a Avenida Mauá e a Rua Mitzuso Taguchi. A área hoje leva o nome de Bairro Villanova.

Naquele início de 1953, a partir de algumas óticas possíveis, a organização maringaense estava composta em quatro alicerces: Poder Executivo, representado pelo prefeito Inocente Villanova Jr.; Poder Legislativo que, apesar de seu presidente, compunha várias frentes com visões mistas dos partidos políticos que representavam seus vereadores; a força da fé, composta por algumas religiões que tinham fieis na cidade, especialmente, a Igreja Católica, que acabaria sendo presente nas discussões do final dessa década; e, por fim, o poder do capital, representado pela CMNP. De toda sorte, essa composição entrava em rota de colisão a cada movimentação das peças do complexo jogo político ao se administrar uma cidade recém-emancipada.

O conflito entre o Executivo, Legislativo e o capital foi amplificado quando o prefeito promulgou a Lei Municipal nº 11, em março de 1953, que regulamentou o recolhimento de impostos e taxas por meio do Código Tributário. Duque Estrada ressalta:

Na Câmara, depois de muitas discussões, aprovamos a Lei nº 11 – Código Tributário – que se transformaria num pomo de discórdia entre a prefeitura e a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.³⁹

Efetivamente, três meses após iniciar o seu mandato, Inocente entrou numa seara nunca antes explorada de forma impositiva pelos representantes públicos com relação aos lotes administrados pela colonizadora, que, segundo relatos, até então não haviam sido claramente tributados conforme as tabelas tradicionais.

Inocente Villanova mandara Balthazar Lopes Fernandes, investido no cargo de lançador, solicitar à gerência da Companhia, informações sobre o número de datas e o respectivo valor. Baseado nessas informações (5.040 datas no valor de Cr\$ 154.990.000,00), os impostos seriam de Cr\$ 5.674.760,00, anualmente.

Concluindo que não conseguiria diminuir os impostos para Cr\$ 1.500.000,00 (Cr\$ 300,00 por data), a Companhia desfechou uma

campanha tremenda contra o prefeito, usando a UDN como seu escudo.

A luta foi assumindo proporções enormes, aparecendo Balthazar Lopes Fernandes como figura central desse drama, acusado de ser o “inimigo público um” do povo de Maringá, em face dos lançamentos de impostos. A Lei nº 11, que fora aprovada pela UDN, inclusive, era taxada de arbitrária, ilegal e desumana.⁴⁰

Vale ressaltar que o personagem central da discussão, Balthazar Lopes Fernandes, havia ficado como suplente na primeira composição da Câmara de Vereadores de Maringá e integrava o partido do então prefeito, o PTB. De certo modo, além ter sido incumbido de complexa e tamanha responsabilidade, e também por isso, teve sua imagem deturpada. Os empresários que passaram a ser tributados, principalmente a CMNP que era sua opositora direta pela UDN, trataram de construir um discurso acerca da figura do candidato que saíra derrotado e que fora incorporado na gestão do primeiro prefeito.

A CMNP podia não estar completamente com a razão, mas até mesmo os aliados petebistas chegaram a constatar alguns abusos de Balthazar com outras empresas que não fosse a colonizadora:

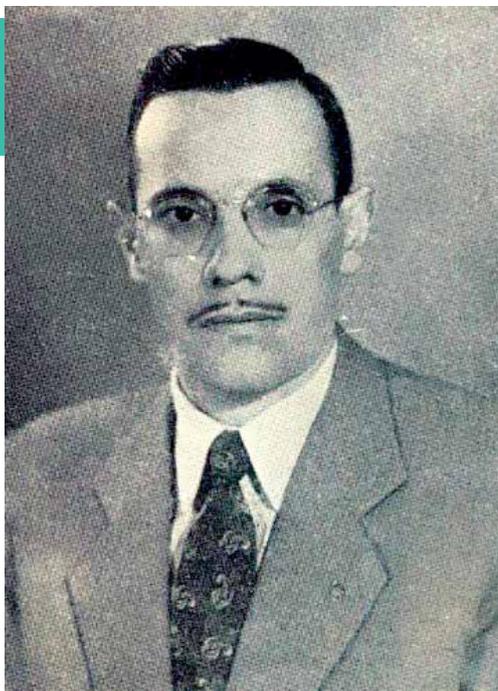
De fato, desconhecedor do espírito de certos tópicos da Lei, ou por vingança em face de sua derrota nas eleições, como candidato a vereador, Balthazar Lopes Fernandes abusava nos seus lançamentos a tal que, [...] Ângelo Planas, teria de pagar Cr\$ 30.000,00 só de taxa de lixo. Todavia, quanto à Companhia, ele estava certo porque, nesse caso, o valor dos terrenos fora calculado pela própria interessada.⁴¹

Nesse contexto complexo e de conflito extremo, um grupo de empresários capitaneados por Ângelo Planas polarizou em torno da formalização da quinta via do poder e das articulações. Poucos dias depois da sanção do Código Tributário, Inocente passaria a ter uma entidade de oposição ferrenha até o final de sua gestão. Nasceu ali, a Associação Comercial de Maringá.

39 DUQUE ESTRADA, 1961, p. 107.

40 Ibid., p. 112.

41 DUQUE ESTRADA, 1961, p. 112.



Américo Marques Dias Gestões 1953-1957

- Presidente: Américo Marques Dias
- 1º Vice-presidente: Alfredo Moisés Maluf
- 2º Vice-presidente: Manoel Rodrigues da Silva Júnior
- 1º Secretário: Jaime Kanebley Filho
- 2º Secretário: Edgar Amaral Camargo
- 1º Tesoureiro: David Rabelo
- 2º Tesoureiro: Henrique Andó
- Conselho Fiscal: Manoel Ribeiro, Nassib Haddad, Jitsuji Fujiwara e Boanerges de Oliveira Fernandes.
- Conselho Consultivo: J. Alves Veríssimo, Waldemar G. da Cunha, Rodolpho Bernardi, Sadi Nogueira, Victor Ivo Assmann, Alcides Bernardes, Odwaldo Bueno Neto, José Cunha, Emílio Germani e Antonio P. da Silva.

Américo Marques Dias nasceu em Portugal e chegou ao Brasil em 1939. Casou-se com Luiza Martins. Foi presidente da Associação Comercial de Votuporanga, São Paulo. Veio para Maringá em 1949 a fim de gerenciar a Dias, Martins S.A. Mercantil e Industrial, que ficava localizada na Avenida Carneiro Leão esquina com a Avenida Paraná. Américo faleceu em dezembro de 2007, em Curitiba. Hoje, a honraria máxima da entidade empresta o nome de seu primeiro presidente, trata-se da Comenda Américo Marques Dias. Foto: Maringá Ilustrada, maio de 1957.

O associativismo acima de interesses políticos

Período de 1953 a 1959

De certo modo, os embates político-administrativos enfrentados em território maringaense de novembro de 1951, quando Maringá se desmembrou de Mandaguari para se tornar município, até novembro de 1952, primeira eleição municipal, e durante os primeiros meses da gestão de Inocente Villanova Jr., não representaram impactos negativos para o desenvolvimento econômico da cidade. Mesmo assim, personalidades, que não se viram representadas naquela composição do Executivo e do Legislativo, preocuparam-se com os reflexos futuros dos embates entre a prefeitura e a CMNP.

Como um ímã para aglutinar empresários, Ângelo Planas, candidato derrotado nas eleições de 1952, trouxe um tema até então não discutido com profundidade pelos setores econômicos locais: a constituição de uma entidade de classe que pudesse organizar e fazer frente aos anseios dos empresários. Tratava-se de uma associação comercial que, também, era uma ideia defendida por Alfredo Moisés Maluf.

A documentação é esparsa com relação às movimentações acerca das discussões iniciais sobre a formalização dessa entidade. Contudo, pode-se propor que o empresário local estava, sobremaneira, preocupado com os desdobramentos das novas normas de tributação impostas pelo prefeito. Somava-se a isso a carência de diversos equipamentos públicos essenciais para a cidade que, devido à



Avenida Ipiranga (atual Getúlio Vargas), no início da década de 1950.

disputa entre Inocente e a CMNP, demandaria muito tempo para serem viabilizados

Com grande empenho de alguns de seus indutores, a reunião que culminou na fundação da Associação Comercial de Maringá ocorreu em 12 de abril de 1953. O evento foi realizado no prédio, ainda inacabado, mas em fase de conclusão, do Cine Maringá, na então Avenida Ipiranga,⁴² de propriedade de Odwaldo Bueno Netto.

Jaime Kanebley Filho foi o primeiro a usar a palavra e, por aclamação, Ângelo Planas, como era de se esperar, presidiu o encontro. Compuseram a mesa diretiva Emílio Germani, Sadi Nogueira, José Lemes Júnior e Cezar Haddad, que foi responsável pela redação da ata daquele evento histórico.

Planas, estrategicamente, convidou Ivens Lagoano Pacheco para também compor a mesa. A importância desse personagem naquele arranjo se justificava, pois Ivens retomou os trabalhos de O Jornal de Maringá, fundado em 1950, havia

poucos dias.⁴³ Logo, era a representação máxima da imprensa presente no encontro.

Consta na ata que Américo e Maluf estariam em viagem naquele doze de abril. Entretanto, por terem sido posicionados nos cargos de destaque, mesmo em uma diretoria provisória, tudo leva a crer que Ângelo Planas havia acordado de maneira antecipada com os dois empresários, afinal, ele presidiu o encontro e, certamente, influenciou na composição dos nomes. Outro dado interessante foi revelado pelo próprio Américo Marques Dias, de que ele havia sugerido Ângelo Planas à presidência, mas seus companheiros o convenceram de que ele, Américo, era o melhor para o cargo por já ter experiência no associativismo, tendo presidido a Associação Comercial, Industrial e Rural de Votuporanga, no interior de São Paulo, em 1950.

Durante a assembleia, Jaime Kanebley inter pôs um voto de louvor a Alfredo Moisés Maluf que, segundo ele, era um dos principais responsáveis pela fundação da Associação Comercial.

42 Uma das maiores afrontas de Inocente Villanova Jr. contra a CMNP foi alterar, por força de Decreto nº 02 de 13 de janeiro de 1955, o nome da principal artéria bancária da época de Avenida Ipiranga, um marco representativo para os acionistas paulistas da colonizadora, para Avenida Getúlio Vargas, personagem abominado por muitos da elite daquele estado. Outra observação, Getúlio Vargas foi presidente da República pelo PTB, partido em que Villanova era filiado.

43 Samuel Silveira, grande empresário do setor radiofônico, seria um dos sócios (os outros foram Mário Clapier Urbinatti, Helenton Borba Cortes e João Menezes) de Ivens no "Jornal de Maringá", cujo primeiro número circulou em 5 de abril de 1953. Esse veículo de comunicação, originalmente, foi fundado em 1950, por Avelino Ferreira e Leonor do Lago Ferreira.

Ao final, uma comissão especial foi encarregada de elaborar o estatuto social da entidade que acabara de se formar. Ela foi composta por Américo Marques Dias, Jaime Kanebley Filho, Waldomiro Cordeiro da Silva e Sadi Nogueira.

Sobre o dia 12 de abril de 1953 há observações essenciais a serem ressaltadas. A mais significativa, e por décadas passou incógnita em pesquisas acerca da história da entidade, é que Ângelo Planas, que viria a se transformar no associado número 1 da Associação Comercial e que presidiu o encontro de sua formalização, tinha aspirações políticas, tendo composto grupos que concorreram em diferentes eleições desde o final dos anos 1940, além de ter sido derrotado na eleição para prefeito um ano antes. Além disso, alguns daqueles que compuseram a diretoria provisória estavam ligados, de maneira direta, a partidos ou interesses políticos: Waldemar Gomes da Cunha, da UDN, havia sido o candidato de oposição a Planas e foi apoiado pela CMNP em 1952; Boanerges de Oliveira Fernandes integrava o PR; da mesma forma, Nassib Haddad era da família de Cezar Haddad, que havia sido eleito vereador nas eleições de 1952, pelo PR.

A diretoria provisória da Associação Comercial se reuniu por duas oportunidades antes da assembleia geral. Uma delas foi na sede do Banco Comercial do Estado de S. Paulo S. A., entre a atual Getúlio Vargas e a Duque de Caxias, que havia sido inaugurada em 1952.

Em 22 de abril, durante reunião da diretoria provisória, foi deliberado que todos aqueles que assinaram a ata de fundação seriam considerados sócios da entidade e, entre outros assuntos tratados, Américo Marques Dias e Manoel Rodrigues da Silva foram incumbidos de representarem a Associação em uma importante reunião na cidade de Londrina, na sede da *Standard Oil Company*, popularmente conhecida como distribuidora de combustíveis Esso.

No segundo encontro da diretoria provisória, realizado às vésperas das festividades do aniversário de seis anos de fundação de Maringá, em 6 de maio de 1953, a Associação recebeu um ofício assinado por dez comerciantes da cidade cobrando providências sobre o Código Tributário, que já vinha sendo motivo de discórdia da comunidade local. Deferiu-se, então, que

Ivens Lagoano Pacheco



Foto: Acervo IBGE.

Ivens Lagoano Pacheco nasceu em 31 de outubro de 1911 em Lagoa Vermelha, no Rio Grande do Sul. “Cheguei a Maringá encarpitado num caminhão de carga e fui morar na pensão São Benedito, do Joaquim Mineiro. Não trazia nada. Quem sabe, só um pouco de nostalgia do imenso sertão que havia deixado”. Chegando a cidade, Ivens lembrou-se de seus tempos de repórter e procurou o “Maringá Jornal”, que Olimpo Prompt publicava com a maior irregularidade. Ivens relatou desta forma o encontro com Prompt:

Disse-lhe de meu desejo de ser redator. Perguntou-me se eu sabia fazer jornal e, diante da resposta afirmativa, deu-me a chave da redação, mandou que preparasse a edição da próxima semana e foi beber. Fui à subprefeitura, visitei o delegado, estive no Bar Central – espécie de “Boca Maldita” da época, no Cartório e à noite ouvi o repórter Esso da Rádio Nacional do Rio de Janeiro. No dia seguinte, com todas estas anotações, mais um editorial reclamando contra o prefeito de Mandaguari, preparei o jornal. A circulação aumentou e eu ganhei o emprego.

Como jornalista e empresário, Ivens acompanhou todo o desenvolvimento de Maringá, desde a época em que era distrito de Mandaguari passando pela elevação a município, em 1951, até as primeiras eleições. Ele conhecia bem o folclore político daquela época das grandes e acirradas batalhas entre petebistas, udenistas e pessebistas.



Banco Comercial do Estado de S. Paulo S. A., durante a solenidade de inauguração, em 1952. A instituição, localizada na Avenida Brasil, foi palco das primeiras reuniões da diretoria provisória da Associação Comercial de Maringá. Este banco foi uma das instituições que deram origem ao Banco Itaú, em 1974. Foto: Museu UniCesumar.

uma comissão se reuniria com o prefeito no dia 11 do mesmo mês para tratar do tema, sendo seus representantes Jayme Kanebley, José Cunha, Manoel Ribeiro, Sadi Nogueira, Anibal dos Santos e Alfredo Moisés Maluf. Nessa reunião, o vereador Cezar Haddad se fez presente. Durante a discussão do estatuto social

da entidade, foram detalhados alguns artigos do texto que proibiam expressamente que a Associação Comercial de Maringá tratasse de assuntos de ordem política ou religiosa, bem como não poderiam fazer parte da diretoria os sócios que exercessem qualquer função pública ou mandato eletivo.

Ata da fundação da Associação Comercial de Maringá.

Aos doze dias do mês de Abril de mil e novecentos e cinco e tris, ás 14,30, reuniram-se as pessoas que assinam a presente ata, no edificio do Cine-Maringá, gentilmente cedido por seu proprietario, Sr. Oduvaldo Bueno Neto, para o fim de fundarem a Associação Comercial de Maringá.

Uso da palavra de inicio, o Dr. Jaime Kambley, que disse das finalidades da reunião, e propoz, por aclamação, o nome de Sr. Angelo Planas para presidir os trabalhos. Aclamado o Sr. Angelo Planas, este tomou lugar á mesa e convidou para fazerem parte da mesma, o Sr. Emílio Germani, Sadi' Rognier, José Leves Jr. e Cezar Haddad, tendo este ultimo sido encarregado de levar a ata de fundação.

Em seguida, o Sr. Angelo Planas, em rapidas palavras, falou sobre as finalidades da reunião, e deu, a seguir a palavra ao Sr. Sadi' Rognier, o qual em longa e bem feita explanação, ressaltou a oportunidade e a conveniencia da fundação da Associação Comercial de Maringá, enumerando os beneficios que advirta para a classe em razão da arrefinamentação das suas forças, ressaltando tanto os seus direitos quanto suas obrigações, finalizando sua oração sob prolongada salva de palmas.

O Sr. Angelo Planas, convidou, a seguir a representantes da imprensa a fazerem parte da mesa, tendo o Sr. Joens Pacheco tomado parte da mesma.

Em seguida o Sr. Angelo Planas submeteu os presentes os nomes que constituirão a Diretoria e Conselho provisório, por aclamação.

São os seguintes os membros e cargos e

leitor por aclamação:

Presidente: Americo Marques Dias.

1.º Vice-Presidente: Alfredo M. Maluf.

2.º " " Manoel Rodrigues da Silva Junior.

1.º Secretario: Dr. Jayme Kamebley.

2.º " : Edgar Amaral Camargo.

1.º Tesoureiro: David Rabelo.

2.º " Henrique Andó.

Conselho Fiscal: Manoel Ribeiro, Nassia Haddad, Jisuji Fujiwara e Boanerges de Oliveira Fernandes.

Conselho Consultivo: J. Alois Verissimo, Waldemar Gomes de Cunha, Rodolfo Bernardi, Sadi Nozueira, Vitor Jo Assunção, Alcides Bernardes, Edelvaldo Bueno Neto, Dr. José Cunha, Emílio Germani e Antonio P. Silva.

A seguir o Sr. Augusto Planas convidou a Diretoria a fazer parte do Mesa, o que foi feito, com a ausência do Sr. Americo Marques Dias e Alfredo M. Maluf, que estão viajando.

Usaram da palavra a seguir, o Sr. Manoel Rodrigues da Silva Jr. Dr. Jayme Kamebley, que propoz um voto de louvor ao Sr. Alfredo M. Maluf, em do propositos da ideia hoje concretizada da fundação da Associação Comercial.

O Presidente em exercício, Sr. Manoel Rodrigues da Silva Jr. fez livre a palavra que foi usada pelo Sr. Benedito Dias e novamente pelo Sr. Sadi Nozueira.

O Sr. Augusto Planas, nada mais havendo a tratar, mandou, que, em, Edgar Haddad, secretário ad-hoc. Encerrasse a presente ata, que vai comigo pelos demais assinada.

Maringá, 12 Abril 1953

(Edgar Haddad)

Bento Munhoz presente no 6º aniversário de Maringá



As autoridades foram até as obras da Usina Diesel-Elétrica que iluminaria, em pouco tempo, Maringá. Na foto da direita, Gastão de Mesquita Filho, Hermann Moraes Barros, Bento Munhoz da Rocha Neto e Sesostris de Moraes Sarmiento, no momento em que chegaram ao local. O então governador havia encontrado a solução para distribuição de energia do estado no modelo implantado em Maringá. Um ano depois, esta usina serviria como embrião para a constituição da Companhia Paranaense de Energia, a Copel. Foto: Acervo Maringá Histórica.



Inauguração da nova sede do Banco do Estado do Paraná, localizado na atual Avenida Getúlio Vargas esquina com a Avenida Brasil. Desde 10 de outubro de 1949, essa agência funcionava em outro local, que era alugado. A foto da direita registrou, Inocente Villanova Jr., Bento Munhoz da Rocha Neto e Felizardo Gomes da Silva, presidente do Banco do Estado do Paraná S.A. Foto: Museu UniCesumar.



Depois de firmar parceria com uma empresa de Botucatu, o proprietário do Cine Maringá, o empresário Odwaldo Bueno Netto transferiu seu empreendimento para uma gigantesca estrutura, na Avenida Getúlio Vargas. Apesar de ainda inacabado, o significativo empreendimento foi inaugurado simbolicamente pelo governador Bento Munhoz da Rocha Neto no dia 10 de maio de 1953. Esse foi o local da reunião histórica de fundação da Associação Comercial, quase um mês antes. Foto: Museu UniCesumar.



O governador do Paraná, Bento Munhoz da Rocha Neto, durante discurso para empresários e autoridades políticas em visita oficial devido ao 6º aniversário de Maringá. Foto: Museu UniCesumar.



Da esquerda para direita: Inocente Villanova Jr.; o governador Bento Munhoz da Rocha Neto; mais à direita, Hermann Moraes Barros, diretor da CMNP. O registro foi feito durante o plantio simbólico de uma muda em frente ao escritório da colonizadora, na Av. Duque de Caxias. Foto: Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.



Um dos últimos eventos daquele dia foi realizado por alunos do Ginásio Maringá, quando executaram uma pequena apresentação de ginástica. O detalhe é que essa apresentação estava programada para ocorrer durante o dia, mas devido ao grande atraso na programação, os alunos só puderem executá-la no período da noite. Essa imagem revela um personagem que passa quase despercebido. Trata-se de Ângelo Planas, atrás de Bento Munhoz. Foto: Acervo Maringá Histórica.

Em 1953, passados três dias das solenidades oficiais em comemoração ao aniversário de Maringá, com a presença do governador, a Associação Comercial reuniu quase noventa comerciantes para realizar a sua 1ª Assembleia Geral Extraordinária. Quem, novamente, presidiu o importante encontro foi Ângelo Planas. Naquela oportunidade, Sadi Nogueira detalhou os encaminhamentos dados quanto ao Código Tributário junto ao prefeito Inocente Villanova Jr., que participou da reunião e foi convidado a compor a mesa, juntamente com os vereadores presentes Jorge Ferreira Duque Estrada, Benedito Dias (suplente), Napoleão Moreira da Silva, Malaquias de Abreu, Cezar Haddad e José Hauare (seis dos nove vereadores). Praticamente, todo o poder público local estava representado naquele encontro, mostrando a representatividade que a entidade passou a ter como elo de conciliação.

O prefeito usou a palavra para explicar a composição dos lançamentos de tributos aos imóveis e empreendimentos instalados no município. Ressaltou que a Associação Comercial poderia enviar membros para acompanhar o processo de cálculo dos impostos e que atenderia a qualquer tempo aqueles que se sentissem prejudicados. Os vereadores Cezar Haddad e Duque Estrada fizeram considerações na sequência e, junto do representante do Executivo, deixaram o recinto. Américo Marques Dias fez um interessante relato sobre a verdadeira guerra que se iniciaria entre a associação e a prefeitura:

O prefeito, naquela ânsia de dotar a cidade de infraestrutura, lançou imposto sobre imposto de tal forma que o pessoal protestou. Ninguém tinha condições de suportar tamanho aumento. Então o povo se reuniu [...] e o prefeito se comprometeu a estudar o que era possível para diminuir o imposto. Só que, voltando para a prefeitura, ele não só deixou de baixar os impostos como passou a pressionar os empresários. A partir da atitude do prefeito, a Associação passou a lutar contra o aumento. Foi a primeira prova de fogo que passamos. Passamos 60 dias com uma carga pesada nas costas. Fiquei esses dois meses sem dormir.⁴⁴

Por fim, o estatuto social da Associação Comercial de Maringá foi aprovado.

Em outra reunião realizada, ainda em maio de 1953, alguns gerentes de bancos presentes sugeriram compor uma comissão para pressionar o prefeito para obter melhores taxas junto ao Código Tributário. Aprovada a ideia, a comissão foi composta por: Paulo Gonçalves Silva, do Banco Brasileiro de Descontos S.A.; Jacob Zenebra, do Banco Noroeste de São Paulo S.A.; Murilo Macedo, do Banco Nacional de Minas Gerais; José Leme Jr., do Banco Comercial do Estado de São Paulo S.A.; Orlando Pedrazolli, do Banco Comércio e Indústria de São Paulo S.A.; e Antonio Fava Barbatto, do Banco Mercantil de São Paulo. Membros da diretoria da ACIM também compuseram a comissão: Américo Marques Dias e Alfredo Moisés Maluf.

Esse envolvimento do setor se justificava no fato de que, na primeira metade dos anos 1950, Maringá chegou a possuir quase vinte diferentes estabelecimentos bancários instalados em vários pontos.

44 Entrevista de Américo Marques Dias concedida à Revista ACIM, em 1993.

As geadas dos anos 1950

A década de 1950 ficou marcada por geadas que dizimaram uma boa parcela das lavouras do norte do Paraná. Apesar de ser um território com o solo rico em nutrientes e com excelentes resultados para o plantio, especialmente do café, a região representava elevado risco devido às baixas temperaturas.

Entre final de julho e início de agosto de 1955, o país foi atingido pela mais espetacular onda de frio já registrada oficialmente em sua história, sob vários aspectos. As temperaturas caíram em mais de 60% do território nacional. As geadas chegaram a atingir 90% de toda a região sul, onde nevou com acúmulo de até 70 cm de gelo.¹

Essa situação chegou a gerar pequenos reflexos na imagem de região próspera, disseminada pela colonizadora.

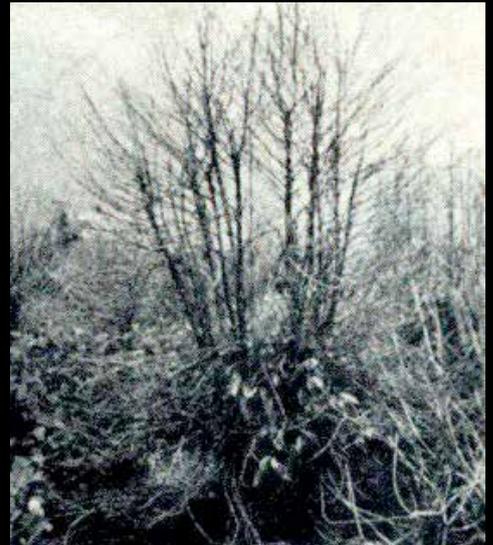
[...] ao mesmo tempo em que corriam histórias fantásticas de gente que enriquecia rapidamente com o café, todos ouviam falar, também, dos fracassos de muitos que tinham deixado o interior paulista para correr atrás da tal riqueza nas terras vermelhas. O grande medo se justificava em função das constantes geadas, que faziam o povo sofrer no sertão paranaense. Falava-se, por exemplo, que uma única noite de frio intenso colocava a perder tudo o que se conseguira juntar ao longo de anos. O sujeito anoitecia rico e amanhecia pobre. Por isso, repetia-se, em tom de deboche, uma frase que se ouvia por tudo quanto era canto: “O Paraná é só enganação, quando não é geada é poeira”.²

1 HAMES, Paulo. A super onda de frio do inverno de 1955. Técnico em meteorologia. <http://www.paulotempo.blogspot.com.br/2008/01/super-onda-de-frio-do-inverno-de-1955.html> - visitado em 15 de agosto de 2015, às 14h02.

2 RECCO, Rogério. **Seu Joaquim, um brasileiro de coragem**. Maringá: Midiograf, 2008, p. 65.



Aspectos captados do campo após a geada de 1955.



LAVOURA RECUPERADA APÓS A GEADA DE 1955

Tudo morreu, menos a esperança. O lavrador confiou no milagre da terra que, meses depois, substituiu o cinzento das árvores pelo verde de novos sonhos. Eles sabem que os cafeeiros morrem, mas ressuscitam...

Alguns estabelecimentos bancários da década de 1950



Caixa Econômica. Localizada na Rua Santos Dumont em frente à atual Praça Napoleão Moreira da Silva. Foto: Revista Maringá Ilustrada, maio de 1957.



Banco Brasul. Avenida Getúlio Vargas esquina com a Rua Santos Dumont. Foto: Acervo IBGE.



Banco Comercial do Paraná (BANCIAL). Foi a primeira instituição financeira a se instalar em Maringá no ano de 1948. Ficava na Avenida Getúlio Vargas esquina com a Rua Santos Dumont. Foto: Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.



Banco Itaú. Avenida Duque de Caxias esquina com a Rua Santos Dumont. Foto: Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.



Banco do Estado do Paraná. Avenida Brasil esquina com a Avenida Getúlio Vargas. Foto: Museu UniCesumar.



Ao fundo da imagem, o Banco Nacional de Minas Gerais. Avenida Duque de Caxias quase esquina com a então Rua Bandeirantes, atual Joubert de Carvalho. Depois, o estabelecimento foi transferido para a Avenida Getúlio Vargas. Foto: Museu Banco do Paraná (UEM).



Ao fundo, o Banco Brasileiro de Descontos S.A. Funcionou inicialmente na Rua Santos Dumont, depois foi para a Avenida Getúlio Vargas esquina com a então Rua Aquidaban, atual Neo Alves Martins. Em 1953, o gerente geral da agência era Paulo Gonçalves Silva. Foto: Acervo IBGE.



Banco Mineiro da Produção S.A. Avenida Brasil após a Praça Raposo Tavares, em frente a Casa Andó. Foto: Acervo Maringá Histórica.



Banco do Brasil. Fundado em 17 de dezembro de 1953, sua primeira agência foi instalada na Avenida Duque de Caxias esquina com a Avenida XV de novembro, no Edifício João Tenório Cavalcante. A sede própria foi inaugurada mais tarde, em 17 de fevereiro 1963. Foto: Acervo Marco Antônio Deprá.



Banco Noroeste do Estado de S. Paulo S.A. Inaugurado em 1º de junho de 1949, funcionou na Avenida Duque de Caxias esquina com a Avenida Brasil. Ao longo da década de 1950 sua estrutura foi totalmente ampliada. Em 1953, o gerente geral da agência era Jacob Bezerra. Foto: Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.



Banco Mercantil de São Paulo S.A. Avenida Getúlio Vargas esquina com a Avenida Brasil. Em 1953, o gerente geral da agência era Antonio Fava Barbalto. Foto: Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.

Em 4 de junho de 1953, a diretoria provisória da Associação Comercial se reuniu pela última vez no Banco Comercial do Estado de S. Paulo, onde os gerentes das instituições financeiras disseram que Inocente Villanova Jr. analisaria a tributação de cada banco, de maneira individualizada. Naquele encontro, a diretoria deferiu a filiação da entidade à Associação Comercial do Paraná, instalada em Curitiba.

A primeira diretoria da Associação Comercial de Maringá funcionou em caráter provisório de 12 de abril a 5 de junho de 1953, quando foi eleita a composição definitiva. A Assembleia Geral foi realizada no auditório da recém inaugurada Rádio Cultura de Maringá. Ângelo Planas auxiliou na apuração dos votos. Dos 28 associados presentes, 24 votaram na chapa única, elegendo a seguinte diretoria:

- Presidente: Américo Marques Dias
- 1º Vice-presidente: Manoel Rodrigues Silva Jr.
- 2º vice-presidente: Jaime Kanebley Filho
- 1º Secretário: Waldomiro Cordeiro Silva
- 2º Secretário: Edgar Amaral Camargo
- 1º Tesoureiro: David Rabelo
- 2º tesoureiro: João Lemes Jr.
- Bibliotecário: Manoel Francisco dos Santos
- Conselho Fiscal: Herbert Mayer, Sadi Nogueira e Antonio Garbato. Suplentes: Paulo Afonso Mesquita Sampaio e Emílio Germani.
- Conselho Consultivo: Alfredo Moisés Maluf, J. Alves Veríssimo, Jitsuji Fujiwara, Victor Ivo Assmann, Manoel Ribeiro, Orlando Pedrazzalli, Lauro Gonçalves Silva, Nassib Haddad e os irmãos Hatsutoro Suzuki e Rokuro Suzuki.

Na primeira reunião da diretoria, em 11 de junho de 1953, a discussão sobre o novo Código Tributário ainda se arrastava. A diretoria deferiu o despacho de ofícios para retomar o diálogo com o Executivo e o Legislativo. Na oportunidade, a Associação cobrava a instalação de dois postos telefônicos, na Vila Operária e no “Maringá Velho” – regiões desfavorecidas em função do interesse da colonizadora de focar seus esforços de desenvolvimento no eixo central da cidade. Esses ofícios foram direcionados à Companhia Telefônica Nacional, que era concorrente direta da recém-instalada Sociedade Telefônica do Paraná S.A. de propriedade de Ardinial Ribas:

O pico do seu empreendedorismo se deu em 1953, quando, ao lado de mais cinco sócios, adquiriu a Sociedade Telefônica do Paraná S.A. em Maringá. Após três anos, Ardinial trouxe sua família para morar na cidade.

A instituição da telefonia automática em Maringá foi um marco na história do Paraná. Em 1953, a cidade foi a primeira do estado a receber a benfeitoria. Apesar de algumas críticas do formato de comercialização do sistema, aos poucos, os cidadãos se deram por satisfeitos, visto que não era mais necessária a presença da telefonista. A partir de então, cada um pôde realizar as próprias chamadas pelo telefone a disco.⁴⁵

Além de requerer melhorias para adequar os equipamentos locais ao desenvolvimento econômico da cidade, a entidade ainda passou a fazer parte do grupo de associados tanto da Associação Comercial do Paraná, com sede em Curitiba, quanto da sua congênere de São Paulo. Possivelmente, essa estratégia teve três objetivos:

- 1º) gerar maior credibilidade em seus atos;
- 2º) ter representação institucional próxima ao governo do Paraná;
- 3º) manter proximidade também com a diretoria da CMNP, situada em grande parte na capital paulista.

Ainda em junho de 1953, Alfredo Moisés Maluf, um dos indutores do processo de criação da Associação Comercial de Maringá, deu uma polêmica entrevista ao O Jornal de Maringá, declarando que a entidade que acabara de nascer possuía em seu quadro de diretores “infiltrados políticos” e que, por isso, se afastaria do cargo de conselheiro consultivo.

Em julho daquele mesmo ano, a Associação Comercial passou a realizar suas reuniões ordinárias nas salas 20 e 21 do segundo andar do Edifício João Tenório Cavalcante, localizado na Avenida XV de novembro esquina com a Avenida Duque de Caxias. No encontro do dia 2 daquele mesmo mês, a diretoria autorizou a contratação do Dr. Ivan Neves Pedrosa como consultor

⁴⁵ SILVA, Miguel Fernando Perez. **Ardinial Ribas, um homem polêmico.** Artigo: Gazeta Maringá, 7 de outubro de 2011.

jurídico dos associados e da diretoria. Quem se tornou representante da entidade na diretoria da Associação Comercial do Paraná é Alfonso Gottschild, gerente geral da Hermes Macedo S.A. em Curitiba. Mais tarde, Fernando Mongador, contador da Dias Martins S.A., em São Paulo, se transformaria no braço da entidade junto à Associação Comercial de São Paulo.

Ainda em julho, o presidente Américo Marques Dias expôs os pleitos de interesse ao governo federal, quais sejam: ampliação dos Correios/Telégrafo, instalado desde junho de 1950 e com estrutura limitada; início das operações da Estação ferroviária; abertura do Banco do Brasil. Esse último viria a acontecer somente em dezembro daquele ano; a estação ferroviária ficou para o início de 1954. Tais questões foram enviadas aos deputados federais Cunha Bueno (da bancada de

São Paulo) e Arthur Santos (da bancada do Paraná).

A Associação Comercial, como outras entidades e a própria população da época, mantinha vínculo com São Paulo como se a região fosse administrada pelo estado vizinho. Um forte motivo para essa realidade é a grande força da diretoria paulista da CMNP.

Maluf poderia estar certo de ter suspeitado e denunciado que a Associação Comercial de Maringá pudesse estar sendo manipulada por interesses políticos naqueles meses iniciais de seu funcionamento. Coincidência ou não, a Câmara Municipal de Maringá também funcionava no Edifício João Tenório Cavalcante.

Por outro lado, o desempenho que se deu nas ações empregadas pela entidade contra a prefeitura (em contraposição à inércia daquela



Edifício João Tenório Cavalcante, na década de 1950: foi a primeira sede da Associação Comercial, que ocupou várias de suas salas. Foto: Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.

Imagem Peregrina de Nossa Senhora de Fátima



Em 1953, Maringá recebeu uma “visita” ilustre: a imagem Peregrina de Nossa Senhora de Fátima, que percorreu muitos países católicos naquele ano (uma imagem com grande importância aos religiosos da época, pois tinha origem portuguesa, do Santuário de Fátima). O evento foi promovido pela Diocese de Jacarezinho, a qual Maringá pertencia como paróquia. A imagem passou por Jacarezinho (11/08/1953), Siqueira Campos, Londrina (12/08/1953), Apucarana e Maringá (13/08/1953).

Segundo o pesquisador JC Cecílio, em Maringá houve relatos sobre a ocorrência de alguns milagres durante a visita da imagem. Porém, o mais instigante talvez seja o caso de Maria Keiko, de aproximadamente 16 anos, que na chegada da imagem foi atropelada por um jipe, que passou por cima do seu corpo. Mesmo assim, a menina não sofreu nenhuma lesão. A partir de então, conta-se que seu pai passou a acender uma vela a Nossa Senhora de Fátima todas as manhãs.¹

Duque Estrada destaca que, apesar da multidão que acompanhou aquele evento importante, o cenário de disputa estava sendo preparado para um embate ainda maior entre o Legislativo e o Executivo:

Recebemos a visita de N. S. de Fátima – uma santa portuguesa [...] – e, em nome do Legislativo, fui incumbido de saudá-la.

Mas, nem esse fato acalmou os ânimos. Pre-nunciava-se uma gigantesca luta caso se concretizassem os sonhos de Napoleão Moreira da Silva: se eleger presidente da Câmara.²

1 Relato concedido ao Projeto Maringá Histórica, em dezembro de 2010.

2 Ibid., p. 115.

composição inicial da Câmara de Vereadores) no intuito de minimizar os impactos nos caixas das empresas associadas, acabou se dando de maneira sistêmica e enérgica. A primeira gestão, tanto da Associação quanto da gestão pública local, se mostrou um campo de batalha para discussão de opiniões e pontos de vista distintos. Se a visão de Inocente Villanova Jr. era a de arrecadar recursos para dar continuidade às benfeitorias, tanto na zona rural quanto urbana, até então executadas pela CMNP, a classe empresarial se via tributada com valores, segundo relatos, abusivos em diversos quesitos, o que poderia prejudicar o desenvolvimento das empresas e a geração de novos negócios.

Diante desse quadro, a classe empresarial, liderada oficialmente por Américo Marques Dias, levantou bandeira contra as taxas abusivas e se posicionou de forma extremamente contrária, propondo, junto ao seu assessor jurídico, uma maneira legal de impetrar um mandado de segurança contra a Lei Municipal nº 11/1953. Em julho de 1953, em consonância com reconhecidos juízos da capital do Paraná, o consultor jurídico Dr. Ivan Neves Pedrosa⁴⁶ concluiu que a norma municipal infringia alguns artigos das constituições estadual, federal e a lei dos municípios. Além disso, a entidade compôs uma comissão para estudar possíveis alterações no código tributário, buscando torná-lo mais justo para o comércio em geral. Ela foi composta por: Herbert Mayer, Antonio Fava Barbato, Lauro G. da Silva, M. Fujiwara, Américo Marques Dias e Waldomiro Cordeiro.

Um mês mais tarde, essa comissão apresentou para o vereador Jorge Ferreira Duque Estrada diversos pontos a serem reconsiderados na lei municipal. Duque Estrada assumiu publicamente

46 Dr. Ivan Neves Pedrosa participou naquele período da constituição da Associação dos Advogados de Maringá, que se tornaria na Subseção da OAB, em 1958, conforme trabalho produzido sobre a OAB em Maringá pelo historiador Reginaldo Benedito Dias: “Em pouco tempo, evidência da expansão do número de profissionais, foi criada a Associação dos Advogados de Maringá. Tal fato ocorreu em 20 de junho de 1953. Da lista de sócios fundadores, [...], constam 21 nomes. A primeira diretoria foi assim composta: presidente: Mário Clapier Urbinatti; Vice: Jorge Ferreira Duque Estrada; 1º. Secretário: Epiphânio Alves de Figueiredo; 2º. Secretário: Wilson Saens Surita; 1º. Tesoureiro: Ivan Neves Pedrosa; 2º. Tesoureiro: Lauro Barbosa Fontes”. DIAS, Reginaldo Benedito. **OAB – Subseção Maringá. Memorial 50 anos.** Maringá, 2009.

que existiam equívocos na norma do Executivo e se prontificou em ser o porta voz dos anseios da classe empresarial junto ao Legislativo. De fato, ele tentou iniciar o diálogo com Inocente Villanova Jr., o qual não surtiu efeito esperado. Em parte, por razões político-partidárias:

O diretório do PTB, por unanimidade, escolheu-me para candidato a deputado; mas, com o meu partido jogado contra a opinião pública, não seria possível enfrentar as eleições. Assim, solicitei a Villanova que afastasse Balthazar da lançadoria (de impostos do município), para regularizar a situação. Ele (Inocente) não me atendeu. (Meses mais tarde) [...] escrevi uma carta [...], formalizando a minha renúncia à candidatura e o meu afastamento do diretório até que Villanova compreendesse o seu erro.⁴⁷

Crise interna na ACIM

Em 26 de agosto de 1953, Américo Marques Dias pediu, publicamente, durante uma reunião ordinária, o seu desligamento da entidade, devido a um mal-entendido ocorrido com o advogado Wilson Zurita. O advogado havia prestado serviços no início da formalização das atividades da Associação Comercial e não recebera os honorários. Imediatamente, toda a diretoria se solidarizou com o presidente e aprovou a quitação daquela despesa. Assim, Dias permaneceu no cargo.

Em outubro daquele ano, a Sociedade Telefônica do Paraná, de Ardinial Ribas, tentou ingressar no quadro de associados da entidade. No entanto, alguns membros da diretoria questionaram, pois desconheciam a idoneidade daquela empresa. Américo Marques Dias entrou em contato com a Companhia Telefônica Nacional e recebeu a informação de que as duas empresas eram concorrentes diretas. Walter Alves, gerente da Companhia Telefônica Nacional, relatou ainda os problemas existentes nos telefones automáticos da época, produto principal comercializado por Ardinial Ribas, conforme consta na

ata daquele encontro:

[...] expondo também que os telefones automáticos são muito sensíveis, influenciando muito o terreno e a situação geográfica da cidade, pois a menor partícula de pó em seus aparelhos ou polos de contato ocasionam sérios transtornos nas ligações, o que vem requerer uma assistência técnica muito ampliada e dispendiosa [...]. Diante dos expostos anteriores, o Sr. Presidente [...] sugeriu que se fosse estudado com minuciosidade o contrato [...]feito entre a Sociedade Telefônica do Paraná Ltda. e a Prefeitura Municipal de Maringá.⁴⁸

As dúvidas acerca da Sociedade Telefônica do Paraná tiveram tantos desdobramentos que, em 7 de outubro daquele mesmo ano, Américo Marques Dias sugeriu que fosse emitido um comunicado oficial da entidade para todos os seus associados detalhando que não fossem assumidos contratos com a referida empresa até que todas as dúvidas fossem plenamente esclarecidas. Jayme Kanebley Filho foi responsável por redigir o documento que se transformou no Boletim Informativo⁴⁹ de nº 1 da Associação Comercial de Maringá.

No final de outubro daquele ano, o Dr. Ivan Neves Pedrosa informou a Associação Comercial que o mandato de segurança contra o Código Tributário acabara de obter sentença favorável pelo juiz de direito da Comarca de Mandaguari.⁵⁰

Em novembro, a Associação Comercial do Paraná enviou informações relacionadas à empresa de Ardinial Ribas. O documento sobre a Sociedade Telefônica do Paraná a apresentava como idônea e em conformidade com a lei. Mesmo assim, a diretoria da Associação Comercial de Maringá manteve suspenso o pedido de filiação até que um dos seus representantes locais se pronunciasse. A empresa seria aceita somente no

48 Ata da 11ª reunião ordinária da Associação Comercial de Maringá, ocorrida em 30 de setembro de 1953.

49 Equivocadamente, até então todos os documentos apontavam que o Boletim Informativo da entidade havia sido criado em 1963. Todavia, conforme relatado na ata de 7 de outubro de 1953, foi nesse ano que surgiu a primeira edição desse periódico que, décadas depois, seria ampliado até se transformar na Revista ACIM. Portanto, pode-se dizer que a Revista ACIM possui quase a mesma idade da associação.

50 Na época, Maringá estava vinculada a Mandaguari por ainda não ter se transformado em Comarca, portanto, não possuía condições legais para a implantação de seu próprio Fórum.

47 DUQUE ESTRADA, 1961, p. 112.

início do ano seguinte, mas só se associaria mais tarde, em julho de 1955.

No início de dezembro de 1953, atendendo pedido da Associação Comercial de Maringá, o representante da entidade em Curitiba, Alfonso Gottschild relatou que havia negociado com Álvaro Albuquerque, superintendente regional do Trabalho e Emprego, a instalação em Maringá de uma repartição para a expedição de carteiras profissionais. Para tanto, a entidade teria que indicar uma pessoa na cidade para representar o Ministério do Trabalho, como o seu identificador. Foi indicado e aprovado o contabilista Dinoh Hundzinski.

Em 15 de dezembro daquele ano foi realizada mais uma Assembleia Geral Extraordinária da Associação Comercial de Maringá, dessa vez, na sede social do Aeroclube. Discursando, Américo Marques Dias, se mostrou interlocutor e mediador e, como presidente da Associação Comercial, buscou harmonizar os interesses do comércio, indústria e do povo maringaense. O presidente ainda criticou publicamente Jorge Ferreira Duque Estrada, vereador que havia assumido compromisso em defender os anseios da classe empresarial naquela agenda, mas que até então nada havia feito de concreto. Com a presença de 71 associados, o encontro foi transmitido ao vivo pela Rádio Cultura de Maringá com a finalidade de difundir, ao maior número de pessoas, os assuntos tratados pela entidade. Em verdade, também foi uma excelente estratégia dos diretores para integrar forças contra o Código Tributário.

Com relação a Duque Estrada vale uma ressalva importante. Ele integrava o mesmo partido do prefeito, o PTB. Fez parte da equipe de campanha de Villanova e venceu a disputa para a vereança, tornando-se assim uma peça importante daquele jogo. No entanto, os dados apontam que ele acabou transitando entre as diferentes esferas de poder, não legitimando a defesa de Inocente Villanova Jr., nem propondo emendas à lei que motivara a discórdia entre os empresários e o poder público, queda de braço que se estenderia com fatores mais críticos ao longo de toda aquela primeira gestão do Executivo.

Ainda naquela Assembleia, Jayme Kanebley Filho, segundo vice-presidente, proferiu um

discurso que ilustrou como a entidade estava fortalecida mesmo com poucos meses de fundação:

Sr. Presidente, companheiros de Diretoria, prezados Consócios. É conhecida de todos a posição imparcial desta Associação que, afastada de todos os partidos políticos aqui existentes, procurou e procura apenas coibir o que julga abusos e excessos do executivo e legislativo maringaenses. Permita, meus senhores, um rápido comentário a respeito do momento que passamos. Vemo-nos na dura contingência de lutar. Diz o provérbio que “a melhor defesa é o ataque”. É necessário que iniciemos a nossa campanha. Temos um grande triunfo nas mãos: o Mandado de Segurança. Outros meios melhores para se obter a justiça [...]: usemo-los todos. Lutemos até a última instância pelos nossos direitos, pelo direito do povo de Maringá, e se por ventura perdemos a parada no judiciário, mantenhamos a cabeça erguida, pois homens como os que aqui estão, lutando às claras e pelo bem do povo, sabem tirar novas energias das vicissitudes, porque tem as suas consciências tranquilas. Peço, portanto, a todos os associados aqui presentes que se unam, transformando esta Associação de Classe numa força coesa e indestrutível, para que assim possamos defender os direitos e o progresso desta nossa querida Maringá.⁵¹

No encontro, outros membros ainda discursaram, inclusive Ângelo Planas, que destoou do tema em questão. Procurou se defender, e defender a Associação Comercial, da acusação de que a entidade havia sido criada por ele para fazer política contra a prefeitura. Segundo Planas, isso nunca havia passado por sua cabeça. Para ele, o papel da Associação era unicamente no sentido de compor a cidade de uma organização que pudesse defender os direitos dos comerciantes e dos industriais. Ao final de sua fala, Planas foi calorosamente aplaudido.

Com o decorrer do tempo e o impasse do recolhimento de impostos não resolvido, a Associação Comercial ingressou na justiça para proteger os seus associados, enquanto que a CMNP tratou de organizar uma estratégia mais enfática e direta:

51 Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 15 de dezembro de 1953.

Após perder a eleição que ungiu o primeiro prefeito, a companhia procurou a Câmara Municipal, influenciando um processo de cassação do prefeito, que foi aprovado pelos vereadores e só foi revertido na Justiça. Conseguiu, também, a aprovação de leis de privilégios fiscais. Na aprovação do (novo) Código Tributário, obteve benefícios com efeitos retroativos, o que penalizou muito o erário municipal.⁵²

Naquele final de 1953, a Associação Comercial já havia se aproximado de outros vereadores, Napoleão Moreira da Silva, César Haddad e Malaquias de Abreu, que compunham toda a bancada oposicionista da UDN, além do vereador Joaquim Pereira de Castro, aliado do prefeito por compor o PTB. Foi dessa forma que Inocente Villanova Jr. começou a ceder a algumas formas de tributação e autorizou a criação de um conselho para julgar as incoerências da composição dos tributos, sendo que a Associação passou a ter um representante nesse órgão. Entretanto, ainda havia entraves para emplacar emendas e um novo código tributário.

Se o primeiro ano de existência da Associação Comercial, em paralelo com o primeiro ano de mandato do primeiro prefeito da cidade, foi especialmente caloroso e recheado de embates, 1954 seria um mar de incertezas e dificuldades.

Logo na primeira reunião da Associação Comercial daquele ano, Américo Marques Dias relatara que dezenas de operários da prefeitura foram até a sua empresa, a Dias Martins, declarando que não estavam recebendo seus salários por falta de recursos do poder público. Segundo os operários, o prefeito teria afirmado que isso era culpa da Associação Comercial, que havia impetrado um mandato de segurança para revisão dos tributos a serem recolhidos e, enquanto aguardava decisão final, havia sugerido que seus associados não recolhessem o imposto. Em função disso, nos encontros posteriores, ocorreram menções de apoio, fortalecendo a figura de Américo no conflito que se arrastava com a prefeitura.

Estação ferroviária de Maringá



Desde a década de 1940 funcionários ferroviários trabalhavam nas imediações do “Maringá Velho” a fim de estender o ramal dessa região. Em meados de 1953, o prédio da estação ferroviária estava prestes a ser concluído. Em 31 de janeiro de 1954, o primeiro trem de passageiros, tracionado pela locomotiva 608, procedente de Curitiba, chegou finalmente em Maringá. O maquinista foi José Mariano, apoiado pelo foguista José Glade. A gerência da estrutura ficou sob a tutela de Américo Lopes. Fotos: Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.

Em fevereiro de 1954, a Associação enviou um ofício de agradecimento ao senador Othon Mader pelas articulações que atendiam alguns dos anseios da classe empresarial local. Entre elas, a instalação da agência do Banco do Brasil, ocorrida no final do ano anterior; a ampliação dos serviços de Correios e Telégrafos; o aceleramento do processo de instalação da coletoria federal⁵³ em Maringá; e a inauguração da Estação

52 DIAS, 2008, p. 46.

53 Há registros de denúncias e reclamações dos comerciantes locais contra a Coletoria Federal de Apucarana, que se negava a fornecer recibos de entrega das Declarações de Imposto Renda para pagamentos futuros, o que deixava margem para que o contribuinte tivesse problemas com o Fisco.



A coletoria federal foi instalada em Maringá no ano de 1956, apesar de a reivindicação da Associação Comercial ser de anos anteriores. Nos quatro meses iniciais de funcionamento, a arrecadação superou os Cr\$ 10 milhões. O primeiro coletor federal nomeado na cidade foi Arlindo Assis Montanha de Andrade. Foto: Revista Maringá Ilustrada, maio de 1957.



Com a instalação da Comarca, o promotor público João Paulino Vieira Filho, com vasta experiência e residente, até então, em Mandaguari, se transferiu para Maringá. Anos mais tarde, ele se tornaria personagem relevante para a gestão pública municipal. Foto: Revista Maringá Ilustrada, maio de 1957.

ferroviária de Maringá, uma das mais importantes benfeitorias para aquele período que muito demorou para ser efetivada.

A inauguração é considerado um dos mais relevantes acontecimento na história do desenvolvimento socioeconômico de Maringá e região. Depoimentos descreveram que mais de quatro mil pessoas presenciaram a chegada do trem naquele dia.

No final da década de 1960, a estação e o seu pátio de manobras foram completamente remodelados para atender o constante despacho de mercadorias e grãos produzidos. Em 1976, a Rede Viação Ferroviária Paraná-Santa Catarina cessaria o transporte de passageiros em Maringá e outras regiões do norte do estado. Justificou-se, na época, a baixa no número de usuários, visto à ampliação das estradas de rodagem que deu maior agilidade ao transporte de passageiros. O prédio da estação, remodelado, foi demolido em 1991 para dar espaço a um arrojado projeto urbano. Como será descrito bem mais à frente deste livro.

No dia 9 de março de 1954, instalou-se a Comarca de Maringá por meio da Lei Estadual nº

1.542/53,⁵⁴ que proporcionou a resolução e encaminhamentos jurídicos, evitando que os habitantes locais se locomovessem até Mandaguari. Duque Estrada destaca esse passo importante na consolidação de Maringá:

[...] A criação da comarca só foi possível através dos esforços despendidos por homens de boa vontade da região, irmanados no sentido de serem satisfeitos os anseios do povo que clamava por justiça no norte do Paraná, mal distribuído, pois os núcleos populacionais se desenvolviam com extraordinária pujança, reclamando uma Justiça mais rápida e imediata.⁵⁵

Em abril de 1954, Américo Marques Dias declarou que ele e alguns membros da diretoria da

⁵⁴ Quase sete anos após sua fundação, em 10 de maio de 1947, e pouco tempo depois de ter sido elevada à categoria de Município, em 14 de novembro de 1951, Maringá finalmente tornou-se sede de Comarca em 9 de março de 1954. A lei 1542, de criação da Comarca, de 14 de dezembro de 1953, fora publicada no Diário Oficial do Estado em janeiro de 1954. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ, 2004, p. 29, in DIAS, 2009, p. 6.

⁵⁵ DUQUE ESTRADA, 1961, p. 36.

ACIM estiveram com Hermann Moraes Barros, então diretor da CMNP, a fim de conseguir a doação de um terreno em área central para a edificação da sede da Associação Comercial de Maringá. Dois meses depois, a CMNP designou o local da futura sede: Rua Santos Dumont esquina com a Avenida Herval. Os membros da diretoria ainda tentaram que a colonizadora financiasse a obra, sem sucesso. Por isso, a entidade iniciou uma campanha em prol da construção daquela estrutura junto aos seus associados.

Todavia, a pauta do Código Tributário não estava esquecida pelos contribuintes locais. Especialmente, por parte da maior credora do município. Segundo relatos, a CMNP tratou de organizar a queda de Inocente Villanova Jr. a partir de articulações com membros de sua base aliada. O objetivo era elevar Napoleão Moreira da Silva ao cargo de presidente naquela Casa de Leis.

Com isso, Napoleão Moreira da Silva, da UDN, partido de oposição a Inocente Villanova Jr. e vinculado a CMNP, assumiu a presidência da Câmara de Vereadores, momento em que essa nova liderança abriria batalha direta contra o então prefeito. Duque Estrada narra os fatos:

Então, a UDN se atirou à campanha de cassação de mandato do prefeito, iniciando um inquérito administrativo contra os atos de Inocente Villanova Jr. Tal processo desviou as atenções do público do verdadeiro objetivo, que era a reforma substancial do Código Tributário, para favorecer a Companhia.

[...]

É que a UDN pretendia (como o fez), acusar o prefeito de vender à Prefeitura gasolina de seu posto e madeira de sua serraria, contrariando dispositivos da Lei 64 (Lei Orgânica dos municípios).

[...]

O processo de cassação do mandato de Villanova foi acelerado ao máximo para amedrontar o prefeito que, por seu lado, ameaçava ajuizar a dívida ativa da Companhia para com os cofres municipais. [...]⁵⁶

Em meio a isso, em 16 de maio de 1954, ocorreu a Assembleia Geral Ordinária da Associação

Comercial que elegeu a única chapa inscrita, mantendo Américo Marques Dias ainda à frente da entidade. O único membro substituído foi o 1º tesoureiro, cargo que passou a ser ocupado por Lauro Gonçalves Silva, que vinha do Conselho Consultivo da gestão anterior.

Se a estação ferroviária abria um novo ciclo de facilidades para os empresários e habitantes locais, por consequência, os vagões disponibilizados para seu ramal em Maringá não eram suficientes para o escoamento de produção da região. A Associação Comercial iniciou o debate para resolver essa deficiência, já que se esperava uma produção acima das expectativas para os próximos anos, dada a baixa causada pela geada ocorrida em 1953. A entidade enviou suas considerações quanto a essa questão para a Associação Paranaense de Cafeicultores, de modo a unir forças para resolver a deficiência do transporte ferroviário no ramal de Maringá.

Outras reivindicações foram: ampliar até o período noturno o horário de atendimento dos postos da Companhia Telefônica Nacional; instalação de mais uma linha de comunicação com Londrina, pois a única existente permanecia congestionada e abrir um canal direto com São Paulo, a fim de evitar longas horas de espera para uma conexão bem-sucedida.

Paralelamente a isso, em junho de 1954, Inocente Villanova Jr. se tornou o cidadão mais questionado da cidade, em função do Código Tributário que ainda estava gerando desacordo entre os empresários. O prefeito, inclusive, vinha sofrendo pressões para renunciar ao cargo. A bancada udenista da Câmara articulava a sua retirada a força, acusando-o de ter se beneficiado irregularmente de recursos públicos.

Villanova, antes da votação da sua cassação, fez um relato biográfico, quando justificou os fatos questionados:

No que concerne a aquisição de madeira, bem como a de gasolina e óleo, os fatores da realidade local é que nos levaram a proceder como fizemos, sempre a descoberto, ao integral conhecimento do público, no propósito mais puro que possa presidir os atos de quem, como nós, temos sobre os ombros a responsabilidade no encaminhamento dos negócios públicos. [...]

Desprovidos de quaisquer recursos à primeira

56 DUQUE ESTRADA, 1961, p. 118 e 121.

hora do nosso contato com o sem número de problemas municipais, precisando adaptar um prédio a instalação dos serviços administrativos; precisando contratar pessoal à prática deles; precisando atender à precariedade em que se encontravam as rodovias e os meios de comunicação em geral; [...]. Todavia, como não somos homem de cruzar os braços ante as dificuldades, abrimos em nossa Firma, ao município, o crédito de que ele carecia e ainda precisa; impusemo-nos esse sacrifício comercial no próprio interesse da coletividade. [...] As madeiras adquiridas pela Prefeitura foram totalmente aplicadas em obras públicas, [...] o combustível foi todo ele consumido em veículos de propriedade do Município [...].⁵⁷

Mesmo com seu discurso, em que assume as falhas, por sete votos favoráveis contra dois, a Câmara deferiu pela cassação do mandato do primeiro prefeito de Maringá. No entanto, junto de seu advogado, Dr. Edgar Sponholz, Inocente Villanova Jr. entrou com um mandado de segurança na Justiça local, de modo que pudesse permanecer no cargo. E, imediatamente, tratou de ajuizar uma ação executiva contra os devedores de impostos municipais, inclusive, a CMNP que, para efetuar o pagamento daquela despesa, colocou à penhora alguns imóveis que estavam ocupados pela gestão pública municipal: lotes da prefeitura, garagem municipal, matadouro municipal, áreas ocupadas por grupos escolares, delegacia e cadeia pública, entre outros.

Na outra esfera, o Legislativo, coordenado pela UDN, estava pronto para sanar as dificuldades do setor privado.

A Câmara, todavia, manobrada pela UDN e pela Companhia Melhoramentos, estava alerta para obstar o processo executório da Prefeitura. O vereador Basílio Sautchuk apresentara o projeto de Lei nº 2/64 – novo Código Tributário – e, já no dia 11 de junho de 1954, portanto, OITO DIAS DEPOIS da execução, a Comissão de Legislação e Justiça da Câmara, [...], dava o seu parecer, considerando constitucional o novo código e recomendando urgência na sua aprovação. Para se ter uma ideia da rapidez com que foi aprovada essa lei, basta dizer que, no dia 26 de julho, a Câmara já se reunia para apreciar

o veto do prefeito. O código de Basílio Sautchuk instituiu a retroatividade na lei fiscal; isto é, no afã de proteger a Companhia, não só anulou o Código Tributário anterior (Lei nº 11), votado e aprovado em 1953, de modo que todos os lançamentos e impostos ficaram sem efeito, como “ordenou” que a dívida ativa que estava sendo executada (como era o caso da CMNP) fosse cancelada.⁵⁸

Mesmo com a situação do Código Tributário tomando proporções cada vez maiores, a Associação Comercial preocupou-se, também, com outras questões urgentes para a cidade naquele período. Em 22 de setembro de 1954, a entidade despachou um ofício ao diretor geral do Serviço Social do Comércio a fim de se conseguir instalar uma unidade do Sesc em Maringá. Em outubro do mesmo ano, Américo Marques Dias propôs que a Associação fosse transferida do Edifício João Tenório Cavalcante para algumas salas do Edifício Amazonas, localizado na Avenida Brasil esquina com a Avenida Paraná, pois apresentavam melhor custo benefício.

No final de 1954, Américo Marques Dias relatou que, em função do mandato de segurança impetrado, foi procurado pelo funcionário da prefeitura Ludovico Del Guercio, visando um acordo com a Associação Comercial para que concedesse desconto nas taxas tributadas aos seus associados. No entanto, o assunto viria a ser discutido com maior cautela na Assembleia Geral Extraordinária do dia 19 de dezembro daquele ano, quando a diretoria não aceitou o acordo requerido pelo prefeito municipal Inocente Villanova Jr., sob a justificativa de que a Câmara de Vereadores já havia aprovado outro Código Tributário (Lei nº 2/1954), que revogou a matéria da discórdia do ano anterior (Lei nº 11/1953). Por outro lado, a entidade emitiu um documento requerendo que Villanova cumprisse o que estava disposto na Lei nº 2/1954, que atenderia todas as necessidades da comunidade empresarial local.

Naqueles anos, a instauração do poder público convivia com procedimentos pouco

57 DUQUE ESTARDA, 1961, p. 134-135.

58 DUQUE ESTRADA, 1961, p. 142-143.

convencionais. O primeiro prefeito, enquanto não revertia judicialmente sua cassação, recorreu aos jagunços de Aníbal Goulart Maia para proteger seu gabinete. A Companhia, em vez de cumprir seu papel de agente civilizador, fragilizava e precarizava o poder público. O maior prejuízo foi atrasar a consolidação do que se costuma chamar, atualmente, da “res” público, da coisa pública.⁵⁹

Em março de 1955, sob coordenação de Vannor Henriques, a Associação Comercial criou o Departamento da Madeira, como uma espécie de vice-presidência, para reivindicar melhores condições para o despacho dessa matéria-prima pela estação ferroviária local. Como comparativo, os diretores citaram que “o ramal de Apucarana já superava os duzentos vagões ao mês de madeiras embarcadas, enquanto Maringá não carregara um vagão sequer dentro de um mês”

A verdade é que existia descontentamento generalizado dos madeireiros locais, pois não havia critérios para o despacho desse insumo na estação local, o que prejudicava as mais de quinze serrarias instaladas naquele período na cidade. Meses mais tarde, seria criada uma comissão de fiscalização dos Transportes Ferroviários de Maringá, composta pelos cerealistas Eli Pinto e Joel Rodrigues da Silveira. Alguns meses depois, essa mesma comissão conseguiria junto da Rede Viação Ferroviária Paraná-Santa Catarina e da CMNP, o empedramento de todo o pátio ferroviário que, em tempos de chuvas, era acometido por lamaçais que prejudicavam os trabalhos, ocasionando atrasos.

Houve na época, uma aproximação entre a Associação Comercial e a Associação Rural de Maringá, por meio de seu presidente, Nérico da Silva, ampliando o diálogo acerca da situação emergencial do meio ferroviário local, visto que problemas similares também eram enfrentados por produtores de café e cereais da região.

Em 20 de abril daquele ano, a diretoria da Associação Comercial aprovou as primeiras honorarias da entidade. Para a CMNP, devido à doação do terreno para a construção da futura sede da entidade e a Alfonso Gottschild, por ter desempenhado

Lions Clube de Maringá

Vários diretores da Associação Comercial participaram da criação e desenvolvimento de outras entidades, especialmente, as filantrópicas.

Na fundação do Lions, em 16 de abril de 1955, diversos diretores da associação estavam presentes. A entidade teve como primeiro presidente Aristino Flauzino da Silva Teixeira de Almeida e entre os fundadores estavam: Alcides Bernardes, Boanerges Menezes Caldas, Cildio Castanho, Edmundo Pereira Canto, Hoss Zacarias Bahls, João Paulino Vieira Filho, Laércio Nickel Ferreira Lopes, Levi Ferreira Caetano, Maurício Girardello, Maurício da Silva Correio, Nérico da Silva, Roldão Ribeiro, Rui Alegratti e Victor Ivo Assmann.

papel fundamental ao representar a associação na capital do estado, foram concedidos títulos de Sócios Beneméritos. No mesmo dia, os membros presentes autorizaram a criação da bandeira da entidade, que em sua composição de cores deveria representar o comércio e a indústria.

No dia 14 de maio, houve o registro de duas chapas para concorrer às eleições da Associação Comercial. A primeira foi apresentada por Herbert Mayer. A segunda, pela Exportadora de Cereais Paranaense e pelo Posto Somaco. Curiosamente, as duas chapas tinham o mesmo candidato a presidente: Américo Marques Dias.

Provavelmente, houve um diálogo entre os proponentes das chapas e Herbert Mayer retirou sua proposta já que, no dia seguinte, durante a assembleia geral, apenas a segunda chapa inscrita concorreu ao pleito.

A Assembleia Geral Ordinária foi presidida por Samuel Silveira e reconduziu mais uma vez Américo Marques Dias à presidência da entidade. A nova diretoria ficou assim disposta:

- Presidente: Américo Marques Dias
- 1º Vice-presidente: Waldomiro C. da Silva
- 2º Vice-presidente: Paulo Afonso Mesquita Sampaio
- 1º Secretário: Emílio Germani
- 2º Secretário: Antonio Severo Alves

59 DIAS, 2008, p. 46.

- 1º Tesoureiro: David Rabelo de Oliveira⁶⁰
- 2º Tesoureiro: Pompeu Adelardo Guibilei
- Conselho Fiscal: Herbert Mayer, CMNP e Exportadora de Cereais Paranaense S.A.
- Conselho Consultivo: Nassib Haddad, Hermes Macedo S.A., Banco Itaú S.A., Banco Brasileiro para América do Sul S.A., Waldemar Planas, Cafeeira Moraes Barros Ltda., Alfredo Moisés Maluf, Mercantil e Industrial Noroara S.A., Júlio Correia de Oliveira e José de Castro França.

A nova gestão foi muito significativa do ponto de vista estruturante da força do associativismo local. Isso porque, foi naquele ano que a Associação Comercial criou os seus Departamentos de Assistência Fiscal e Legal, Assistência Fiscal e Jurídica, de Serviços e de Contabilidade. Todo

⁶⁰ Optou-se por escrever o nome deste diretor conforme as atas da Associação Comercial de Maringá. Ele foi homenageado pelo Município, emprestando seu nome para uma rua da cidade, sendo que a grafia utilizada foi David Rabelo de Oliveira. Ele foi vereador antes de Maringá ter sido emancipada, conforme visto anteriormente.

esse conjunto foi colocado à disposição dos associados com custos reduzidos ou, em alguns casos, com taxas de operação absorvidas pela própria entidade.

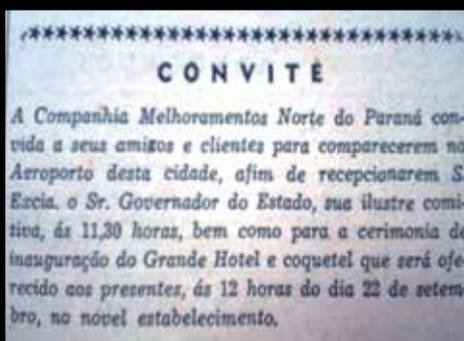
Em junho de 1955, Alfredo Moisés Maluf aceitou voltar ao quadro de sócios para compor a diretoria da entidade. No mesmo período, foi instalado um aparelho telefônico na sede da Associação, de modo que seus associados pudessem usufruir daquele benefício.

No dia 11 de agosto de 1955, a Associação Comercial liderou uma reunião com diversas entidades de classe no sentido de organizar um documento que pudesse reunir as necessidades mais emergentes da cidade. Alguns dos pontos levantados naquele encontro: melhoria do sistema rodoferroviário para escoamento das safras e materiais produzidos em toda a região; melhoria da pista do Aeroporto de Maringá; aumento no número de motores geradores de energia até que a rede local fosse conectada ao sistema hidroelétrico de Campo Mourão; entre outros. Um dos pontos de destaque daquele encontro veio do representante

Grande Hotel Maringá

Se a CMNP havia estruturado o primeiro estabelecimento hoteleiro da cidade no início dos anos de 1940, em setembro de 1955, com projeto do arquiteto paulista José Augusto Bellucci, ela inaugurou o Grande Hotel, que mais tarde ficou conhecido como Grande Hotel Maringá, o “cinco estrelas do sertão”. O prédio foi tombado como patrimônio histórico do Estado em 2005.

Um fato inusitado ocorreu no dia de sua inauguração. Foram hasteadas as bandeiras do Paraná, do Brasil e de São Paulo (estado de origem dos diretores da CMNP). Conta-se que Aníbal Goulart Maia, em protesto àquela homenagem aos paulistas, sacou os dois revólveres que carregava na cintura e os descarregou com tiros na bandeira paulista.



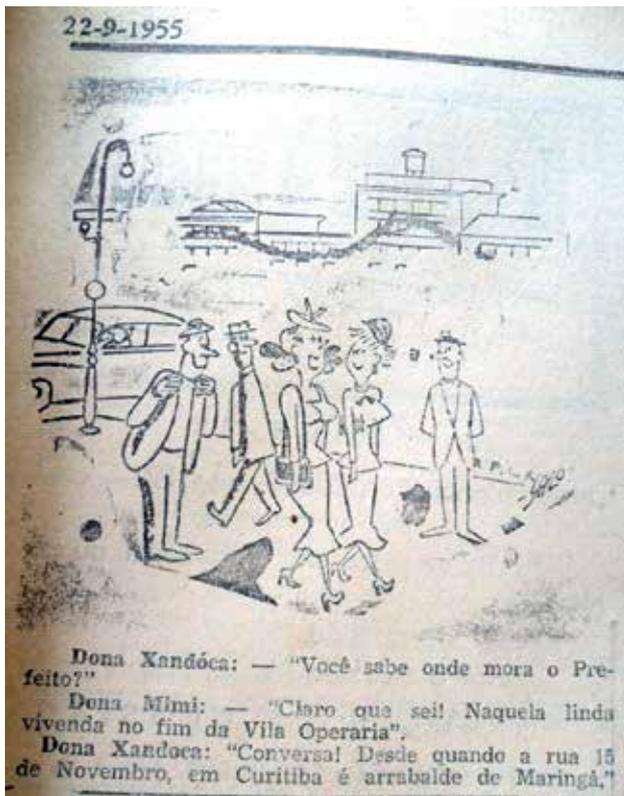
da Associação Maringaense de Odontologia (AMO - na época, conhecida como Sociedade dos Odontologistas, fundada em 1953), que pediu a inclusão de um tópico solicitando assistência odontológica às crianças carentes de Maringá.

Dois dias depois, as entidades capitaneadas pela Associação voltaram a se reunir para definir que os assuntos gerais relacionados à cidade deveriam ser apresentados pela SAM, Sociedade Amigos de Maringá, presidida por Álvaro Fernandes.

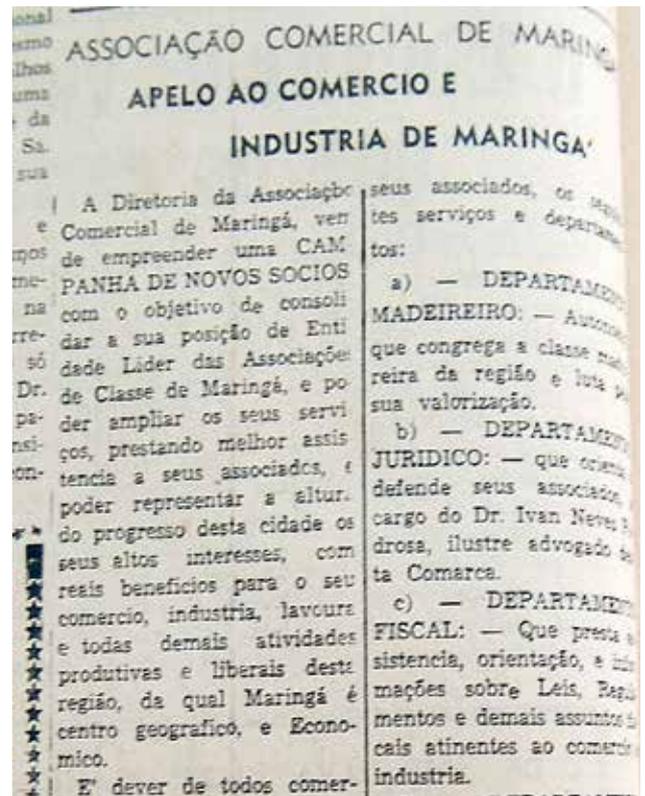
Em 15 de setembro de 1955, Américo Marques Dias se licenciou do cargo de presidente, alegando problemas de saúde. Assumiu interinamente Waldomiro Cordeiro da Silva. Nessa época, a entidade começou uma grande campanha para captação de novos associados, ação encabeçada por Américo Marques Dias, Waldomiro Cordeiro, Emílio Germani, Paulo Fujiwara,

Antonio Alves, Vanor Henriques, Alfredo Moisés Maluf, Herbert Mayer, Brasília Penteadado de Castro e David Rabelo de Oliveira. Para auxiliar nesse processo, o chefe do Distrito Fiscal de Maringá cedeu à Associação Comercial a relação de todos os comerciantes registrados naquele departamento.

Em setembro de 1955, a diretoria da ACIM e a Associação Rural de Maringá, formalizaram e encaminharam documento ao Instituto Brasileiro do Café (IBC) e à Câmara de Deputados Federais no sentido de agilizar o processo de financiamento das lavouras atingidas pela geada, meses antes. Essa ação surtiria efeito positivo para o comércio, evitando prejuízos com a falta de recursos em circulação no município, visto que a grande maioria da população ainda estava situada em zona rural e havia sido impactada diretamente com aquela intempérie climática. No mesmo mês, se iniciou contato com alguns vereadores para concederem



O cartum acima ilustra a visão que a elite local tinha de Inocente Villanova Jr., ou seja, um personagem que não se fazia presente no município. Esse fato alimentava a imagem de que o prefeito, por ser curitibano, passava mais tempo na capital do estado do que em Maringá, ou no "fim da Vila Operária", onde residia. Foto: O Jornal de Maringá, 22 de setembro de 1955.



Registro da campanha de captação de novos sócios, veiculada em O Jornal de Maringá, um mês depois de deferido o assunto, em 16 de outubro de 1955. Destaque para a frase que mostra a força da entidade como "Líder das Associações de Classe de Maringá". Foto: O Jornal de Maringá, 16 de outubro de 1955.

o título de utilidade pública municipal para a Associação Comercial de Maringá.

No início de 1956, alguns fatos relatados nas atas das reuniões da diretoria da Associação Comercial mostram que havia alguns problemas internos de relacionamento. Infelizmente, os documentos não se aprofundam nas questões e os personagens envolvidos já faleceram, o que impede a explicação sobre algumas situações de conflito. Na reunião de diretoria de 15 de fevereiro, por exemplo, Américo Marques Dias usou um “tom enérgico” para expor a situação administrativa da Associação, especialmente no que diz respeito a “pouca assistência prestada aos associados nos últimos meses”.

Segundo ele, a falha se devia “principalmente à falta de cooperação e participação de alguns diretores, conselheiros e sócios”. O presidente lembrou que a receita estava caindo, inclusive, não permitindo a contratação de um bom secretário executivo.

Américo Marques Dias disse que os dois assuntos que mais assoberbaram a diretoria foram o pedido de demissão do primeiro vice-presidente, “sem apresentar razões que a justifiquem”, e a indisposição do sócio Ângelo Planas, “que queixou-se que a associação não havia cuidado do seu caso, mas o mesmo não pediu apoio do jurídico da entidade”.⁶¹

Continua Américo: “por esses fatos, vê-se que a Associação vem sofrendo um clima de absoluta falta de cooperação e compreensão, descarregando em cima de uma minoria impotente as críticas e responsabilidades”.

Após o desabafo do presidente, a diretoria colocou em votação e aceitou a saída do vice, Waldomiro Cordeiro da Silva, “apesar de faltar somente alguns meses para o término da gestão”. A vaga seria preenchida após consulta a um associado e seu nome não foi mencionado na ata. Nesta mesma reunião, Américo pediu sugestões para incrementar o número de associados. Na época, além das mensalidades, existia uma “luva” que os empresários pagavam para se filiar e que poderia estar dificultando a entrada

de novos sócios. A diretoria aprova a isenção da “luva” pelo período de 1º de março a 30 de abril daquele ano.

Última gestão de Américo Marques Dias

A partir de vários fatos que aconteceram no final da terceira gestão de Américo Marques Dias à frente da Associação Comercial, poderíamos supor que ele desejasse se afastar da entidade. Presume-se, a partir dos episódios narrados, que Dias não se sentia mais confortável na presidência. Ele já havia se afastado por um mês no final de 1955 por “motivos de ordem pessoal, quanto aos seus múltiplos afazeres e estado de saúde um tanto abalado”. Na época, foi substituído por Waldomiro Cordeiro. Meses depois, o próprio Waldomiro Cordeiro pediu demissão do cargo de vice-presidente.

Outro fato que chama a atenção: a diretoria afastou Fernando Mongadouro da função de representante da Associação em São Paulo. Possivelmente, a cisão interna tenha ocasionado este fato, já que Mongadouro era contador da Dias Martins S.A., empresa gerida por Américo Marques Dias em Maringá.

Mas, Dias parecia ainda ter gás para uma quarta gestão. A forma como isso se deu é controversa. Acontece que a ata de 12 de abril de 1956 é o último registro existente de reunião de diretoria tendo Américo Marques Dias na presidência. Como a gestão era de um ano e Américo havia sido eleito em 15 de maio de 1955, naturalmente deveriam acontecer eleições em maio de 1956.

No livro referente às assembleias gerais da entidade, há um registro referente ao dia 6 de maio de 1956. Porém não houve quórum para a oficialização do encontro. O próximo registro de assembleia é de 19 de maio de 1957. Sabemos, por depoimentos e documentos, que Américo Marques Dias continuou na presidência da Associação. A única prova encontrada de que houve eleição está na edição do jornal Diário do Paraná, de Curitiba, de 12 de maio de 1956.

Em uma reportagem sobre o aniversário de Maringá, o jornal publicou que fora “eleita a nova diretoria da Associação Comercial de

61 Não existem registros oficiais sobre quais seriam as “queixas” de Ângelo Planas.

Maringá, a qual ficou assim constituída”:

- Presidente: Américo Marques Dias
- 1º Vice-presidente: Emílio Germani
- 2º Vice-presidente: Herbert Mayer
- 1º Secretário: Pompeu Adelardo Guibilei
- 2º Secretário: Paulo Fujiwara
- 1º Tesoureiro: David Rabelo de Oliveira
- 2º Tesoureiro: Arno Prostner
- Bibliotecário: Antonio Severo Alves

Outra conclusão, baseada em dois fatos, sugere que Américo Marques Dias não terminou a gestão. Os fatos: na Assembleia Eleitoral de 19 de maio de 1957, está registrado em ata que: “(...) (o presidente da Assembleia) convidou o presidente demissionário, Sr. Emílio Germani, para ler o seu relatório e apresentação de contas da gestão que ora encerra seu mandato”; outro fato é que, nessa mesma Assembleia, ao ser eleito e empossado, Murilo Macedo rende homenagens a Américo Marques Dias, frisando que o mesmo é “presidente licenciado atualmente”.

Quando e realmente por que Américo Marques Dias se afastou é um mistério que o extraviado livro ata do período e os dirigentes que atuaram na Associação Comercial naquela gestão levaram consigo.

Sabe-se que em 24 de julho de 1957, Américo Marques permanecia no cargo. Naquele dia, o Jornal de Maringá publicou uma matéria sobre a sugestão da associação, dada à Prefeitura e à Câmara Municipal, de realizar um congresso municipal regional. Na reportagem, o jornal elogia a entidade e o presidente:

“Uma das entidades de classe mais combativas que possui Maringá, indiscutivelmente, é a Associação Comercial. Seu presidente, Américo Marques Dias, à frente desta entidade desde a sua fundação, deu-lhe um feitiço condizente com a elevada tarefa que a associação tem na sociedade”.⁶²

No documento em que sugere o congresso, a Associação Comercial lembra que:

“Os municípios da região formam um contingente considerável de forças econômicas e eleitorais que têm problemas comuns; que somente da união dessas forças poderá surtir benefícios de grande envergadura que podem desenvolver a região; que qualquer serviço público de alçada federal ou estadual, jamais tem vindo espontaneamente... e a execução das obras ou serviços sempre primam pela morosidade e imperfeição”.

Em seguida, a Associação Comercial pontua obras que devem ser realizadas, como melhorias em estradas até Apucarana, Loanda, Cruzeiro do Oeste, Centenário do Sul, Peabirú; construção da ponte sobre o rio Ivaí, porto Bananeira; finalização das obras da Usina São Pedro do Rio da Várzea – Campo Mourão e investimentos em assistência hospitalar, escolar e social, ampliação do crédito rural, equipamento ferroviário, implantação de métodos modernos de produção agrícola; programas para acabar com a monocultura; com o analfabetismo, doenças e endemias; e uma série de outras circunstâncias que prejudicavam a base da economia nacional.

Crítica, a Associação afirma que “o atual regime de discriminação das rendas públicas tem deixado os municípios sempre em humilhantes condições de mendigos do Estado e da União, uma vez que não há, no Brasil, um verdadeiro programa de subvenções, mas dependem sempre das circunstâncias ditadas pela situação política”.

Propõe a Associação que a prefeitura se constitua em líder de um movimento conjunto entre os municípios da região, promovendo se possível, um congresso municipal regional para debater esses assuntos ou pelo menos um movimento geral junto aos mesmos para a conjugação de esforços de trabalho e de atividades no sentido do bem comum e de reivindicações enérgicas ao Estado e União.

62 O Jornal de Maringá, 24 de julho de 1957.

A Diocese de Maringá

A Diocese de Maringá foi criada em 1º de fevereiro de 1956. Até então, a cidade estava vinculada, bem como parte do seu entorno, à Diocese de Jacarezinho. No dia 3 de dezembro daquele ano, Dom Jaime Luiz Coelho foi nomeado o primeiro bispo de Maringá, sendo ordenado em 20 de janeiro de 1957. A instalação canônica da Diocese se deu com a chegada de Dom Jaime ao município, em 24 de março de 1957. Um ano mais tarde, o jovem bispo conceberia junto do arquiteto paulista José Augusto Bellucci, um arrojado projeto para a nova sede da Igreja Matriz. Nascia ali o desafio de edificar uma catedral em forma de cone, inspirada no foguete espacial russo Sputnik II, com mais de 120 metros de altura. O próprio Dom Jaime se lembra de como foi idealizado aquele projeto:

Devo destacar que quando aqui cheguei, com toda essa movimentação, toda essa possibilidade de um crescimento, uma região nova, inteiramente nova, diferente daquela de onde vim, [...] eu pensei: Maringá será de fato um polo, uma grande cidade. Embora o barro, a poeira que cercavam toda cidade, toda região, aquilo tudo era estímulo para os que aqui viviam. E então por isso eu projetei a Catedral nesse sentido: começavam a aparecer os primeiros foguetes espaciais [...] e vendo num jornal um Sputnik, eu botei uma cruz em cima e disse: a Catedral de Maringá poderá ser desta maneira. [...]

E assim foi lançada a pedra fundamental no dia 15 de agosto de 1958, que se constituía num pedaço de mármore retirado das escavações do túmulo de São Pedro, em Roma [...]¹

Dom Jaime faleceria em agosto de 2013.



Fotos: Arquidiocese de Maringá.

¹ ANDRADE, 1979, p. 93

Dois pesos e duas medidas

Em meio a muita disputa, tendo a oposição de Napoleão Moreira da Silva, que havia se tornado presidente da Câmara de Vereadores, Inocente Villanova Jr. ainda conseguiu desempenhar um papel fundamental para a consolidação da instituição pública do município. Eram duas forças opostas, representadas por partidos de grupos distintos constituídos desde o final dos anos 1940, de um lado a UDN, com Napoleão e com o peso do capital e da maior empresa da cidade; do outro, o PTB com Inocente, que fora eleito pela força das classes populares.

Inocente conseguiu implantar 71 instituições de ensino⁶³ em áreas urbanas e rurais, sendo considerado o “plantador de escolas”.⁶⁴ Esse foi, sem dúvida, o maior legado de sua gestão. No entanto, o número de projetos implementados pelo Executivo caiu drasticamente a partir de 1954 até o final de sua gestão, comprovando que a intervenção dos partidos oposicionistas, com interferências e interesses de terceiros, prejudicou a sua administração.

Com a proximidade do fim do ano de 1956, os partidos trataram de se organizar para lançar seus concorrentes a mais uma disputa local, que se apresentou com a seguinte composição:

O PSP escolheu o Sr. Américo Dias Ferraz, a UDN designou o Dr. Haroldo Leon Peres, a coligação PSD e PDC indicou o Dr. Gerardo Braga, o PR, coligado ao PTB, apresentou o candidato pioneiro da cidade, o Sr. Ângelo Planas e por último, sem muitas pretensões, surgia o PRP com a figura de Octávio Periotto.⁶⁵

O candidato da elite era, mais uma vez, favorito, ainda mais depois de uma gestão cheia de denúncias de irregularidades. Mas, as classes populares seriam novamente o fiel da balança, elegendo seu representante para ocupar a

63 Na época, o conceito de escola era mais amplo devido à precariedade do sistema educacional em regiões em formação administrativa e política. Uma pequena sala que passava a ser atendida por um docente já poderia ser caracterizada como tal.

64 REIS, 2007, p. 79.

65 ANDRADE, 1979, p. 164-165 in DIAS, 2008, p. 47.



Criação da Associação dos Hoteleiros e Similares de Maringá

Em 6 de maio de 1956, a Associação de Hoteleiros e Similares de Maringá empossou a sua primeira diretoria, presidida por Benedito Dias. A solenidade ocorreu no Auditório da Rádio Cultura, tendo sido presidida por João Paulino Vieira Filho, secretariada por Júlio Ary Berbet e contou com o executivo do setor financeiro Murilo Macedo como orador oficial. Macedo se tornaria o próximo presidente da Associação Comercial de Maringá. Foto: Revista Maringá Ilustrada, maio de 1972.

cadeira de prefeito de Maringá por mais quatro anos. Mesmo com uma campanha lançada de afogadilho, usando uma moto niveladora para realizar benfeitorias pelas ruas, em comícios embalados por músicas caipiras, Américo Dias Ferraz venceria o páreo com folgada diferença.⁶⁶

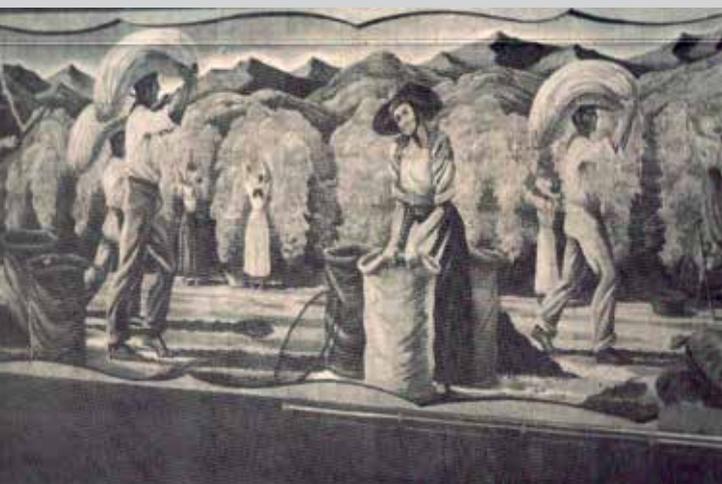
Américo Dias Ferraz tinha uma origem modesta. Chegara a Maringá no final da década de 1940, oriundo do interior de São Paulo, onde era peão de fazenda. Fez parte da grande leva de migrantes que vieram para a região atraídos pela propaganda que era feita sobre as ilimitadas oportunidades. [...] Dotado de espírito aventureiro e empreendedor, logo constituiu uma máquina de arroz e outra de café. Diversificando os negócios, também constituiu o mais famoso bar da cidade (Bar Colúmbia). Assim como o Grande Hotel, construído pela Companhia Melhoramentos, era ponto de encontro obrigatório. Segundo testemunhos [...], o bar (de Américo) era um “monumento”. Ferraz experimentou rápida ascensão social e tornou-se um homem rico.⁶⁷

66 ANDRADE, 1979, p. 165.

67 DIAS, 2008, p. 48-49.



Américo Dias Ferraz durante a campanha eleitoral em 1956. Américo aparece ao centro, sentado no topo de sua Caterpillar. Foto: Maringá Ilustrada, maio de 1957.



No início da segunda metade da década de 1950, Américo Dias Ferraz encomendou ao artista plástico Waldemar Moral uma pintura em azulejos que foi instalada no interior do Bar Colúmbia, de sua propriedade. A obra ficou conhecida como “Painel do Café” e foi tombada como patrimônio em 2011. Foto: contracapa do livro Maria do Injá. Amargo Sabor de Mel na Colonização do Paraná, de José Hilário, 1995.

Primeiro ato de uma tragédia anunciada

No final de 1956, assim que tomou posse como prefeito, Américo Dias Ferraz anunciou a quebra de contrato de exclusividade com o matadouro municipal, administrado por Aníbal Goulart Maia. O conflito entre os dois era antigo e Maia havia “jurado” se vingar do prefeito se o contrato fosse quebrado.

Na véspera do Natal daquele ano, poucos dias após as eleições, Américo Dias Ferraz sofreu um atentado - em plena barbearia Líder, na frente da atual Praça Napoleão Moreira da Silva - encomendado por Aníbal Goulart Maia. “Santão”, jagunço de Maia, agrediu fisicamente o prefeito. A população se revoltou contra o ato e, enfurecida, seguiu até a casa da família Maia e depois de quebrar móveis e objetos, ateou fogo em tudo.

O incidente mobilizou a sociedade. A Associação Comercial se articulou com outras entidades de classe para uma reunião conjunta em que exigiu providências urgentes da Polícia Civil e Poder Judiciário. Além de Américo Marques Dias, participaram do encontro o próprio prefeito Américo Dias Ferraz; Ulisses Bruder, presidente da Câmara Municipal; Wilson Surita, presidente da Associação dos Advogados; Emílio Germani, presidente do Rotary Clube de Maringá; Walter Faleiros, presidente da Sociedade Médica de Maringá; João Paulino, promotor de Justiça; Rômulo Almeida, delegado regional de polícia; Major Buridan de Paula Xavier, entre outros.

Rômulo Almeida garantiu que o governador “hipotecou o mais irrestrito apoio ao povo de Maringá”. O delegado reconheceu que a polícia esteve ausente nos principais momentos da agressão sofrida pelo prefeito e que não o protegeu. Informou que o delegado anterior, Bukoski, fora substituído em Maringá, porque mantinha relação de amizade com Aníbal Goulart e que esse já deveria ter sido preso.

Américo Dias Ferraz disse que estava “na mais absoluta calma, não precisando de guarda policial e que confiava na ação da justiça para a prisão de Aníbal Goulart. Segundo o Jornal de Maringá de 28 de dezembro de 1956, Ferraz teria insinuado que se Goulart fosse assassinado

Napoleão parte antes da hora



No dia 10 de abril de 1957, Napoleão Moreira da Silva estava retornando do Rio de Janeiro, onde esteve com deputados federais paranaenses da UND. No retorno, ao sobrevoar o litoral paulista, o Douglas DC-3 atravessou uma tempestade. Com isso, o avião colidiu com o Morro dos Papagaios, na Ilha Anchieta, em Ubatuba. Quem reconheceu o corpo de Napoleão carbonizado foi o dentista, genro da vítima, Laércio Nickel Ferreira Lopes. Naquele mesmo ano, a então Praça da Rodoviária passaria a emprestar o seu nome, como homenagem a um dos primeiros representantes políticos de Maringá. Foto: Revista Maringá Ilustrada, maio de 1957.



Restos mortais de Napoleão Moreira da Silva, desembarcando em Maringá, em 1957. Foto: Acervo Família Moreira da Silva.

Dez anos de Maringá



Maio de 1957: Américo Dias Ferraz organizou uma série de eventos para comemorar os dez anos de Maringá. Além do tradicional desfile com carros alegóricos do comércio local, inaugurou-se a famosa Fonte Luminosa, na Praça Raposo Tavares, que acabou se transformando em atrativo turístico. Foto: Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.



Além disso, a recém fundada Esquadilha da Fumaça, da Força Aérea Brasileira, esteve presente na cidade para um espetáculo aéreo naqueles dias comemorativos. Infelizmente, uma das aeronaves se chocou com um mastro instalado nessa mesma praça e caiu, matando os dois pilotos e causando grande comoção dos presentes. Foto: Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.

por terceiros, todos poderiam ter a certeza de que “não fora a mando do prefeito”, pois este seria capaz de realizar sozinho essa missão. Por outro lado, segundo o mesmo impresso, depois da fuga da cidade, Anibal Goulart esteve junto com seus jagunços na Serraria Santo Antônio, onde conversou pelo telefone com sua esposa, declarando que “havia dado um couro em Américo Dias Ferraz”.⁶⁸

⁶⁸ O Jornal de Maringá, 28 de dezembro de 1956.



Foto: Revista Maringá Ilustrada, maio de 1957.

Murilo Macedo Gestão 1957-1958

- Presidente: Murilo Macedo
- 1º Vice-presidente: Alfredo Moisés Maluf
- 2º Vice-presidente: Emílio Germani
- 1º Secretário: Jitsuji Fujiwara
- 2º Secretário: Durval dos Santos
- 1º Tesoureiro: Francisco Gonçalves
- 2º Tesoureiro: David Rabelo de Oliveira
- Bibliotecário: um representante da CMNP
- Conselho Fiscal: Odwaldo Bueno Netto, Ângelo Planas e Herbert Mayer
- Conselho Consultivo: Américo Marques Dias, Oswaldo Schocitt, Oscar Pereira de Souza, Fredevindo Marchiori, Antonio Ungaro, Olindo Pasinato, João A. Momensohn, J. Alves Veríssimo, Valmor Henriques e Hatsu-taro Suzuki.

Murilo Macedo nasceu em Sete Lagoas, Minas Gerais, em 1923. Foi contador, administrador de empresas e advogado, tendo se formado em Direito em Belo Horizonte aos 30 anos. Em seguida, mudou-se para Maringá para gerenciar a agência do Banco Nacional de Minas Gerais. Permaneceu nesta instituição até 1975, chegando a ocupar o cargo de diretor.

Depois, foi presidente do Banco do Estado e da Companhia de Seguros de São Paulo. Ainda na capital paulista, em 1977, Macedo assumiu a Secretaria dos Negócios da Fazenda e a presidência da Junta de Coordenação Financeira. Entre 1979 e 1985 foi Ministro do Trabalho. Declarou a intervenção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC nas greves de 1979 e 1980, quando pediu a prisão de Luiz Inácio Lula da Silva. Com isso, ficou conhecido como o “Ministro do Capital”.

Em 1981 foi membro da Comissão Editorial de Administração e Gerência da Editora José Olympio. Em 1986, assumiu a presidência da Companhia Energética de São Paulo (CESP). Foi secretário de Habitação e Desenvolvimento Urbano, presidente da “Nossa Caixa Nosso Banco” e do Banespa. Em 1995, passou a atuar como consultor em sua empresa, a MPWL.

Murilo Macedo faleceu em 2003, no Rio de Janeiro.

Bate-Chapa

O primeiro “bate-chapa” da história da Associação Comercial ocorreu na Assembleia Geral Ordinária de 19 de maio de 1957, quando concorreram duas frentes. Uma tendo como presidente o bancário Murilo Macedo e a outra representada pelo madeireiro Vanor Henriques.

Quem presidiu aquele encontro foi Odwaldo Bueno Netto. Emílio Germani apresentou o relatório de atividades da entidade, ainda na condição de 1º secretário da gestão anterior de Américo Marques Dias. Entre presentes e representados, 102 associados votaram. Foi um recorde, que demonstrou a grande mobilização das chapas concorrentes.

Na conferência dos votos válidos, a chapa de Murilo Macedo obteve 91 votos, enquanto a frente liderada por Vanor Henriques contabilizou somente 7. Ainda houve 4 votos nulos.

Durante a assembleia eleitoral, em seu primeiro ato como presidente, Murilo Macedo leu a proposta do Conselho Consultivo da nova diretoria propondo o título de sócio benemérito a Américo Marques Dias devido aos relevantes trabalhos prestados em prol do associativismo local e desenvolvimento econômico de Maringá. A proposta foi aclamada e aprovada por unanimidade. Na sequência, o novo presidente se comprometeu em atuar no sentido de elevar ainda mais o número de associados, bem como buscar meios para iniciar a construção da sede

própria da entidade. Na oportunidade, Ângelo Planas usou a palavra para alertar a importância de a Associação criar mais serviços e benefícios aos associados.

Um fato interessante desse início da composição do associativismo de Maringá é que muitos membros da diretoria da Associação Comercial eram jovens profissionais que haviam se mudado para a cidade em busca de oportunidades ou transferidos por corporações ou empresas. Por isso, de certa forma, apesar de respeitarem os personagens locais mais antigos – muitos com anseios políticos – estes novos gestores eram independentes.

A jovem região se mostrava próspera. Mas, Murilo Macedo comentou que Maringá lembrava muito o “Velho Oeste” apresentado nos filmes de Hollywood, com diferenças pessoais resolvidas “no braço” como no caso da surra no prefeito Américo Dias Ferraz. Ele também disse que não era incomum observar uma loja fechada repentinamente porque o proprietário fugira após contrair muitas dívidas na cidade.⁶⁹

São fatos que, segundo Murilo Macedo, justificavam a união dos empresários e a busca pelo desenvolvimento não só econômico, mas também social:

O que nós queríamos, acima de tudo, era fazer uma instituição, por nós jovens, uma Associação importante e marcar aquilo que era forte. E que mostrasse, acima de tudo, o que poderíamos realmente fazer.⁷⁰

Durante a gestão de Murilo Macedo ocorreu um fato pouco registrado na história da cidade. Um surto de poliomielite acometeu várias crianças, especialmente, entre as camadas mais carentes. Iniciou-se ali uma campanha, em que empresários e médicos se uniram para discutir e colocar em prática um plano de saneamento básico para Maringá.

Murilo Macedo ficou pouco tempo no cargo, pois foi transferido pelo Banco Nacional de Minas Gerais para São Paulo já no início de 1958. Alfredo Moisés Maluf, 1º vice-presidente, assumiu o comando da Associação Comercial.

69 Depoimento de Murilo Macedo ao Projeto ACIM Faz História, do Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

70 Ibid.



Alfredo Moisés Maluf

Foto: Revista Maringá Ilustrada, maio de 1957.

Alfredo Moisés Maluf chegou a Maringá em 1948, vindo de Piracicaba, interior de São Paulo. Em pouco tempo adquiriu o terreno onde fundou o Posto Santo Antônio, e ao lado, uma oficina mecânica, uma loja de peças e uma revendedora de veículos, na Avenida Brasil próximo a atual Praça José Bonifácio.

Maluf faleceu em 1983 e foi homenageado no bairro Hermann Moraes Barros, emprestando seu nome a uma escola da rede estadual de

ensino, localizada na Rua Arlindo Marquezini.

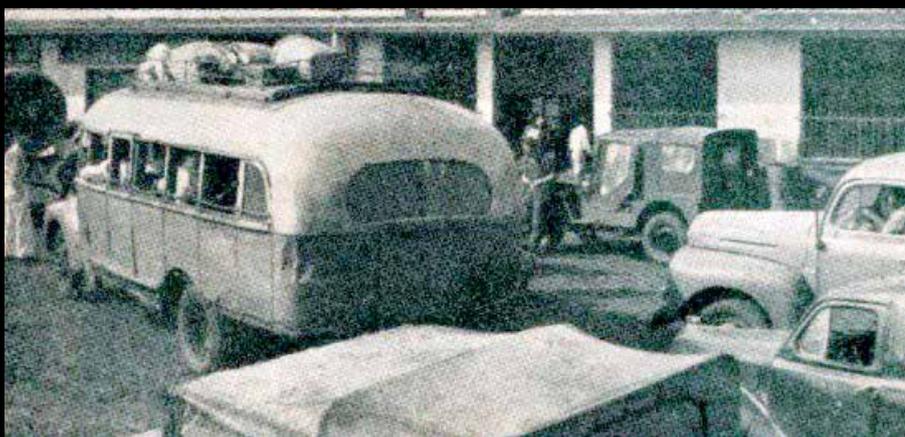
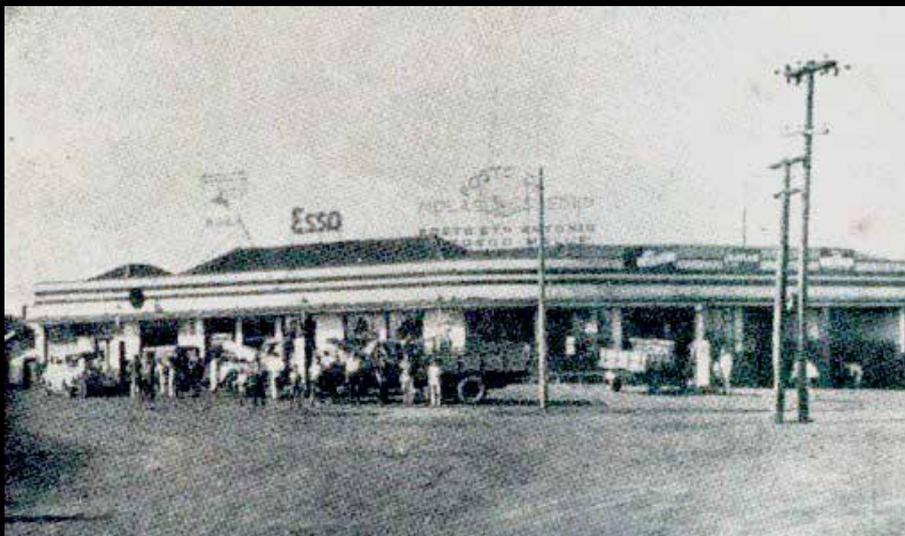
Maluf também permaneceu pouco tempo no cargo de presidente da Associação Comercial. Na época a gestão era de um ano e ele apenas cumpriu o restante do mandato de Murilo Macedo. Infelizmente, não restaram documentos daquele período que pudessem ilustrar quais foram as ações realizadas por esse importante personagem da história local.

Aspectos do Posto Santo Antônio, de Alfredo Moisés Maluf

A grande movimentação de veículos transformou o Posto Santo Antônio em um dos pontos de referência da cidade. Além disso, foi um dos maiores distribuidores de óleo de toda a região, conforme relata o engenheiro agrônomo Aníbal Bianchini da Rocha, na época, diretor da CMNP:

O Posto Maluf [...], vendia tanta gasolina e óleo, que o diretor da Esso da divisão da América Latina fez questão de vir aqui visitar, porque foi o posto que bateu o recorde, se não me engano, latino americano ou mundial. Não houve nenhum posto que vendesse mais gasolina do que o Posto Maluf. Nem em São Paulo.¹

¹ Documentário Estórias Verdadeiras, Prof. Marco Mello, 1984.



Fotos: Revista Maringá Ilustrada, maio de 1957.



Foto: Acervo Família Bueno Netto

Considerado um homem que viajou o mundo, Odwaldo Bueno Netto veio para Maringá com sua esposa, Winifred Ethel Bueno Netto, depois de um período na ilha de Santa Helena, no Atlântico Sul, em 14 de dezembro de 1947.¹ No final da década de 1940, fundou o Cine Maringá, que funcionou na Avenida Brasil e depois foi transferido para a Avenida Getúlio Vargas. Ele e a esposa foram proprietários do Bazar O.K., além da empresa Transporte Aéreo de Maringá (Tama). Chegou a criar uma pequena rede de cinemas pela cidade, ao longo dos anos seguintes.

Ele mesmo fez um relato de quando conheceu a proposta da jovem cidade:

E achamos o plano da Companhia uma coisa tão grande que disse: "Isso vai ser formidável!"²

No início da década de 1960, se tornou o cooperado número 1 da Cooperativa Agroindustrial de Maringá, a Cocamar. Odwaldo faleceu em 17 de julho de 1993.

1 Para mais informações sobre a história de sua família, ler NETTO, Winifred Ethel. **Quando o amor transpõe o oceano**. Uma história de coragem. Editora Cultural, 2009.

2 Vídeo institucional da Cocamar, 40 anos, 1993.

Odwaldo Bueno Netto Gestão 1958-1959

- Presidente: Odwaldo Bueno Netto
- 1º Vice-presidente: Durval Francisco dos Santos
- 2º Vice-presidente: Olindo Pasinato
- 1º Secretário: Waldomiro Cordeiro
- 2º Secretário: Ermelindo Bolfer
- 1º Tesoureiro: João Momensohn
- 2º Tesoureiro: Emílio Germani
- Bibliotecário: José Pacheco
- Conselho Fiscal: Herbert Mayer, Fredevindo Marchiori e Paulo Fujiwara. Como suplentes: João de Faria Piolli e Wiliam Casteleins.
- Conselho consultivo: Alfredo Moisés Maluf, Vanor Henriques, Hatsutaro Suzuki, Antonio Ungaro, J. Alves Veríssimo, Antonio Rodrigues, Américo Dias Ferraz, Francisco Gonçalves, Wilson Ferreira da Silva e um representante da CMNP.

Em 25 de maio de 1958, ocorreu a Assembleia Geral Ordinária para eleger a nova gestão que dirigiria a Associação Comercial de Maringá até o final daquela década. O evento ocorreu no Grande Hotel Maringá, espaço cedido pela CMNP.

Alguns dos associados presentes foram Alfredo Moisés Maluf, na condição de presidente que deixava o cargo; Emílio Germani; Odwaldo Bueno Netto; Carlos Bueno Netto; Silvio Barros; Victor Ivo Assmann; Américo Dias Ferraz, na condição de prefeito municipal; Herbert Mayer, na época também gerente do Grande Hotel; Durval Francisco dos Santos; e David Rabelo.

Quem presidiu a assembleia foi Silvio Barros, tendo como secretário Victor Ivo Assmann. Como de praxe, Maluf apresentou o relatório das atividades desenvolvidas e fez a prestação de contas de sua gestão.

Não há registros de ações da diretoria de Odwaldo Bueno Netto na Associação Comercial. Também não há registros em jornais. A partir de depoimentos de ex-presidentes da entidade, presume-se que Bueno Netto não terminou sua gestão e a Associação chegou a encerrar suas atividades durante certo período.

Marcha da Produção, 1958



Foto: Acervo JC Cecílio.

No ano de 1956, os cafeicultores solicitaram o aumento do valor da saca de café, mas o governo não atendeu ao pedido. Dois anos mais tarde, duas manifestações populares, uma em Londrina e a outra em Maringá, definiram o dia 18 de outubro para uma “Marcha” até o Rio de Janeiro – na época, Capital Federal – a fim de cobrar resposta às reivindicações.

Na capital, a caravana do norte do Paraná encontraria outras frentes, provenientes do Espírito Santo, Minas Gerais e do próprio Rio de Janeiro. Contudo, já na saída de Maringá, o movimento foi detido pelo Exército que havia construído uma barricada na estrada com tambores e soldados armados.

Nesse ponto, destaque para os bispos, Dom Geraldo Fernandes, de Londrina, e Dom Jaime Luiz Coelho (foto). Na imagem acima se vê, também, que a Associação Comercial de Maringá pactuou com aquele movimento. Ao lado da placa de “O Jornal”, se lê “Associação Comercial apoia a Marcha da Produção”.



Ermelindo Bolfer

Foto: Centro de Doc. Luiz Carlos Masson/ACIM.

Paulista de Pindorama, Ermelindo Bolfer formou-se em Economia, morou em Curitiba e mudou-se para Maringá na década de 1950 para atuar na diretoria do Banco do Estado do Paraná. Era homem de confiança e amigo do governador Ney Braga.

Foi sócio-fundador e presidente do Lions Clube Maringá Pioneiros e governador de Distrito de Lions Internacional.

Em 1960 foi eleito vereador de Maringá. Não assumiu o cargo, pois foi convidado por João Paulino para ocupar a Secretaria de Fazenda. Em 1976, na segunda gestão João Paulino, foi secretário de Indústria e Comércio. É um dos fundadores da Sociedade Rural, entidade que presidiu de 1985 a 1987.

Ermelindo Bolfer empresta seu nome para o Recinto de Leilões do Parque de Exposições e para uma das salas de reuniões da ACIM, tendo sido presidente da entidade por quatro oportunidades.

Faleceu em 2009.

Infelizmente, não há documentos disponíveis sobre o início da gestão e de quem compôs a diretoria que foi liderada por Ermelindo Bolfer, em 1959.

Durante essa gestão, a Companhia Paranaense de Energia, a Copel, elevou as tarifas de energia elétrica revoltando a comunidade maringense. Bolfer participou de reunião na Câmara Municipal com diretores da Copel, que tentaram explicar o aumento, mas não convenceram. Desta forma, a Associação Comercial enviou ofício ao Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, em coro com empresários e a população, reclamando do abusivo aumento (de Cr\$2,70 para Cr\$5,00) ao mesmo tempo em que questionava se o órgão havia aprovado o referido reajuste.

Em outubro de 1959, o presidente Ermelindo Bolfer foi ao Rio de Janeiro, ao lado de Emílio Germani. Os dois dirigentes se reuniram com o presidente do Instituto Brasileiro do Café (IBC), Renato Costa Lima, para discutir a crise no setor. Os motivos eram diversos. Primeiro, que a comercialização prevista para o ano todo havia acontecido em 70 dias, o que sobrearregou os portos e fez com que o governo investisse tempo e recursos financeiros para amenizar a situação. Segundo, que houve queda na qualidade do café paranaense, fazendo com que a preferência fosse pela aquisição do produto paulista.

Em 1959, foi constituída a União das Associações Comerciais do Paraná com o objetivo de agregar diversas entidades congêneres espalhadas pelo interior do estado. Mais tarde, ela passaria a utilizar a sigla FACP, de Federação das Associações Comerciais do Paraná, e, posteriormente, Faciap, que mantém até hoje, apesar da mudança no nome

O pitoresco Américo Dias Ferraz



Foto: Revista Maringá Ilustrada, maio de 1957.

que passou a ser Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná. Nesse período, a Associação Comercial de Maringá participou de vários daqueles primeiros encontros para a definição de ações em prol do associativismo empresarial.

Ermelindo Bolfer foi eleito como o segundo vice-presidente da União das Associações Comerciais, que teve como primeiro presidente o curitibano Ivo Leão.

No final da década de 1950, Maringá já se apresentava como uma região de grande destaque. Sua população havia crescido aproximadamente 270% e já superava os cem mil habitantes, sendo 47.592 instalados em zona urbana e 56.539 em zona rural.⁷¹ Percebe-se uma elevação significativa de escolha da cidade em detrimento do campo, se comparado com a década anterior.

A historiadora France Luz traz um aspecto mais amplo relacionado com o desenvolvimento da região que, segundo ela, estava baseado na produção agrícola em alta escala e melhor aproveitamento dos espaços rurais.

O Censo Agrícola de 1960 (portanto, considerando a década anterior) mostrou que, nas microrregiões Norte Novo de Maringá, Norte Novíssimo de Paranavaí e Norte Novíssimo de Umuarama, a cafeicultura era atenuada pela presença de pastagens. As porcentagens do café em área plantada, no entanto, variavam entre 50,8% e 71,3%.

[...] No município de Maringá as lavouras permanentes apareciam combinadas com pastagens temporárias; o café, principal lavoura permanente, ocupava 57,8% da área plantada.⁷²

O mesmo censo agrícola citado pela historiadora ainda aferiu a existência em Maringá de 5.443 estabelecimentos agrícolas, que abrangiam uma área de quase 98 mil hectares, onde se priorizou a pequena propriedade, conforme plano de ocupação imobiliária do território previsto pela colonizadora do território.⁷³ Em 1959, havia na cidade 35.170.596 de pés produzindo

Apesar de o relacionamento entre o prefeito Américo Dias Ferraz ter se iniciado bem com a CMNP, a situação não perdurou.

Enquanto em 1957, Ferraz homenageava o suíço Alfredo Werner Nyffeler, gerente da colonizadora, com o título de cidadão maringaense; em 1959, ele ordenava que os funcionários da prefeitura desmatassem um pequeno bosque mantido pela CMNP em plena Praça Napoleão Moreira da Silva.

Hermann Moraes Barros, diretor gerente da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, elaborou uma série de artigos que criticaram certas posturas da administração do então prefeito Américo Dias Ferraz [...]. Américo encontrou uma forma de se vingar. Como a colonizadora cultivava um bosque de essências nativas (perobas, cedros, palmitos, marfins, alecrins, canjaranas, entre outras) na Praça Napoleão Moreira da Silva, o prefeito convocou os funcionários municipais para retirarem essa área verde durante a madrugada. No dia seguinte, para a surpresa de todos, o bosque havia sido dizimado.¹

Américo tentou, frustradamente, emplacar um projeto de construção de várias fontes luminosas pela cidade. Conseguiu fazer algumas, como a da Praça Raposo Tavares e a da então Praça Dom Pedro II, em frente à Catedral. No final da gestão, em 1960, chegou a ensaiar a construção de obra similar na Praça Napoleão Moreira da Silva, mas não conseguiu concluí-la. E, apesar de ter finalizado seu mandato distante da prefeitura, ainda foi responsável por ações de extrema importância para o município: como a instalação do corpo de bombeiros e o início das obras da moderna estação rodoviária que seria inaugurada na década de 1960 e, que nos anos 1980, emprestaria seu nome em homenagem ao segundo prefeito de Maringá.²

71 ANDRADE, 1979, p. 88.

72 LUZ, 1997, p. 117.

73 Ibid., p. 118.

1 SILVA, 2011, p. 22.

café, que resultaram na colheita de mais de 65 mil toneladas do grão.⁷⁴

Tal desempenho proporcionou melhoria na qualidade de vida dos habitantes locais. No ano de 1950, a maior taxa de mortalidade entre os adultos ocorreu para pessoas entre 20 e 29 anos. Entre 1955 e 1960, tal dado apontou que os óbitos passaram a incidir, com maior frequência, em pessoas com mais de 40 anos, o que pode comprovar uma elevação da expectativa de vida dos habitantes locais em função de melhoria na infraestrutura do meio urbano.⁷⁵

Outro dado significativo do período está relacionado à população economicamente ativa da década de 1950. Segundo o Censo Demográfico de 1960, 31,9% (33.073) dos habitantes eram economicamente ativos, enquanto que 68,1% (70.473) eram considerados inativos. Mesmo que se contabilize para a época como inativos as crianças, idosos e as senhoras do lar, ainda há de se levar em consideração que somente aproximadamente 1/3 da população exercia algum tipo de atividade remunerada naquele período.⁷⁶ Das ativas:

[...] O Censo de 1960 revelou que, entre as pessoas economicamente ativas, 18.754 estavam ligadas às atividades agropecuárias e extrativas, isto é, mais da metade (56,7%) da força de trabalho; às atividades industriais se dedicavam apenas 8,1%, enquanto que 35,2% trabalham em atividades do setor terciário (comércio, administração pública, prestação de serviços, etc.).⁷⁷

Mesmo assim, a zona urbana de Maringá se fortaleceu, conforme os índices demográficos de ocupação puderam ilustrar. Além disso, a colonizadora contabilizou até 1960, a venda de 7.665 lotes no perímetro urbano. Sobre este aspecto:

A zona 1, a mais central e de maior concentração comercial, tinha, até 1960, 845 projetos de construção aprovados; segue-se a zona 3 (Vila Operária), que, estando com 99,5%

de seus lotes vendidos, tinha 721 construções aprovadas até aquele ano. As zonas 2 e 4, que são residenciais e começaram a ser ocupadas um pouco mais tarde [...]. Com menor número de construções autorizadas apareciam as zonas 8 (129), 5 (82) e 6 (42), que foram as últimas a serem colocadas à venda; até 1960, estas zonas ainda se mostravam relativamente desabitadas, pois sua efetiva ocupação se deu na década seguinte.⁷⁸

Com relação ao setor do comércio, os dados mostram que, mesmo com as dificuldades político administrativas das primeiras gestões, os empresários conseguiram instalar um número substancial de variados estabelecimentos pela cidade.

[...] Em 1955 eles totalizavam 352. Esse número foi sempre crescente até 1957, quando atingiu 569 estabelecimentos. Em 1958 apresentou uma pequena diminuição, voltando a aumentar em seguida; em 1960 eles somavam 535.

[...] produtos alimentícios, bebidas e estimulantes (incluindo o fumo) [...] representavam 32,7% do total em 1953 e 33,8% em 1960. [...] Os principais eram as casas de “secos e molhados”, associadas quase sempre à venda de mercadorias diversas. [...] ⁷⁹

Por fim, segundo France Luz, a década de 1950 encerrou seu ciclo com Maringá contabilizando 6 associações de classe e 4 sindicatos.⁸⁰ Ademais, o município se mostrou maduro para superar os obstáculos impostos pelos embates políticos e, mesmo com todas as situações adversas, conseguiu alcançar grande crescimento econômico. Ainda assim, aquele decênio terminou com a sensação de que o poder público ainda não havia sido legitimado, e, de certa forma, as forças empresariais ainda não haviam se identificado com o representante máximo do município, fato que seria alcançado em 1960, com a vitória do promotor público João Paulino Vieira Filho.

74 Idem, p. 121.

75 Idem, p. 126.

76 LUZ, 1997, p. 132.

77 Ibid., p. 133.

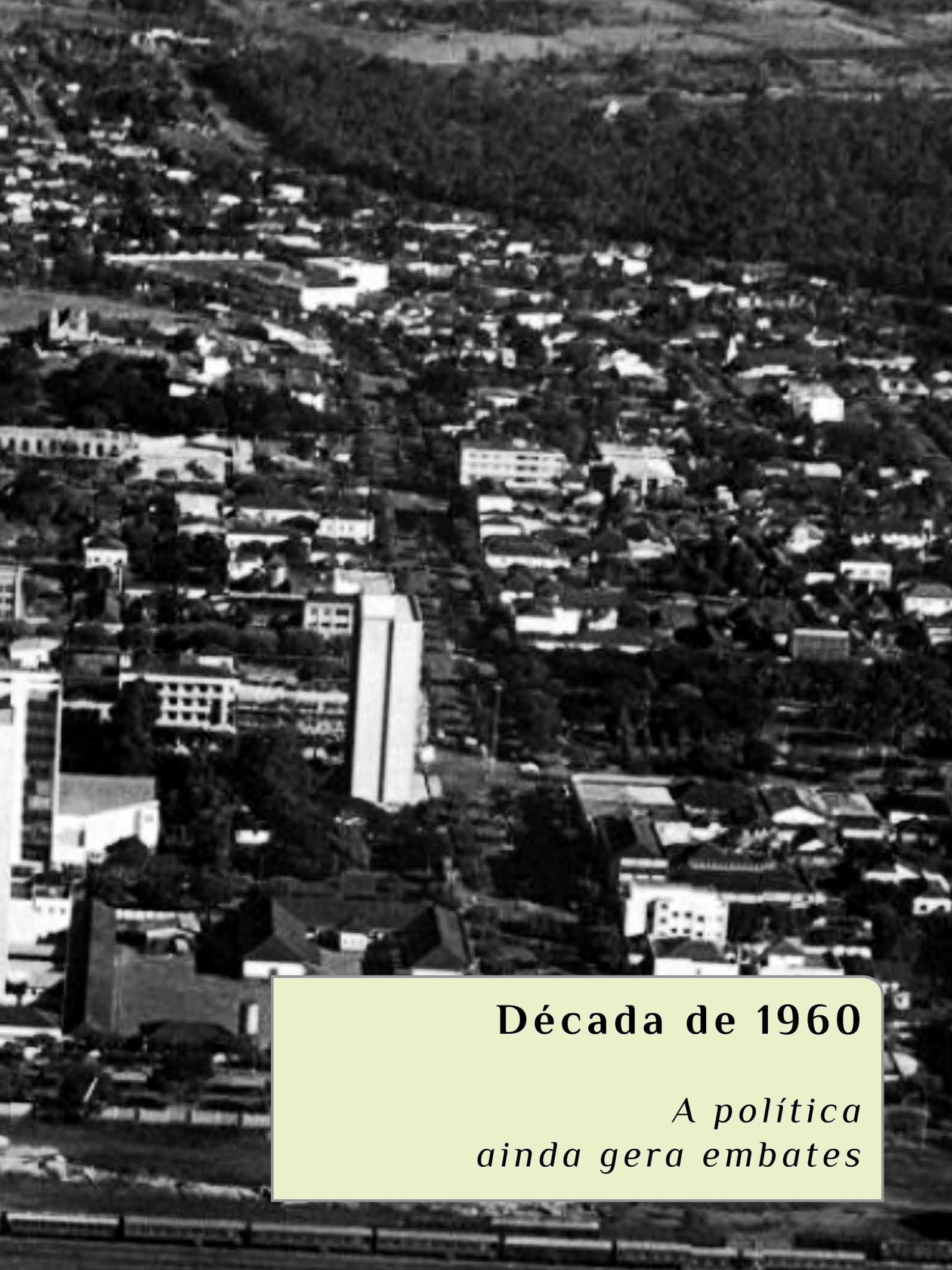
78 Idem, p. 140.

79 Idem, p. 144.

80 LUZ, 1997, p. 180.

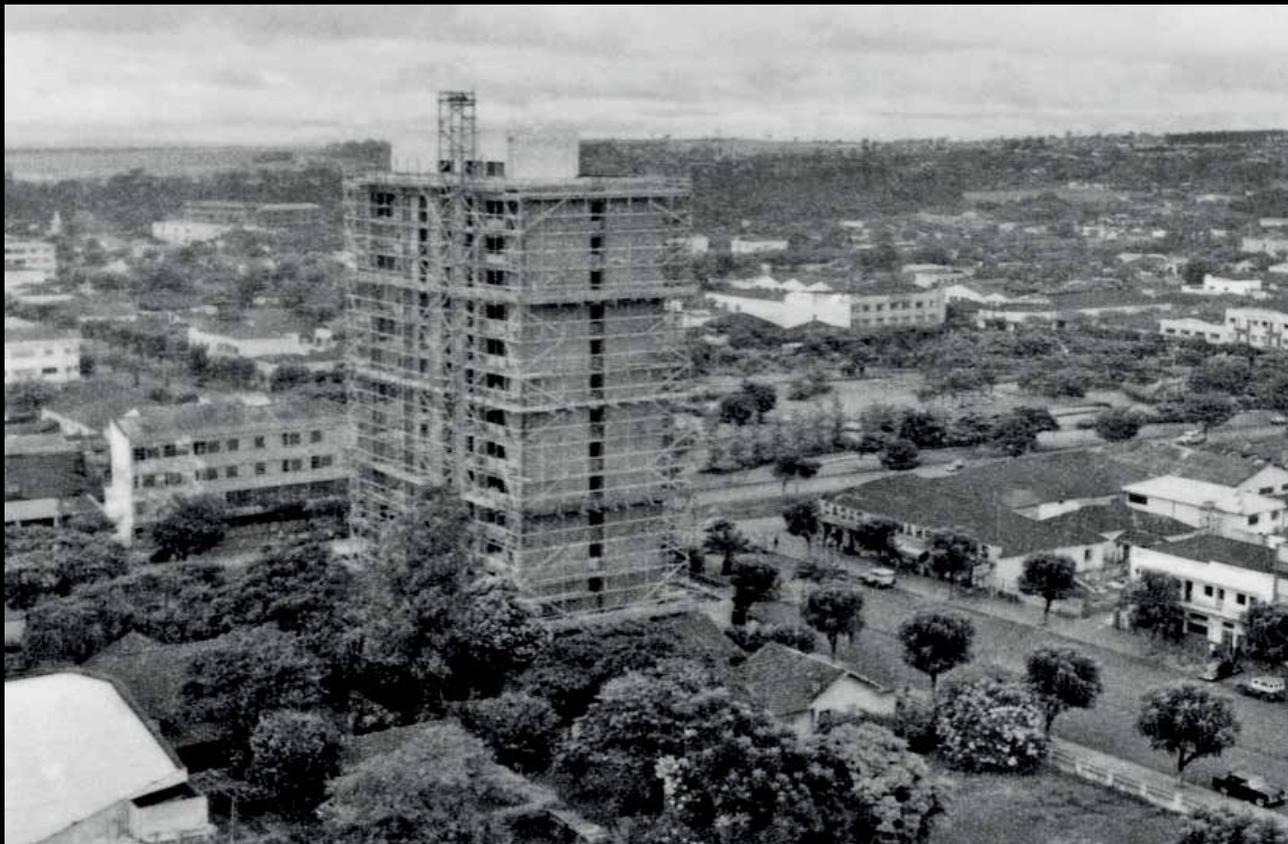
Contudo, a nova década ainda viria com um fator complexo: a instauração do Golpe Militar, que acabou contando com o apoio, inicialmente, de diversas entidades de classe, especialmente, da Associação Comercial de Maringá.





Década de 1960

*A política
ainda gera embates*



Na foto, o destaque é o prédio ainda em construção, na época nomeado Edifício da Lavoura. Depois, alterado para Edifício Maringá. Mais ao fundo, à direita, a Praça Napoleão Moreira da Silva.



Um registro aéreo a nordeste de Maringá, da região então conhecida como Zona 10, destinada à instalação de indústrias. À esquerda e ao fundo, o atual Parque do Ingá.

A pesar de todas as conquistas político-administrativas dos anos de 1950, essa década encerraria seu ciclo apresentando conflitos que se arrastavam desde o início da independência política de Maringá, em 1951.

As eleições de 1952 e 1956 foram divididas entre candidatos de cunho popular e políticos ligados a grupos constituídos pelo capital privado. A aclamação das urnas consolidou como gestores máximos de Maringá dois cidadãos que priorizaram em seus discursos a defesa das massas e projetos descentralizadores. Mas, tanto Inocente Villanova Jr. quanto Américo Dias Ferraz se apresentaram como prefeitos sem bases coesas. Enquanto desenvolviam projetos estruturantes, em função de instaurarem o sistema de tributação municipal, sofreram pressões de diversas esferas empresariais, inclusive, da Associação Comercial de Maringá, que julgou abusivos os valores dos impostos à época. Fragilizados, os primeiros prefeitos ainda enfrentaram denúncias de supostas irregularidades cometidas ao longo dos primeiros anos de gestão pública do município.

O primeiro prefeito (1953-1956) chegou a ser cassado e se manteve no cargo por meio de um mandato de segurança. O segundo (1956-1960), além de ter sofrido um atentado logo que tomou posse, entrou em rota de colisão com a maior empresa contribuinte da cidade, a CMNP. José Hilário abordou os últimos dias daquela administração:

No final de seu governo [...] Américo já não era o alegre cidadão que estávamos acostumados a ver. Mostrando uma terrível apatia, ausentou-se completamente da administração municipal, abandonando as chaves da Prefeitura nas mãos do sargento Afonso Pinheiro, conhecido como “Sargento Paulista”, da Polícia Militar do estado e que, dentro de suas limitações, fez o que poderia fazer na administração municipal, que não era de sua competência.¹

Ainda que Maringá tenha apresentado expressivos avanços econômicos, conforme já citado, uma parte de sua população, especialmente a empresarial, ainda sonhava em eleger um representante para o Executivo local.

Por outro lado, os dados demográficos já davam conta da nova configuração populacional de Maringá. Com um crescimento de quase 270% em comparação ao início do decênio anterior, a década de 1960 abriu seu período com 104.131 habitantes. Sendo que 47.592 (45,70%) se caracterizaram como população urbana, enquanto que 56.539 (54,30%) viviam no campo.² Essa nova composição mostrou que a agricultura já não era tão atraente e, enquanto acontecia um grande êxodo rural, ao mesmo tempo, o perímetro urbano recebia, a cada dia, novos moradores

1 HILÁRIO, 1997, p. 185-1986 in DIAS, 2008.

2 IBGE, 2000 in Plano Local de Habitação de Interesse Social do Município de Maringá (PHLIS – Maringá) – Prefeitura Municipal de Maringá, novembro de 2010.

vindos de outras regiões, fato que seria decisivo na redução do impacto socioeconômico da Geada Negra, em 1975, conforme será visto em breve neste livro.

Essa nova visão de meio urbano acabou por trazer outras prioridades para os maringenses, como o saneamento básico, a pavimentação das vias públicas, além, é claro, da abertura de novos bairros populares, visto que a Vila Operária se encontrava praticamente ocupada.

Com isso, o desafio dos gestores públicos subsequentes se deu em outra esfera. Enquanto os primeiros prefeitos tinham tudo por fazer com poucos recursos e nada, ou quase nada, de infraestrutura, os novos administradores de Maringá deveriam dialogar com as entidades locais com o objetivo de proporcionar mecanismos para:

- 1º) manter em ascensão os índices econômicos;
- 2º) consolidar o traçado urbano;
- 3º) sanar questões sociais advindas da grande migração proporcionada pela propaganda da colonizadora.

Este tripé de desafios antagônicos se tornou pauta, mesmo que de maneira indireta, das gestões dos empresários que ocuparam a presidência da Associação Comercial de Maringá ao longo da década de 1960. Fruto, em parte, pelos conflitos entre a prefeitura, a CMNP e os empresários, a cidade iniciava aquele período com a máquina administrativa desorganizada (greve, salários atrasados, endividamentos), conforme destacou o historiador Arthur Andrade:

[...] o município ficou endividado de tal forma que os seus fornecedores e servidores de todas as categorias ficaram sem receber. [...] E assim, de dificuldade em dificuldade, de desentendimento em desentendimento entre os dois poderes, findou o mandato do segundo prefeito de Maringá.³

Ao cargo de prefeito, concorreram nas eleições de 1960: o promotor público João Paulino Vieira Filho (PSD), o madeireiro Vanor Henriques (UDN/PTB) e o advogado, aviador e escritor

Jorge Ferreira Duque Estrada (PST).

As eleições de 1960 [...] foram entronizadas na memória política do município como um verdadeiro divisor de águas. O motivo é a eleição de João Paulino Vieira Filho, quase sempre citado como o maior prefeito da história de Maringá. Se é difícil comparar a performance de prefeitos que governaram em períodos e circunstâncias distintas, costuma-se ler, não raro, que Maringá se divide em dois períodos, antes e depois da eleição de João Paulino.⁴

Ao mesmo tempo em que o historiador Reginaldo Dias faz este apontamento, ele pondera logo em sequência que:

Sabe-se que essas avaliações sujeitam-se a certa dose de subjetividade. [...] No livro em que o escritor Osvaldo Reis (1996) divulga o relatório de gestão dos prefeitos de Maringá, lê-se que nos dois primeiros mandatos houve um leque nada desprezível de realizações. Mas a forma como a memória é construída é, em si mesma, um elemento para avaliação e reflexão.⁵

Segundo estudos, as eleições de 1960 teriam sido as mais equilibradas da história de Maringá. Os concorrentes se apresentaram mais preparados para aquele páreo. Além disso, a cidade se via mais madura em sua representação política em outras esferas. Desde 1958, dois representantes locais já ocupavam cadeiras na Assembleia Legislativa do Paraná:

[...] dos sete candidatos lançados pelos partidos no município, apenas dois competiram com possibilidades de se eleger, Neo Alves Martins pelo PSD e Haroldo Leon Peres pela UND que, coligada ao PR, constituía a Frente Democrática do Paraná. O candidato da UDN alcançou 44% dos votos válidos e o do PSD 35%. No cômputo geral do estado, o candidato da UDN por Maringá foi o mais votado do partido.⁶

Alguns empresários do final da década de 1950 atestavam que Neo Alves Martins era um

3 ANDRADE, 1979, p. 298 in DIAS, 2008.

4 DIAS, 2008, p. 57.

5 Ibid.

6 OMURA, Ivani. 1981, p. 161 in DIAS, 2008.

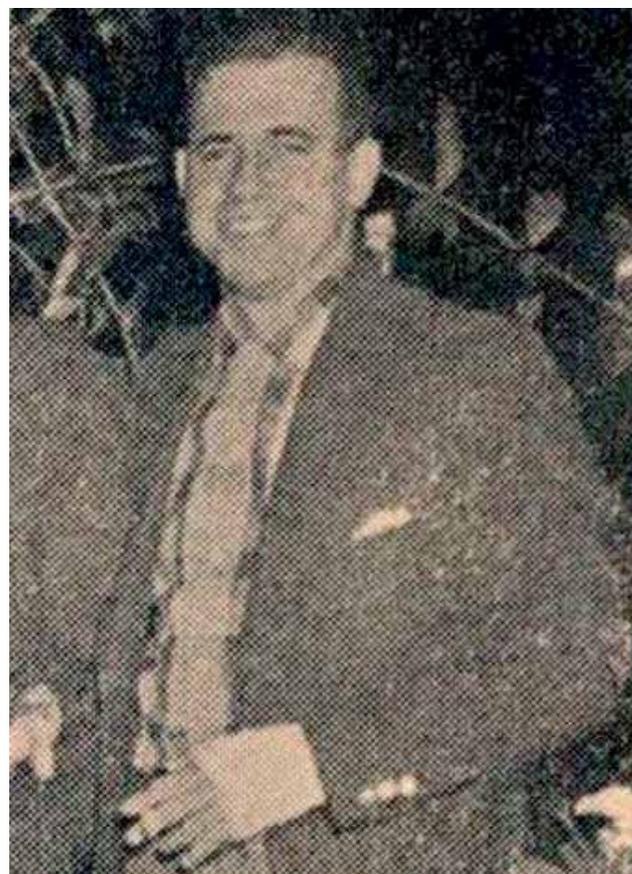


Neo Alves Martins no final da década de 1950 e, antes de eleger-se deputado estadual, em atendimento no balcão da coletoria estadual de Tributos de Maringá. Fotos: Revista Maringá Ilustrada, maio de 1957 e Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.

excelente coletor estadual de tributos. Vem daí um fato, ou folclore político: quando candidato, ele teria sido financiado por comerciantes que queriam vê-lo distante de Maringá. Infelizmente, Neo Alves Martins, filho de Alfredo Romário Martins, responsável pela difusão do Paratismo,⁷ acabou falecendo antes do término de seu primeiro mandato como deputado estadual.⁸ A Rua Aquidaban, onde funcionava a coletoria estadual, passaria a levar seu nome em 1961. Seu companheiro de bancada, o advogado Haroldo Leon Peres, que havia perdido as eleições para prefeito em 1956, se tornaria um dos mais influentes políticos que Maringá já teve.

A nova representação política por Maringá criou maior complexidade à disputa municipal em 1960. Em eleições bastante equilibradas, o promotor público João Paulino Vieira Filho levou a melhor.

Segundo o Tribunal Regional Eleitoral (TRE/PR), nas eleições de 3 de outubro de 1960, João Paulino fez 5.826 votos, Vanor Henriques ficou com 5.484



Haroldo Leon Peres, década de 1950. Foto: Revista Maringá Ilustrada, maio de 1957.

7 No início do século XX, intelectuais e políticos se engajaram na busca por um modo de ser paranaense, ou paranista, como preferiam citar muitos – Notas dos autores.

8 Notas dos autores.

e Jorge Ferreira Duque Estrada com 2.110. Mas, um fato ainda hoje pouco discutido é a polêmica que surgiu sobre aquele resultado das urnas:

Pleito de grandes surpresas só se definiu à boca das urnas, visto que encerrada a votação da cidade, vencia o candidato da UDN (Vanor Henriques) e só após a apuração das urnas de Ivatuba, Floresta e Floriano (então distritos de Maringá) é que se assegurou a vitória do candidato do PSD. [...] que, ainda hoje, gera acesos debates. A Lei Estadual nº 4.245, de 25 de julho de 1960, havia promovido nova subdivisão territorial no Paraná. No município de Maringá, implicou a emancipação dos distritos de Ivatuba, Floresta e Paiçandu, cujas eleições para prefeito realizaram-se, porém, em novembro de 1961. Nesse intervalo, ocorreu a eleição para prefeito de Maringá. Na totalização final, foram computados os votos dos antigos distritos. Sem esses votos, as urnas favoreceriam o candidato da UDN (Vanor Henriques), que manteria uma vantagem [...].⁹

O advogado Adriano José Valente, que sucederia João Paulino na prefeitura, foi um dos personagens daquele embate jurídico:

[...] Em Maringá, o Vanor ganhou bem na frente do João Paulino. Por manobra de Moisés Lupion, eles admitiram os municípios desmembrados. Eu formulei o pedido de impugnação da diplomação dele e o processo foi para o Tribunal, mas não houve, em Curitiba, uma assistência total [...]. Lá tinha que ser contratado um advogado para que se fosse defendida a causa. [...] O Tribunal, não sei por que motivo, arquivou esse processo. Nós não nos conformamos com isso. O Sr. Vanor nunca se conformou.¹⁰

O promotor João Paulino Vieira Filho deu a sua versão para o resultado das eleições de outubro de 1960:

Eu consegui ganhar a eleição nos distritos de Floriano, Camargo, Ivatuba e Floresta. Aqui, eu saí meio a meio, até perdendo um pouco do Vanor Henriques, candidato da UDN. Eu consegui ganhar amplamente nesses distritos.

Até houve um recurso – porque esses distritos depois se desmembraram, já havia a Lei – tentando impugnar as eleições. E o fato interessante é que o procurador que representava o Ministério Público era parente do Vanor Henriques. Os adversários contavam com certo que eu perderia no Tribunal. E ele foi correto, honesto e nós ganhamos a causa.¹¹

Sanada a problemática jurídica, mesmo que deixando rastros, Maringá passou a ser gerida por João Paulino Vieira Filho, experiente promotor público que gozava de grande reconhecimento de diversas esferas sociais da cidade.

Se a administração pública dava indícios de uma possível consolidação na abertura daquele decênio, a Associação Comercial de Maringá recolhia os tijolos para tentar reerguer a entidade que se mostrou tão representativa até meados de 1958, quando pairou uma sombra em sua história.

9 OMURA, 1981, p. 162 e 65-66 in DIAS, 2008.

10 Adriano José Valente em entrevista concedida ao historiador João Laércio Lopes Leal, do Patrimônio Histórico de Maringá in DIAS, 2008, p. 66.

11 João Paulino Vieira Filho em entrevista concedida ao historiador João Laércio Lopes Leal, do Patrimônio Histórico de Maringá in DIAS, 2008, p. 67.



Victor Ivo Assmann Gestão 1960-1961

Foto: Centro de Documentação
Luiz Carlos Masson/ACIM

O empresário Victor Ivo Assmann, proprietário da Importadora Maringá, posteriormente denominada Importadora Pindorama, localizada na Avenida Brasil, quase esquina com a Rua Piratininga, foi presidente da ACIM no biênio 1960/1961.

Em 1964, ele seria o primeiro vice-prefeito eleito da história de Maringá. Segundo opinião de João Paulino Vieira Filho, Assmann deveria ter sido o candidato a prefeito.

Equivocamente, a maioria dos registros, incluindo o livro “O sonho se faz ACIM”, apontava que Assmann havia assumido a presidência da Associação em 1965. Fato impossível, porque o estatuto da entidade já vedava a participação de políticos na diretoria.

Possivelmente, Bolfer permaneceu na presidência da Associação Comercial até 3 de junho de 1960. Há registro no livro de assinaturas de uma Assembleia Geral Ordinária nessa data, quando, provavelmente, aconteceu a eleição de Victor Ivo Assmann para a presidência da entidade para a gestão de 1960/1961. Três fatos reforçam a tese de que ele foi presidente naquela gestão: há registros de Assmann como presidente da entidade no jornal Diário do Paraná em 15 de julho de 1960; o Boletim Informativo da Associação publicou matéria sobre os 25 anos da entidade, em 1978, e também aponta Assmann como presidente em 1961; e a assinatura dele está em 40 das 44 reuniões registradas no livro de presenças referentes a este biênio.

Não há registros sobre a gestão de Assmann.

Pelo depoimento de Manoel Mário de Araújo Pismel e pela falta de registros e atas, compreende-se que essa diretoria retomou atividades da associação informalmente durante um período até colocar a casa em ordem. Como afirmaram Pismel e Bolfer, havia muito a se fazer: recuperar documentos e até móveis, já que a entidade não tinha uma sede. Mas, o resgate de antigos associados teria que esperar, pois essa recomposição da associação tinha outro objetivo mais urgente e político.

Em 1959 e 1960, o país vivia um período pré-eleitoral, tanto para presidente da República, quanto para o governo do estado e prefeitura. A associação entendia que as duas primeiras gestões municipais em Maringá haviam sido catastróficas. E, nas palavras de Pismel, o governo do estado não dava atenção para a cidade.

A força de uma fênix: Associação Comercial e sua reorganização

Volta-se no tempo para falar sobre um período da Associação Comercial de Maringá em que não há registros de atas sobre eleições ou mesmo de reuniões de diretoria. Em termos de atas de Assembleias o vácuo está entre os encontros registrados entre 5 de maio de 1958 e 14 de setembro de 1961. As reuniões de diretoria têm um hiato ainda maior, de 13 de outubro de 1955 a 11 de maio de 1961. O livro de registro das reuniões de diretoria tinha originalmente 100 folhas, mas ele termina na página 71. Para chegar às conclusões a seguir, utilizou-se registros de presenças em Assembleias Gerais (onde também há alguns apontamentos sobre reuniões de diretoria), publicações em jornais de Maringá e Curitiba e depoimentos de ex-presidentes e diretores da Associação Comercial.

Entrevistado sobre o período de 1959 a 1961, Manoel Mário de Araújo Pismel afirmou que um grupo de empresários se uniu para “ressuscitar a associação das cinzas”.¹ Em entrevista ao Projeto ACIM Faz História, Ermelindo Bolfer disse que, quando assumiu a presidência, a entidade “não tinha sede, dinheiro ou estrutura”. Possivelmente, a diretoria de Odwaldo Bueno Neto (1958) tenha se dissolvido e, após um período sem atividades, o grupo liderado por Bolfer retomou os trabalhos. O livro de registro de sócios da Associação Comercial passa em branco de meados de 1958 a junho de 1961, mostrando que não houve entrada ou saída de associados nesse intervalo de tempo. Esse fato reforça a tese de que a entidade ficou desativada durante um período de sua história.

Pismel lembrou que, quando o grupo de empresários decidiu reativar a Associação Comercial, a primeira ação da nova diretoria foi conseguir uma sala na Avenida Brasil para abrigar as reuniões.

Como diretor secretário, a minha primeira função foi buscar documentos e até mesmo móveis [...]. Tivemos que fazer uma pesquisa intensa para descobrir onde estavam os livros (registros de atas) [...]. O Dr. Ricarte de Freitas nos ajudou na iniciativa de juntar os pedaços da Associação Comercial. Montamos uma sala por empréstimo na Avenida Brasil e voltamos a realizar reuniões da diretoria [...] no resgate da Associação, não houve uma eleição formal, estatutária. Nos reunimos na Associação e elegemos o presidente e os diretores.²

1 Entrevista concedida por Manoel Mário de Araújo Pismel aos autores em setembro de 2015

2 Ibid.

Nossa meta era definir os grandes problemas para buscar as soluções junto aos governos municipal, estadual e federal.¹²

Maringá não poderia ser somente um centro de produção. Ela produzia riquezas, recolhia impostos, mas não tinha retorno (do governo do estado).¹³

O grupo de empresários maringaenses, preocupado em conquistar melhorias para o município, decidiu atuar para mudar a situação política de Maringá e do estado. A sociedade queria encontrar eco em suas reivindicações. A proibição de apoios partidários e políticos pela Associação Comercial de Maringá só entraria em pauta no ano de 1961, quando a entidade alterou seu estatuto social. Sem ressalvas estatutárias, a entidade pôde atuar política e partidariamente nas eleições de 1960:

Na época da eleição do Jânio Quadros, [...] trouxemos para fazer palestra na Associação Comercial de Maringá todos os candidatos a governador [...]. Nós optamos pelo Ney Braga e quase transformamos a entidade em um comitê do partido dele. Nós ajudamos a eleger o Jânio [Quadros], o Ney [Braga] e João Paulino.¹⁴

A fala de Ermelindo Bolfer se transformou numa revelação interessante. Primeiro sob o aspecto de que a associação teria se transformado em “comitê” eleitoral. Ou seja, os diretores utilizaram a força da entidade para convencer os associados, o empresariado local, e os eleitores em geral, a votar naqueles candidatos. Sob outro aspecto, a Associação Comercial definiu seu apoio ao promotor público João Paulino Vieira Filho ao invés de seguir com o também candidato a prefeito Vanor Henriques, que fora diretor da instituição em gestões anteriores. Seria influência da simpatia por Ney Braga, que estava

12 Depoimento de Manoel Mário de Araújo Pismel ao Projeto ACIM Faz História, do Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

13 Entrevista concedida por Manoel Mário de Araújo Pismel aos autores em setembro de 2015.

14 Depoimento de Ermelindo Bolfer ao Projeto ACIM Faz História, do Centro de Documentação Luiz Carlos Masson da Associação Comercial e Empresarial de Maringá.

alinhado com o partido de João Paulino.¹⁵ Nada mais que um reflexo da composição estadual.

A preferência dos diretores da Associação Comercial naquelas eleições foi explícita. Quando o então candidato à República Jânio Quadros visitou Maringá, vários diretores estiveram presentes na recepção. O projeto Maringá Histórica trouxe detalhes daquele acontecimento de 21 de maio de 1960:

O Jornal de Maringá ressaltou que a multidão compôs uma das maiores recepções já vistas no Aeroporto Regional Gastão Vidigal. Eram peruas, jipes, caminhões, entre outros veículos, que conduziram centenas de maringenses para presenciar a chegada de Jânio Quadros.

O Comitê Apartidário de “Jânio Vem Aí” providenciou faixas e cartazes que saudaram o presidenciável, bem como seus simpatizantes. A comitiva, na sequência, desfilou pelas principais ruas da cidade, seguindo para o Grande Hotel Maringá. Contudo, houve certo desapontamento dos munícipes, pois Jânio Quadros não desfilou em carro aberto. Jânio ainda se reuniu com o então bispo de Maringá, Dom Jaime Luiz Coelho. Depois, seguiu para o Auditório da Rádio Cultura, onde grande massa o aguardava, bem como representantes de diversas entidades da classe local. Nesse auditório, sentaram-se à mesa do debate: Jânio Quadros, Brigadeiro Faria Lima (Secretário da Viação do Estado de S. Paulo), Dr. Mário Lopes Leão (presidente da USELPA - Usinas Elétricas do Paranapanema). Quem saudou o candidato, primeiramente, foi Aníbal Bianchini da Rocha, em nome de todos os presentes. Falou ainda, entre outros, Ermelindo Bolfer, então presidente da Associação Comercial de Maringá.

Mais tarde, às 20 horas, grande comício foi organizado na Praça Raposo Tavares e contou com a presença de milhares de pessoas. Às 22 horas, realizou-se um jantar em homenagem ao candidato.

Em 3 de outubro de 1960, Jânio Quadros foi eleito presidente do Brasil. Sendo empossado em 31 de janeiro de 1961, Jânio ficou no governo até 25 de agosto do mesmo ano, quando renunciou. Assumiu seu vice, João



Raros registros da visita de Jânio Quadros a Maringá, ainda como candidato a presidente da República, em maio de 1960. Foto: Acervo Maringá Histórica.

Goulart, até 1964, quando foi instaurada a ditadura militar.¹⁶

Segundo Pismel, o primeiro objetivo dos empresários de Maringá foi conquistado com a eleição de Jânio Quadros, Ney Braga e João Paulino. Pismel acrescenta que os membros da Associação Comercial atuaram no sentido de se impor

15 João Paulino foi eleito em 1960 pelo PSD. Ney Braga ganhou no Paraná pelo PDC. Pela lógica, Ney Braga apoiou Jânio Quadros. Mas, João Paulino deveria ter apoiado o candidato de seu partido à Presidência da República, Henrique Teixeira Lott, o que não aconteceu devido às complexas adaptações partidárias.

16 O Jornal de Maringá, 22 de maio de 1960.

pelo lado político, ou seja, o apoio foi dado em troca de um novo olhar dos políticos para os problemas de Maringá e região:

O êxito eleitoral em Maringá, com o João Paulino, e no Paraná, com o Ney Braga, fez com que a associação se tornasse credora junto ao município e ao estado. E, com isso, muitas de nossas aspirações foram atendidas, como melhorias nas estradas. Por exemplo, a finalização da Rodovia do Café de Paranaguá até Paranavaí.¹⁷

Quando João Paulino tomou posse como prefeito de Maringá, a cidade ainda arrastava os reflexos dos embates entre o público e o privado da década anterior. Túlio Vargas comentou a chegada do promotor à prefeitura:

[João Paulino] encontrou a prefeitura em situação de penúria. Os cofres vazios, a contabilidade em desordem, o funcionalismo em atraso e os serviços essenciais em decadência.¹⁸

Depois de apoiar a eleição do novo prefeito, os empresários concluíram que também precisavam ajudá-lo na administração da prefeitura. Além da situação difícil do município, ainda havia o fato de que João Paulino atuara sempre como promotor público e nunca fora administrador.

Reunimos um grupo de empresários formado por mim, Ermelindo Bolfer, Victor Assmann, Jitsuji Fujiwara e Waldemar Alegretti para conferir o caixa do município. A pedido da Associação Comercial convidei dois ex-professores meus da Faculdade de Ciências Econômicas e Administração, de São Paulo, para fazer uma auditoria na prefeitura. Era preciso arrumar a casa para fazer a máquina funcionar.¹⁹

Desse modo, João Paulino começava sua administração de forma bastante positiva, contando com o apoio dos empresários e com o próprio prestígio que havia conquistado com seu trabalho como promotor público desde a década de 1940. Mesmo com o embate gerado pela questão do número de votos com Vanor Henriques, o novo prefeito conseguiu desempenhar papel fundamental na recondução do município ao caminho do desenvolvimento.

17 Idem.

18 VARGAS, Túlio. **JP: o promotor de obras**. Ed. Torre de Papel: Curitiba, 2003, p. 22.

19 Entrevista concedida por Manoel Mário de Araújo Pismel aos autores em setembro de 2015



Foto: Família Pismel

Manoel Mário de Araújo Pismel 1961-1962

Manoel Mário de Araújo Pismel mudou-se da capital paulista para Maringá com 27 anos, em 1958. Sua família fundou a Pismel Maringá, que foi uma das principais revendas da Ford no país e funcionou por 40 anos.

Em sua trajetória, além da Associação Comercial de Maringá, Manoel Pismel presidiu a Associação Brasileira de Distribuidores Ford (ABRADIF), entre 1974 e 1976, foi vice-presidente da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores e da Associação Latino-Americana de Distribuidores de Automotores (Alada) e, presidente da Abraforte (associação específica para tratores e máquinas agrícolas) na gestão 1976/1978. Em Maringá, ainda foi presidente do Lions Club e do Maringá Clube, além de integrar várias outras entidades de classe e clubes de serviço.

Devido aos relevantes trabalhos prestados para a comunidade, Manoel Mário de Araújo Pismel foi agraciado com a Comenda Américo Marques Dias, em 2013 – honraria máxima da ACIM.

Pismel Maringá S.A.



A Pismel Maringá S.A. foi inaugurada em 26 de março de 1960. De propriedade dos irmãos Ubirajara, Mário de Araújo e Maria Aparecida, foi a primeira a revender veículos da marca Ford em Maringá.

Localizada na Avenida Brasil, entre a Avenida Herval e a Rua Piratininga, a Pismel Maringá ocupava quase um quarteirão de uma das áreas mais valorizadas do centro da cidade. Na Avenida Brasil ficava a concessionária; nos fundos, na Rua Joubert de Carvalho, a oficina.

Posteriormente, a Pismel Maringá S.A. também passou a comercializar caminhões, colheitadeiras e tratores Ford.¹

¹ Foto: O Jornal de Maringá – 27 de março de 1960.

Enfim, a reestruturação interna

Após criar um lastro político, estabelecendo uma linha de comunicação direta com os governos municipal e estadual, a Associação Comercial começou a pensar na criação de serviços e no restabelecimento do quadro de associados. Na reunião ordinária de 25 de maio de 1961, foram criadas duas comissões especiais para dar encaminhamentos na construção da sede da entidade. Uma com a finalidade de arrecadar fundos e a outra de conduzir a obra. Vale ressaltar que, naquele mesmo encontro, Manoel Mário de Araújo Pismel expôs que a falta de verbas impactava diretamente na construção da sede e que era importante uma ação conjunta de toda a diretoria para recuperar os associados que por diversos motivos haviam se desligado da Associação desde a sua fundação.

Por meio da Lei Municipal nº 169, de 9 de junho de 1961, o município concedeu à Associação Comercial de Maringá o título de entidade de utilidade pública. O diploma foi entregue para sua diretoria alguns dias depois, durante a reunião de 15 de junho.

Em entrevista concedida em 2013, Pismel relatou sobre aquele período de reestruturação da Associação Comercial:

Foi uma grande escola de liderança para mim. [...] Nossa maior dificuldade foi reunir os empresários e convencê-los de que, unidos, conseguiríamos benefícios que trariam melhorias a todos. E foi o que começou a acontecer [...] ²⁰

Em 6 de julho daquele ano, a diretoria decidiu enviar correspondência ao Banco do Brasil cobrando melhorias no setor de financiamento cafeeiro local, inclusive sugerindo substituições no quadro de funcionários que, segundo documentos, estavam atrasando a liberação de financiamentos em função da inexperiência e desconhecimento da legislação e da produção cafeeira. A diretoria definiu ainda que pediria explicações ao Centro do Comércio de Café, durante reunião que ocorreria em Londrina, sobre a classificação adotada para

regulamentação de embarque do grão. Segundo a Associação, alguns maquinistas da Estação ferroviária de Maringá também estavam causando dificuldades por desconhecimento de critérios técnicos.

O dia 21 de julho de 1961 é significativo na história da Associação Comercial de Maringá. Nessa data a entidade firmou convênio com o Serviço de Proteção ao Crédito (na época, conhecido como Seproc), que viria a se transformar em um dos mais importantes serviços disponibilizados aos associados do comércio em geral.

Nos seus primeiros anos, o Serviço de Proteção ao Crédito operou sem vínculo estatutário com a Associação, tendo estatuto e diretoria própria. Seu primeiro presidente foi Luis Carlos Blanc, indicado em 27 de setembro de 1962. Inicialmente, sua diretoria foi composta por 5 membros, sendo um presidente indicado pela ACIM e os restantes escolhidos pelos usuários do Serviço. O órgão só passou a ser um departamento da entidade em 1969, durante a gestão de Joaquim Dutra.

Emílio Germani fez um relato substancial da chegada do SPC em Maringá, bem como do personagem Herbert Mayer:

Em 1962 eu assumi e em 1963, ele (Herbert Mayer) se separou da mulher, incompatibilizou-se com a família. Não teve mais clima para continuar no Grande Hotel (como gerente). Ele pediu demissão do Rotary Club [...], dizendo que não era mais digno de ser rotariano. Eu assumi a presidência, mas a secretaria da ACIM estava bem desmantelada, tanto é que não tínhamos lugar para fazer a reunião [...]. [...] aí eu perguntei ao Mayer se ele não queria assumir a Secretaria Executiva. [...]. Falei para o Mayer que eu tinha minhas atividades e precisava que ele me ajudasse até o fim do meu mandato, ele concordou e acabou ficando doze anos na Associação Comercial. As discussões sobre o Seproc foram trazidas pelo (Luis Carlos) Blanc, que era de Ponta Grossa. Ele acabou convencendo o Mayer que o Seproc poderia ajudar a entidade. Quem deu a arrancada para a Associação foi o Mayer. Não existia Secretaria Executiva. Reorganizamos a entidade, precisávamos ter sócios efetivos e participativos. ²¹

²⁰ Entrevista de Manoel Mário de Araújo Pismel concedida a Textual Comunicação, em março de 2013, em função da outorga da Comenda Américo Marques Dias.

²¹ Entrevista de Emílio Germani concedida ao Projeto ACIM Faz História, do Centro de Documentação Luiz Carlos Masson.



Prefeitura Municipal de Maringá

ESTADO DO PARANÁ

L. 3 I nº 169/61

Data- 9 de junho de 1.961

Súmula-Considera de utilidade pública a Associação Comercial e Industrial de Maringá.-

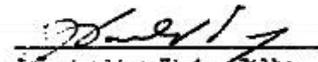
A Câmara Municipal de Maringá, Estado do Paraná, decretou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei.

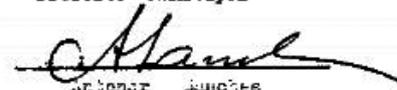
Artº 1º - Fica por força da presente lei, considerado de Utilidade Pública a Associação Comercial e Industrial de Maringá.-

Artº 2º - Fica ao disposto no artigo primeiro desta lei, fica o Sr. Chefe do Executivo Municipal, autorizado a fazer a entrega do respectivo diploma em época que julgar oportuna.-

Artº 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.-

Escritório da Prefeitura Municipal de Maringá, 12 de junho de 1.961.


João Maulino Vieira Filho
Prefeito Municipal


Antenor Luchetti
Diretor Administrativo

Cópia da lei que outorgou à Associação o título de entidade de utilidade pública municipal.



Estação ferroviária de Maringá, década de 1960.

Em 17 de agosto de 1961, a entidade despachou ofício ao presidente da República, Jânio Quadros, a fim de denunciar a falta de selos nas agências dos Correios de Maringá. Naquele mesmo encontro, a diretoria ainda recebeu resposta formal da Rede Ferroviária Federal (RFF),²² quanto à cobrança de melhorias estruturais na estação: calçamento do pátio e cancelas nas passagens de nível. Foi comunicado que tais benfeitorias não seriam desenvolvidas por não constarem no orçamento na Rede.

No início do segundo semestre de 1961, João Sotti, membro da diretoria, sugeriu que a

Associação Comercial de Maringá financiasse a criação de uma escola de provadores de café a fim de que se averiguasse com maior agilidade a qualidade dos grãos produzidos na região. A diretoria acatou a sugestão, mas não se sabe se a mesma foi efetivamente implantada.

No mesmo período, Manoel Mário de Araújo Pismel leu um recorte de jornal encaminhado por Victor Ivo Assmann – “Manifesto dos ministros militares”, veiculado após a renúncia do então presidente Jânio Quadros, em que os militares se mostravam contrários à posse de seu vice, João Goulart.

O “Manifesto dos ministros militares”, lançado em 30 de agosto (de 1961), ou seja, cinco dias após a renúncia de Jânio Quadros, representou a posição oficial dos ministros da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica, respectivamente, o marechal Odílio Denys,

²² A estação ferroviária da cidade foi administrada pela Rede Viação Paraná-Santa Catarina entre os anos de 1954 e 1975 e pela Rede Ferroviária Federal S.A. de 1975 até 1991, quando foi demolida, conforme será apresentado nas décadas seguintes.

PATÍO DA FERROVIÁRIA: A.C.I.M. APELA A R.F.F.

A propósito de notícia veiculada por nós, sobre o descaso com que um diretor da RFF (Rede Ferroviária Federal) encarou a solicitação do Executivo Municipal e da Associação Comercial e Industrial de Maringá, para a completa remodelação do vergonhoso pátio da Estação Ferroviária local, estamos recebendo da entidade que congrega o comércio e a indústria maringáense, cópia do ofício enviado pela mesma, com data de 31/8/62, aos srs. Dr. Plínio Ferreira da Costa, Dr. Hermínio Amorim Jr. e deputado Antônio Baby, respectivamente diretor de Investimentos, presidente e diretor de relações com as ferrovias da RFF.

SUMULA DO OFÍCIO
No referido ofício, assinado pelos Srs. Emílio Germani e Rodolfo Maibon Moreira, respectivamente, presidente e 1.º secretário da Associação Comercial e Industrial de Maringá, esta entidade, historiando os fatos, reporta-se à inauguração do trecho final da Estrada até a esta cidade, que se constituiu em grande marco de progresso para o município.

Em contrapartida, cita o referido ofício, a extensão dos trilhos até Maringá, foi bastante compensadora para a Rede, devido à arrecadação recorde que se vem mantendo desde a instalação da respectiva agência.

No entanto, apesar dos proveitos, auferidos, e apesar do progresso atingido pelo município e pela cidade, as vias de acesso à Estrada são as mesmas que em 1954, agravadas pela ação destruidora do tempo, que torna quase intransponíveis e intransitáveis as referidas vias de acesso, quer para os caminhões e carros comuns, quer para os passageiros da Estrada.

Ocorre ainda, que pretendendo a prefeitura urbanizar toda a praça fronteira à Estação e tendo os serviços que s'êr executados em conjunto, devido à instalação dos serviços de águas pluviais e meios fios, e outros, teriam fatalmente que s'êr

(Conclui na 2.ª pag.)

PARA SENADOR

Em 7 de Outubro



Amaury de Oliveira e Silva

O Jornal de Maringá de 23 de setembro de 1962 atesta o empenho da entidade por melhorias junto a estação ferroviária de Maringá.

o vice-almirante Sílvio Heck e o brigadeiro-do-ar Gabriel Grum Moss. Nesse sentido, a posição dos ministros foi plenamente contrária à posse de Goulart. O conteúdo do Manifesto visa justificar a “inconveniência” de Jango assumir a Presidência da República, a partir da construção de um argumento, tido por seus enunciadores, como de cunho legal e constitucional. [...]”²³

Confronto

Se o final de agosto se mostrava conflituoso na esfera federal, na municipal, Maringá continuava sendo palco de embates ferrenhos. Dessa vez,

23 MENDONÇA, Daniel de. O golpe civil-militar de 1961. Crítica a uma explicação hegemônica. *Política e Sociedade*. nº 14 – abril de 2009, p. 417.

a confusão envolveria representantes políticos e membros da Igreja Católica durante dois eventos de grande relevância para a história local, ocorridos em 31 de agosto de 1961, quando a cidade foi palco de um dos maiores confrontos relacionados à reforma agrária do norte do estado.

A Revista Panorama, de setembro daquele ano, responsável pela maior cobertura jornalística dos acontecimentos, abriu sua matéria com o seguinte texto:

Pedradas, cacetetes, tiros, jorros d’água, depredações, gritos, correrias e feridos encheram a noite de aziago de 13 de agosto na cidade de Maringá, no norte do Paraná, constituindo-se no clímax de quatro dias de agitações, no curso dos quais o problema da reforma agrária parece ter chegado ao momento de suas primeiras grandes definições. Este relato é o primeiro de um esforço jornalístico de 96 horas quase ininterruptas,

Acidentes constantes nas passagens de nível de Maringá

Com o tráfego constante das locomotivas e vagões por diferentes regiões de Maringá, as passagens de nível, até então sem cancelas, se transformaram em um problema urbano devido ao crescente número de automóveis. Não raro, acidentes graves passaram a ocorrer por esses trechos, justificando o envolvimento e atenção da Associação Comercial na resolução do problema.



No dia 14 de julho de 1963, por volta das 6h15, Alberto Ribeiro de Andrade, vulgo “Galo Cego”, sofreu um acidente no cruzamento férreo da Avenida Tuiuti. Segundo informações, devido ao alto nível de cerração, ele não viu que uma locomotiva estava em alta velocidade e foi surpreendido pelo equipamento ferroviário. Galo Cego, personalidade conhecida na cidade, sofreu ferimentos graves, mas sobreviveu ao acidente. (Foto: O Jornal de Maringá de 16 de julho de 1963.)



Um mês depois, em 8 de agosto de 1963, outro acidente, envolvendo uma Kombi e uma locomotiva, no cruzamento da linha férrea da Avenida São Paulo. O motorista sofreu leves escoriações. (Foto: O Jornal de Maringá de 9 de agosto de 1963.)

para fixar a posição do governo, da igreja, dos partidos políticos, da polícia, dos estudantes e dos camponeses, todos direta ou indiretamente arrastados numa vaga de distúrbios que, por um triz, não degenerou numa brutal carnificina.²⁴

O confronto era previsível. Os bispos de Jacarezinho, Londrina, Maringá e Campo Mourão, liderando a Frente Agrária Paranaense (FAP),²⁵ estavam decididos a estabelecer um divisor de águas e criar no Sul do país um sistema organizado para neutralizar o avanço do PCB na organização dos trabalhadores rurais.

Por sua vez, os representantes dos camponeses organizaram o II Congresso de Lavradores e Trabalhadores Rurais em Maringá, entre os dias 12 e 15 de agosto. Meses antes, houve comentários na cidade de que, além do presidente da república, o então deputado estadual Francisco Julião e, ainda, o cubano Fidel Castro, também estariam presentes no evento. A expectativa, então, era de que cinco mil trabalhadores viriam a Maringá.²⁶

Ante a esses rumores, os bispos do norte do Paraná trataram de organizar uma concentração de trabalhadores rurais, simultaneamente, para confrontar a recepção de Francisco Julião e sua possível comitiva. Assim, no dia 13 de agosto, a Festa da Lavoura foi iniciada pela FAP.

A verdade é que o presidente da república não veio, mas enviou Nestor Duarte, líder do governo na Câmara dos Deputados Federais. Nestor, no entanto, não sabia em qual dos dois eventos deveria representar o governo federal.

Na outra esfera, a comitiva do Estado, representando o então governador Ney Braga, se recusou a participar do II Congresso dos Trabalhadores Rurais. A comitiva viera para participar da Festa da Lavoura, da FAP, articulada pela Igreja Católica.

Francisco Julião, então presidente das Ligas Camponesas de Pernambuco e um dos principais

líderes da esquerda do país, viera para prestigiar o II Congresso dos Trabalhadores Rurais (sem a companhia de Fidel Castro).

As forças de oposição estavam presentes em uma região próxima da Catedral, na Avenida Tiradentes. O embate, que muitos previram, se tornava cada vez mais inevitável. As tropas policiais se prepararam para o pior.

Além de Francisco Julião e de Nestor Duarte, o II Congresso dos Lavradores e Trabalhadores Rurais contou com a presença de autoridades como o deputado federal Josué de Castro, presidente da Associação Brasileira de Combate à Fome; senador Nelson Maculan; Renato Celidônio, presidente da Associação Rural de Maringá; general Agostinho Pereira Alves, presidente do PSB; deputados trabalhistas, líderes sindicais, prefeitos de algumas cidades vizinhas, vereadores e outros.

Pela FAP, após a missa campal, os milhares de participantes da Festa da Lavoura foram servidos com um grande churrasco. Depois, ocorreu uma gigantesca carreato puxada pela fanfara do Ginásio Marista de Maringá. Cerca de dez mil pessoas se aproximaram do palanque para ouvir as palavras do então prefeito de Maringá, João Paulino Vieira Filho; de Jucundino Furtado, que leu a mensagem do então governador Ney Braga; de Paulo Pimentel, representante pessoal de Ney Braga; de Dom Jaime Luiz Coelho, bispo de Maringá. Dom Jaime informou ao público que o representante do presidente da república não foi autorizado a discursar, pois usaria a palavra no II Congresso dos Trabalhadores Rurais.

Um dia depois, houve confrontos entre a polícia e os que prestigiavam a FAP, que eram representantes da comunidade cristã.

Estudantes, vinculados à Igreja Católica e que prestigiavam a Festa da Lavoura, organizaram passeata pedindo o fim do II Congresso dos Trabalhadores Rurais e a saída imediata de Francisco Julião da cidade. Com o avanço desse grupo nas proximidades onde ocorria o congresso, deu-se o confronto. A ação do cordão de policiais militares conteve os ânimos, evitando o pior. Mesmo assim, houve tiros e bombas, resultando em muitos feridos. Prédios e estruturas foram danificados.

24 *Revista Panorama*, Ano XI, Nº 122, de setembro de 1961.

25 Criada um mês antes, um dos objetivos da FAP era a formação de sindicatos sob orientação cristã, assistência educacional, médica, religiosa e moral. Além, é claro, de confrontar o II Congresso de Lavradores e Trabalhadores Rurais do Paraná, que contou com a presença de Francisco Julião, então presidente das Ligas Camponesas de Pernambuco e um dos principais líderes da esquerda do país.

26 *Revista Panorama*, 1961.



José Rodrigues dos Santos, presidente da comissão organizadora do II Congresso de Lavradores e Trabalhadores Rurais. Ele foi um importante sindicalista e, como suplente, chegou a ocupar o cargo de Bonifácio Martins, como vereador de Maringá. Era o Sindicalismo Rural começando a se organizar no norte do Paraná.



Participantes da Festa da Lavoura (FAP) em passeata. Ao fundo, a Catedral Nossa Senhora da Glória, ainda em madeira.



O lançamento da FAP aconteceu no dia 13 de agosto de 1961. Após missa campal na Praça da Igreja Matriz Nossa Senhora da Glória (atual Catedral) e churrasco, ocorreu um desfile de carros alegóricos pela Avenida Brasil.

O cel. Haroldo Cordeiro mostra o efeito de um tiro desferido pelo grupo de estudantes vinculados a FAP contra a viatura da polícia.





O representante das Ligas Camponesas, Francisco Julião, com Leonel Brizola, em 1961: os amigos seriam exilados durante a ditadura militar.

No dia do encerramento do II Congresso de Lavradores e Trabalhadores Rurais, várias moções de repúdio foram aprovadas. Segundo a Revista Panorama:

O conclave aprovou a declaração de princípios e várias moções de protesto e condenação aos bispos da região, apontados pelo conclave como insufladores dos distúrbios havidos. Telegramas foram aprovados, dirigidos ao presidente da República e ao Papa João XXIII, denunciando a intervenção das autoridades eclesiásticas. [...] ²⁷

A Revista ainda ouviu a posição do outro lado daquela história. Dom Geraldo Fernandes, coordenador da Frente Agrária, disse:

A imprensa deu uma versão mentirosa do incidente que tivemos em Maringá com o deputado Nestor Duarte, representante do Presidente da República. Apenas lhe fizemos sentir que a mensagem que ele trazia não podia ser lida na concentração da Frente Agrária [...]. Vamos deixar de panos quentes com as Ligas Camponesas. Quem quiser ficar com

elas, está contra nós. E se houver sacerdotes com as Ligas, pior para eles. ²⁸

O crítico conflito ilustra o quanto o homem do campo estava inserido em questões políticas no meio urbano. Como sede de duas concentrações regionais, Maringá se tornou palco principal de acontecimentos históricos.

Não existem registros da posição da Associação Comercial de Maringá no episódio. Levando-se em consideração a proximidade da entidade com o prefeito João Paulino e a própria presença de Dom Jaime Luiz Coelho na liderança do evento, é bem provável que a Associação tenha apoiado a Frente Agrária Paranaense.

²⁷ Revista Panorama, 1961.

²⁸ Ibid.

Enfim, ACIM

A gestão liderada pelo empresário Manoel Mário de Araújo Pismel definiu em Assembleia Geral Extraordinária de 5 de outubro em 1961, que a Associação também deveria prestigiar, em sua denominação, o segmento industrial da cidade, que se apresentava em franco desenvolvimento. Dessa forma surgiu a sigla ACIM,²⁹ de Associação Comercial e Industrial de Maringá. Ainda, estebeleceu-se naquela alteração estatutária que:

São seis as categorias dos associados, aos quais é lícito ser ou não domiciliados neste município.

a) Fundadores: os que subscreveram os estatutos primitivos bem como os que foram admitidos até 31 de dezembro de 1953;

b) os que admitidos após o dia 31 de dezembro de 1953 e se obrigaram ao pagamento da jóia e contribuição mensal estipulados pela diretoria;

c) Beneméritos: os que além da joia e mensalidades tenham prestado relevantes e excepcionais serviços à Associação;

d) Benfeitores: os que pagarem espontaneamente contribuição superior às que foram fixados para sócios contribuintes à critério da diretoria;

e) honorários: os que são associados, por serviços excepcionais prestados à classe ou à associação se fizerem dignos dessa homenagem, sem entretanto o direito a voto e ser votado;

f) Correspondentes: os que residindo fora do município estejam em condições de cooperar em benefício da Associação, podendo ser ou não contribuintes a critério da diretoria.

[...] Art. 15º - A Diretoria será composta de: um presidente, dois vice-presidentes (1º e 2º), dois secretários (1º e 2º), dois tesoureiros (1º e 2º) e um bibliotecário, eleitos por dois anos por sufrágio direto e secreto, podendo ser reelegíveis. [...] Art. 39º - O exercício social é de 1º de junho a 31 de maio do ano subsequente, ou seja, com a duração de dois anos, mas o mandato da administração dura até a Assembleia Ordinária.³⁰

29 Décadas mais tarde, durante a gestão de Jefferson Nogaroli (1998-2002), a sigla seria mantida como ACIM, apesar de alterar o selo “Industrial” para “Empresarial”, ficando, portanto, Associação Comercial e Empresarial de Maringá.

30 Registros da ata da Assembleia Geral Extraordinária de 5 de outubro de 1961.

Naquele ano, a ACIM dedicou algumas reuniões para discutir a maneira tirânica com que o gestor da estação ferroviária estava encaminhando a liberação de vagões para o escoamento da produção local. Em 26 de outubro, a entidade emitiu um documento oficial cobrando providências ao governo do estado. Mas, seria o problema da energia elétrica que voltaria à tona com intensidade naquele período.

Mesmo com a experiência da usina diesel-elétrica, criada em 1953 e que se transformou no primeiro ativo da Companhia Paranaense de Energia (Copel), Maringá ainda sofria com a distribuição elétrica.

[...] Antes a cidade era servida por um gerador a diesel, que geralmente pifava. Muitos comícios foram realizados à luz de velas ou de pefromax (marca de lâmpião) na Vila Operária.³¹

Pismel destacou:

Os motores que forneciam energia elétrica para Maringá estavam quebrados, os geradores também... Tínhamos “tomates” em lugar de lâmpadas.³²

Com essa dificuldade que prejudicaria o avanço econômico e o desenvolvimento urbano e rural, o então prefeito João Paulino tratou de organizar uma comissão para estudar soluções para o abastecimento elétrico do comércio local. A ata da ACIM de 26 de outubro de 1961 registrou que a entidade foi representada nessa comissão por Carlos Alcântara Rosa, engenheiro civil e fundador da Construtora Cruzeiro do Sul.³³

31 VARGAS, 2003, p. 25.

32 Entrevista de Manoel Mário de Araújo Pismel para o Projeto ACIM Faz História, do Centro de Documentação Luiz Carlos Masson da Associação Comercial e Empresarial de Maringá.

33 A Construtora Cruzeiro do Sul foi fundada em 1951, pelo engenheiro Carlos Alcântara Rosa. Sua primeira sede foi na Rua Santos Dumont. Depois, ampliou suas instalações para a Avenida Duque de Caxias, próximo da Avenida Brasil. Carlos Alcântara Rosa foi o primeiro engenheiro responsável pela liberação de projetos da Prefeitura de Maringá. Contudo, devido ao não recebimento de seus honorários, ficou no cargo até 1953, passando, no ano seguinte, a dedicar-se exclusivamente a sua empresa.

Polo aglutinador das Associações Comerciais do interior do Paraná

Em 1961, a ACIM se mostrava totalmente re- vigorada. Tanto que, em novembro, a cidade sediou a V Reunião Plenária da União das Associações Comerciais do Paraná – precursora da Faciap (Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná). O acontecimento contou com ampla cobertura da mídia, por meio das rádios Cultura e Difusora, além dos impressos O Jornal e A Tribuna de Maringá. Foi uma das primeiras ações de grande impacto estadual capitaneadas pela ACIM.

O evento discutiu, entre outros assuntos, o Imposto Único sobre Produtos Agrícolas; Imposto de Vendas e Consignações; ampliação dos cabos submarinos de comunicação entre Santos-Paraná e os problemas portuários de navegação; a criação de um trem noturno de passageiros, com trecho de conexão entre Maringá e São Paulo; e de ramal ferroviário de Maringá a Paranavaí; melhoria da distribuição e geração da energia elétrica; crédito bancário; redução dos custos dos fretes de artigos de gêneros de primeira necessidade, especialmente cereais; habitação popular e política agrária; e o papel do Comércio na conjuntura social.

Entre as questões, destaque para a reivindicação de benefícios fiscais para os cafeicultores do estado, especialmente na desoneração da tributação duplicada aplicada no despacho desta cultura pelos portos de Paranaguá e Antonina,³⁴ bem como a estipulação de mecanismos para uma produção controlada do produto, a fim de evitar superproduções e sua consequente desvalorização.

Sobre a superprodução do café das décadas de 1950 e 1960 em Maringá, o pesquisador Elpídio Serra ressalta:

Década de 50. As grandes safras se sucedem (a década anterior) e os especuladores aproveitam para ir de sítio em sítio “comprar” café a preços que não cobrem os custos de produção. A irritação é geral, mas os atravessadores representavam uma das poucas alternativas [...].

Produzir, estocar e vender por preços baixos foi rotina entre os produtores até 1955, quando uma geadada veio tirar a monotonia do campo. [...]

A década de 60 chega e não traz nenhuma novidade: as lavouras castigadas pelas geadas de 55 voltam a produzir normalmente e os preços continuam sendo baixos como antes. [...]³⁵

A Associação Comercial de Maringá demonstrou sua preocupação sobre o escoamento da superprodução de café. Devido ao grande número de sacas armazenadas do grão nos armazéns do IBC local, não seria possível processar os devidos faturamentos no tempo adequado. Por isso, a Associação propôs que cada produtor fizesse seu despacho a partir do município sede da agência do Banco do Brasil que havia financiado a produção. Nos anos 1961 e 1962 as lavouras do norte do estado representavam 45% de toda a produção nacional de café. Um ano depois, elas já respondiam por 62,2%.

[...] a região, que era a única a produzir café no Paraná, conseguiu reduzir suas safras, mas mesmo assim o que foi produzido foi três vezes mais do que, por exemplo, a produção paulista [...].³⁶

Um fenômeno pouco estudado é o impacto das geadas da década de 1960 (1962, 1963, 1966 e 1969). Destaque especial para a geadada de 1962, quando passou a existir controle da produção cafeeira por parte de órgãos e instâncias governamentais a fim de se evitar a superprodução. E, de uma safra para a outra, em 1963, há uma drástica redução na produção em função dessa intempérie climática: a produção do norte do estado caiu de 18 milhões de sacas beneficiadas

³⁴ Na época, foi enviado por meio da Secretaria da Fazenda, convite à União das Associações Comerciais do Paraná para participar da elaboração do novo Código Tributário do estado, que tinha anteprojeto desde 1956 para que melhor se esclarecessem os direitos e deveres dos contribuintes, e que fosse aplicado o regime da incidência única do imposto de vendas e consignações para o café. Pois, se exportado pelos portos paranaenses, o café sofria duas incidências, enquanto que, saindo pelos portos de Angra dos Reis ou Niterói, sofreria somente uma incidência.

³⁵ SERRA, Elpídio. **COCAMAR**: sua história, sua gente. Maringá: 1989, p. 20 e 21.

³⁶ SERRA, 1989, p. 139.

em 1962, para 9,2 milhões no ano seguinte.³⁷

Voltando à plenária das associações, o evento demonstrou grande preocupação da classe empresarial no que tange ao papel do comércio na conjuntura social. Houve a discussão de um plano de ação “para atender os mais necessitados” e chegou-se a debater a criação de um sistema para implantar casas pré-fabricadas, devido ao seu custo reduzido e à agilidade de execução da obra. No entanto, como o Brasil não apresentava um fornecedor desse serviço, sugeriu-se a formulação de uma proposta da construção de residências a partir da utilização de resíduos de pinho.

Em Maringá, apesar da grande riqueza gerada pelo café, a cidade apresentava os reflexos de crescimento descontrolado e falta de políticas públicas sociais para aqueles que não usufruíam das conquistas do “Eldorado”.

Com a escassez de trabalho e baixos salários, as favelas começaram a se formar em algumas regiões periféricas. Coube a João Paulino enfrentar, de maneira polêmica, aquele problema:

Emílio Germani fez um destaque quanto a essa situação de descontrole da ocupação urbana de Maringá:

Quando entrou o João Paulino, a coisa estava muito tumultuada. Existiam diversos loteamentos, a Cidade Alta, outros [...] depois da Zona 4, tudo desencontrados. Uma rua ia até “ali” e “dali” não ia para frente. “Eles” faziam loteamentos pro terreno deles, e o João Paulino disse: “Acaba com tudo isto, apaga tudo isto e começa tudo de novo”. Para as ruas terem a continuação daquelas que a Companhia traçou [...].³⁸

O programa de erradicação das favelas, apesar de ter se dado de maneira conturbada durante a primeira gestão de João Paulino, anos mais tarde, em sua segunda gestão, teve continuidade de forma estruturada por meio de Políticas Públicas. Assunto que ainda necessita de estudos mais aprofundados.

O jornalista Messias Mendes morava na favela e, quando jovem, presenciou a demolição de parte dos barracos:

Quando as motoniveladoras chegaram havia um batalhão de gente, entre moradores dos barracos, que eram feitos de lâmina, e apoiadores, creio que dos dois lados, embora o barulho maior era dos que condenavam a ação. Primeiro a prefeitura ordenou que os moradores tirassem seus “móveis”, que não passavam de verdadeiros “tarecos”. Mas o barulho foi tanto que poucos barracos foram demolidos e o prefeito teve que suspender a ação e recolher os caminhões caçamba que, segundo comentários que circularam no local, levavam os moradores desalojados para o distrito de Guadiana, que anos depois se tornou o principal reduto dos boias frias da região.³⁹

O verbo “nós”

Em 12 de abril de 1962, data de comemoração de seus nove anos de existência, a ACIM discutiu um pedido verbal de apoio do prefeito ao projeto de implantação de um sistema de saneamento básico para a população. Manoel Mário de Araújo Pismel detalhou que João Paulino havia informado que o Banco Comércio e Indústria de S. Paulo S.A. faria, para o respectivo projeto, o crédito de Cr\$ 15 milhões, mas que o prefeito ainda estava em busca de recursos complementares junto a outras instituições financeiras, para a constituição da Companhia de Desenvolvimento de Maringá (Codemar).

Em 1962, a ACIM iniciou o desenvolvimento de cursos de formação técnica. A ata de 31 de maio daquele ano relatou a entrega de certificados aos contabilistas que haviam concluído o aperfeiçoamento de contabilidade.

A criação de serviços, como o antigo Seproc (SPC) e a realização de cursos mostram que a associação retomara seu caminho natural ao oferecer mecanismos de segurança e de aperfeiçoamento de recursos humanos às empresas associadas. A interferência de lideranças como a de Ermelindo Bolfer, Manoel Pismel, Ivo Assmann e Emílio

37 SERRA, p. 140.

38 Entrevista de Emílio Germani ao Projeto ACIM Faz História, do Centro de Documentação Luiz Carlos Masson da Associação Comercial e Empresarial de Maringá.

39 Depoimento de Messias Mendes aos autores em setembro de 2015.

Germani, entre tantas outras, foi essencial para a reorganização da entidade, depois de um período complexo, quando a Associação ficou sem sede e parte de sua documentação desapareceu.⁴⁰

Manoel Pismel faz um relato interessante da importância do trabalho das pessoas em entidades organizadas em prol do desenvolvimento socioeconômico e sobre o papel da ACIM:

Ninguém pode viver sozinho, desde aquela época conjugar “eu” já era um erro, conjugar “meu” era um erro maior ainda. Era necessário conjugar “nós”, o verbo na segunda ou na terceira pessoa. “Nós”. As necessidades eram tão grandes que o “eu” não daria conta. “Nós” teremos que resolver, “nós” vamos juntar

forças, “nós” vamos nos organizar.

Porque os recursos naturais existentes eram muito bons. A riqueza da terra, a fartura do sistema de produção, o emprego da mão de obra, tudo era ótimo. Os preços eram bons.

Faltava infraestrutura, como energia elétrica, esgoto, estradas – a saída da produção para o porto, para os grandes centros. Não só a produção de cereais, mas de café e madeira. A ferrovia nem sempre era suficiente para fazer este intercâmbio.

A Associação Comercial de Maringá representou o polo de concentração desses interesses.⁴¹

40 Inclusive, na ata da reunião ordinária de 12 de junho de 1962, Rodolfo Maibon Moreira, então, 1º secretário daquela gestão, informa a ausência de alguns livros de registros dos encontros formais da diretoria da ACIM.

41 Entrevista de Manoel Mário de Araújo Pismel concedida ao Projeto ACIM Faz História, do Centro de Documentação Luiz Carlos Masson da Associação Comercial e Empresarial de Maringá.

O início efetivo da SANBRA em Maringá

Em 1º de março de 1962, a Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro S.A. (SANBRA) foi fundada em Maringá – apesar de já estar em processo de implantação desde 1958. Foi uma das primeiras indústrias de capital estrangeiro a se instalar na cidade.

A empresa, de um grupo Anglo/Argentino, se estabeleceu em uma área de 123.496 m², com a entrada principal voltada para a Avenida Colombo. A indústria foi distribuída ao longo da Rua Monlevade, facilitando o escoamento tanto pela rodovia quanto pela ferrovia.

Funcionou, inicialmente, como um entreposto de compra. Seus produtos básicos eram o óleo bruto e o farelo. Depois, os artigos processados passaram a ser algodão, mamona e amendoim. A soja entrou somente em 1969.

A SANBRA, por se tratar de uma indústria de grande porte, além de galpões, mantinha dois silos arredondados de grande magnitude na Rua Monlevade. Quando essa primeira cúpula foi construída, a Folha do Norte do Paraná a assemelhou a um grande disco voador. Vale ressaltar ainda que a sirene (sino de entrada, intervalo e saída dos trabalhadores) funcionava como um relógio para os bairros próximos.

A SANDRA encerrou as atividades em 1993 e parte de seu poder acionário foi adquirido pela CEVAL Alimentos. Depois, a BUNGE Alimentos se tornou sua sócia majoritária. Em maio de 2005, a BUNGE transferiu as instalações da Zona 10 para a Avenida Melvin Jones, no Parque Industrial Bandeirantes. O espaço que foi ocupado pela SANBRA, entre a Avenida Colombo e a Rua Monlevade, foi adquirido por um empresário local.



Aspecto da SANBRA na década de 1970. Foto: Revista Manchete, 1972.

Companhia de Desenvolvimento de Maringá (Codemar)

Com o objetivo de solucionar o problema de abastecimento de água em Maringá, foi elaborada a Lei Municipal nº 236 de 14 de dezembro de 1962, autorizando a constituição da sociedade de economia mista Companhia de Desenvolvimento de Maringá (Codemar). Selecionou-se o rio Pirapó e afluente ribeirão Sarandi, para serem as fontes de captação.

Mesmo a lei sendo criada em 1962, somente na gestão municipal seguinte essa Companhia efetivamente saiu do papel. Ermelindo Bolfer (que foi presidente do órgão) e o então prefeito de Maringá (Gestão 1964-1968), Dr. Luiz Moreira de Carvalho. Entre os dois, um personagem não identificado.¹

Essa estação foi inaugurada somente em 1969. A administração municipal da época, comandada por Adriano José Valente, foi acusada de obrigar a população a utilizar o novo sistema de água encanada, inclusive atirando creolina em poços artesianos. As denúncias nunca foram totalmente esclarecidas.



Mesmo a lei sendo de 1962, somente na gestão municipal seguinte que foi oficializada a instituição da Companhia. Na foto, Luiz Moreira de Carvalho (prefeito de Maringá), personagem não identificado e Ermelindo Bolfer (que se tornou presidente da Codemar anos mais tarde).



Implantação de água encanada, em 1962. No flagrante, a Avenida Pedro Taques, no Jardim Alvorada, que foi a primeira via pública da cidade a ter água encanada em função da proximidade com a estação de abastecimento de água da Codemar. Fotos: Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.

¹ Artigo - A história do abastecimento de água em Maringá, Estado do Paraná, de Elza Vendramel e Vera Beatriz Köhler / Centro de Documentação Luiz Carlos Masson,



Construção da estação de abastecimento de água de Maringá em 1967. Do lado direito da imagem, a Avenida Pedro Taques. Mais ao fundo, do mesmo lado, parte do Jardim Alvorada. Foto: Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.



Foto: Revista Maringá Ilustrada, maio de 1957.

Emílio Germani Gestão 1962-1964

- Presidente: Emílio Germani
- 1º Vice-presidente: Durval Francisco dos Santos
- 2º Vice-presidente: Jitsuji Fujiwara
- 1º Secretário: Rodolfo Maibon Moreira
- 2º Secretário: Luiz Carlos Blanc
- 1º Tesoureiro: Fredevindo Marchiori
- 2º Tesoureiro: Herbert Mayer
- Bibliotecário: Heitor Bolela
- Membros do Conselho Fiscal: Foshya Assami, Gregório Korneiczuk e João de Oliveira. Como suplentes do Conselho Fiscal: Rodolfo Purpur, Raimundo Coimbra Leite e Isaak Filipe
- Membros do Conselho Deliberativo: Hatsusan Suzuki, Mário Dias Varela, Wilian Casteleins, Waldemar Allegretti, José Geraldo da Costa Moreira, Ardinall Ribas, Brasil D'Avila, Carlos Alcântara Rosa e Oswaldo Chiuchetta.

Nascido em 22 de junho de 1917 na cidade de Capinzal, Santa Catarina, Emílio Germani chegou a Maringá em 1950 para desenvolver o seu próprio negócio. Aqui, instituiu a Germani Alimentos, que foi responsável pela distribuição de diversos produtos na região.

Pouco tempo depois de sua chegada, Germani foi um dos principais indutores para a constituição da Associação Comercial de Maringá, em abril de 1953. Foi rotariano e membro da Academia de Letras de Maringá.

Emílio Germani morreu em junho de 2010, aos 92 anos, devido a um câncer.

Com a presença de 69 pessoas, em 7 de junho de 1962 ocorreu a Assembleia Geral Ordinária que conduziu o empresário Emílio Germani à presidência da ACIM.

Em mais um “bate-chapa” na história das eleições da entidade, Emílio Germani venceu Ernesto Matheus Gomes Filho, por 62 votos a 7.

Em 12 de junho de 1962, a nova diretoria da ACIM retomava as discussões visando a construção de sua sede, na Avenida Herval esquina com a Neo Alves Martins. Pauta que já se arrastava desde 1953, quando a CMNP havia doado o espaço. Emílio Germani ressaltou que o Banco do Estado do Paraná S.A. já havia liberado o empréstimo de Cr\$ 3 milhões para o início da obra, mas que restava regularizar a documentação do terreno. Para essa finalidade, José Geraldo da Costa Moreira se colocou à disposição para legitimar os processos.

Naquele mesmo encontro, a diretoria da ACIM deferiu que enviaria pedido ao então prefeito João Paulino Vieira Filho para que fossem instaladas placas nas entradas de Maringá, com o intuito de orientar os motoristas viajantes sobre os melhores itinerários para seguir viagem, de modo a evitar o tráfego de veículos pelo centro da cidade. Já se via, portanto, uma grande preocupação dos empresários para com o trânsito de Maringá.

No encontro em 28 de junho de 1962, a diretoria da Associação Comercial definiu quem seriam enviados para algumas regiões estratégicas do país. Ficou proposto



No dia 9 de junho de 1962, o Jornal de Maringá anunciou que a Associação Comercial e Industrial tinha nova diretoria. A matéria informou que “o pleito foi amplamente prestigiado pelos associados que compareceram em número de 69, que, contando-se o mau tempo, foi ótimo”. À esquerda, Ernesto Matheus Gomes Filho cumprimentando o novo presidente da ACIM, Emílio Germani.



O Jornal de Maringá, de 10 de junho de 1962, noticiou que a ACIM, em conjunto com instituições locais, organizou uma reunião estratégica junto ao Instituto Brasileiro do Café (IBC) a fim de solucionar as dificuldades quanto ao embarque e escoamento das safras na cidade. Os três primeiros, da esquerda para direita são Aloysio Gomes Carneiro, representante do IBC; Emílio Germani, presidente da ACIM; e deputado federal Renato Celidônio. O último à direita é Ermelindo Bolfer.

que, a ACIM seria representada, em Brasília, por Propício Caldas Filho – que teve como primeira incumbência ampliar o serviço postal local, que apresentava expediente inferior a demanda do comércio existente; por Fernando Roger, no Rio de Janeiro; e por Antenor Vieira Barradas, em Curitiba.

Aquela reunião ainda tratou de pressionar Ardinial Ribas, responsável pela Sociedade Telefônica do Paraná S.A.,⁴² concessionária do município para melhorar os serviços contratados e entregues com deficiência para boa parte de seus usuários. Esse assunto acabou se tornando corriqueiro naquele ano. Nas reuniões, Ardinial Ribas, às vezes pessoalmente, prestava esclarecimentos, mas não dava soluções efetivas.

No dia 5 de julho daquele mesmo ano, a diretoria se reuniu para tratar especificamente dos encaminhamentos da construção da sede. Jitsuji Fujiwara ficou à frente da comissão das obras iniciais. Definiu-se que a ACIM pediria apoio a Associação de Engenheiros e Arquitetos de



Anúncio da Sociedade Telefônica do Paraná S.A., de Ardinial Ribas, na década de 1960. Foto: Anuário de Maringá, 1969.

Maringá⁴³ para adaptações que se faziam necessárias no projeto idealizado por Edgar Osterroht anos antes. Mesmo tendo liberado o uso do terreno, foi naquele mesmo mês, no dia 19, que a CMNP finalmente formalizou a doação do lote de nº 14 da quadra 31 para a entidade.

42 Em 1970, a Sociedade Telefônica do Paraná S.A. foi incorporada à Companhia de Telecomunicações do Paraná (TELEPAR). ANDRADE, p. 186.

43 A Associação de Engenheiros e Arquitetos de Maringá (AEAM) foi organizada em setembro de 1959, reunindo os engenheiros e arquitetos mais destacados da comunidade.

Em 9 de agosto de 1962, Emílio Germani informou, em reunião de diretoria, que a ACIM havia alugado uma sala no Ginásio Maringá para a realização do curso técnico de prática de escritório em parceria com o Senac.

A primeira vez que a entidade debateu alterações no horário do comércio local junto ao Sindicato dos Comerciários⁴⁴ foi em 16 de agosto de 1962, quando alguns representantes das maiores redes de varejo de Maringá daquele período – Hermes Macedo, Casas Pernambucanas, Prodócimo, entre outras – se reuniram para estudar a possibilidade de as lojas permanecerem abertas todos os sábados até às 16 horas. Depois do debate, chegou-se à conclusão que não era uma proposta financeiramente viável.

Em 13 de setembro daquele ano, durante reunião de diretoria, foi lida a relação de empresas que foram desfiliaadas, conforme artigo 8º, letra A do estatuto social da ACIM, que dizia:

[...]

Art. 8º – Poderá o sócio ser eliminado do quadro social:

a) – quando faltar com o pagamento da mensalidade durante 6 (seis) meses consecutivos;

[...] ⁴⁵

Cerca de 365 empresas associadas foram desligadas da ACIM sob essa justificativa estatutária. Possivelmente, eram empresas que fecharam ou que não tiveram interesse em retornar ao quadro associativo após o período em que a associação permaneceu inativa. Entre elas, vale o destaque para Ângelo Planas & Filhos (o associado nº 1); Américo Dias Ferraz e Inocente Villanova Jr., ambos prefeitos anteriores a João Paulino Vieira Filho, que tiveram dificuldades de relacionamento com entidades locais, especialmente com a ACIM.

Na mesma reunião, Emílio Germani propôs uma possível parceria com alguma incorporadora ou grupo de investidores para a construção



Estrutura do Aeroporto Regional Gastão Vidigal, que teve o projeto elaborado pelo arquiteto paulista José Augusto Bellicci, sendo já o segundo prédio construído neste local. No entanto, a cidade carecia de uma estrutura mais ampla para atender a demanda. Foto: Museu Bacia do Paraná (UEM).



Prédio do Aeroporto Regional Gastão Vidigal, que esteve nas pautas de cobrança de reuniões da ACIM. Este equipamento público funcionou até 2001, quando outro aeroporto maior e mais moderno, foi inaugurado. Foto: Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.

de um prédio no terreno doado pela CMNP à Associação. Com isso, a ACIM poderia receber como contrapartida uma fração do espaço para sua nova sede. A diretoria aprovou a ideia e, naquele mesmo ano, uma empreiteira local apresentaria a proposta de construção de um empreendimento com doze andares.

Durante a gestão de Emílio Germani, a ACIM passou a acompanhar de perto as obras das novas instalações do Aeroporto Regional Gastão Vidigal, que seriam concluídas naquela década de 1960. Inclusive, a entidade passou a intermediar vistorias na construção do prédio e cobrar agilidade do Ministério da Aeronáutica. No início de 1964, a ACIM ainda cobraria essa questão junto aos deputados federais Renato Celidônio e Hermes Farias de Macedo.

44 O atual Sindicato dos Empregados do Comércio de Maringá (Sincomar) foi fundado em 7 de novembro de 1957 com o objetivo de interceder melhorias contínuas para os comerciários de Maringá, bem como evitar a exploração dos trabalhadores.

45 Estatuto Social da Associação Comercial e Industrial de Maringá, alterado e aprovado em 6 de outubro de 1961.

Nasce a Cooperativa dos Cafeicultores de Maringá (Cocamar)



Em 27 de março de 1963, um grupo de 46 cafeicultores se reuniu e formou a Cooperativa dos Cafeicultores de Maringá (atual Cooperativa Agroindustrial de Maringá, a Cocamar). Seu objetivo inicial era organizar a produção regional, receber e beneficiar o café.

Odwaldo Bueno Netto, presidente da ACIM em 1958, foi oficializado como cooperado nº 1 da Cocamar. A fundação foi presidida por seu filho, o também produtor rural e personagem político, Carlos Bueno Netto, na época, presidente da Associação Rural de Maringá.

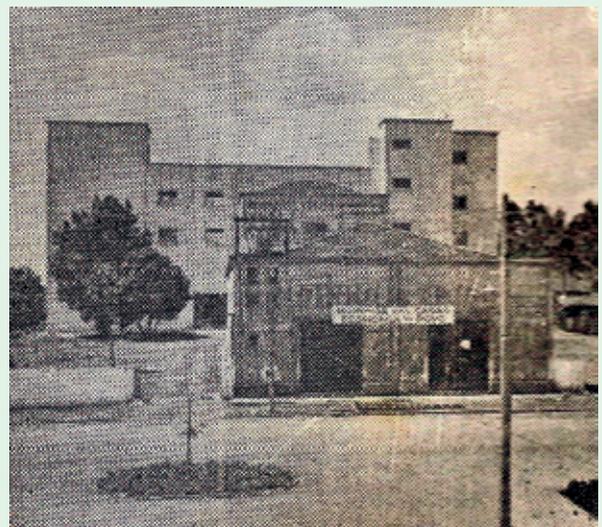
Dois anos mais tarde, a Cocamar passou a diversificar seus produtos, quando adquiriu maquinário para beneficiar algodão, além de iniciar o processo de comercialização de outros grãos.

Atualmente, é uma das cooperativas mais modernas do Brasil.

Moinho de Trigo Maringá

Oswaldo Chiuchetta, seu proprietário, foi um dos responsáveis pela disseminação da cultura de trigo no norte do Paraná. Ele chegou a Maringá no ano de 1956, com o interesse de construir um moinho de trigo, o que foi considerado loucura por alguns. A ideia havia surgido durante sua viagem de Santa Catarina até Maringá. Pelo caminho, Chiuchetta, vendo somente plantações de café, vislumbrou oportunidade em outra cultura.

O Moinho de Trigo Maringá começou a funcionar em 1958, também beneficiando milho. A indústria processava 50 toneladas de trigo por dia e chegou a ter 150 funcionários. Mais tarde, foi renomeada como Trigo-mil, funcionando até 1990.



Moinho de Trigo Maringá, ao longo da década de 1960.
Foto: Anuário de Maringá de 1969.

Entre julho e setembro de 1962, Emílio Germani pediu licença e quem conduziu os trabalhos da diretoria da ACIM foi o presidente em exercício, Durval Francisco dos Santos. Com o retorno de Germani, a reunião ordinária de outubro daquele ano tratou de formalizar apoio ao Sindicato dos Comerciários para que fosse mantida a decisão de se fechar o comércio aos sábados às 12 horas, e não às 15 horas como alguns defendiam.

Em 31 de outubro daquele ano, a reunião foi

presidida por Jitsuji Fujiwara, quando todos os presentes tomaram conhecimento do pedido de renúncia de Victor Ivo Assmann como representante da ACIM na Codemar. Ao que tudo indica, por ter auxiliado na constituição desse órgão, a Associação Comercial passou a ter sempre um representante em sua diretoria. E em alguns momentos, assumindo a presidência, por exemplo, com Ermelindo Bolfer e o próprio Jitsuji Fujiwara.

A ACIM participa de outras frentes



Com o foco de discutir o piso das cotações do milho, representantes da então Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB), estiveram em Maringá no dia 1º de junho de 1963. Da esquerda para direita: Carlos Bueno Netto, então presidente da Associação Rural de Maringá; Emílio Germani, presidente da ACIM; Benedito Pio da Silva, presidente da SUNAB; e Milton Mendes, diretor da agência local do Banco do Brasil. Foto: O Jornal de Maringá, 2 de junho de 1963.

Avanços nas Telecomunicações

Em novembro de 1963, a ACIM anunciava a chegada do teletipo e de uma máquina de franquia postal para o Departamento de Correios e Telégrafos. O teletipo era um equipamento eletromecânico para a transmissão de dados. Foi utilizado durante o século XX para enviar e receber mensagens mecanografadas por meio de um canal de comunicação simples.

Segundo algumas atas, a aquisição do primeiro teletipo de Maringá foi feita pela Serraria Santo Antonio, como também era conhecida a Serraria Santos, Balani S.A., de Durval Francisco dos Santos. Em 9 de maio de 1964, alguns membros da diretoria da ACIM se colocaram à disposição para auxiliar na aquisição daquele equipamento: Rodofo M. Moreira e Manoel Mario de Araújo Pismel repassariam o valor de Cr\$ 10.000,00, enquanto que Luiz Carlos Blanc e Fredevindo Marchiori ajudariam com Cr\$ 5.000,00, ficando, dessa maneira, um débito aproximado de Cr\$ 70.000,00. Não há registros de como foi quitado.



Teletipo, o precursor dos atuais e-mails. Foto: Acervo Cargill.

Em 23 de janeiro de 1964, a ACIM iniciou uma Campanha para instalação de um escritório da Junta Comercial do Paraná em Maringá. A ata desse mesmo encontro dá a entender que a Associação Comercial, ainda sem sua sede construída, funcionava em espaço alugado nas instalações da coletoria federal (atual Receita Federal, na Avenida XV de novembro). O aluguel deste espaço, em algumas oportunidades, foi pago por associados. Mesmo assim, a associação criou um passivo de débitos de alugueis não quitados que foi perdoado pelo próprio representante da coletoria federal.

Emílio Germani destacou alguns prédios em que a ACIM manteve sua sede:

Passou [...] pelo Edifício Amazonas, em frente à Avenida Paraná com a Avenida Brasil, o edifício que era do Aristides de Souza Melo; depois passamos para uma casa entre o Banco do Brasil e o Banco Noroeste; depois passamos para a Avenida XV de novembro abaixo do Restaurante Calçadão (coletoria federal).⁴⁶

Vale destacar que, conforme já ressaltado, a ACIM ainda funcionou por curtos períodos em outros locais, como o Edifício João Tenório Cavalcante.

Na última reunião da gestão de Emílio Germani, realizada no Hotel Indaiá, em 30 de abril de 1964, Manoel Mário de Araújo Pismel teceu considerações sobre as ações da diretoria, salientando os desafios enfrentados. Dificuldades essas que, segundo Pismel, foram criadas por um governo que não deu valor ao comércio (referindo-se às gestões de Jânio Quadros e João Goulart). Um mês antes, o país sofreu o golpe militar (31 de março de 1964), ação que foi sustentada, sobretudo, nas regiões interioranas, pelo apoio do setor empresarial e da Igreja Católica, entre outros segmentos da sociedade. Em Maringá, não foi diferente.



Che Guevara recebe a honraria máxima brasileira do presidente Jânio Quadros, em 1961. Foto: Revista Manchete, setembro de 1961.

⁴⁶ Entrevista de Emílio Germani ao Projeto ACIM Faz História, do Centro de Documentação Luiz Carlos Masson da Associação Comercial e Empresarial de Maringá.



Registro da Folha do Norte do Paraná, de 26 de março de 1964. Destaque para a manchete que se opunha ao então presidente da República, João Goulart: "Jango quer desmoralizar o Congresso Nacional e Implantar uma Ditadura".



O jornal do bispo Dom Jaime Luiz Coelho, de 2 de abril de 1964, comemora a tomada do poder por parte dos militares: "Democracia caminha para a vitória final: forças armadas dominam a situação".

1964: QUANDO AS PEÇAS SE INVERTERAM

O golpe civil-militar e alguns impactos em Maringá

Nos primeiros anos da década de 1960, o Brasil viveu anos de grande instabilidade política. A inesperada renúncia de Jânio Quadros foi uma das primeiras manifestações. Apesar de conservador, seu curto governo foi repleto de incertezas, especialmente nas relações exteriores, quando ensaiou uma política independente e esboçou uma aproximação com a União Soviética e com a China Comunista, sem falar na controversa condecoração a Ernesto Guevara de la Serna (Che Guevara), líder do regime cubano.

Após conferenciar com o Sr. Jânio Quadros, o ministro cubano “Che” Guevara foi condecorado ontem (19/08/1961) pelo presidente da República com a Grã Cruz da ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. A outorga da condecoração, aliás, está suscitando críticas ao presidente.⁴⁷

Tudo indica que a saída de Jânio Quadros foi uma tentativa mal sucedida de golpe de Estado. Considerando que os militares iriam vetar a posse de seu vice, João Goulart, ele contava que houvesse um apelo para que permanecesse à frente do país com mais força. Houve o veto, mas sua volta não foi cogitada.

No meio da tensão e após movimentos políticos em favor da legalidade e de difíceis negociações, Jango assumiu sob regime parlamentarista, com poderes diminuídos. Porém, seu governo não trouxe estabilidade econômica e política. Com o restabelecimento do presidencialismo no país, por um lado, os movimentos populares reivindicavam reformas de base; por outro, os setores conservadores temiam a radicalização política, sobretudo pela influência da revolução cubana. Era, afinal, uma época regida pelas relações da Guerra Fria e pelo temor da irradiação do comunismo. O resultado foi a queda de Goulart.

No dia 31 de março de 1964, um levante militar, amplamente apoiado por forças civis, pôs fim não apenas ao governo reformista do Presidente João Goulart, mas também ao regime político conhecido como República de 1946. O regime democrático e constitucional que, por sua vez, nascera de um golpe militar contra o Estado Novo de Getúlio Vargas, caía diante de outro golpe contra um dos herdeiros do getulismo em sua fase dita “populista-democrática”. O esboço de uma política reformista, calcada em três estratégias – a nacionalização da economia, a ampliação do corpo político da nação e a reforma agrária – seria substituída por um regime militar anticomunista e antirreformista, pautado por uma política desenvolvimentista sem a contrapartida distributivista.⁴⁸

Com a vacância da presidência da República, o General Castelo Branco assumiu o cargo:

Na madrugada do dia 2 de abril de 1964, o Congresso Nacional, em sessão tumultuada, conseguiu aprovar oficialmente a “vacância da Presidência da República”, com o presidente João Goulart ainda em território nacional. Este golpe institucional abriu caminho e legitimou os golpistas, culminando na eleição indireta de Castelo Branco, líder golpista, em 9 de abril de 1964.⁴⁹

Para manter-se no poder, o regime militar criou uma série de Atos Institucionais que permitiram a cassação de políticos e a perseguição aos opositores, instauraram eleições indiretas, entre outras ações que feriam a democracia e buscavam legitimar este novo modelo de governo nacional.

Ressalta-se que, para fins deste livro, não vale adensar ainda mais em tema tão complexo, mas sim abordar seus impactos em Maringá.

Com raras exceções, a maioria dos empresários e representantes políticos maringaenses apoiou o golpe civil-militar de 1964. Em seu último ano de mandato, o promotor público João Paulino Vieira Filho, como prefeito, aderiu àquela agenda

48 NAPOLITANO, Marcos. **O golpe de 1964 e regime militar brasileiro:** apontamentos para uma revisão histórica. Contemporânea: Historia y problemas del siglo XX | Volumen 2, Año 2, 2011.

49 Ibid.

47 Folha de S. Paulo, 20 de agosto de 1961.

que propunha novos rumos ao país. Segundo seu biógrafo:

Fiel aos sentimentos democráticos, aderiu JP (João Paulino), desde a primeira hora, ao processo revolucionário que pretendia a restauração da ordem pública, o restabelecimento da federação e a paz interna, perturbados pela convulsão social, econômica e política em andamento. Urgia eliminar o desenvolvimento do plano comunista de tomada do poder, defender as instituições republicanas e restabelecer a harmonia social para o advento de reformas legais. Era evidente o plano de subversão da hierarquia militar, o enfraquecimento das forças vitais da sociedade organizada e a implantação de um governo extralegal ou socialista.⁵⁰

Evidentemente, as políticas comunistas também não eram bem aceitas por Maringá, como se pôde constatar nas páginas da Folha do Norte do Paraná, veículo de comunicação criado alguns anos antes pelo Bispo da cidade:

Dom Jaime pensava longe. Queria fazer da Folha o maior jornal do interior do Brasil para combater o esquerdista (como era chamado pelos militares e pela Igreja, e não sem razão) Última Hora, de Samuel Wainer. Se não chegou a tanto, o jornal do bispo pelo menos passou a ser uma referência no estado para os leitores de mais de cem cidades e até onde alcançava seu poder junto às dioceses. A sua ojeriza ao comunismo fez com que criasse a FAP (Frente Agrícola Paranaense) para se tornar uma barreira contra os vermelhos. Apoiou entusiasticamente a “Revolução” (termo utilizado pela ditadura militar) de 31 de março de 1964. A Folha, desde o primeiro exemplar, serviu aos interesses dos militares. Ela propagandou o capitalismo americano e executou os marxistas. Sem partido, Dom Jaime conclamava os católicos a perseverarem na fé cristã para resistir aos assédios dos que incentivavam uma mudança sem os dogmas da Igreja. Com os militares no poder, o bispo colocou um freio no veículo de propaganda ambulante que a Folha se tornara antes de 31 de março. Passou para os questionamentos. A guerra declarada contra o comunismo

já não era a sua principal bandeira de luta. Dirigiu suas baterias contra Moysés Lupion, o governador que virara as costas para Maringá.⁵¹

Engana-se quem acredita que Maringá não abrigava comunistas na época. Seria difícil que uma cidade em que, até a década de 1960, a maior parte de sua população estava instalada no campo, não possuísse um representante das massas que confrontasse o sistema capitalista. O historiador Reginaldo Dias destaca este território político:

Em Maringá, a força comunista estava concentrada nas lideranças dos sindicatos rurais, destacando a figura de José Rodrigues dos Santos, que participou da formação de sindicatos rurais e urbanos, sendo o primeiro presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais do Paraná e fundador da confederação da categoria. [...] ainda o sindicalista José Lopes dos Santos e o vereador comunista Bonifácio Martins, que era filiado ao PR (Partido Republicano) na legislatura 1956–60 e ao PST (Partido Social Trabalhista) na legislatura 1960–64. Essas escolhas partidárias eram necessárias porque o PCB (Partido Comunista do Brasil) estava na ilegalidade. Ele (Bonifácio Martins) teve um papel destacado na luta por moradia. Era um grande orador e ficou perpetuado na memória do maringaense não apenas como um vereador comunista, mas também como um grande vereador. Um vereador que até hoje se inclui entre os melhores porque só visava ao papel do parlamentar, no sentido de propor projetos, de fiscalizar o Executivo, de fazer o grande debate e de ter essa face característica de mobilizar a população.⁵²

50 VARGAS, 2003, p. 29.

51 DE PAULA, Antonio Roberto. **O Jornal do Bispo**: a história da imprensa maringaense desde os anos 50 contada aqui, 2010. Versão online: <http://jornaldobispo.blogspot.com.br/> - visitado em 13 de setembro de 2015.

52 Entrevista concedida pelo historiador Reginaldo Benedito Dias in DE PAULA, 2010.



Manoel Mário de Araújo Pismel Gestão 1964-1966

Nesse complexo cenário que se abriu em 1964, Maringá se tornou um território perigoso para abrigar opositores. Alguns agentes políticos locais – Bonifácio Martins, José Rodrigues dos Santos, José Lopes dos Santos, Gregório Capstrano Sepulveda e Jorge Haddad – foram processados. Os três primeiros foram condenados anos depois, enquanto os dois últimos foram absolvidos.⁵³

Como principal entidade empresarial de Maringá, a ACIM tinha a simpatia dos militares. Ademais, seu presidente, Manoel Mário de Araújo Pismel, também tinha vínculo com o Lions Clube, o que, de certa forma, legitimava essa aproximação. Além disso, segundo registros do Dops, Herbert Mayer,⁵⁴ executivo da Associação na época, chegou a testemunhar contra vários personagens da cidade que os militares suspeitavam manter vínculos com ações de oposição.

⁵³ Apontamentos de Reginaldo Benedito Dias.

⁵⁴ Entrevista concedida pelo historiador Reginaldo Benedito Dias aos autores em 25 de novembro de 2015.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 14 de maio de 1964, Manoel Mário de Araújo Pismel foi eleito para mais uma gestão à frente da ACIM, com 100 votos dos 145 associados presentes. Aquela eleição quase teve mais uma “bate-chapa”, pois Rodolpho Maibon Moreira, que ocupara cargos nas gestões anteriores, havia formado outro grupo para disputar o páreo. Mas, por não ter cumprido os dispositivos previstos em estatuto social, sua participação no pleito foi vetada e, em protesto, ele deixou a assembleia antes de seu término. Infelizmente, a ata não menciona a composição da diretoria. Sabe-se, contudo, que o vice-presidente foi Wilian Casteleins.

Uma das ações mais significativas do período foi o lançamento da pedra fundamental da futura sede da entidade. Em 27 de maio, durante reunião de diretoria, Pismel reiterou a necessidade de participação efetiva de todos os diretores no projeto de construção do prédio e, para o levantamento dos materiais necessários, estabeleceu comissões com os seguintes nomes: Antônio Rodrigues ficou responsável pela busca do cimento; Jitsuji Fujiwara, pelo ferro; Ermelindo Bolfer e Moacir Pereira, por obter apoio financeiro dos bancos; Anibal da Silva e José Procópio, pelos armazéns gerais a fim de conseguir a importância total para bancar as despesas com a mão de obra; Brasil D’Avila ficou com a cobertura; e, por fim, Pieter Linschoten para encontrar parceiros para a instalação elétrica.

Sobre a busca de recursos para a edificação da sede, Pismel ressaltou:

Como toda a Associação, o dinheiro era para as despesas do dia a dia. Não tínhamos fundo de reserva para fazer uma sede. Precisávamos de tijolos, areia, cimento, madeira. Falei com o Gregório Korneiczuk, que comandava todos os madeireiros no pátio de manobra da ferrovia, e disse a ele que precisava de uma receita de madeira. E ele me atendeu. Fiz o mesmo [...], porque precisávamos de tijolos [...]. Precisávamos de prego, cimento, e tudo foi arranjado. Foi assim que foi construída.⁵⁵

Com relação ao novo sistema político que se formava no país desde abril daquele ano, com o golpe de estado articulado pelas forças militares, Manoel Pismel destacou:

A “Revolução” foi patrocinada pelos empresários do país. O descontentamento já vinha de São Paulo e Minas (Gerais). Os operários estavam sendo insuflados pelo governo de João Goulart e por Leonel Brizola [...] Começou a haver violência.⁵⁶

Pismel revelou ainda que foi selecionado pelos militares para filtrar nomes de personagens suspeitos de pactuar com partidos ou ideologias contrárias ao novo Regime:

[...] coincidentemente eu era presidente do Lions Clube e da ACIM. Sendo representante das classes produtoras e de um clube de serviços, o contato com o “pessoal da revolução” acontecia comigo [...].

No meu escritório foram colocados [...] arquivos do pessoal dito “comunista”. Eu tive a oportunidade de examinar e de constatar que aquilo não era verdadeiro. Tive a possibilidade de discutir com os membros da revolução o que era a vida de cada um. [...]

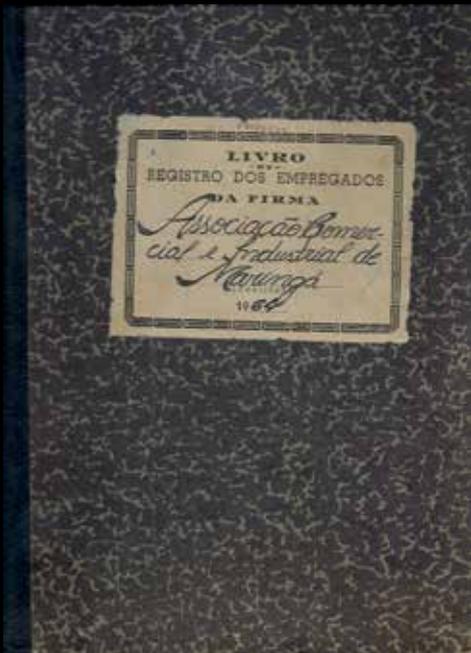
É importante salientar que, de tempos em tempos, um comitê da revolução vinha a Maringá. A eles eram colocados os problemas regionais, com os quais eram muito atentos e comprometidos.⁵⁷

Durante reunião de diretoria realizada no dia 16 de julho de 1964, conduzida interinamente por Luiz Carlos Blanc, tratou-se da melhoria da transmissão de TV para Maringá por meio de um repetidor de sinal. Mas para conquistar esse incremento ao sistema de telecomunicações, eram necessários público e audiência e, por isso, a ACIM tratou de organizar o primeiro Clube de Telespectadores de TV. Joaquim Dutra, empresário das comunicações de Maringá e presidente da Associação na gestão 1968/1970, destacou a necessidade daquela ação:

55 Entrevista de Manoel Mário de Araújo Pismel concedida ao Projeto ACIM Faz História do Centro de Documentação Luiz Carlos Masson da Associação Comercial e Empresarial de Maringá.

56 Entrevista de Manoel Mário de Araújo Pismel ao Projeto ACIM Faz História, do Centro de Documentação Luiz Carlos Masson da Associação Comercial e Empresarial de Maringá.

57 Idem.



Livro de registro dos empregados da ACIM de 1º de fevereiro de 1965, com destaque para Herbert Mayer, citado por muitos presidentes como executivo fundamental no desenvolvimento da entidade. Fotos: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

JP faz seu sucessor: Luiz Moreira de Carvalho, eleições de 1964

João Paulino assumiu uma cidade com órgãos básicos estaduais e federais já implantados e em pleno funcionamento. Sua gestão teve o amplo apoio dos setores comerciais, industriais e empresariais, bem como de boa parte da população. Além disso, tinha a credibilidade necessária para alinhar apoio para ações locais e para reivindicar junto ao governo estadual.

Os projetos desenvolvidos de 1960 a 1964, bem como o apoio ao golpe civil-militar, credenciaram João Paulino a fazer seu sucessor, o médico Luiz Moreira de Carvalho (legenda PDC, PSD, PTB, PR, PSP e PRP). Nas eleições de 6 de dezembro de 1964, Carvalho conquistou 7.680 votos, se tornando prefeito. Seu concorrente, Adriano José Valente fez 5.005 votos. Para vice, Victor Ivo Assmann conquistou o cargo com 6.767 votos, e o candidato Jorge Sato, teve 5.474.¹

Na época, Adriano José Valente concorreu pela UDN e contou com amplo apoio do então deputado estadual por Maringá, o advogado Haroldo Leon Peres,² o que teria sido uma das causas de sua derrota, juntamente do conflito contra a super coligação aparelhada por João Paulino:

[...] Adriano começava a pintar com certo favoritismo quando Leon Peres teve o azar de referir-se a uma crítica feita por Túlio Vargas, então jovem político, também apoiador de Luiz (Moreira de Carvalho). Querendo diminuir a importância de Túlio,



Dr. Luiz Moreira de Carvalho e João Paulino Vieira Filho, em 1964.
Foto: Acervo família Moreira de Carvalho.

o irreverente Leon Peres soltou esta: “mas não vou perder tempo com lambari... quero falar mesmo é com os tubarões (...)”. “Lambari”, no caso, seria o Túlio, mas os esquematizadores da campanha de Luiz de Carvalho aproveitaram a deixa e fizeram desse inofensivo peixinho o seu símbolo. “Nós, os lambaris, os homens simples do povo, fomos insultados pelo Dr. Haroldo, mas vamos dar o troco nas urnas”.³

Victor Ivo Assmann, empresário que fora diretor e presidente da ACIM, foi o primeiro político a ser eleito para o cargo de vice-prefeito. Candidatos a prefeito e vice-prefeito concorriam independentemente e podiam ser eleitos mesmo não possuindo vínculo pela legenda partidária. Naquela eleição, a legenda vencedora conseguiu unidade.

1 Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

2 Neo Alves Martins, o outro deputado estadual eleito por Maringá em 1958, faleceu em 1962.

3 Entrevista de Antonio Augusto de Assis in DIAS, 2008, p. 77-78.

Os transmissores eram caros. Nos unimos e adquirimos os equipamentos para que pudéssemos receber sinal de Londrina. O sinal chegava muito mal, mas atingimos nosso objetivo.⁵⁸

Essa estratégia surtiu efeito em 1964, conforme contextualizado pelo historiador Arthur Andrade, que também faz um resgate da chegada do sinal de TV a Maringá:

Em nossa região, face ao seu vertiginoso progresso, não poderíamos deixar também de participar das discussões que giravam em torno da televisão e dos seus programas. Esta possibilidade surgiu de forma maravilhosa no dia 21 de setembro de 1963, quando era inaugurada em Londrina, a TV Coroados, canal 3, levando a sua imagem a milhares de lares norte-paranaenses. Em princípio, as transmissões não correspondiam plenamente, porquanto às vezes a imagem era totalmente distorcida. Mas essa fase foi superada, pois no ano seguinte, a citada emissora inaugurava uma repetidora na cidade de Marialva, a qual nos trazia imagem e som quase perfeitos. [...]⁵⁹

Na gestão de Manoel Pismel, Herbert Mayer, que é sócio-fundador e atuou como diretor por várias gestões da ACIM, foi formalmente conduzido à gerência da entidade. Desde a gestão de Emílio Germani ele ocupava a função, mas sem registro em carteira. Outra importante contratação da gestão foi Antônio Sérgio Gabriel, que entrou como secretário e chegou a gerenciar a entidade. Em 1975, o executivo, que se formara em Direito, foi para a Cooperativa Coamo, de Campo Mourão, onde, em 2015, ocupando a superintendência, completou 40 anos de empresa.

Durante reunião de diretoria no dia 4 de março de 1965, a Usina de Açúcar Santa Terezinha, empresa existente desde o final da década de 1940 e que havia produzido naquele mesmo ano mais de 42 mil sacos de açúcar,⁶⁰ foi aceita como sócia da ACIM. A família Meneguetti, sua proprietária,

se tornaria fundamental para as gestões futuras da entidade, conforme será relatado adiante. Naquela mesma reunião, a pedido da Prefeitura de Maringá, a Associação debateu questões relacionadas à industrialização local. Um dos focos foi a discussão de estratégias para divulgar a cidade junto aos mercados da média indústria de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Quanto à economia local, Manoel Mário de Araújo Pismel já previa dificuldades com as constantes superproduções de café e alertava para problemas mais profundos no caso de uma grande crise econômica se Maringá mantivesse a monocultura:

[...] já se falava em substituir as lavouras de café ou mesmo queimar café, (que estavam) nos armazéns do IBC [...]. A política do café não foi uma das mais felizes, porque deveria ter sido acelerada a industrialização do café solúvel. Londrina conseguiu consolidar sua posição e Maringá não conseguiu por falta de recursos e porque o projeto de Londrina era grande demais. Considerava-se que as terras do norte do Paraná não eram adequadas para o plantio de café por causa das geadas. Embora as terras fossem férteis, as variedades de café que existiam na época colocavam a produção de café em risco. O plano para a erradicação do café começou em 1965 e mudou completamente o perfil econômico da região. No lugar do café entrou o gado, em pequenas propriedades, depois entrou a soja [...]. Gerou um desemprego no campo e criou um êxodo e miséria nos grandes centros. Maringá recebeu um pouco os reflexos deste processo.⁶¹

Joaquim Dutra, que se tornaria presidente da ACIM anos mais tarde, concordou com Pismel:

[...] Esta troca da monocultura para a cultura geral, como foi o boi, levou à substituição do homem (no campo).

Uma vez disseram que o Aníbal Bianchini teria falado que “onde entra a pata do boi sai o homem”. Isto é uma verdade, mas não deve ser dita, senão desanima. [...]⁶²

58 Entrevista de Joaquim Dutra concedida ao Projeto ACIM Faz História, do Centro de Documentação Luiz Carlos Masson da Associação Comercial e Empresarial de Maringá.

59 ANDRADE, p. 185.

60 Ibid, p. 271.

61 Entrevista de Manoel Mário de Araújo Pismel concedida ao Projeto ACIM Faz História, do Centro de Documentação Luiz Carlos Masson da Associação Comercial e Empresarial de Maringá.

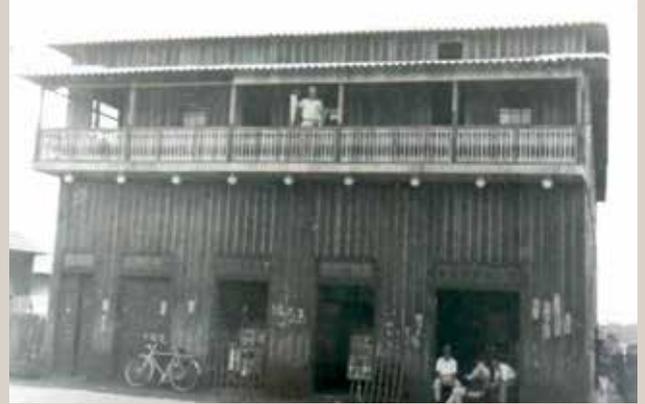
62 Entrevista de Joaquim Dutra concedida ao Projeto ACIM Faz História, do Centro de Documentação Luiz Carlos Masson da Associação Comercial e Empresarial de Maringá.

Cine Horizonte

Segundo Eduardo Del Grossi, filho do fundador, seu pai escolheu o nome para o cinema depois de subir em uma construção e lembrar que o tempo já fora medido pelo movimento do sol. “As pessoas que trabalhavam na lavoura não tinham relógio. Organizavam seu horário de acordo com o nascente e poente. É um espetáculo muito bonito. Ele (Antonio) quis marcar isso colocando o nome de horizonte no cinema.”

Em 1966, o Cine Horizonte ganhou nova casa. O cinema foi transferido para a Avenida Riachuelo, a alguns metros da primeira instalação. Ali funcionou até os anos 1990.

No final da década de 1960, Maringá contava com quatro grandes cinemas: Cine Maringá, com 1.600 poltronas; Cine Paraná, com 1.650 lugares; Cine Horizonte, com capacidade para 1.500 pessoas; e o Cine Plaza, com lotação para 1.000 espectadores.¹



Ainda localizada na Avenida Brasil, essa foi a primeira estrutura do Cine Horizonte, em fase final de sua construção, em 1950 – propriedade de Antonio Del Grossi. Na parte superior (sacada) está seu construtor, Waldemar Cambaroto. Um ano depois o cinema foi inaugurado e ficou naquele endereço até 1966.



Cine Horizonte, prédio de maior destaque à esquerda, na década de 1960, em seu auge.

¹ Anuário de Maringá, Ano VII, N° 7, 1969.

Era o início da implantação de novas prioridades econômicas, de estabelecer novos ciclos e oportunidades, evitando a monocultura. Mesmo assim, ainda era o café o maior ocupante das glebas rurais e seria necessário reduzir sua participação na economia, objetivo defendido não só pelo setor empresarial, mas também por vários representantes políticos. O economista Hélio Duque é enfático:

[...] em 1965 reiniciara-se a campanha de erradicação de cafeeiros, que teria seu ponto alto no ano de 1966, quando várias centenas de milhares de pés de café foram erradicados,

com o objetivo de diversificar a agricultura, bem como eliminar centenas de milhares de cafeeiros improdutivos por força da idade. Contudo, nessa fase de erradicação, em muitas regiões, sobretudo no norte do Paraná, erradicaram-se milhares de cafeeiros novos e de alta produtividade, procurando o lavrador unicamente fazer dinheiro; numa fase de crédito muito difícil.⁶³

⁶³ DUQUE, Hélio. *Esboço da economia cafeeira brasileira do pós-guerra a luta pela modernização da economia cafeeira*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, p. 64-65.

O historiador Arthur Andrade ressalva que o ato de “fazer dinheiro”, como mencionado acima por Hélio Duque, referia-se ao bônus pago pela agência do Banco do Brasil de Maringá de NCr\$ 0,50 para cada pé de café erradicado, com a justificativa da substituição deste por outro modo de produção, seja na pecuária ou na própria agricultura.⁶⁴

Mas, como vimos, Pismel defendeu que em Maringá “deveria ter sido acelerada a industrialização do café solúvel”. A comunidade bem que tentou, em 1967. Mas, infelizmente, eram dois grupos que buscavam o objetivo em frentes opostas. Membros da ACIM participaram de uma das organizações.

Um dos grupos era formado por Silvio Barros, Ovídio Luiz Franzoni, Francisco Antonio Maria Paólis, Lázaro Servo, Oracy Mota de Bem, Marcos Mauro Pena de Araújo Moreira, Jorge Santo, Murilo Carlos de A. Moreira, Francisco Sansone e Eduardo Luiz Sayão de Carvalho. Com NCr\$ 500 mil em ações subscritas, o grupo constituiu a Café Instantâneo Maringá S.A. (Cafemar), em 8 de agosto de 1967, durante reunião realizada no Edifício Três Marias.⁶⁵

O outro grupo se reuniu na Cia. Norpa Industrial em 30 de agosto daquele mesmo ano para constituir, com NCr\$ 250 mil, a Cia. Paranaense de Café Solúvel, composta por Ermelindo Bolfer, Waldemar Alegretti, Wilson Pulzatto, Paulo Okamoto, Said Felício Ferreira, Hiran Mora Castilho, Francisco Caponi de Mello, Wilson Saenz Surita, Pismel Maringá S.A., Cia de Automóveis e Máquinas Agrícolas do Norte do Paraná (AEMA), Agromotor Ivaí S.A., João Batista Gurgel Pismel, Manoel Mário de Araújo Pismel, Ubirajara de Araújo Pismel, Brasília José de Araújo Pismel, Maria Aparecida de Araújo Pismel, Fujiwara S.A. Agro Comercial, Shintaro Fujiwara, Tasuzo Fujiwara, Ainosuke Fujiwara, Cia. Norpa Industrial, Expresso Maringá S.A., Okamoto Kihito, Satyro Okamoto, Miyassaki S.A. Com. e Agrícola, Yoshio Miyasaki, Hajime Miyasaki, Sakae Miyasaki, Takayuki Mi-



O Jornal de Maringá, de 14 de janeiro de 1967, detalhou as ações do IBC para apresentar novas propostas de diversificação na área de Maringá e Cianorte.

yasaki, Takanori Miyasaki e Haruo Miyasaki.⁶⁶

Os dois grupos não tiveram sucesso na iniciativa. Por falta de documentos não há como saber os motivos.

Pismel encerrou seu ciclo à frente da ACIM, depois de duas gestões decisivas (1961-1962 e 1964-1966). Dado o empenho dos presidentes e diretores que o antecederam, e ao esforço de sua diretoria, antes de deixar a Associação, ele conseguiu inaugurar o prédio da sede própria em agosto de 1965.

64 ANDRADE, p. 200.

65 Ibid, p. 248.

66 Idem.

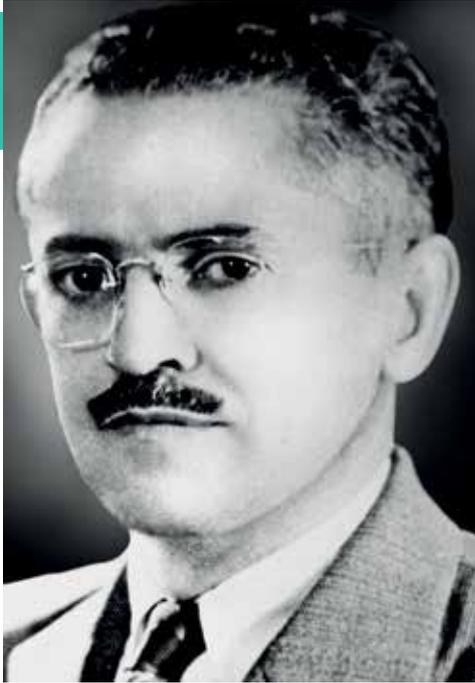


Foto: Centro de Documentação
Luiz Carlos Masson/ACIM.

João de Faria Pioli Gestão 1966-1968

- Presidente: João de Faria Pioli
- 1º Vice-presidente: Rodolfo Purpur
- 2º Vice-presidente: Gregório Korneiczuk
- 1º Secretário: Munefumi Matsubara
- 2º Secretário: Issao Hiratomi
- 2º Tesoureiro: Frederico F. Westphal Jr.
- Bibliotecário: Waldemar Alegretti
- Conselho Deliberativo: Noboru Okimoto, Emílio Germani, Shiuuzo Yugue, Venâncio Cajal, Fredevindo Marchiori, Edmundo Eidam e Brasil D'Ávila.
- Conselho Fiscal: Antonio Antunes Jr., Heitor Bolela e Jitsuji Fujiwara.
- Suplentes: Said Felício Ferreira e Domingos Lima Correia.

João de Faria Pioli foi esportista em Curitiba, sendo praticante de tiro ao alvo. Em agosto de 1932 tornou-se o primeiro presidente da Liga Curitybana de Esportes Athleticos e, em 1937, foi eleito vice-presidente da Federação Paranaense de Desportos. Em 1946 fez parte da comissão que recebeu as áreas territoriais que retornaram ao patrimônio do Paraná e que relacionou todos os bens móveis e imóveis pertencentes ao extinto Território Federal do Iguassú.

Pioli atuou por mais de 30 anos na Secretaria de Fazenda do Paraná. Quando se aposentou do serviço público tornou-se um dos sócios da Prosdócimo, tendo administrado a loja de Maringá por cerca de 10 anos. Faleceu na Capital paranaense em 13 de maio de 1967, exatamente um ano após ser eleito presidente da ACIM, cargo que deixou antes do final da gestão devido à necessidade de retornar a Curitiba.

Em 13 de maio de 1966, a única chapa apresentada para as eleições da nova gestão da, então, Associação Comercial e Industrial de Maringá foi eleita e empossada.

Em 30 de maio de 1966, Pioli deliberou junto à sua diretoria o apoio ao Sindicato dos Comerciantes para a criação de uma Junta de Conciliação em Maringá e em outubro daquele ano, cinco meses após sua posse, formalizou seu afastamento do cargo, devido à problemas de saúde. Retornando a Curitiba, ele viria a falecer um ano depois. Desse modo, por deliberações estatutárias, Rodolfo Purpur assumiu a presidência. Como primeira ação de sua gestão, o novo presidente sugeriu a criação de um grupo de estudos para avaliar a reforma tributária em curso, especialmente, no que tange ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICM).⁶⁷

⁶⁷ Criado pela Emenda Constitucional nº 18 de 1º de dezembro de 1965, que substituiu o Imposto sobre Vendas e Consignações (IVC), existente desde 1934.

Na segunda metade da década de 1960, Maringá se mostrava uma cidade completamente diferente. A verticalização se tornou inevitável e os problemas de uma jovem metrópole começaram a se agravar.



Espaço hoje ocupado pela Praça das Américas, no Conjunto Aeroporto. Na época, o bairro ainda era considerado Vila Operária. No topo superior esquerdo, os armazéns do Instituto Brasileiro de Café (IBC), inaugurados em 1960.

Avenida Brasil quase esquina com a Avenida Duque de Caxias, década de 1960. O primeiro prédio à direita era o Banco Noroeste do Estado de S. Paulo, inaugurado em junho de 1949; seguido do Palace Hotel, da família Planas, inaugurado em meados de 1953. Neste mesmo quarteirão ainda funcionaram, naquele período, os seguintes estabelecimentos: Banco Comercial de São Paulo, Pigalle Hotel, Relojoaria Onix, Pigalle Pizzas, Casa Nickel e o Rei do Fumo. Outro destaque da imagem são os veículos em trânsito ou estacionados. Vale ressaltar ainda que o tráfego era de "mão inglesa", ou seja, fluxo invertido em relação ao adotado atualmente.



Vista aérea de Maringá, em 1965. Destaque para a estação ferroviária e rodoviária, situadas à frente da Avenida Getúlio Vargas. Ao fundo, a Catedral ainda em construção. Fotos: Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá e Museu Bacía do Paraná (UEM).

Rodolfo Purpur

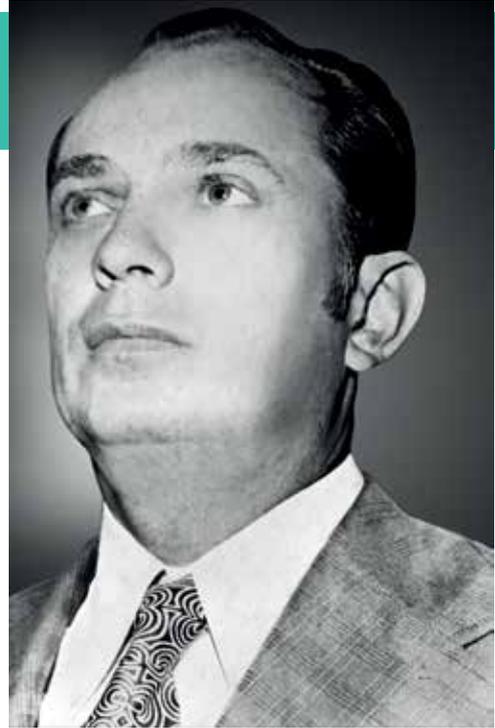


Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Natural de Andirá, Purpur trabalhou em São Paulo como funcionário do Cartório de Registro de Imóveis da Primeira Circunscrição, de propriedade de Gastão Vidigal, um dos diretores da CMNP. Apesar da coincidência, sua família não veio a Maringá por influência do diretor da colonizadora. Segundo ele, nessa época seu pai já estava na cidade, onde comprara um terreno à prestação. Purpur veio a Maringá pela primeira vez porque o pai parou de enviar correspondências e seus familiares se preocuparam:

[...] chovia tanto que para ele (o pai) sair da Moranqueira para ir ao centro mandar uma correspondência era um sacrifício danado. [...]

Fui para a casa do meu tio e no dia seguinte os meus primos, meu tio José Biegas e eu fomos até o sítio do meu pai. Eu nunca tinha visto meu pai barbudo.

Ele apontava para a saída de Astorga, na beira do rio Pirapó, próxima onde hoje é a estação de captação de água. Ele dizia: “Olha filho, essa mata não é verde, ela é azulada”. De fato, havia muita evaporação no final de tarde. O vapor subindo dava o

tom azul e o sol se pondo. Isto tenho fotografado pelo resto da vida.

Voltei para Andirá e mostrei para minha família que não tinha problema nenhum com meu pai. [...]¹

Depois de um tempo, Purpur entrou no Banco do Estado do Paraná e conseguiu transferência para Maringá. Com apenas 21 anos já assumira o cargo de gerente interino. Ficou até 1958 no banco. Apesar de uma oferta de Américo Marques Dias para trabalhar na Dias Martins, Purpur preferiu uma proposta dos Mommensohn, da Rede Catarinense. Em 1974, assumiria a reitoria da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Posteriormente, ainda ocupou o cargo de diretor do Banestado em Curitiba, onde ainda foi Procurador Geral do Tribunal de Contas do Paraná.

Rodolfo Purpur faleceria em junho de 2013.

¹ Entrevista de Rodolfo Purpur concedida ao Projeto ACIM Faz História, do Centro de Documentação Luiz Carlos Masson da Associação Comercial e Empresarial de Maringá.

Sobre essa substituição repentina na presidência da ACIM, Rodolfo Purpur revelou:

A minha vinda (para a ACIM) foi uma verdadeira conspiração. Me colocaram na vice-presidência porque, se fosse disputar a presidência, não iria ganhar [...] Ninguém me disse isto, mas eu senti que a coisa tinha sido articulada assim: “O João Pioli ganha a eleição, vai fazer o tratamento de saúde e o Rodolfo assume”. Disso eu não tenho dúvida.⁶⁸

Durante certo período, a ACIM foi a entidade representante do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (Iapi).⁶⁹ Era um serviço que remunerava a associação. Com o encerramento da parceria, em 23 de janeiro de 1967, Rodolfo Purpur ressaltava a necessidade da elevação no valor das mensalidades, de modo a manter os serviços aos associados.

Em setembro de 1967, a ACIM começou a discutir a possível parceria com o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), órgão sucessor do Iapi.

Foi por volta desse período que o empresariado maringaense também começou a sentir os reflexos da mudança radical do Código Tributário Nacional (CTN), que previa a substituição do Imposto de Venda e Consignação (IVC) pelo Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Produtos (ICM). Resultado de uma emenda constitucional de dezembro de 1965, o CTN era considerado um dos mais modernos sistemas tributários da época. Dois anos depois, o código teve mais de 10 artigos revogados e alterou as normas do ICM, atual ICMS, e do Imposto Sobre Serviços (ISS).



Prédio em construção do então Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), hoje Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Localizada na Avenida XV de novembro quase esquina com a Avenida Herval, a estrutura foi construída ao longo da segunda metade da década de 1960. Foi, até aquela época, uma das maiores contribuições do governo federal para Maringá.

Purpur revelou como a ACIM auxiliou seus associados e quais os impactos daquelas alterações:

Implantaram o ICM sem a estrutura, não havia guias para o recolhimento e nem livros de escrituração. Por isso a implantação foi um ato que pegou todo mundo de surpresa. Menos o Faria Pioli que já havia me alertado que haveria uma mudança. Também alertou para não fazermos estoque alto no final do ano, porque em janeiro não daria para transferir o estoque como crédito para as operações do ano seguinte. Só estas informações já nos valeram uma economia de alguns milhões, e o Pioli tinha estas informações. [...] A Associação Comercial teve a função de orientar os associados, por isso que minha diretoria contou com a presença de tantos contadores e especialistas em tributação.⁷⁰

⁶⁸ Entrevista de Rodolfo Purpur concedida ao Projeto ACIM Faz História, do Centro de Documentação Luiz Carlos Masson da Associação Comercial e Empresarial de Maringá.

⁶⁹ O Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI) foi criado em 1936 durante o Estado Novo e, após 1945, expandiu sua área de atuação, passando principalmente a financiar projetos de habitação popular em grandes regiões do país. O IAPI fundiu-se com institutos de outros segmentos da economia em 1966, formando o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

⁷⁰ Entrevista de Rodolfo Purpur concedida ao Projeto ACIM Faz História, do Centro de Documentação Luiz Carlos Masson da Associação Comercial e Empresarial de Maringá.

Criação da Câmara Júnior de Maringá (Cajumar)

Em janeiro de 1968, um grupo de jovens empresários, apoiados pela ACIM, começou a discutir a criação de uma Câmara Júnior, que seria formalizada no dia 21 de fevereiro daquele mesmo ano. Na primeira reunião ordinária, os “juniores” estruturaram comissões técnicas permanentes para atender às necessidades dos jovens empreendedores.

Em outubro de 1969, o presidente da Cajumar, Farid Curi, com apoio do diretor Rubens Ávila, sugeriu a criação de um clube de investimentos para os membros. Seria um tipo de sociedade informal com a finalidade de aplicar recursos próprios dos associados, destinados à formação de uma carteira comum de valores mobiliários. Na época, a cidade possuía apenas um clube similar, o Marinvest.

Em agosto do ano seguinte, a Cajumar lançou o CAJUVEST (Clube de Investimentos), tendo sido eleitos Rodolfo Purpur como presidente; Juarés Meister, como vice; Urbano Buchweitz para secretário; e Jefferson Alves Terra como tesoureiro.

A Cajumar foi a precursora do Conselho Permanente do Jovem Empresário de Maringá (Copejem), que seria criado décadas mais tarde, em 1990.

A partir de então, a Cajumar passou a desenvolver capacitações em parceria com o Senac, conforme se pode constatar nos registros abaixo, de 1969.

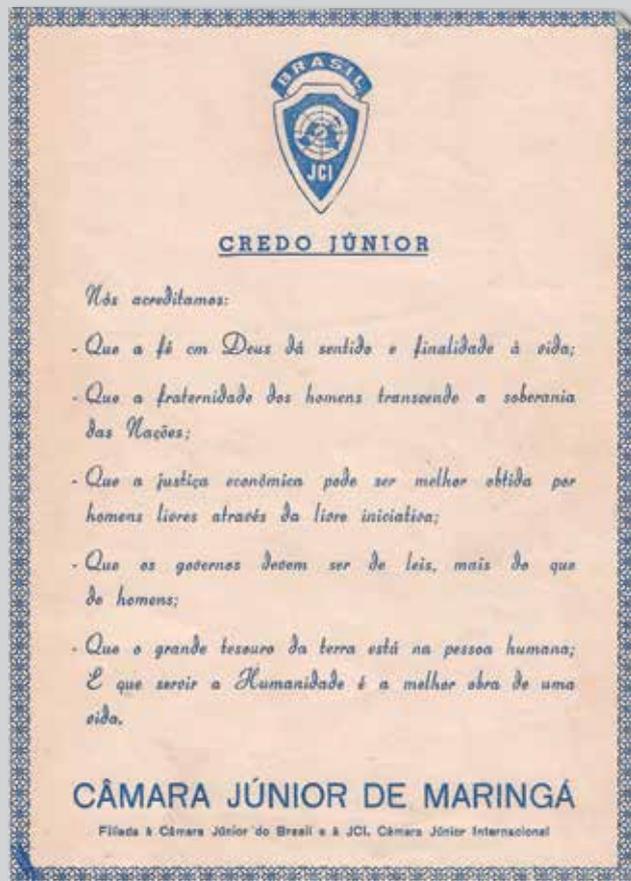


Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



Foto: O Jornal de Maringá, de 1º de agosto de 1969.



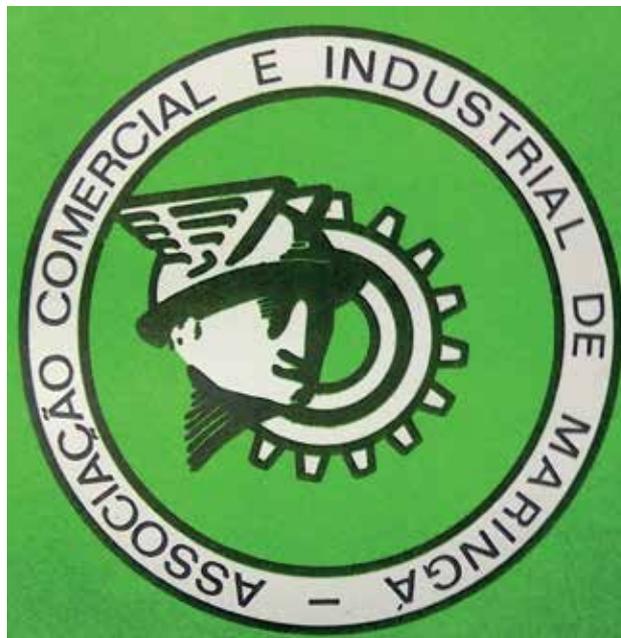
Foto: O Jornal de Maringá, de 27 de agosto de 1969.

Naquele momento turbulento de novo modelo de arrecadação tributária, a ACIM estabeleceu diálogo com o governo estadual de Paulo Cruz Pimentel a fim de obter prazo para adaptação ao novo sistema. Foi com essa ação de conciliação e defesa do comércio local que a entidade ganhou ainda mais respeito, conforme contou Purpur:

[...] as próprias receitas Federal e Estadual estavam despidas de qualquer informação, pois foram apanhadas de surpresa. Tanto é que nós, da ACIM, conhecíamos mais do que a administração fazendária. Nós íamos para os encontros com o pessoal da receita e tomávamos conta da reunião. Nós pedimos uma trégua principalmente para os pequenos comerciantes. Os comerciantes pequenos não davam importância para a Associação Comercial. Quando houve estas mudanças, e nós os chamamos para se associar, eles tomaram interesse.⁷¹

Na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 12 de fevereiro de 1968, a diretoria apresentou a proposta do emblema da Associação: um dístico, azul, tendo ao centro a figura de Mercúrio⁷² superposta a uma roda dentada, circundados pelo nome da entidade. O emblema passou a servir como timbre de todos os impressos e documentos oficiais até 1998. Já a bandeira da ACIM constituiu-se de tecido branco e verde, dividido em partes iguais no sentido horizontal, tendo ao centro o emblema oficial.

Naquela mesma AGE, ainda houve alterações no estatuto social, que passou a considerar a inclusão dos seguintes serviços para seus associados: estatística sobre a produção do município e da região; biblioteca de obras culturais e publicações especializadas em assuntos de ordem econômica, jurídica, fiscal e social; departamento jurídico, de legislação social, de legislação fiscal e de estudos e pesquisas econômicas; mostruário de produtos do município e da região; departamento de publicidade para edição de uma revista, um boletim ou um jornal periódico; e



Emblema original da ACIM – modelo que se manteve por anos. A imagem em destaque foi capa do Boletim Informativo da entidade veiculado em março de 1978, em função dos 25 anos de fundação.

serviço de proteção ao crédito (SPC).

Além disso, ficou estabelecido o período de dois anos para o mandato dos cargos eletivos, com direito à reeleição, com exceção do presidente. Membros da diretoria que se candidatassem ou fossem nomeados para cargos públicos deveriam se licenciar de seus respectivos postos na ACIM.

71 Entrevista de Rodolfo Purpur concedida ao Projeto ACIM Faz História, do Centro de Documentação Luiz Carlos Masson da Associação Comercial e Empresarial de Maringá.

72 Na mitologia romana, Mercúrio é considerado o deus da venda, lucro e comércio.

Purpur na política e na UEM

Com apoio dos companheiros da ACIM, Rodolfo Purpur foi convidado a participar das eleições de 15 de novembro de 1968 como candidato a vice-prefeito na chapa de João Paulino Vieira Filho. Eles foram derrotados pela composição do advogado Adriano José Valente. Sobre estes fatos, Purpur destaca:

O Ermelindo Bolfer, Emílio Germani e o Fujiwara – que era um grande articulador político, muitas das principais decisões políticas de Maringá eram tomadas na sala da casa dele... Foi este pessoal que me enfiou na vida política, além do Mário Pismel, outro grande responsável. Nós fizemos a campanha e perdemos a eleição.

[...]

[...] Ser diretor ou presidente da Associação Comercial ou de clube de futebol não elege ninguém.

[...]

A Associação Comercial sempre teve uma influência muito grande sobre o destino da cidade. Ela é a “alma gêmea” da municipalidade, dos destinos da cidade. Todas as discussões e decisões políticas eram discutidas aqui, se não na casa do senhor Jitsuji Fujiwara, onde tivemos discussões homéricas madrugadas adentro.

O empresariado se envolvia em discussões políticas, tanto que a minha candidatura a vice-prefeito surgiu desses debates. A Associação Comercial sempre esteve presente nestas discussões.¹

Na eleição de 1968, Adriano Valente saiu vitorioso pelo MDB, com 19.471 votos; em segundo, o promotor público João Paulino Vieira Filho, pela Arena I, fez 14.415; e, em último, o empresário do ramo de telecomunicações, Arđinal Ribas contabilizou 1.044, pela Arena II. Durante o pleito, Valente ficou conhecido como “pé de chinelo”, fato que ajudou a alavancar sua candidatura:

A certa altura, alguém da campanha de João Paulino disse que o Adriano era acompanhado de “pé de chinelo”, de bilheteiro, de gente pobre, de gente humilde. Houve um crescimento de imagem. Milhares de pés de chinelos apareceram em cartolina e em couro. Se instalou um símbolo do homem que vai perdendo tudo, roupa, calçado, e fica com o pé de chinelo. O pé de chinelo é uma coisa tão sumária que a pessoa está na escala da pobreza. Isso deve ter dado certa comoção.²

Purpur ainda entraria para a história da cidade na década seguinte, quando se tornaria o segundo reitor da recém constituída Universidade Estadual de Maringá (UEM), entre os anos de 1974 e 1978.



Adriano José Valente em seu gabinete, já como prefeito, em 1969. Foto: Anuário de Maringá de 1969.



Rodolfo Purpur como reitor da UEM, na década de 1970. Foto: Acervo UEM.

1 Entrevista de Rodolfo Purpur concedida ao Projeto ACIM Faz História, do Centro de Documentação Luiz Carlos Masson da Associação Comercial e Empresarial de Maringá.

2 Adriano José Valente em entrevista para a ACIM, em função a outorga máxima da entidade, Comenda Américo Marques Dias, em 2007.



Foto: Centro de Documentação
Luiz Carlos Masson/ACIM

Ermelindo Bolfer Gestão 1968-1970

- Presidente: Ermelindo Bolfer
- 1º Vice-presidente: Rubens Ávila
- 2º Vice-presidente: Oswaldo Chiuchetta
- 1º Secretário: Jefferson A. Terra
- 2º Secretário: Gastão Blanc
- 1º Tesoureiro: Antonio Guilherme Schreiner
- 2º Tesoureiro: Gogliardo Maragno
- Diretores Adjuntos: Amaury Meller e Shuhei Maruita.
- Conselho Deliberativo: Wilian Casteleins, Walter Steiner, Orlandir Urizi, Issao Hiratomi, Gumercindo A. Tozzo, Nelson Gulla, Tetsuo Nishiyama, José Gomes da Silva e Takeshi Okada.
- Conselho Fiscal: Shozu Arai, Frederico F. Westphal Jr., Joaquim Dutra
- Suplentes do Conselho Fiscal: Joaquim Moleirinho, Henrich Luelsdorf e Alcides Parizzoto.

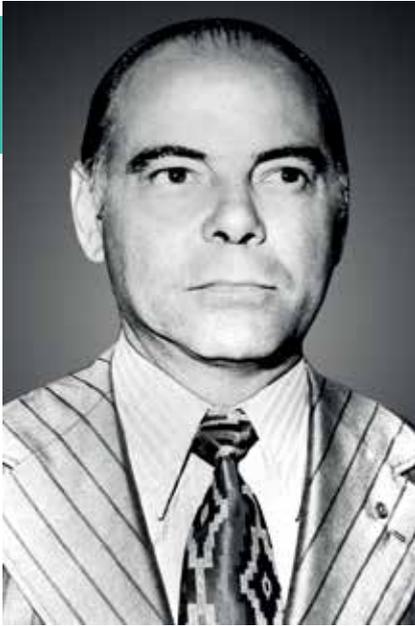
Quem retornou ao cargo de presidente da ACIM, depois de oito anos e com a bagagem de ter sido presidente da Co-demar durante a gestão de João Paulino Vieira Filho (1960-1964), foi Ermelindo Bolfer, em 15 de maio de 1968.

A “Chapa Democrática” (única) obteve 29 dos 34 votos daquela eleição para a gestão de 1º de junho de 1968 a 31 de dezembro de 1969.

Essa nova composição se reuniu em 8 de junho de 1968 para debater a atuação de uma fiscalização volante da Secretaria de Estado da Fazenda que pressionava os pequenos comerciantes de Maringá. Herbert Mayer foi designado a discutir o assunto diretamente com o secretário da pasta, em Curitiba.

Ainda naquele mês, a diretoria deliberaria pela constituição de uma Câmara Comercial e Industrial de Maringá, por sugestão de Manoel Mário de Araújo Pismel. A Cacim, como ficou conhecida, foi agregada como um departamento e tinha o objetivo de avaliar a composição de preços das mercadorias comercializadas em Maringá.

Em reunião de diretoria de 27 de novembro de 1968, Ermelindo Bolfer informou que, por questões profissionais, teria que se mudar para Curitiba. Ele e o vice-presidente, Rubens Ávila, renunciaram ao cargo. Naquele encontro, por unanimidade, Joaquim Dutra foi conduzido à presidência, tendo como vice Manoel Mário de Araújo Pismel.



Joaquim Dutra

Foto: Centro de Documentação
Luiz Carlos Masson/ACIM

Proveniente de São Paulo, capital, onde se formou em Contabilidade, Dutra chegou a Maringá em 1950, como ele mesmo destacou:

Eu tinha o espírito aventureiro e acompanhei meu pai, que ouvia falar muito da terra roxa do norte do Paraná e veio dar uma olhada. Foi amor à primeira vista e decidimos ficar. Meu pai montou um hotel próximo à estação ferroviária e eu, com 21 anos, fiquei trabalhando com ele. [...] ⁷³

Ao lado de Samuel Silveira, trabalhou na Rádio Cultura de Maringá como locutor e, depois, tornou-se sócio do empreendimento. Foi contratado de forma inusitada:

Um dia, passando na Avenida Herval, [...] eu ouvi a voz de um radialista dizendo que precisava de um locutor. Ao ouvir a mensagem, eu pensei: “Precisa Mesmo”. O locutor era o Thomas Negreiro, foi gerente de banco e estava cansado de ser locutor, precisava ser substituído.

Eu resolvi fazer um teste, foi engraçado, porque eu fui

mal e vi que o Samuel (Silveira) me olhou com uma cara estranha, me justifiquei que nunca tinha feito aquilo antes, e que se reprovasse não haveria problemas. Quando eu já estava saindo, ele olhou para mim e me perguntou quando eu podia começar. Disse que era ele quem sabia. Então ele pediu para começar naquela hora.

Assim entrei na vida do rádio, de brincadeira, e gostei de ser locutor. Acabei ficando conhecido na cidade. Depois a rádio construiu um prédio, com auditório e passei a ser gerente. Eu tinha um bom grau de instrução, já era contador, inclusive o Samuel me deu uma parte na sociedade. ⁷⁴

Dutra ainda dirigiu por um período a Folha do Norte do Paraná, impresso criado por Dom Jaime Luiz Coelho no início da década de 1960; com um grupo de sócios, fundou o principal jornal da região, O Diário do Norte do Paraná, em 1974; um ano depois, com mais um grupo de investidores, iniciou as atividades da TV Cultura, retransmissora da Rede Globo.

Joaquim Dutra faleceu em 2015.

⁷³ DE CARVALHO, Luiz. Joaquim Dutra, o Roberto Marinho de Maringá. Artigo on-line: <http://blogs.odiarario.com/luizdecarvalho/2011/06/15/joaquim-dutra-o-roberto-marinho-de-maringa/> - visitado em 14 de setembro de 2015, às 21h08.

⁷⁴ Entrevista de Joaquim Dutra ao Projeto ACIM Faz História, do Centro de Documentação Luiz Carlos Masson da Associação Comercial e Empresarial de Maringá.

Em 21 de fevereiro de 1969, a nova diretoria alterou a periodicidade das reuniões que passariam a ser realizadas mensalmente. Naquele dia, a ACIM indicou um membro de sua diretoria para compor o grupo de trabalho que estava auxiliando a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social a criar o Serviço de Obras Sociais (SOS).⁷⁵ A entidade foi criada para ajudar boa parcela da população, conforme o historiador Arthur Andrade destacou em sua publicação da década de 1970:

Maringá, por se constituir numa pujante cidade, próspera e de avassalador progresso, oferece aos olhos dos que aqui aportam uma esperança de dias melhores. Mas infelizmente não estão preparados para enfrentar o seu mercado de trabalho que exige uma qualificação melhor.

O que se observa é a mendicância em grande escala, onde os poderes públicos não conseguem extirpar esse mal ou pelo menos dar-lhe uma solução imediata. [...] Tentando minorar o sofrimento daqueles que aportam em Maringá, criou-se [...] o Serviço de Obras Sociais - SOS - que dentro do possível tudo tem feito para atender os migrantes vindos de todos os quadrantes do Brasil [...]⁷⁶

Em 29 de outubro de 1969, a ACIM concede reajuste salarial aos funcionários. A título de curiosidade, a folha de pagamento da entidade era composta da seguinte forma: Herbert Mayer - NCr\$ 1.325,00; Antonio Sérgio Gabriel - NCr\$ 562,00; Lucinda Fernandes Ramos - NCr\$ 375,00; Elvio Regonato - NCr\$ 160,00; Nelson de Oliveira - NCr\$ 106,20; e Osvaldo José Germino - NCr\$ 106,20. Só para um comparativo, a média do salário mínimo de maio de 1969 era de NCr\$ 156,00,77 podendo variar a partir das regiões, conforme Decreto nº 64.442/1969.

75 O Serviço de Obras Sociais de Maringá foi fundado em 25 de fevereiro de 1969, em reunião pública realizada na Biblioteca Municipal de Maringá, promovida pela primeira dama, Purificação de Jesus Valente, com a presença de várias senhoras da sociedade local, com a finalidade primordial de proporcionar assistência às famílias maringaenses carentes.

76 ANDRADE, p. 203.

77 PAIM, Paulo. **Salário Mínimo: uma história de luta**. Senado Federal: Brasília, 2005, p. 28.

Ainda, em outubro de 1969, a diretoria de Joaquim Dutra aprovou a incorporação do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) à estrutura administrativa da Associação. Lembrando que até então, o SPC, apesar de controlado pela ACIM, mantinha estatuto social, regimento interno e diretorias independentes.

Mesmo com dificuldades resultantes das alterações no sistema de tributação do país e do estado do Paraná, Maringá encerrou o ciclo dos anos de 1960 com dados de grande relevância.

Quanto aos habitantes, em 1960 os municípios que apresentavam maior densidade demográfica eram Araçongas (107,2 hab/km²) seguido por Maringá (102,8 hab/km²).⁷⁸

Segundo o Anuário de Maringá de 1969, editado sob a coordenação de Antenor Sanches, a comarca apresentou uma estimativa de 150 mil habitantes. Somente o município contabilizava 110 mil moradores, o terceiro mais populoso no Paraná.

[...] o Censo Demográfico do Paraná mostra na área da Companhia um total de 27 municípios, com uma população de 881.306 habitantes, sendo 272.394 na zona urbana (30,9%) e 608.912 (69,1%) na zona rural.⁷⁹

Ao contrário do estado, Maringá priorizou investimentos no meio urbano e, com isso, sua composição demográfica apresentava, no final dos anos 1960, um número maior de pessoas na cidade. Mesmo assim, os dados da produção da agricultura e pecuária eram significativos: em 1968 foram comercializados NCr\$ 607.385,00 de algodão; NCr\$ 399.840,00 em arroz; NCr\$ 951.600,00 em feijão; NCr\$ 891.000,00 em milho; o café, mesmo perdendo espaço para outras culturas, ainda tinha o maior peso na balança comercial do município, com comercialização total de NCr\$ 19.800.000,00.⁸⁰

Devido à sua localização geográfica, Maringá se transformou em um grande escoadouro da produção da região. Para se ter ideia, na esfera

78 LUZ, p. 48.

79 LUZ, p. 45.

80 Ibid.

estadual a partir de seu território, foram movimentados NCr\$ 61.602.736,00 somente em 1968, por meio do despacho de café, milho, feijão, hortelã, soja, algodão, mamona, amendoim, arroz e girassol. Nesse mesmo ano, a pecuária contabilizou 45 mil abates de bovinos e pouco mais de 44 mil de suínos.⁸¹

A indústria também se mostrou promissora na época, com a produção de 4.750.000 toneladas de leite; 113.150 quilos de queijo; e 30 mil quilos de manteiga; totalizando a movimentação de NCr\$ 1.331.300,00 somente em 1968.⁸² E naquele mesmo ano, o Anuário de Maringá indicou a existência de 287 indústrias em atividade nos segmentos de produtos derivados de carne, bebidas alcoólicas e refrigerantes, móveis de madeira, tubulares, de café, soja, algodão, óleo, amendoim, bombas de água, sorvetes, sabão, vassouras, malas, fundição de ferro, artefatos de cimento, tacos, meios fios, cerâmicas, olarias, usina de açúcar, calçados, guarda-chuvas, laminados de madeira e vários outros.

O comércio não estava atrás, do varejista ao atacadista. Eram mais de 3 mil estabelecimentos espalhados por todas as regiões, tendo maior destaque para os produtos de gênero alimentícios (656), seguido das lojas de vestuário (162), das oleaginosas e cereais (74), peças e acessórios (63), ferragens e materiais de construção (60), farmácias (39), móveis e artigos domésticos (32), postos de combustíveis (30), veículos e máquinas agrícolas (21), livrarias e papelarias (16), adubos e inseticidas (9), cooperativas (5), supermercados (3) e outros (1.868). Desse total, 779 eram varejistas (25,61%); 131 atacadistas (4,3%); e 2.131 de composição mista (70,07%).

Não era à toa que a estação ferroviária de Maringá foi a que mais arrecadou em 1968 ao longo de toda a malha administrada pela Rede Viação Ferroviária São Paulo-Paraná. Com NCr\$ 3.848.295,28, superou com larga margem a segunda colocada daquele ano, a estação ferroviária de Paranaguá, que atingira NCr\$ 2.460.019,81.

Além de diversos grãos, no período, a cidade ficou conhecida como maior centro de exportação de milho do Paraná:

[...] dados estatísticos fornecidos (pela Central de Classificação), davam conta de que o estado do Paraná havia atingido a fabulosa soma de 500 mil toneladas de milho exportadas através do Porto de Paranaguá. [...] Ressalta-se que [...], Maringá contribuiu com nada mais, nada menos do que 141.196.205 quilos, que representa mais de 28% do total exportado.⁸³

Essa expressão econômica teve impacto direto na ampliação da movimentação bancária em Maringá. Até 31 de dezembro de 1968, os 22 bancos, até então em funcionamento, contabilizaram NCr\$ 45.510.936,00 em empréstimos e NCr\$ 42.503.396,00 em depósitos.

As arrecadações de tributos fecharam aquele mesmo ano da seguinte forma: NCr\$ 8.437.337,91 pela municipalidade; NCr\$ 19.218.282,87 junto aos cofres do estado; e NCr\$ 4.521.166,58 para o governo federal, totalizando o valor de NCr\$ 32.176.787,38 em arrecadações por Maringá. Ou seja, NCr\$ 205,44 por habitante.

Em 1967, as ligações elétricas foram distribuídas da seguinte forma: residenciais, 9.591; comerciais, 2.279; industriais, 95; poder público, 91; zona rural, 42; e iluminação pública, 1 (total de 12.099). A cidade somou um consumo de 41.313.036 KWh.

O ano de 1968 apresentou o seguinte saldo de veículos licenciados: 282 coletivos; 120 táxis; 1.443 caminhões; 485 de composição mista; e 4.070 automóveis; totalizando 6.400 novos veículos pelas ruas de cidade.

Na década de 1960, a estação ferroviária contabilizou 12 mil passageiros/mês e a movimentação de 33 mil toneladas de mercadorias. No mesmo período, o sistema aeroviário somou 1,7 mil usuários ao mês, com 14 toneladas de itens transportados.

Entre 1960 e 1969, a administração pública local aprovou 10.343 projetos para obras em alvenaria e madeira, o que totalizou 1.094.762,14

81 LUZ, p. 45.

82 Idem.

83 Anuário de Maringá, Ano VII, N° 7, 1969.

m² de construções pelo território de Maringá.⁸⁴

Na década de 1960, Maringá se firmou como núcleo urbano e polarizador dos territórios norte e noroeste do estado. No campo político, especialmente no início daquele período, o Poder Executivo se legitimou e teve condições de avanços significativos para suprir grande parte das necessidades básicas da população.

No campo econômico, mesmo com as geadas e as consequentes superproduções cafeeiras, os índices apresentaram crescimentos constantes e com impactos diretos no desenvolvimento de novos serviços e produtos. Maringá, enfim, havia deixado de ser a “boca de sertão”,⁸⁵ e a ACIM teve participação efetiva neste processo.

Universidade Estadual de Maringá



Foto: Acervo UEM.

Paulo Cruz Pimentel (de óculos), então governador do Paraná; Adriano José Valente, como prefeito de Maringá; e o secretário municipal de Educação e Cultura, Renato Bernardi, durante apresentação do projeto de criação da futura



84 ANDRADE, p. 181.

85 LUZ, 1997, p. 9.

Universidade Estadual de Maringá (UEM), em 1969. Várias outras autoridades ainda participaram desse processo, como Dom Jaime Luiz Coelho. O advogado Horácio Raccanello Filho, que lecionou no curso de Direito da instituição apontou que:

[...] a cidade, que se preocupava antes única e exclusivamente com problemas puramente econômico-financeiros, passou a dedicar uma atenção maior à cultura. A UEM veio modificar por completo o panorama cultural da cidade, permitindo o surgimento de quase que uma nova geração, profundamente preocupada com problemas culturais [...]. Inúmeras famílias residentes na região, fixaram-se em Maringá para facilitar o desenvolvimento normal e natural do estudo de seus filhos. Com a fixação dessas novas famílias, o comércio evoluiu e houve também o surgimento de novas indústrias [...].¹

Até esse ano, o ensino superior maringaense era atendido por três estabelecimentos vinculados ao estado: Faculdade Estadual de Ciências Econômicas, criada em 1959; Faculdade Estadual de Direito, criada em 1966; e a Fundação

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, também criada naquele mesmo ano. Ao todo, essas faculdades ofereciam sete cursos: Ciências Econômicas, Direito, História, Geografia, Ciências do 1º Grau, Letras Anglo-Portuguesas e Letras Franco-Portuguesas.

A Lei nº 6.034, de 6 de novembro de 1969, autorizou a criação da Universidade Estadual de Maringá, agregando a ela as faculdades já existentes. Adriano Valente ressaltou como ocorreu aquela articulação:

Fizemos uma pesquisa em 90 municípios a fim de que fosse apresentada ao governador a possibilidade de ser criada a universidade na cidade de Maringá. Porque a ideia geral era criar uma universidade em Apucarana (...). Mas, conversando com o Paulo Pimentel, nós o convencemos que Maringá era realmente a cidade polo e a prefeitura se comprometeria a fazer a parte que lhe coubesse nesse grande empreendimento cultural, tecnológico e científico.²

1 Entrevista de Horácio Raccanello Filho ao historiador Arthur Andrade in ANDRADE, p. 213.

2 Adriano José Valente em entrevista para a ACIM, em função da outorga máxima da entidade, Comenda Américo Marques Dias, em 2007.



A ACIM e o futebol maringense

Com tamanha movimentação urbana, a cidade contava com onze clubes sociais, sendo alguns deles: Aeroclube de Maringá, Maringá Clube, Country Clube, Clube Hípico, Clube Olímpico, Maringá Boliche Clube e Vale Azul late Clube. Além disso, Maringá já dispunha de um moderno estádio municipal, com arquibancadas de concreto e sistema de drenagem em seu gramado. Foi nesse campo que o Grêmio Esportivo Maringá, fundado em 1961, sagrou-se tricampeão norte-paraense (1963, 1964

e 1965); bicampeão estadual em 1963 e 1964; além de enfrentar e vencer a seleção da União Soviética e o Rapid de Viena, em 1966. O Grêmio ainda foi campeão do Torneio Centro-Sul de 1968, o que credenciou a equipe para disputar o título brasileiro. Após vencer duas vezes o Sport Recife, o time foi à final contra o então poderoso Santos Futebol Clube, tendo empatado dois jogos, provocando uma terceira partida que nunca aconteceu. O Santos alegou falta de agenda.



Parte dos jogadores, equipe técnica e diretoria do saudoso Grêmio Esportivo Maringá da década de 1960. Foto: Acervo Maringá Histórica.

Em fevereiro de 1969, a ACIM divulgou notas em jornais onde incentivava os empresários a se associar ao Grêmio. As razões para o pedido são, no mínimo, curiosas. O texto lembra que os torcedores vão ao estádio e descarregam as tensões, o que “no estudo da psicologia das massas é visto como fator de grande influência benéfica que incide diretamente na produção do trabalho”.



O Jornal de Maringá, 13 de fevereiro de 1966.



O Jornal de Maringá, 21 de fevereiro de 1969.

ACIM-Grêmio

Muito se tem falado a respeito da necessidade ou não da existência do time de futebol profissional para uma cidade.

Não queremos entrar no mérito quanto ao aspecto desportivo da questão. Contudo, deve-se lembrar que, ao par das competições em si e da publicidade positiva que se verifica em torno da comuna, a cada peleja realizada, ocorre um fenômeno dos mais interessantes nas hostes torcedoras. É a chamada "descarga de tensões" que no estudo da psicologia das massas é visto como fator de grande influência benéfica que incide diretamente na produção do trabalho.

É sabido que o futebol, no Brasil, é o esporte das massas. E, como tal, carreia para si considerável parte das atenções do nosso povo, que se entusiasma, que discute, que fala, que torce o que briga. Que xinga os familiares do juiz e até o preparador físico entra na dança, quando ele, o torcedor, não descarregou ainda a sua bilis com um hemérico "pê-dô-ovido" no torcedor ao lado.

Não precisa nem que este seja do contra; qualquer motivo é motivo.

O estado de espírito do torcedor no estádio isto é inegável, reflete sempre as atribuições vividas durante a semana na sua vida doméstica, escolar, e, especialmente, nas suas relações profissionais, detalhe este que nos interessa sobremaneira.

A sua agressividade contra os circunstantes e os futebolistas em campo, é sem dúvida uma fuga para as atribuições semanais.

Ao final do jogo, quando o aficionado deixa o estádio, vai tranquilo.

Desabafou durante o encontro, todos os seus problemas.

Volta para casa leve como uma pluma. Regressa satisfeito consigo mesmo ter exercido um direito; o direito e a obrigação do desabafo.

E em que resulta tudo isto?

Resulta, entre outras coisas, numa muito especial: na maior produtividade do trabalhador nos próximos dias.

O torcedor, na segunda-feira, tem as suas energias completamente recuperadas. Está calmo com a "descarga" permitida pelo futebol na tarde ou na noite anterior. Sente-se realizado com a sua atuação no estádio e está recuperado daquele estado de tensão nervosa que ataca a todo mundo, sem exceção e que provoca a queda da produção, fantasma de todas as empresas.

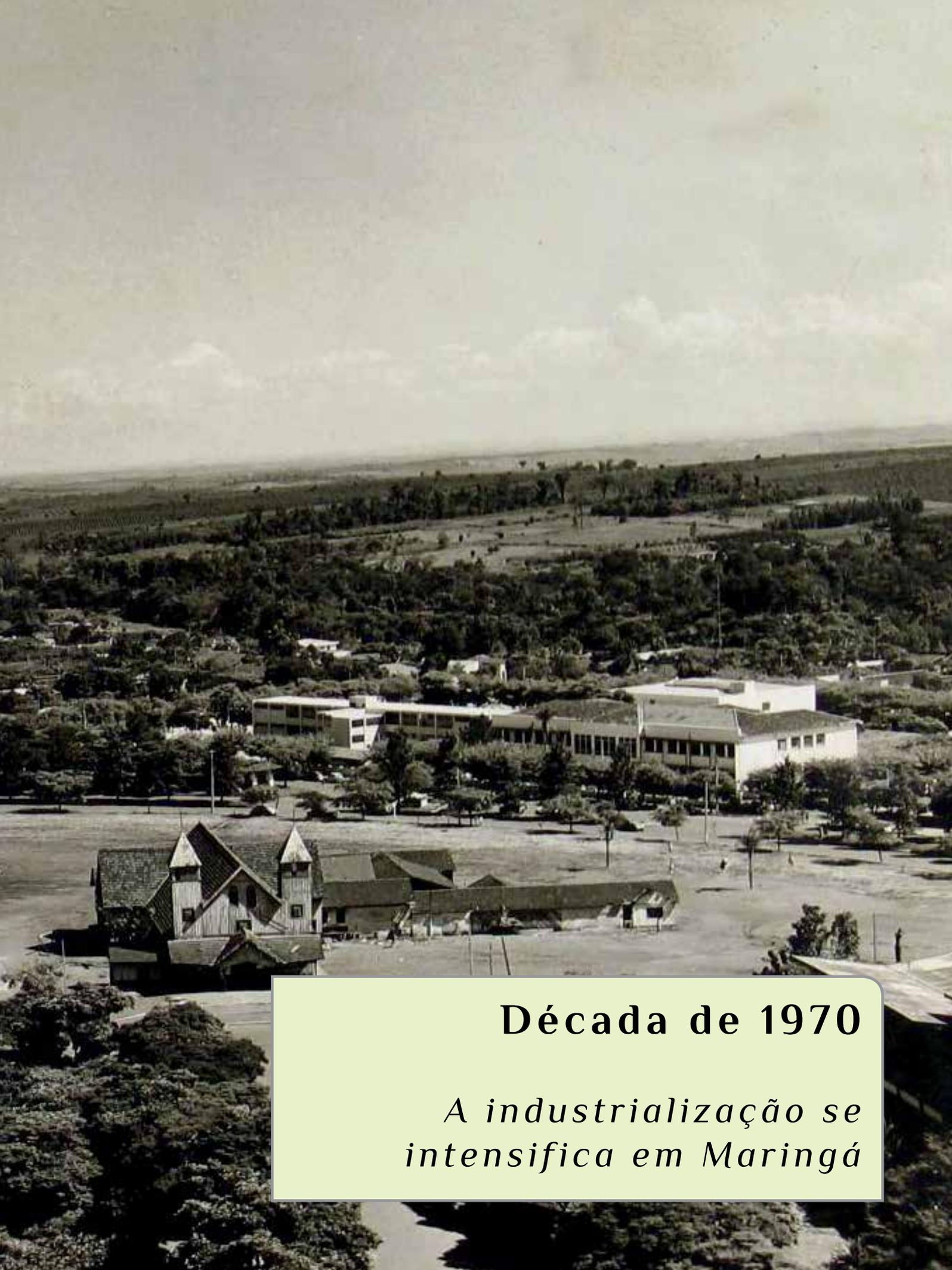
Eis então uma boa razão para se amparar um time profissional.

E nós em Maringá temos um. Um dos bous do Estado e que tantas glórias, e desabafos já deu aos nossos torcedores e aficionados.

Parece-nos importante que o apolemós pois que, apoiando-o, nós estaremos, de uma maneira ou de outra, auferindo vantagens em favor de nossa cidade com a sua divulgação, com o nosso povo que terá um pouco mais de diversão e, finalmente, conosco mesmos que teremos os nossos colaboradores e funcionários mais produtivos. Por isto é que sentimos uma certa afinidade entre ACIM e GRÊMIO. Vamos pois todos os associados da ACIM, associarmos-nos ao GRÊMIO.

O Jornal de Maringá, 29 de março de 1969.





Década de 1970

A industrialização se intensifica em Maringá



Vista aérea do centro de Maringá na década de 1970. Foto: Museu Bacia do Paraná/UEM.

Maringá apresentou duas fases distintas de desenvolvimento nos primeiros anos de existência: a primeira, com a fixação do projeto urbano, prosseguiu até meados de 1953; a segunda foi a de adensamento populacional e conseqüente elevação na venda dos lotes da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), que seguiu até por volta de 1963. A partir da década de 1970, a cidade foi marcada por transformações significativas que tiveram como resultado a implantação de um parque industrial e a abertura de fronteiras para novos conjuntos habitacionais planejados para suprir a demanda de ocupação no meio urbano.¹

Parte desse processo de industrialização teve início ainda nos anos 1960, com o programa de substituição da monocultura estabelecido pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC), que se desdobraria com incentivos para a produção da soja e do trigo. Além disso, outras empresas já atuavam com processos industrializados na região, como foram os casos da Sanbra, da Norpa e da Germani, só para citar algumas.

Com esse movimento, alinhado ao desempenho da economia urbana, a agricultura sofreu modernizações, o que gerou impactos na transformação de alimentos. Fato corroborado pelo desempenho dos setores secundário e terciário, conforme destaca o historiador Reginaldo Dias:

Foram introduzidas, por exemplo, indústrias de refinamento de óleo de soja, milho, amendoim, mamona e de produção de alimentos baseados no trigo e no açúcar, assim como frigoríficos e laticínios, uma vez que a pecuária também tinha uma relativa influência na economia regional.²

No vórtice desse novo cenário de desenvolvimento local, a cidade, bem como boa parte do Brasil, foi atingida por uma das piores intempéries climáticas já registradas no século passado. A geada negra (1975) devastou as plantações de café do Paraná. O então funcionário do IBC e engenheiro agrônomo, Francisco Barbosa Lima, registrou que, um dia antes da geada, as temperaturas chegaram a -9°C na relva. Para os profissionais e cafeicultores foi um drama sem precedentes.³

1 VERCEZI, Jaqueline Telma. **Gênese e evolução da Região Metropolitana de Maringá**. Dissertação de Mestrado elaborada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental, para a obtenção do Título de Mestre em Geografia. UNESP, Faculdade de Ciências Tecnologia, Presidente Prudente, 2001.

2 DIAS, Reginaldo Benedito. **Sob o signo da revolução brasileira: a experiência da Ação Popular no Paraná**. EDUEM: Maringá, 2003.

3 G1 Norte e Noroeste / RPC - <http://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2015/07/geada-negra-que-destruiu-pes-de-cafe-no-parana-completa-40-anos.html> - visitado em 6 de outubro de 2015, às 20h11.

Maringá ganha traços de uma jovem metrópole



Sob ângulos diferentes, destaques para a Avenida Getúlio Vargas em 1972.



Registro da Avenida Brasil, início da década de 1970. Fotos: Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.

Na década anterior, o Paraná registrou 1,8 milhão de hectares de pés de café, com média de 20 milhões de sacas colhidas. Simultaneamente, o governo federal lançou um programa de erradicação de café e de variação de culturas. Mesmo assim, o estado ainda manteve, no início dos anos 1970, grande participação na produção nacional do grão. O que mudou este quadro de forma mais radical, e acelerou o processo, foi a geada negra. Após a intempérie, o IBC estimou que o território paranaense sofreria a erradicação de 300 mil hectares.⁴ Entretanto, os impactos foram ainda mais significativos.

4 G1 Norte e Noroeste / RPC - <http://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2015/07/geada-negra-que-destruiu-pes-de-cafe-no-parana-completa-40-anos.html> - visitado em 6 de outubro de 2015, às 20h11.

Em 1975, a safra paranaense – colhida antes de julho – contabilizou 10,2 milhões de sacas de café, 48% de toda a produção nacional. Em 1976, já com os reflexos negativos da geada negra, a produção cafeeira somou meros 3,8 mil sacas, somente 0,1% de sua representação nacional. Para piorar, nenhum grão foi exportado devido à baixa qualidade. Diante dos impactos econômicos, o governador Jayme Canet Jr. anunciou a redução de 20% do orçamento do governo do Paraná, prevendo um período longo para a recuperação.⁵

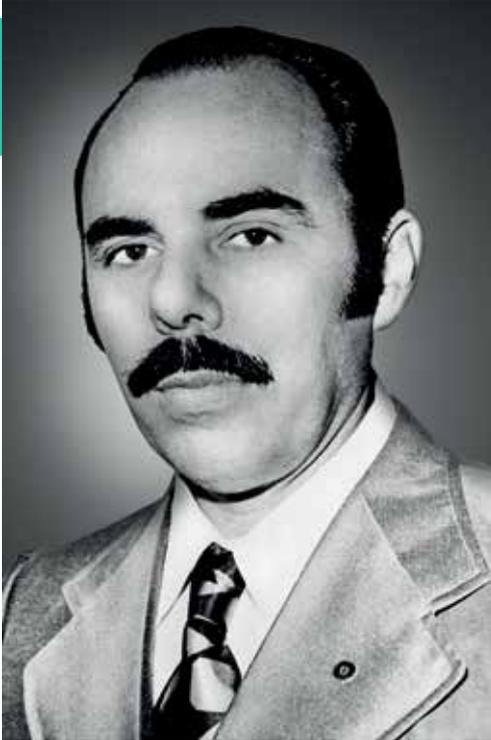
Com esse revés econômico, foi inevitável que se acentuasse o êxodo para as cidades. Naquele momento, boa parte das regiões em franco desenvolvimento teve de abrigar milhares de lavradores e colonos que, em sua maioria, foram se instalando nas periferias dos centros urbanos. Alguns pesquisadores apontam que os reflexos da geada negra no interior do Paraná teriam intensificado o surgimento do embrião do Movimento Sem Terra (MST).⁶

O impacto da geada só não foi maior por arranjos diversos. Maringá já vinha defendendo a variação de culturas. As geadas anteriores serviram de alerta para que se implantasse a diversificação nas lavouras. A ACIM, como destacado em páginas anteriores, foi uma das defensoras dessa tese, ora abraçada por gestores públicos, ora não recebendo a devida atenção.

Maringá, ao contrário de outras localidades, conseguiria ampliar a geração de novas modalidades de renda. Tendo como desfecho, inclusive, a realização de um grande seminário sobre industrialização organizado pela ACIM, que contou com a presença do governador do Paraná entre outras autoridades e técnicos.

5 Revista Cafeicultura. Especial: 35 anos da geada de 1975. 17 de julho de 2010.

6 Segundo a história oficial do MST, “Em 1984, os trabalhadores rurais que protagonizavam essas lutas pela democracia da terra e da sociedade se convergem no 1º Encontro Nacional, em Cascavel, no Paraná. Ali, decidem fundar um movimento camponês nacional, o MST, com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país”. - <http://www.mst.org.br/nossa-historia/84-86>, visitado em 19 de outubro de 2015 às 20h06.



Ubirajara de Araújo Pismel Gestão 1970-1972

- Presidente: Ubirajara de Araújo Pismel
- 1º Vice-presidente: Edson Cantadori
- 2º Vice-presidente: José Geraldo C. Moreira
- 1º Secretário: Walter Karlos Steiner
- 2º Secretário: Luiz Yoshiaki Ashiro
- 1º Tesoureiro: Antonio Guilherme Schreiner
- 2º Tesoureiro: Takahino Nakatami
- Diretores adjuntos: Júlio Alberto Fuganti e Satiro Okamoto
- Conselho Deliberativo: Mário Bulhões da Fonseca, João de Oliveira, Francisco Feio Ribeiro, Hatsutaru Suzuki, Pedro Granado Martines, Antonio Augusto de Assis, Gustavo Benedito Braga, Aristides Romão e Gogliardo Maragno, que se tornaria presidente desse conselho, em 27 de maio de 1971.
- Conselho Fiscal: Joaquim Duarte Moleirinho, João Preis e Gregório Korneiczuk.
- Membros suplentes do Conselho Fiscal: Durval Francisco dos Santos, Luiz Júlio Bertin e João Castelo Neto.

Irmão de Manoel Mário de Araújo Pismel, Ubirajara de Araújo Pismel nasceu em Curitiba e chegou a Maringá em 1958, quando seu pai instalou uma agência da Ford na cidade (Pismel Maringá).

A família Pismel veio para Maringá depois de ter passado por Londrina. O motivo é revelado pelo próprio Ubirajara:

Nós chegamos a Londrina em junho de 1936. [...]. Tínhamos contato constante com a Companhia de Terras Norte do Paraná, pela própria natureza de nosso negócio. Afinal, ela era cliente. Quando tínhamos informações dos cadastros da Companhia, íamos procurar a clientela nos cafezais, nas estradinhas daquele tempo.

Quando trabalhávamos em Londrina, eu frequentava constantemente a região de Maringá, entre 1951 e 1958. Viajava fazendo a cobrança das vendas. Me embrenhava pelo sertão para achar o comprador.

Maringá tinha mais solidez de mercado. Eu achava que tinha mais perspectiva que Londrina. Onde,

quem tinha que ter aproveitado as oportunidades de implantação e abertura da cidade, já tinha se beneficiado dela.¹

Na década de 1970, a diversificação de produtos agrícolas na região de Maringá foi ampliada, impactando positivamente o comércio da cidade, inclusive com a elevação da venda de veículos pesados. Outro item que auxiliou no aquecimento do comércio foi a efetiva implantação da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Na década de 1980, Ubirajara encerrou a sociedade com os irmãos, mas manteve contato com a Ford por meio de uma empresa de consórcio. Também passou a administrar uma fazenda no Mato Grosso do Sul.

Durante toda a vida em Maringá, morou na mesma casa na Zona 2. Bira, como era conhecido, faleceu em 20 de agosto de 2009.

1 Entrevista de Ubirajara de Araújo Pismel ao Projeto ACIM Faz História, do Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Duas chapas concorreram para suceder Joaquim Dutra na Assembleia Eleitoral realizada em 11 de dezembro de 1969. De um lado, a chapa “Liberal”, liderada por Ardinial Ribas; do outro, a chapa “Dinâmica”, tendo na presidência Ubirajara Pismel. O número de associados presentes na assembleia, 224, representou a maior participação em eleições da história da entidade até então.

Após a votação, a “Dinâmica” somou 148 votos; a “Liberal” ficou com 74; houve um voto em branco e dois nulos, totalizando 225 cédulas. De acordo com o estatuto, havendo divergência entre o número de eleitores (224) e o número de votos (225), a eleição deveria ser anulada. Mas, consultado, o fiscal da chapa perdedora, Nelson Alves Teixeira, admitiu que, devido a grande diferença no resultado, a vitória da chapa “Dinâmica” deveria ser mantida. Assim, a assembleia referendou o grupo liderado por Pismel.

A posse da nova diretoria ocorreu em 10 de janeiro de 1970 e foi prestigiada por várias autoridades, entre elas o prefeito Adriano José Valente. Naquela oportunidade, o presidente que deixava o cargo, Joaquim Dutra, prestou contas das ações desenvolvidas em sua gestão.

Ubirajara Pismel, já no cargo de presidente, destacou que tomaria como prioridade máxima a elevação do número de associados:

Partimos da premissa de que, se você está com a água pelo peito, não pode deixar chegar ao queixo. A Associação precisava, em minha época, aumentar o número de associados, se organizar. A ACIM tinha condições de realizar muitas coisas, de se tornar uma Associação sólida [...].⁷

O primeiro assunto tratado por aquela diretoria, em 14 de janeiro de 1970, foi a possível reforma na sede da ACIM – pauta que seria aprovada em fevereiro. No entanto, a grande preocupação estava voltada para o aumento do quadro de associados. Para essa finalidade, Francisco Feio Ribeiro sugeriu que se pedisse apoio dos gerentes de bancos para a indicação de empresas; Pedro

Granado propôs uma campanha de publicidade e, ainda, a aproximação com escritórios de contabilidade, para que compartilhassem a carteira de clientes. Proposta refutada por Takahino Nakatami, que a julgou ser de difícil aceitação junto aos contabilistas. Depois de amplo debate, Antonio Guilherme Schreiner comentou a possibilidade de se obter a relação de empresas existentes em Maringá junto à Coletoria Estadual de Tributos. Ao final, Ubirajara Pismel ressaltou que o Boletim Informativo da ACIM, por ser praticamente uma revista, também poderia ser utilizado como instrumento para captação de novos sócios.

Na reunião seguinte, em 21 de janeiro, o presidente comentou que toda a imprensa local estava disposta a apoiar a campanha para adesão de novos associados da ACIM. Inclusive, seria enviada uma relação de empresas recém-filiadas para o jornalista da Folha do Norte do Paraná, Jorge Fregadolli, proceder a divulgação.

Em 24 de março de 1970, Ubirajara Pismel comunicou oficialmente que o diretor executivo da ACIM, Herbert Mayer, havia dado entrada no pedido de aposentadoria junto ao INPS. Mas que, apesar de romper o vínculo empregatício, Mayer faria uma proposta para continuar como consultor da entidade. No mesmo dia, apresentou-se a possibilidade de a Junta Comercial instalar um escritório em Maringá. Ainda, destacou-se a entrada de novos sócios, que já era um resultado das campanhas e ações em curso. Entre as empresas recém-filiadas estava a Comercial Ajita S.A., da família Ajita. Os empresários Carlos e Luiz Ajita se tornariam personalidades importantes no associativismo local, conforme veremos nas décadas de 1980, 1990 e nos anos 2000.

Em maio de 1970 um antigo sonho da ACIM viria a ser concretizado por meio de uma parceria com o Serviço Nacional da Aprendizagem Industrial (Senai) e a Prefeitura Municipal. O Ginásio Industrial de Maringá, que era uma necessidade debatida há anos, se tornou realidade com a inauguração do Centro de Formação do Senai durante as festividades do 23º aniversário da cidade. O espaço passou a oferecer cursos de mecânica de automóveis, eletricista, instalador, entre outros. Somente naquele ano foram 18 cursos profissionalizantes, com mais de 100

7 Entrevista de Ubirajara de Araújo Pismel ao Projeto ACIM Faz História, do Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



Ginásio Industrial de Maringá (Senai), em 1971. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

mil horas técnicas aplicadas em aulas teóricas e práticas para mais de 200 participantes.⁸

Em março de 1971, Ubirajara Pismel prestou contas de sua gestão referente ao ano anterior. Durante a Assembleia Geral Ordinária, ele destacou a melhoria da estrutura física e de equipamentos da ACIM, inclusive com a construção de um muro para dividir o lote com o terreno vizinho; instalação de portão de ferro para acesso ao pátio da sede; substituição dos vitrôs de madeira por basculantes de ferro; pintura geral do prédio e muros; aquisição de uma máquina de escrever semi-portátil Olivetti Stúdio 44 e outra portátil, da Hermes Baby – equipamentos de alta tecnologia da época; compra de um cofre e novos livros técnicos para a biblioteca.

No mesmo período, a ACIM trouxe para a cidade os coordenadores geral e regional do então Banco Nacional da Habitação (BNH),⁹ respectivamente Edmo de Marca e Danilo Vieira Rupp, para uma palestra de esclarecimento sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

8 Paraná em Páginas. Ano VII, maio de 1971 – Revista de circulação dirigida – n. 75, p. 28.

9 O Banco Nacional da Habitação (BNH) foi uma empresa pública brasileira voltada ao financiamento e à produção de empreendimentos imobiliários, nos moldes que faz atualmente a Caixa Econômica Federal. O BNH também foi gestor do FGTS, do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Sistema Financeiro do Saneamento (SFS).

Codemar



Em 1970, a diretoria da CODEMAR apresentava a seguinte constituição: Presidente - Marco Antonio Lourenço Corrêa; diretor-financeiro, José Manoel Ribeiro; conselho-administrativo - engenheiro Luty Vicente Kasprowitz (representante dos engenheiros), Antonio Mário Manicardi (representante da Câmara), Luiz Júlio Bertin (representante da Associação Comercial), José Mariano da Silva (representante dos usuários); conselho fiscal - Lauro Eduardo Werneck, Jorge Saraiva Anastácio e Alfredo Martins Barbedo.

Em 1970, Luiz Júlio Bertin, que seria eleito alguns anos mais tarde presidente da ACIM, representava a entidade junto à diretoria da Codemar, conforme recorte da Revista Maringá Ilustrada, de 1972.

Em 1971, por meio das ações desenvolvidas pela Codemar, 75% das residências de Maringá já possuíam sistema de água tratada. A instituição, que teve intensa participação de membros da ACIM em sua diretoria, conquistou grandes financiamentos para ampliar o saneamento básico pelos bairros de Maringá, conforme publicação de maio daquele ano:

A diretoria da Codemar sempre foi merecedora de crédito junto às instituições financeiras graças ao seu dinamismo e espírito de luta. Por isso consegue os financiamentos. O último convênio firmado chegou a espantar muita gente, porque a sua importância era realmente grande. Vejam só: 6,5 milhões de cruzeiros, que já estão sendo liberados em parcelas e aplicados na rede de abastecimento e nas demais obras em andamento [...].¹

Um ano depois, a Codemar contabilizaria 8.500 pedidos de ligação junto à rede de saneamento básico do município, com 98.396,38 metros de tubulações sendo instalados em diversos pontos.²

1 Paraná em Páginas. Ano VII, maio de 1971 – Revista de circulação dirigida – n. 75, p. 30.

2 Revista Maringá Ilustrada, maio de 1972, p. 155.

Parque do Ingá

A convite de Adriano José Valente, o engenheiro agrônomo Anníbal Bianchini da Rocha prestou consultoria para que a Prefeitura Municipal de Maringá implantasse um grande parque ecológico na cidade. Assim, em 10 de outubro de 1971 foi inaugurado o então Bosque I ou Bosque Dr. Etelvino Bueno de Oliveira, com 473 mil m², lago artificial, sete quilômetros de pavimentação composta de paralelepípedos que foram extraídos da Avenida Brasil.

Um espaço social destino às massas que ficaria popularmente conhecido como Clube do Povo. Depois, por força da Lei nº 880/71, o local foi eternizado como Parque do Ingá. Décadas depois, o prefeito que o fundou, Adriano José Valente, passaria a emprestar seu nome para esse equipamento público.



Registro da vistoria realizada no Parque do Ingá antes da abertura ao público. Da esquerda para a direita: Anníbal Bianchini da Rocha, Adriano José Valente e Hermes Moreira (diretor do Instituto Agrônomo de Campinas/SP).



Parque do Ingá ao longo da década de 1970. Fotos: Família Bianchini / Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.

No início de 1971, Ubirajara de Araújo Pismel ressaltou, em reunião de diretoria, que a ACIM estava efetivando uma média de cinco mil consultas por meio do Serviço de Proteção ao Crédito. Segundo Pismel, “o SPC foi uma das maiores obras do associativismo local”.¹⁰ A ACIM estimularia a abertura do serviço em outras cidades. Naquele mesmo ano, por exemplo, Herbert Mayer orientou a instalação do SPC na Associação Comercial de Cianorte.¹¹

A diretoria de Ubirajara Pismel foi participativa e realizou muitas ações, inclusive atingindo o objetivo de aumentar o número de associados e a grade de serviços prestados. Com isso, a sede da ACIM ficava cada vez menor para atender à demanda crescente. Para ampliar a estrutura da entidade, a diretoria daquela gestão aprovou uma chamada de capital em 30 de julho de 1971, quando deu início a uma campanha de arrecadação de recursos que se seguiu durante o último semestre daquele ano e que teria continuidade com o próximo presidente.

10 Entrevista de Ubirajara de Araújo Pismel ao Projeto ACIM Faz História, do Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

11 Ibid.

Renuncia o governador do Paraná

A mais terrível angustia

Até ontem, tinham sido retirados, 24 cadáveres das ruas de Eduardo Prado de Foz de Iguaçu. E os corpos que permanecem insepultos, insepultáveis, sob os escombros, são a causa de uma angustia expectativa para familiares de pessoas desaparecidas desde a manhã de sábado.



O engenheiro Haroldo Leon Peres apresentou ontem sua renúncia ao governo do Estado do Paraná, em carta que será lida hoje em sessão extraordinária da Assembleia Legislativa, quando será empossado no cargo o vice-governador, sr. Pedro Viriato Parigot de Souza. Seguido nota divulgada pelo Palácio Iguaçu. "O governador Haroldo Leon Peres renúncia (ontem) o Secretariado e a bancada da ARENA na Assembleia Legislativa para expor que, em virtude de notórias dificuldades e divergências enfrentadas na direção do Estado, entende de seu dever afastar-se definitivamente do exercício do mandato pela renúncia, propiciando, dessa forma, o prosseguimento no Paraná de clima de tranquilidade, de segurança e de prosperidade". O presidente da Assembleia Legislativa, sr. Wilson Fortes, marcou para as 10 horas de hoje a sessão em que será lida a carta-renúncia do sr. Haroldo Leon Peres e, em seguida, empossado o sr. Parigot de Souza.

Governador de Maringá em xeque

Durante a gestão de Ubirajara Pismel, o Paraná era governado por Haroldo Leon Peres, empossado no cargo por sua conduta favorável ao regime militar. Porém, Peres renunciaria por conta de denúncias do empresário Cecílio do Rego Almeida. O caso nunca foi esclarecido e ainda suscita novas e acaloradas discussões.

Formado pela então Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, Haroldo Leon Peres chegou a Maringá ainda na década de 1950. Ingressou na vida política logo na segunda corrida eleitoral para a prefeitura da cidade, ficando na segunda posição. Foi um dos líderes da extinta UDN e se tornou deputado estadual em 1958, sendo um dos primeiros eleitos por Maringá para o cargo - ao lado de Neo Alves Martins. Foi reeleito em 1962 e, em 1966, venceu a disputa como deputado federal.

Haroldo Leon Peres assumiu o governo do Paraná em 15 de março de 1971. Sua gestão foi curta devido a diversos problemas, sendo que o estopim foi uma denúncia de corrupção envolvendo o empreiteiro da CR Almeida, Cecílio do Rego Almeida. O empresário afirmou possuir uma gravação onde o governador estaria negociando propina para liberar contratos de obras pelo Paraná. O caso se tornou público e a situação, insustentável, obrigou Peres a renunciar sete meses após a sua posse.

O historiador Reginaldo Dias avalia o fato da seguinte maneira:

Haroldo Leon Peres foi forçado a renunciar, envolvido em denúncias de corrupção. Foi acusado de pedir vantagens financeiras para

PR: carta-renúncia será lida hoje

Eis o novo governador

O novo governador do Paraná, Pedro Viriato Parigot de Souza, nasceu em Curitiba, há 53 anos, e é formado em engenharia pela Escola de Engenharia da Universidade Federal do Paraná, e fez cursos de aperfeiçoamento em hidráulica na França, e em outros países europeus.

Homem acostumado à administração pública, participou, desde o início de sua carreira, de inúmeras comissões técnicas da Secretaria de Obras Públicas do Paraná. Foi engenheiro do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, fiscal da construção de obras de aterro em portos de Paranaguá e Antonina e chefe da construção de obras de regularização fluvial do Rio Iguaçu.

Entre as entidades das quais é membro estão o Conselho Rodoviário do Estado do Paraná, o Conselho Federal de Educação, o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da 7ª Região, o Conselho Curador do Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico-Social, o Instituto de Engenharia do Estado do qual é presidente, o Conselho de Pesquisa da Escola de Engenharia do Paraná e outros.

Além disso, é diretor da Companhia Paranaense de



O engenheiro Parigot é administrador experiente

Energia Elétrica, do Centro de Estudos e Pesquisas Hidráulicas e Hidrologia da Escola de Engenharia do Paraná e do Instituto de Medicina da Universidade Federal do Paraná.

TRABALHOS PÚBLICOS: Professor de hidráulica teórica e aplicada na Escola de Engenharia da Universidade Federal do Paraná e cidadão honorário de vários municípios do Estado, o engenheiro Viriato Parigot tem, entre seus trabalhos, projetos de pontes de madeira e de concreto armado, feitos para a Secretaria de Viação e Obras Públicas. É autor do estudo, projeto e fiscalização da construção do canal Varadouro, entre Paranaguá e Cassinó.

O engenheiro Haroldo Leon Peres entregou ontem ao deputado João Mansur, líder do governo e da ARENA na Assembleia Legislativa, carta em que apresenta sua renúncia ao governo do Paraná. A carta renúncia será lida pelo deputado na sessão extraordinária que o Legislativo realizará hoje a partir das 10 horas e, em seguida, encaminhada à presidência da casa, que dará posse, ao vice-governador Pedro Viriato Parigot de Souza na governança do Estado.

O Palácio do Iguaçu distribuiu ontem a seguinte nota:

"O governador do Estado do Paraná renúncia o Secretariado e a bancada da ARENA na Assembleia Legislativa para expor que, em virtude de notórias dificuldades e divergências enfrentadas na direção do Estado, as quais não conseguiu superar, entende de seu dever afastar-se definitivamente do exercício do mandato pela renúncia, propiciando, dessa forma, o prosseguimento no Paraná de clima de tranquilidade, de segurança e de prosperidade, e possibilitando-se, ao sucessor, professor Pedro Parigot de Souza, em quem reconhece todas as qualidades para o exercício do cargo, a obtenção de melhor êxito.

"Agradeço a essa, ao final, as provas de apoio e de carinho que recebo do povo paranaense durante o seu governo, bem como aos auxiliares, e a colaboração que lhe emprestaram, formulando votos pelo crescente engrandecimento do Paraná".

DEPUTADOS REUNIDOS. Quase todos os deputados da bancada da ARENA na Assembleia Legislativa estavam reunidos ontem, em caráter reservado, na sede do Poder Legislativo quando o deputado João Mansur lida comunicou que receberá a carta-renúncia do governador Haroldo Leon Peres.

CARGOS A DISPOSICÃO. Hoje, quando da posse do sr.



O sr. Haroldo Leon Peres deixa o governo do Paraná

alguns minutos. A posse no Palácio Iguaçu - seguida de sessão - será realizada logo em seguida, sem pompa.

Ainda hoje ou amanhã, o novo governador deverá viajar para Brasília para conferenciar com o presidente Médici.

Manchete e matéria da Folha de S. Paulo, de 23 de novembro de 1971, que destacaram a renúncia de Haroldo Leon Peres. Foto: Acervo Folha de S. Paulo.

liberar pagamento ao empreiteiro Cecílio do Rego Almeida. A conversa teria sido gravada. Instado pelo governo federal a renunciar, Leon Peres não resistiu e entregou o cargo. Passou o resto de sua vida a alegar inocência, argumentando que tinha sido vítima de armação dos antigos chefes políticos do estado, os dois últimos governadores, que não teriam se conformado com sua ascensão. Dizia que, se tivesse sido eleito pelo voto direto, resistiria. Como fora indicado e perdera a confiança do presidente, preferiu sair [...].¹²



Transmissão de cargo de Uirajara de Araújo Pissimel para Ermelindo Bolfer. Foto: O Jornal de Maringá, 1º de janeiro de 1972.

Ermelindo Bolfer Gestão 1972-1974

- Presidente: Ermelindo Bolfer
- 1º Vice-presidente: Francisco Feio Ribeiro Filho
- 2º Vice-presidente: Roberto Okamoto
- 1º Secretário: Luiz Yoshiaki Oshiro
- 2º Secretário: Tetsuo Nishiyama*
- 1º Tesoureiro: Oseas Samuel Joahansen
- 2º Tesoureiro: Ernesto Fredegoto
- Diretores adjuntos: William Castelleins e Pedro Granado Martines
- Conselho Deliberativo: Michel Felipe, Jitsuji Fujiwara, João Preis, Edson Cantadori, Rokuro Suzuki, Gogliardo Maragno, Artur da Costa Fernandes, Joaquim Duarte Moleirinho e Waldemar Alegretti.
- Conselho Fiscal: Gustavo Benedito Braga, Tadashi Obara e Walter Karlos Steiner.
- Membros suplentes do Conselho Fiscal: Nelson Gaburo, Edmundo Eidam e Antonio Bedim.

Para definir a direção da próxima gestão da ACIM, realizou-se a Assembleia Eleitoral no dia 15 de dezembro de 1971. A força que a entidade representava criava cisões entre os grupos de associados, tanto que, mais uma vez, houve a inscrição de duas chapas para aquele pleito.

De um lado a chapa do “Trabalho”, liderada pelo jovem Luiz Júlio Bertin. De outro, a chapa “Maringá Juventude e Experiência” vinha com uma composição encabeçada pelo ex-presidente Ermelindo Bolfer. O peculiar é que vários membros estavam inscritos nas duas frentes, como é o caso de Roberto Okamoto, William Castelleins, Francisco Feio Ribeiro Filho, Pedro Granado Martines e Edson Cantadori. Como não havia impedimentos estatutários, a eleição procedeu com a vitória da chapa de Bolfer com 122 votos contra 66.

A nova diretoria tomou posse em 3 de janeiro de 1972.

Logo após a posse, a diretoria da ACIM elaborou um relatório com todas as atividades desenvolvidas até então. O documento foi enviado aos deputados estaduais e federais que representavam a região de Maringá com um pedido: que a ACIM fosse considerada entidade de utilidade pública nessas duas esferas.

A nova diretoria endossou a conclusão da gestão anterior de que a sede da entidade, existente há menos de sete anos, já estava com a estrutura física limitada e que precisava, urgentemente, ser ampliada em aproximadamente 28 m². Ao mesmo tempo em que aprovava o desenvolvimento do projeto de ampliação, os diretores tentaram outro caminho visando uma nova sede.

Ermelindo Bolfer ficou sabendo que um diretor do Banco Crefisul de Investimentos estaria na cidade a fim de selecionar áreas comerciais para a construção de um edifício para locação. Imediatamente uma comissão, composta pelo presidente, Rodolfo Purpur e Francisco Feio Ribeiro Filho, foi formada e ofereceu o terreno da sede da entidade para o Crefisul em troca de um espaço no prédio que seria construído.

O negócio não prosperou. O Crefisul optou pela construção do Centro Comercial Maringá, na Avenida Brasil ao

* Naquele ano era vereador e viria a concorrer como vice-prefeito de Maringá ao lado do candidato a prefeito Egídio Assmann.



Ermelindo Bolfer em um de seus pronunciamentos na primeira metade da década de 1970. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



Centro Comercial Maringá, na segunda metade da década de 1970. Foto: Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.

lado da Praça Raposo Tavares. A obra foi viabilizada em parceria com a Eimol Empreendimentos Imobiliários e a Promove, sendo construída pela Enorpa Engenharia e Construções Ltda. O complexo empresarial era o maior da época e chegou a abrigar mais de 80 salas comerciais.

Em maio de 1972, apesar de ter apenas 25 anos de existência, Maringá se destacava em vários setores. No ensino público, somente no curso primário, contabilizou-se 39 estabelecimentos em zona urbana e mais 49 na zona rural, com um total de 20 mil alunos matriculados. O ensino secundário contava com 8,3 mil alunos divididos entre colégios estaduais e particulares: Gastão Vidigal, João XXIII, Brasília Itiberê, Instituto de Educação, Regina Mundi, Instituto Filadélfia, Ginásio São José, Marista, Santa Cruz e

O parque de exposições e a Expoingá



Registro da Expoingá ao longo da década de 1970. Fotos: Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.

Em 1972, a Prefeitura criou a Exposição Feira Agropecuária e Industrial de Maringá (Expofemar), que recebeu grande apoio da ACIM. Dois anos depois, o evento foi rebatizado como Exposição Agropecuária, Industrial e Comercial de Maringá (Expoingá).

A Expoingá se consolidaria como uma das feiras mais importantes do setor no país. Com o nascimento da Sociedade Rural de Maringá (SRM), em julho de 1979, o prefeito João Paulino Vieira Filho cederia para a entidade, em formato de comodato,¹ o parque de exposições e a organização desse evento.

O parque de exposições, localizado na Avenida Colombo, teve várias denominações. A primeira delas foi “Parque Governador Haroldo Leon Peres”. Com a renúncia do então governador, o nome do espaço foi alterado para “Parque Presidente Emílio Garrastazu Médici”. A denominação atual data de 1996 e presta homenagem a “Francisco Feio Ribeiro”, que chegou a Maringá em 1947, consolidou-se como empresário de referência e diretor atuante da Sociedade Rural. Ele também foi diretor e vice-presidente da ACIM.

Atualmente, o parque de exposições possui uma área total de 8 mil m² e abriga a maior arena de rodeios coberta da América Latina, com capacidade para 20 mil pessoas, além de infraestrutura para diversas modalidades de eventos.

¹ Conforme Lei municipal nº 1.380/80.

Santo Inácio. A recém-criada Universidade Estadual de Maringá já abrigava na época os cursos de Ciências Econômicas, Direito, Engenharia Civil, Química, Administração, Geografia, História, Letras, Ciências e Matemática, com 107 professores e 1,2 mil acadêmicos.¹³

No ensino profissionalizante, estavam em operação o Ginásio Industrial do Senai, Escola de Enfermagem Carlos Chagas, as escolas de datilografia XV de Novembro, Rheimental, Universal, Olivetti, Pernambuco, D. Pedro II, Sincomar, Maringá e 1º de Maio, além das escolas de corte e costura Moderna, Sul América, São Paulo, SOS, Doméstica Maringá e Santa Terezinha. Na área cultural, 230 alunos estudavam música nas escolas Luzamor, Maringá, Carlos Gomes e Santa Cecília. As línguas tiveram grande destaque pela tradição nipônica e a Escola Mista São José e o Luzamor, lecionavam o japonês, enquanto o Fisk, o inglês.¹⁴

Em 1972 a cidade já contabilizava quase 30 mil alunos no ensino básico, médio/secundário, profissionalizante e superior. Levando em consideração o censo de dois anos antes, quando a população foi aferida com 121.374 pessoas, o número de estudantes daquele início da década de 1970 representava quase 25% dos habitantes locais.¹⁵

Os profissionais liberais já se apresentavam em número condizente com a expansão econômica local. Eram 70 advogados, 80 médicos em diversas aéreas, 55 dentistas, 17 engenheiros civis e arquitetos, 26 engenheiros agrônômicos e 4 veterinários.¹⁶

Naquele período, os cursos de formação que a ACIM desenvolveu nos anos iniciais de 1970 resultaram na assinatura de convênio com o Senac. A parceria transformou a Associação em um Núcleo de Ensino Profissionalizante no dia 1º de



Prédio do Senac, inaugurado em 29 de abril de 1982. Boletim Comércio & Indústria, maio de 1982. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

setembro de 1972.¹⁷ Mais tarde, o Senac ganharia sede própria em outro endereço.

Em novembro de 1972 foi realizada uma Assembleia Geral Extraordinária quando foram aprovados os investimentos na ampliação da sede da ACIM. Bolfer assumiu a missão de solicitar parte dos materiais aos associados da construção civil. Em maio do ano seguinte, o presidente convocaria outro encontro para aprovar nova chamada de capital. Ele declarou que as obras, seguramente, iriam extrapolar sua gestão e que a nova diretoria deveria tomar como prioritária essa benfeitoria para o bem da ACIM.

Em 20 de agosto de 1973, a diretoria da ACIM se reuniu mais uma vez para deliberar sobre os orçamentos de ampliação da sede. Ermelindo Bolfer destacou que, devido ao crescimento do setor da construção civil, a Associação encontrava dificuldades para obter menores preços nos materiais. Foi aprovado orçamento de Cr\$ 55 mil para a obra.

A ACIM cresceu consideravelmente durante aquela gestão, não só devido à ampliação estrutural, que se consolidaria no biênio seguinte, mas também no corpo de colaboradores: de oito funcionários em 1972 passou para 17 no início de 1974. A ampliação do RH fora necessária não só para atender aos associados, mas também para suportar a demanda crescente de ações estratégicas para o desenvolvimento de Maringá.

¹³ Revista Maringá Ilustrada, maio de 1972, p. 30.

¹⁴ Ibid.

¹⁵ Idem.

¹⁶ Idem.

¹⁷ O Senac fixou-se oficial e provisoriamente em 7 de abril de 1973 na Avenida Parigot de Souza, 544. No início era um minicentro de formação profissional. Em 1977 passou a ser um Centro de Formação Profissional e, em 1982, foi transferido para a Avenida Colombo.

A representação política do início dos anos 1970

Os antigos grupos políticos locais haviam se reorganizado em novas composições partidárias de acordo com as determinações do regime civil-militar, que extinguiu os partidos existentes até então e criou duas siglas na segunda metade dos anos 1960.

Em 1970, Maringá conquistou grande representação política com a eleição de seis parlamentares, sendo quatro deputados federais e dois estaduais. Foram eleitos três deputados federais pela Arena: Túlio Vargas (33.214 votos), Ary de Lima (21.486 votos) e Ardinial Ribas (40.003 votos); e um pelo MDB: Silvio Barros (29.665 votos). Os deputados estaduais foram eleitos pela Arena: Wilson Brandão (11.938 votos) e Jorge Sato (10.818 votos).¹

Desses personagens, o destaque ficou com Ardinial Ribas, que até então não havia obtido êxito em suas incursões políticas, e foi eleito com expressiva votação. Ribas havia sido candidato à presidência da ACIM em 1969.

Nas eleições municipais, o quadro político antes das eleições foi o seguinte:

[...] apresentaram-se três candidatos a prefeito, dois pela Arena e outro pelo MDB. O prefeito Adriano Valente apançou a chapa encabeçada por Marco Antonio Lourenço Correia, que tinha o vereador Paulo Vieira de Camargo como vice. Egídio Assmann, que tinha o jovem vereador Tetsuo Nishiyama como vice. Novamente, recorre-se a um vice-pertencente à comunidade nipônica, influente na cidade. Pelo MDB, o candidato foi o deputado federal Silvio Barros, cujo vice era o Walber Guimarães.²

Marco Antonio Lourenço Correia havia sido presidente da Codemar. Apesar do benefício gerado com as benfeitorias efetivadas pelo órgão, Correia (Arena II) foi o último colocado nas eleições, com 7.198 votos.³ Silvio Barros (MDB) venceu aquele páreo com 29.218 votos; seguido de Egídio Assmann (Arena I) com 8.273 votos

Silvio Barros, eleito pelo MDB como prefeito de Maringá com quase 30 mil votos em 15 de novembro de 1972. Foto: Revista Maringá Ilustrada, maio de 1972.



1 DIAS, 2008, p. 99.

2 Ibid, p. 100.

3 TRE/PR.

Anúncios da ACIM na década de 1970

16 de Julho
Dia do
Comerciante

MARINGÁ tem uma forte vocação para crescer. Seu comércio invulsa de entusiasmo, fazendo com que seu nome seja familiarizado em todo país.

A par de sua agricultura e sua indústria sempre crescentes, o comerciante está vinculado permanentemente a circulação da riqueza.

A ACIM, estamos rendendo nossa homenagem.

Associação Comercial e Industrial de Maringá

Anúncio veiculado em 18 de julho de 1973 na Folha do Norte do Paraná.

A Associação Comercial quer ajudar você
PROCURE-NOS!

Comerciante, não fique sozinho lamentando seus problemas. Venha ser mais um elo para a corrente que luta em seu próprio benefício. Nós oferecemos proteção ao crédito, assistência jurídica, proteção ao mercantil e união de forças para luta em favor de toda a classe de comerciantes.

PARTICIPE COM QUEM TRABALHA POR VOCÊ

Peça veiculada no Boletim Informativo da ACIM em janeiro de 1979. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Catedral Nossa Senhora da Glória: a obra arquitetônica de maior referência é concluída

Além do empenho do então bispo Dom Jaime Luiz Coelho, diversas entidades e empresários se organizaram em uma comissão especial visando a construção da Catedral de Maringá.

Para dar celeridade às obras, por duas oportunidades o cargo de presidente dessa comissão foi ocupado por prefeitos de Maringá: Luiz Moreira de Carvalho (1966-1969) e Adriano José Valente (1969-1971). O poder público se fez presente com aporte de recursos. De 1957 a 1964, o governo do Paraná contribuiu com Cr\$ 22.660,00 e a Prefeitura de Maringá com Cr\$ 4.000,00.

As empresas locais também tiveram participação no financiamento. Além disso, a edificação contou com o incentivo direto de bancos de relevância nacional, alguns já extintos: Ginko, Brasul, Mercapaulo, Commercial, Bancial, Benka, entre outros.

A Catedral de Maringá foi concluída em 1972 e sua inauguração ocorreu no ano seguinte, quando, simbolicamente, a antiga sede em madeira começou a ser demolida.



No alto, o padre Sidney Luiz Zanettini efetuando o destelhamento simbólico da antiga sede da Catedral, em madeira, junto com o bispo Dom Jaime Luiz Coelho. Foto: Arquidiocese de Maringá.



O registro ilustra as obras da Catedral na segunda metade da década de 1960. Foto: Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.

Naquele biênio, a ACIM participou das seguintes ações: intercessão do Conselho Regional de Contadores junto a alguns escritórios de contabilidade tendo em vista casos de apropriação indébita; implantação da Carteira de Comércio Exterior (Cacex) do Banco do Brasil para agilizar processos aduaneiros e fomentar a exportação; solicitação ao Banco Central e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), atual BNDES, para elevar as verbas do Finame; realização do prêmio “Operário – Padrão” em parceria com o Sesi; melhoria no serviço telefônico urbano; recapagem da estrada Maringá–Rolândia; negociação com o governador Parigot de Souza para a implantação de um distrito industrial; pedido, ao Ministério da Fazenda, de isenção de percentuais de alguns impostos para fomentar a implantação de novas indústrias; entre outras.

Durante a gestão, a ACIM trabalhou pela organização de um sindicato patronal para o comércio. O órgão nasceu como Associação dos Lojistas do Comércio no dia 20 de dezembro de 1973. A carta sindical foi outorgada dois anos depois. Nascia o Sindicato dos Lojistas do Comércio e do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios, de Maquinismos, Ferragens e Tintas de Maringá (Sivamar).¹⁸ O nome seria alterado para Sincomm, mas voltaria à denominação original na década de 1990.¹⁹

Luiz Júlio Bertin foi um dos dirigentes que mais trabalhou pela fundação do sindicato. Quando chegou a carta sindical ele era presidente da ACIM, mas afastou-se do cargo e assumiu o comando da nova instituição, que presidiu até 1997. As duas entidades atuaram em várias ações fundamentais para o desenvolvimento comercial e econômico de Maringá conforme será relatado adiante.

A visão de industrialização de Maringá trouxe novos aspectos econômicos. O alto grau de densidade populacional, que vinha em curva de ascensão, alterava a configuração urbana.

Cidade com ampla variedade de oportunidades das décadas anteriores já apresentava problemas sociais de uma jovem metrópole.

A nova realidade da década de 1970 foi caracterizada por mudanças estruturais no meio rural com a modernização da agricultura, gerando modificações no meio urbano em função do êxodo rural. Desse modo, a população na respectiva década chega a 100.100 habitantes na área urbana e 21.274 na área rural do município (IBGE). Houve um aumento de mais de 100% da população urbana e um decréscimo significativo da população rural.²⁰

Sem emprego para tanta gente, o comércio informal cresceu. Tanto que a ACIM pediu providências da prefeitura contra a grande quantidade de ambulantes que se espalhavam pelas vias comerciais.

Leonil Lara, na época vendedor de artesanatos, relata que costumava expor suas mercadorias na Avenida Brasil na década de 1970. Devido à grande pressão da gestão pública, ele foi incentivado a se formalizar:

Certo dia, eu estava expondo meu trabalho no centro de Maringá e um fiscal da Prefeitura veio até mim, chutou minhas obras e pediu para que desaparecesse dali. Da esquina, Ermelindo Bolfer viu aquele fato e veio até mim, dizendo que me ajudaria a formalizar aquele negócio, que era importante para a cidade. Pouco tempo depois, estava eu responsável pela Associação dos Artesãos de Maringá (Artemar). Foi Bolfer que deu todo o apoio necessário.²¹

A ACIM registrou entre os anos de 1972 e 1973 uma média de 271.927 consultas junto ao Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), representando, aproximadamente, 570 consultas ao dia. Essa demanda justificou a ampliação da sede não em 28 m², como previsto pela gestão anterior, mas em 102,13 m². Nesse mesmo período foram adquiridos três equipamentos de ar-condicionado.

18 Para mais informações sobre a história do Sivamar, sugere-se a leitura de RECCO, Rogério. **Desbravadores do comércio de Maringá**. Sivamar. Ed. Regente: Maringá, 2012.

19 Para facilitar a compreensão dos fatos que envolvem o sindicato neste livro, os autores tomaram a liberdade de utilizar sempre a denominação “Sivamar”.

20 TÖWS, Ricardo Luiz. **O processo de verticalização de Londrina e de Maringá (PR)**. Brasil: o Estado e o Capital Imobiliário na produção do Espaço. Dissertação de mestrado (UEM), 2010, p. 149-150.

21 Entrevista concedida por Leonil Lara a Miguel Fernando, em 27 de outubro de 2015.



O crescimento da ACIM no período foi reflexo das ações da diretoria e também do que vinha acontecendo em âmbito municipal. A economia da década de 1970 viria a incentivar o processo de verticalização da cidade. Devido a diversas linhas de crédito e fomento, a modernização da agricultura alterou o ritmo do crescimento populacional, elevando significativamente o número de construções. Inicialmente, se deu com a substituição da madeira pela alvenaria. A partir de 1974, o processo de verticalização se acentuaria.

Em maio de 1972 a cidade apresentava 275 indústrias, 4.400 estabelecimentos comerciais, 35 postos de combustíveis, 235 oficinas mecânicas, 31 empresas rodoviárias, três armazéns do IBC, oito supermercados, entre outras empresas. Somente no segmento industrial, 68 possuíam capital superior a Cr\$ 60 mil e atuavam com arroz, carnes (por meio de três frigoríficos), leite, óleos, comestíveis, móveis, bronzinas para motores, carrocerias, alambiques para hortelã, açúcar, bebidas, balcões frigoríficos, camas de madeira, madeiras serradas, macarrão, pães,



Pátio de manobras da estação ferroviária de Maringá. Em destaque, a arrojada obra arquitetônica da Catedral, já concluída no final da década de 1970. Foto: Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.

artefatos de cimento e couro, tacos de madeira e cerâmica.²²

Por um lado, esse processo de desenvolvimento teve apoio de legislações que possibilitaram a abertura de novos loteamentos no território urbano. Por outro, expulsou do eixo central as classes sociais menos favorecidas:

Atrilado às significativas transformações no espaço intra-urbano maringaense, os impactos se expandiram e tomaram caráter regional,

pois a classe média melhorou seu padrão de vida, enquanto as classes pobres foram atraídas e/ou expulsas para a periferia da cidade e também para as cidades vizinhas, devido às ofertas imobiliárias bem como o alto preço do solo urbano das zonas centrais. [...]

Foi iniciado o processo de periferização e direcionamento da população pobre para as cidades vizinhas de Maringá, sobretudo Sarandi e Paiçandu, que tomou uma grande proporção na década de 1980 [...].²³

22 Revista Maringá Ilustrada, maio de 1972.

23 MENDES, 1992 in TÖWS, 2010, p. 150.



Luiz Júlio Bertin Gestão 1974-1976

Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Nascido em Joaçaba, Santa Catarina, Luiz Júlio Bertin mudou-se com os pais para Cornélio Pro-cóprio, onde a família instalou uma casa comercial. Em menos de um ano, resolveram se mudar para Londrina.

Em 1957, a família inaugurou a Decorações Bertin. Dez anos depois, devido ao grande número de clientes no Mato Grosso e até mesmo do Paraguai, os Bertin inauguraram uma filial em Maringá, na Rua Santos Dumont. Luiz Júlio Bertin, que em 1965 trabalhou como agente de estatística do IBGE, ficou responsável pelo novo empreendimento.

Quando chegamos a Maringá, a primeira coisa que fiz foi me associar a ACIM. E começamos, a partir daí, a participar de todas as reuniões da diretoria. E, por meio da Associação, fomos convidados a fundar o Rotary Club Maringá Leste, com o Joaquim Dutra e outros companheiros.

Quando houve uma disputa para a presidência da ACIM, eu concorri, mas perdi [...]. Em outra eleição acabei ganhando.¹

- Presidente: Luiz Júlio Bertin
- 1º Vice-presidente: Álvaro Miranda Fernandes
- 2º Vice-presidente: Antonio Souza Bárbara
- 1º Secretário: João Befá
- 2º Secretário: Gilberto Rezende Campos
- 1º Tesoureiro: Gustavo Benedito Braga
- 2º Tesoureiro: Edison Coelho Castilho
- Diretores adjuntos: Willian Castelleins e Francisco Feio Ribeiro Filho.
- Conselho Deliberativo: Tetsuo Nishiyama, Luiz Yoshiaki Oshiro, José Geraldo da Costa Moreira, Divanir Braz Palma, Jud Nicolau, Edson Cantadori, José Pacheco dos Santos, Kazuo Yokoyama e Antonio Larga.
- Conselho Fiscal: Ênio Pipino, Jitsuji Fujiwara e Antonio Dias Cardas.
- Membros suplentes do Conselho Fiscal: Antonio Alexandre Pereira, Heitor Bolela e Waldemar Alegretti.

No dia 14 de dezembro de 1973 ocorreu mais uma Assembleia Eleitoral da ACIM. Pela primeira vez, naquela década, não haveria bate-chapa.

A chapa única, nomeada “Associação”, obteve 69 votos dos 73 eleitores (houve dois nulos e dois em branco).

A cerimônia de posse ocorreu em 12 de janeiro de 1974 e, curiosamente, o novo presidente não estava presente. O motivo da ausência não foi registrado em ata. Álvaro Miranda Fernandes, que se tornaria presidente ainda naquela mesma gestão, representou Bertin. Ermelindo Bolfer apresentou contas da gestão anterior e anunciou a criação do departamento do Petróleo da ACIM, que funcionaria por mais de dois anos, com o objetivo de unir o setor para enfrentar a crise internacional do produto e seus derivados.

Na primeira reunião daquele ano, Luiz Júlio Bertin pediu estudos para a instalação de um PABX²⁴ na sede da ACIM visando agilizar o atendimento aos associados. A tecnologia era moderna e havia poucos equipamentos instalados na cidade.

No mesmo período a ACIM começaria a debater a ampliação do *trade* turístico para incentivar os viajantes a

1 Entrevista de Luiz Júlio Bertin ao Projeto ACIM Faz História, do Centro de Doc. Luiz Carlos Masson/ACIM.

24 É um equipamento centralizador de linhas e ramais telefônicos (Central Telefônica). Permite a comunicação interna e facilita contatos externos.

Anúncio da empresa de Luiz Júlio Bertin, a Decorações Bertin, veiculado na Revista Maringá Ilustrada, de maio de 1972.



O ritmo contagiante de barro e poesia e na paz, no amor e profícuo de seus filhos, a bar mundo de coisas ex identificam a MARINGÁ de hoje e de sempre.

Nossa saudação a CIDADE CANÇÃO JUBILEU DE PRA

DECORAÇÕES BERTIN

A única da região, especializada no ramo há 25 anos.

Decoradores aptos para a sugestão que agrada realmente, nas suas compras e na completa decoração.

Tecidos, trilhos, pingentes e demais materiais para cortinas;
Tapetes avulsos e forração, cortinas.

permanecerem por mais tempo na cidade. A Associação buscou apoio junto à Empresa Brasileira de Turismo (Embratur, atualmente, Instituto Brasileiro de Turismo), e à Empresa Paranaense de Turismo (Paranatur, hoje extinta e sucedida pela Paraná Turismo). A aproximação de Maringá com a Paranatur havia começado alguns anos antes devido às estratégias de estímulo ao turismo desenvolvidas pela rápida gestão do governador Haroldo Leon Peres, que também era do interior.²⁵

Muitos viajantes que faziam o percurso São Paulo – Guaíra – Foz do Iguaçu pernoitavam em Maringá. Apesar de a cidade apresentar pelo menos 35 hotéis e 70 pensões em 1974, a ACIM considerava que não havia um equipamento de receptivo turístico que atendesse as exigências da Embratur – o melhor era o Grande Hotel Maringá, que se tornaria Hotel Bandeirantes. Para tentar reverter a situação, a comunidade deu início à captação de investidores para a

implantação de um hotel de alto padrão. O resultado viria apenas no final daquela década com as obras de um empreendimento da rede Hotéis Deville, na esquina das avenidas Herval e Tiradentes. De propriedade do ex-governador Jayme Canet Jr., o estabelecimento começou as operações em 1980, com 113 apartamentos e suítes.



Maringá terá hotel de nível internacional

A partir de junho do próximo ano Maringá contará com um hotel de nível internacional. O Secretário de Cultura e Turismo do Município, professor José Joaquim da Cruz Filho, revelou ontem à tarde, ao empresário curitibano Jayme Canet Neto, a maquete do futuro hotel, que terá 113 apartamentos e suítes e será construído na esquina das avenidas Tiradentes e Herval.

Jayme Canet Neto é titular de uma construtora de Capital do Estado, a qual já construiu diversos hotéis em Curitiba e Cascavel. As obras do edifício, que terá cerca de 10 pavimentos e um custo de 40 milhões de cruzeiros, serão iniciadas já a partir de março próxima, cuja conclusão está prevista para o segundo semestre do ano vindouro.

De nível internacional, o hotel disporá de piscinas, restaurantes, garagem subterrânea, sala de jogos, sala de projeção de filmes, etc. A construção deste hotel em nossa cidade, segundo o titular da SCT, irá incrementar substancialmente o turismo em Maringá, principalmente pelo fato de a empresa manter convênio com diversas agências de turismo.

Apesar de a nota não citar o nome do estabelecimento, trata-se do Hotel Deville, rede curitibana fundada em 1974. Foto: O Jornal de Maringá, 11 de janeiro de 1979.

25 Paraná em Páginas. Ano VII, maio de 1971 – Revista de circulação dirigida – nº 75, p. 29.

Inauguração das ampliações da sede da ACIM

Conforme previsto por Ermelindo Bolfer durante a prestação de contas da sua gestão, a sede da entidade foi ampliada em mais de 100 m².

As imagens a seguir registram a cerimônia de entrega da ampliação realizada em 16 de fevereiro de 1974. Interessante ressaltar que o evento reuniu sete ex-presidentes.²⁶



A nova estrutura a serviço dos associados. Fotos: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

²⁶ Somente em 1993 um número tão grande de ex-presidentes voltaria a se reunir. O fato aconteceu durante as comemorações dos 40 anos da ACIM.



Da esquerda para a direita: Ermelindo Bolfer, Odwaldo Bueno Netto, Emílio Germani, Luiz Júlio Bertin e o então reitor da UEM, José Carlos Cal Garcia. Durante o discurso, Bertin defendeu o asfaltamento do campus da Universidade Estadual de Maringá – ação que posteriormente se transformaria em uma campanha junto aos associados.



Da esquerda para a direita: Odwaldo Bueno Netto, Ermelindo Bolfer, Mário Bulhões da Fonseca, então, gerente do Banco do Brasil, Joaquim Dutra, Ubirajara de Araújo Pismel, Divanir Braz Palma e o primeiro bispo de Maringá, Dom Jaime Luiz Coelho, que fez a cerimônia religiosa daquele evento. Quase fora da imagem, à extrema direita e de bigodes, Franklin Vieira da Silva, proprietário do impresso O Diário.



Winifred Ethel Netto (esposa de Odwaldo Bueno Netto), Luiz Júlio Bertin, José Carlos Cal Garcia e Dom Jaime Luiz Coelho, na nova recepção da ACIM.

Em 4 de março de 1974 a diretoria da ACIM defendeu que a filiação de novos associados deveria ser feita por uma empresa especializada. No mesmo encontro, devido aos altos índices de inadimplência na cidade, definiu-se que seria convocada uma reunião com todos os gerentes de bancos para solicitar que fosse inserido o número do CPF dos correntistas nos talões de cheque.

No mês seguinte, a Prefeitura anunciou possíveis mudanças no tráfego da Avenida São Paulo. A ACIM abriu discussão com a gestão pública para que a ação não acarretasse problemas aos comerciantes e, em 2 de maio, emitiu comunicado ao prefeito Silvio Barros com uma série de sugestões e propostas para a melhoria do trânsito de veículos na cidade. Mais tarde, Felizardo Meneguetti seria o representante da Associação junto ao Conselho Municipal de Trânsito.

A Câmara Municipal pediria empenho da ACIM na revogação do uso de discos para estacionamento. O disco era uma tecnologia da época que consistia em dois círculos sobrepostos de papel e com gramatura espessa. Na parte inferior estavam os dias da semana e os horários; na parte superior havia áreas recortadas para o motorista registrar o tempo que o veículo ficaria estacionado. Era o início da regulamentação dos estacionamentos em vias públicas de Maringá. O sistema funcionou por pouco tempo.

Com relação às reivindicações de melhorias no trânsito local, Luiz Júlio Bertin destacou:

A união dos empresários, na Associação, permitiu a discussão das questões viárias de Maringá. Uma delas foi a instalação dos retornos (de veículos) nos canteiros centrais. Tecnicamente aquilo não poderia acontecer porque invadia a via do pedestre. [...]

Discutimos a instalação de uma zona de estacionamento. Queríamos uma área livre para os clientes que vinham de fora para Maringá. [...].²⁷

A ACIM pensava além daqueles problemas habituais de uma cidade em franca expansão. Segundo Bertin, seus diretores não só queriam

27 Entrevista de Luiz Júlio Bertin ao Projeto ACIM Faz História, do Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

XVIII reunião plenária da Federação das Associações Comerciais do Paraná

A ACIM promoveu a XVIII reunião plenária da Federação das Associações Comerciais do Paraná, realizada em Maringá nos blocos provisórios da UEM nos dias 22 e 23 de junho de 1974. O evento culminou com a participação, pela primeira vez

na cidade, do então governador do Paraná, Emílio Hoffmann Gomes. As demais plenárias daquele ano foram em Cascavel, Paranaguá, Campo Mourão e Guarapuava. Todas contaram com a presença de membros da diretoria da ACIM.



Público presente na plenária. Ao centro, Joaquim Dutra.



Luiz Júlio Bertin durante a abertura do evento.



À esquerda, na primeira fila e de bigodes, o ex-prefeito de Maringá Luiz Moreira de Carvalho. Ao lado dele, o advogado Carmino Donato Júnior, que foi procurador jurídico da Prefeitura e da Câmara Municipal de Maringá e do governo do Distrito Federal, com seu marcante bigode e cachimbo.



Usando a palavra, o então reitor da UEM, José Carlos Cal Garcia. À esquerda, Luiz Júlio Bertin. No lado oposto, João Chalbaud Biscaia, presidente da Federação das Associações Comerciais do Paraná.



Herbert Mayer foi homenageado durante a Plenária pela ACIM e recebe o abraço do ex-presidente Alfredo Maluf.



Júlio Bertin e João Chalbaud Biscaia, presidente da Federação (1972-1976), junto de Mayer.

Herbert Mayer

Mesmo após sua aposentadoria, Mayer continuou prestando serviços à ACIM como consultor especial. Bertin apontou que no final da carreira o executivo sofria restrições de alguns diretores:

“Havia muita preocupação com a autonomia do Mayer na Associação Comercial. Muitas vezes, membros da diretoria vinham até mim e diziam que ele tinha que ser controlado. Mayer adorava a Associação Comercial, era a ‘menina dos olhos’ dele. Ele administrou as contas da ACIM e nunca houve desconfiança”. (Entrevista de Luiz Júlio Bertin ao Projeto ACIM Faz História).

Em 1976, Herbert Mayer começou a apresentar sérios problemas de saúde. O reconhecimento ao trabalho dele era tão grande que o Conselho Deliberativo e a diretoria executiva se reuniram em 1976 para discutir seu desligamento. A opinião do médico do executivo, Héllenton Borba Cortes, foi fundamental: segundo Cortes, devido ao estado de saúde do alemão, era fundamental o repouso total. Mayer viria a falecer um ano depois. Postumamente, a diretoria emprestou o nome dele, primeiro, para o Departamento de SPC (em 26/10/77) e, depois, para o auditório de sua sede na Rua Neo Alves Martins.



Herbert Mayer segurando o seu filho, que leva seu nome. A imagem é, possivelmente, da década de 1960, quando ele ocupou o cargo de 1º secretário da ACIM. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson.

evitar o tráfego de grande número de veículo por algumas ruas e avenidas do centro, como desejavam priorizar o trânsito de pedestres.

Como considerávamos que Maringá tinha uma vocação comercial, nós deveríamos reservar mais espaço para os pedestres do que para os veículos. Pensávamos fazer como Roma e proibir o trânsito de veículos no centro da cidade.²⁸

Em 1974, o país sofria com uma epidemia de meningite. Em maio, durante a campanha de prevenção e erradicação da doença em Maringá, haveria vacinação em massa em um dia da semana. Preocupada, a diretoria da ACIM solicitou que a prefeitura estendesse a ação até o sábado para que todos os comerciários e industriários pudessem ser vacinados.

Também em maio, o prefeito Silvio Barros iniciou a ampliação da pavimentação e do sistema de saneamento. O impacto foi sentido rapidamente no bolso do contribuinte, que teve de arcar de uma só vez com as despesas das obras. A ACIM solicitou período maior de carência, ao menos para a taxa do esgoto, de modo a não impactar drasticamente no orçamento dos empresários.

²⁸ Entrevista de Luiz Júlio Bertin ao Projeto ACIM Faz História, do Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Uma das ações de maior relevância da gestão de Luiz Júlio Bertin foi o resgate financeiro da recém-criada Universidade Estadual de Maringá (UEM). Na época, o reitor Rodolfo Purpur procurou Bertin para que a ACIM o auxiliasse na organização de uma comitativa que pudesse abrir diálogo com o então governador Jayme Canet Jr.

Luiz Júlio Bertin lembra aquela ação:

Foi um momento importante para a UEM, pois ela passava por grandes dificuldades financeiras. O Reitor procurou apoio da ACIM e participamos de um movimento que conseguiu, junto ao governador do Estado, Jaime Canet Jr., a liberação de recursos financeiros, possibilitando à UEM sanar suas dificuldades definitivamente.²⁹

Edmundo Albuquerque, chefe de gabinete da reitoria da UEM da época, referenda a colocação de Bertin e lembra que o grupo foi formado por lideranças da cidade, “por ocasião da grave crise pela qual passava a nossa UEM”.³⁰ Luiz Júlio Bertin complementa comentando os desafios do processo de consolidação da Universidade e a participação de representantes políticos e de entidades de classe:

Para nós, empresários, a universidade foi muito importante, mas deu muito trabalho. Tivemos que fazer um convencimento de que Maringá já estava preparada para tê-la. [...] Mas o que funcionou foi a pressão política. O problema não foi só a fundação, mas fazer funcionar. O governo fundou a UEM, mas não mandava dinheiro e nós tivemos que salvá-la. [...] A Universidade Estadual de Maringá, todas as vezes que procurava a ACIM, tinha respaldo.³¹

Durante sua gestão, Luiz Júlio Bertin continuou o processo de criação do Sivamar (até então, o único sindicato patronal existente em Maringá

era o Rural). Nas negociações com os trabalhadores, o comércio era representado pelo sindicato de Curitiba. Em determinadas situações, a própria ACIM chegou a representar a classe.

Bertin expôs detalhes sobre essas articulações:

[...] houve uma consulta da Federação do Comércio Varejista para criar um sindicato em Maringá.

Como nós sabíamos diferenciar bem a associação e o sindicato patronal, consideramos necessária a sua existência [...].

Graças à estrutura da ACIM foi possível a criação do sindicato. [...]. Quando ele começou, nós éramos em torno de 150 comerciantes.³²

Naquele momento, muitas empresas apresentavam dificuldades financeiras em Maringá. Muitas delas, associadas à ACIM e com grande número de funcionários, começaram a declarar falência. Isso preocupou a entidade, que previa reflexos diretos na elevação da taxa de desemprego.

Em julho de 1974, com auxílio do ex-presidente Ermelindo Bolfer, Luiz Júlio Bertin assumiu a responsabilidade de evitar que a empresa de José Pacheco, membro da diretoria daquela gestão, fechasse e dispensasse mais de 240 funcionários. Bertin fez o relato:

Uma entidade representativa tinha que ser também uma entidade que protegesse, no mínimo, a pessoa jurídica dos seus filiados. Com essa filosofia, que me acompanhou em toda a minha gestão, e com o apoio dos membros da diretoria, todas as empresas que estivessem passando por algumas dificuldades funcionais e ou financeiras, quando solicitassem auxílio a entidade, receberiam toda a atenção.³³

Uma das atitudes da ACIM, que no meu ponto de vista, melhorou a sua imagem, foi a ajuda que demos a IMAN e a IMAPSA, que eram empresas do Pacheco. Muita gente criticou, dizendo que a Associação não devia ajudar uma empresa que era de um de seus diretores. Nós não conseguimos salvar as empresas da venda, mas da falência sim. O interventor

29 Registro efetivado pelo próprio Luiz Júlio Bertin no site do projeto Maringá Histórica, em 6 de agosto de 2012.

30 Depoimento de Edmundo Albuquerque concedido ao projeto Maringá Histórica, em setembro de 2009.

31 Entrevista de Luiz Júlio Bertin ao Projeto ACIM Faz História, do Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

32 Entrevista de Luiz Júlio Bertin ao Projeto ACIM Faz História, do Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

33 Autobiografia de Luiz Júlio Bertin – Parte III - http://luizjuliobertin.blogspot.com.br/2011/05/luiz-julio-bertin-autobiografia-parte_733.html - Visitado em 12 de outubro de 2015, às 12h47.



Luiz Júlio Bertin (à frente, com uma pasta na mão) liderou uma comitiva que foi ao Palácio do Iguaçu para reivindicar melhorias para a UEM.

da ACIM junto às empresas foi o Ermelindo Bolfer. Ele assumiu as empresas que estavam praticamente falidas.³⁴

Internamente, a ACIM se desenvolvia bem. Em 1974, o SPC contabilizaria 150.546 consultas, com receita bruta de Cr\$ 157.066,06. Naquele ano, o serviço recuperaria Cr\$ 2.697.970,50 em inadimplência. Eram dez funcionários para atender nove linhas diretas e mais três ramais, movimentados por 164 empresas usuárias.

Ainda sobre o SPC, a ACIM chegou a enviar representantes à Convenção Nacional do Comércio Lojista e ao Seminário Nacional dos SPCs, ambos realizados no Rio de Janeiro, em 1974, além de ter participado do Encontro Estadual dos SPCs, realizado em Curitiba.



A ACIM foi peça fundamental, capitaneando a comitiva até o gabinete do governador. Luiz Júlio Bertin, com cigarro na mão, está à esquerda do governador e em frente a Túlio Vargas, na época secretário de Estado. Ainda na mesa estão os representantes maringangueses: Luiz Gabriel Sampaio, Antonio Mário Manicardi, Edmundo Queiroz Albuquerque, Joaquim Moleirinho, Yoshiaki Oshiro, Sebastião Rodrigues Pimentel, Rodolfo Purpur e Jorge Sato. Fotos: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

34 Entrevista de Luiz Júlio Bertin ao Projeto ACIM Faz História, do Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Década de 1970: departamento do Serviço de Proteção ao Crédito da ACIM



Serviço de Proteção ao Crédito dos associados, na década de 1970. O trabalho era todo manual.



Colaboradoras do SPC na década de 1970.
Fotos: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Em janeiro de 1975, durante Assembleia Geral Ordinária o vice-presidente Álvaro Miranda Fernandes apresentou amplo relatório das atividades da Associação do ano anterior. Miranda destacou que, apesar do déficit financeiro de Cr\$ 32.928,19, a ACIM não atrasou compromissos, tão pouco reduziu o número de seus colaboradores ou mesmo deixou de prestar atendimento aos seus associados. Tal resultado foi possível devido às aplicações em Caderneta de Poupança e Letras Imobiliárias. Enfatizou ainda que o descompasso financeiro era resultado da alta desproporcional constatada nos materiais de consumo.

Durante a assembleia, o Boletim Informativo foi apresentado como um dos únicos impressos

do estado a fornecer conteúdos técnicos ao comércio e à indústria. Apesar do alto investimento para produção, a Associação mantinha o periódico devido à importância do mesmo junto aos associados. Álvaro Miranda também ressaltou a necessidade de aumentar o número de associados, de modo que a mensalidade se mantivesse acessível e a quantidade de serviços e produtos permanecesse em ascensão.

Em debate realizado na ACIM, ainda no início de 1975, ficou claro que a cidade vinha apostando, há alguns anos, em outros modelos de produção rural que não priorizavam a monocultura. Previa-se que as condições produtivas da lavoura branca³⁵ poderiam proporcionar melhores resultados para os agricultores.

Mas, o maior foco dos empresários era a industrialização. A ACIM desenvolveu naquele ano grande quantidade de ações estratégicas que auxiliaram Maringá a se posicionar no cenário que se abria. A Associação foi responsável por um encontro com Luiz Antonio Fayet, diretor presidente do Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná (Badep), que apresentou programas e linhas especiais de crédito aos empresários locais. A Junta Comercial entrou em atividade dentro da ACIM, passando a atender toda a região de Maringá, acelerando principalmente o processo de abertura de empresas.

Em 9 de abril, a empresa Daumo Distribuidora de Auto Motivação foi contratada para atuar na filiação de novos associados.

A gestão de Bertin ainda teve grande participação no desenvolvimento profissional dos comerciantes e comerciários de Maringá e região. Em parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), a ACIM foi responsável por desenvolver um curso de segurança no trabalho que atendia os novos dispositivos legais da época. Ainda no campo da capacitação técnica, a ACIM firmou convênio com o Instituto Paranaense de Assistência Gerencial (IPAG) para o desenvolvimento de vários cursos para executivos da cidade.

Outras capacitações técnicas foram desenvolvidas, como cursos sobre a sistemática da

³⁵ Lavoura branca é aquela que não é perene, que precisa ser plantada todos os anos, como milho, algodão, arroz, entre outras.



Álvaro Miranda Fernandes, ao longo da década de 1970. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



Mário Bulhões da Fonseca foi o responsável por trazer vários representantes do alto escalão do Banco do Brasil para Maringá, muitas vezes a pedido da ACIM para sanar questões pontuais da economia local, como o acesso a linhas de crédito ou a criação de novas fontes de fomento ao comércio e à indústria. O registro acima é de 1972, quando Mário Bulhões e Pedro Almeida (esquerda e direita, respectivamente) – ambos da agência de Maringá – receberam Walter Peracchi Barcelos (centro), diretor do BB para a região Sul do Brasil. Foto: Revista Maringá Ilustrada, maio de 1972.

correção monetária do ativo imobilizado das empresas, processo que vinha gerando muitas dúvidas na época; cursos sobre imposto de renda para pessoas físicas e jurídicas, desenvolvido em parceria com a Delegacia Regional da Receita Federal; curso “Análise de balanço”, em parceria com a Fiep; além de palestras de cunho motivacional e pessoal. A ACIM já mantinha uma biblioteca muito bem servida de títulos vinculados ao Direito Tributário, Comercial e Previdenciário, além de vídeos com temas específicos para uso de seus associados.

A telefonia ganhou espaço nas reuniões, tal qual nas décadas anteriores. No passado, as brigas dos empresários visando à melhoria dos serviços e diminuição de custos eram com a Sociedade Telefônica. Nos anos 1970, as batalhas passaram a ser com a Telepar, estatal que havia incorporado a antiga empresa de Ardinial Ribas. Dessa vez, um grupo se uniu contra um reajuste, considerado abusivo, estipulado pela companhia telefônica e impetrou mandado de segurança contra a elevação.

Dando sequência à bandeira levantada por Ermelindo Bolfer na gestão anterior, a ACIM enviou ao prefeito de Maringá, Silvio Barros, um anteprojeto de lei prevendo modificações no Código de Posturas do município no que se referia ao comércio ambulante, problema que vinha crescendo na cidade.

A proximidade da ACIM com diversos bancos era um dos diferenciais da entidade. Vários

dirigentes, inclusive ex-presidentes, da Associação foram gerentes ou diretores de instituições financeiras, o que explicava a facilidade desse relacionamento. Mas, Luiz Júlio Bertin também destaca um gerente em especial que foi decisivo no apoio à comunidade empresarial da época:

Nós tínhamos uma vantagem muito grande aqui: Mário Bulhões da Fonseca, gerente do Banco do Brasil. Ele tinha as portas abertas e uma autonomia sem limites. Os comerciantes, junto a ele, tinham de tudo.³⁶

Em 1975, Luiz Júlio Bertin pediu afastamento para assumir a presidência provisória do Sindicato do Comércio Varejista de Maringá que estava aguardando a Carta Patente do Ministério do Trabalho para iniciar suas atividades oficialmente. Álvaro Miranda Fernandes assumiu o comando da ACIM.

Bertin retornaria somente em janeiro de 1976, a fim de realizar a prestação de contas da gestão que ele começara e que se findava sob a presidência de Álvaro Fernandes. Naquela Assembleia Geral Ordinária, o dado que mais chamou a atenção foi o superávit que a ACIM apresentou no ano anterior: Cr\$ 129.8847,27 – resultado da campanha para o aumento do número de sócios entre outras ações.

36 Entrevista de Luiz Júlio Bertin ao Projeto ACIM Faz História, do Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Geadas negras

Por sua representatividade econômica, a cafeicultura era o ponto de equilíbrio para muitos municípios paranaenses, inclusive com produtividade superior à de São Paulo, estado referência naquela cultura:

[...] na região dos Barbosa Ferraz (próximo a atual cidade de Cambará), era possível atingir, após o quinto ou sexto ano depois do plantio, um índice de 1.000 arrobas por mil pés, enquanto a região de Ribeirão Preto não ultrapassava 75 arrobas por mil pés de café. O que tornava o negócio rentável, além da terra fértil, era a presença dos proprietários à frente dos empreendimentos. [...]¹

Com o passar dos anos e até a década de 1970, o Paraná passou a responder por quase 50% da produção cafeeira nacional, sendo o seu principal produto econômico. Entretanto, o estado não sustentou esse êxito:

O processo de modernização da agricultura no Paraná ocorreu entre fins da década de 1960 e início dos anos de 1970. Nesse momento, a economia cafeeira estava em crise em função do excesso de oferta desse produto no mercado internacional, além da concorrência sofrida com as produções cafeeiras da África e da Colômbia. Contribuíram ainda para a queda da produção as pragas e alterações climáticas, como a ferrugem e as geadas, que marcaram a crise do café nesse momento.²

O golpe derradeiro para a economia estadual ocorreu em 18 de julho de 1975, com a geada negra, fenômeno climático que ocorre quando o ar se encontra com umidade muito baixa, de modo que a planta morre antes que ocorra a formação e o congelamento do orvalho. Ainda, os ventos frios acabam por fragilizar os frutos e os galhos, devido à desidratação.³ Em outras palavras, a intempérie acaba queimando a planta de dentro para fora, deixando-a com uma aparência escura.

[...] foram danificados 915 milhões de pés de café; outras culturas também foram prejudicadas, como a queda de 25% da cana-de-açúcar, de 80% da safra de trigo, além das pastagens inteiramente queimadas. Após a geada, foram erradicados apenas em um ano cerca de 211 milhões de pés de café. Nessa área, o café dificilmente é replantado. A terra foi destinada, em sua maioria, para a soja, pastagens e outras lavouras temporárias anuais.⁴

Milhares de famílias migraram para outros estados, compondo grande êxodo rural. Segundo o IBGE, 2,5 milhões de trabalhadores rurais do Paraná saíram do campo na década de 1970.

Produtores de lugares como Cornélio Procopio, Loanda, Maringá, São Miguel do Iguaçu e Engenheiro Beltrão começaram a sonhar com as terras planas e baratas de que se falava mais ao norte. Começou, então, um movimento migratório impressionante, o que fez com que o estado perdesse 13% da população ao longo dos anos 1980. O Mato Grosso foi um dos principais destinos.⁵

Em grande parte, os colonos que ficaram passaram a ocupar zonas periféricas, devido à falta de oportunidades. Eram os “bóias-frias”, homens e mulheres que habitavam as cidades, mas que trabalhavam no campo sem vínculo empregatício:

Com a decadência do colonato, e, consequentemente abandono da colônia, em direção a um núcleo próximo à propriedade ou para as cidades, os ex-colonos passam a efetuar tarefas não fixas, sendo transportados diariamente sobre um caminhão sem muita segurança, para a sua tarefa diária.⁶

Com a geada negra, mais do que nunca a industrialização, defendida pela ACIM e por muitos políticos, precisava ganhar força e ser acelerada por meio de diversas formas de incentivo. Em alguns casos, como em Maringá, esse processo foi bem sucedido.

1 CANCELAN, 1981, p. 57 in OLIVEIRA, Semí Cavalcante de. **A economia cafeeira no Paraná até a década de 1970**. FAE Centro Universitário. Vitrine da Conjuntura, Curitiba, v. 2, n. 4, junho 2009, p. 4.

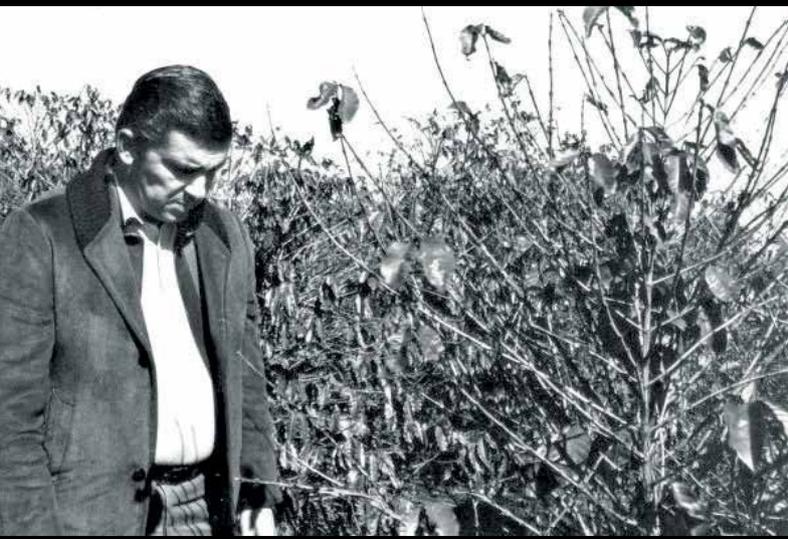
2 PRIORI, Angelo; POMARI, Luciana Regina; AMÂNCIO, Sílvia Maria; IPÓLITO, Verônica Karina. **A modernização do campo e o êxodo rural. História do Paraná: séculos XIX e XX** [online]. Maringá: Eduem, 2012, p. 120.

3 Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR). Métodos de proteção contra geadas em cafezais em formação.

4 NAKAGAWARA, Yoshiya. **Café, colonato e bóia-fria**. Seminário: Cio Soc./Hum., Londrina, v. 15, n. 3, p.270-279, set. 1994.

5 Revista Cafeicultura. Especial: 35 anos da geada de 1975. 17 de julho de 2010.

6 NAKAGAWARA, Yoshiya. **Café, colonato e bóia-fria**. Seminário: Cio Soc./Hum., Londrina, v. 15, n. 3, p. 270-279, set. 1994.



O governador do Paraná, Jayme Canet Jr. foi visitar o norte/noroeste do Paraná para constatar de perto a devastação do campo. Canet também era um grande produtor de café naquele período. Foto: Acervo Museu da Imagem e do Som do Paraná.



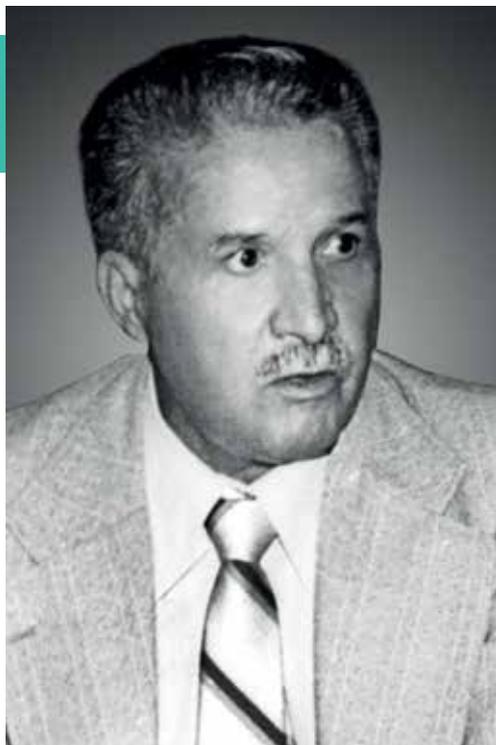
As plantações de café completamente queimadas pela geada negra.



Viveiro Maringá, em 18 de julho de 1975. Fotos: Acervo Maringá Histórica / Acervo Família Yoshino.



Registros da imprensa sobre aquela intempérie que chegou a ser caracterizada como uma calamidade.



Álvaro Miranda Fernandes Gestão 1976-1978

- Presidente: Álvaro Miranda Fernandes
- 1º Vice-presidente: Paulo Jeremias da Silva
- 2º Vice-presidente: Felizardo Meneguetti
- 1º secretário: Atair Niero
- 2º secretário: Elias Bini
- 1º tesoureiro: Farid Curi
- 2º tesoureiro: Heitor Bolela
- Diretores adjuntos: João Belfa e Francisco Feio Ribeiro Filho.
- Conselho Deliberativo: Airton Leite da Cunha Rego, Antonio de Paula Souza Bárbara, Enio Pipino, Luiz Yoshiaki Oshiro, Reynaldo Ferreira Rehder, Amorim Pedrosa Moleirinho, Kazuo Yokoyama, Raymundo do Prado Vermelho, Luiz Antonio Penha.
- Conselho Fiscal: Oseas Samuel Johansen, Edson Cantadori, Gilberto José Andreatta.
- Membros suplentes do Conselho Fiscal: Antonio Lorga, Satyro Okamoto e Fernando Ferraz.

Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Álvaro Miranda Fernandes nasceu em Barra Mansa, Rio de Janeiro, e formou-se em Química Industrial em São Paulo.

Mudou-se para Londrina, onde trabalhou em uma usina de cana-de-açúcar. No ano de 1958 fixou residência em Maringá. Como tinha afinidade com o comércio, passou a comprar e vender sementes e adubos. Foi presidente do Lions Clube.

Era dinâmico e tinha grande entusiasmo pela cidade. Empresário e professor universitário, lecionou na área de química e desenvolveu trabalhos ousados. Ele prospectou recursos fora do país para financiar projetos como a Stévia, que se transformou em um marco na história da UEM.

Tinha problemas de coração e, a partir de um derrame em 1976, sua saúde começou a ficar abalada restringindo suas atividades comunitárias.

No dia 13 de dezembro de 1975 ocorreu a Assembleia Eleitoral da ACIM para definir a gestão do biênio 1976-1977. Devido ao licenciamento de Luiz Júlio Bertin, em função do acompanhamento da instalação do Sindicato do Comércio Varejista de Maringá, quem conduziu aquele encontro foi o presidente em exercício Álvaro Miranda Fernandes.

Uma única chapa, “Associação”, concorreu naquelas eleições recebendo 27 votos.

Álvaro Miranda assumiu a ACIM no dia 13 de janeiro de 1976. Era um período complexo sob o ponto de vista econômico, já que naquele ano Maringá, bem como outras cidades da região, sentiriam mais fortemente os impactos ocasionados pela geada negra. Sob outro aspecto, a intempérie serviria para o aceleração do processo de industrialização da cidade.

Novamente, a necessidade de ampliação da estrutura da ACIM voltava a ser tema de debates na diretoria. No dia 3 de fevereiro, o industrial Felizardo Meneguetti, 2º vice-presidente, defendeu a construção de uma nova sede. A diretoria retomou a antiga ideia de incorporar a obra com uma construtora, de modo que o atual prédio fosse demolido e desse espaço a um grande edifício residencial, onde o térreo fosse todo ocupado pela ACIM.

A construção da nova sede passou a ser a tônica das



Paulo Jeremias da Silva

Paulo Jeremias da Silva, presidente interino da ACIM de março a junho de 1976. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

reuniões e o principal objetivo da diretoria. A empresa curitibana Farid Surugi S.A. demonstrou interesse e informou que o negócio só seria possível com a utilização do lote vizinho da ACIM. A área pertencia ao comerciante José Pa-reja, que sinalizou positivamente para a realização da parceria.

Em 17 de fevereiro de 1976, o 1º vice-presidente, Paulo Jeremias, destacou que havia assistido a uma palestra do jornalista Joelmir Beting sobre a economia brasileira, em São Paulo, onde representou a ACIM durante a posse da Associação Comercial daquela cidade. Dada a boa impressão que Jeremias expôs, ficou definido que a entidade agendaria um evento com o mesmo palestrante em Maringá.

Já em março de 1976, Álvaro Miranda Fernandes apresentou um ofício formalizando a necessidade de afastamento temporário devido a um tratamento de saúde. O vice-presidente, Paulo Jeremias da Silva, assumiu a entidade por 120 dias. E, justamente nesse período, o auditório da ACIM seria palco de uma importante ação internacional entre Maringá e Kakogawa.

João Paulino outra vez



Foto: Revista Maringá Ilustrada, maio de 1972.

Maringá conseguiu manter boa representação nas esferas estadual e federal nas eleições de 1974. Foram eleitos deputados federais: Adriano José Valente (Arena) e Walber Sousa Guimarães (MDB); como estaduais, Luiz Gabriel Sampaio e Jorge Sato (Arena), Antonio Facci e Valter Pietrângelo (MDB).¹

No âmbito municipal, o promotor público que acabou fazendo carreira política seria o primeiro prefeito a ser reconduzido ao cargo em Maringá, em 1976. João Paulino Vieira Filho venceu a disputa com 18.535 votos, tendo concorrido com Horácio Raccanello Filho, Said Ferreira, Luiz Gabriel Sampaio, Walber Guimarães e Antonio Assunção.²

1 ALCÂNTARA, 1999, p. 263 in DIAS, 2008, p. 110.

2 DIAS, 2008, p. 114.

Maringá–Kakogawa



Visita da missão de Kakogawa a ACIM em 1976. Na mesa de honra, da esquerda para a direita: Antônio Mario Manicardi, presidente da Câmara de Vereadores; Silvío Magalhães Barros, prefeito de Maringá; Paulo Jeremias da Silva, presidente da ACIM em exercício; Sadao Inaoka, presidente da Comitiva de Kakogawa; e Toshihiro Wada. Na oportunidade, Heitor Bolela, 2º tesoureiro daquela gestão que foi presidida por Álvaro Miranda Fernandes, entregou uma homenagem a um dos integrantes nipônicos.

No início da década de 1970, o Paraná assinou um convênio de irmandade com a província de Hyogo, no Japão. Em 1972, os governadores desses estados, Tokitada Sakai e Parigot de Souza, fizeram uma declaração conjunta formalizando a aproximação econômica, cultural e social dos países, o que estimulou vários tratados de irmandade.

Como resultado daquele processo diplomático, Maringá e Kakogawa tornaram-se co-irmãs em 2 de julho de 1973 quando os prefeitos Silvío Barros e Sadao Inaoka assinaram o documento oficializando a irmandade. Três anos depois, uma comitiva de empresários japoneses esteve em solo maringense e visitou a ACIM para discutir possíveis parcerias com os empresários.



Comitiva japonesa na ACIM. Ao fundo, a galeria dos presidentes criada na gestão de Luiz Júlio Bertin. Fotos: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Entre março e abril de 1976, a diretoria da ACIM estudou a possibilidade de adquirir uma impressora off-set para a produção de seu Boletim Informativo, buscando meios para a redução de custos. Contudo, concluiu que não seria viável o investimento, mas que seria estudado melhor o fornecedor, gráfica ou jornal, para a impressão do periódico.

Empresário tradicional do setor gráfico, Heitor Bolela propôs a venda de publicidade no boletim para geração de receitas e sugeriu que a comercialização fosse feita por uma empresa especializada, ficando encarregado de viabilizar a parceria. Em abril, uma comissão formada por Bolela, Francisco Feio Ribeiro e Atair Niero foi designada a visitar as instalações de O Diário, para avaliar as condições do jornal imprimir o Boletim Informativo.

Com o crescimento do número de colaboradores, o auditório da ACIM se transformou em três salas de apoio. Por isso, em maio de 1976, a diretoria firmou uma parceria com a Concessionária Dama Volkswagen, que colocou o auditório da empresa à disposição da entidade.

Em junho daquele ano, por solicitação da UEM, a ACIM passou a participar do Conselho Curador da universidade, sendo representada por Yoshia-ki Oshiro – que ocupara cargos na Associação em gestões anteriores e, posteriormente ocuparia uma secretaria municipal. No dia 29 do mesmo mês Álvaro Miranda Fernandes retomou a presidência da ACIM. No mês seguinte, ele foi eleito vice-presidente da Federação das Associações Comerciais do Paraná.

Em dezembro de 1976, uma comissão especial foi designada para negociar a proposta de

construção da nova sede com a Farid Surigi, em Curitiba. No mesmo mês, o projeto preliminar das obras foi apresentado para a diretoria. Em janeiro do ano seguinte, sugeriu-se a consulta pública com construtoras locais, no sentido de analisar a possibilidade de viabilizar o projeto com parceiros de Maringá. A ACIM fez contato com o presidente da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Maringá (Aeam), Paulo Sérgio Magalhães da Silva, que prontamente demonstrou o interesse do setor na parceria. Ainda em 1977, a diretoria decidiria alugar uma casa na área central da cidade enquanto as obras fossem desenvolvidas.

Entretanto, vale destacar que para efetivar a operação de incorporação haveria a necessidade de anuência da doadora do terreno, a CMNP. A doação havia sido feita com a condição de que a área fosse ocupada única e exclusivamente pela ACIM, com cláusula de inalienabilidade prevista em contrato.

Superada a questão com a CMNP, a negociação foi concluída: o prédio seria de dez andares, cabendo à ACIM uma loja térrea com área de aproximadamente 106 m² e a sobreloja, com entrada privativa, com mais 450 m². Contudo, essa negociação ainda geraria problemas pelos próximos anos.

Naquele início de 1977, Álvaro Miranda Fernandes teve de tratar de um assunto por demais complicado e com resultados significativos para a economia local: o grande número de atestados que estava afastando os trabalhadores de suas funções. Ficou aprovado o despacho de ofício para alertar representantes da Sociedade Médica de Maringá, a fim de que fossem averiguadas possíveis irregularidades na emissão desses documentos.

Em fevereiro de 1977 a diretoria da ACIM cobrou da Secretaria de Obras e Viação a transferência da rodoviária municipal para uma região mais afastada visando a redução do tráfego de veículos pesados do centro. O terminal era localizado entre a Rua Joubert de Carvalho e Avenida Tamandaré. A mudança, no entanto, só viria a se efetivar no final da década de 1990.

Outro projeto da ACIM que não se efetivou, mas que demonstra a preocupação social da entidade, foi a tentativa de criar uma fundação para treinamentos especializados tendo em vista a grande

migração do homem do campo para a cidade. O projeto também beneficiaria a construção civil, que vinha sofrendo com a falta de mão de obra capacitada. A ideia da Associação era que a fundação fosse fomentada pela prefeitura.

O assessor da Secretaria de Planejamento da prefeitura, Ademar Schiavone, participou de várias reuniões da diretoria da ACIM. Em uma delas, ele abordou a implantação da nova zona industrial de Maringá. A Associação conseguiria um feito significativo: a redução do valor dos lotes com o objetivo de atrair mais empreendimentos para a cidade.

No início daquele ano, o professor da UEM, Eurico Camboim Mattana, apresentou para a diretoria da ACIM a ideia de se implantar em Maringá uma Bolsa de Cereias e de Mercadorias. A proposta nasceu durante reuniões com cerealistas da região. Seria uma forma de controlar e orientar os preços de diferentes culturas, evitando atravessadores na cadeia produtiva.

Visando unir os cerealistas, a primeira iniciativa da ACIM foi criar o Departamento de Cereais, transformado posteriormente em Departamento de Produtos Primários, que foi conduzido por empresários como Alcides Fanhani, Aníbal Victorino, Giacondo Zameto, Munefune Matsubara e Antonio Lorga. Mais tarde, naquele mesmo ano, a entidade se frustraria com a baixa adesão dos cerealistas para a concretização da Bolsa de Cereais e de Mercadorias.³⁷

Ainda em fevereiro a ACIM participou de uma grande campanha comercial. Segundo documentos, essa pode ter sido a primeira do gênero com o apoio da televisão. Chamada “Dia de Economia”, a ação foi organizada pela TV Cultura (atual RPC, afiliada à Rede Globo) sob coordenação do diretor comercial José Sanches Neto. Estimulado pela ACIM, o comércio concedeu descontos durante o período da promoção.

Visando a melhoria do diálogo entre suas congêneres, em agosto de 1977 a ACIM propôs a criação de uma entidade regional. Nascia a Coordenadoria das Associações Comerciais do Norte do Paraná (Cacimpar). Posteriormente, no início da década

37 A Bolsa de Cereais e Mercadorias viria a ser fundada somente em 1982.



Agência do SINE, instalada na Avenida Brasil em 1977. Décadas depois, transferida para a Rua Joubert de Carvalho. Foto: Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.

de 1980, a ACIM fomentaria a criação da Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Norte e Noroeste do Paraná (Cacenor), que assumiria a condução das discussões de assuntos regionais, conforme será visto em breve.

Ainda em agosto, o então gerente da Hermes Macedo de Maringá, Walter Pohl, esteve na ACIM justificando a criação de uma unidade do Clube de Dirigentes Lojistas (CDL) em Maringá.³⁸ Pohl defendeu que tal articulação não dividiria forças com a ACIM, mas somaria em ações e estratégias. De fato, o CDL foi criado e, durante vários anos foi parceiro de diversas campanhas e ações em prol do comércio local.

O Sistema Nacional de Emprego (Sine, atual Agência do Trabalhador) iniciou suas operações na cidade no dia 8 de outubro de 1977. Representantes da entidade estiveram na ACIM apresentando os benefícios do novo serviço.

Ainda naquele ano a ACIM auxiliaria e apoiaria incisivamente a criação do curso de Agronomia na UEM, tendo participação direta na composição de seu primeiro acervo bibliográfico. A formação de engenheiros agrônomos era uma forma de contribuir com a reestruturação do campo para prevenir reveses e reduzir futuros impactos ocasionados por variações climáticas.

Uma ação de destaque promovida pela ACIM, que se tornou tradição, é o Concurso de Decoração Natalina. Criado na gestão de Álvaro Miranda Fernandes, o evento premiava as melhores iluminações e decorações das vitrines do comércio local.

A ACIM apresentava naquele ano de 1977 uma estrutura robusta, composta pelo Sistema de Proteção ao Crédito, departamentos jurídico e do petróleo, boletim informativo, Junta Comercial, fotocópias, cursos, relações públicas e cerealistas. Previa-se ainda a criação de um departamento do café.

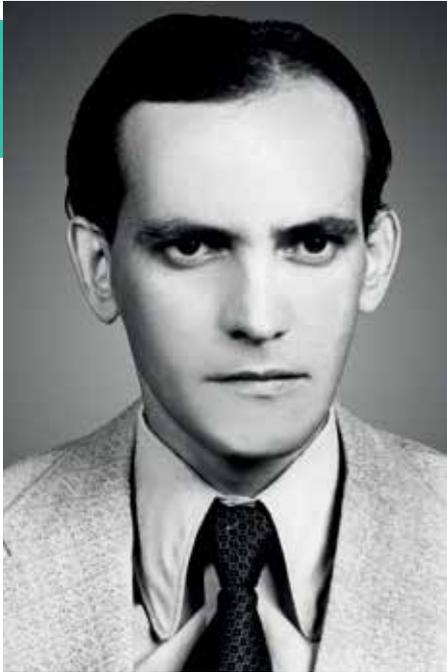
Durante a prestação de contas referente ao biênio de 1976-1977, Álvaro Miranda Fernandes declarou:

Quando assumimos a diretoria da ACIM, achamos que só lograríamos ter algum êxito se trabalhássemos dentro de um esquema bem estruturado. Fizemos um plano de ação no qual estabelecemos uma série de metas as quais, felizmente, foram atingidas e mesmo superadas. Participamos de várias reuniões com técnicos do Badep, secretaria das Finanças, ministério do Trabalho, secretaria da Indústria e Comércio, Missão Kakogawa etc... Lutamos contra as restrições de crédito, contra taxas de juros elevadas e outros problemas, encaminhando inúmeros ofícios aos responsáveis pelos órgãos que estabelecem a política financeira nacional onde procuramos, acima de tudo, defender os interesses regionais. A maioria de nossas ações junto aos órgãos governamentais e autarquias contou com o auxílio inestimável da Federação das Associações Comerciais. [...]³⁹

O processo de industrialização de Maringá, pauta presente em diversos encontros da ACIM desde o início da década de 1970, ganharia um marco significativo na gestão seguinte, com a realização de um grande seminário, que contou com a presença do governador do Paraná, Ney Braga. O sonho da mudança para a nova sede, por outro lado, seria adiado devido à abertura de falência da construtora parceira. Novas conquistas e novos desafios fechariam esse decênio.

38 Atualmente, a instituição é conhecida nacionalmente como Câmara de Dirigentes Lojistas e não tem unidade em Maringá.

39 Ata da Assembleia Geral Ordinária de janeiro de 1978.



Sidney Meneguetti Gestão 1978-1980

- Presidente: Sidney Meneguetti
- 1º Vice-presidente: Atair Niero
- 2º Vice-presidente: Guido Germani
- 1º Secretário: Dirley Pompeu Bernardi
- 2º Secretário: Hermenegildo Dalla Costa
- 1º Tesoureiro: Heitor Bolela
- 2º Tesoureiro: Alcides Siqueira Gomes
- Diretores adjuntos: Frederico Westphal Júnior e Fernando Ferraz.
- Conselho Deliberativo: Amorim Pedrosa Moleirinho, Adirson Rossi, Antonio Dias Cordas, Antonio Lorga, Humberto Bortolucci, Alcides Romero, Oswaldo Chiuchetta, Alcides Fanham e Josuan Moraes.
- Conselho Fiscal: Jeferson Alves Terra, Gustavo Benedito Braga e Valdecir de Britto.
- Membros suplentes do Conselho Fiscal: Eloy de Mello Júnior, Jair Rossi e Hélio Zavataro.

Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Sidney Meneguetti nasceu em Maringá em 1947. Filho do industrial Felizardo Meneguetti, Sidney já se fazia presente na sede da ACIM desde criança, acompanhando o pai. Mais tarde, ainda jovem, a Associação continuou a fazer parte de sua vida:

Meu pai me mandava vir a Associação Comercial para pegar informações fiscais, tributárias, trabalhistas e tirar xerox. Tirar xerox em Maringá era na Associação Comercial.¹

Sua família começou a plantar cana-de-açúcar devido às fortes geadas, de 1953 e 1955, que devastaram boa parte dos pés de café. Como a cachaça era muito consumida na época e a única fábrica da região estava em Cambé, os Meneguetti começaram a produzir a bebida em 1957, introduzindo duas marcas no mercado: Caninha Lambari e Corumbatora. Entre 1960 e 1964 adquiriram equipamentos e criaram toda uma estrutura para produção de açúcar. Nascia em 1964, no distrito de Iguatemi, a Usina de Açúcar Santa Terezinha, que se transformaria em uma das maiores empresas do ramo no país.

Sidney Meneguetti explica que o crescimento da Usina aconteceu ao mesmo tempo em que os pés de café eram er-

radicados do Paraná nas décadas de 1960/1970:

[...] conseguimos expandir a produção por meio do arrendamento de terras, contribuindo para ser um dos maiores “erradicadores” de café na região. Nós arrendávamos as fazendas que tinham um café decrépito e plantávamos cana-de-açúcar.

A cafeicultura estava em decadência e o governo lançou uma política de erradicação para ver se os preços se sustentavam. Os grandes produtores de café começaram a ir para outros estados – Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.²

Como participou ativamente da campanha eleitoral vitoriosa de João Paulino Vieira Filho nas eleições municipais de 1976, Sidney Meneguetti assumiu a chefia de gabinete nos meses iniciais daquela gestão. Não se manteve no cargo por muito tempo devido às responsabilidades com a empresa da família.

Quando assumiu a ACIM, Meneguetti tinha apenas 30 anos. Presidente mais jovem a assumir a entidade, o empresário foi fundamental na administração de uma instituição que, como ele disse em entrevista, “(...) estava passando da adolescência para a maturidade (...)”.³

1 Entrevista de Sidney Meneguetti ao Projeto ACIM Faz História, do Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

2 Ibid.

3 Idem.

A Assembleia Eleitoral realizada em 14 de dezembro de 1977, mais uma vez, contou somente com uma inscrição de chapa, “Integração”, que obteve 40 votos.

Uma das primeiras ações da nova diretoria, em fevereiro de 1978, foi solicitar a revisão nas tarifas de alguns impostos municipais junto ao prefeito João Paulino Vieira Filho. Ao mesmo tempo, a entidade cobrava maior celeridade no processo de abertura de empresas na cidade.

Sidney Meneguetti também ressaltou o desafio que foi trazer novos associados, revelando uma realidade ainda pouco abordada pela história econômica local:

Nós queríamos a participação de todas as empresas na Associação Comercial, inclusive daquelas que eram filiais de grandes grupos empresariais do país. Brincávamos nas reuniões da ACIM que Maringá era a capital nacional das filiais. Nós começamos a procurar este pessoal porque estávamos precisando de recursos para custear o funcionamento da ACIM. Maringá era uma cidade pujante e importante, mas o poder de decisão dos negócios não estava aqui, estava nas matrizes. Esta foi uma constatação que fizemos em minha gestão e uma situação que prejudicou um pouco a gente. [...] Quando procurávamos estas empresas para se associar, os responsáveis sempre diziam: “é preciso falar com a matriz”. [...] Uns e outros acabaram se filiando.⁴⁰

A nova gestão deu continuidade às negociações com a Farid Surugi e formalizou o prazo limite de 28 de fevereiro para que a construtora apresentasse o projeto do edifício residencial que resultaria na nova sede da ACIM. A empresa pediu e recebeu novo prazo, 24 de março, mas não cumpriu o prometido. A ACIM decidiu quebrar o contrato de incorporação e solicitou o ressarcimento das despesas com outro imóvel que havia alugado para se instalar enquanto a obra ocorresse. Em abril de 1978, a incorporadora procurou a Associação solicitando o prazo de um ano para realizar as obras e foi atendida.

No início de 1978, houve um grande período de estiagem que teve reflexos diretos na produção

agrícola da região noroeste. Visando minimizar os impactos para os produtores, tantos os pequenos quanto os médios e grandes, a ACIM abriu diálogo para a abertura de linhas especiais de crédito junto ao Banco do Brasil e ao Banco do Estado do Paraná e alertou as autoridades do estado quanto à situação. O então deputado federal, Álvaro Dias, e o chefe da Casa Civil do Paraná, Armando Queiroz, se solidarizaram e se colocaram à disposição para auxiliar a região.

Quando a ACIM completou 25 anos, em abril de 1978, a diretoria organizou um evento na Chácara Germani, com a presença de autoridades, colaboradores e imprensa. Naquele mês foi publicada uma matéria no Boletim Informativo resgatando parte da história da entidade.

Desde o seu surgimento, em várias oportunidades a diretoria da ACIM discutiu a viabilidade econômica do Boletim Informativo. Na gestão de Sidney Meneguetti não foi diferente. Sobre esse assunto, o presidente destacou o papel fundamental que Álvaro Miranda Fernandes teve para manter o impresso em circulação:

Quem cuidava da edição da revista na minha gestão era o Miranda, dono da Mercantil Miranda. [...] Ele não queria deixar a revista cair nas mãos de terceiros. Desta forma, procuramos não mexer na edição e deixar por conta do Miranda. Por isso, se a revista da ACIM existe hoje, este crédito se deve a ele que não a deixou ser eliminada, mesmo sendo deficitária.⁴¹

Em maio de 1978 a diretoria da ACIM discutiu a elevada presença de mendigos que transitavam no centro da cidade. Em especial, um homem conhecido como “robô”, que vinha atormentando os consumidores. Por se tratar de um assunto de cunho social, foram emitidos ofícios informando as autoridades responsáveis para que fossem tomadas as devidas providências.

Naquele mesmo mês a diretoria aprovou a transferência provisória da sede da ACIM para um edifício localizado na Rua Basílio Sautchuk, 455, enquanto sua sede fosse construída pela Farid Surugi ao longo dos próximos doze meses.

40 Entrevista de Sidney Meneguetti ao Projeto ACIM Faz História, do Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

41 Entrevista de Sidney Meneguetti ao Projeto ACIM Faz História, do Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Contudo, novo fato surge no processo dessa construção: os proprietários do Ki-Kão Lanches, localizado em frente à sede da entidade, solicitaram que a ACIM comprasse seu ponto comercial por Cr\$ 50 mil ou que pagasse indenização de Cr\$ 100 mil. Eles alegaram que haviam acabado de ampliar o estabelecimento e que perderiam o investimento com a mudança. O diretor da ACIM, empresário e advogado, Alcides Siqueira Gomes foi designado para tratar do assunto. Os proprietários da lanchonete, Sebastião Palma e Jorge Antonio de Abreu, entraram em acordo depois de uma longa negociação e transferiram o Ki-Kão para a outra esquina, na Avenida Herval.

Em junho de 1978 Ermelindo Bolfer esteve em uma reunião da ACIM na condição de secretário de Fazenda do município e pediu apoio no processo de industrialização de Maringá. Meses depois, o secretário assumiria o compromisso de auxiliar financeiramente uma promoção de Natal, “Campanha da Economia”, organizada pela Associação, além de melhorar a iluminação e a limpeza das vias em dezembro. Naquele ano a entidade se consolidaria como promotora de várias campanhas comerciais em períodos tradicionais: dia das mães, dos namorados, dos pais, das crianças, além de ampliar o concurso de decoração, que passou a ser chamado de Concurso das Quadras mais Decoradas do período natalino.

A estratégia dessas ações comerciais era aproximar a ACIM dos comerciantes, inclusive dos bairros, que estavam crescendo, conforme Sidney Meneguetti apontou:

Nós tínhamos uma preocupação de institucionalizar a ACIM. Ela teria que estar presente em todas as atividades comunitárias [...] para captar mais associados. Maringá estava crescendo, principalmente a periferia. O comércio estava indo além do centro da cidade. O Jardim Alvorada e a Avenida São Domingos estavam tendo um comércio importante. [...].⁴²

Em setembro de 1978, a ACIM passou a manter uma coluna no jornal O Diário do Norte do Paraná

Capa do Boletim Informativo em comemoração ao Jubileu de Prata da ACIM.



como forma de dar maior visibilidade às ações desenvolvidas em prol de seus associados, bem como divulgar eventos e parcerias.

No mês seguinte a entidade recebeu a notícia de que a Farid Surugi havia sido vendida para um novo grupo empresarial. A diretoria decidiu aguardar o contato dos novos representantes para analisar o futuro da negociação.

O Brasil viveu um surto de peste suína em 1978, sendo que o sul do país foi a região com maior incidência de casos. A doença ocupava as manchetes dos jornais de circulação nacional e havia necessidade de informar os consumidores e produtores sobre a situação. Em Maringá, os técnicos da ACIM se capacitaram sobre o assunto e passaram a atender os associados, esclarecendo dúvidas. O doutor em ciência animal, Francisco Cecílio Viana, aborda a questão:

A peste suína africana (PSA), [...] ao ser notificada no Brasil, em 1978, colocou em xeque a infraestrutura sanitária do ministério da Agricultura, das secretarias estaduais de Agricultura, e obrigou as autoridades sanitárias e políticas do país ao uso de severas medidas sanitárias, muitas das quais contestadas por produtores e técnicos. [...] Essa doença interrompeu durante muitos anos as exportações de carne suína e também afetou a exportação de grãos produzidos no sul do Brasil, região com grande número de registros de focos. [...].⁴³

42 Entrevista de Sidney Meneguetti ao Projeto ACIM Faz História, do Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

43 VIANA, Francisco Cecílio. **História e memória da peste suína africana no Brasil, 1978-1984**: passos e descompassos. Tese apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Veterinária, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciência Animal. 2004.

70º aniversário da Imigração Japonesa no Brasil



O então príncipe Akihito, seguido de sua esposa, Michiko, no Aeroporto Regional Gastão Vidigal, em Maringá. Foto: O Diário do Norte do Paraná.

Em abril de 1978, Álvaro Miranda Fernandes, Emílio Germani e Felizardo Meneguetti, representando a ACIM, participaram de uma comitiva empresarial e política que visitou o Japão. Ao lado do prefeito de Maringá, João Paulino Vieira Filho, conheceram o comércio de algumas cidades, a tecnologia empregada no desenvolvimento urbano e se reuniram com o então príncipe Akihito e ministros, além de acompanharem debates na Câmara do Comércio do Japão.

No 70º aniversário da Imigração Japonesa no Brasil, em 20 de junho daquele mesmo ano, o príncipe Akihito e a princesa Michiko estiveram em visita oficial a Maringá. A agenda incluiu a inauguração do Jardim Japonês no Parque do Ingá e o lançamento da pedra fundamental da futura sede da Associação Cultural e Esportiva de Maringá (Acema). Ao longo do caminho para o Parque do Ingá foram saudados por estudantes com 10 mil bandeiras do Japão e do Brasil. O casal pernitoou no Hotel Bandeirantes, o mais luxuoso da época. Um quarto foi especialmente preparado para a ocasião. Em 21 de junho, ainda pela manhã, o príncipe e a princesa partiram de volta ao Japão.

Ainda em 1979, a ACIM levantou a necessidade emergencial de ampliação do número de vagões do ramal ferroviário, de modo a auxiliar no escoamento da produção regional. Na mesma época, a entidade se reuniu com o secretário de Estado da Justiça do governo Ney Braga, Octávio Cesário Pereira Júnior que esteve na cidade em maio para ser agraciado com o título de Cidadão Benemérito. Durante o encontro foi discutida a ampliação das unidades locais da Junta Comercial e da Junta de Conciliação.

Sidney contou que a aproximação da ACIM com Curitiba foi fundamental naquele final da década de 1970:

O contato com a capital foi uma de nossas preocupações. Maringá estava deixando de ser uma cidade eminentemente agrícola para se transformar em uma cidade comercial e industrial. Para que isso ocorresse era necessário o apoio do poder político. Tivemos que brigar muito politicamente. [...] A Associação Comercial, junto com o João Paulino, foi conquistar obras para nossas construtoras. O governo estava investindo muito nos conjuntos habitacionais, começaram a sair indústrias que vinham com construtoras de fora. Brigamos para que os bancos contratassem empresas locais para construir os prédios das agências. Nós exigimos muito do prefeito para que fosse brigar por isso. O João Paulino não se negava a fazer isto. O prefeito e a Associação reverteram obras cotadas por empresas de fora, como foi o caso da construção do Banco Itaú. Teve, também, um conjunto habitacional já lançado, que era para ser construído pelos Irmãos Mauad (de Curitiba). A Caixa Econômica já estava com os recursos alocados, e nós também revertemos. [...]. Por isso que, quando saí do gabinete da prefeitura, vim para a presidência da Associação Comercial para continuar essa luta. [...]⁴⁸

Maringá estava deixando de ser uma cidade exclusivamente produtora de café. Evidentemente, a cisão determinante veio com a geada negra que induziu o aceleração da industrialização. O prefeito João Paulino Vieira Filho incorporou essa nova visão econômica em seu plano de gestão, aproximando-se ainda mais da ACIM que vinha defendendo a mesma bandeira há anos.

48 Entrevista de Sidney Menguetti ao Projeto ACIM Faz História, do Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

O prefeito estipulou ações de longo prazo. Inclusive, propondo repensar a cidade para as próximas décadas, modelo de planejamento que a ACIM traria à tona na década de 1990, conforme será exposto mais adiante. Sobre o processo de industrialização, Sidney Meneguetti comenta:

O processo de transformação de Maringá se sentia na mudança da cidade romântica da época do café para a cidade comercial e agroindustrial. Ela tinha que remar e concorrer com outros centros urbanos – Londrina e Cascavel – com o temor de ficar para trás. Nós sentimos muito isso. Havia a necessidade de buscar indústrias para Maringá [...]. Fizemos muitas publicações da cidade para outras regiões, falamos da indústria e da “cidade verde”. O João Paulino lançou um programa denominado “Maringá 2000”, que era a grande diretriz de crescimento, demonstrando em um mapa do município como seria o futuro desenvolvimento da cidade. Isso se transformou em uma lei.⁴⁹

No final da década de 1970 as cidades da região de Maringá buscavam mecanismos de organização territorial visando o processo de desenvolvimento com foco na melhoria da qualidade de vida da população mais carente. Iniciou-se a elaboração de diretrizes que levaram o governo a constituir a Metrópole Linear Norte do Paraná (Metro-nor). Sidney Meneguetti lembra que a premissa do projeto era que o eixo Maringá-Londrina fosse uma só cidade no futuro. Mas, a realidade é que, mesmo pensando em conjunto, rivalidades antigas não foram deixadas de lado:

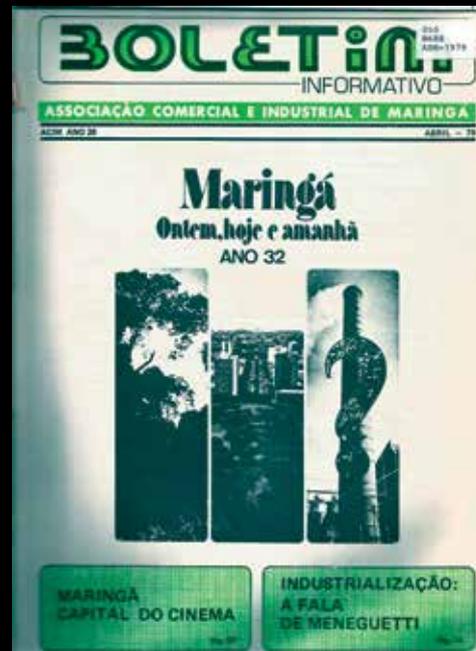
Surgiu a ideia de colocar um grande aeroporto em Arapongas, de âmbito internacional, inclusive para transporte de carga. Ele só não foi viabilizado porque Londrina não quis abrir mão de incentivar o seu aeroporto. Daí a rivalidade. Com isso se perdeu uma grande oportunidade de se ter um aeroporto para viabilizar um eixo de desenvolvimento entre Maringá e Londrina.⁵⁰

49 Entrevista de Sidney Meneguetti ao Projeto ACIM Faz História, do Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

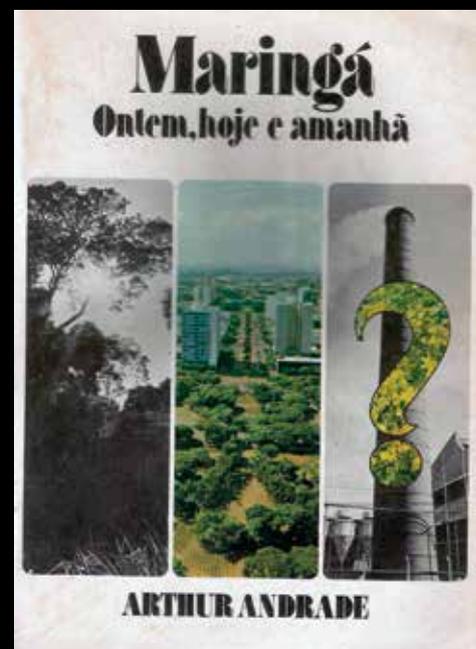
50 Ibid.

Maringá: ontem, hoje e amanhã

Em 8 de abril de 1979, a ACIM demonstrou apoio ao livro “Maringá: ontem, hoje e amanhã”, do professor e historiador Arthur Andrade. Além de fazer um resgate histórico do surgimento e consolidação da cidade até a década de 1970, Andrade apresenta diversas indústrias locais mostrando seu impacto decisivo na economia regional e estadual.



O Boletim Informativo da ACIM, veiculado em abril de 1979, prestou homenagem ao livro lançado naquele mês pelo historiador Arthur Andrade com ênfase à indústria local.



Capa original do livro do historiador Arthur Andrade. Fotos: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Seminário sobre a Industrialização

Nos dias 19 e 20 de outubro de 1979, após uma grande articulação política e institucional, a ACIM organizou um importante seminário para tratar da industrialização no interior do estado. O Seminário sobre a Industrialização ocorreu nas dependências do auditório do Sesc Maringá com a presença do governador do Paraná, Ney Braga.⁴⁴

Em entrevista ao Boletim Informativo da ACIM na época, o então diretor administrativo da entidade, Ednei Francisco Ferreira, disse que o evento seria uma oportunidade estratégica para que Maringá se destacasse, organizando o debate sobre um tema que estava em evidência em diversas regiões do estado:

Vejo o seminário como oportunidade dos empresários, das lideranças comunitárias e dos homens responsáveis pela administração pública discutirem objetivamente o assunto para o delineamento de ações concretas, visando, se for o caso, realizar a industrialização do município.

[...] Significa analisar e debater o problema sob vários ângulos, destacando as vantagens e desvantagens advindas à instalação de novas indústrias ou a expansão das já existentes. [...]

A mudança na estrutura econômica atual é imperiosa. Vivemos na dependência exclusiva da agricultura, pecuária e comércio. Há um espaço no que tange à produção industrial.⁴⁵

O evento teve o objetivo de alinhar os interesses do estado, das cidades e dos empresários, de modo a proporcionar oportunidades similares para a expansão econômica do setor. Inclusive, não só representantes do governo do estado e de Maringá se fizeram presentes, mas também de outras cidades, como Londrina, representada pelo prefeito Antonio Belinatti.

Industrializar Maringá era um desafio, já que a mentalidade dos detentores do capital estava focada em outras modalidades de investimento, conforme ressaltou Sidney Menequetti na época:

Maringá era a cidade dos fazendeiros. Aqui, o cidadão que conseguia angariar um capital, procurava investi-lo na aquisição de grandes fazendas no interior do Mato Grosso e Goiás, provocando substancial evasão de recursos de capital. Portanto, a alternativa para industrializar Maringá, efetivamente, no meu modo de entender, é criar, antes, uma mentalidade empresarial no cidadão que detém o capital, ou por outras palavras, convencer o grande fazendeiro que aqui reside que é mais

negócio possuir uma indústria em Maringá. Como conseguir isso? Depende essencialmente do poder público, criando incentivos reais, realistas, confiáveis, estáveis e imutáveis. [...]

Industrialização é um processo longo e natural. Ele aflo- ra, conforme vai se criando a estrutura, a conscientização empresarial, o aprimoramento da mão de obra, a perspectiva de mercado, o fortalecimento do poder aquisitivo do povo e outros fatores inerentes ao processo. [...]

Entretanto, a queda do café, a frustração da soja e do trigo, e o sofrimento da pecuária fizeram com que Maringá tivesse um inchaço, repercutindo no grande desemprego que assola a cidade. Portanto, este era um momento ideal para se iniciar o processo, tornando-se independente das adversidades climáticas.⁴⁶

A participação do público foi bastante significativa, com grande presença de estudantes. Após o seminário, João Paulino Vieira Filho nomeou Ermelindo Bolfer como secretário da Indústria e Comércio de Maringá.⁴⁷



Capa do Boletim Informativo da ACIM, de outubro de 1979.

44 Ações similares foram realizadas anteriormente em outras cidades no interior do estado mostrando que o tema vinha sendo estabelecido como prioridade pelo governo de Ney Braga.

45 Boletim Informativo da ACIM, agosto de 1979.

46 Boletim Informativo da ACIM, abril de 1979.

47 Por várias oportunidades, indicado pela ACIM, Bolfer ocupou cargos públicos municipais.



Sidney Meneguetti recepcionando o governador Ney Braga no aeroporto de Maringá. Ney Braga esteve especialmente na cidade para a abertura do Seminário sobre a Industrialização, promovido pela ACIM e diversas entidades de classe em outubro de 1979.



Autoridades na abertura do seminário, no Sesc de Maringá. À frente e à esquerda o governador Ney Braga.



A mesa diretiva do seminário durante a abertura, com destaque para Sidney Meneguetti, então presidente da ACIM, fazendo o uso da palavra. Da esquerda para a direita: Túlio Vargas, presidente do BRDE; Neumar Adélio Godoy, reitor da UEM; Dom Jaime Luiz Coelho, primeiro Arcebispo de Maringá; Fernando Fontana, secretário estadual de Indústria e Comércio; Sidney Meneguetti; Ney Braga; João Paulino Vieira Filho, prefeito de Maringá. Na direita estão presentes (não em ordem): Octavio Cezário; Vespero Mendes; Renato Johnson; o juiz Fernando Antonio Vieira; o vereador Noboru Yamamoto; o presidente da Junta Consultiva do IBC, José Cassiano Gomes dos Reis Júnior; e o presidente da Copel, Douglas Souza Luz.



Ednei Francisco Ferreira, então diretor administrativo da ACIM.



Sidney Meneguetti, Ney Braga e João Paulino Vieira Filho.



O auditório do Sesc ficou tomado por empresários e estudantes. Fotos: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

1979: defesa da industrialização de Maringá

Em maio desse ano, o periódico da entidade passou a se chamar Comércio & Indústria, devido à bandeira de industrialização.



Periódicos mensais da ACIM veiculados em fevereiro, julho e setembro de 1979. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Maringá industrial

No final de 1975, Maringá apresentava um grande número de indústrias que contribuíram para amenizar o impacto econômico da crise que se espalhou no estado a partir da geadada negra. A ACIM queria mais e discutia com o poder público a importância da geração de mais benefícios para a atração de novas indústrias para a cidade e da manutenção das já existentes.

Além da geração de receitas, era preciso criar empregos para a população crescente. Em 1953, Maringá possuía 999km² e, ao longo do tempo perdeu território com a emancipação de alguns de seus distritos, permanecendo com 500km².⁵¹ Por outro lado, a população aumentou, passando de 38.588, em 1950, para 168.239 habitantes no final dos anos 1970, apresentando-se com grande adensamento territorial e populacional. Para se ter uma ideia, o crescimento populacional foi de quase 40% em comparação com o censo realizado dez anos antes.⁵²

No censo de 1980, a composição étnica mostrou que 48,25% dos estrangeiros que moravam em Maringá eram japoneses; 21,23% portugueses; 8,18% italianos; 7,6% espanhóis; 3,25% alemães;

1,12 russos; 1,09% libaneses; 0,73 romenos; 0,67 poloneses; 0,64% sírios; e outros tantos que ficaram próximos a 7,24%.⁵³

A maioria dos migrantes, porém, veio do campo e foi responsável por ocupar mais de quatro mil postos de trabalho na construção civil, segundo dados de incorporadores de 1979. O setor foi fundamental na manutenção da economia local. Entre 1970 e 1976, a então secretaria de Obras e Viação havia aprovado 15.520 projetos para novas obras, totalizando 1.858.818,96m² de construções pela cidade. Desse montante, 54% previam obras em alvenaria e 46% em madeira.⁵⁴

A cidade passou a receber maior número de voos comerciais, sendo servida pela VASP e Transbrasil, além de uma série de outras empresas de menor porte e diversos táxis aéreos. A Transbrasil parou de operar ainda em 1976, dando espaço para outras companhias atenderem Maringá.⁵⁵

Infelizmente, essa pujança não se sustentaria na década de 1980. De toda forma, os anos seguintes ilustrariam como a ACIM se consolidaria como representante na organização, não só local, mas regional do associativismo.

51 ANDRADE, 1979, p. 177.

52 IBGE, Censos de 1970 e 1980.

53 IBGE, VIII Recenseamento de 1970 in ANDRADE, 1979, p. 179.

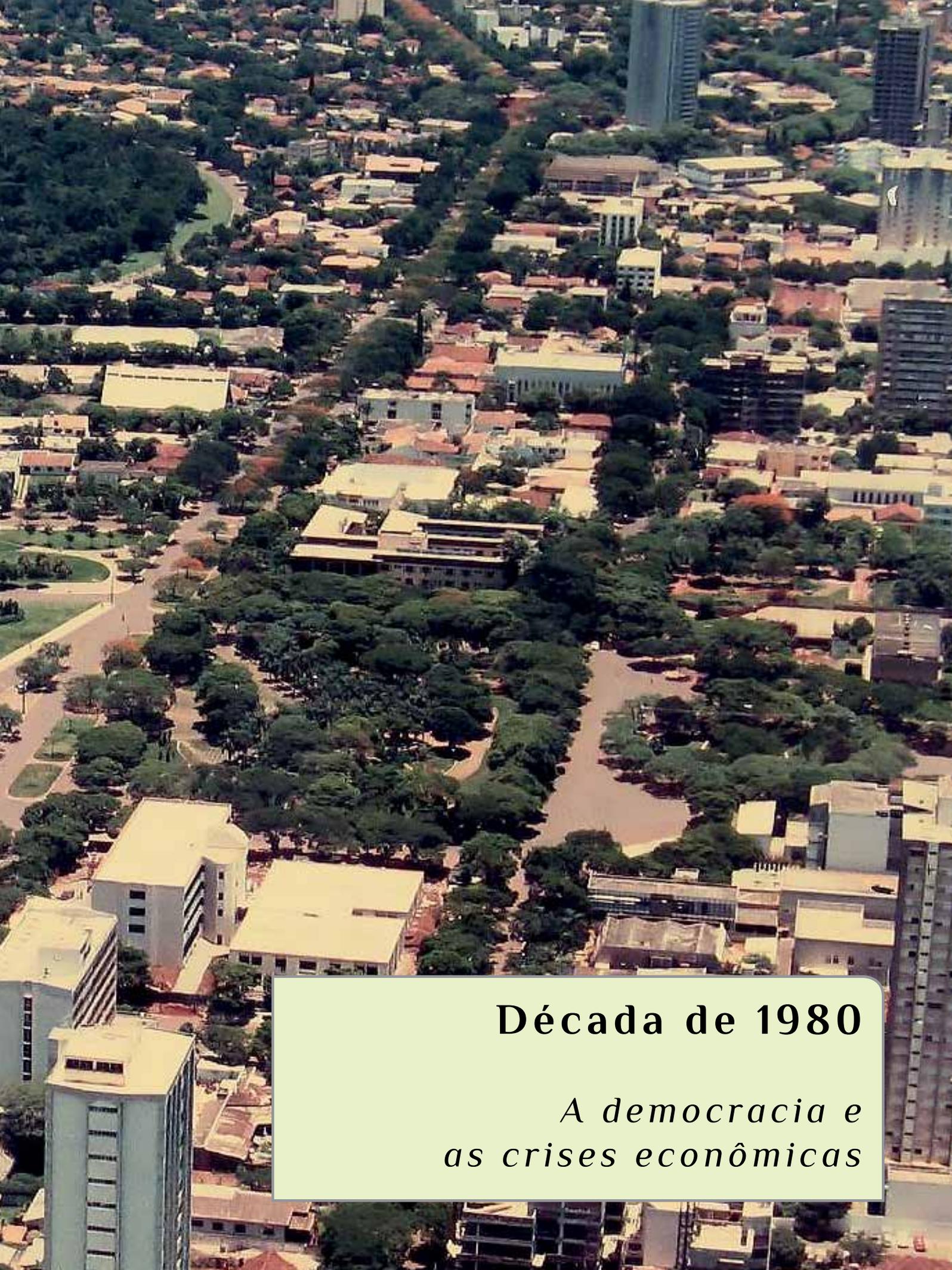
54 Prefeitura Municipal de Maringá in Ibid, p. 181.

55 Ibid, p. 182.

Faturamento de algumas das maiores empresas de Maringá em 1977. (IBGE, Censos de 1970 e 1980).

EMPRESA	FATURAMENTO
Frigorífico Central S.A.	Cr\$ 1.238.078.270,48 (bruto)
Indústria e Comércio de Bebidas Ouro Verde Ltda.	Cr\$ 1.200.000,00
Monolux - Indústria de Artefatos de Acrílicos Ltda.	Cr\$ 800.000,00
Caldeiraria Brasil	Cr\$ 550.000,00 (bruto)
SANBRA	Cr\$ 270.754.000,00
Usina de Açúcar Santa Terezinha (produziu 174.230 sacos de açúcar e 1.032.900 litros de álcool)	Cr\$ 47.577.297,00
Balfar S.A. Indústria Brasileira de Móveis	Cr\$ 29.425.329,24
Colmar - Cooperativa de Laticínios Maringá	Cr\$ 55.805.653,00 (bruto)
Cocamar (com 3.758 cooperados)	Cr\$ 897.604,00





Década de 1980

*A democracia e
as crises econômicas*



Aspecto do Parque do Ingá ao longo da década de 1980. Foto: Museu Bacia do Paraná/UEM.

A democracia e a participação popular voltariam ao cenário dos debates exatamente 20 anos após a instauração do regime civil-militar no Brasil. O último governo militar, tendo à frente o general João Baptista Figueiredo, deu continuidade à política “lenta e gradual” de retorno à democracia. Em 1984 o movimento das “Diretas Já” defendeu a Emenda Constitucional nº 5/1983 que previa o retorno imediato das eleições diretas para a presidência da República. Mesmo com a pressão popular e a posição favorável da maioria dos deputados, não se atingiu 2/3 de votos necessários.¹

Mas, o Congresso Nacional impôs uma derrota ao governo militar ao votar no candidato da oposição, Tancredo Neves, nas eleições indiretas. Seu adversário era Paulo Maluf. Tancredo ficaria doente e faleceria antes da posse, dando lugar ao vice, José Sarney. A década também foi palco da Assembleia Nacional Constituinte, eleita em 1986. A Constituição Cidadã viria em outubro de 1988, fato histórico e que estabeleceu, entre outras conquistas, as eleições diretas

para presidente, concluindo o complexo processo de transição da Ditadura para a República Presidencialista.

Mesmo com a abertura política, os percalços de gestões equivocadas e crises mundiais trouxeram reflexos negativos para o país, como a redução acentuada do PIB, a inflação em níveis insuportáveis, a queda na produção da indústria e no poder de compra dos salários, o crescimento da taxa de desemprego, entre outros. Tanto que os anos 1980 ficariam conhecidos como a “década perdida” no âmbito econômico, não só no Brasil como na América Latina.

Diversos planos foram criados na tentativa de recolocar a economia nos eixos. Porém, sem atingir seus objetivos. No fechamento da década a inflação média seria de 233,5% ao ano.²

Esse era o cenário enfrentado por empresários brasileiros nos anos 1980. Por um lado, a reconquista da democracia; por outro, uma economia frágil, que aumentava ainda mais as desigualdades sociais.

A ACIM se fortaleceria combatendo as medidas negativas dos diversos planos que onerariam ainda mais os pequenos e médios empresários. Além disso, a entidade lideraria o movimento de

1 “(...) mesmo com 84% dos cidadãos favoráveis à aprovação dessa Emenda, ela foi rejeitada pela Câmara Federal. Com a adesão de 298 deputados, garantiu-se maioria simples. Porém, como houve 65 votos contrários, 3 abstenções e 113 ausências, não se atingiu o patamar (...)”. SILVA, M. F. P. Revista histórica sobre a Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Norte e Noroeste do Paraná (CACINOR): **Frente Pioneira: a união histórica do empresariado regional** (2012). Gráfica Caiuás, Maringá, 2012, p. 6.

2 ROSSI, Pedro. **Como o Brasil chegou à hiperinflação?** Instituto de Economia da Unicamp para G1 Economia - <http://g1.globo.com/economia/inflacao-como-os-governos-controlam/platb/> - Visitado em 3 de novembro de 2015, às 14h38.

resgate do embrião da Coordenadoria das Associações Comerciais da Região Norte e Noroeste do Paraná (Cacinor). A nova sede seria, enfim, concluída. O Serviço de Proteção ao Crédito se profissionalizaria e também seriam aperfeiçoadas as campanhas comerciais e institucionais, que se consolidariam como fundamentais para o comércio maringáense.

O periódico Comércio & Indústria que, já na época, era considerado o veículo de comunicação mais antigo ainda em circulação em Maringá,

se transformaria em Revista ACIM. A publicação seria um dos meios pelos quais os presidentes da Associação iriam expor a indignação dos empresários com os agentes políticos que ocupavam os mais altos cargos do governo brasileiro.

A diretoria entrava na década de 1980 preocupada com questões políticas e macroeconômicas. Apesar dos problemas, a cidade continuou crescendo. E, mais uma vez, a ACIM atuaria como defensora não só dos interesses dos associados, mas de toda comunidade.

1980: a população de Maringá

Maringá estreava uma nova década com 168.239 habitantes, os quais se apresentavam, como no censo anterior, predominantemente urbanos (160.689 de população urbana contra 7.550 de moradores da zona rural). De acordo com o índice demográfico de 1980, houve quase 28% de incremento no número de habitantes em relação aos anos 1970. (Censos de 1970 e 1980, IBGE)



Avenida Brasil, junho de 1982.

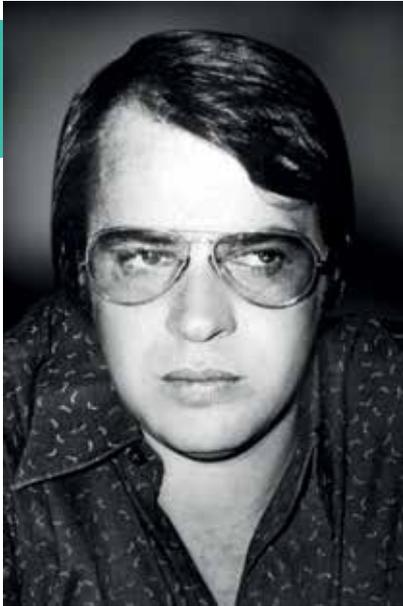


Foto: Centro de Documentação
Luiz Carlos Masson/ACIM.

Josuan Piassi Moraes Gestão 1980-1981

- Presidente: Josuan Piassi Moraes
- 1º Vice-presidente: Atair Niero
- 2º Vice-presidente: Heitor Bolela
- 1º Secretário: Odilon Populin
- 2º Secretário: Fernando Ferraz
- 1º Tesoureiro: Alcides Siqueira Gomes
- 2º Tesoureiro: Luiz Cossich
- Diretores adjuntos: Guido Germani e Dirley Pompeu Bernardi.
- Conselho Fiscal: Jefferson Alves Terra, Gustavo Braga e Valdecir de Britto.
- Membros suplentes do Conselho Fiscal: Eloy de Melo Júnior e Hélio Lavataro.
- Conselho Deliberativo: Amorim Pedrosa Moleirinho, Adirson Rossi, Antonio Dias Cardas, Antonio Larga, Humberto Bortolocci, Alcides Romero, Oswaldo Chiuchetta, Alcides Fanhani, Sidney Meneguetti e Cícero Alves da Silva.

Josuan Piassi Moraes mudou-se de Minas Gerais para Maringá para trabalhar na empresa Reunidas S.A., Indústria, Comércio e Exportação de Implementos Agrícolas e Rodoviários de Maringá. Em 1980 mudou-se para Belém do Pará.

No dia 15 de dezembro de 1979 a ACIM realizou Assembleia Eleitoral com a presença de 24 associados que elegeram a nova diretoria liderada por Josuan Piassi Moraes. Em janeiro de 1980, na própria sede da entidade, ocorreu a posse.

O boletim Comércio & Indústria da ACIM de janeiro de 1980, destacou que, assim que Josuan Moraes assumiu, suas metas prioritárias como presidente foram definidas em dois eixos fundamentais para o associativismo local e regional: a construção de uma sede mais ampla e a implantação definitiva do escritório da Junta Comercial do Paraná em Maringá.

O industrial e ex-presidente da ACIM, Sidney Meneguetti, teceu considerações sobre o novo gestor da entidade que ocuparia o cargo por apenas dois meses:

(...) foi gerente da Reunidas, Indústria, Comércio e Exportação de Implementos Agrícolas e Rodoviários de Maringá (...). Ele tinha na época uma idade próxima a minha. Era uma liderança expressiva na cidade.

Quando terminou a minha gestão, ele foi indicado por quase unanimidade. Mas ele tinha negócios no Pará, em Belém, e teve a necessidade de ir embora, o que foi uma perda para Maringá.³

Em fevereiro de 1980, realizou-se uma série de reuniões em que se discutiram os preparativos da VIII edição da Expoingá, feira que já apresentava aspectos de suma importância para o

³ Entrevista de Sidney Meneguetti ao Projeto ACIM Faz História, do Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

O comércio em transição



Lojas do centro de Maringá nos anos 1980. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Atair Niero faz o relato do período de mudança para o varejo maringaense nos anos 1980:

O comércio em Maringá tinha uma lógica em que o agricultor vendia o seu café, vinha na cidade, nas Pernambucanas, e fazia as suas compras. Comprava tecido para a mulher fazer um vestido para ela e para as filhas.

Quando mudou do café para a soja, o comércio ficou mais diversificado e os comerciantes perceberam que a sociedade tinha mudado. Muitos estavam morando em apartamentos, em casas boas de alvenaria. Havia clientes para artigos de mais qualidade.

Os comerciantes começaram a mudar, colocaram vitrines bem feitas com tecidos finos e roupas prontas, os eletrodomésticos começaram ser vendidos, principalmente quando a energia começou a melhorar. O comércio se adaptou às mudanças da cultura agrícola.¹

1 Entrevista de Atair Niero concedida ao Projeto ACIM Faz História, Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

desenvolvimento econômico local. Em abril, o governador do Paraná, Ney Braga, e o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, participaram da solenidade de abertura do evento. A entidade aproveitou a oportunidade para reforçar reivindicações de agricultores da região.

No início de 1980 o Banco Regional de Desenvolvimento (BRDE) passou a manter um consultor na sede da ACIM para esclarecer dúvidas sobre as modalidades de financiamentos para o comércio, indústria e agropecuária. Além disso, e preocupada em aumentar o capital circulante na cidade, a entidade solicitou ao então presidente do Banco do Brasil, Oswaldo Roberto Colin, o aumento dos limites para descontos de duplicatas junto às agências de Maringá.

Com a saída de Josuan Piassi Moraes, o vice, Altair Niero, assumiu a presidência no dia 28 de fevereiro. Niero afirmou que sua administração seria democrática, estabelecendo três metas para a gestão: buscar maior representatividade perante o comércio e a indústria; concretizar a construção da nova sede da ACIM; intensificar o atendimento aos associados.

Vale destacar que, neste período, Atair Niero era gerente do entreposto da Cocamar em Paiçandu, cidade que fica a pouco mais de 14 quilômetros. Mesmo assim, ele destacou que a Cooperativa não via impedimentos para a sua atuação à frente da ACIM durante aquele biênio.

[...] Quando fui presidente da ACIM [...] eu tinha plena liberdade de sair para ir a Associação sem problema nenhum. O Constâncio (presidente da Cocamar) era um entusiasta. Se precisasse de qualquer coisa da Cooperativa, ele estava sempre pronto.⁴

Em abril de 1980 a ACIM firmou convênio com um laboratório de exames clínicos que passaria a prestar serviços com descontos aos empresários associados e funcionários. Dois meses depois, foram firmados convênios também com dentistas e clínicas pediátricas.

Para aumentar a segurança dos comerciantes, os diretores da ACIM realizaram uma série de

4 Entrevista de Sidney Meneguetti ao Projeto ACIM Faz História, do Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

reuniões com os gerentes de bancos solicitando que esses estabelecimentos passassem a consultar informações do SPC. A ação da entidade foi motivada por diversos golpes aplicados por estelionatários que deixaram prejuízos superiores à marca de Cr\$ 3 milhões no comércio local.

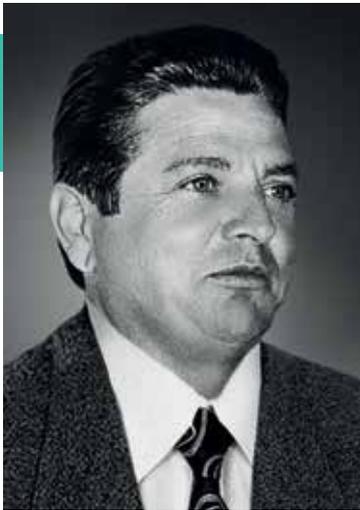
Para fortalecer o SPC, a ACIM estabeleceu parceria com o Cartório de Protestos proporcionando maior agilidade nos processos de negativação e baixa de inadimplentes do comércio maringense.

O secretário de Indústria e Comércio do Paraná, Francisco Fernando Fontana, visitou

Maringá em maio daquele ano. Na ACIM, ele se encontrou com empresários para apresentar oportunidades de linhas de financiamento do BRDE e do Programa de Apoio à Microempresa Paranaense (Promicro).

De 1979, quando foi criado no Paraná, até 1982, o Promicro atendeu 1.353 pequenas empresas instaladas em 90 diferentes municípios, financiando quase Cr\$ 2 milhões.⁵

⁵ Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Paraná pelo governador do Paraná, José Hosken de Novaes. Curitiba: 1983, p. 344-345.



Atair Niero

Atair Niero conduziu a ACIM durante a gestão do biênio 1980–1981, quando o presidente eleito, Josuan Piassi Moraes, pediu afastamento do cargo.

A família Niero se mudou do interior do São Paulo para Londrina em 1938, para trabalhar com o café.

Na época, Atair Niero tinha somente três anos. Aos seis anos já era vendedor de hortaliças em uma quitanda. Formado, atuou no setor bancário, inclusive no Banco Comercial do Paraná. Depois, foi convidado para trabalhar na Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), no departamento de vendas.

Mais tarde, Niero deixou a CMNP para entrar na Cooperativa dos Cafeicultores de Maringá (Cocamar) como gerente do entreposto de Paiçandu. O convite foi feito pelo próprio presidente da cooperativa, Constâncio Pereira Dias. Algum tempo depois, assumiu a gerência geral de compras. Posteriormente, tornou-se produtor agrícola.

Investidores maringenses passaram a aplicar fortemente na região centro-oeste do país. Por isso, a ACIM abriu diálogo com a TAM solicitando aviões de maior porte para a cidade e novas linhas aéreas ligando Maringá a Curitiba, São Paulo e Cuiabá. Em maio daquele ano, a TAM atenderia essa reivindicação.

Um roubo na sede da ACIM escancarou a precariedade da segurança pública em Maringá. Em maio de 1980, marginais invadiram o prédio e furtaram a quantia de Cr\$ 11.915,00. Quando a diretoria prestou queixa, o delegado que registrou a ocorrência pediu apoio da entidade, alegando que o Departamento de Polícia não dispunha de equipes, viaturas em bom estado, nem instalações adequadas para atender os quase 200 mil habitantes da cidade.

Um ano depois, os lojistas passariam a reclamar de constantes furtos. A ACIM acionou o então deputado estadual Antônio Facci para encontrar uma solução. Mais tarde, nessa mesma década, casos similares gerariam maior atenção da sociedade civil organizada, conforme será exposto em breve.

O fim do milagre econômico

Em nível nacional, o Brasil dos anos 1980 continuava vivendo uma grave crise econômica e, na ACIM, havia o temor de que essa situação evoluísse para uma grande recessão. João Baptista Figueiredo havia assumido a presidência em 15 de março e fracassou em várias tentativas de estancar a crise herdada dos governos anteriores:

Anos de repressão de preços e tarifas do setor público, de utilização das empresas estatais como instrumento de captação de empréstimos externos, de concessão por vezes abusiva de incentivos fiscais, de subsídios creditícios e prática generalizada de artifícios financeiros que mascaravam a verdadeira dimensão do desequilíbrio fiscal na economia brasileira não seriam desmontados, entretanto, de forma tão fácil.¹

O povo brasileiro estava prestes a ter a certeza sobre o fim do chamado “Milagre Econômico”. O boletim Comércio & Indústria apresentou um editorial em março de 1981 com o título “Fim do Milagre”, fazendo referência aos equívocos cometidos no gerenciamento da economia, o que resultou em redução de produtividade da indústria, queda nas vendas do comércio em geral, aumento da inadimplência e na taxa de juros. O discurso teve alvo certo: Delfim Netto, então ministro do Planejamento.



João Paulino, prefeito municipal, recepcionando Fernando Fontana, em 1980. Mais tarde, Fontana se tornaria diretor do BRDE. Ele é descendente de Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul, fundador e primeiro presidente da Associação Comercial do Paraná. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Na área agrícola, a entidade começou uma articulação junto ao governo estadual no sentido de ampliar as linhas de créditos para os pequenos moageiros de milho. Na época seria deflagrada uma campanha para incentivar o plantio dessa cultura. Em setembro, o pedido encaminhado ao Palácio do Iguçu foi atendido.

Álvaro Miranda Fernandes e o presidente Atair Niero participaram do II Congresso das Associações Comerciais do Brasil, no Rio de Janeiro, em novembro de 1980. O encontro contou com mais de duas mil pessoas, tendo sido prestigiado pelo presidente da República João Figueiredo. Dentro dos anais do encontro consta a aprovação do documento “Projeto Social para o Brasil”, que criticava a estatização de grandes empresas e setores estratégicos para a economia nacional.⁶

Novamente, os empresários e agricultores de Maringá se voltaram contra o limite de vagões disponibilizados pela Rede Ferroviária Federal. A dificuldade, que também foi constatada no início da década de 1950, teve uma solução

1 MACARINI, José Pedro. Crise e política econômica: o governo Figueiredo (1979-1984). IE/UNICAMP, Campinas, n. 144, jun. 2008, p.

6 Revista da Associação Comercial. Ano XLII, nº 1157: novembro de 1980, p. 23.



O presidente da Associação Comercial do Paraná, Carlos Alberto Pereira de Oliveira, durante a defesa de propostas formalizadas pela comissão que coordenou. Foto: Revista da ACIM. Ano XLII, nº 1157: novembro de 1980.

mais ágil. Por meio de uma reunião realizada em agosto de 1980, mais vagões foram liberados para o ramal ferroviário local. A atuação da ACIM foi fundamental, como destaca Atair Niero:

Durante a minha gestão houve uma grande produção de soja e milho, e a Rede Ferroviária Federal não mandava os vagões para nós. Foi uma luta para conseguir esses vagões, mas conseguimos por meio da ACIM. Esses vagões não eram somente para escoar a produção da Cocamar, mas da Coamo também (localizada em Campo Mourão). [...]⁷

Em novembro de 1980 a ACIM transferiu toda a sua estrutura para a Rua Joubert de Carvalho, 981, quase esquina com a Avenida Paraná. A mudança ocorreu porque a entidade precisou de mais espaço para conduzir as atividades. Também era um paliativo para o problema gerado pela construtora Farid Surugi que demolira a antiga sede para iniciar a nova construção

e devido a graves problemas financeiros ficou sem condições de conduzir as obras.

Em março de 1981, devido à falência da Farid Surugi, uma Assembleia Geral Extraordinária autorizou a diretoria da ACIM a firmar contrato com a construtora Habitação S.A., do ex-governador Jayme Canet Jr. O acordo seria concretizado um ano depois, por meio do sistema de incorporação, sendo que o projeto ficou sob responsabilidade do escritório M.C. Orasmo Engenharia Civil de Maringá. Com o novo acordo, a ACIM teria cinco lojas no andar térreo, cada uma com 96 m², sendo quatro com fachadas para a Rua Neo Alves Martins e uma voltada para a Avenida Herval. A ideia era instalar os serviços da entidade na sobreloja e no 1º andar seriam construídos escritórios para venda.

Atair Niero revelou detalhes sobre os capítulos finais do maior imbróglio enfrentado até então pela ACIM:

Em uma reunião da diretoria, eu recebi um telefonema do representante da Farid Surugi em Maringá [...]

⁷ Entrevista de Atair Niero ao projeto ACIM Faz História, Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Ele me perguntou se já tínhamos assinado o contrato com a construtora. Eu disse que tínhamos assinado um pré-contrato já fazia uns oito meses. O representante me disse para tomar cuidado, que a construtora estava “mal das pernas”.

No dia seguinte liguei para a construtora, em Curitiba, e disse que iríamos até lá. Viajamos o Odilon Populin, o Álvaro Fernandes e eu. Quando chegamos, eles abriram o jogo e confirmaram que estavam em situação difícil devido à saída de um dos sócios e que não havia mais condições de tocar o negócio.

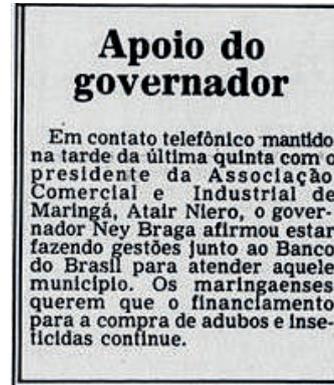
O Dr. Alcure Neto (assessor jurídico da ACIM, na época) [...] nos orientou a rescindir o contrato. A construtora aceitou, mas não tinha como nos indenizar pela demolição da antiga sede e afirmou que a falência já estava sacramentada. Concordamos com a rescisão assim mesmo.

Enquanto se rescindiu o contrato, durante um almoço, o diretor da construtora nos indicou a Habitação (construtora), de propriedade do Jaime Canet, dizendo que ela tinha interesse em entrar no Norte do Paraná. Nós procuramos o filho do Jaime Canet. Ele disse que tinha interesse e que iria para Maringá para fazer modificações no projeto.⁸

No início de 1981, Álvaro Miranda Fernandes, ex-presidente da ACIM, foi indicado para assumir a Comissão Comercial e de Serviços em Maringá, que estava diretamente vinculada ao Conselho Consultivo de Política Industrial e Comercial do Paraná (Coind).

Em março daquele ano, alguns dirigentes da ACIM, juntamente com o secretário de Estado Fernando Fontana e vários representantes políticos, se reuniram com o presidente do Banco do Brasil em Brasília, Oswaldo Colin, a fim de reivindicar mais opções de créditos para as indústrias da cidade. O governador Ney Braga auxiliou à distância. Um mês depois, o Banco do Brasil atenderia as propostas estabelecidas por Maringá, concedendo aumento de crédito para o setor industrial.

Na mesma época, os dirigentes retornariam ao Distrito Federal para defender nova causa, como conta o presidente Atair Niero:



Nota publicada no Diário do Paraná, em 7 de março de 1981.

Outro problema foi o de financiamento, que tinha verba pequena para Maringá.

Para você ter uma ideia, se uma única empresa como o Frigorífico Central, na época, pedisse o financiamento, ela ficava com todo o recurso disponível para a cidade. Se isto acontecesse, como ficariam os outros?

Não considerávamos justa essa condição. Fizemos uma comissão, falamos com o prefeito, que era o Sincler Sambatti, que tinha substituído João Paulino, falamos com o gerente do banco aqui em Maringá, e fomos para Brasília.⁹

Naquele momento, a cidade sofreria uma baixa, com reflexos, sobretudo, na agricultura. A Rede Ferroviária Federal (RFFSA) cogitava encerrar a linha que conectava Maringá a São Paulo, principal rota até o porto de Santos. O presidente Atair Niero organizou encontros entre os empresários que utilizavam aquele meio de transporte e os dirigentes da RFFSA, para evitar a perda de conexão ferroviária com um dos principais centros de distribuição do país.

A ACIM voltou a receber representantes de Kakogawa em abril de 1981. Daquela vez, os membros compunham uma missão sócio-econômica que buscava estabelecer parcerias comerciais com Maringá. Os diretores da Associação foram responsáveis por recepcionar os nipônicos juntamente com autoridades políticas locais, em um almoço realizado no Clube Caça e Pesca.

8 Entrevista de Atair Niero ao projeto ACIM Faz História, Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

9 Entrevista de Atair Niero ao projeto ACIM Faz História, Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



Atair Niero durante o seu pronunciamento no almoço com a comitiva de Kakogawa. À direita, o prefeito João Paulino Vieira Filho. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

A programação seguiu extensa agenda pela cidade: Frigorífico Central, Indústria de Calças Herói, Fábrica de Acolchados Maringá, Balfar e Cocamar. Os japoneses ainda conheceram uma área de 120 mil m² que a Prefeitura previa doar para a instalação de indústrias japonesas em Maringá. Depois, os empresários de Kakogawa seguiram para Foz do Iguaçu.

As dificuldades proporcionadas pela recessão econômica do país geraram reflexos naquele final de 1981 em Maringá. Segundo dados do SPC divulgados em setembro daquele ano, havia aproximadamente 80 mil cadastros de pessoas negativadas¹⁰ na cidade. Um dado bastante alarmante já que este número representava cerca de 48% da população maringaense da época (importante ressaltar que muitos inadimplentes tinham mais de um cadastro, sem contar que Maringá era um polo comercial regional e consumidores de outras cidades também eram

negativados pelo SPC da ACIM).

O ano de 1981 ainda guardava uma grande conquista para os empresários de Maringá. Atair Niero conseguiu concretizar definitivamente uma unidade da Junta Comercial do Paraná na cidade. É fato que o órgão já funcionava na sede da Associação desde 1975, mas em caráter provisório e prestando poucos serviços.¹¹ Com a conquista, a Junta Comercial passou a executar a abertura de empresas e prestar atendimento de orientação técnica (criação de filiais, contratos sociais, constituição de cooperativas e armazéns gerais, autenticações de livros mercantis, entre outros).

10 Em julho de 1980, a diretoria da ACIM já estudava a possibilidade de microfilmear as fichas do SPC para manter outro arquivo de segurança com as informações de seu banco de dados.

11 Em novembro de 1980 a ACIM entrou em rota de colisão com a Câmara Municipal. O vereador Jesus Hernandez havia sido indicado para assumir a gestão do escritório local da Junta Comercial do Paraná à revelia da entidade. Outro vereador foi além. Antonio Paulo Pucca disse não reconhecer a parceria entre a ACIM e a Junta. Em maio de 1981, a Associação decidiu que se a indicação do gestor da Junta Comercial fosse política a entidade deixaria de ceder espaço gratuito para o órgão em sua sede. O escritório da Junta Comercial foi mantido na ACIM até janeiro de 1985, quando foi transferido para o Núcleo da Indústria e Comércio da Prefeitura.

Reconhecimento: Comerciante do Ano

Para comemorar de forma mais significativa o dia do comerciante, o Sivamar criou, em junho de 1981, o Prêmio Comerciante do Ano (um ano antes, Yoshiaki Oshiro, da Organtel, havia recebido homenagem similar, mas sem essa titulação). No final da década de 1990, a honraria se transformaria no tradicional Prêmio Empresário do Ano, evento que também passaria a ser organizado pela ACIM, Fiep e Associação Paranaense de Supermercados (Apras Maringá), conforme será apresentado na década seguinte.

Os empresários agraciados com o Prêmio Comerciante do Ano foram:

- 1981 – Francisco Mommensohn (Sup. Catarinense)
- 1982 – Shiniti Ueta (Ueta Cine Foto Som)
- 1983 – Adirson Rossi (Tecidos Norte-Sul)
- 1984 – Antônio Samorano Trava (Modulaque)
- 1985 – Mário Martinucci Filho (Móveis Martinucci)
- 1986 – Massao Tsukada (Livraria Bom Livro)
- 1987 – Pedro Bortolossi (Mercado de Calçados)
- 1988 – Carlos Ajita (Casas Ajita)
- 1989 – Hélio Shimabukuro (Loja Genko)
- 1990 – Damásio do Paraná Barão (Mercantil São José)
- 1991 – Dayton Gouveia (Gouveia)
- 1992 – Fernando Vieira Raimundo (Expoluz)
- 1993 – Jefferson Nogaroli (Supermercados São Francisco)
- 1994 – Antônio Donizete Busíquia (Dismar)
- 1995 – José Rubens Abrão (Casa Santa Terezinha)
- 1996 – Devanir Marion (MR Malharia)
- 1997 – Carlos Alberto Tavares Cardoso (Sup. Cidade Canção)
- 1998 – Ariovaldo Costa Paulo (Arlu Distribuidora)



Em 1988 Carlos Ajita foi agraciado com o prêmio Comerciante do Ano em evento realizado no dia 16 de julho no Hotel Deville. Na imagem, Pedro Bortolossi, vencedor do ano anterior, entregando a homenagem a Carlos Ajita; ao fundo, o mestre de cerimônias, José Antonio Moscardi. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

A Junta agilizou o atendimento. Você saía com o documento pronto e não tinha que ficar esperando vinte ou trinta dias para poder ter uma alteração de contrato. O reflexo no comércio e indústria foi imediato [...]. Foi uma das melhores coisas que ocorreu para a cidade.¹²

No encerramento da gestão conduzida por Atair Niero tudo indicava que as duas metas defendidas por Josuan Piassi Moraes seriam concretizadas: o escritório da Junta Comercial já era uma realidade e as novas instalações da sede da ACIM estavam em vias de edificação. Niero destacou, ao entregar aquela gestão, que em dois anos a entidade havia saído de 519 para 675 associados e estava com um caixa de Cr\$ 4,5 milhões.

Era o fortalecimento e a preparação adequada para os desafios que o associativismo enfrentaria ao longo dos anos 1980, um dos períodos mais combativos da ACIM em toda a sua história.

¹² Entrevista de Atair Niero ao projeto ACIM Faz História, Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



Foto: Centro de Documentação
Luiz Carlos Masson/ACIM.

Raymundo do Prado Vermelho Gestão 1982-1984

- Presidente: Raymundo do Prado Vermelho
- 1º Vice-presidente: Odilon Populin
- 2º Vice-presidente: Amorim Pedrosa Moleirinho
- 1º Secretário: João de Lima Ganem
- 2º Secretário: Alcides Siqueira Gomes
- 1º Tesoureiro: Arno Silvestre Macagnam
- 2º Tesoureiro: Francisco Vicente Mommensohn
- Diretores adjuntos: Oseas Samuel Johansen e Felizardo Meneguetti.
- Conselho Fiscal: Arnaldo Palma, Benedito José Luiz e João Preis – este último ocuparia o cargo de secretário Municipal de Indústria, Comércio e Agricultura, em 1982.
- Conselho Fiscal suplente: Jurandir Rodrigues de Oliveira, Justino Edenei, Simão Lelfes e Simão Hirata.
- Conselho Deliberativo: Adirson Rossi, Antonio Carlos Braga, Fernando Rodrigues dos Santos, Guido Germani, Milton Xavier de Mendonça Jr., Nelson Rother, Oswaldo Chiuchetta, Paulo Sérgio Magalhães Silva e Shiniti Ueta.

Nasceu na fazenda Palestina, no distrito de Cachoeiro Alegre, em Palmas (atualmente Tocantins, mas na época pertencente ao estado de Minas Gerais), em 11 de abril de 1940. Sua família mudou para o Paraná em 1948, chegando a Maringá em 1964. Depois de trabalhar com agricultura durante um período, os Prado Vermelho se mudaram para a cidade:

Meu pai comprou terras e passou a lidar com o café, comprando uma propriedade que já tinha uma produção iniciada. Desde então acompanhei todos os percalços de um produtor. Meu pai sofreu com as geadas de 1953 e 1955, e mudou os seus investimentos para a cidade, tendo como outro foco a educação dos filhos.¹

Raymundo do Prado Vermelho desejava estudar Direito na Universidade Estadual de Maringá. Teve que se preparar bem, pois a concorrência no vestibular naquela época já era acirrada.

Sabia que iriam sobrar candidatos e que não estava preparado. Foram duzentos e cinquenta candidatos para quarenta vagas e reprovei. Estudei um ano e concorri novamente com um grande número de candidatos [...]. Fiquei em primeiro lugar naquele vestibular.²

Após passar em primeiro lugar no vestibular, Prado Vermelho destacou-se como aluno, sendo laureado ao se formar em 1973. Na política, foi presidente da Arena. Presidiu o Lions em 1975. Em 1979, foi eleito governador do Distrito L-21. Também comandou a Apae. Na vida profissional e empresarial, presidiu o Núcleo Regional de Maringá da Associação Paranaense de Comerciantes e Produtores de Mudas (Apasem), em 1976. Quando abriu seu escritório de advocacia já atuava na Agromar, empresa familiar do ramo de sementes, fertilizantes e produtos químicos.

1 Entrevista de Raymundo do Prado Vermelho ao projeto ACIM Faz História, Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

2 Ibid.

Em Assembleia Eleitoral realizada em 2 de dezembro de 1981, 43 associados elegeram a única chapa inscrita.

A posse da diretoria para a nova gestão ocorreu em 4 de janeiro de 1982 e contou com diversas autoridades locais e estaduais. Entre elas, o deputado estadual Antônio Facci, o secretário de Estado da Indústria e Comércio Fernando Fontana, o prefeito municipal João Paulino Vieira Filho, o vice-prefeito municipal Sincler Sambatti, e o presidente da Câmara de Vereadores de Maringá Maurílio Correia Pinho. Vermelho conclamou a união dos empresários em seu discurso:

Hoje, é [...] vital a mais completa união da classe, para que possamos estudar em profundidade os problemas que nos afligem e, desses estudos, oferecermos opções de caminhos e soluções a quem de direito, a fim de que possamos ver, senão eliminados, ao menos minimizados os entraves, os intervencionismos, as restrições, enfim, toda sorte de dificuldades que nos antepõem. Por isso, é importante ressaltar: a solução dos nossos problemas, no mais das vezes, se encontra conosco mesmo e não em outras esferas. Daí o nosso alerta: companheiros empresários, unamo-nos em benefício de nossa própria classe! [...]

Cremos na solução dos problemas, porque o homem que habita estas terras é antes de tudo um Bravo!¹³

Em fevereiro de 1982, a diretoria estabeleceu um plano de ação que previa estimular a participação ativa dos diretores e conselheiros nas atividades da ACIM; aumentar o número de associados; implantar assessoria de imprensa; promover mudanças nas contribuições dos associados; desenvolver uma grade de cursos, seminários e conferências para a qualificação; melhorar a eficiência do SPC; retomar foco ao setor industrial; buscar maior integração entre associados, diretoria e funcionários; desenvolver promoções comerciais; aproximar-se de outros órgãos de classe.

Com relação ao boletim Comércio & Indústria, Raymundo Vermelho sugeriu atenuar a inclusão dos temas técnicos, que tinham o foco exclusivo em administradores e contadores, e incluir maior número de matérias jornalísticas relativas às ações da entidade.

Em abril, Raymundo Vermelho convocou uma Assembleia Extraordinária para discutir a aquisição de mais uma sala comercial com quase 100 m² no prédio Joubert de Carvalho que estava sendo construído pela incorporadora Habitação. Para o presidente a ACIM precisava de mais espaço para atender os quase 700 associados. Foi aprovado o investimento de Cr\$ 6,9 milhões para a aquisição. Na mesma reunião foi discutida a necessidade de melhorias no SPC. No mês seguinte, a entidade adquiriu um PABX mais moderno para o departamento. O aparelho foi instalado em 23 de agosto de 1982.¹⁴

Ao realizar a parceria com a construtora Habitação a ACIM também ficou com os direitos de um apartamento residencial no edifício que estava sendo construído em seu terreno. Posteriormente, a entidade trocou esse imóvel por mais uma sala comercial. Não havia previsão de uso do espaço adicional após a mudança, mas o presidente defendia que em breve toda a área seria ocupada com novos serviços e produtos.

Em junho de 1982 a diretoria da ACIM foi procurada por comerciantes de pneus que alegavam queda nas vendas devido ao contrabando. Imediatamente, a diretoria emitiu ofícios para a Receita Federal denunciando o comércio ilegal e o prejuízo acarretado pelo não recolhimento de IPI (Imposto Sobre Produtos Industrializados); para a Polícia Federal; e para a Secretaria da Fazenda do Paraná, pelo não recolhimento de ICM (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias).

A ACIM também procurava incentivar as inovações tecnológicas e criativas que surgiam como grandes oportunidades de negócio. Foi assim que em julho de 1982, a entidade prestou apoio a Divino Bortolotto, que tentava obter a homologação de sua invenção junto ao Conselho

13 Trecho do discurso de Raymundo do Prado Vermelho durante evento de posse da ACIM em janeiro de 1982. Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

14 A Ericson do Brasil repassou Cr\$ 100 mil para a ACIM aplicar em mídias e divulgar o novo sistema de PABX do Serviço de Proteção ao Crédito de Maringá.

Nacional de Trânsito (Contran). O semáforo de ciclo visual, também conhecido como sequencial, era um novo formato que possibilitaria maior mobilidade no trânsito com a implantação do sistema chamado “Onda Verde”.¹⁵ Posteriormente, a ACIM despacharia ofícios ao então presidente da República, João Figueiredo, e também ao Contran, que aprovaria a utilização desse novo modelo anos mais tarde.

O semáforo sequencial foi criado na década de 1970, pelo maringense Divino Bortolotto, que em 1989 fundou a empresa SDM. [...] Estes semáforos apresentam vantagens sobre os convencionais quanto à quantidade e qualidade de informações passadas aos motoristas. Com estas informações os motoristas podem tomar a melhor atitude, como acelerar, prosseguir a marcha, desacelerar e num sistema de semáforo em sequência e coordenados saber exatamente se sua marcha se encontra no início, meio ou final da onda verde, podendo então tomar a atitude mais correta para se enquadrar no deslocamento viário.¹⁶

Ainda no sentido de melhoria do tráfego de veículos, em julho, a pedido de seus associados, a ACIM despachou diversos requerimentos ao governo do Paraná solicitando a melhoria das estradas que conectam Maringá a Curitiba, devido à precariedade que se encontravam e ao alto risco envolvido nesse percurso, especialmente, em dias chuvosos.

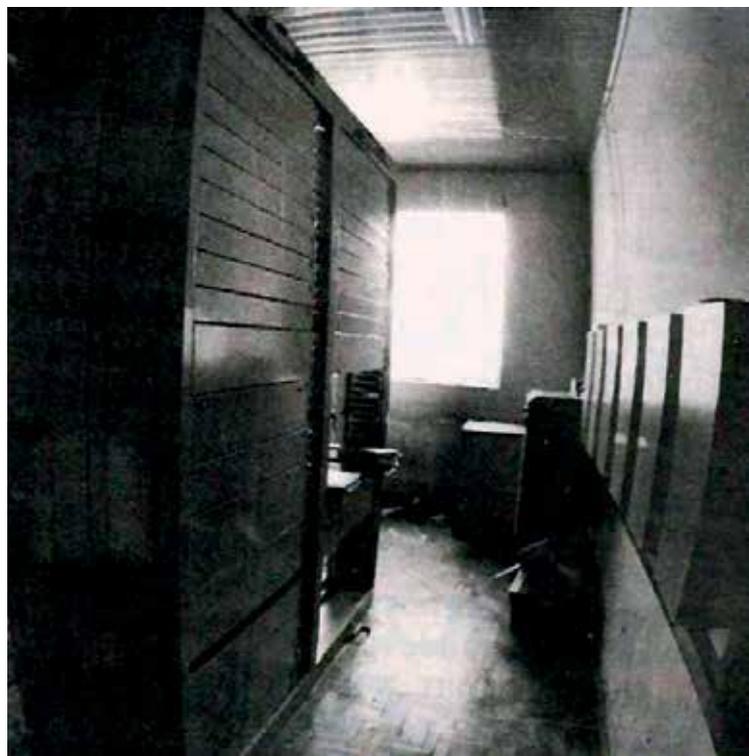
Em junho de 1982, o boletim Comércio & Indústria mostrou que a ACIM tinha preocupações com questões ambientais. A edição apresentou em seu editorial críticas às obras da Usina de Ilha Grande pela Eletrosul, projeto com 1.312 km² distribuídos em 16 municípios e centenas de ilhas (entre Guaíra e Marilena). A Usina de Ilha Grande nunca foi concluída. Naquele mesmo ano, seria inaugurada a Usina de Itaipu, empreendimento responsável pela extinção de um grande atrativo turístico do Paraná, as Cataratas

15 Ciclo contínuo de semáforos indicando sinais verdes em avenidas de grande extensão, de modo que os veículos trafeguem sem parar por longos trechos.

16 VALÉRIO, Zilda Maria Fonseca. **Sistema de Trânsito no Município de Maringá**: melhorias implantadas. Departamento de Administração da Universidade Estadual de Maringá, 2011, p. 12-13.



A apresentação do novo sistema telefônico PABX ARD 561 do SPC da ACIM ocorreu no salão de eventos do Hotel Deville, em agosto de 1982.



O PABX adquirido tinha capacidade para 100 ramais telefônicos e agilizou o atendimento do SPC. Comércio & Indústria de setembro de 1982.

de Guaíra, popularmente conhecidas como Sete Quedas. Em outubro de 1982, o impresso da ACIM estampou em sua capa outra crítica sobre a perda lamentada por muitos brasileiros.

No dia 6 de agosto de 1982, a ACIM criou o Departamento de Insumos Agrícolas para que fossem minimizados os impactos constatados na Circular nº 706 do Banco Central, que previa a dispensa da “classificação do crédito como de custeio singular ou integral, deixando-se a critério do produtor a escolha e aquisição dos insumos (espécie e quantidade) que considerar mais indicados para suas lavouras (...)”.¹⁷

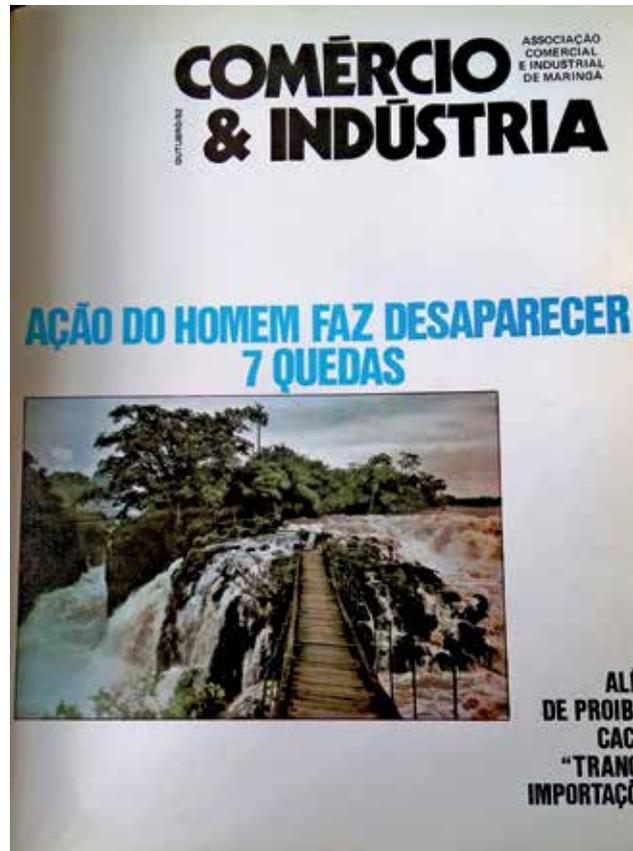
A circular causaria grande impacto econômico, já que excluía das safras de 1982/1983 o financiamento de qualquer tipo de insumo, tendo como justificativa a simplificação e aceleração de acesso ao crédito para os produtores rurais.

O Departamento de Insumos Agrícolas da ACIM, que depois foi renomeado para Departamento de Revendedores de Insumos Agrícolas de Maringá e região, ficou composto da seguinte forma:

- Presidente: José Frederico Brassanine Filho
- Vice-presidente: José Vieira
- Secretário: Valdemar Izzo
- Tesoureiro: Abel José da Silva
- Conselheiros: Lázaro de Lima, Antonio Alvinho Landgraf, Luiz Lopes, Tuguio Soda e Luiz Nishimori (que décadas depois se tornaria deputado estadual e federal).

Várias cidades apoiaram a iniciativa, como Apucarana, Cianorte, Ubatuba, Astorga e Campo Mourão. O departamento visava criar condições ao setor enquanto estivesse valendo a circular do Banco do Brasil. Uma das ações foi buscar melhores preços para as sementes de soja no sentido de facilitar o acesso por parte dos agricultores a este insumo. Por pressões de diversas regiões do país, a Circular nº 762, de fevereiro de 1983, revogaria a Circular nº 706 e tudo voltaria ao padrão tradicional de mercado.

Em novembro de 1982 um lojista solicitou que a ACIM tomasse providências imediatas no



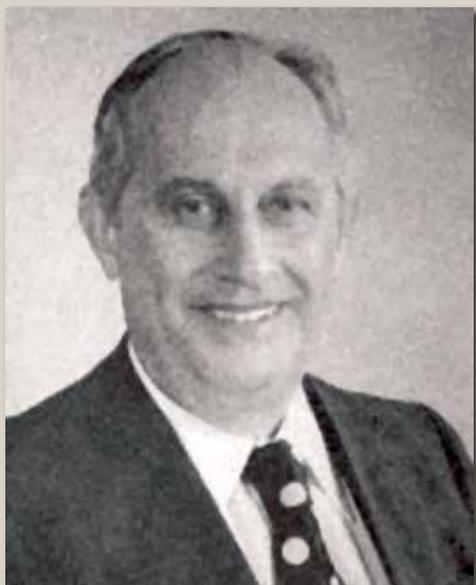
Capa do Comércio & Indústria, outubro de 1982.

sentido de moralizar alguns hotéis e bares instalados na Rua Joubert de Carvalho, devido ao elevado número de prostitutas e mendigos. Esse problema se arrastaria sem solução nos anos posteriores.

Visando melhorar a segurança pública durante o período do Natal daquele ano, o presidente Raymundo Vermelho autorizou que a ACIM custeasse 500 litros de combustíveis para que as viaturas do 4º Batalhão de Polícia Militar de Maringá pudessem fazer rondas com maior frequência pela cidade.

¹⁷ Circular nº 706 do Banco Central, de 21 de junho de 1982.

Murilo Macedo x Lula



Murilo Macedo, como Ministro do Trabalho.



Luiz Inácio Lula da Silva, preso em 1980 a pedido de Murilo Macedo.

Murilo Macedo, segundo presidente da ACIM, tornou-se ministro do Trabalho em 15 de março de 1979. Um ano depois, ele pediu a prisão do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Luiz Inácio da Silva (o apelido “Lula” só seria incorporado ao nome em 1982).

Líder sindical da época, Lula foi preso com base na Lei de Segurança Nacional e passaria um mês no Dops, órgão responsável pela repressão durante a ditadura militar.

Interessante que, um ano antes, no feriado de 7 de setembro de 1979, Murilo Macedo havia convidado Lula para ir ao seu sítio em Atibaia. Jogando bilhar com o sindicalista, ele teria dito: “Lula,

você vai implodir esse País. ‘Manera’ o discurso”. Segundo Macedo, Lula parecia moderado quando voltou a falar para os trabalhadores, mas logo mudou de tom. “Ele ‘despirocou’. A turma queria fogo”.¹

Murilo Macedo ficou no Ministério do Trabalho até março de 1985, quando voltou ao Banco Nacional. Aposentou-se em 1988. No início da década de 1990 ele faria palestra na sede da ACIM. Lula se tornaria presidente da República em 2003.

¹ Conteúdo eletrônico da Revista Isto É. http://www.terra.com.br/istoegente/168/reportagens/murillo_macedo.htm - Visitado em 25 de novembro de 2015, às 20h35.

Eleições municipais de 1982

As eleições de 1982 foram as primeiras após a abertura política nacional. Retornava à cena o pluripartidarismo, com o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), PDS (Partido Democrático Social), PP (Partido Popular), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), PDT (Partido Democrático Brasileiro) e PT (Partido dos Trabalhadores).¹

Cada qual trazia um legado. O PP era comandado por Tancredo Neves e ficou conhecido com seu estilo de oposição moderada; o PTB e o PDT disputavam a herança do trabalho; o PT defendeu a bandeira dos novos movimentos sociais e se tornou a principal novidade da época.

Mesmo com o fim do bipartidarismo em 1979 (até então existiam somente a Arena e o MDB), as eleições municipais de 1980 foram adiadas para 1982, de modo a coincidir com as eleições estaduais.² Assim, a composição daquela disputa em Maringá ficou da seguinte forma:

O PDS lançou três candidatos: os senhores Antonio Facci (PDS I), deputado estadual e que foi apoiado pelo prefeito (João Paulino); Anníbal Bianchini da Rocha (PDS III), pecuarista e diretor da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná; e Adhemar Schiavone (PDS II), empresário e radialista. O PMDB lançou os senhores Said Felício Ferreira (PMDB I), médico e empresário do setor da saúde; e Horácio Raccanello (PMDB II), professor de Direito da Universidade Estadual de Maringá, ligado

aos autênticos do PMDB. O PTB e PT também lançaram candidatos à prefeitura municipal, o primeiro lançou o empresário e ex-vereador Sr. Egídio Assmann e o segundo, o médico Nelson Aiex.³

Luiz Inácio Lula da Silva, representante do sindicalismo do ABC Paulista e um dos fundadores do PT, esteve em Maringá durante a campanha das eleições de 1982.

Said Ferreira saiu vitorioso com 26.516 votos, seguido de Horácio Raccanello (18.923 votos), Anníbal Bianchini (13.047 votos), Adhemar Schiavoni (9.197 votos), Antonio Facci (8.635 votos), Egídio Assmann (444 votos) e Nelson Aiex (350 votos). Ferreira analisou sua vitória:

Eu fui eleito por um setor bastante carente da comunidade e um setor médio da comunidade. Esses setores sempre confiaram bastante porque éramos médicos... Eu era médico ligado a essa faixa da população e tive a honra de ser um dos médicos que atendia os previdenciários quando várias clínicas e hospitais médicos não queriam [...].⁴

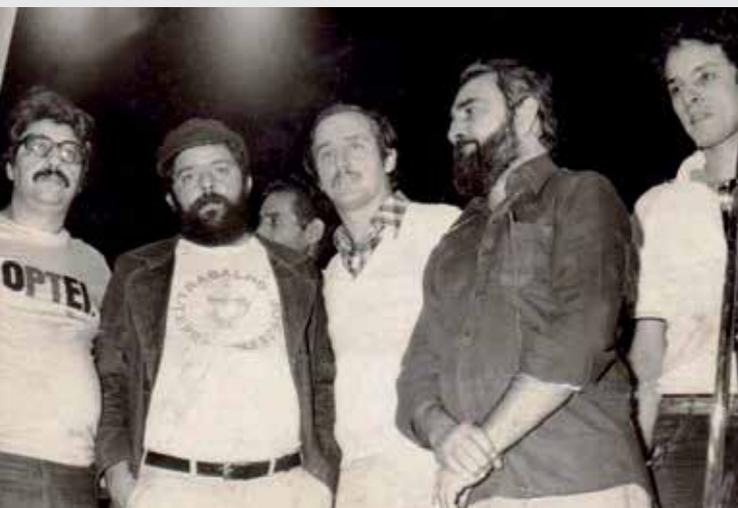
Em âmbito Federal, Maringá passou a ser representada pelos deputados eleitos Walber Guimarães e Renato Bernardi (PMDB); em âmbito estadual por Ferrari Júnior, José Tadeu Bento França (PMDB) e Luiz Gabriel Sampaio (PDS).

1 DIAS, 2008, p. 118.

2 TONELLA, 1999, p. 277-278 in DIAS, 2008, p. 119.

3 TONELLA, 1999, p. 279-280 in DIAS, 2008, p. 123-124.

4 Ibid, p. 283-284 in Ibid.



Da esquerda para direita: Edésio Passos, Lula, José Ival de Souza, Francisco Timbó e Ademir Demarchi.



Parte da administração pública da gestão municipal de 1982-1988. Da esquerda para direita: Joaquim Henrique Lauer, chefe de Gabinete; João Preis, secretário Municipal de Indústria, Comércio e Agricultura; Odelando Veroneze, presidente do Serviço Autárquico de Obras e Pavimentação de Maringá; e o prefeito, Said Felício Ferreira. Foto: Acervo Verdelírio Barbosa.

Entre o final de 1982 e início de 1983, a diretoria da ACIM começou uma articulação para que o seu ex-presidente, Roldofo Purpur, fosse indicado para um cargo na diretoria do Banco do Estado do Paraná. Em março de 1983, atendendo ao pedido da entidade, o governador José Richa anunciaria Purpur como o novo diretor financeiro do Banestado.

Em fevereiro de 1983 a ACIM realizou um Encontro de Lideranças que debateu o desenvolvimento econômico nacional. O objetivo foi a aproximação entre o empresariado local e os representantes políticos. Estiveram presentes o prefeito Said Ferreira, o senador Álvaro Dias, os deputados federais Walber Guimarães e Renato Bernardi, os deputados estaduais Luiz Gabriel Sampaio, Tadeu França e Arlei Ferrari Jr. e o reitor da UEM, Paulo Roberto Pereira de Souza. O comitê organizador foi formado por Odilon Populin, Arnaldo Valdomiro Palma, Oseas Samuel Johansen e Fernando Rodrigues dos Santos.

Os diretores da ACIM Arno Silvestre Macagnam e Felizardo Meneguetti representavam a entidade no conselho curador da Universidade Estadual de Maringá. Durante reunião na Associação no mês de abril, Macagnam informou que a UEM estava enfrentando grandes dificuldades financeiras e sugeriu que a Associação desenvolvesse alguma ação em prol da instituição de ensino superior.

Naquele mesmo mês diversos comerciantes instalados na Avenida Colombo, na divisa entre Maringá e Sarandi, procuraram a ACIM revoltados com o projeto apresentado pela Metronor visando a duplicação daquela via. A proposta não previa acessos entre a rua paralela à avenida, o que poderia causar a falência de muitos comerciantes. A ACIM pediu a paralisação imediata das obras para que fosse apresentada uma alternativa economicamente viável para a manutenção do comércio ali existente.

No mesmo período, um dirigente ligado ao Sindicato da Indústria da Construção Civil participou de reunião na ACIM onde expôs “a falta de associativismo das empresas locais”, já que, na época, muitas compravam em outras regiões sem sequer orçar com fornecedores da cidade. Desse modo, propôs-se a criação de uma campanha publicitária para incentivar o maringaense a dar preferência de compra às empresas locais. Outros parceiros foram convidados a participar da iniciativa, como a OAB, Sociedade Médica de Maringá, Sivamar e outras entidades dos segmentos de Odontologia, Engenharia e Arquitetura. A agência de propaganda que ficou responsável pela ação foi a Módulo Propaganda, de Elói Michels, empresa que mais tarde passaria a organizar a Expoingá.



Encontro de Lideranças. Da esquerda para direita: Renato Bernardi, Álvaro Dias, Said Ferreira, Raymundo Vermelho, Dom Jaime Luiz Coelho e Walber Guimarães. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



XII Seminário dos Serviços de Proteção ao Crédito do Paraná, realizado em 16 de julho de 1983 no Auditório da ACIM. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



Carlos Roberto Previdelli seria conduzido mais tarde ao cargo de gerente executivo da ACIM. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

A ACIM se comprometeu em pagar 40% dos custos da campanha, sendo que os 60% restantes deveriam ser divididos entre a prefeitura (30%) e as demais entidades interessadas em participar da ação (30%). Apesar de o Executivo estar de acordo com o investimento, as demais entidades não tiveram condições de custear o restante e a campanha não foi executada.

Em 30 de maio de 1983, a ACIM teve alterações em seu quadro executivo. O novo assessor jurídico passou a ser Carlos Roberto Previdelli e Heloísa Poltronieri assumiu o então, recém-criado, departamento de cobranças.

O crescimento urbano de Maringá foi acompanhado pelos problemas característicos de uma jovem metrópole. Na área de segurança, por exemplo, o orçamento das polícias era insuficiente para atender as necessidades de combate à criminalidade que atingia índices alarmantes. A gota d'água foi um assalto à Loja Maçônica. Após o evento, lideranças empresariais decidiram criar uma entidade que pudesse dar maior suporte às polícias civil e militar. Nascia o Conselho Comunitário de Segurança.

Novas instalações da ACIM

No dia 7 de maio de 1983, a nova sede da ACIM foi, enfim, inaugurada. Depois de uma verdadeira novela envolvendo a empresa Farid Surugi, a construtora Habitação, de Jayme Canet Jr., acabou executando a obra.

A sugestão de incorporação, dada por Felizardo Meneguetti em 1976, foi acatada e as negociações foram realizadas ao longo das gestões de Álvaro Miranda Fernandes, Sidney Meneguetti e Atair Niero. Raymundo do Prado Vermelho entrou para a história como o presidente que inaugurou as modernas instalações da entidade.



Nova fachada da sede da ACIM durante evento de inauguração.



O senador Álvaro Dias e o ex-presidente da ACIM, Atair Niero, descerram a placa de inauguração da nova sede. Manoel Mário de Araújo Pismel assiste à direita.



Said Ferreira parabenizando o presidente da ACIM, Raymundo do Prado Vermelho.
Fotos: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Conselho Comunitário de Segurança (Conseg Maringá)

Depois de um assalto à Loja Maçônica da Justiça, em Maringá, inclusive com reféns, a Sociedade Civil Organizada, com o apoio da ACIM, decidiu constituir uma entidade para apoiar as forças policiais.

Em 3 de junho de 1983 foi formalizado o estatuto social do Conselho Comunitário de Segurança de Maringá, sob a sigla inicial de CCS, composto por membros não governamentais que se reuniam para analisar, debater e acompanhar propostas de melhorias para a segurança pública local. Fernando Henriques, que se tornaria presidente da ACIM, destaca que:

A ACIM, sem dúvida, foi uma das líderes, mentoras, para a criação do Conselho Comunitário de Segurança, que depois passou a ser modelo inclusive para outras cidades, para outros estados brasileiros e para o próprio governo do Paraná. Nós tivemos apoio total da comunidade, inclusive de todas as lideranças, religiosas [...], Dom Jaime Luiz Coelho, do Monsenhor Sidney, que fazia parte da Catedral, pastores, enfim [...], toda comunidade se movimentou.¹

É o primeiro conselho do gênero no país. Desde 2007, o Conseg Maringá, como é atualmente conhecido, é qualificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip).

¹ Entrevista de Fernando Henriques ao projeto ACIM Faz História, Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Em 22 de agosto de 1983, a pedido do delegado chefe da 9ª Subdivisão da Polícia Civil, a ACIM e várias empresas passaram a doar combustíveis para contribuir com o patrulhamento diurno de Maringá. No total, eram mil litros. A doação era feita por meio do Conselho Comunitário de Segurança que tinha na presidência o empresário Hudson Bonomo – que passaria a fazer parte do Conselho Fiscal da ACIM na gestão seguinte.

Em agosto a ACIM contava com 1.344 associados – aumento de 36% em relação a 1981. Com o crescimento, a entidade teve o receio de se distanciar dos empresários. Para evitar isso, alguns associados começaram a ser convidados para participar de reuniões na Associação. Nesses encontros surgiram várias lideranças, entre elas, Fernando Henriques, do Supermercados Pratas, que se tornaria o principal agente do desenvolvimento associativista da região de Maringá ainda naquela década; e Valdecir de Britto, da concessionária de veículos Dama, que seria diretor da ACIM por várias gestões.

Em setembro de 1983, a prefeitura de Maringá notificou a ACIM para que a entidade passasse a emitir nota fiscal. O presidente Raymundo Vermelho buscou mais informações em entidades congêneres, concluindo que as associações não se enquadravam dentro desse procedimento tributário por não terem fins lucrativos.

Naquele mesmo mês, pela primeira vez na história da entidade, a ACIM discutiu a possibilidade de criar uma campanha comercial com o sorteio de prêmios. Raymundo Vermelho apresentou o exemplo bem sucedido da Associação Comercial de Sumaré, em São Paulo. Os estudos para a primeira operação nesse sentido demonstraram que a promoção seria inviável naquele ano devido aos elevados custos para a aquisição de premiações que pudessem atrair o interesse do consumidor. Anos depois, as promoções com prêmios seriam a oxigenação necessária para os comerciantes locais em períodos de retração econômica.

Em fevereiro de 1984, a ACIM anunciou o início das operações do Departamento de Cobranças que vinha operando em caráter experimental desde maio do ano anterior. O novo serviço era voltado principalmente às pequenas empresas que não tinham equipes para realizar a cobrança dos inadimplentes.



O Natal passou a ter destaque especial por meio do Concurso de Quadras Decoradas, promovido pela ACIM, bem como campanhas comerciais diversas. O registro acima é do centro da cidade no início da década de 1980. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

A gestão de Raymundo Vermelho chegava ao fim. Mas, ainda havia espaço para a criação de uma entidade associativista regional. Em março de 1984 a ACIM recebeu a visita do presidente da Associação Comercial de Londrina, Edson Heringer, que sugeriu a organização de um ciclo de reuniões entre as congêneres da região no sentido de propor soluções aos problemas

comuns. Segundo Heringer, Paranaíba já havia se interessado pela estruturação dessa rede. Definuiu-se que a primeira reunião ocorreria no dia 28 de abril em Maringá. Como a ACIM entrava em transição de diretoria, quem passaria a conduzir aquele processo seria o novo presidente, Fernando Henriques.

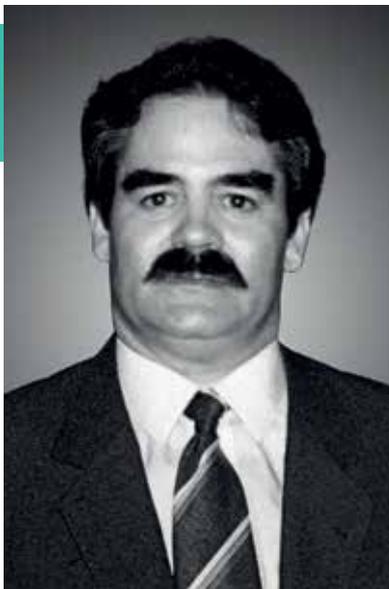


Foto: Centro de Documentação
Luiz Carlos Masson/ACIM.

Fernando Henriques Gestão 1984-1986

- Presidente: Fernando Henriques
- 1º Vice-presidente: Amorim Pedrosa Moleirinho
- 2º Vice-presidente: Antônio Carlos Braga
- 1º Secretário: Francisco Feio Ribeiro Filho
- 2º Secretário: Pedro Constantino
- 1º Tesoureiro: Arno Silvestre Macagnam
- 2º Tesoureiro: Alcides Romero
- Diretores adjuntos: Odilon Populin e e Oseas Samuel Johansen.
- Conselho Fiscal: Adirson Rossi, Hudson Alberto Chagas Bonomo e Shiniti Ueta.
- Conselho Fiscal suplente: Alcides Siqueira Gomes, Oswaldo Chiuchetta e Paulo Uchimura.
- Conselho Deliberativo: Abrão Manuel, Alcides Fanhani, Antônio Paula de Souza Bárbara, Cícero Alves da Silva, Felizardo Meneguetti, Fernando Rodrigues dos Santos, Francisco Vicente Mommensohn, Gilberto de Almeida Martha, Iran Moura Castilho, João de Lima Ganem, Jorge Manuel Vitória Caetano, José dos Santos Ribeiro, Léo de Paula e Silva, Luiz Lourenço, Manuel Miranda de Jesus, Mário José Faria Ferraz, Oswaldo Buzzo, Pedro Granado Martines, Said Jacob, Wilson de Deus Duarte e Wilson Rodrigues Gatto.

Fernando Henriques chegou ao Brasil no início da década de 1960 vindo de Portugal e instalou-se em Engenheiro Beltrão. Posteriormente, mudou-se para Maringá, onde fundou o Supermercados Pratas.

Além da ACIM, presidiu o Centro Português de Maringá entre 1986 e 1987 e as quatro primeiras gestões da Cacenor. Foi diretor do Elos Clube do Brasil e governador do 4º Distrito Elista.

Com a presença de 58 associados, a única chapa inscrita, “Dinamismo e Trabalho”, foi eleita por unanimidade para conduzir a ACIM pelos próximos dois anos.

A posse da nova diretoria aconteceu em um grande espaço da cidade, a fim de abrigar o público esperado. O evento foi realizado no salão social da Acema em 15 de março de 1984 e contou com a presença do prefeito de Maringá, Said Felício Ferreira; Afonso Lemos, presidente da Câmara Municipal de Leiria, em Portugal – devido à nacionalidade do novo presidente da ACIM e da irmandade entre as duas cidades (Maringá e Leiria); além de representantes das Associações Comerciais do Paraná, das forças de segurança pública do Estado, entre outros.

A ACIM mantinha um estreito relacionamento com o Clube dos Dirigentes Lojistas (CDL). Em julho de 1984, ela apoiou a Convenção Nacional dos Dirigentes Lojistas realizada em Maringá. No dia 27 daquele mês, inclusive, integrando a agenda daquele evento, a ACIM realizou em sua sede uma palestra com Guilherme Afif Domingos, empresário e então presidente da Associação Comercial de São Paulo.

No segundo semestre de 1984, a ACIM contratou Adauri Antunes como assessor de imprensa. Em pouco tempo, Antunes seria chamado para trabalhar na Folha de Londrina e o jornalista Edmundo Pacheco assumiu o cargo.



Fernando Henriques cumprimenta Raymundo do Prado Vermelho.



O público presente no evento de posse. Fotos: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Coordenadoria das Associações Comerciais do Norte e Noroeste do Paraná (Caciner)

Em março de 1984, Fernando Henriques comunicou à diretoria da ACIM que seria constituída a Coordenadoria das Associações Comerciais da Região de Maringá (Caciner).¹

Em 30 de abril ocorreu uma reunião para eleger a diretoria provisória da nova entidade. Pedro Granado e Álvaro Miranda Fernandes concorreram à presidência. Álvaro Miranda foi eleito e permaneceu no cargo até dia 2 de junho, quando foi realizada a Assembleia de Fundação da Caciner, na sede da ACIM.

Representaram suas associações comerciais: de Maringá, Fernando Henriques, Cícero Alves da Silva e Oseas Samuel Johansen; de Campo Mourão, Jintaro Ikeda e Zaluir Pedro Assad; de Umuarama, Alexandre Ceranto, Onivaldo Guazelli e Antônio José da Silva; de Paranavaí, Paulo Gonçalves Vicente; de Pérola, José Guerino Altoé; de Sarandi, Antonio Mochi; de Nova Londrina, Ademar Ferreira Ramos; de Nova Esperança, Jozias Tomé Cândido; e de Terra Rica, Dirceu Martins da Costa. O então secretário executivo da ACIM, Ednei Francisco Ferreira, que auxiliou na condução dos trabalhos, ressaltou que haviam sido convidadas 19 associações, 12 das quais haviam confirmado participação e nove estavam presentes. Aprovada a criação da Caciner, definiu-se que, no intervalo de 30 dias após aquela data, todas as associações que se filiassem iriam pertencer à categoria de sócios-fundadores.

[...] Denominada “Pioneira”, a chapa única a concorrer para a gestão da primeira eleição da Caciner foi composta pelos seguintes membros:

Presidente: Fernando Henriques (Maringá)
 1º vice-presidente: Alexandre Ceranto (Umuarama)
 2º vice-presidente: Paulo Gonçalves Vicente (Paranavaí)
 1º secretário: Zaluir Pedro Assad (Campo Mourão)
 2º secretário: Antônio Mochi (Sarandi)

1º tesoureiro: Oseas Samuel Johansen (Maringá)

2º tesoureiro: Josias Tomé Cândido (Nova Esperança)
 [...]

Com a coordenadoria constituída, estatuto social aprovado e a diretoria eleita, as regiões norte e noroeste do Paraná ganharam uma entidade que congregava os interesses das associações comerciais instaladas nesse território. [...]²



Emblema da década de 1980, similar ao utilizado pela ACIM.

Fernando Henriques relatou que a Caciner tinha papel fundamental de aproximar, por meio do associativismo, as cidades integrantes do território de atuação:

(...) nós tivemos várias reuniões, por exemplo, na região de Paranavaí, na região de Loanda, entre outros lugares. Nós fazíamos reuniões itinerantes, nós levávamos a entidade até junto das comunidades, porque isso era muito importante.³

1 Para saber mais sobre a história da entidade, procure pela publicação **Frente Pioneira: a união histórica do empresariado regional. Caciner: Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná.** Gráfica Caiuás: Maringá, 2012.

2 SILVA, Miguel F. P. **Frente Pioneira: a união histórica do empresariado regional. CACINOR: Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná.** Gráfica Caiuás: Maringá, 2012.

3 Entrevista de Fernando Henriques concedida ao projeto ACIM Faz História, Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

O avanço da construção civil em Maringá

Segundo registros do boletim Comércio & Indústria de dezembro de 1984, Maringá possuía cerca de 200 mil habitantes; 2.289 estabelecimentos comerciais, varejistas e atacadistas; 49 agências bancárias; 650 indústrias; dois jornais; um canal de TV; 53 escolas de primeiro e segundo grau e uma universidade. Na mesma edição a entidade trouxe um alerta sobre o mercado imobiliário da cidade por meio do depoimento de José Ferreira da Silva, da Solar Imóveis:

O crescimento espantoso de Maringá nos últimos dois anos fez com que houvesse um aumento também muito grande de construções, principalmente de edifícios. Antes, era bem mais fácil vender um prédio. Hoje levamos de 18 a 24 meses para vender cerca de 50 apartamentos na zona central.¹

A mesma publicação também trouxe posições de outros empresários do ramo, que citavam que o preço dos imóveis de Maringá havia disparado, com valorização de 150% se comparado ao ano anterior, o que dificultava a venda, inclusive para investidores que vinham de outras cidades do país.

Várias hipóteses podem ser levantadas na análise da supervalorização dos imóveis daquele período. Uma delas está baseada no crescimento considerável da população que teve, ao final da década, o maior incremento registrado até então: mais de 72 mil pessoas. Outros fatores que contribuíram para inflacionar o mercado imobiliário foram a elevação do número de cursos superiores da UEM e o crescimento do comércio atacadista, da agroindústria e da comercialização de carnes e embutidos. O historiador João Laércio Lopes Leal lembra que a verticalização foi inevitável com aquele cenário:

Essa elevação considerável dessa década se traduz em um mercado imobiliário altamente aquecido, porque mais de 500 projetos de prédios [...] foram aprovados pela prefeitura. Sendo que até o início da década de 1980, a cidade havia contabilizado no máximo 80 projetos neste formato. [...] Isso mostra que a



Maringá da década de 1980. Era o início da verticalização definitiva da cidade. Foto: Revista ACIM / Centro de Documentação Luiz Carlos Masson.

construção civil esteve extremamente aquecida. [...]. Claro, temos a figura do prefeito Said Ferreira, que foi muito dinâmico. A primeira gestão dele, que vai de 1983 a 1988, foi conduzida com muita proatividade.²

O geógrafo Ricardo Luiz Töws, que desenvolveu estudos sobre o processo de verticalização de Maringá, destaca que:

[...] Em 1983 o legislativo aprovou as leis relativas à regulação do espaço, com destaque para a lei nº 1.736/83, que diz respeito aos parâmetros de ocupação do solo. Essa lei caracteriza o espaço urbano maringaense e a respectiva atuação do poder público: aumentou os coeficientes de aproveitamento [...], deixou livre a altura das edificações em diversas zonas e aumentou também a taxa de ocupação dos terrenos. Retoma-se o argumento adquirido [...], de que, para o incorporador, ficou ótimo atuar em Maringá. [...] Desse modo, na referida década foram aprovados [...] 521 projetos de edifícios com 4 ou mais pavimentos [...]. A cidade de Maringá conheceu o auge do processo de acumulação de capital e investimentos diretos na construção civil. Conheceu também, [...] com uma dinâmica avançada, o processo de incorporação imobiliária, com empresas como a Construtora Encol, a Construtora Lótus, Eugecapri, Garsa, Construtil, entre outras atuando no período.³

1 Indústria e Comércio ACIM, dezembro de 1984.

2 Entrevista concedida por João Laércio Lopes Leal a Miguel Fernando em 16 de novembro de 2015.

3 TÖWS, Ricardo Luiz. O processo de verticalização de Londrina e Maringá (PR). **Brasil: o Estado e o Capital Imobiliário na produção do espaço**. Dissertação de mestrado apresentada à UEM. Maringá, 2010, p. 155-157.



Destaque do editorial do boletim Comércio & Indústria, março de 1985.

O presidente da ACIM, Fernando Henriques, liderava a Cacinor com dedicação. Em dezembro de 1984 ele representou a coordenadoria em audiências com o governo estadual para solicitar a dilação no prazo de pagamento do ICM – fato que seria atendido – e a construção de uma ponte ligando Mato Grosso (Porto Caiuá, em Naviraí) ao Paraná (Porto Felício, em Querência do Norte).¹⁸

No final de 1984 e início de 1985, diversas reuniões ordinárias da ACIM priorizaram a segurança pública. Em um dos encontros, o delegado da 9ª SDP, Eiji Yassaka, por sua vez, cobrou mil litros mensais de combustível prometidos pelos empresários e não entregues na totalidade. A ACIM voltou a visitar as empresas para nova conscientização sobre a necessidade de apoiar as polícias.

Em setembro de 1985 o CDL formalizou pedido para ocupar uma sala anteriormente utilizada pela Junta Comercial na ACIM. Entretanto, a Associação já tinha planos para o espaço: o Departamento de Petróleo seria transformado em um Sindicato (dos Revendedores de Combustíveis de Maringá) e ocuparia a sala.

18 A ponte nunca foi construída e até hoje a travessia entre as duas regiões é feita de balsa.

Conselho Permanente da Mulher Empresária

Nos anos 1980 as mulheres ganhavam espaço, conquistando cargos importantes no mercado de trabalho e no meio empresarial. Seguindo tendência que já era realidade em grandes centros, como Curitiba, em 5 de dezembro de 1985, Fernando Henriques articulou uma comissão de empresárias locais formada por Vera Rother, Sonia Letícia de Mello e Maria Marta Mantovani, para criar o Conselho Permanente da Mulher Empresária (CPME) de Maringá. Na época, definiu-se que o CPME funcionaria como um departamento da ACIM, com orçamento próprio. A formalização aconteceu no início de 1986 durante a posse da nova gestão da ACIM.

O conselho passou a ser muito atuante, facilitando a inserção das mulheres não só em cargos de liderança, mas na própria comunidade de um modo geral. Uma das maiores realizações do Conselho da Mulher é a Feira Ponta de Estoque, que surgiria no início da década de 1990 devido à crise econômica do país.



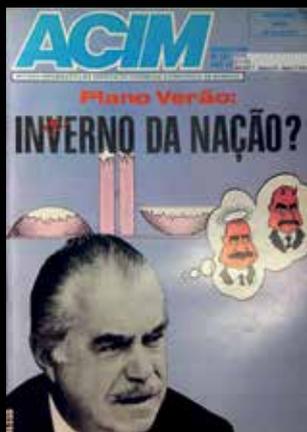
Vera Rother, a primeira presidente do Conselho Permanente da Mulher Empresária de Maringá. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



Capa do boletim Comércio & Indústria, fevereiro de 1985. Um mês antes, Tancredo Neves havia estado em Maringá para participar do casamento da filha de Walber Guimarães, então deputado federal.



Walber Guimarães e Arlei Ferrari Jr., deputados federal e estadual, respectivamente, pelo PMDB. À direita, Tancredo Neves.



Capa do periódico mensal da ACIM de março de 1989.

No início de 1985 os boletins da ACIM traziam matérias otimistas com relação à Nova República e à eleição de Tancredo Neves para a presidência da República em 15 de janeiro daquele ano, ainda pelo voto indireto. O político não foi empossado, pois adoeceu, vindo a falecer em 21 de abril. O vice, José Sarney herdou o cargo e durante seu governo foi duramente criticado pelo empresariado local devido a apresentação de planos econômicos mal sucedidos.

Em abril de 1985, uma comitiva de Leiria, Portugal, esteve em missão oficial em Maringá devido ao acordo de irmandade firmado entre as duas cidades três anos antes.¹⁹ O grupo lusitano também visitou a sede da ACIM. Se na década de 1970 a aproximação se deu com o Japão, dessa vez foi com Portugal. Fernando Henriques avalia aquela aproximação como de fundamental importância para a integração do conhecimento universitário.

[...] o primeiro trabalho que eu tive como presidente na Associação Comercial foi a participação na geminação de Maringá com a cidade de Leiria, em Portugal. [...] Nós participávamos efetivamente das reuniões, tanto aqui, quanto lá. Depois, eu fiz uma viagem acompanhado pelo reitor da Universidade Estadual de Maringá, na época Paulo Roberto Pereira de Souza, para visitar universidades portuguesas [...] visando precisamente a integração e a aproximação [...].²⁰

No mês de setembro um projeto de lei do deputado federal João Cunha causou indignação nas entidades empresariais do país e no sistema bancário. Cunha defendia o fim do Sistema de Proteção ao Crédito.²¹

Apesar de apresentado no ano anterior, o projeto demorou quase doze meses para tramitar em diversas comissões e instâncias da Câmara dos Deputados. As entidades de classe reba-teram o PL mostrando aos parlamentares e ao

¹⁹ O pacto de irmandade foi oficializado segundo a Lei municipal nº 1.599/82. O empresário português, membro da diretoria da ACIM, Fernando Ferraz conduziu aquele processo ao lado de Amorim Pedrosa Moleirinho, Fernando Henriques e o executivo.

²⁰ Entrevista de Fernando Henriques ao projeto ACIM Faz História, Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

²¹ Trata-se do PL 4.491/84.

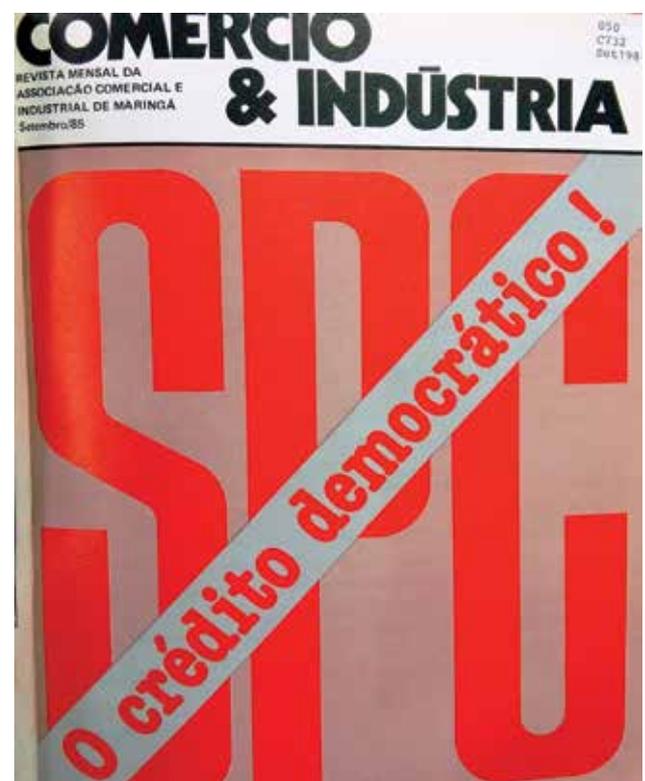
Agora, Revista da Associação Comercial e Industrial de Maringá

Em junho de 1985, pela primeira vez a principal publicação da ACIM traria na capa o termo “Revista” (Revista Mensal da Associação Comercial e Industrial de Maringá, Comércio & Indústria). Na parte interna, nenhuma menção foi feita à mudança, inclusive, durante vários meses, o expediente continuou se referindo à publicação como “Boletim Informativo”.

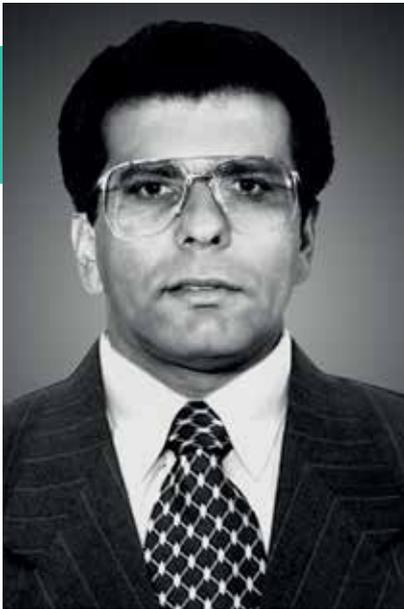


público em geral a importância do SPC na moratização do crédito e no combate à inadimplência no comércio. Por se tratar de uma ação que feria alguns dispositivos do regimento interno da câmara o projeto foi arquivado em 1987.

Fernando Henriques deixou a presidência da ACIM, mas continuou com participação importante à frente da Cacenor, buscando a unidade dos objetivos das congêneres da região de Maringá. Devido ao seu empenho na defesa do associativismo, ele voltaria a comandar a entidade no início da década de 1990, quando novas crises políticas e econômicas em âmbito nacional impactariam o comércio local.



A Revista Comércio & Indústria de setembro de 1985 destacou a importância do Serviço de Proteção ao Crédito. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



Alcides Siqueira Gomes Gestão 1986-1988

Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Nascido em Mandaguari no dia 1º de janeiro de 1947, filho de Francisco de Paula Gomes e Maria Siqueira Gomes, Alcides Siqueira Gomes é formado em Ciências Econômicas e Direito. Foi acionista e diretor da Somaco e gerente da Triângulo Administradora de Consórcios, tendo desenvolvido também atividades no setor agropecuário. Atua como advogado em Maringá.

- Presidente: Alcides Siqueira Gomes
- 1º Vice-presidente: Amorim Pedrosa Moleirinho
- 2º Vice-presidente: Fernando Henriques
- 1º Secretário: Américo Fernandes
- 2º Secretário: Simão Hirata
- 1º Tesoureiro: Carlos Mamoru Ajita
- 2º Tesoureiro: Fernando José de Faria Ferraz
- Diretores adjuntos: Felizardo Meneguetti e Hiran de Moura Castilho.
- Conselho Deliberativo: Abrão Manuel, Álvaro Miranda Fernandes, Fernando Vieira Raimundo, Pedro Granado Martines, Cláudio Sandri, Edson Cantadori Filho, Francisco Feio Ribeiro Filho, José dos Santos Ribeiro, Luiz Carlos Masson, Manuel Miranda de Jesus, Milton Xavier de Mendonça Júnior, Odilon Populin, Osvaldo Pereira Moço, Osvaldo Chiuchetta, Paulo Sérgio Magalhães Silva, Raymundo do Prado Vermelho, Reginaldo Nunes Ferreira, Rui Manoel Raposo Narciso, Shiniti Ueta, Wilson de Deus Duarte e Wilson Rodrigues Gatto.
- Conselho Fiscal: Guido Germani, Zaqueu de Paiva Branco e Luís Fernando Colombari.
- Conselho Fiscal suplente: Damásio do Paraná Barão, Fernando Rodrigues dos Santos e Gilberto de Almeida Martha.
- Conselho Permanente da Mulher e Executiva:
 - Presidente: Vera Lúcia de Campos Rother
 - 1ª Vice-presidente: Maria Marta Mantovani
 - 2ª Vice-presidente: Maria Georgina Baladelli de Souza
 - 1ª Secretária: Maria Inês Ferreira
 - 2ª Secretária: Antonia Benedita Felice
 - 1ª Tesoureira: Maria Júlia Eugênio Ines Leão
 - 2ª Tesoureira: Maria Inês Ajita
- Diretoras adjuntas: Sônia Letícia de Mello, Maria Deusanira Borges da Silva, Terezinha Takaki e Maria dos Santos Pozza.

A chapa “Participação”, única inscrita, foi eleita por aclamação pelos 113 associados presentes na Assembleia Eleitoral da ACIM realizada em 26 de fevereiro de 1986.

A posse da nova gestão ocorreu em 15 de março de 1986 no Centro Português de Maringá com a presença de autoridades e grande público. Os eventos de posse da diretoria da ACIM se tornariam, a partir dessa década, tradição.

Sobre sua diretoria, Alcides Siqueira revelou que buscou uma composição multissetorial do empresariado local. Ele destacou também a necessidade de capacitar os futuros empresários:

Formamos nossa diretoria com pessoas que tivessem representatividade em vários segmentos e bom relacionamento com governos, municipal e estadual.

[...] Dentro da nossa diretoria, pensamos que era importante preparo antecipado, por isso, buscamos a realização de cursos de qualificação, que era uma forma de prevenção [...].²²

Na época, o Conselho Deliberativo (atual Conselho Superior), que elegeu como presidente Atair Niero, passou a realizar suas próprias reuniões, independente da Diretoria Executiva, sendo responsável pelo acompanhamento contábil e financeiro da entidade, com a prerrogativa de sugerir ações estratégicas.

Em março de 1986, a nova diretoria criticou a conversão de moedas estabelecida pelo Plano Cruzado e as consequências socioeconômicas que seriam geradas a partir das dúvidas e

dificuldades que os empresários enfrentavam.²³

A ACIM solicitou, na época, a regulamentação das áreas de cargas e descargas no centro de cidade, de modo a facilitar o abastecimento e distribuição de mercadorias dos comerciantes em geral, adequando os horários para facilitar o estacionamento dos consumidores.

Ainda no primeiro semestre de 1986, em reunião realizada com representantes da UEM em função da possível criação de um grupo de estudos para investimentos, os diretores da ACIM criticaram a universidade pela falta de envolvimento com a cidade. Segundo Alcides Siqueira, “(...) dava a impressão de que era uma entidade dissociada da comunidade e procuramos quebrar esta barreira”.²⁴

Em 22 de abril, durante reunião da ACIM, o Conselho Comunitário de Segurança de Maringá, representado por seus diretores Ebal Dezontini, Benedito Ferreira de Carvalho, Antonio Freze e Paulo Morais Badan, solicitou apoio, pois estavam sem condições financeiras e técnicas de dar continuidade aos trabalhos do órgão. A entidade se prontificou a buscar alternativas. No mesmo encontro, Alcides Siqueira disse que participaria de uma reunião na prefeitura para debater a criação do Posto Avançado Aduaneiro. Era o embrião do Porto Seco que seria criado anos mais tarde em Maringá.

23 Lançado pelo presidente da República José Sarney e pelo ministro da Fazenda, Dilson Funaro, o plano previa como principais medidas: o congelamento de preços de bens e serviços com os valores referenciais ao mês anterior da taxa de câmbio por um ano e dos salários pela média do último semestre; reforma monetária, tendo a moeda sido alterada para cruzado (Cz\$), que correspondia a mil unidades de cruzeiro; estabelecimento do reajuste automático dos salários quando a inflação atingisse 20% ao mês, o que ficou conhecido como “gatilho salarial” ou “seguro-inflação”; entre outros.

24 Ibid.

22 Entrevista de Alcides Siqueira Gomes ao projeto ACIM Faz História, Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Registros em vídeo da posse de Alcides Siqueira Gomes, realizada em março de 1986¹



O novo presidente, Alcides Siqueira Gomes, assumiu o compromisso de continuidade dos projetos em curso da ACIM.



Pedro Granado Martines, membro do Conselho Deliberativo daquela gestão, foi o mestre de cerimônias. Na década seguinte ele seria eleito presidente da ACIM.



Shiniti Ueta, membro do Conselho Deliberativo foi o responsável pela música em boa parte dos eventos da ACIM até o início dos anos 2000.



Amorim Pedrosa Moleirinho, 1º vice-presidente e delegado da Fiep em Maringá, e João Preis, secretário Municipal da Indústria, Comércio e Agricultura.



Centenas de pessoas acompanharam o evento no Centro Português de Maringá.



O então prefeito Said Felício Ferreira declarou apoio incondicional às ações desenvolvidas pela ACIM.



Mesa de honra das autoridades.



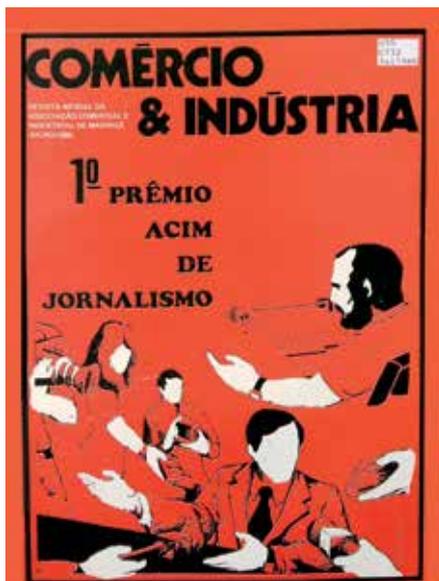
Fernando Henriques em seu discurso de despedida do cargo.

¹ Registro em vídeo mais antigo de uma posse de diretoria da ACIM salvaguardado no Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Em junho de 1986 o então presidente do Clube de Gerentes do Banco do Brasil, Genival de Almeida Cezar, junto de seu vice, Cirino Borba Filho, procurou a ACIM demonstrando preocupação com o volume elevado de cheques devolvidos na praça de Maringá. Definiu-se que seria feito um trabalho de conscientização com os demais gerentes para que passassem a alimentar o SPC com informações relacionadas às contas encerradas em função de cheques devolvidos.

No dia 17 daquele mês a diretoria da ACIM aprovou a criação do 1º Prêmio ACIM de Jornalismo, com valores em dinheiro aos primeiros colocados. O evento viria a ser realizado quase um ano depois, em maio de 1987, e teria como destaque os profissionais da Revista Pois É. Além de reconhecer os melhores do segmento, o prêmio tinha o objetivo de incentivar os jornalistas a escreverem sobre o setor produtivo local e sobre a própria ACIM, conforme revelou Alcides Siqueira:

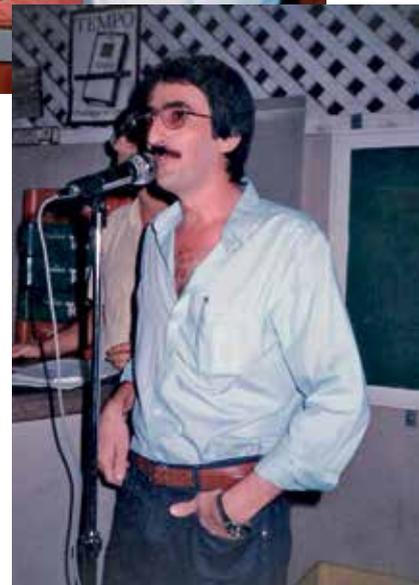
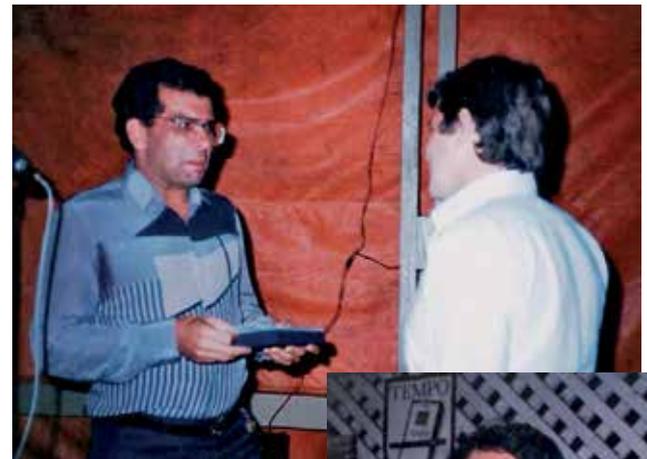
[...] por obrigação os jornalistas iriam acompanhar as atividades da entidade, escrever sobre o tema. A diretoria analisaria as matérias e premiaria os jornalistas.²⁵



Comércio & Indústria de julho de 1986, com destaque ao Prêmio ACIM de Jornalismo.



Reunião do Conselho Comunitário de Segurança (CCS) com autoridades em abril de 1986. Destaque para o prefeito Said Ferreira, que declarou apoio ao órgão durante o encontro. Foto: Revista Comércio & Indústria, junho de 1986.



Vencedores do Prêmio ACIM de Jornalismo de 1987. Na primeira imagem, Alcides Siqueira Gomes entregando o reconhecimento a Luiz Carlos Rizzo; abaixo, José Antonio Moscardi, da Revista Pois É. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

25 Entrevista de Alcides Siqueira Gomes ao projeto ACIM Faz Histórica, Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



Registros do evento de inauguração do SPC Informatizado, realizado no Auditório Herbert Mayer na sede da ACIM, em novembro de 1986.



Foram implantados novos equipamentos para agilizar o acesso aos dados. Fotos: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



Ao lado de Alcides Siqueira, o presidente do SPC, Carlos Ajita, coordenou a informatização do Serviço de Proteção ao Crédito de Maringá, contratando digitadores e adquirindo modernos equipamentos. Para viabilizar a automatização criou-se uma linha direta de Maringá ao SPC da Associação Comercial do Paraná, em Curitiba, acelerando a resposta em segundos para o usuário, conforme destacado pela Revista Comércio & Indústria:

[...] o sistema maringaense é o primeiro do interior do Paraná a ser informatizado e representa 'agilização' do crédito diretamente aos consumidores, na loja, em mais de 50%, estando apto a prestar informações em até 40 segundos, evitando o acúmulo de chamadas.²⁶

Carlos Ajita fora convidado a integrar a diretoria da ACIM justamente por questionar, como associado, a média de três minutos na resposta ao acessar o Sistema de Proteção ao Crédito. A indicação fora feita pela chefe do SPC, Zenaide Machado, ao presidente Alcides Siqueira. O

lançamento do novo sistema ocorreu em 1º de novembro de 1986, com grande evento marcando o acontecimento.

Ao mesmo tempo em que investia na modernização do SPC, a Associação incentivava os empresários a aderirem à informática. A Revista ACIM elaborou várias matérias sobre o assunto, mostrando as vantagens da informatização. Outra iniciativa da entidade foi abrigar em sua sede uma distrital da Sociedade dos Usuários de Computadores e Equipamentos Subsidiários (Sucusu). O órgão foi criado para ajudar as empresas que haviam aderido à informática ou que tivessem interesse em conhecer as tecnologias disponíveis no mercado e, ainda, ofereceria cursos e palestras aos seus associados.

Luís Nassif esteve em Maringá em setembro de 1986, a convite da ACIM, para uma palestra sobre os rumos da economia brasileira. Ainda na gestão de Alcides Siqueira, outros nomes de abrangência nacional também se apresentariam na cidade, como Henry Maksoud, empresário, diretor e editor do Grupo Visão, adepto do liberalismo econômico.

Em 29 de novembro de 1986, o Conselho Permanente da Mulher Empresária e Executiva organizou, em Maringá, a 1ª Convenção dos

²⁶ Revista Indústria e Comércio, novembro de 1986.

Conselhos da Mulher Executiva do Paraná.

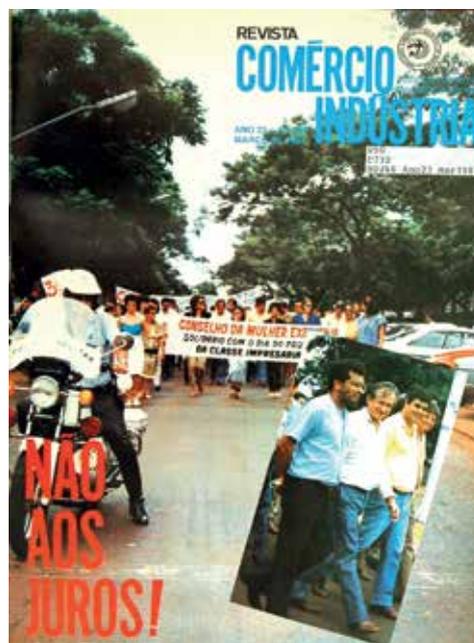
No início de 1987, a ACIM constatou a elevação da venda de veículos e a precariedade de vagas no centro da cidade. Com isso, ao lado da prefeitura e de diversas instituições, estudou a criação do estacionamento regulamentado, fato debatido na década anterior por meio do sistema de “discos”. Nascia ali a Zona Verde, que foi administrada por diversas instituições.

[...] houve facilidade para venda de carros, o que causou problema sério em relação ao estacionamento no centro da cidade. Funcionários do comércio iam trabalhar de carro e estacionavam próximo às lojas e não sobrava espaço para o consumidor. Estudou-se na entidade a criação da Zona Verde e decidimos apoiar a iniciativa.²⁷

Em fevereiro de 1987, a ACIM apoiou a Marcha a Brasília, realizada no dia 12, sugerindo e defendendo o fechamento do comércio e da indústria em sinal de protesto. O dia 26 ficou marcado como o Dia Estadual do Protesto, quando, segundo a Revista Comércio & Indústria, mais de 80% dos comerciantes abaixaram as portas em Maringá, liberando seus funcionários para se reunirem na Praça Raposo Tavares para um ato público seguido de passeata.

Em março de 1987, a ACIM levou ao Fórum de Justiça de Maringá a denúncia de que os bancos apresentavam soluções de “autofalência” às empresas que não suportavam a elevação exacerbada dos juros em financiamentos de *leasing* e capital de giro. Essa ação, segundo a Associação, prejudicava a economia local, gerando ainda mais desemprego e limitando a capacidade de empreender dos empresários.

O reflexo local da crise econômica foi diretamente percebido na queda do número de consultas no SPC. De imediato, no primeiro semestre de 1987, a ACIM expediu uma série de ofícios e telex para a presidência da República, ao Ministério da Fazenda e ao Ministério da Indústria e Comércio, solicitando a liberação de Cz\$ 20 bilhões do Fundo Nacional do Desenvolvimento



Capa da Revista Comércio & Indústria, março de 1987.

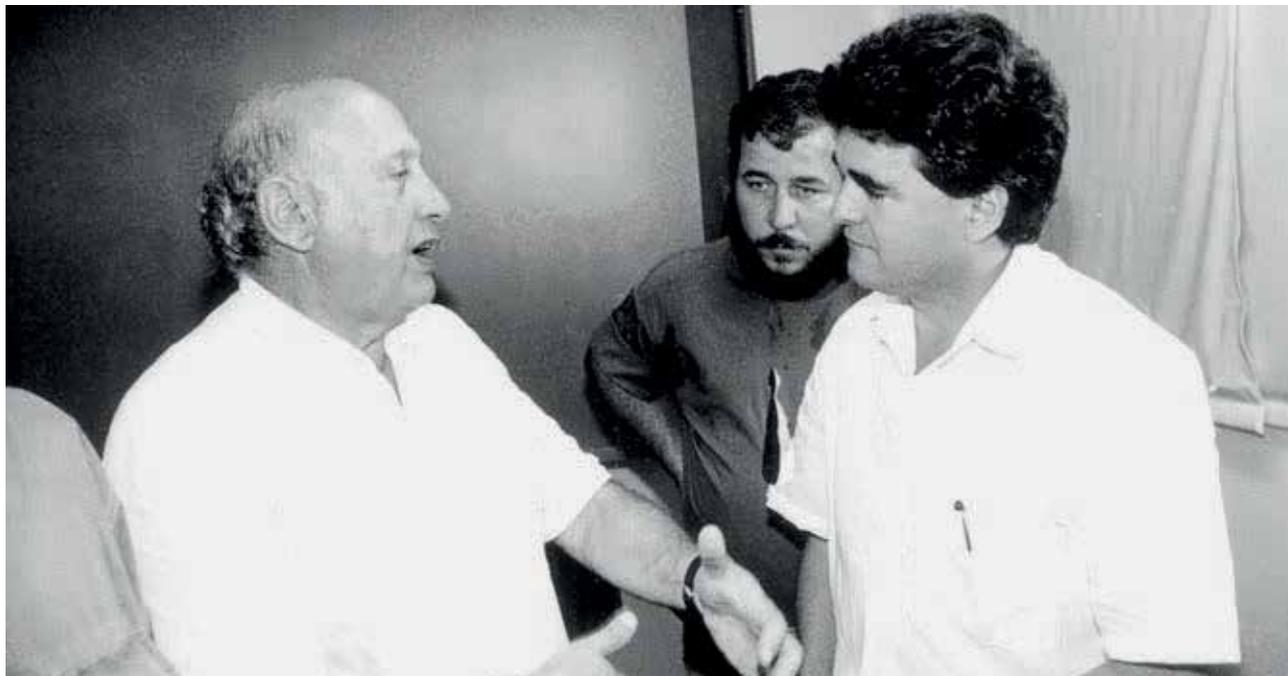
e PIS/Pasep para linhas especiais de crédito às micro, pequenas e médias empresas.

A retração econômica exigiu maior participação da entidade no âmbito federal. A ACIM realizou uma série de ações como forma de lutar contra a política econômica adotada pelo governo que elevava, sem pudor, os tributos e impostos e dificultava a sobrevivência das empresas. Uma das atividades foi o despacho diário de correspondências ao governo federal cobrando providências imediatas.

Mesmo com a crise, a ACIM ainda contabilizou um avanço significativo em seu quadro, saindo de 850 para 1.090 associados (dados de 15 de março de 1986). Houve aumento também nas filiais ao SPC, saltando de 546 para 715 empresas (dados de 6 de abril de 1987).

Em setembro de 1987, o médico Hiran de Moura Castilho, então diretor adjunto da ACIM, solicitou apoio da entidade na campanha para criação dos cursos superiores de Odontologia e Medicina na UEM. Havia uma articulação de diversas entidades de classe local no projeto encabeçado pelo prefeito Said Ferreira, que, inclusive, acabou dando suporte ao embrião do Hospital Universitário. Com êxito, os cursos seriam implantados em maio de 1988.

²⁷ Entrevista de Alcides Siqueira Gomes ao projeto ACIM Faz História, Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



Said Ferreira e o reitor da UEM, Décio Sperandio (gestões 1990–1994 e 2006–2010) e, ao fundo, o vice-reitor Manoel Jacó Garcia Gimenes (Gestão 1986–1990). Foto: Acervo da Universidade Estadual de Maringá.

[...] com o empenho do prefeito Said Felício Ferreira, a UEM passaria a contar com Medicina e Odontologia. A UEM recebeu apoio de Said Ferreira na condição de prefeito e também de deputado federal, entre 1991 e 1992. Nesse período, ele apresentou emendas orçamentárias para repasse de recursos para o Hospital Universitário e para a Clínica Odontológica.²⁸

A ACIM, com empenho do Conselho da Mulher Empresária e Executiva, criou a Feira da Indústria de Maringá (Feimar)²⁹ com o objetivo de expor o que a cidade produzia de melhor. O evento foi realizado de 20 a 27 de setembro de 1987 na Praça Deputado Renato Celidônio, ao lado da prefeitura.

28 Jornal da UEM. http://www.jornal.uem.br/2011/index.php?option=com_content&view=article&id=98:chega-a-vez-da-sa&catid=24:jornal-20-maio-de-2005&Itemid=2 – Visitado em 15 de novembro de 2015, às 14h33.

29 A Feimar, que teve início com 83 expositores, passou por reformulações. Em 1993 se transformou na Feira de Integração do Paraná (Feipar) e, em 1995, Feipar Moda. Depois, a organização foi transferida ao Sindicato da Indústria do Vestuário (Sindvest) e o evento ganhou a denominação de Moda Paraná e, anos mais tarde, Paraná Fashion. Mais recentemente, Paraná Criando Moda.

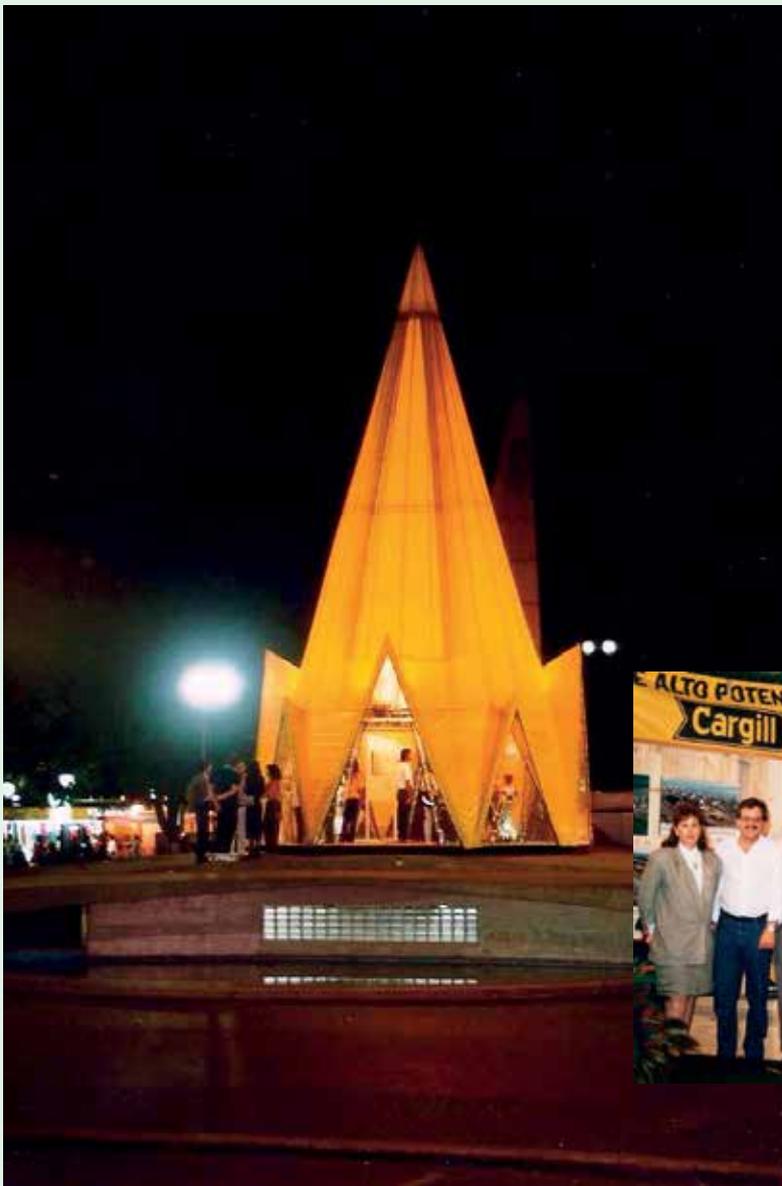
Durante os preparativos da Feimar, os empresários do setor de vestuário decidiram constituir a Associação das Empresas de Confecções de Maringá, ideia proposta por João Preis, secretário Municipal da Indústria, Comércio e Agricultura.³⁰

Certas etapas do desenvolvimento podem causar prejuízos em um primeiro momento, antes de provarem sua necessidade. Foi o que aconteceu com a duplicação da estrada entre Maringá e Londrina. Os comerciantes locais reclamaram na ACIM que a obra facilitou o deslocamento dos consumidores para a cidade vizinha causando evasão de renda. A ACIM e os empresários de maior visão, por sua vez, entenderam que era o momento da cidade se desenvolver, criar atrativos, qualificar e realizar campanhas do comércio para melhorar as vendas. E também de atrair novos investimentos, como shoppings centers. Essas seriam bandeiras do sucessor de Alcides Siqueira, Carlos Ajita.

30 Revista Comércio e Indústria, agosto de 1987.



II Feimar, realizada em setembro de 1988, no Centro de Convivência ao lado da Prefeitura de Maringá.



III Feimar, realizada em setembro de 1989. Destaque para a maquete da Catedral elaborada pela Toldomar e para as diretoras do Conselho Permanente da Mulher Empresária no estande da Cargill. Fotos: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.





Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Carlos Mamoru Ajita Gestão 1988-1990

- Presidente: Carlos Mamoru Ajita
- 1º Vice-presidente: Amorim Pedrosa Moleirinho
- 2º Vice-presidente: Shiniti Ueta
- 1º Secretário: Luiz Carlos Masson
- 2º Secretário: Fernando José de Faria Ferraz
- 1º Tesoureiro: Fernando Vieira Raimundo
- 2º Tesoureiro: Valdecir de Britto
- Diretor adjunto: Américo Fernandes
- Diretora adjunta: Maria de Lourdes Meneguetti Seravalli, que seria presidente do Conselho Permanente da Mulher Empresária e Executiva daquela gestão.
- Conselho Deliberativo: Alcides Siqueira Gomes (que viria a ser eleito presidente do órgão em 7 de março de 1988), Álvaro Miranda Fernandes, Cícero Alves da Silva, Domingos Aparecido Abilas, Eduardo Hidechiro Hase, Felizardo Meneguetti, Fernando Henriques, Ivo Ivan Vivan, Jair Arduin, José Gomes Ferreira, Mário Martinucci Filho, Miguel Fujiname, Milton Xavier de Mendonça Júnior, Odilon Populin, Oswaldo Chiuchetta, Pedro Granado Martines, Reginaldo Nunes Ferreira, Sabas Martins Fernandes, Shoiti Okimoto, Simão Hirata e Tokoiti Guinoza.
- Conselho Fiscal: Hiran de Moura Castilho, Ivan Bortolotto e Jorge Toyofuku.
- Conselho Fiscal suplente: Francisco Favoto, Oswaldo Samorano e Pedro Guimaraes.

Carlos Mamoru Ajita nasceu em Regente Feijó, São Paulo. Sua família mudou-se para Londrina e, posteriormente, para Paranavaí, onde abriu uma loja que passou a contar, em 1964, com uma filial em Maringá.

Em 1970, Ajita foi estudar em Curitiba, onde se formou em Administração. Mudou-se para Maringá em 1978 para conduzir a gestão da Casas Ajita. Ganhou os títulos de Comerciante do Ano em 1988, concedido pelo Sivamar, e Guerreiro do Comércio em 2014, em evento promovido pela Fecomércio.

É superintendente do Grupo Ajita na região de Maringá e Foz do Iguaçu e diretor de marketing das 31 unidades no Paraná. Foi presidente da Associação Brasileira de Lojistas de Artefatos e Calçados (Ablac) e também presidiu o Rotary Clube de Maringá e o Maringá Golf Clube.

A assembleia que elegeu Carlos Ajita como novo presidente da ACIM ocorreu em 25 de fevereiro de 1988. Compareceram 206 associados. A única chapa inscrita obteve 204 votos – dois foram nulos.

A posse aconteceu na Acema em 15 de março de 1988.

Logo no início da gestão, a nova diretoria recebeu a missão de negociar com a Telepar/Embratel o valor das tarifas cobrado pelas concessionárias. O aumento foi considerado abusivo pelos associados, que cobraram um posicionamento da entidade.

A ACIM vinha realizando uma série de investimentos no SPC e, por conta disso, ficou com um déficit superior a Cz\$ 1,5 milhão. Durante reunião do Conselho Deliberativo, o diretor financeiro Fernando Vieira Raimundo explicou que o déficit foi provocado pelos gastos excessivos com o antigo sistema do SPC, sendo superado com a correção das mensalidades e de alguns serviços. Previu, inclusive, que a entidade apresentaria superávit a partir de junho.

No mês de julho de 1988, Carlos Ajita propôs a criação de uma campanha de melhoria de visual e limpeza das vias públicas, fachadas e calçadas da cidade. O projeto “Maringá Verde e Bela” estabelecia a possibilidade de atrair turistas à região.

Registros da posse de Carlos Ajita



Posse da nova diretoria. No último destaque, Carlos Ajita em abraço com o presidente que deixava o cargo, Alcides Siqueira Gomes. Fotos: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



Carlos Ajita seguido dos ex-presidentes Emílio Germani, Fernando Henriques (logo atrás) e Álvaro Miranda Fernandes.



Maria de Lourdes Meneguetti Seravalli, presidente do Conselho Permanente da Mulher Empresária e Executiva daquela gestão. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM

Em 1988 a ACIM obteve nove exemplares do primeiro livro escrito sobre a história de Maringá. Trata-se de *Terra Crua*, de autoria do advogado, aviador e dentista, Jorge Ferreira Duque Estrada.³¹

Nesse mesmo período, a ACIM inseriu definitivamente o Conselho da Mulher Empresária e Executiva na estrutura organizacional da entidade. O CMME passou a ser previsto no estatuto social como um órgão da entidade. O presidente Carlos Ajita ainda passaria a organização dos eventos promocionais relativos ao Dia das Mães e Natal às mulheres.

A ACIM entrou em uma campanha da UEM para implantação dos cursos de Engenharia Mecânica e Engenharia Elétrica e Eletrônica em Maringá. Carlos Ajita via como fundamental a criação dos cursos e participou ativamente de várias ações com a finalidade de convencer o governador Álvaro Dias a atender a reivindicação. Tarefa que não logrou êxito:

A ACIM tinha a perfeita noção da importância dessas engenharias [...] Maringá teria condições de se desenvolver mais. [...] Seria possível que os novos profissionais colocassem seus ensinamentos de forma a gerar uma cadeia produtiva em Maringá. Foi com tristeza que vimos nosso sonho não ser realizado.³²

Em maio de 1988, a ACIM firmou convênio com o Banestado para oferecer aos associados acesso ao Programa Supermicro, que previa benefícios por meio de contas bancárias especiais aos microempresários da cidade.

Outro convênio da Associação foi firmado com o Centro de Assistência Gerencial (CEAG), atual Sebrae, para o desenvolvimento de formação e capacitação técnica. Em agosto, a ACIM apoiou a realização do Encontro Regional das Micro, Pequenas e Médias Empresas na cidade,



Encontro Regional das Micro, Pequenas e Médias Empresas. Evento realizado em agosto de 1988. Fotos: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

que contou com a participação de centenas de pessoas.

Durante a gestão de Carlos Ajita o diretor responsável pela Revista Comércio & Indústria, Luiz Carlos Masson, propôs a alteração do nome do periódico como forma de gerar maior atenção e interesse do público leitor. A publicação era editada pelo jornalista José Marcos Baddini. Nascia ali, em outubro de 1988, a Revista ACIM.

Ajita faz referência ao empenho de Masson em prol do impresso da entidade:

31 Em novembro de 2014, a ACIM apoiaria a republicação dessa obra, lançada originalmente em 1961 e que se encontrava indisponível no mercado. Na oportunidade, a organização ficou a cargo de Miguel Fernando Perez Silva, Reginaldo Benedito Dias e Sérgio Gini. A nova composição ainda trouxe uma análise biográfica do autor, documentos e fotos complementares.

32 Entrevista de Carlos Ajita ao projeto ACIM Faz História, Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

O Luiz Carlos Masson assumiu de corpo e alma e tornou a revista superavitária. Mudamos o nome para Revista ACIM. Buscamos a qualificação dos profissionais que nela trabalhavam, assim como contratação de outros [...] no sentido de oxigenar e dar um fôlego não só para a revista, mas para os associados.³³



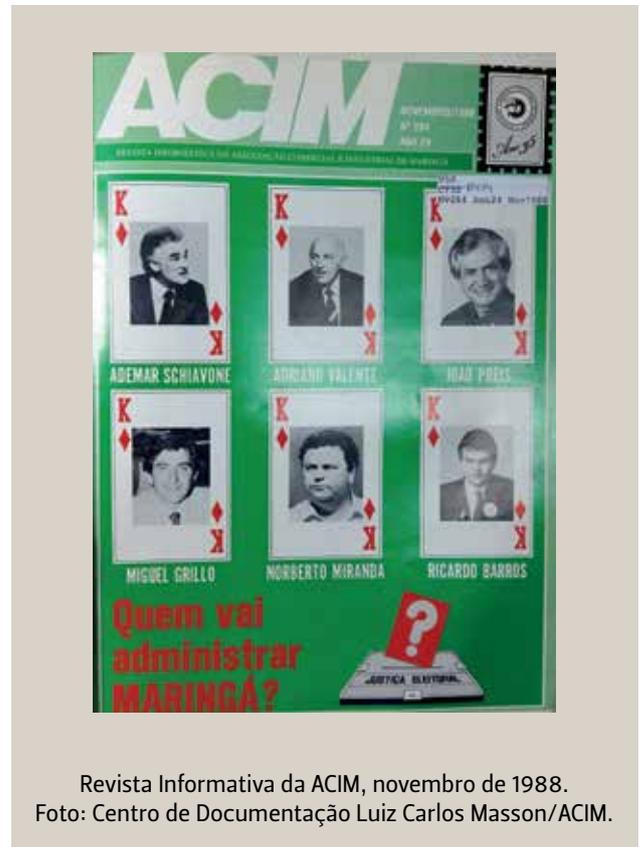
Luiz Carlos Masson, em 1988.

No final de 1988, os candidatos à prefeitura de Maringá buscavam apoio da classe empresarial por meio da ACIM, maior entidade associativista da cidade. Impedida estatutariamente de se posicionar, a diretoria se valeu de grande flexibilidade para evitar o desgaste.

Segundo a ata da época, o então aspirante ao cargo de prefeito, Ricardo Barros, sugeriu que Carlos Ajita gravasse um pronunciamento em apoio aos candidatos que se declaravam representantes das classes empresariais maringaenses. A ACIM formalizou seu apoio a três candidatos,³⁴ por meio de um vídeo que foi ao ar durante o horário eleitoral gratuito, que já estava na reta final. Apesar de a ata registrar a passagem dessa forma, Ajita revela o que realmente teria ocorrido:

33 Entrevista de Carlos Ajita ao projeto ACIM Faz História, Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

34 Na época, havia quatro candidatos e, na entrevista, Carlos Ajita não nominou os três que receberam o apoio. Também não fica claro se isso foi uma falha da Revista ACIM.



Revista Informativa da ACIM, novembro de 1988.
Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Fui procurado para ser vice-prefeito do Ricardo Barros. Ele queria um membro da colônia japonesa. Expus que não poderia aceitar porque participava da diretoria da ACIM. E ele resolveu pegar meu depoimento como se a entidade estivesse apoiando a candidatura dele. E tínhamos que decidir se dávamos o depoimento. Aí, havia três candidatos e decidimos dar depoimento para os três.³⁵

Mais tarde, já eleito, Ricardo Barros, solicitaria por meio da presidente do Conselho Permanente da Mulher Empresária e Executiva, Maria de Lourdes Meneguetti, uma lista tríplice com sugestões de nomes indicados pela ACIM para ocupar a secretaria municipal de Indústria, Comércio e Agricultura. A entidade preparou a lista e Barros escolheu o empresário e membro do Conselho Superior da entidade, Milton Xavier de Mendonça Junior.

35 Entrevista de Carlos Ajita ao projeto ACIM Faz História, Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Ricardo Barros: o mais jovem prefeito de Maringá

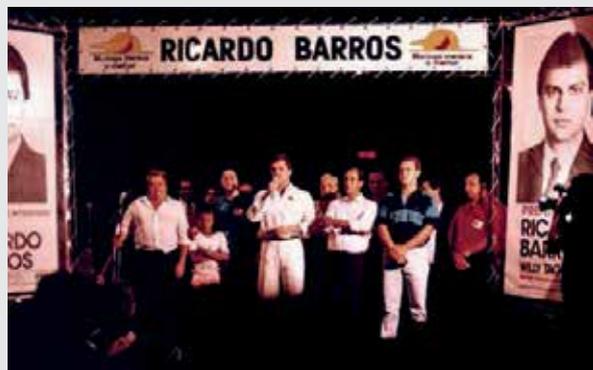


Foto: Acervo família Barros.

A primeira disputa municipal de Maringá depois da abertura política nacional ocorreu em 15 de novembro de 1988. A nova Constituição Federal havia sido promulgada um mês antes, estabelecendo como concluído o processo de transição da Ditadura para a Democracia.¹

Os diretórios locais se organizaram com seus candidatos da seguinte forma: PSB, com Miguel Grillo para prefeito e Waldeci Mello para vice; o PT, com Norberto Miranda para prefeito e Reginaldo Benedito Dias para vice; o PDT, Adriano Valente para prefeito e Errerias Lopes para vice; PL, Ademar Schiavone para prefeito e Massao Tsukada para vice; PFL, Ricardo Barros para prefeito e Willy Taguchi para vice.² Massao Tsukada seria eleito presidente da ACIM na década de 1990.

Ao final, Ricardo Barros, filho de Silvio Barros – prefeito de 1973–1976 –, venceu com 38.902 votos, seguido, pela ordem, por João Preis, Ademar Schiavone, Adriano José Valente, Norberto de Miranda Silva e José Miguel Grillo. Com 28 anos, Barros entrou para a história como o mais jovem gestor de Maringá.

A cidade teve sua representação reduzida ao eleger menos deputados do que no pleito anterior: para a Assembleia Legislativa, José Alves (PTB) foi reconduzido ao cargo; na Câmara dos Deputados, foram eleitos Antonio Bárbara (PRN) e Said Ferreira (PMDB).³

No início de 1989, o então gerente regional do Banco de Desenvolvimento do Paraná (Badep), Newton Petterle, convidou os membros da diretoria para participar de um encontro com empresários franceses que estavam em missão oficial no Brasil para estabelecer intercâmbio comercial entre os dois países. O evento aconteceu na ACIM.

No período, o tesoureiro, Fernando Vieira Raimundo, sugeriu a criação de um departamento de economia da ACIM, para que fosse levantado o perfil da economia maringaense mês a mês, possibilitando ajustes em campanhas comerciais e avaliações mais amplas do desenvolvimento do comércio local. O projeto consolidaria mais uma parceria com a UEM por meio de convênio com a secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Paraná e resultando no Departamento de Estudos Sócio-Econômicos (Descon).

Em maio, os empresários passaram a defender um local mais adequado para a realização das diversas feiras segmentadas de Maringá, a exemplo da Feimar, que vinha se transformando em um evento de referência. Assim, começava a nascer a proposta de construção de um grande e moderno pavilhão no parque de exposições da cidade. Na década seguinte, surgiria o projeto que ficou popularmente conhecido como “Pavilhão Azul”.

Em junho de 1989, a ACIM e a Sociedade Rural realizaram um debate com a administração pública municipal sobre a construção do novo centro e do novo aeroporto de Maringá. Os principais debatedores foram: Carlos Ajita (presidente da ACIM), Hélio Edys Delmutti Costa Curta (presidente da SRM) e o prefeito Ricardo Barros. Também participaram o presidente da Câmara Municipal, Jamil Josepetti, o deputado Federal Tadeu França, o deputado estadual José Alves e o presidente da Urbamar, Francisco Feio Ribeiro Filho. Após o evento, a ACIM realizaria vários encontros com os governos estadual e federal reivindicando a construção do novo aeroporto. A obra seria concretizada na década seguinte. Já o novo centro ganharia outros rumos.

1 DIAS, 2008, p. 135.

2 TONELLA, 1999, p. 289 in Ibid, p. 140.

3 Ibid, 154.

Projeto Ágora e o Novo Centro de Maringá

Idealizado para formular um novo conceito urbano para Maringá, a pedido da prefeitura, o Projeto Ágora foi concebido por Oscar Niemeyer em 1985.

Do ponto de vista institucional, a Lei municipal nº 1.934/85 pode ser considerada o primeiro passo formal para o desencadeamento do processo de reocupação da área que viria a ser conhecida como “Novo Centro de Maringá”. A citada lei criou a empresa Urbanização Maringá (Urbamar), uma sociedade de economia mista destinada especificamente para viabilizar, junto a Rede Ferroviária Federal, a remoção e transferência do complexo ferroviário da zona central da cidade.

A Urbamar assinou contrato com o arquiteto Oscar Niemeyer para desenvolver o projeto de urbanização do novo centro de Maringá, conhecido como Complexo Ágora.

O projeto Ágora estabelecia áreas para o trabalho, lazer, moradia, circulação e atividades cívicas. Um dos pontos que chamam a atenção no desenho proposto inicialmente é a previsão de três superquadras com distribuição de funções para cada uma delas. Na quadra central estaria uma série de equipamentos públicos, como biblioteca, uma praça no local da estação ferroviária, com anfiteatro ao ar livre, espelhos d’água, rampas (área contemplativa), estacionamentos

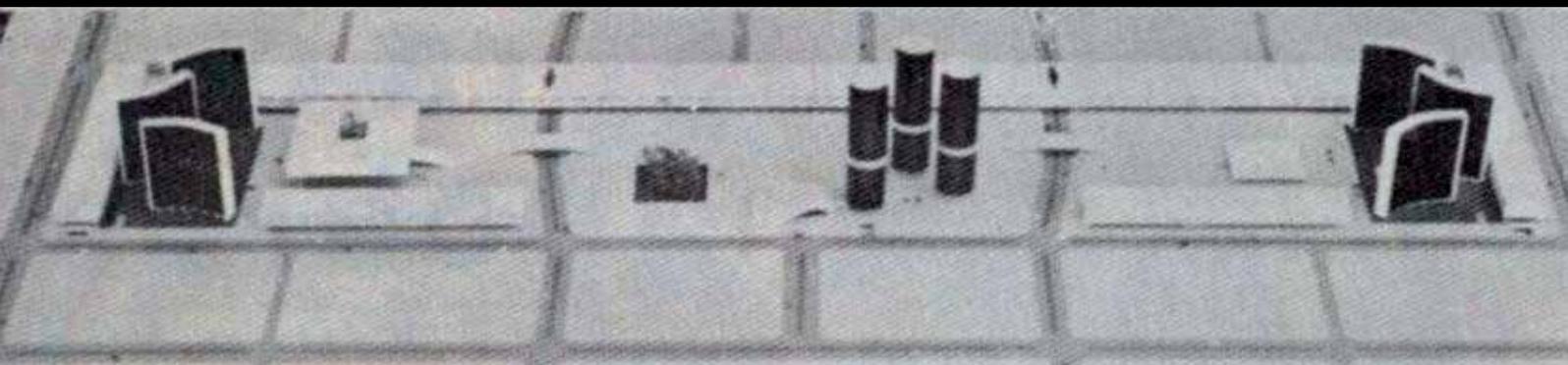
descobertos e um centro de convenções. Quanto à área residencial, havia preocupação com a qualidade de vida dos que ali residiriam. O projeto previa, junto às três torres residenciais, a instalação de piscinas, quadras infantis, jardins, quadras de tênis e outros equipamentos comunitários.

Em 1990, já sob a administração do prefeito Ricardo Barros, foram anunciadas modificações no projeto. A segunda versão foi apresentada em 1991, em um grande evento de urbanismo com a presença de Oscar Niemeyer. A Lei nº 3.051, de 24 de dezembro de 1991, aprovou o Plano Diretor denominado Projeto Ágora de Maringá.

Em 1993, de volta à prefeitura, Said Ferreira comandou a revisão do projeto Ágora. Devido a alguns impasses criados com as mudanças no projeto houve amplo debate com empresários e lideranças. A Lei complementar nº 23/93, em seu primeiro artigo, estabeleceu: “Fica denominado Novo Centro de Maringá a área correspondente à Zona Especial I – Projeto Ágora”.

O ambicioso projeto de Niemeyer deu lugar a uma ocupação imobiliária convencional.¹

¹ Conteúdo construído a partir de orientações do professor Dr. Reginaldo Benedito Dias.



Em julho, a ACIM se posicionou diante do movimento que ficou conhecido como “Levante da Soja”, quando centenas de agricultores foram às ruas de Maringá com seus tratores em um ato contra a política do governo federal. Em telex enviado às autoridades federais, a entidade externou sua preocupação com os “reflexos não benéficos que estão sendo causados ao comércio maringaense e da região por intransigência do governo federal relativa à política dos preços da soja”. A ACIM estimou em 47% a queda nas vendas do comércio em comparação ao mesmo período do ano anterior.³⁶

Carlos Ajita tinha o objetivo de reformar e ampliar a sede da ACIM. Para obter recursos, apresentou à diretoria a proposta de realizar uma campanha comercial com um grande show da cantora e apresentadora Xuxa. O projeto foi aprovado. Contudo, Xuxa se apresentaria na cidade pelo clube Thermas de Maringá. A solução não prejudicou o evento, denominado Promoacim: a cantora e apresentadora da Rede Manchete de Televisão, Angélica, foi contratada e realizou um grande show.

A Promoacim consistia na distribuição de ingressos do show entre os consumidores que comprassem nas 87 lojas participantes da campanha realizada nos meses de junho e julho de 1989. O show reuniu 24.827 expectadores no Estádio Regional Willie Davids e foi o maior evento organizado pela ACIM até então.

A campanha gerou um superávit de Cz\$ 15 mil para a ACIM. Valor que foi utilizado para reformas na sede da Associação, conforme previsto e planejado pelo presidente.

Carlos Ajita explicou que a promoção com a cantora Angélica também foi essencial para voltar novamente a atenção dos empresários locais para a ACIM, com campanhas que pudessem trazer resultados efetivos para o dia a dia dos negócios.

Naquele mesmo ano, Carlos Ajita apresentou um assunto novo para a diretoria da ACIM. Muitos comerciantes instalados próximo ao Novo Centro estavam preocupados com a possibilidade



A Revista ACIM de fevereiro de 1987 apresenta matérias com os debates sobre o horário de abertura dos bancos que, segundo os empresários, deveria ser estendido. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

de instalação de um Shopping Center no antigo Horto Mercado (prédio que também fora ocupado pela Companhia Brasileira de Alimentos – COBAL, anos antes), na esquina da Avenida Mauá com a Avenida São Paulo. O assunto se arrastaria por várias reuniões. Mas, a conclusão foi de que o empreendimento era totalmente legal e significava um avanço que o comércio de rua teria que enfrentar. Em 11 de novembro de 1989 era inaugurado o Shopping Avenida Center, passando a gerar centenas de empregos diretos.

Em meados de 1989 o diretor Shiniti Ueta apresentou correspondência oficial de Kakogawa em que os empresários daquela cidade declaravam que, além do intercâmbio cultural, buscavam oportunidades de negócios para investir em Maringá. Na época também foi discutido o projeto conhecido como “Cidade Japonesa”, que previa a construção de casas em Maringá que seriam ocupadas por imigrantes japoneses. Fato não concretizado pela falta de parceiros, segundo Carlos Ajita:

A ACIM chamou a Acema para discutir a implantação de uma vila japonesa, onde haveria um campo de golfe, mercado e outros

36 Revista ACIM, julho de 1989.



Capa da revista ACIM de junho de 1989.



A revista ACIM de agosto de 1989 deu destaque para a 1ª Promoacim. Na capa, a presidente do Conselho da Mulher Empresária, Maria de Lourdes Meneguetti, Angélica e o presidente Carlos Ajita



Milhares de pessoas estiveram presentes no Estádio Willie Davids para assistir ao show da cantora e apresentadora Angélica. Fotos: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

comércios. Atrairia aposentados, não só para morar e viver aqui, mas para trazer sua experiência e ajudar no desenvolvimento tecnológico da UEM. Não se encontrou uma parceria necessária para viabilizar o projeto.³⁷

Naquela movimentação de aproximação entre os dois países, Carlos Ajita revelou que empresários das duas cidades ficaram bem próximos do fechamento de uma parceria no setor industrial:

37 Entrevista de Carlos Ajita ao projeto ACIM Faz História, Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

[...] o Brasil vivia dificuldade na produção de meias. Como eu trabalhava nesse segmento, sabia que havia mercado para isso. Kakogawa era grande produtor de meias finas no Japão. Concluímos que era possível importar os tubos, que é como a meia é vendida pelo setor industrial. Faríamos o corte e a embalagem, fazendo a comercialização com lucro fantástico. Fizemos visitas às indústrias, chegamos a estabelecer anteprojeto do convênio, capital a ser investido e chegou a ser constituído um grupo. Haveria mais de 200 empregos. Mas, o Ricardo Barros levava aos quatro ventos essa negociação. Sabendo desse projeto, as duas grandes indústrias brasileiras da época (Drastosa e Lupo) foram à Itália,

compraram novos equipamentos, dobraram a produção e suprimam o mercado brasileiro. O segredo é a alma de determinados negócios.³⁸

Outra ação que recebeu apoio da ACIM naquele final da década de 1980 foi a defesa dos programas sociais Bom Menino, Guarda Mirim e Colmeia Menina. Na época, de forma inesperada, o ministério do Trabalho iniciou uma fiscalização para evitar que menores de 12 anos executassem funções laborais nos referidos Programas. A ACIM encaminhou correspondências a todas as instâncias governamentais requerendo suspensão imediata da fiscalização já que os programas eram ilegais. A iniciativa obteve sucesso.

A gestão de Carlos Ajita também esteve presente em discussões relacionadas ao desenvolvimento do mercado cultural local. O então prefeito Ricardo Barros, a secretária de Cultura e Turismo Clélia Maria Ignatus Nogueira, o auditor da prefeitura de Maringá Eloy Victor de Mello Júnior e os membros da construtora Reviver, Paulo Bueno Netto e Peter Bueno Netto, solicitaram apoio da entidade para viabilizar o projeto de construção do Teatro Municipal Calil Haddad, por meio de captação de recursos a partir de percentuais do Imposto de Renda devido das empresas, conforme previsto pela extinta Lei Sarney nº 7.505/86 (remodelada e ampliada em 1991 pela Lei Rouanet, nº 8.313/91). O orçamento para conclusão da obra era de Cz\$ 10 milhões, valor que a prefeitura não poderia se comprometer a custear. A ACIM divulgou o projeto entre seus associados, mas não houve sucesso na arrecadação daquele montante. Posteriormente, Ricardo Barros optou pela aquisição do Cine Plaza,³⁹ na Praça Raposo Tavares, que foi transformado em cine teatro. O Calil Haddad seria inaugurado somente em 1996, com recursos da prefeitura, na segunda gestão de Said Ferreira.

38 Entrevista de Carlos Ajita ao projeto ACIM Faz História, Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

39 Até o então, este equipamento cultural era de capital privado. Só em 1991 se transformou em um patrimônio público de Maringá.

Interior da ACIM em setembro de 1988



O Auditório Herbert Mayer trazia uma foto do alemão que gerenciou a ACIM ao longo da década de 1960 e início de 1970.



Ala dos atendimentos jurídicos, com o advogado Carlos Roberto Previdelli.



Sala da diretoria, com destaque para a galeria dos presidentes.



Biblioteca disponibilizada aos associados. Fotos: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Naquele período houve nova greve da UEM. Dessa vez, a paralisação era motivada pelo descumprimento do governo em efetivar os percentuais de aumentos salariais aos funcionários públicos. A ACIM seria, uma vez mais, a mediadora entre a universidade e o governador Álvaro Dias.

Em novembro de 1989, a ACIM realizou o I Encontro de Crediaristas de Maringá no Hotel Deville, com o intuito de melhorar o atendimento do comércio varejista. O evento contou com o patrocínio do SPC Brasil.

Uma das últimas ações desempenhadas por Carlos Ajita à frente da ACIM foi a criação do Almoço Empresarial. A primeira edição aconteceu em dezembro de 1989 e contou com a palestra de Alcides Siqueira Gomes, que falou sobre a importância do setor empresarial nas eleições do segundo turno. O evento foi repetido com sucesso por quase dez anos.

A década de 1980 não se mostrou perdida para Maringá como alguns economistas apontam. A cidade fechou aquele período com 240.292 habitantes.⁴⁰ Um incremento de quase 43% em comparação ao censo anterior – o maior aumento até então aferido. Esse crescimento aqueceu o mercado imobiliário, não só com a abertura de novos bairros, mas também com a construção de edifícios. Um marco da construção civil local foi o Edifício Royal Garden, com 42 pavimentos e uma área de mais de 28 mil m².

A prefeitura contabilizou 509.163 obras lançadas de 1980 a 1989, o que totalizou 1.855.675,64 m² em área construída. Número que seria ultrapassado somente nos anos 2000 com a implantação do projeto do Novo Centro. Era uma cidade diferente que se apresentava, com arranha-céus e uma nova composição econômica, conforme análise do historiador João Laércio Leal:

Isso se deu ao fato da entrada de novas empresas do ramo na cidade: imobiliárias, construtoras, incorporadoras. Novas empresas que se estabeleceram ao perceber este filão de mercado ainda pouco explorado até então. [...] Também não podemos esquecer que neste momento há um grande aquecimento

da agroindústria. [...] Na época, são mais de 15 empresas do setor: Neva, Nata, Conti-Óleo, Cargill, Sanbra, Vocarti, Anderson Clayton... É um polo agroindustrial. Além de também ser polo do comércio atacadista e de abatedouros de carnes.

Os cursos de Medicina e Odontologia, implantados em 1988, também integraram esse processo de impulsionamento da economia local.⁴¹

Um dos primeiros sinais das dificuldades que viriam na década seguinte seria o congelamento de preços estabelecido pelo governo Collor, em fevereiro de 1990. O supermercadista Fernando Henriques, que assumiria novamente a presidência da ACIM, explicou que diversos produtos das gôndolas já estavam com preços defasados e que sequer bancariam os custos operacionais. Segundo ele, se o governo federal não tomasse uma medida rápida, outras crises seriam desencadeadas a partir dos produtos básicos de consumo.

Collor cairia e Itamar assumiria o controle do país. Mas uma crise sem tamanho tomaria conta da economia nacional. Maringá não conseguiria repetir os avanços dos anos anteriores. A década de 1990 se transformaria no momento ideal para o surgimento de ideias criativas e da união da sociedade com o objetivo de recolocar a cidade no caminho do desenvolvimento. Assim nasceria o Movimento Repensando Maringá.

40 Censo de 1991, IBGE.

41 Entrevista de João Laércio Lopes Leal concedida a Miguel Fernando em 16 de novembro de 2015.



Registros do I Encontro de Criedaristas de Maringá realizado no Hotel Deville.



Carlos Ajita (de branco à direita) com os colaboradores da ACIM no final da década de 1980. Fotos: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Neste livro, até aqui (décadas de 1940 a 1970), apresentamos, ao longo do corpo do texto principal, dados históricos e alguns índices sobre a economia de Maringá.

Com o aumento da chamada “globalização da economia” e seus impactos no Brasil e, especialmente, em Maringá, a partir dos anos 1980 esta obra passa a ter a avaliação de um econo-

mista e professor universitário, João Ricardo Tonin.

Assim, o leitor encontrará um compêndio dedicado ao setor econômico do município ao final de cada década, com análises de crescimentos ou retrações, de crises de determinados segmentos e avanços em outros, do desaparecimento de algumas empresas ao surgimento de outras.

ADENDO ECONÔMICO

A economia da década de 1980 e os impactos para Maringá

por João Ricardo Tonin, economista

O Brasil, em um período de vinte e dois anos, vivenciou duas realidades econômicas muito distintas: o milagre econômico e a década perdida. Para Veloso, Villela e Giambiagi (2008), o período entre 1968 e 1973 foi considerado como a “menina dos olhos” para a economia brasileira, chegando até ser nominado como “Milagre Econômico” pelo resultado das políticas públicas nos indicadores. Nesse período o PIB cresceu a uma taxa de 11,1% ao ano, seguido de inflação em trajetória de queda e saldos positivos e crescentes na balança comercial. Nessa época, o país estava inserido em uma economia mundial de franca expansão, com recursos disponíveis e com juros relativamente baixos para empréstimos. Nessa oportunidade, o Governo brasileiro acabou contraindo endividamento externo para investir em políticas públicas de substituição de importações com o objetivo de reduzir a dependência de recursos energéticos internacionais.

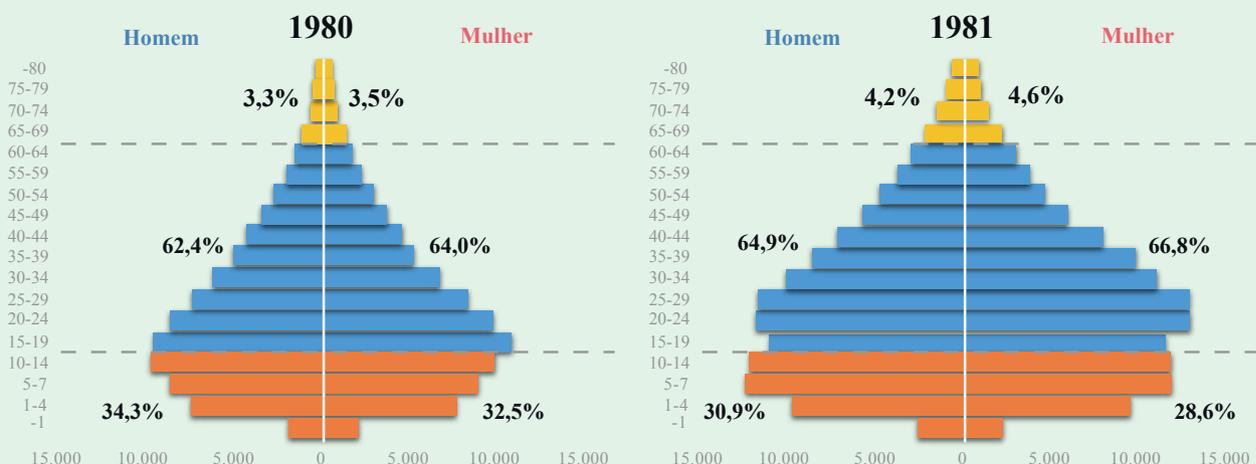
Segundo Ometto, Furtuoso e Silva (1995), a década de 1980 não teve o mesmo resultado. Considerada como a “década perdida”, amargou com os efeitos colaterais do forte endividamento externo

e de políticas adotadas no decênio anterior. A elevação dos juros externos, o choque do petróleo e a contração da atividade econômica na economia mundial reduziram a liquidez e causaram desajuste na economia brasileira, afetando o PIB e acordando o “dragão” da inflação que estava adormecido desde os anos 1960. Como efeito desse ajuste, boa parcela da “gordura” da renda per capita acumulada na década de 1970 (crescimento de 6,1% ao ano) foi consumida em parte pela redução de 13% na renda per capita no alvorecer dos anos 1980.

Esse contraste nos resultados da economia nos dois períodos supracitados é marcado por intensas transformações na indústria e no mercado de trabalho. Segundo Diniz e Crocco (1996), o processo de desenvolvimento da indústria brasileira, até a década de 1970, permitiu a concentração de produção em poucos estados. Na década de 1970, tinha praticamente 80% do valor da produção industrial do Brasil. Com o advento da crise econômica, as indústrias foram motivadas a se deslocar para outras regiões, buscando reduzir custos e aumentar a produtividade com a aproximação das áreas produtoras, além de buscar mão de obra mais barata e incentivos fiscais.

Esse novo modelo de desenvolvimento permitiu intenso processo de desenvolvimento espacial da indústria brasileira, causando elevação da participação na região Sul. Nesse período, a maior parte da industrialização ocorreu dentro de um polígono: Belo Horizonte, Uberlândia, Maringá, Porto Alegre, Florianópolis e São José dos Campos. Como resultado, Maringá passou de 3.499 empregos na indústria em 1970 para 12.314 em 1991.

Figura 1: Pirâmide Etária – Censo Demográfico IBGE (1980, 1991, 2000, 2010).



Fonte: Ipardes (2015), elaboração do autor.

No que se refere ao mercado de trabalho, Amadeu, et al. (1994) argumenta que, mesmo com a crise econômica verificada, o nível de empregabilidade continuou crescendo, principalmente, nas novas áreas de expansão da indústria. Esse aumento ocorreu em níveis de 3,5% ao ano, superior à taxa de crescimento populacional no período (2,1% ao ano). É válido ressaltar que a maior parcela da mão de obra que estava sendo alocada não tinha nível de escolaridade elevado, o que acabava comprometendo a produtividade das empresas. Esse efeito, somado à presença constante da inflação, fez com que a renda real das famílias, em 1990, ficasse 14% menor em comparação com 1981.

Ometto, Furtuoso e Silva (1995) comentam que o aumento da

oferta de trabalho nas regiões metropolitanas e cidades polos permitiram maior participação da mulher e dos filhos no mercado de trabalho. Esse movimento também é explicado como uma busca em compensar as perdas da renda real do “chefe” da família, ocasionadas pela presença da elevada inflação. Na década de 1980 a participação da mulher aumentou 27% em relação à década passada e se tornou um movimento permanente, que se estende até os dias de hoje. Hoffmann e Leone (2004) reforçam essa hipótese e destacam que os trabalhadores eram em maioria jovens. No caso das mulheres, particularmente, elas tinham idade acima de 25 anos e recebiam em média 55,7% da remuneração do homem (referente ao ano de 1981).

Tabela 1: Consumo de energia elétrica e número de consumidores (1980 a 1990).

Variável	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Consumo Per Capita em Mwh / ano											
Residencial	1,45	1,50	1,58	1,65	1,68	1,74	1,74	1,84	1,90	1,90	2,00
Industrial	130,94	141,88	118,43	148,26	156,65	182,33	116,84	126,99	134,43	122,12	132,23
Comercial	8,25	8,83	9,25	9,38	9,66	10,42	9,22	9,47	9,66	9,31	9,29
Rural	3,83	4,50	4,81	5,18	5,65	5,68	5,87	6,22	6,31	5,99	6,11
Outros consumos	117,81	121,67	115,13	125,53	131,50	141,41	132,89	155,80	157,81	157,44	151,27
Consumo total (média)	4,97	5,19	5,23	5,60	5,72	6,46	5,73	6,11	6,25	5,89	6,11
Número de Consumidores Cadastrados											
Residências	47.888	51.476	57.630	63.969	69.045	75.566	80.231	90.465	99.470	108.069	119.543
Indústrias	78.693	85.272	87.523	104.674	113.256	148.601	129.925	150.862	161.446	157.533	175.202
Comércio	34.951	38.267	41.569	43.456	46.766	52.292	49.918	55.795	61.360	65.018	68.806
Unidades rurais	2.111	2.618	3.090	3.463	3.988	4.439	4.820	5.365	5.680	5.514	5.577
Outros	28.392	30.782	33.274	36.780	39.846	43.838	42.925	49.076	53.970	54.475	56.876
Consumidores (total)	192.035	208.415	223.086	252.342	272.901	324.736	307.819	351.563	381.926	390.609	426.004

Fonte: Iparides (2015), elaboração do autor.

Gráfico 1: Percentual do Orçamento Municipal gasto em Investimento em Infraestrutura (1980 a 1990).



Fonte: Iparides (2015), elaboração do autor.

Tabela 2: Área colhida da produção agrícola de Maringá (1980 a 1990).

Área Colhida	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Soja	16.200	15.100	15.060	15.000	15.800	15.320	12.130	15.700	20.000	21.400	21.150
Trigo	10.000	5.000	9.300	6.000	11.200	9.780	16.630	16.625	17.731	21.500	15.000
Café	4.339	5.000	1.856	2.601	2.448	2.162	2.210	2.499	2.499	2.000	1.725
Milho	1.650	5.500	3.450	3.700	3.940	4.590	3.450	4.400	1.800	1.500	1.650
Arroz	990	600	600	600	540	600	341	357	205	205	155
Feijão	700	770	900	800	880	200	40	200	200	10	50
Cana-de-açúcar	660	1.052	1.932	1.475	1.819	1.885	1.698	1.201	1.560	1.531	1.372
Algodão	300	390	940	1.100	825	990	890	610	531	220	165
Amendoim	200	20	100	70	35	35	30	20	0	0	0
Mamona	200	220	220	220	220	240	10	10	5	0	0
Outros	181	128	129	142	125	132	180	175	182	166	164
Área Total	35.420	33.780	34.487	31.708	37.832	35.934	37.609	41.797	44.713	48.532	41.431

Fonte: Ipardes (2015), elaboração do autor.

O crescimento no mercado de trabalho em Maringá esteve também atrelado ao fluxo migratório da população do campo para a cidade. Segundo Camarano e Abramovay (1998), no país, aproximadamente, 40% da população que vivia no meio rural na década de 1970 migrou para as cidades nos anos seguintes. Segundo eles, na região Sul, esse movimento ocorreu em direção às cidades polos e, também, em direção à nova fronteira agrícola do período, a Centro-Oeste. As características principais da população que seguiu esse movimento são predominantemente jovens e do sexo feminino. Os motivos estão atrelados, principalmente, à maior oferta de trabalho, formação educacional e busca de independência financeira. Em Maringá, 7.580 pessoas residiam no campo no ano de 1980. Esse montante representava 4,7% da população total. Em 1991, esse número passou a 6.213 pessoas, representando um êxodo rural de 1.367 moradores, sendo que 47,4% eram mulheres.

Com o desenvolvimento econômico acelerado em Maringá, da década de 1960 até os dias atuais, a estrutura etária das famílias sofreu transformações similares às encontradas em outras regiões de desenvolvimento situadas no Centro-Sul brasileiro. Para Carvalho (2004), a partir da década de 1960, o Brasil obteve elevado crescimento vegetativo da população, causado pela redução da mortalidade infantil e elevação na esperança e qualidade de vida. Nas décadas subsequentes esse movimento foi acompanhado por uma redução gradativa nas taxas de fecundidade, resultante do crescimento do volume de emprego e a ampliação da participação da mulher e de jovens no mercado de trabalho. Segundo o autor, esse movimento aconteceu de forma gradativa, sendo mais intenso, em um primeiro momento, em famílias de elevada renda, situadas nas grandes capitais; na sequência, foi transmitido para famílias de classes de renda inferiores, instaladas em polos regionais de grande crescimento econômico e demográfico.

Conforme verificado na Figura 1, o Censo Demográfico do IBGE demonstra que, em 1980, Maringá possuía uma estrutura populacional com faixa etária concentrada em idade economicamente ativa com até 29 anos e a presença de famílias com mais de dois filhos em idades entre 5 a 14 anos. Essa característica é típica de cidades do interior em franca expansão. Nos anos subsequentes, ao analisar a pirâmide etária, Maringá ampliou os estratos de idade entre 20 e 24 anos e acima de 65 anos. Esse movimento é resultado da melhoria nas condições de vida urbana e da consolidação da cidade como polo educacional.

Cabe destacar que, desde a década de 1980, Maringá vinha ampliando o número de pessoas com idade economicamente ativa (15 a 65 anos). Segundo a bibliografia, esse “combustível”, historicamente, tem sido um dos principais pilares no desenvolvimento econômico das cidades. No caso de Maringá, além do crescimento no número de pessoas nessa faixa etária, é verificada a elevação na qualidade das instituições de ensino básico e superior, que, por sua vez, permitem a inserção constante de profissionais cada vez mais qualificados no mercado de trabalho.

Para se conhecer, de forma superficial, o reflexo da economia maringaense nas empresas locais na década de 1980 é necessário considerar o número de empresas por segmento no período. Mas, devido à falta de estrutura dos institutos de pesquisa na época, essa informação acabou não sendo compilada. No entanto, para sanar esse problema, entende-se que as informações sobre a evolução do número de consumidores em Maringá, fornecidas pela concessionária de energia elétrica, pode vir a ser uma aproximação factível para essa análise.

Analisando a Tabela 1, que apresenta o consumo de energia per capita e o número de consumidores em Maringá, entre os anos de 1980 e 1990, foi possível verificar que todos os estratos analisados demonstram a elevação na quantidade de consumidores e consumo (em Mwh), tendo como destaque o número de unidades rurais que tiveram um crescimento de 10,2% ao ano, seguido pelo consumo residencial (9,6%), indústrias (8,3%) e comércio (7,0%).¹

Mesmo em uma atuação mais restrita ao âmbito regional, a economia de Maringá acabou sofrendo os reflexos da conjuntura econômica nacional. Como exemplo o ano de 1985, em que a cidade apresentou elevação no número de empresas superior à média verificada no período, tendo como destaque a indústria, que cresceu 31,2% frente a 1984. Nesse mesmo ano, a economia brasileira vivenciou uma fase de recuperação, após o triênio de redução da demanda interna (1981 a 1983), imposta pelo Fundo Monetário

1 Há que se considerar que Maringá, nas décadas de 1970 e 1980, pode ter contabilizado grande número de pedidos de ligações de energia elétrica, impulsionadas pela urbanização, melhoria da infraestrutura de distribuição desse bem essencial e, claro, o êxito rural que já vinha em crescimento.

Internacional (FMI). Além disso, o país apresentou crescimento de 7,8%, o maior verificado na década de 1980, e a economia obteve redução das importações, elevação das exportações e das divisas internacionais. No entanto, por mais que a economia apresentasse sinais de recuperação, o Brasil ainda vivenciava um cenário de inflação elevada (239% ao ano) e fazia um desembolso em níveis de 9% do PIB para pagar os juros e a amortização da dívida externa.

O bom resultado da economia em 1985 é explicado pela melhora das expectativas das famílias e dos empresários com o término do Regime Civil-Militar e a entrada novamente do Regime Democrático. O candidato eleito, Tancredo Neves, tinha ideologia liberal e era bem visto pela população, pois poderia desempenhar ações de combate à inflação e proporcionar a abertura da economia nacional.

Mas, devido à uma enfermidade, Tancredo Neves não conseguiu assumir a presidência da República. O político faleceu e seu vice, José Sarney, assumiu o cargo e manteve a postura de combate à memória de elevação dos preços, a chamada inflação inercial. Essa política, inicialmente, alterou a moeda para o Cruzado e aplicou congelamento nos preços dos produtos domésticos e nos salários dos trabalhadores. Outro fato marcante na história brasileira foi o episódio dos "Fiscais do Sarney": o Estado concedeu a responsabilidade do controle de preço do mercado varejista aos cidadãos, pois os mesmos deveriam fiscalizar o comércio com o uso das tabelas de preços disponibilizadas pelo Governo. Esse plano acabou sendo um fracasso, pois os produtos se esgotaram nas prateleiras do comércio e os preços voltaram a subir a níveis estratosféricos.

Mesmo com os problemas verificados na economia brasileira na década de 1980, Maringá conseguiu lograr êxito nas condições de

vida da população. Essa informação pode ser verificada com a elevação do consumo per capita de energia elétrica por residência, demonstrando que as famílias tiveram ampliação do poder de compra, permitindo que adquirissem mais eletrodomésticos, ocasionando um consumo maior de energia.

Para acompanhar o desenvolvimento econômico e o crescimento do setor imobiliário, o Município teve que direcionar uma parcela significativa do orçamento para a aquisição e manutenção da sua infraestrutura e levar o serviço público para as novas áreas urbanas que estavam sendo construídas.

Esse movimento pode ser verificado no Gráfico 1, em que os gastos com investimentos chegaram a atingir 39% do orçamento anual da prefeitura em 1980 e apresentaram uma trajetória de queda, com a média de 30% no restante da década. Esse volume de investimento é considerado elevado, quando comparado à realidade de outros municípios, todavia, foi extremamente necessário para manter o status de cidade planejada, evitando, ao longo dos anos, a construção de imóveis irregulares, com ruas sem asfalto e sem acesso à rede de esgoto e coleta de lixo.

No que se refere ao setor agrícola, a produção de grãos, carnes e produtos de origem animal sofreu variações conforme a conjuntura econômica da época. Pode-se observar que, na década de 1980, os anos que apresentam recuperação da economia brasileira foram acompanhados por elevação na produção em Maringá.

Conforme verificado na Tabela 2, o último ano do Regime Civil-Militar (1984) foi acompanhado por uma elevação considerável na produção agrícola, com o acréscimo de 6.124 hectares de plantação em relação a 1983. Esse aumento se deve à recuperação da economia

Tabela 3: Número de animais presentes nas propriedades rurais de Maringá (1980 a 1990).

Efetivo	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Suínos	20.656	20.600	20.656	17.758	18.645	18.982	19.987	20.596	13.578	12.586	4.626
Bovinos	19.563	21.292	19.179	22.465	20.354	20.460	19.630	20.200	19.239	13.360	16.650
Vacas ordenhadas	2.988	3.693	2.436	2.784	2.546	2.532	2.343	2.564	2.510	1.680	2.095
Ovinos	150	520	500	460	430	441	438	450	210	200	210
Caprinos	220	200	220	180	150	154	160	150	103	200	190
Coelho	250	200	130	100	238	245	4.600	5.000	550	520	860
Muare	250	250	250	230	210	216	180	170	150	150	140

Fonte: Ipardes (2015), elaboração do autor.

Tabela 4: Produção de alimentos e matéria-prima de origem animal (1980 a 1990).

Produção Animal	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Casulos do bicho-da-seda (kg)	63.000	75.000	42.344	37.543	44.808	63.832	35.892	21.116	21.925	26.986	31.861
Leite (mil l)	2.752	2.971	2.192	2.506	2.291	2.279	1.685	1.846	1.807	1.210	1.508
Ovos de galinha (mil dz)	275	302	377	246	252	202	146	143	156	150	157
Lã (kg)	30	120	200	160	140	144	150	160	60	0	0
Mel de abelha (kg)	0	0	0	3.900	4.050	4.212	4.500	4.750	5.106	5.400	5.860

Fonte: Ipardes (2015), elaboração do autor.

brasileira nesse período, maior acesso ao crédito e insumos agrícolas e preços melhores das commodities no mercado internacional. O plantio de soja e trigo ocorreu de forma consecutiva em cada ano-safra e apresentou as maiores áreas de produção, se mantendo praticamente constante até o ano de 1987. Houve um salto na área plantada desses produtos somente em 1988, reflexo da recuperação dos preços no mercado doméstico.

O café, após a geada negra, apresentou redução gradativa em sua área produzida, sendo substituído por outras culturas ao longo do tempo. Em 1980, Maringá possuía 4.339 hectares plantados e a safra de 1990 compreendeu apenas 40% dessa área. Outras culturas também tiveram um caminho muito similar ao do café, como o arroz, feijão, algodão, amendoim e mamona. A explicação está atrelada aos elevados custos de maquinários, adubação e defensivos agrícolas e à remuneração inferior a outras culturas, como é o caso da soja. Também não tiveram boa absorção pelas cooperativas de produtores locais no período.

Além da produção de grãos, o setor de carnes e animais apresentou participação importante dentro da matriz agrícola de Maringá na década de 1980. Nas contagens de animais feitas pela Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná, pode-se verificar que a produção de bovinos para carne e leite e também a criação de suínos tiveram maior destaque (Tabela 3).

É importante destacar que a produção animal é segmentada em duas linhas: a criação feita pela economia familiar e pela latifundiária. Nesse contexto, a produção latifundiária, mais presente na criação de bovinos para corte e suínos, apresentou destaque na produção entre 1980 e 1988, sofrendo elevadas quedas na criação nos anos subsequentes. No caso dos bovinos de corte, as áreas de pastagem foram substituídas pela produção de soja, que apresentava maior remuneração ao produtor. Já para os suínos, a elevação dos custos de produção entre 1988 e 1989 fez com que vários produtores deixassem a atividade.

A criação de animais feita pela economia familiar, que ocorre de forma mais significativa na criação de gado para leite, ovinos, caprinos, coelhos e muarens, não sofreu elevadas variações. Esse movimento é explicado pela necessidade do produto e pelo local em que é comercializado. Como esse produto é vendido em um mercado mais regional e é de extrema necessidade das famílias, não apresentou impactos negativos frente ao cenário conturbado da economia dos anos 1980. Já a criação de coelhos seguiu na maior parte da década com um volume relativamente baixo, representando um modelo de criação apenas para animais de estimação, não tendo a finalidade de abate para consumo humano. Apresentou um elevado crescimento entre 1986 e 1987, chegando a 5.000 animais, mas retornou aos números verificados no início da década nos anos posteriores.

A presença da Cocamar foi um dos fatores importantes para o suporte e manutenção de atividades relacionadas à produção de alimentos e matéria-prima de origem animal. Esse modelo é bastante difundido na produção da seda, por meio dos casulos do bicho-da-seda. Conforme verificado na Tabela 4, essa atividade obteve grande destaque no início da década, mas sofreu elevadas quedas na produção nos anos subsequentes, retomando a 50% da produção em 1990, se comparado à década anterior. A produção de leite e ovos seguiu a tendência verificada na criação de animais no modelo de produção familiar, apresentando uma queda mais acentuada na produção nos últimos anos da década de 1980. Cabe destacar que dois fatos podem ser observados também nesse período, o surgimento e decadência da produção de lã e o surgimento e a consolidação da produção de mel de abelha.

Em suma, a economia de Maringá mesmo inserida no ambiente hostil da economia brasileira, conseguiu de forma empreendedora criar formas para driblar os problemas da década de 1980: inflação,

juros elevados, falta de crédito, redução da demanda interna. Obteve crescimento na produção industrial, no comércio e no setor de serviços, e teve a ampliação de 42,8% em sua população (entrada de 72.060 habitantes), o que representava a entrada de aproximadamente seis famílias (i)migrantes por dia. Obteve alteração na matriz agrícola, intensificando a produção no setor de grãos, que por sua vez pressionou as famílias rurais para as cidades. Esse movimento, somado ao crescimento da oferta de emprego, permitiu a elevação da renda e qualidade de vida na região urbana e aumento das vendas no comércio e serviços. O fortalecimento da UEM, como instituição formadora de capital intelectual, seria o motor do crescimento econômicos das décadas subsequentes. Além disso, a manutenção dos investimentos em infraestrutura por parte do Poder Público permitiu a construção de uma base sólida para a entrada e consolidação de vários setores na década de 1990.

E por fim, a nominada “década perdida”, ao convidar Maringá para participar da crise econômica, deixou a cidade com apenas uma escolha: não fazer parte desse evento.

REFERÊNCIAS

- AMADEU, E., CAMARGO, J. M., GONZAGA, G. BARROS, R. e MENDONÇA, R. **A natureza e o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro desde 1980**. Texto para Discussão nº 353, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Outubro, 1994.
- CAMARANO, A. A. e ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. **Revista Brasileira de Estudos da População**, v. 15, nº 2, 1998.
- DINIZ, C. C. e CROCCO, M. A. Restruturação econômica e impacto regional: O novo mapa da indústria brasileira. *Revista Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 6, nº 1, julho, 1996.
- HOFFMANN, R. e LEONE, E. T. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981 – 2002. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 14, nº 2, p. 35-58, maio a agosto, 2004.
- IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Base de Dados do Estado – BDE WEB, 2015**. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/>> Acesso em: 18/12/2015.
- CARVALHO, J. A. M. **Crescimento populacional e estrutura demográfica no Brasil**. Texto para Discussão 227, Belo Horizonte, UFMG, 2004.
- MULLER, C. C. e MARTINE, G. Modernização da agropecuária, emprego agrícola e êxodo rural no Brasil – A década de 1980. **Revista Economia Política**, v. 17, nº 3, julho a setembro, 1997.
- VELOSO, F. A., VILLELA, A. e GIAMBIAGI, F. Determinantes do “Milagre” Econômico Brasileiro (1968 a 1973): Uma análise empírica. *Revista RBE*, Rio de Janeiro, v. 62, nº 2, p. 221-246, abril a julho, 2008.
- OMETTO, A. M. H., FURTUOSO, M. C. O. e SILVA, M. V. Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 29, nº 5, Outubro, 1995.





Década de 1990

Tempo de repensar o futuro



Aspecto de Maringá na década de 1990. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

A última década, antes do novo milênio, mostrou-se essencial para a consolidação da democracia no Brasil ao mesmo tempo em que a inflação atingia picos alarmantes.

Para combater a inflação, o governo do presidente Fernando Collor de Mello lançou o Plano de Estabilização Econômica, batizado oficialmente como Plano Brasil Novo e que se tornou conhecido como “Plano Collor”. Houve o controverso e traumático confisco de valores disponíveis em poupanças e contas correntes dos brasileiros, a moeda voltou a se chamar cruzeiro e diversos órgãos governamentais foram extintos. A inflação foi controlada por um período, mas depois voltou a subir e o acumulado do ano de 1990 foi de 1.476,71%. O país chegava à hiperinflação.

Em 1991, o governo congelou preços e salários em uma tentativa frustrada de recuperação. Ainda assim, a inflação acumulada no ano foi de 480,17%, que, aliada à fragilizada economia brasileira, dificultou o desenvolvimento do país.

Nesse ínterim, a abertura da década também foi marcada pela instabilidade política. O primeiro presidente eleito por via direta pós golpe civil-militar, Fernando Collor de Mello, viu o Congresso Nacional abrir processo de impeachment contra ele depois de diversas denúncias de corrupção. A sociedade realizou passeatas pedindo o afastamento do presidente. Surgiram os “caras-pintadas”, como ficaram conhecidos os

jovens que tomaram as ruas do país em sinal de protesto.

O vice-presidente, Itamar Franco, sucedeu Collor. Primeiro, entre outubro e dezembro de 1992, como presidente interino. No dia 29 de dezembro, ele foi efetivado na presidência da República. Em maio do ano seguinte, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso assumiu o ministério da Fazenda. Bem relacionado no meio acadêmico, o novo ministro formaria uma equipe de economistas de renome: Pedro Malan, Edmar Bacha, André Lara Resende, Gustavo Franco, Pêrsio Arida e Winston Fritsch.

No dia 28 de fevereiro de 1994, com o objetivo de recuperar a economia e combater as altas taxas inflacionárias, o governo anunciaria o Plano Real.

O Plano Real estava alicerçado em quatro circunstâncias especiais: a) zerar o déficit público, o que implicaria numa necessidade radical de ajuste de contas e redução dos gastos públicos [...]. b) acabar com as anteriores indexações previstas em lei pelo estado [...] passando a utilizar somente a indexação cambial. [...] c) continuidade no processo de abertura econômica brasileira, caracterizado por redução nas restrições para produtos importados no Brasil. [...] d) gerar receita de divisas internacionais.¹

¹ CAMARGO, Felipe Lopes de. **Plano Real: uma análise crítica**. Fundação Edson Queiroz: Fortaleza-CE, 2013, p. 30.

O Plano Real conseguiu reduzir a inflação, mas não foi suficiente para inserir o país no caminho do desenvolvimento econômico. Houve aumento dos juros, o que impactaria na diminuição da captação de recursos estrangeiros, prejudicando a competitividade das micros, pequenas e médias empresas. Com a maior concentração de mercado, a redução de postos de trabalho se tornaria inevitável.

Em Maringá, a ACIM, que apoiara o Plano Real no início, criticaria os desdobramentos da nova política econômica, cobrando ajustes que beneficiassem as empresas e os empregos. A cidade sentiria os reflexos negativos dos diversos planos econômicos mal sucedidos desde os anos 1980.

A retração econômica, com elevada inflação, geraria impactos negativos profundos no desenvolvimento urbano local, diminuindo o poder de atração de investidores e reduzindo a rentabilidade e potencial de geração de oportunidades de negócios. A comunidade, liderada pela ACIM, influenciaria o futuro da cidade com o movimento denominado “Repensando Maringá”, que resultaria na proposta de resgate, remodelação e implantação do Conselho de Desenvolvimento

Econômico de Maringá (Codem).

Na política, na segunda metade da década, Maringá sentiria os reflexos da baixa representatividade do município na Assembleia Legislativa em Curitiba e na Câmara Federal em Brasília, fato que prejudicaria a articulação de recursos por meio de emendas parlamentares. Para reverter o quadro, a ACIM criaria a campanha “Maringá vai ganhar – Vote para Deputado”.

Já no final dos anos 1990, um grupo de empresários articulados pela ACIM ainda fundaria uma cooperativa de crédito que se transformaria, anos depois, em um dos maiores referenciais de desenvolvimento econômico da cidade.

Seria uma década de grandes transformações. Além de repensar a cidade, de criar o Codem e a cooperativa de crédito, a ACIM ainda seria responsável, em conjunto com outras entidades públicas e privadas, por iniciativas marcantes como o IDR, a Casa Mercosul, entre outras. A entidade, que sempre fora referência no Paraná, passaria a ter destaque em âmbito nacional. Fato decisivo para que, no novo milênio, um de seus presidentes assumisse a Federação das Associações Comerciais do Paraná (Faciap).



Foto: Centro de Documentação
Luiz Carlos Masson/ACIM.

Fernando Henriques Gestão 1990-1992

- Presidente: Fernando Henriques
- 1º Vice-presidente: Paulo Sérgio Magalhães Silva
- 2º Vice-presidente: Shiniti Ueta
- 1º Secretário: Luiz Carlos Masson
- 2º Secretário: Paulo Morais Badan
- 1º Tesoureiro: Fernando Vieira Raimundo
- 2º Tesoureiro: Valdecir de Britto
- 1º Diretor Adjunto: Pedro Granado Martines
- 2º Diretor Adjunto: Massao Tsukada
- Conselho Deliberativo: Agenor Maia, Américo Fernandes, Amorim Pedrosa Moleirinho, Antonio J. R. Silvestre Ferreira, Eduardo Hideshiro Hase, Euclides Sordi, Fernando José de Faria Ferraz, Francisco Favoto, Futoshi Matsuda, Hélio Shimabukuro, Heitor Bolela Júnior, Joaquim Agostinho, José dos Santos Ribeiro, José Gomes Ferreira, Miguel Fujinami, Moacir Somaggio, Reginaldo Nunes Ferreira, Sabas Martins Fernandes, Shoiti Okimoto, Simão Hirata e Toikoiti Guinoza. Carlos Ajita seria eleito presidente desse Conselho.
- Membros Natos do Conselho Deliberativo: Alcides Siqueira Gomes, Álvaro Miranda Fernandes, Atair Niero, Emílio Germani, Ermelindo Bolfer, Joaquim Dutra, Luiz Júlio Bertin, Manoel Mário de Araújo Pismel, Raymundo Vermeelho, Sidney Meneguetti e Ubirajara de Araújo Pismel.
- Conselheiros Fiscais Efetivos: Jair Arduin, Milton M. Morita e Orides Lopes.
- Conselheiros Fiscais Suplentes: Edmilson Willians Frederico Brassanini, Edeilson Rossi e João Noma.
- Conselho da Mulher Empresária e Executiva:
 - Presidente: Maria Aparecida Bekner Silva
 - 1ª Vice-presidente: Maria Alice Pinatti
 - 2ª Vice-presidente: Maria de Lourdes Meneguetti Seravalli
 - 1ª Secretária: Noemi de Oliveira Seravalli
 - 2ª Secretária: Marlene Meneguetti Afonso
 - 1ª Tesoureira: Cleide Pinto Bárbara
 - 2ª Tesoureira: Maria Georgina Baladelli de Souza
 - Diretoras Adjuntas: Bernadete Davi Bragança e Solange Aparecida de Paula.

Reeleito em 22 de fevereiro de 1990, Fernando Henriques voltou ao comando da ACIM, que já contava com aproximadamente 1.200 associados. A chapa única “Pela Livre Iniciativa” obteve 207 dos 209 votos válidos daquela eleição.

Em 7 de março daquele ano ocorreu a posse da nova diretoria em evento realizado no salão social da ACEMA. Poucos dias depois seria instituído pelo governo federal o Plano Brasil Novo, que acabou ficando conhecido como Plano Collor.



Solenidade de posse da nova diretoria da ACIM, em março de 1990. Da esquerda para a direita: Ricardo Barros, então prefeito de Maringá; Carlos Mamoru Ajita, que deixava a presidência da entidade; e Fernando Henriques, que assumia pela segunda vez o cargo, para a gestão de 1990 a 1992. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Imediatamente, a entidade despachou correspondência aos seus associados informando detalhes daquele novo programa econômico, salientando ainda para diversos órgãos públicos estaduais e federais que seria a “mediadora de todos os problemas” que pudessem surgir com empresas locais, referente a eventuais fiscalizações. A ACIM colocou seus consultores à disposição dos associados para solucionar dúvidas.

Ainda preocupada com a crise econômica, em maio a ACIM realizou o Fórum Empresarial “Plano Collor - Sobrevivência e Futuro das Empresas”, quando trouxe para a cidade o jornalista Paulo Henrique Amorim, o empresário Roberto Macedo e o banqueiro José Eduardo Andrade Vieira, entre outros. O objetivo era o de ampliar e aprofundar o debate acerca do tema. O evento foi desenvolvido em parceria com a Cacenor, entidade que Fernando Henriques também presidia na época.

A gestão começou célere. Em dois meses, a diretoria contabilizou diversos encontros com o prefeito Ricardo Barros e representantes da Câmara de Vereadores, duas reuniões com o governador do Paraná, Álvaro Dias, uma com o secretário de Segurança do Estado e outra com

o secretário de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico. Também foram realizadas reuniões com as Polícias Civil e Militar para retomar a discussão da segurança pública na cidade.

Quando Maringá completou 43 anos de fundação, em maio de 1990, Fernando Henriques destacou o desenvolvimento do município, em editorial na Revista ACIM. Ele falou sobre a obra da “maior fábrica de café solúvel da América Latina”;² os planos para construção de três shoppings centers;³ a estrutura de atendimento médico de Maringá, “uma das melhores do estado”; a implantação do curso de Medicina na UEM e a construção do Hospital Universitário.⁴

2 Localizada na saída de Paiçandu, a Mercantil Internacional Importação e Exportação Ltda. não chegou a entrar em operação nem a ter suas obras integralmente finalizadas. Em 2011, o terreno com quase 20 mil m² foi leiloado. O sonho da “maior fábrica de café solúvel da América Latina” não se tornou realidade, somando-se a uma série de tentativas frustradas de implantar um grande parque industrial de destaque em Maringá.

3 Curiosamente, um dos shoppings citados por Fernando Henriques era o Catuaí Maringá. Um grupo de quatro empresários, liderados por Alfredo Khouri, de Londrina, anunciou shoppings em Londrina, Maringá, Cascavel e Foz do Iguaçu. Na época, o único construído foi o de Londrina. O Catuaí de Maringá só viria a ser realidade 20 anos depois, em 2010.

4 Revista ACIM, maio de 1990.

Palestra de Murilo Macedo no auditório da ACIM, em abril de 1990. Da esquerda para a direita: o gerente e assessor jurídico da ACIM, Carlos Roberto Previdelli, como mestre de cerimônias; o engenheiro Miro Falkemback, secretário municipal; Eduardo Augusto Giannini, presidente da Aeam; Ricardo Barros, prefeito; Murilo Macedo; Fernando Henrique, presidente da ACIM. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



Fernando Henrique deu continuidade a uma iniciativa inovadora, o Almoço Empresarial. O evento foi realizado 31 vezes durante essa gestão. Entre os palestrantes, vários eram comandantes da Polícia Militar, delegados da Polícia Civil, das Receitas Estadual e Federal, secretários municipais e estaduais, presidentes da Câmara Municipal, da Cocamar, deputados federais, entre outros. Era uma estratégia acertada para aproximar diferentes segmentos, de debater assuntos importantes, além de ser uma oportunidade de relacionamento entre associados e diretores.

No dia 28 de abril, a ACIM, em parceria com o Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná,⁵ trouxe o segundo presidente de sua história para fazer palestra na cidade. Murilo Macedo, que havia ocupado cargos de relevância nacional, falou sobre “A situação do Comércio e da Construção Civil no Estado de São Paulo”. Na época, Macedo era secretário de Habitação e Desenvolvimento Urbano daquele estado.

⁵ Em 14 de dezembro de 1992, Maringá fundaria seu próprio sindicato, o Sinduscon Nor PR, que abrange cidades do noroeste do estado.

A representação política local em 1990

Maringá não conseguiu boa representatividade na Assembleia Legislativa e na Câmara Federal nas eleições de 1990. Apesar de o então prefeito Ricardo ter apoiado os ex-secretários municipais Marco Antonio Rocha Loures e Marco Túlio Vargas (estaduais) e Amaury Meneghetti (federal), a cidade elegeria apenas três representantes.

Para a Assembleia Legislativa, Maringá elegeu apenas um deputado estadual, José Alves (PTB), reconduzido a mais um mandato. Para a Câmara Federal, além de Antônio Barbara (PRN), elegeu-se o ex-prefeito Said Ferreira (PMDB). O insucesso dos candidatos do prefeito e a tranquila eleição de Ferreira, que vinha se notabilizando na oposição a Ricardo Barros, elevou a temperatura da sucessão municipal.¹

Ex-vereador e diretor da ACIM na época, Massao Tsukada se licenciou para tentar uma vaga na Assembleia Legislativa do Paraná, mas não se elegeu. Ele se tornaria presidente da entidade na gestão seguinte.

¹ DIAS, 2008, p. 154.

Nasce a primeira instituição privada de ensino superior

Em uma área anteriormente ocupada por um lixão, no atual Jardim Aclimação, um pequeno grupo empresarial, liderado pelos professores Wilson de Matos Silva e Cláudio Ferdinandi, idealizou a fundação da Faculdades Integradas de Maringá (Faimar).

Em 1990, a Faimar iniciou as atividades com vagas para as áreas de Administração e Processamentos de Dados. Ao longo dos anos, o número de cursos superiores foi ampliado.

A mudança para Centro Universitário de Maringá (Cesumar) foi formalizada em 2001, apesar de já ser conhecido como tal. Ao completar 23 anos de história, em 2013, a instituição adotou a sigla UniCesumar. Segundo o reitor Wilson Matos, o prefixo “uni” foi acrescentado à marca porque remete à autonomia universitária que um centro universitário possui, facilitando o reconhecimento da população quanto ao segmento e à organização acadêmica que a instituição está inserida.¹

¹ <http://www.unicesumar.edu.br/imprensa/noticia.php?idNoticia=2258>
– Visitado em 22 de dezembro de 2015 às 21h22.



O campus da UniCesumar em Maringá conta com mais de dez alqueires. Foto: Acervo UniCesumar.

Em 26 de julho de 1990, o secretário de Segurança do Paraná, Moacir Favetti, esteve na sede da ACIM, anunciou o repasse de verbas para o Conselho Comunitário de Segurança de Maringá, bem como a modernização do armamento das polícias do Paraná.

Em 1990, duas comitivas maringaenses estiveram no Japão nos meses de abril e junho, com a participação de representantes da ACIM. O grupo assinou um convênio de cooperação com a cidade de Kakogawa e reafirmou a intenção de investimentos industriais em solo maringaense.

Em agosto de 1990, a ACIM deu início à 2ª edição da Promoacim. Com distribuição de ingressos nas lojas participantes, a campanha foi encerrada com um grande show de Chitãozinho e Xororó no dia 6 de outubro, quando o Estádio Willie Davids recebeu mais de 25 mil pessoas.



Chitãozinho e Xororó durante o espetáculo e com o presidente da ACIM, Fernando Henriques. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Abertura do comércio

Em 1990, o governo federal entregou aos municípios e sindicatos a decisão sobre a abertura do comércio aos domingos, o que ocasionou enormes debates em todo país. Em Maringá não foi diferente.

O Decreto nº 99.467 de 20 de agosto de 1990, previa que os municípios autorizassem a abertura do comércio aos domingos, cabendo aos sindicatos, patronal e laboral, fixarem as normas de como o trabalho deveria ser realizado, estabelecendo horários, pagamentos adicionais, folgas compensatórias, entre outros.

Em Maringá, a situação foi normatizada em dezembro de 1991 quando a Câmara Municipal aprovou projeto de lei do Executivo liberando o horário de funcionamento das empresas. Na prática, a regulamentação só beneficia empresas pequenas e familiares que abrem as portas sem utilizar funcionários. Para abrir em horários diferenciados, contando com o trabalho de colaboradores registrados, os empresários passaram a fazer acordos com os respectivos sindicatos laborais.



Comércio de Maringá na década de 1990. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Em setembro, preocupada com o estado precário das estradas, esburacadas e com sinalização deficiente, a ACIM, com apoio da Cacenor, coordenou a elaboração de um documento solicitando ao governo federal a inclusão de vários trechos das rodovias do norte e noroeste do Paraná no Programa Especial de Recuperação de Estradas Federais denominado “SOS Rodovias”. O documento mostrava a importância das estradas no escoamento da safra agrícola, além do intenso tráfego de veículos de passeio e do grande número de acidentes registrados. A principal rodovia indicada no documento foi o trecho urbano da BR 376 (Avenida Colombo), além de alguns pontos da estrada entre as cidades de Castelo Branco e Paranavaí.

A ACIM também proporcionou aos associados a oportunidade de debater as propostas dos candidatos a governador nas eleições de 1990. Era uma forma de a entidade se posicionar, de expor suas preocupações diante dos desafios que o Estado tinha pela frente e também de demonstrar sua força perante a comunidade.

Retomando um assunto que fora tema de várias matérias do boletim Comércio & Indústria, a Revista ACIM publicou, em novembro e dezembro de 1990, matérias especiais sobre a informatização do comércio. De acordo com os conteúdos assinados pelo diretor Fernando Vieira Raimundo, a informática havia avançado em toda cadeia produtiva local, prevendo que as empresas que não aderissem às inovações tecnológicas estariam fadadas a estagnarem-se. Pautada nessa correta expectativa, a própria ACIM adquiriu novos computadores e um aparelho de fax, que poderia ser utilizado pelos associados, tanto enviando quanto recebendo mensagens de qualquer parte do Brasil. Uma grande inovação na época.

Em artigo publicado na Revista ACIM de novembro de 1990, o então prefeito Ricardo Barros falou sobre a contratação da consultoria Simonsen Associados para executar um estudo de oportunidades de investimentos no setor industrial de Maringá. Barros apresentou números mostrando que a cidade possuía 948 indústrias, o que representava 4% do estado e 9,8% do Interior. A cidade ainda possuía 3.059 estabelecimentos do comércio varejista, 420 atacadistas e 770 estabelecimentos diversos, num total de

5.197 empresas, arrecadando 3,4% do ICMS gerado no Paraná.⁶

Os dados mostravam a força da representação empresarial que a ACIM mantinha na época. Ou seja, com uma média de 1.200 filiados em face de quase 5.200 empresas formalizadas por Maringá, ela mantinha um corpo de associados que representava, à época, pouco mais de 23% de todos os CNPJs ativos na cidade.

Outra notícia interessante para o avanço econômico local veio com a criação da Feira Permanente da Indústria do Vestuário (VestSul), inaugurada no pavilhão branco do Parque de Exposições. Com uma área de 2 mil m², o evento abrigou 41 indústrias, sendo 39 de Maringá, que receberam compradores de todo o Brasil e foi a precursora dos shoppings atacadistas do setor.

Polêmica e contestação sobre o IPTU: antigas divergências, novos confrontos

No final de 1990, após a definição dos novos valores do IPTU, considerados acima da realidade do valor venal dos imóveis, começou uma batalha entre a ACIM e a prefeitura. A polêmica: o Executivo reajustou o referencial da Unidade Fiscal do Município (UFM), que era a base de cálculo para a maioria das taxas municipais, entre elas a de localização.

A diretoria da ACIM apresentou, primeiro aos vereadores e depois ao prefeito, um estudo mostrando que o aumento dos tributos municipais poderia chegar até a 4.600%, citando como exemplo a taxa de localização de alguns estabelecimentos comerciais e industriais. Após diversas reuniões, Ricardo Barros concordou em conceder descontos na taxa de localização de 50% para pagamentos à vista e 40% para o pagamento em até cinco parcelas, além de outros benefícios; para o IPTU, o desconto seria de 45% sobre o valor global do carnê para pagamento à vista e 25% no caso de parcelamentos em 12 vezes.

Mas, de acordo com Fernando Henriques, em artigo na Revista ACIM de junho de 1991,

⁶ Revista ACIM, novembro de 1990.

COPEJEM

A inserção do jovem empresário na composição do associativismo foi formalizada em 3 de novembro de 1990, quando Fernando Henriques instituiu o Conselho Permanente do Jovem Empresário de Maringá, que mais tarde ficaria conhecido como Copejem.

Criado com o objetivo de preparar os jovens líderes para a sucessão familiar empresarial, o Copejem estabeleceu a data limite de 35 anos para os seus membros, que passaram a atuar

efetivamente em abril de 1992. Após a posse de novos gestores da ACIM.

O Conselho Permanente do Jovem Empresário se tornaria peça fundamental para a oxigenação dos demais conselhos da ACIM, trazendo projetos de grande impacto para a sociedade local, como foi o caso, décadas depois, do Congresso do Empreendedor, do Feirão do Imposto e do Prêmio Jovem Empreendedor, criado para reconhecer jovens empresários de destaque na cidade.

“contrariando o compromisso assumido pelo prefeito, os valores abusivos foram lançados”. Em fevereiro, a ACIM entrou com um mandado de segurança contra a cobrança da taxa de localização. Posteriormente, a Associação participou de um abaixo-assinado contra o aumento e, no dia 3 de abril, Fernando Henriques entregou ao presidente da Câmara Municipal um anteprojeto de emenda popular com 8.500 assinaturas de eleitores, pedindo o desconto de 70% no valor do IPTU. O anteprojeto foi aprovado por maioria absoluta em três discussões (nas duas últimas discussões, por 18 a 2), transformando-se em lei.

Porém, o prefeito vetou a lei, alegando que a mesma era inconstitucional e que se o planejamento de arrecadação inicial não entrasse em vigor várias obras do município seriam inviabilizadas. Retornando para apreciação dos vereadores, surpreendentemente, estes acataram o veto por 12 votos a 9. Ou seja, mesmo com a mobilização de mais de 8 mil pessoas, por meio do abaixo-assinado, os vereadores aceitaram a posição de Barros. Apesar de não ter alcançado seu objetivo, a ACIM demonstrou coragem ao se confrontar com o poder público municipal e defender os interesses da classe empresarial.

Em junho de 1991, em artigo publicado na Revista ACIM, Fernando Henriques criticou a prefeitura e os vereadores, lembrando as dificuldades que os empresários maringáenses vinham enfrentando com a crise econômica. Henriques

apontou que, paradoxalmente, naquele cenário, o orçamento do município era “astronômico” – 67 bilhões de cruzeiros. Em outubro, a ACIM foi convidada e participou dos estudos para definição dos valores do IPTU de 1992.

Nas crises, as empresas buscam novas formas de sobrevivência. O setor da construção civil, apesar do desaquecimento da economia, continuou a crescer, tendo como pilar a edificação de habitações populares. Em junho de 1991, eram construídas na cidade, entre apartamentos e casas populares, mais de mil unidades financiadas pela Cooperativa Nacional de Produção de Moradias (COHESMA).⁷ Dois meses depois, os conjuntos habitacionais João de Barro e Thaís foram inaugurados, inclusive, com a presença do presidente da República, Fernando Collor de Melo. No evento, membros da CUT, PT, PC do B e União da Juventude Socialista, UMES e sindicatos locais fizeram manifestações contra o governo federal.

7 Revista ACIM, agosto de 1991.

Lukas na Revista ACIM

Em novembro de 1991, estreou na Revista ACIM o cartunista Lukas (Marcos Cezar Lukaszewing), que durante sete anos brindaria os leitores da publicação com suas charges marcadas pelo humor.

Lukas ganhou destaque na cidade por meio do jornal O Diário do Norte do Paraná. Ele faleceria em 2011, devido a um câncer.



Foto: Revistas ACIM, maio e junho de 1997.



Fernando Collor (jaqueta preta) no interior da Catedral Nossa Senhora da Glória, durante passagem por Maringá, em 1991. Além da inauguração dos conjuntos habitacionais, o então presidente participou de outra solenidade para o início das operações das novas instalações de transbordo da estação ferroviária de Maringá, hoje administrada pela América Latina Logística (ALL), em 3 de agosto. Foto: O Diário do Norte do Paraná.

Com a realização da Maringá Export Meeting, a cidade demonstrava-se preocupada com o comércio exterior. O evento trouxe importadores para conhecer e adquirir produtos locais. Um dos setores mais otimistas com a possibilidade de exportação era o de confecções. Naquele ano, Maringá também receberia duas comitivas de empresários vindos de Leiria, Portugal e, novamente, Kakogawa, no Japão.

Também em 1991 era anunciada a instalação, em Maringá, de um Porto Seco, ou Estação Aduaneira do Interior - uma zona alfandegária que garantiria as mesmas facilidades que aeroportos e portos marítimos têm no trânsito de produtos vindos ou destinados ao mercado externo. A previsão era de que o empreendimento seria construído no ano seguinte, por uma sociedade composta de 17 sócios, entre eles, Cocamar, Frigorífico Central, Intervin e Noma do Brasil. O equipamento seria inaugurado somente cinco anos mais tarde.

No final de 1991, a Telepar anunciou que em dois anos o Paraná, inclusive Maringá, seria contemplado com o sistema de telefonia móvel. A matéria citou que um aparelho celular Motorola, mais barato, custava U\$S 400,00; o mais caro, um Pocket Commander, U\$S 1.200,00.

No início de 1993, a prefeitura apresentaria um projeto para a revitalização da Avenida Brasil, o qual teve destaque na Revista ACIM em março daquele ano (foto ao lado). A proposta não vigorou. Décadas mais tarde, o assunto voltaria à tona com o irmão de Ricardo Barros à frente da prefeitura, Silvio Barros II, conforme será visto em breve. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Preocupada com a falta de vagas na região central de Maringá, a ACIM entregou ao prefeito Ricardo Barros um estudo sobre a viabilidade da retirada das espinhas de peixe da Avenida Brasil. A entidade era a favor da retirada, desde que fosse acompanhada por benefícios ao comércio, como a construção de ilhas de pedestres no canteiro central e a ampliação das calçadas laterais, retirada das árvores e plantio de espécies de menor porte, permitindo a modernização das fachadas.

Outra promoção da entidade, em parceria com o Sivamar e a prefeitura, foi a campanha de Natal “A chave da sorte”. A cada Cr\$ 10 mil em compras o cliente do comércio local ganhava um cupom, dando-lhe o direito de participar de um sorteio. Caso fosse contemplado ele receberia uma chave para tentar abrir a caixa da sorte em que havia um cheque de um milhão de cruzeiros. No total, sete prêmios foram distribuídos.

A primeira gestão que abriu a década de 1990 foi fundamental para a ampliação do poder de atuação da ACIM. Além da criação do Copejem, houve também a alteração do estatuto social para o estabelecimento de diretorias segmentadas (comércio, indústria, entre outras), de modo que seus representantes tivessem definidas as áreas de atuação. Paralelamente a isso, Fernando Henriques também cumpriu papel decisivo na organização do associativismo regional, pois havia estado à frente da Caciner desde 1984, portanto, oito anos.

Apesar dos desafios impostos pela economia nacional, a ACIM se mostrou combativa contra ações abusivas de gestores públicos. O próximo presidente voltaria suas atenções para a reestruturação interna da entidade e foco nas articulações locais, de modo a estabelecer caminhos para ampliar avanços que a cidade estava prestes a enfrentar.



Campanha de Natal “A chave da sorte”, promovida pela prefeitura, Sivamar e ACIM, com prêmios de um milhão de cruzeiros, realizada em 1991. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



Foto: Centro de Documentação
Luiz Carlos Masson/ACIM.

Massao Tsukada Gestão 1992-1994

- Presidente: Massao Tsukada
- 1º Vice-presidente: Valdecir de Britto
- 2º Vice-presidente: Jefferson Nogaroli
- Vice-presidente para assuntos do Comércio: Shiniti Ueta
- Vice-presidente para assuntos da Indústria: Fernando José de Faria Ferraz
- Vice-presidente para assuntos da Prestação de Serviços: Gilson Odair Barbiero
- Diretor de Patrimônio: Hélio Edys Demulhti Costa Curta
- Diretor de Finanças: Sabas Martins Fernandes
- Diretor de Eventos e Promoções: Fernando Vieira Raimundo
- Diretor do Departamento de Estudos Socioeconômicos: Moacir Sommágio
- Diretor para assuntos de Informações Cadastrais: Eurico Ikuta
- Diretor para Assuntos Comunitários: Pedro Granado Martines
- Diretor da Revista ACIM: Luiz Carlos Masson
- Diretora de Relações Públicas: Noemi de Oliveira Seravalli
- Conselho Deliberativo: Paulo Morais Badan, Agenor Maia, Antonio J. R. Silvestre Ferreira, Euclides Sordi, Francisco Favoto, Francisco Feio Ribeiro Filho, Heitor Bolela Júnior, Futoshi Matsuda, João Noma, José Gomes Ferreira, Miguel Fuentes Salas, Tutomo Sato, Milton Massar Morita, Simão Hirata e Reginaldo Nunes Ferreira.
- Membros Natos do Conselho Deliberativo: Fernando Henriques, Alcides Siqueira Gomes, Álvaro Miranda Fernandes, Atair Niero, Emílio Germani, Ermelindo Bolfer, Joaquim Dutra, Luiz Júlio Bertin, Manoel Mário de Araujo Pismel, Raymundo do Prado Vermelho, Sidney Meneguetti e Ubirajara de Araújo Pismel.

Massao Tsukada nasceu no dia 26 de agosto de 1951 em Quintana, interior de São Paulo. Chegou a Maringá com apenas quatro meses de idade em janeiro de 1952. O pai era plantador de melancia e trocou a propriedade por um caminhão, passando a transportar café no Paraná. Após dez anos, o pai abriu um bar. Em 1965, a família fundou a Banca do Massao, na esquina da Avenida Getúlio Vargas com a Rua Santos Dumont e, aos 13 anos, Massao Tsukada passou a trabalhar nela.

Cursou Direito na UEM, foi eleito vereador em 1982, candidato a vice-prefeito em 1986, ano em que recebeu o prêmio Comerciante do Ano, outorgado pela ACIM, Sivamar e CDL.

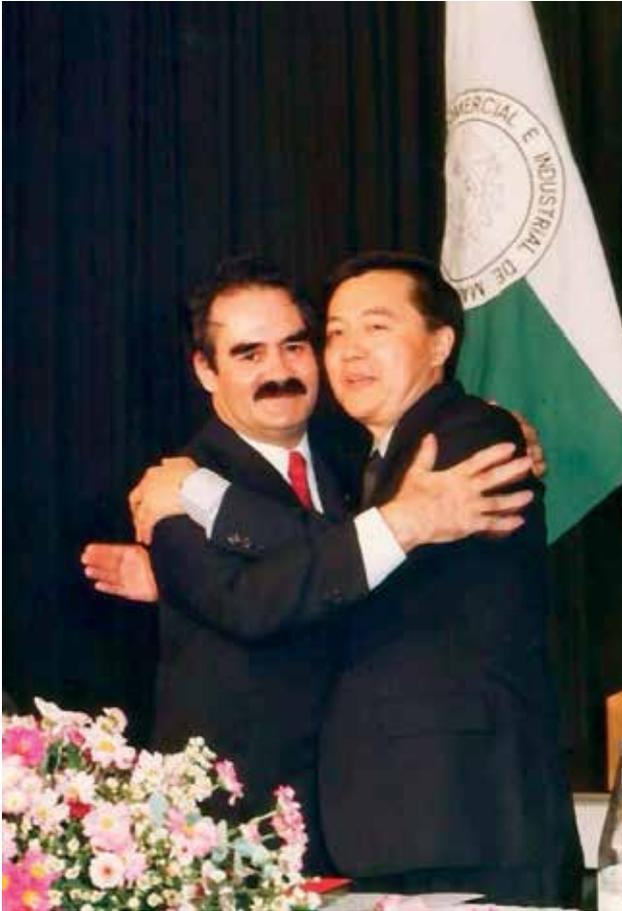
Em 1985, Tsukada fundou a Livraria Bom Livro, ao lado da banca fundada pela família. Em 1997 foi eleito presidente do Sivamar depois de um bate-chapa contra a continuidade de Luiz Júlio Bertin, ex-presidente da ACIM.

CONSELHO DA MULHER EMPRESÁRIA E EXECUTIVA DA ACIM

- Presidente: Maria Alice Pinatti
- 1º Vice-presidente: Maria José Maluf Duarte
- 2º Vice-presidente: Solange Aparecida de Paula
- 1ª Secretária: Roseli P. de Lima Bastos
- 2ª Secretária: Fátima Aparecida Ortega Ferreira
- Tesoureira: Maria Aparecida Beckner Silva
- 2ª Tesoureira: Sonia Maria Uliana
- Diretoras Adjuntas: Maria Inês Ajita Picironi e Maria da Conceição Lima Dias

COPEJEM

- Presidente: Olga Elizabeth Moleirinho
- Vice-presidente: Marco Xavier de Mendonça
- Diretores Adjuntos: Claudio Rossi e Galileu Limonta Maia
- 2º Secretário: Edson Aparecido Vido
- Tesoureiro: José Fernando Alves Henriques
- 2º Tesoureiro: José Rubens Abrão



Evento de posse da diretoria liderada por Massao Tsukada. Fotos: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Massao Tsukada foi eleito como presidente da ACIM em 25 de fevereiro de 1992, quando a chapa única “Impulso Econômico” recebeu 166 votos dos 169 associados que foram às urnas.

A posse da diretoria ocorreu em 11 de março de 1992. No dia 16 já eram realizadas as primeiras reuniões, tanto da Diretoria Executiva, que começou a formular o planejamento das ações a serem desenvolvidas, quanto do Conselho Deliberativo, que elegeu Fernando Henriques como presidente e Paulo Morais Badan como secretário. O Conselho da Mulher também começou a todo vapor, com reunião no dia 17, ultimando os preparativos para a realização da Feira Ponta de Estoque, que seria realizada ainda em abril como um alento para queimar os estoques que vinham se acumulando no comércio varejista em função das crises econômicas e reflexos da alta inflação.

No dia 23 de março, a ACIM recebeu as visitas dos deputados federais Said Ferreira e Antonio Bárbara. No dia 30, a entidade recepcionou uma comitiva de empresários canadenses. Ainda em março, instalou-se em Maringá a construtora Encol, fundada na década de 1960 em Goiânia e, na época, com 21 regionais em vários estados brasileiros, 22 mil funcionários e faturamento anual superior a US\$ 800 milhões.

No mês seguinte Maringá começou a receber investimentos do Grupo Demeterco, que construía a primeira loja do Mercadorama fora da capital do Paraná. Seria o primeiro hipermercado da região. O diretor do grupo, Roberto Demeterco, proferiu palestra no primeiro Almoço Empresarial da gestão Massao Tsukada, em maio de 1992. No mês seguinte foi o entrevistado da Revista ACIM.

Evento de posse da diretoria liderada por Massao Tsukada

A posse da diretoria ocorreu em 11 de março de 1992.



Membros da diretoria de Massao Tsukada: Executiva e Conselho Deliberativo. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



Massao Tsukada dá posse ao Conselho da Mulher Empresária. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



Ainda em maio, Maringá ganhou, durante a Expoingá, o Pavilhão Internacional de Exposições, que contou com o investimento de US\$ 800 mil. O espaço, de 10 mil m², foi muito comemorado pelos empresários que passaram a ter um local apropriado para a realização de grandes eventos e feiras. Na Expoingá, a ACIM contou com um estande denominado Sala do Empresário, divulgando seus serviços ao público.

Um antigo sonho das associações comerciais foi realizado em 13 de junho daquele ano. Pela primeira vez na história seriam realizadas eleições para definir a diretoria da então Federação das Associações Comerciais e Industriais do Paraná (Faciap). Antes, o presidente da Associação Comercial do Paraná (ACP), que abrange apenas o município de Curitiba, era automaticamente conduzido à presidência da Federação.⁸ Em 1992, o presidente eleito foi Werner Egon Schrappe, da capital, tendo Massao Tsukada como secretário. No dia 16 de maio, Massao Tsukada foi eleito presidente da Cacinor.

Existia um acordo entre as Associações Comerciais que compunham a Cacinor para que o presidente da ACIM sempre presidisse a

⁸ Havia um acordo entre as associações comerciais de que seria mais prático que o presidente da ACP, por estar na capital, presidisse a federação. Mas, com o crescimento das cidades e fortalecimento das associações do interior, elas lutaram para a democratização do processo eleitoral da Federação, o que só aconteceu em 1990, com a eleição do ex-presidente da própria ACP, Werner Egon Schrappe.



Eleições e posse na Faciap, agosto de 1992. Na última imagem, Massao Tsukada discursa em uma das reuniões da Federação. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Coordenadoria. Tsukada deu continuidade às ações da entidade respeitando a filosofia de trabalho da Faciap, agora mais democrática.

Em 1992, a ACIM reuniu a sociedade para debater os problemas da violência urbana que se arrastavam desde a década anterior e eram amplificados pelos reflexos da crise nacional. Segundo a Revista ACIM de julho daquele ano, o centro de Maringá registrou arrombamentos em estabelecimentos comerciais e residenciais, furtos de carros e motos, além de problemas no trânsito. Nos bairros a situação era ainda mais agravante: as queixas iam de roubos e assaltos às tentativas de estupro, ameaças de morte e agressões físicas.

Visando discutir essas questões, a ACIM organizou o I Fórum de Debates sobre Segurança Pública com participação de representantes de entidades de classe, associações e clubes de serviço. O fórum foi realizado em fases. No primeiro encontro foram identificados os problemas e elaborado um relatório com os assuntos agrupados por setor. No segundo encontro, os participantes receberam o relatório e discutiram soluções que foram apresentadas às autoridades convidadas aos debates. A ACIM e as demais entidades participantes criticaram, no entanto, a ausência dos deputados estaduais e federais eleitos por Maringá. Também sobraram críticas aos três últimos governos do Paraná, pelo des-caso com a segurança pública, como afirmou Massao Tsukada:

Nasce a Feira Ponta de Estoque

Realizada de 23 a 25 de abril de 1992 pelo Conselho da Mulher Empresária, a primeira edição da Feira Ponta de Estoque foi um grande sucesso. Houve participação de 38 comerciantes, cerca de 50 mil visitantes e comercialização estimada em Cr\$ 330 milhões.



A 1ª edição da Feira Ponta de Estoque foi realizada em um imóvel da Avenida Brasil. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Radiografia de Maringá

Em junho de 1992 a ACIM, por meio Departamento de Estudos Socioeconômicos (Descon), se juntou ao Sebrae e a três professores da UEM para realizar um censo econômico em Maringá, levantando dados do comércio, indústria e prestação de serviços. Os números, divulgados em setembro daquele ano, foram desanimadores e “deram a dimensão da crise que assola(va) Maringá”.¹

A crise da era Collor, com inflação de 25% ao mês, não poupou setores da economia. A queda da atividade econômica em Maringá foi de 50%, aproximadamente. O censo local constatou que das 10.000 empresas cadastradas na prefeitura apenas 4.600 estavam em atividade, sendo 480 indústrias e as demais dos ramos do comércio e prestação de serviços.

De acordo com a Junta Comercial, em 1992, o número de empresas abertas em Maringá seria 25% menor que em 1991: 1.584 contra 2.116. Outro dado alarmante foi o grande número de empresas que migraram para municípios vizinhos, seduzidas por incentivos na instalação, facilidades na aquisição de terrenos e impostos mais baratos.

A migração de capital também se deu por conta de investidores que preferiram adquirir lotes em grandes áreas agrícolas do Mato Grosso, tirando o dinheiro de circulação e desaquecendo o mercado de Maringá. O resultado do fechamento de empresas e migração de investimentos foi o desemprego. A Agência do Trabalhador registrou, de janeiro a agosto de 1992, 4.933 candidatos a emprego, sendo que foram ofertadas 1.951 vagas e apenas 1.006 candidatos conseguiram trabalho.

No campo, a crise começou no governo Collor que reduziu drasticamente o crédito para a agricultura. Caíram os investimentos em tecnologia, diminuindo a produtividade. Outro problema foram as seguidas estiagens. Como os planos econômicos também afetaram a vida nas cidades o consumo caiu e os preços despencaram.

Os reflexos no comércio local, tanto varejista quanto atacadista, foram grandes. Segundo projeção da Receita Estadual na época, a tendência era de que a arrecadação de Maringá fosse 28% menor em relação ao ano anterior, que já não havia sido favorável.

Apesar da retração, a economia não parou. Muitas empresas realizaram planejamentos de médio e longo prazos. Por

isso, Maringá recebeu grandes investimentos em 1992, como os já citados Mercadorama e Encol. Outra rede que se instalou naquele ano foi o McDonald's, inaugurado em novembro. O investimento foi de US\$ 2 milhões, gerando mais de 130 empregos, além de trazer para a cidade um dos primeiros serviços de *drive-thru*.

Também seria inaugurado em 1992 o primeiro apart-hotel do noroeste do Paraná, o Golden Ingá Suíte Hotel, com 170 apartamentos. O empreendimento da Construtora Garsa recebeu investimento de US\$ 17 milhões e gerou 120 empregos diretos.



¹ Revista ACIM, setembro de 1992.



Lançamento do Censo Econômico da ACIM, UEM e Sebrae, em 1992.

McDonald's e Golden Ingá, logo após o início das operações, na década de 1990. Fotos: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Do governo (José) Richa, passando pelo governo Álvaro Dias, e agora, com o governador Roberto Requião, os benefícios não condizem com a parcela significativa de impostos arrecadada no município.⁹

Em 1992, a ACIM apoiou o programa Banco de Empregos da Universidade Estadual de Maringá. Dois anos antes, a instituição de ensino realizou uma pesquisa e constatara que 79% dos seus alunos eram paranaenses e, desses, 73% moravam em Maringá e região. A partir dessas informações, a UEM passou a cadastrar as empresas, a levantar as necessidades e a oferecer ao mercado tanto profissionais já formados quanto estagiários. Após o apoio da ACIM, em apenas três meses o total de empresas cadastradas passou a ser de 95 (aumento de 161%), com oferta de 137 vagas.

Logo após as eleições, no dia 20 de novembro, a ACIM organizou um Jantar Empresarial com palestra do prefeito eleito Said Ferreira. O evento atraiu público superior a 600 pessoas. Para aquela gestão municipal, a ACIM indicou, juntamente com o Sindimetal, o empresário e diretor da Associação, Gilson Barbiero, para ser o secretário da Indústria, Comércio e Agricultura do município.

Ainda em novembro, a ACIM anunciou a aquisição de um novo programa para gerenciar o SPC, no valor de Cr\$ 40 milhões, proporcionando maior agilidade ao sistema que já estava totalmente automatizado. Também foram adquiridos novos computadores e linhas telefônicas, modernizando também o Departamento de Estudos Socioeconômicos. Depois que a Revista ACIM ganhou corpo, os informes técnicos passaram a ser um encarte da publicação. A partir de dezembro de 1992, esses conteúdos passaram a ter veiculação independente e quinzenal.

Eleições municipais de 1992



Posse do prefeito eleito em 1992, Said Ferreira. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

A gestão de Ricardo Barros chegava ao fim e a sucessão mexeu com a cidade. Nada menos que oito candidatos decidiram concorrer ao cargo de prefeito: Odílio Balbinotti (PTB), Joel Coimbra (PDT), Miro Falkemback (PFL), Aníbal Moura (PT), Marco Antonio Rocha Loures (PL), Walber Guimarães Júnior (PSDB), Assendino Santana (PRP) e Said Ferreira (PMDB).

[...] o promotor público Joel Coimbra [...] havia adquirido notoriedade na luta contra a privatização e o aumento do IPTU. [...]

[...] Said, Coimbra e Aníbal eram identificados como os candidatos do leque de oposição (a Ricardo Barros). Assumiram, por exemplo, o compromisso de interromper a privatização dos serviços públicos. Marco Rocha Loures, ex-secretário municipal da Saúde e Miro Falckemback, ex-secretário de Serviços Públicos, eram candidatos ligados ao prefeito Ricardo Barros. Enquanto o primeiro anunciava que iria analisar o que fosse melhor para Maringá na questão do modelo de gestão, Falckemback, candidato oficial do prefeito, não apenas defendia, como também se apresentava como garantia de continuidade do sistema. Walber Guimarães Jr. apresentou uma campanha de centro, amparada em debates técnicos. Balbinotti não polarizou o debate. Santana era um candidato sem lastro nem pretensões.¹

Said Ferreira foi eleito para o segundo mandato à frente da prefeitura com expressivos 50,2% dos votos, seguido de Odílio Balbinotti, Joel Coimbra, Miro Falckemback, Aníbal Moura, Marco Rocha Loures, Walber Guimarães Jr. e Assendino Santana.

1 DIAS, 2008, p. 157.

Comércio Exterior



Jefferson Nogaroli em uma das diversas palestras sobre comércio exterior promovidas pela ACIM e Casa Mercosul no início da década de 1990. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Firme em seu propósito de incentivar o comércio exterior, a ACIM participou do processo de instalação em Maringá da Coordenadoria do Instituto Centro de Comércio Exterior do Paraná (Cexpar). O primeiro coordenador na cidade foi o vice-presidente da ACIM para o Comércio Exterior, o supermercadista Jefferson Nogaroli. Em abril, a Associação decidiu criar o seu próprio Departamento de Comércio Exterior.

A ACIM contratou um técnico que ficou à disposição dos associados para oferecer consultoria e informações sobre as possibilidades de negócios internacionais e também para cadastrar as empresas, levantar produtos com potencial de exportação e buscar oportunidades de negócios. Jefferson Nogaroli era o maior entusiasta:

O Cexpar nos passava as informações necessárias para que as empresas tivessem acesso ao mercado internacional. [...]

Estudos provam que a cada bilhão de dólares exportados são gerados cem mil empregos.¹

O primeiro evento de comércio exterior realizado pela ACIM foi o Seminário Internacional do Mercosul, com 26 palestrantes e vários debatedores. Direcionado às indústrias têxteis e de confecções, o seminário recebeu representantes da Argentina, Paraguai e Uruguai. O setor do vestuário foi o grande destaque nos anos 1990, com o aumento exponencial na produção e venda de confecções, inclusive, no atacado. Além da VestSul, que recebeu 120 excursões de vários estados brasileiros em 1993, a cidade ganhou os shoppings atacadistas Vest Center, o Feira Vest Mercosul e o Ingá Vest.

Também em 1993, nascia por meio da parceria entre a ACIM, prefeitura, Cexpar e Bolsa de Cereais, a Casa Mercosul, que mais tarde seria remodelada para Instituto Mercosul. O início das atividades aconteceu somente em 9 de maio de 1994. A Casa Mercosul foi estruturada inicialmente nas dependências da Bolsa de Cereais de Maringá e, posteriormente, na sede da ACIM.

1 Revista ACIM, abril de 1992.

40 anos de ACIM



Logomarca em comemoração aos 40 anos da ACIM.

Em abril de 1993, a ACIM realizou um jantar para comemorar seus 40 anos de fundação. No evento, a entidade conseguiu reunir quase todos seus ex-presidentes para homenageá-los pela dedicação que tiveram à frente do associativismo local.

Ainda, para comemorar as quatro décadas de história, a Associação realizou um concurso cultural para selecionar a logomarca especial a ser utilizada ao longo daquele ano. A Duppla Propaganda foi a vencedora.



O então prefeito, Said Ferreira, disse em seu pronunciamento que “os 40 anos da ACIM retratam os 46 anos de Maringá”.



Edson Xavier Antunes e José Luiz Morais Garcia, diretores da Duppla Propaganda, foram homenageados pela concepção da marca dos 40 anos da ACIM. Na imagem, Fernando Vieira Raimundo, diretor da entidade, entrega uma placa aos artistas.



Os ex-presidentes da ACIM (ao fundo) foram homenageados com uma medalha especial, reconhecendo o empenho para a consolidação da entidade.



Mesa de autoridades e, no destaque, Jefferson Nogaroli entregando a medalha para o ex-presidente Emílio Germani. Fotos: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



Subsede da ACIM

Em 1993, a entidade também criava, pela primeira vez em sua história, uma subsede no Jardim Alvorada, maior bairro da cidade.

Denominada Agência ACIM do Jardim Alvorada, ela oferecia serviços básicos e tinha uma sala onde a diretoria e os associados se reuniam esporadicamente. O empresário Valdir Pignata era o responsável por sua coordenação.¹



A única subsede da ACIM funcionou na Avenida Pedro Taques, no Jardim Alvorada. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



A Feira Ponta de Estoque regionalizada foi realizada no Centro Comunitário do Jardim Alvorada. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

No mês seguinte, a ACIM assinou convênio com a Paraná Assistência Médica (PAM) que viria a ser totalmente aprovado pelos empresários, tanto que, em poucos meses, a entidade bateu vários recordes de filiações, ampliando o quadro de associados. Massao Tsukada afirmou, na época, que a precariedade da Previdência Social levava os empresários a buscarem alternativas:

Os planos de saúde privados representam um benefício não só para os empresários e trabalhadores como para o bom andamento da própria empresa.¹⁰

A campanha de comércio da ACIM de 1992 foi o “Natal Gordão”, que sorteou um Gol 1000 zero quilômetro, 3 TVs e 2 videocassetes entre os consumidores. Com a campanha e, talvez, embalado pelos novos rumos da política, com a queda de Fernando Collor e posse de Itamar Franco, o consumidor voltou às compras. Tanto que o SPC contabilizou 85.490 consultas, o maior registro desde 1985.

Partindo do princípio de descentralização das ações, o Conselho da Mulher Empresária e Executiva realizou a primeira Feira Ponta de Estoque regionalizada, também no Jardim Alvorada, em 1993. Com a presença de 32 empresas, contabilizou-se a comercialização de Cr\$ 4,5 milhões.

A ACIM também criou o Anuário “Maringá é Assim”, uma publicação com dados dos diversos setores produtivos da cidade, que custou cerca de 50 mil dólares. Como não houve a adesão esperada de anunciantes, Massao Tsukada teve que se desdobrar, pessoalmente, para viabilizar financeiramente a publicação. O Anuário não teve continuidade, mas, na época, Tsukada, comemorou o lançamento:

Antes deste Anuário havia uma lacuna. Quando um empresário de fora queria informações de Maringá, era preciso visitar vários órgãos e entidades. Hoje, nós reunimos esses dados em uma única publicação, que chegará a todo Brasil e em outros países através dos próprios empresários maringaenses.¹¹

1 Na época, Valdir Pignata era vereador. Ele exerceria dois mandatos ao longo da década de 1990. Contudo, vale reiterar que o fato de Pignata integrar a diretoria da ACIM não feria o estatuto. A proibição de cargos políticos ou vínculos partidários estava imposta ao presidente, vices e tesoureiro.

10 Revista ACIM, dezembro de 1992.

11 Revista ACIM, dezembro de 1993.

No plano municipal, a Câmara de Vereadores aprovou e o prefeito Said Ferreira sancionou a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico (Codem), conforme Lei municipal nº 3.335 de 10 de fevereiro de 1993. A diretoria do conselho seria composta por representantes da prefeitura, poderes Legislativo e Judiciário, OAB, entidades religiosas, entidades de assistência social, de classe e de bairros. Haveria ainda um Fundo Municipal de Desenvolvimento que receberia recursos do município e de convênios que seriam assinados com instituições financeiras mantidas pelos governos estadual e federal.

Segundo a prefeitura, devido à limitação financeira, o conselho funcionaria somente em 1994. O que não aconteceu. Apesar da semelhança, esse Codem não é o mesmo que existe atualmente e que foi criado por nova lei municipal em 1996 (nº 4.275 de 16 de setembro), a partir da articulação de diversas entidades de classe local, conforme será visto nas próximas páginas.

A edição de julho de 1993 da Revista ACIM tratou da crise na Universidade Estadual de Maringá. A matéria foi elogiada por muitos e criticada pelo reitor Décio Sperandio que a considerou “negativa” do ponto de vista da instituição. A reportagem mostrou a necessidade de apoio à universidade, materializado com a criação da Associação Pró-Desenvolvimento (Pró-UEM). O objetivo era o de buscar soluções para os problemas financeiros e alternativas para a melhoria da qualidade no ensino.

A crise da UEM teve ligação direta com uma das últimas realizações da gestão Massao Tsukada, a criação do Instituto para o Desenvolvimento Regional (IDR), que tinha como sócios-fundadores a própria ACIM, que foi a articuladora, Cocamar, Cooperfios, Fiep, Sindicato do Comércio de Combustíveis, Micromar, Secovi, Sociedade Rural e Aeam. Na época, a universidade convivia com a saída de professores que, insatisfeitos com a realidade salarial, prestavam cursos para lecionar em outras instituições, principalmente federais.

O economista e professor Joilson Dias também recebeu proposta para sair de Maringá. Ele havia feito doutorado na Universidade da Carolina do Sul-EUA, onde atuara em uma Agência de Desenvolvimento. Os empresários tiveram a ideia

de criar uma instituição similar em Maringá, onde Dias atuaria como executivo, complementar sua renda e permaneceria na cidade. O IDR teria participação importante na criação de inúmeros projetos para a cidade e região.

Tanto o Conselho da Mulher Empresária quanto o Copejem realizaram ações importantes na gestão de Massao Tsukada. As mulheres, sob o comando da consultora do Sebrae Maria Alice Pinatti, tiveram atuação destacada na realização da Feira Ponta de Estoque, cursos e palestras. Entre os jovens, houve mudanças no comando durante a gestão. Por questões particulares, Olga Moleirinho afastou-se da presidência. Quem assumiu foi o comerciante José Rubens Abrão. O Copejem realizou palestras e visitas técnicas a empresas.

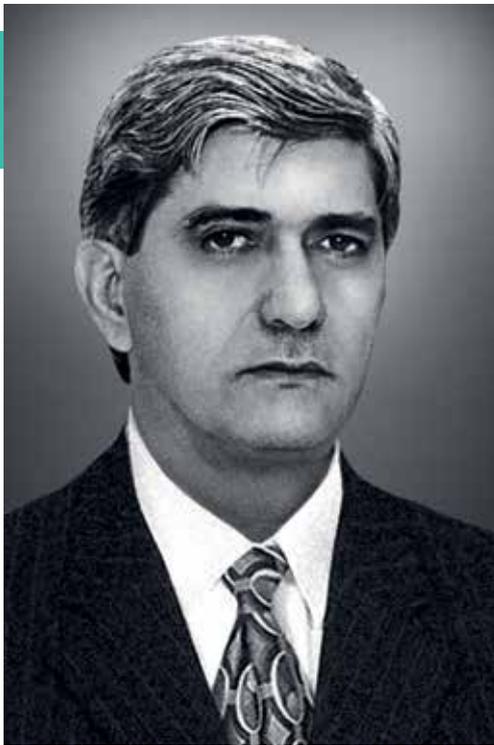
Em abril de 1994, Massao Tsukada deixou a presidência da Associação. Em sua gestão, o dirigente procurou administrar a entidade como empresa, inclusive dando expediente diário:

Ser presidente da ACIM representa um grande ônus porque é preciso estar disponível quase que todos os dias da semana para reuniões ou para representações perante a comunidade. (...)

Desde o primeiro dia em que assumimos até o último dia em que deixamos o mandato, de forma organizada e religiosa, eu estava presente diariamente na entidade.¹²

Massao Tsukada comandou a entidade em período de retração econômica. Desenvolveu campanhas de fundamental importância para dar fôlego aos comerciantes locais e conquistou espaço na Faciap, tornando-se membro da diretoria da Federação.

12 Entrevista de Massao Tsukada concedida ao Projeto ACIM Faz História, Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



Pedro Granado Martines

Gestão 1994-1996

Filho de pioneiros que chegaram a Maringá em 1952, Pedro Granado começou sua vida profissional em uma alfaiataria, depois foi bancário e fez carreira na Transparaná, onde ficou por 25 anos.

Também foi colunista social e formou-se em Economia pela UEM. É proprietário da Imobiliária e Construtora Pedro Granado Imóveis. Presidiu o Rotary Clube Maringá Leste. Na gestão de Jaime Lerner no governo do Paraná, Granado foi secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho.

Pedro Granado foi eleito presidente da ACIM durante a Assembleia Eleitoral realizada em 23 de fevereiro de 1994. A chapa única “Força Empresarial” obteve 171 votos.

- Presidente: Pedro Granado Martines
- 1º Vice-presidente: Hélio Edys Delmutti Costa Curta
- 2º Vice-presidente: Jorge Toyofuku
- Diretor para Assuntos do Comércio: Antonio Donisete Busíquia
- Diretor para Assuntos da Indústria: Claudomiro Siroti
- Diretor para Assuntos da Prestação de Serviços: José Luiz Sander
- Diretor para Assuntos de Comércio Exterior: Jefferson Nogaroli
- Diretor para Assuntos Comunitários: Fernando José Rezende
- Diretor para Assuntos Socioeconômicos: Dirceu Martins
- Diretor para Assuntos de Informações Cadastrais: Carlos R. Previdelli
- Diretor de Finanças e Patrimônio: Claudio Mukai
- Diretor de Eventos e Promoções: Fernando Vieira Raimundo
- Diretora de Relações Públicas: Noemi de Oliveira Seravalli
- Diretor da Revista ACIM: Luiz Carlos Masson
- Diretor da Agência Jardim Alvorada: Valdir Pignata
- Conselho Deliberativo: Fernando José de Faria Ferraz, Gregório Martines Sanches, João Noma, José Gomes Ferreira, Lucho A Tombini, Miguel Fuentes Salas, Milton Massar Morita, Odilon Pupulin, Paulo Fernando de Figueiredo Marchese, Paulo Morais Badan, Reginaldo Nunes Ferreira, Renato Friedrich, Sabas Martins Fernandes, Sebastião Carlos Abrão e Valdecir de Britto.

CONSELHO DA MULHER EMPRESÁRIA E EXECUTIVA DA ACIM

- Presidente: Vilma Maria Norberto Franco
- 1ª Vice-presidente: Solange Aparecida de Paula
- 2ª Vice-presidente: Cleide Pinto
- 1ª Secretária: Lucila Christina Sílvia Campos
- 2ª Secretária: Maria Inês Oliveira Rodrigues Gonçalves
- 1ª Tesoureira: Sonia Maria Uliana
- 2ª tesoureira: Maria Alice Pinatti
- Diretora Adjunta: Maria de Fátima Divio Seko

COPEJEM

- Presidente: José Rubens Abrão
- 1ª Vice-presidente: Olga Elizabeth Moleirinho
- 1º Secretário: Paulo Roberto Viscardi
- 2º Secretário: Osvaldo Rosa Júnior
- 1º Tesoureiro: Luis Fernando Ferraz
- 2º Tesoureiro: Edson Nishimura
- 1º Diretor adjunto: Galileu Limonta Maia
- 2º Diretor adjunto: Mário Sérgio Verri

Entre as muitas autoridades presentes na cerimônia de posse da nova diretoria, realizada no dia 9 de março de 1994, estiveram o vice-governador do Paraná, Mário Pereira, e o prefeito Said Ferreira. Em seu discurso, Pedro Granado se comprometeu em aumentar e melhorar os serviços prestados pela ACIM, realizar eventos que colaborassem para o aperfeiçoamento de empresários e executivos, além de dar continuidade ao processo de modernização do SPC. Granado destacou o recém-criado IDR e a Universidade Estadual de Maringá:

O Instituto (IDR) é fruto da parceria com a UEM, detentora do conhecimento científico que muito tem contribuído para a consecução dos objetivos da classe empresarial, não apenas na graduação, mas desenvolvendo pesquisas e projetos [...]. Pretendemos que o trabalho a ser desenvolvido (pelo IDR) atraia grandes investimentos, indústrias potenciais para a região e queremos que esse trabalho seja em parceria com o Poder Público Municipal.¹³

Pedro Granado falou também sobre um velho sonho da ACIM, nunca consumado, de dotar Maringá de um Centro Empresarial que “aglutine em um único local a sede da ACIM e de entidades representativas das classes produtoras, sindicatos patronais, Sebrae, postos bancários, objetivando a integração da comunidade como um todo”.

No mês da posse da nova diretoria, a prefeitura anunciou na Revista ACIM o início da segunda etapa do projeto de expansão industrial de Maringá. O Município previa a instalação de 15 novas unidades no Parque Industrial Sul, ao lado da fiação de seda da Cocamar. Segundo o secretário municipal da Indústria Comércio, Agricultura e



Pedro Granado durante seu discurso de posse, em março de 1994.



Pedro Granado discursa no lançamento da campanha do serviço de Tele-Cheque. Na faixa, o slogan “Se o banco não pagar, a gente paga”.



Modernização do Serviço de Proteção ao Crédito da ACIM em 1992. Fotos: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Turismo da época, José dos Santos Ribeiro, 80% das unidades seriam destinadas para empresas que expandiam suas atividades.

Conforme planejado, a diretoria da ACIM adquiriu, com apoio do Bamerindus, novos equipamentos para o Serviço de Proteção ao Crédito. A modernização permitiu que tanto o SPC quanto o Tele-Cheque realizassem atendimentos durante 24 horas por dia e também possibilitou a interligação com cidades da região.

¹³ Discurso de Pedro Granado Martines, durante evento de posse realizado em 9 de março de 1994.

A precariedade das rodovias do Paraná

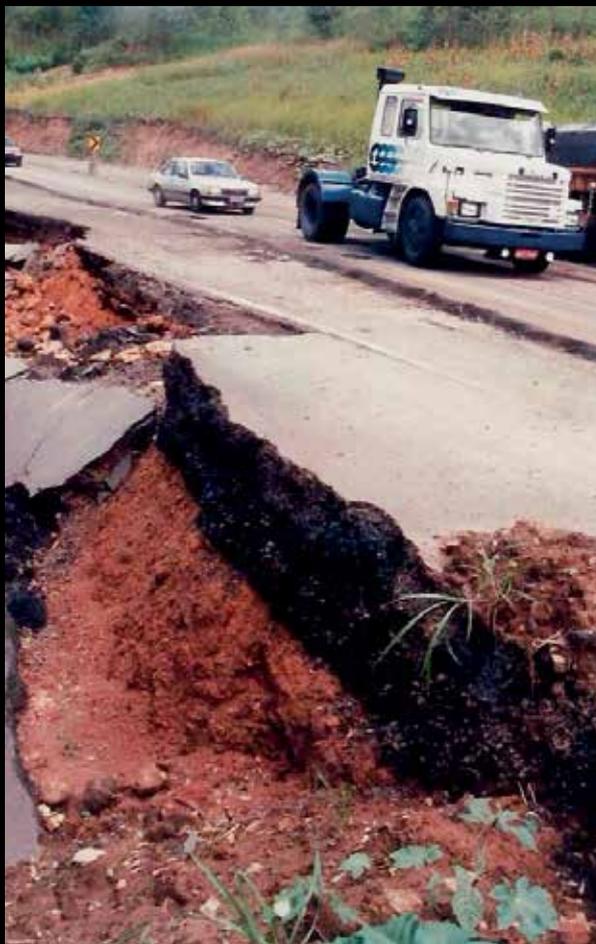
A ACIM voltou suas atenções novamente ao agronegócio e, em especial, às dificuldades para o escoamento da safra de grãos pela BR 376. O setor era representado na entidade pelo empresário Claudomiro Siroti, da Cooperfios, que ocupava o cargo de diretor para Assuntos da Indústria. A Associação solicitou que os candidatos do estado incluíssem em seus planos de governo a melhoria das condições das rodovias ligando a região ao Porto de Paranaguá.

Era preocupante o número altíssimo de acidentes. Somente na Serra do Cadeado, em 1993, foram 369 com 298 feridos e 43 mortos. Entrevistado pela Revista ACIM, em maio de 1994, o governador Mário Pereira, que sucedera Roberto Requião (deixou o governo para concorrer a uma vaga no Senado), afirmou que a Rodovia do Café não tinha tráfego suficiente para uma eventual duplicação – visão que se alteraria anos mais tarde.

Em 1995, a ACIM voltaria a tratar do assunto, elaborando matéria de capa na sua revista do mês de março. A publicação apontou que em 1994, somente entre Jandaia do Sul e Ortigueira, houve 403 acidentes com 282 feridos e 39 mortos.



Uma comitiva de empresários e representantes políticos de Maringá se reuniu com o então governador Mário Pereira para discutir a melhoria das rodovias do Paraná. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



Trecho da Rodovia BR 376, em 1993. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Durante os dois anos da gestão de Pedro Grano, a ACIM, em parceria com Sindimetal, Sindvest e Sebrae, incentivou a participação de empresas dos setores de confecção e metalmeccânica em feiras realizadas em grandes centros. Em 1994, por exemplo, 30 empresários de confecções visitaram a Feira Internacional de Tecelagem (Fenatec) e outros 30, da área metalmeccânica, estiveram na Feira Internacional da Mecânica. Ambos eventos realizados em São Paulo.

Voltando ao Agronegócio, a Cocamar recebeu um volume recorde de soja em 1994: 450 mil toneladas, 55% superior ao da safra anterior. O resultado foi alcançado devido ao clima e ao investimento em tecnologia por parte de seus cooperados. A produtividade foi alta: em Floresta, por exemplo, foram colhidas 130 sacas por alqueire, contra uma média histórica na região de 90. A estimativa foi de que Maringá recebeu uma injeção de US\$ 100 milhões vindos do segmento.

Na área social, a ACIM recebeu a visita de dirigentes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) solicitando apoio diante da possibilidade de cortes de verbas federais à instituição. A Associação enviou correspondência ao governo federal cobrando a manutenção das verbas e recebeu retorno da então ministra do Bem-Estar Social, Leonor Barreto Franco, garantindo que elas seriam mantidas.

Na área de serviços, a ACIM ampliou sua cesta de produtos, passando a oferecer Seguro de Vida, em parceria com a Saúde Plena Corretora e Bamerindus e o Tele-Cheque, em convênio com a Tele-Data Informações e Tecnologia. Com o Tele-Cheque, os comerciantes passaram a ter possibilidade de garantir a liquidez dos cheques apresentados na praça.

Em maio de 1994, por motivos particulares, a presidente do Conselho da Mulher, Vilma Franco, pediu afastamento do cargo. O órgão escolheu uma nova presidente: Sônia Maria Uliana.

A Revista ACIM de julho de 1994 apresentou uma matéria de capa otimista, mostrando as inovações planejadas para o sistema viário da cidade com a transferência da rodoviária localizada em zona central; a ocupação do Novo Centro; o rebaixamento da linha férrea; a abertura de novas avenidas e a demolição do viaduto da



Sonia Maria Uliana em evento realizado pelo Conselho da Mulher Empresária e Executiva da ACIM, em 1994.

Avenida São Paulo, também conhecido como Viaduto do Café.

Em junho, atendendo a uma antiga reivindicação dos empresários, cansados das quedas de energia, principalmente em dias de vento e chuva, a Copel apresentou aos diretores da ACIM a Rede Compacta Protegida. O sistema, pioneiro no Brasil, estabeleceu o distanciamento entre os fios de alta tensão por meio de uma estrutura metálica, que atua como mediador, evitando o contato entre cabos. A rede compacta funcionou e permanece até os dias de hoje.

Em agosto de 1994, Maringá foi palco do IV Congresso Estadual das Associações Comerciais, Industriais e Agrícolas do Paraná, que contou com a participação de 120 empresários. Jaime Lerner (PDT) e Álvaro Dias (PP), candidatos ao governo do estado, proferiram palestra no evento. Cada candidato recebeu da Faciap e da ACIM documentos com as principais reivindicações da classe empresarial do município e do estado.

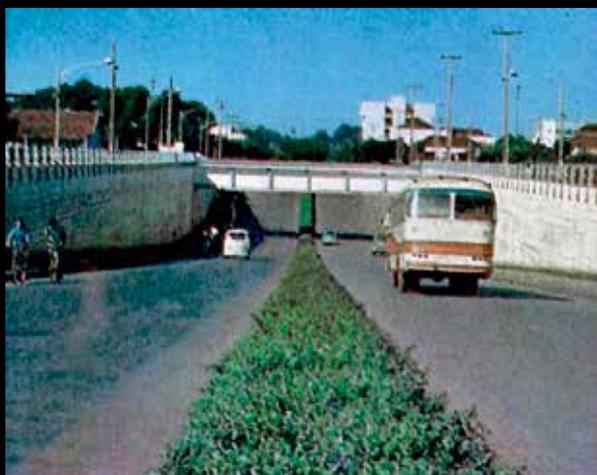
Entre as principais reivindicações de Maringá estavam o aumento do efetivo e da frota, além do reaparelhamento das polícias Civil e Militar; transformação do Hospital Universitário em regional; construção de uma estrada entre Maringá e Faxinal dos Mendes; e retorno do Programa de Incentivo à Industrialização (Proin). Durante o Congresso foi eleito, para a presidência da Faciap, o empresário Pedro Pegoraro de Cascavel. Ele sucederia Werner Egon Schrappe.

VIADUTO DO CAFÉ

O Viaduto do Café, então localizado na Avenida São Paulo, nas proximidades do atual Shopping Avenida Center, teve sua obra iniciada na gestão de João Paulino Vieira Filho e concluída em 1966, na gestão de Luiz Moreira de Carvalho.

O viaduto permitia a passagem de nível no cruzamento da linha férrea com uma das vias de acesso à cidade. Tinha 25 metros de extensão no sentido do viaduto e 200 metros no sentido da Avenida São Paulo. Na sua construção foram escavados 20 mil metros cúbicos de terra, equivalente a 4 mil caminhões carregados.

O viaduto foi demolido em 1997, para dar espaço ao rebaixamento da linha férrea e implantação do projeto do Novo Centro de Maringá.



Aspectos do Viaduto do Café, entre as décadas de 1960 e 1970. A estrutura permaneceu no local por 30 anos. Foto: Revista – Maringá: alicerces do futuro (1964–1968) e Revista Manchete, 1972.

Em 19 de setembro de 1994, Maringá sediou a primeira de uma série de discussões sobre a municipalização do turismo no Paraná. A cidade sonhava em se transformar em polo turístico. Na abertura do evento, o secretário especial de Esporte e Turismo do estado, Luiz Ernesto Meyer Pereira, referiu-se a Maringá como “cidade-parque”. Ele lembrou a posição estratégica do município na rota para Foz do Iguaçu e frisou que a região precisava deixar de ser ponto de parada e se tornar parte do roteiro dessas excursões.

Outra expectativa vivida pelos empresários era em relação ao Mercosul.¹⁴ Afinal, em 1995 caíam as barreiras tributárias entre vários países da América do Sul. A ACIM e Maringá se prepararam para competir no bloco econômico, criando condições para que os empresários quebrassem as barreiras em relação à exportação.

Uma das iniciativas foi a internacionalização da Feipar. A ACIM realizou lançamentos regionais e também internacionais, apresentando a feira a empresários paraguaios, chilenos e argentinos. O evento atraiu 200 expositores ao Pavilhão Internacional do Parque de Exposições de Maringá, com participação de empresas paranaenses, paulistas, gaúchas, catarinenses e argentinas. Foram 50 rodadas de negócios com participação de 37 empresas. O governador Mário Pereira prestigiou a abertura da Feipar que, novamente, contou com dois eventos paralelos: a Feira de Oportunidades da Cocamar e a Feira de Recrutamento Universitário da UEM.

Maringá fechou o primeiro ano do Real, 1994, com resultados positivos. A prefeitura contabilizou a expedição de 2.800 alvarás de funcionamento: 1.200 para prestadores de serviços, 1.300 para o comércio e 300 para a indústria. Segundo a Junta Comercial, metade das empresas liberadas para funcionamento tinha de kasseguis entre os sócios.

Sobre o tema, a Revista ACIM de junho de 1995 fez uma reportagem especial: “O Eldorado

14 No dia 26 de março de 1991, os presidentes Collor (Brasil), Carlos Saúl Menem (Argentina), Luis Alberto Lacalle (Uruguai) e Andrés Rodríguez Pedrotti (Paraguai) assinaram o Tratado de Assunção, criando o Mercado Comum do Cone Sul – MERCOSUL. O tratado previa a queda gradativa dos impostos de importação, até seu zeramento em janeiro de 1995.

dekassegui”. Na época, o contingente de dekasseguis era estimado em 170 mil pessoas que recebiam salário médio entre 3 e 4,5 mil dólares. Parte desse dinheiro era enviado ao Brasil e a estimativa era de que somente Maringá recebia mensalmente US\$ 7 milhões.

Nos anos 1990, as empresas procuraram se adaptar a algumas mudanças de comportamento dos clientes que vinham se acentuando desde a década anterior, inclusive, com a criação de associações e leis que buscavam a garantia dos direitos dos consumidores. Em 1990 foi criado o Código de Defesa do Consumidor.

Por outro lado, o mundo vivia a expansão da globalização com a criação de vários blocos econômicos. Na esteira da valorização dos consumidores e da concorrência com o mercado externo, os anos 1990 apresentaram alguns “modismos” no setor empresarial como a “qualidade total”, a “reengenharia” e as palestras motivacionais. A ACIM, atendendo as necessidades de mercado, realizou inúmeros eventos, palestras e cursos sobre esses temas, sempre em parceria com outras instituições, principalmente, UEM e Sebrae. A entidade também foi uma das responsáveis pela implantação em Maringá de uma unidade do Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBPQ), que tinha como objetivo capacitar as empresas para enfrentar a concorrência internacional.

A época também marcou o início da expansão das franquias pelo Brasil. A novidade já chegara a Maringá e a Associação apoiou a realização de uma feira do segmento. Segundo a Revista ACIM de novembro de 1995, a Associação Brasileira de Franchising contabilizava 905 empresas franqueadoras e a expectativa de faturamento naquele ano era de R\$ 11,2 bilhões. Muitos dos franqueados recentes em Maringá eram dekasseguis, corroborando a percepção citada anteriormente.

O PLANO AGORA ERA REAL

O Plano Real começou a ser elaborado em 1993, no governo de Itamar Franco. A primeira etapa constituiu em equilibrar as contas, reduzindo despesas e aumentando as receitas, inclusive com privatizações; na segunda fase foi criada a Unidade Real de Valor (URV), que, na última fase, foi transformada em Real.

Em agosto de 1994, a Revista ACIM repercutia a substituição do Cruzeiro pelo Real junto às lideranças. A nova moeda recebeu aplausos dos empresários, confiantes de que, enfim, a economia retomaria o caminho do desenvolvimento.



A capa da Revista ACIM de agosto de 1994 destaca o Plano Real. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Câmara Setorial do Ramo Hoteleiro, de Restaurantes, Buffets e Atividades Afins

Em 1992, timidamente, o setor de hotéis, restaurantes e buffets começou a se reunir na ACIM. A iniciativa partiu de alguns executivos e empresários, como o então gerente do Hotel Deville, Gilberto Simione, os proprietários do restaurante Casarão e do Haddock Buffet. Esses dois últimos também conselheiros da ACIM.

A partir das reuniões, foi criada informalmente a Câmara Setorial do Ramo Hoteleiro, de Restaurantes, Buffets e Atividades Afins. A formalização da Câmara aconteceu em 1995, quando passou a ser prevista no Estatuto da ACIM e ganhou um regimento interno. A entidade entendeu que os resultados da Câmara poderiam ser replicados em outros setores. Gilberto Simioni comentou que, antes da união, o setor de hotéis vivia um clima de canibalismo:

Chegamos a cometer loucuras administrativas na busca de novos clientes. Eram descontos e condições especiais que, se levadas adiante, fatalmente acabariam por afetar de modo irreversível os caixas das empresas.¹

Entre os resultados da união, estão estratégias de recepção e expansão do turismo comercial e da terceira idade; promoção de famtours;² ponto final em promoções que prejudicavam o fluxo de caixa.

No setor de turismo, a ACIM promoveu um Almoço Empresarial com o único maringense no primeiro escalão do governo Lerner, o secretário de Esportes e Turismo, Silvio Barros II, que viria a ser prefeito da cidade anos depois. Outro maringense, Pedro Granado Martines, assumiria uma secretaria no final da primeira gestão de Jaime Lerner, em 1998.

A gestão seguinte da ACIM tentaria ampliar a atuação das Câmaras Setoriais para outros setores: Cursos e Pesquisas, Turismo e Eventos, Bairros, Agroindústria, Desenvolvimento Regional e Informática. Nem todas foram constituídas.

1 Revista ACIM, março de 1995.

2 Viagens com as despesas pagas para que agentes e operadoras conheçam os destinos turísticos para os venderem com maior efetividade.

Em 1994, o PIB brasileiro cresceu 5,9%,¹⁵ mas, o otimismo da economia com o Plano Real não passou de março de 1995. Naquele mês, o México anunciou que vivia uma grave crise econômica. Os reflexos foram grandes em todo mundo, em especial na Argentina e no Brasil, onde o governo FHC foi obrigado a realizar ajustes fiscais, com corte de despesas, entre outras mudanças na política econômica, inclusive, com o uso de reservas internacionais do país.

A crise mundial coincidiu com vários problemas vividos pelo Brasil, como preços baixos na agricultura, baixo índice de vendas no comércio, inadimplência e juros superiores a 12%, que espantavam investimentos no setor produtivo em 1995. Reunidas na ACIM, lideranças de Maringá redigiram o documento “Manifesto do Comércio e da Indústria”, pedindo a abertura de linhas de crédito e a diminuição da taxa de juros.

Em maio de 1995 a ACIM e Maringá reuniram lideranças do norte, noroeste e sudoeste do Paraná e redigiram novo manifesto. Em junho, a entidade organizou um ato público que ficou conhecido como “13 de julho, o Movimento da Cidadania”. A iniciativa contou com apoio de sindicatos patronais e de trabalhadores, além da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e União Nacional dos Estudantes (UNE).

No dia 13 de julho, o comércio e a indústria fecharam suas portas. Duas mil pessoas, entre empresários, trabalhadores e estudantes se concentraram nas imediações das esquinas da Rua Neo Alves Martins com a Avenida Herval, onde foi montado um palco – ao lado da sede da ACIM. Lideranças de Maringá e da região se revezaram em discursos inflamados contra a política econômica do governo. Uma “carta aberta” foi enviada ao presidente Fernando Henrique Cardoso, pedindo atenuação do arrocho do crédito, redução das taxas de juros, reforma tributária e medidas pró-empresas e produtores rurais.

15 RIBEIRO, Francielle Camila Santos; TELEGINSKI, Jaqueline; SOUZA, Jodson Henrique de; GUGELMIN, Renata Maciel. **A evolução do produto interno bruto brasileiro entre 1993 e 2009**. FAE, Centro Universitário. Vitrine da Conjuntura, Curitiba, v.3, n. 5, julho 2010, p. 1.



“13 de julho, o Movimento da Cidadania”, que ficou conhecido como “Movimento 13 de Julho”, foi uma manifestação contra a política econômica do governo FHC. A crítica era direta ao Plano Real, que estabelecia dificuldades econômicas aos empresários, conforme pode ser constatado no trocadilho veiculado em outdoor patrocinado pela ACIM, “Os empregos estão ameaçados. Isto é Real”. Fotos: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



Com o grande número de serviços e ações em prol da comunidade, a ACIM começou a sentir que sua sede já estava pequena. Por isso, mais uma vez, a entidade realizou esforços para conseguir uma área junto à prefeitura para a construção de um novo prédio. Durante uma reunião da diretoria, Pedro Granado expôs ao prefeito Said Ferreira que a Associação precisava de uma área de pelo menos 3 mil m² para a construção de um complexo que abrigasse não só a entidade, mas outras associações, sindicatos e um centro de convenções. Said comunicou à diretoria que o terreno estava sendo viabilizado. No entanto, a doação nunca se tornou realidade.

No final do biênio, Pedro Granado fez um

balanço positivo do período, afirmando: “nesses dois anos só não realizamos o que não dependia exclusivamente de nós”. Durante a gestão, houve a afirmação de dois braços importantes da ACIM: o Conselho da Mulher Empresária e Executiva, presidido por Sonia Uliana, que substituiu Vilma Franco, e do Copejem, presidido por José Rubens Abrão. Os dois conselhos realizaram inúmeras ações, organizando importantes eventos, principalmente de apoio às vendas e de qualificação de associados.

A ACIM estava pronta para alçar novos voos na próxima gestão. A visão de um líder do setor rural seria importante para a entidade, que contribuiu para unir ainda mais a sociedade organizada.



Hélio Edys Delmutti Costa Curta Gestão 1996-1998

Hélio Edys Delmutti Costa Curta chegou a Maringá em 1953, aos três anos. Sua família era de Catanduva, interior paulista.

Formou-se em Engenharia Civil em 1972. Foi professor da UEM, tendo deixado o magistério para dedicar-se aos negócios, com atuação no ramo da construção civil e agronegócio. Presidiu a Sociedade Rural de Maringá em duas gestões, de 1987 a 1991, e também foi presidente da Cacenor.

- Presidente: Hélio Edys Delmutti Costa Curta
- 1º Vice-presidente: Fernando José Rezende
- 2º Vice-presidente: Jorge Toyofuku
- Diretor para Assuntos do Comércio: José Rubens Abrão
- Diretor para Assuntos da Indústria: Gilson Odair Barbiero
- Diretor para Assuntos da Prestação de Serviços: José Luiz Sander
- Diretor para Assuntos de Comércio Exterior: Jefferson Nogaroli
- Diretor para Assuntos Comunitários: Sidney Meneguetti
- Diretor para Assuntos Socioeconômicos: Aulos Rodrigues
- Diretor para Assuntos de Informações Cadastrais: Luiz Ajita
- Diretor de Finanças e Patrimônio: Claudio Haruo Mukai
- Diretor de Eventos e Promoções: Ademir Elizeu Lautenschlager
- Diretora de Relações Públicas: Maria Alice Pinatti
- Diretor da Revista ACIM: Luiz Carlos Masson
- Diretor da Agência Jardim Alvorada: Valdir Pignata
- Conselho Deliberativo eleito: José Gomes Ferreira, Miguel Fuentes Salas, Paulo Morais Badan, Reginaldo Nunes Ferreira, Renato Friedrich, Sabas Martins Fernandes, Sebastião Carlos Abrão, Francisco Favoto, Carlos Roberto Previdelli, Claudomiro Siroti, Dirceu Martins, Noemi de Oliveira Seravalli, Lucho Antonio Tombini, Paulo de Figueiredo Santos e Marchese, Gregório Martines Sanches.

CONSELHO DA MULHER EMPRESÁRIA E EXECUTIVA DA ACIM

- Presidente: Elizabete Francisca Emídio
- Diretoras: Maria Alice Pinatti, Dulce Mara dos Santos, Cleide Tono Freitas Noronha e Sílvia Cristina Franchini Rezende.

COPEJEM

- Presidente: Paulo Roberto Viscardi
- Diretores: Edson N. Nakagawa, Osvaldo R. Júnior, Denivaldo Zampieri, Eduardo G. Borim, Luis F. Ferraz, Rogério Yabiku e Marcos M. Noma.

COORDENADORES DAS CÂMARAS SETORIAIS:¹

- Cursos e Pesquisas: Rosa Izelli Martins
- Turismo e Eventos: Sonia Maria Uliana
- Empresarial de Bairros: Antônio Fermenton
- Agroindústria: Sidney Meneguetti
- Desenvolvimento Regional: Silvio Iwata
- Hotéis, Restaurantes, Buffets e Atividades Afins: Ernane C. Lara
- Informática: Aryadne Cordon

¹ Apenas as Câmaras Setoriais de Turismo e Eventos, de Informática e de Hotéis, Restaurantes, Buffets e Atividades Afins entraram em operação.

Novamente, apenas uma chapa, a “Avante, Empresário!”, foi registrada na ACIM para concorrer às eleições. Hélio Edys Delmutti Costa Curta foi eleito no dia 28 de fevereiro de 1996.

Dono de um discurso pragmático, durante sua posse, no dia 12 de março, Costa Curta disse que uma de suas metas seria discutir com profundidade a relação Capital x Trabalho:

Estou farto de ouvir falar em cestas básicas, auxílio-maternidade, vale-transporte, vale-leite e inúmeras atitudes paternalistas que ajudam na criação do pobre profissional. É preciso dar um basta a essa falsa proteção e propiciar ao trabalhador o direito de decidir a própria vida e a de sua família em diversos aspectos (...). Para isso, é preciso acrescentar ao salário grande parte das arrecadações fiscais trabalhistas.

Nesse sentido, a diretoria da ACIM se aproximou dos juízes do trabalho locais procurando mostrar a seriedade e as dificuldades enfrentadas pelas empresas. Em um desses encontros, em 1995, o juiz Luiz Carlos Schoroeder disse que houve aumento de 20% no número de processos trabalhistas em relação ao ano anterior, cerca de 5.000 contra 6.000. Para Schoroeder, muitos empresários eram processados por falta de assessoria jurídica que impediria equívocos simples de serem solucionados.¹⁶

Na área comercial, a gestão Costa Curta deu início à era dos grandes sorteios de prêmios. A primeira promoção da gestão foi realizada no Dia das Mães daquele ano, premiando, com dois carros populares, os clientes do comércio da cidade.

O comércio sofria com a crise econômica do país e depositava suas esperanças na safra agrícola. O Paraná foi o único estado brasileiro a aumentar a produção, colhendo cerca de 5,9 milhões de toneladas em uma área de 2,3 milhões de hectares – 8% superior ao ano anterior. O preço da saca também foi o maior pago até então, em torno de R\$11,50.¹⁷

Por outro lado, a ACIM criticava e buscava soluções para diminuir a incidência de tributos, exatamente no momento em que o governo FHC

procurou encontrar apoio para aprovar a Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF). Em artigo veiculado na Revista ACIM de junho de 1996, Costa Curta declarou que os juros, de até 20% ao ano, eram incompatíveis com a inflação de 15% e prejudicavam a competitividade das empresas, principalmente, levando em conta a globalização da economia.¹⁸

O Departamento de Consultoria da ACIM elaborou um anteprojeto de lei que foi enviado a senadores e deputados estaduais e federais, sugerindo novas formas de cobrança dos juros e multas de empresas em débito com a União. Um ano depois, o senador Álvaro Dias transformaria a ideia em projeto de lei.

A ACIM também elaborou projeto, entregue ao secretário de Estado da Fazenda, Miguel Salomão, sugerindo mudanças na forma de cobrança dos encargos em atraso do ICMS. Outra iniciativa foi a elaboração do projeto “Geração de Empregos”, que previa a adoção de uma política de apoio ao setor têxtil e de confecções por parte do governo do estado. A entrega do documento foi feita ao secretário de Planejamento do Paraná, Cássio Taniguchi, que recebeu também uma cópia de outro projeto, já encaminhado ao governo, pedindo a transformação de Maringá em Polo da Indústria Têxtil e de Confecção.

Em junho de 1996 foi inaugurada em Maringá a Estação Aduaneira do Interior, o Porto Seco – projeto que fora tema de discussão na ACIM anos antes. No mesmo mês, o prefeito Said Ferreira apresentava, com a presença do então governador Jaime Lerner, as obras concluídas do Tunnel Liner, uma parte do complexo do Novo Centro.

16 Revista ACIM, abril de 1996.

17 Ibid.

18 A CPMF foi criada em 1997, sucedendo o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), proposta no governo de Itamar Franco em janeiro de 1994, tendo vigorado até dezembro do mesmo ano. A CPMF teve vida mais longa, sendo extinta somente em 2007 e voltando ao cenário de discussão em 2015.



Registros do evento de posse de Hélio Edys Delmultti Costa Curta como presidente da ACIM. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



A renovação do Executivo local e seu revés insuperável

No início das eleições municipais de 1996 houve a polarização bem definida de dois grupos políticos. Se no passado a disputa fora entre João Paulino Vieira Filho e Haroldo Leon Peres, dessa vez eram Ricardo Barros e Said Ferreira que se duelaram pela continuidade do comando do Município.²¹

Inscreveram-se para a disputa nove candidatos, um recorde de postulantes. O deputado federal Ricardo Barros não mais se interessou pela disputa do Executivo, mas seu partido apresentou a candidatura de seu irmão, o engenheiro Silvio Barros II, sendo a Sra. Akemi Nishimori sua vice. O deputado estadual Joel Coimbra, grande promessa nascida das urnas em 1992, era o candidato da coligação PDT e PPB, tendo como vice o empresário Marcos Meger [...].

O PMDB lançou a candidatura de Antonio Carlos Pupulin, presidente da Câmara Municipal, que tinha a companhia da professora Inês Barbosa, como vice. O PT apresentou o nome de seu presidente, o advogado e empresário José Cláudio Pereira Neto, cujo vice era o sindicalista Claudemir Romancini. O leque de candidatos era completado pelo ex-suplente de deputado Nilton Servo (PAN/PMN), pelo empresário Ary Jacomossi (PL), pelo engenheiro Antonio Picoli Sobrinho (PV) e por Assendino Santana, uma vez mais inscrito na disputa.

O tucano Jairo Gianoto, que havia declinado de ser candidato em 1992, preparou, à frente de seu partido, sua candidatura ao longo dos quatro anos. Conhecido como empresário e presidente do Clube Olímpico, exerceu a liderança do poderoso Conselho Comunitário de Segurança e integrou a equipe do prefeito Said Ferreira, comandando o Serviço Autárquico de Obras e Pavimentação (SAOP).²²

Com a divisão de votos entre Silvio Barros II e Joel Coimbra, Jairo Gianoto correu por fora e foi eleito com 48.888 votos, 34,55% do total. Em seguida vieram, pela ordem, Silvio Barros II, Joel Coimbra, Antônio Carlos Pupulin, José Cláudio

Pereira Neto, Assendino Santana, Ary Jacomossi, Nilton Servo e Antônio Picoli Sobrinho.

Ricardo Barros seria reeleito para a Câmara Federal em 1998.²³ Por outro lado, Jairo Gianoto e o então secretário municipal de Fazenda, Luis Antonio Paolicchi, junto de outros envolvidos do primeiro escalão daquela gestão, foram condenados pelo desvio de aproximadamente R\$ 53 milhões do erário (R\$ 500 milhões em valores atualizados quando a Justiça Estadual emitiu a sentença de condenação em 2010). Esse foi o maior caso de desvio constatado na Prefeitura Municipal de Maringá. Um dos maiores do país.



Jairo Gianoto em comemoração pela vitória nas eleições para a prefeitura de Maringá, em 1996. Foto: O Diário do Norte do Paraná.



Luis Antonio Paolicchi, então secretário municipal de Jairo Gianoto, preso devido ao maior desvio da história do município de Maringá. Foto: Gazeta do Povo.

21 DIAS, 2008, p. 164-165.

22 Ibid, p. 165.

23 Ibid, p. 173.

MOVIMENTO REPENSANDO MARINGÁ

O movimento Repensando Maringá nasceu no meio empresarial a partir da constatação de que a economia da cidade estava estagnada. Outra preocupação era com a guerra entre dois grupos políticos, de um lado Ricardo Barros e de outro Said Ferreira, que travaram uma disputa nos bastidores gerando prejuízos para a continuidade de projetos e obras. Os empresários entendiam que era preciso unir a sociedade e encontrar uma forma de elaborar um projeto de futuro para Maringá, independentemente de partidos e de políticos

O primeiro desafio era unir a comunidade. A estratégia foi realizar reuniões em sindicatos, associações, clubes de serviços, entre outros locais e mostrar que a cidade estava a caminho da estagnação. Os organizadores do Repensando Maringá apresentaram os seguintes dados: Maringá chegou a ter 458 indústrias têxteis e de confecções e o número caiu para 265 em 1996; o recolhimento do ICMS que chegou a ser de R\$ 61,5 milhões em 1980, caíra para R\$ 42,5 milhões; o setor secundário chegou a ter um pico de R\$ 349 milhões em 1985 e o resultado caiu para 264 milhões; e o setor rural sofria com a queda da produtividade, migração do campo para a cidade e esgotamento do modelo agrícola.¹⁹

A comunidade aprovou e se engajou no movimento. Somente depois dessa conscientização é que a iniciativa ganhou as páginas dos jornais e foi apresentada oficialmente à câmara e à prefeitura. A principal conclusão foi a necessidade da criação de um órgão, independente do poder público, que elaborasse projetos de médio e longo prazo, mantido com recursos municipais. Dessa forma, o Executivo sancionou a Lei nº 4.274/96 que instituiu o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico (FMD), destinando 2% do total de receitas do município à capacitação e à aplicação de recursos visando ao desenvolvimento econômico local.

De acordo com o Regulamento do FMD (Decreto nº 1.289/97), os recursos deveriam ser contabilizados como Receita Orçamentária do Município, sendo movimentados por meio de conta bancária própria. O município também criou o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá (Codem), a quem caberia “gerir” o fundo, “estabelecendo programas e prioridades para aplicação dos seus recursos”. O Codem foi criado com um Plenário e diversas Câmaras Técnicas: Atração de Investimentos, Comércio e Serviços, Comércio Exterior, Assuntos Universitários, Assuntos Comunitários, Integração Tecnológica, Construção Civil e Setor Imobiliário e Agricultura e Agroindústria.²⁰

Durante a campanha eleitoral de 1996, a diretoria da ACIM recebeu, individualmente, os candidatos ao governo municipal. Os nove candidatos também se reuniram com lideranças do movimento Repensando Maringá, quando assumiram o compromisso de apoiar a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento (Codem) e do Fundo Municipal de Desenvolvimento, projetos já aprovados pela Câmara Municipal e que seriam sancionados pelo então prefeito Said Ferreira.

Os candidatos prometeram, caso eleitos, respeitar o conselho e dar continuidade aos projetos iniciados naquele ano. O pleito foi vencido por Jairo Gianoto, que marcaria seu nome na história da cidade de forma negativa devido a um grande esquema de corrupção na prefeitura.

²⁰ Nos bastidores, costumava-se dizer que o Codem era o “Espírito Santo” e o IDR era o “Filho”. Isso porque cabia ao Instituto para o Desenvolvimento Regional receber os recursos do município e pagar todas as despesas de pessoal, manutenção e projetos do conselho. Essa situação perdurou até 2007, quando a prefeitura passou a efetuar diretamente a gestão financeira do Codem. Apesar de a lei citar o percentual de 2% do orçamento como repasse, a prefeitura sempre se restringiu a pagar apenas as despesas do Codem.

¹⁹ Revista ACIM, agosto de 1996.

Movimento Repesando Maringá com representantes da UEM, em setembro de 1996.



Dinâmica de grupo do movimento, em 11 setembro de 1996, quando foi elaborado o Planejamento Estratégico da “Maringá de 2020”. Ao fundo, Dom Jaime Luiz Coelho faz seu pronunciamento.



Grupo que participou da elaboração do planejamento de “Maringá de 2020”.



Jantar com empresários do Jardim Alvorada para apresentação do movimento Repesando Maringá, em abril de 1997. Fotos: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.





Mesa de autoridades da primeira edição do Fórum Capital e Trabalho, realizado no Hotel Deville, em 1997.

Apesar dos novos empreendimentos, a cidade de Maringá apresentava taxa de crescimento inferior à do Paraná: de 1991 a 1994, o estado cresceu 23,99% contra apenas 19,28% do município. Procurando “não buscar culpados, mas encontrar soluções”, a ACIM e a Fiep se juntaram para discutir formas de fazer a cidade voltar a crescer. Nascia o movimento Repensando Maringá, que se transformou em um fórum de debates de toda comunidade, não só empresarial, mas que envolveu instituições religiosas, trabalhadores, clubes de serviços, entre outras.

Internamente, as Câmaras Setoriais da ACIM começaram a trabalhar. A Câmara de Turismo e Eventos realizou diversas ações na cidade. Entre as iniciativas, estava um fórum, em parceria com o Sebrae, em que foram discutidos os problemas e soluções para o turismo maringaense. Em julho de 1997, seria criado o Conselho Municipal de Turismo, exigência da antiga Embratur para liberar verbas e apoiar o desenvolvimento de políticas para o segmento.

A Câmara de Informática, por sua vez, atraiu para Maringá o Softex 2000, programa do governo federal que previa apoio ao setor para conquistar 1% do mercado mundial de software até o final daquele século. Os empresários de informática também apoiaram a primeira feira do setor realizada em Maringá, a Infotech.

A feira reuniu 130 expositores do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e atraiu 40 mil visitantes. O setor de hardware foi responsável por 45% dos estandes, o de software 45% e o de serviços somou 10%.

O presidente Hélio Costa Curta criou o Núcleo de Desenvolvimento do Comércio Lojista de Maringá. O principal projeto desenvolvido foi a proposição de um calendário de eventos do setor, permitindo que os comerciantes pudessem se organizar com antecedência para participar de promoções.

Durante aquela gestão, a ACIM também assumiu a Casa Mercosul, que passou a funcionar junto à estrutura do Departamento de Comércio Exterior e do IDR.

Em agosto de 1996, a Associação deu início a um processo de implantação de Qualidade Total visando melhorar os processos internos e tornar a entidade mais ágil e organizada para atender bem aos associados.

Procurando combater os problemas trabalhistas, a ACIM realizou o Fórum Capital e Trabalho no final de setembro de 1997. A capa da revista ACIM do mês seguinte apontava: “CLT: esclerosada, a velha senhora precisa se aposentar”. Costa Curta definiu os objetivos do evento em artigo naquela publicação:

O empresário quer trabalhar, quer produzir, e para isso precisa da força do trabalhador. Esse, por sua vez, quer um salário digno para que possa sustentar sua família. São interesses convergentes e não há porquê de haver antagonismos que nos impeçam de gerar empregos e salários.²⁴

24 Revista ACIM, outubro de 1997.

Uma das iniciativas da ACIM para amenizar a crise entre o Capital e o Trabalho foi o incentivo à criação na cidade de Núcleos Intersindicais de Conciliação. Para a ACIM e vários palestrantes do fórum, a legislação trabalhista arcaica já era um dos componentes do chamado Custo Brasil. Segundo o economista José Pastore, os encargos sociais do país chegaram a 102% sobre o salário, enquanto na Europa esse índice era de 60%; no Mercosul, 50%; no Japão, 11,08%; e nos EUA, 10%.²⁵

Em fevereiro de 1997, as lideranças empresariais receberam, na sede da ACIM, os vereadores de Maringá, que realizaram uma reunião itinerante da Câmara Municipal. O dia foi considerado histórico, já que a pauta, única, era a união político-empresarial pelo desenvolvimento da cidade e da região. Hélio Costa Curta comemorou o encontro:

Se não somarmos nossas forças, será difícil retomar o desenvolvimento de Maringá e região. Na ACIM, temos a preocupação de fortalecer os laços de amizade com vereadores, deputados estaduais e federais e com o prefeito. De todos, cobraremos atuações em prol da comunidade e da região.²⁶

O então presidente da Câmara Municipal, Ulisses Maia, falou do papel dos vereadores:

Temos o poder de transformar projetos em lei. Mas, sozinhos, não somos nada. Temos que buscar parcerias com pessoas sérias, como os diretores da ACIM, que nos subsidiam para que possamos transformar nossos sonhos em realidade.²⁷

Se o clima era de união entre o Legislativo e a ACIM, a relação com o Sivamar não era das melhores. Havia reclamações em relação à pouca representatividade do sindicato e às convenções coletivas, que não agradavam os comerciantes. A ACIM apoiou uma chapa, encabeçada por Massao Tsukada, que venceu Luiz Júlio Bertin nas urnas, por 89 contra 57 votos. Bertin deixou



A reunião itinerante da Câmara de Vereadores de Maringá foi realizada no Auditório da ACIM em fevereiro de 1997. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

a presidência do Sivamar após 20 anos. A posse da nova diretoria foi realizada no dia 10 de abril de 1997.

Um mês depois, deu-se a posse dos conselheiros e câmaras técnicas do Codem no teatro Calil Haddad. A data foi escolhida a dedo: o cinquentário da cidade, 10 de maio de 1997. O evento contou com a presença de mil pessoas. O governador Jaime Lerner era uma delas:

Gostaria que todas as cidades do Paraná e do Brasil seguissem este exemplo. Não faltam parceiros para o desenvolvimento de cada região. Mas, cada um tem que criar condições para que isso aconteça.²⁸

Na mesma noite, Jaime Lerner assinou um Protocolo de Intenções para transformar em Zona Especial de Processamento Aduaneiro (ZPA) a Estação Aduaneira de Maringá, onde está instalado o Porto Seco. Era uma primeira movimentação articulada pelo recém-criado Codem. Pressionado por políticos de várias regiões do estado, que temiam perder empreendimentos devido aos incentivos que Maringá recebia, Lerner só assinaria o decreto criando a ZPA seis meses depois, em novembro daquele ano.²⁹

25 Revista ACIM, outubro de 1997.

26 Revista ACIM, março de 1997.

27 Idem.

28 Revista ACIM, junho de 1997.

29 A ZPA previa que as empresas beneficiadas tivessem 48 meses para recolher 80% do ICMS dos produtos importados. Os 20% restantes seriam pagos durante a comercialização desses produtos.



Posse dos membros e câmaras técnicas do Codem, em maio de 1997. O então governador do Paraná, Jaime Lerner, participou do evento. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Outro fato importante, que aconteceu no dia 10 de maio daquele ano, foi a abertura do comércio da cidade. Era feriado e, normalmente, as lojas não atendiam. Mas, era véspera do Dia das Mães. Os empresários queriam trabalhar, mas não chegaram a um acordo com o sindicato dos comerciários. O juiz da 2ª Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho, Cássio Colombo, tomou uma atitude inusitada: ele mesmo foi até o comércio e perguntou para dezenas de comerciários se eles queriam trabalhar:

Em minha carreira, o caso da abertura do comércio foi a decisão que me deixou mais tranquilo. Toda decisão de um juiz o deixa na dúvida porque ele decide de acordo com provas e essas nem sempre correspondem ao que aconteceu. Mas, nesse caso fiz uma pesquisa junto aos trabalhadores. Me assegurei de que eles não sofressem qualquer tipo de pressão. E o resultado foi impressionante, pois 85% queriam trabalhar no feriado.³⁰

Em agosto de 1997, a edição de nº 379 da Revista ACIM ganhou novo projeto gráfico, inclusive, com conteúdo interno colorido. A proposta foi idealizada pela Odara Design e Comunicação. No mesmo período, o primeiro site da ACIM entrou em atividade.

Na época, a ACIM desenvolveu um planejamento estratégico, projetando a contratação de um gerente de negócios, a fim de valorizar a imagem da entidade e ampliar sua participação no mercado. O objetivo era o de aumentar o número de associados de 1600 para 2000, até o ano 2000.



Revista ACIM, agosto de 1997, apresentou novo projeto gráfico. (Capa: Carlos A. Venancio/Ademir Kimura)

A gestão de Hélio Costa Curta realizou diversas promoções do comércio, com concursos de decoração de lojas, prédios e residências e distribuição de prêmios. Em 1997, a ACIM deu início a uma tradição de realizar ações, principalmente, voltadas ao comércio, em parceria com o Sivamar. A promoção de Natal daquele ano sorteou um “Caminhão de Prêmios” entre os consumidores que ainda ganharam ingressos para assistir ao show da dupla Sandy & Júnior no estádio Willie Davids.

Durante a gestão, houve muitas críticas à Feira Ponta de Estoque. A ACIM lançou então

30 Revista ACIM, junho de 1997.

a Maringá Líquida, uma espécie de queima de estoque realizada dentro das próprias lojas. A primeira edição aconteceu em março de 1997. Mesmo com o sucesso da promoção, os comerciantes pediram e a Feira Ponta de Estoque continuou a ser realizada. A feira passou a fazer parte do calendário oficial do município e com direito de exclusividade de execução pela ACIM e Sivamar, impedindo a realização de eventos similares com venda de produtos falsificados e/ou sem recolhimento de tributos.

O Conselho da Mulher Empresária e Executiva da ACIM coordenou as edições das Feiras Ponta de Estoque e Concursos de Decoração Natalina, realizou palestras e cursos, entre outras ações.

O Copejem realizou o I Seminário Paranaense de Empreendedores e Jovens Empresários, palestras e visitas técnicas a várias empresas em Maringá e grandes centros.

A ACIM apoiou diversos programas e projetos como o Formando Cidadão e a Escola de Jardinagem; celebrou convênios com Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal para facilitar financiamentos e diminuir os custos para os empresários; criou um Programa de Acesso à Exportação para associados do setor industrial, com destaque para projetos de exportação do setor moveleiro e celebrou convênio com o Serasa para fornecer informações cadastrais de empresas.



Além de sortear um “Caminhão de Prêmios”, a promoção de Natal da ACIM e Sivamar proporcionou aos consumidores um show da dupla Sandy e Júnior no Estádio Willie Davids.



Registro da II edição do Seminário, em 1999. Destaque para Luis Fernando Ferraz, então presidente do Copejem.



I Seminário de Empreendedores e Jovens Empresários, promovido pelo Copejem, ACIM e Sebrae. No destaque, o palestrante Max Gehring.



Visita técnica do Copejem à Cocamar. À direita, de barba, o conselheiro Mário Verri, que anos depois se tornaria vereador de Maringá. Fotos: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



Jefferson Nogaroli Gestão 1998-2000

Jefferson Nogaroli nasceu em Astorga no ano de 1964 e cursou Geografia na Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Ainda jovem, assumiu o comando dos negócios da família, Supermercados São Francisco, junto com os irmãos. Da fusão dessa empresa com o Supermercados Cidade Canção, em 2010, nasceu a Companhia Sulamericana de Distribuição (CSD), da qual Nogaroli é presidente do Conselho de Administração.

Também preside o Conselho de Administração da Central das Cooperativas de Crédito Unicoob; foi presidente da Seccional Noroeste da Associação Paranaense do Supermercados (1989-1990); da Faciap – Gestões 2002-2004 e 2004-2006); e do Conselho Deliberativo do Sebrae/PR (2008-2010 e 2010-2012).

Em 2014 recebeu a honraria máxima da ACIM, a Comenda Américo Marques Dias.

Jefferson Nogaroli foi eleito em 18 de fevereiro de 1998, com 124 dos 127 votos depositados nas urnas. A posse da diretoria ocorreu no dia 12 de março de 1998, no plenário da Câmara Municipal de Maringá.

- Presidente: Jefferson Nogaroli
- 1º Vice-presidente: Luiz Ajita
- 2º Vice-presidente: Antonio Donizete Fermeton
- Diretor Para Assuntos do Comércio: Ariovaldo Costa Paulo
- Diretor Para Assuntos da Indústria: Carlos Walter Martins Pedro
- Diretora Para Assuntos da Prestação de Serviços: Lourdes de Fátima Refundini
- Diretor Para Assuntos do Comércio Exterior: Paulo Meneguetti
- Diretor Para Assuntos Comunitários: Luiz Roberto Marquezini
- Diretor Para Assuntos Socioeconômicos: Carlos Anselmo Corrêa
- Diretor Para Assuntos de Informações Cadastrais: Edmar de Souza Arruda
- Diretor de Finanças e Patrimônio: Cláudio Haruo Mukai
- Diretora de Eventos e Promoções: Elizabete Francisca Emídio
- Diretor de Relações Públicas: Paulo Roberto Alves Marques
- Diretor da Revista da ACIM: Luiz Carlos Masson
- Diretor da Agência ACIM/Alvorada: Edivaldo Alves da Silva
- Conselho Deliberativo eleito: José Gomes Ferreira, Paulo Moraes Baddan, Reginaldo Nunes Ferreira, Sabas Martins Fernandes, Sebastião Carlos Abrão, Claudomiro Siroti, Noemi de Oliveira Seravalli, Jorge Toyofuku, José Rubens Abrão, Gilson Odair Barbiero, Cleide Tono Freitas Noronha, Carlos Roberto Previdelli, Valdir Pignata, Ali Saadeldine Wardani e Antonio Donizete Busíquia.

CONSELHO DA MULHER EMPRESÁRIA E EXECUTIVA

- Presidente: Solange Aparecida de Paula
- 1ª Vice-presidente: Maria Lúcia Fernandes
- 2ª Vice-presidente: Maria Alice Pinatti
- 1ª Secretária: Sandra Mara de Carla Ceranto
- 2ª Secretária: Silvia Cristina Franchini Rezende
- 1ª Tesoureira: Leonita Aparecida Prestes Tarosso
- 2ª Tesoureira: Nilva Cardoso El Ghos
- Diretora Adjunta/Jurídico: Heloísa Vecchi
- Diretora Adjunta/Mestre de Cerimônias: Cleide Pinto
- Diretora Adjunta/Relações Públicas: Wilma Belotto
- Diretora Adjunta/Relações Públicas: Maria Inês Provin Szynczak

COPEJEM

- Presidente: Luis Fernando Ferraz
- Vice-presidente: Edson Nishimura Nakagawa
- Diretor para Eventos do Comércio: Marcos César Gameiro Óbice
- Diretora para Assuntos da Prestação de Serviços: Daniela Zoccal Zanutto
- Diretor para Eventos Comunitários: Paulo Roberto Viscardi
- Diretor para Assuntos Socioeconômicos: José Orlando de Araújo Trevisan
- Diretor de Finanças: Rogério Yabiku
- Diretor de Relações Públicas: Luiz Eduardo Borin Gonçalves
- Diretor Para Assuntos Universitários: Wilson de Matos Silva Filho
- Diretor de Inovações Tecnológicas: Sandro Aparecido Bertoni

A próxima e última gestão da década ficaria marcada por projetos significativos para o desenvolvimento e o reconhecimento da ACIM. A visão de reestruturação, dividindo a entidade em “ACIM empresa” e “ACIM instituição”, viria do diretor que durante duas gestões ocupou uma pasta que conquistou avanços importantes na área de Comércio Exterior. Com um novo modelo de administração e quebra de paradigmas, Jefferson Nogaroli colocaria a entidade no topo das congêneres do país.

Assim que a chapa foi empossada, Jefferson Nogaroli organizou um workshop com a diretoria e os principais executivos para elaboração do Planejamento Estratégico da ACIM e definição das diretrizes para cada uma das pastas.

Nogaroli não faria uma gestão convencional. A Associação era gerenciada por César Augusto Galli e o assessor da diretoria era o advogado Wagner Ramos. Os dois não tinham um bom relacionamento e Nogaroli sabia disso. O presidente convidou Galli e Ramos para uma reunião, chamando como “testemunhas” o assessor de imprensa Dirceu Herrero Gomes e a chefe do SPC, Zenaide Machado.

Jefferson Nogaroli explicou aos dois executivos que observaria o trabalho deles durante um mês. Após esse prazo, um deles seria demitido. Caso eles não aceitassem a proposta, ambos seriam demitidos naquele dia. Além de excelente gestor, Galli era daqueles gaúchos sistemáticos e retrucou que não trabalharia um dia a mais ao lado de Ramos. Por isso, as duas demissões foram feitas.

No mesmo dia, Nogaroli promoveu Dirceu Herrero a assessor da diretoria (em 2000 ele assumiria a superintendência da entidade) e o contador Antonio Barizon Martins a gerente administrativo. Na época, a ACIM havia contratado o executivo Gabriel Heg para o cargo de Diretor de Negócios e Expansão.

Com nova proposta de gestão, a ACIM passou a



Hélio Costa Curta deu posse aos novos membros da diretoria liderada por Jefferson Nogaroli, no plenário da Câmara de Vereadores de Maringá. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

atuar em duas frentes: a institucional, buscando apoiar ou criar campanhas que fortalecessem a cidade e o próprio nome da entidade; e a de negócios, com a oferta de serviços que atraíssem novos associados. Para tanto, a Associação foi dividida filosoficamente em empresa e entidade. “A empresa tem que dar lucro e a entidade não pode dar prejuízo”, dizia Nogaroli.

Levando a ferro e fogo sua filosofia, a diretoria da ACIM teve a coragem de extinguir alguns serviços deficitários, como o Setor de Reprografia (fotocópias) e a Consultoria, que durante décadas fora responsável pelo Informe Técnico e atendimento aos associados em dúvida, principalmente, nas áreas tributária e jurídica. Nogaroli também fechou as portas da Agência ACIM do Jardim Alvorada, que não tinha movimento que justificasse sua manutenção.

Outra inovação da diretoria foi a modernização da logomarca da entidade. O tradicional deus Mercúrio, utilizado desde os anos 1960, deu lugar a uma logomarca moderna e simples.

A ACIM também criou um padrão de qualidade nos eventos que seria seguido por outras instituições da cidade e do estado. A diretoria realizou várias campanhas em 1998, sorteando barras de ouro, uma viagem para mães e acompanhantes a Buenos Aires e repetiu o show da dupla Sandy & Júnior, que levou 25 mil pessoas ao estádio Willie Davids. Mas, a partir de 1999 encerrou promoções em datas comemorativas. A conclusão era de que o comércio naturalmente

já fazia propaganda e tinha bom desempenho comercial nesses períodos. Para compensar, a ACIM investiu mais na campanha Maringá Liqüida, realizando a mesma duas vezes ao ano e em épocas de baixa nas vendas.

Outra iniciativa importante logo no início da nova gestão foi a realização de uma pesquisa com os associados, levantando o grau de satisfação e as necessidades dos empresários ligados à Associação. A pesquisa seria fundamental para direcionar as ações da ACIM, sendo a principal delas, a criação de uma Cooperativa de Crédito, conforme será abordado nas próximas páginas.

Procurando integrar-se mais na vida comunitária, em 1998, a ACIM participou de uma campanha que tentou elevar para 200 mil o número de eleitores do município. Foram feitos 16.285 mil novos títulos, mas o objetivo não foi atingido naquele momento. Segundo o historiador Reginaldo Dias, o principal foco da ação foi ampliar a bancada parlamentar de Maringá.³¹

No ano 2000, haveria nova campanha para aumento do número de eleitores, dessa vez bem sucedida. Os partidos de oposição participaram ativamente da ação, pois se interessaram na introdução do segundo turno que só era realizado em cidades com mais de 200 mil eleitores. Para a oposição, o turno único só era útil ao prefeito, pois havia dispersão de votos e o peso da máquina administrativa era mais acentuado.³²

Ainda no âmbito eleitoral, a diretoria da Associação considerava baixa a representatividade parlamentar local tanto em Curitiba quanto em Brasília. Tradicionalmente, a atenção das pessoas se voltava para as eleições majoritárias. Dessa forma, a ACIM, com apoio do Codem e diversos outros órgãos da comunidade, realizou em 1998 a Campanha “Maringá vai ganhar – Vote para Deputado”.

Foram confeccionados cartazes, camisetas, adesivos, bótons e selos, distribuídos pelas ruas, escolas, clubes de serviços, sindicatos, associações, igrejas e templos. Em artigo na Revista ACIM de outubro de 1998, Jefferson Nogaroli

comemora:

Os números mostram o sucesso da campanha [...]. No caso da eleição para deputado federal, houve um acréscimo de 32,12% dos votos válidos... O grande objetivo foi de conscientizar o eleitor sobre a necessidade de não desperdiçar seu voto[...]. Em 1994, o número de votos brancos e nulos foi de 43.205, o que representa 27,58% dos eleitores. Em 1998, os brancos e nulos caíram para 19.280, apenas 10.22%.

O universo de votos brancos e nulos do município caiu 62,94%. Por outro lado, o colégio eleitoral maringaense cresceu quase duas vezes mais que a média paranaense em relação à eleição de 1994. Além dessa ação da ACIM, outro fator que colaborou para esses números foi a segunda campanha para o aumento do número de eleitores, já que representantes de partidos políticos, bem como o TRE, visitaram escolas falando aos estudantes sobre a importância do voto.

Enquanto o Paraná teve um crescimento de 11,10%, o de Maringá foi de 20,38%. A cidade elegeu dois deputados federais e três estaduais.

O pleito de 1998 viu, também, o declínio do eleitorado do ex-prefeito Said Ferreira, que foi o terceiro colocado em Maringá e não conseguiu o retorno à Câmara Federal. Em contrapartida, [...], Ricardo Barros, confirmou sua reeleição e foi, de novo, o deputado federal mais bem-votado do município. Odílio Balbinotti também foi reeleito. Para a Assembleia Legislativa, não foi reeleito o deputado Joel Coimbra, candidato a prefeito em 1996. De qualquer forma, Maringá elegeu três deputados estaduais, Serafina Carrilho, Divanir Braz Palma e Ricardo Maia. O candidato mais bem votado na cidade, Dr. Manoel Batista, não conquistou cadeira, mas lastreou votos para concorrer à prefeitura (anos depois).³³



Campanha “Maringá 200.000 eleitores”, em atendimento na Praça Farrroupilha, no Jardim Alvorada. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

31 DIAS, 2008, p. 175 e 176.

32 Ibid.

33 Ibid, p. 173.



Campanha “Maringá vai ganhar – Vote para Deputado”, realizada pela ACIM com o apoio de diversas entidades.

Os resultados da campanha “Maringá vai ganhar – Vote para Deputado” foram excelentes para a cidade e muito bons para a ACIM, do ponto de vista institucional. Mas, a entidade não conseguiu dividir as despesas com mídia e material gráfico, entre outras, com entidades que apoiaram a ação.

Como a ACIM vinha investindo em novos serviços, e havia realizado a demissão de funcionários devido à extinção de vários departamentos, sua situação financeira ficou temporariamente prejudicada. Tanto que, durante vários meses, os próprios diretores bancaram o coquetel que sempre acontecia após as reuniões dos conselhos.

Outra iniciativa da ACIM e do Codem foi a elaboração e entrega aos candidatos do documento “O que Maringá espera do novo governo”, com indicações de projetos de desenvolvimento econômico e social.

Na área educacional, a ACIM celebrou convênio com o Cead (Centro de Educação Aberta Contínua a Distância), levando a escola até as empresas e permitindo que muitos trabalhadores concluíssem o primeiro e segundo graus em dois anos. Por meio do IDR, a Associação também firmou convênio com o Banco Regional do Extremo Sul (BRDE). Em apenas três meses, onze empresas realizaram negócios com o banco, com diferenciais nas taxas de juros e prazos.

A ACIM passou a investir no treinamento dos policiais militares, visando melhorar a qualidade no atendimento à comunidade. A mesma empresa que prestava serviços na implantação da Qualidade Total na entidade foi contratada para coordenar os treinamentos aos militares. O programa teve duração de 11 meses e foi ministrado para soldados, cabos e tenentes.

Na área de comércio exterior, a ACIM organizou uma comitiva de empresários e líderes

políticos que visitou Portugal e Espanha. Foram mantidos contatos com embaixadas, diretorias de bancos e universidades. Por meio da Casa Mercosul e com apoio do Sebrae, ela também estimulou a participação de empresários maringenses na Exporueda, a maior feira de negócios do Paraguai na época.

Em outubro de 1998, a ACIM, em parceria com várias entidades, lançou em Maringá o Programa Norte-Paranaense de Acesso à Exportação (Pronoex). O ministro da Indústria, Comércio e Turismo, José Botafogo Gonçalves, prestigiou o evento. O presidente Jefferson Nogaroli resumiu a importância daquela ação que incentivava a exportação:

É curioso que muitas pequenas empresas vendem para Roraima, que fica a cinco mil quilômetros de distância, mas não vendem para o Paraguai, [...] que está a menos de 300 quilômetros de Maringá.³⁴

Além de incentivar a exportação, o programa também previa investimentos em processos de qualidade e modernização das empresas participantes. Naquele mês, a Casa Mercosul informou que 278 empresários haviam passado pelos cursos oferecidos pela entidade. No final de novembro, o órgão organizou uma missão com 20 líderes empresariais e políticos para apresentar Maringá a investidores argentinos, inclusive com participação em rodadas de negócios.

A ACIM se aproximou do principal jornal econômico da época, a Gazeta Mercantil. Jefferson Nogaroli garantiu a colocação de pelo menos 50 assinaturas da publicação em

34 Revista ACIM, outubro de 1998.

Lançamento do Programa Norte-Paranaense de Acesso à Exportação (PRONOEX) com a presença do então ministro da Indústria, Comércio e Turismo, José Botafogo Gonçalves. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



Maringá. Com a parceria, o jornal publicou diversas matérias sobre a cidade. Em especial, a Gazeta elaborou um caderno denominado Relatório Latino-americano, que foi encartado em diversas publicações nos Estados Unidos, México, Argentina e Uruguai, dedicando 8 páginas ao “Polo Exportador de Maringá”. Além disso, seu diretor, Luiz Fernando Levi, esteve para palestrar na cidade a convite da ACIM.

Também em outubro, a Câmara de Informática da ACIM realizou o 1º Fórum Mercosul Access & Visual Basic, com participação de 85 empresários de vários estados brasileiros, Chile e Paraguai e palestras ministradas por consultores e especialistas da Microsoft até então somente disponíveis no eixo Rio/São Paulo.

Um grande projeto, idealizado pelo Codem e com apoio da comunidade, foi a solicitação de que um ramal do gasoduto Brasil-Bolívia³⁵ passasse por Maringá. O documento foi entregue a deputados, ao governador Jaime Lerner e até mesmo ao presidente Fernando Henrique Cardoso. Apesar de todos os esforços, a cidade não foi contemplada.

35 O Gasoduto Bolívia-Brasil interliga os dois países por um duto que possui 3.150 km, sendo 557 km dentro da Bolívia e 2.593 km no Brasil. A construção foi iniciada em 1997. A obra consumiu US\$ 2 bilhões e o início das operações se deu em 2010.



Luiz Fernando Levi, da Gazeta Mercantil, em palestra promovida pela ACIM no Auditório do Luzamor, em Maringá. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



1º Fórum Mercosul Access & Visual Basic, realizado no Hotel Deville em outubro de 1998. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Faciap

No campo associativista, Jefferson Nogaroli foi o principal “cabo eleitoral” do curitibano Ardisson Naim Akel, que concorreu às eleições da Faciap contra o londrinense Abílio Medeiros, apoiado pelo então presidente Farage Kouri. Havia denúncias de que Kouri utilizara a Federação para fins político-eleitorais. O receio era de que, elegendo seu sucessor, a entidade continuasse a ser utilizada para outras finalidades.

E a dupla Kouri/Medeiros utilizou de todos os meios possíveis para ganhar as eleições. Tanto que, durante a votação realizada em Londrina, vários presidentes de Associações Comerciais fizeram questão de relatar que haviam sofrido pressão de prefeitos e deputados para que votassem em Medeiros. Caso contrário, suas empresas sofreriam retaliação de órgãos públicos de fiscalização.

Não adiantou, com grande votação, principalmente da Cacenor, a chapa de Ardisson Akel foi a vencedora, tendo Jefferson Nogaroli na vice-presidência.

O HIATO DA REVISTA ACIM

A Revista ACIM foi publicada ininterruptamente até setembro de 1999. Em outubro e novembro daquele ano ela não foi veiculada, voltando em dezembro com destaque para a programação especial de Natal. O hiato seguiu entre janeiro e maio de 2000, voltando em junho, mas não sendo publicada em julho. Somente em agosto daquele ano é que a Revista ACIM retomaria a periodicidade. Justificou-se essas lacunas às dificuldades econômicas de se viabilizar o impresso da Associação.



Capas da Revista ACIM de dezembro de 1999 e de junho de 2000, quando foi constatado o maior período sem publicações em sua história. Foto: Centro de Doc. Luiz Carlos Masson/ACIM.



Jefferson acompanha a posse de Arivaldo Costa Paulo como presidente do Conselho do Comércio e Serviços, em 1998. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

CONSELHO DO COMÉRCIO

Em março de 1998 a ACIM criou o Conselho do Comércio e Serviços com 100 conselheiros. O órgão viria a combater a crítica de alguns empresários de que a entidade era formada por uma elite de grandes empresas da cidade.

O Conselho nasceu para ser uma via de mão dupla, divulgando as iniciativas da entidade e, ao mesmo tempo, trazendo a opinião e sugestões dos associados. Foi formado por líderes das principais quadras do centro e dos bairros onde havia comércio significativo. A primeira presidência ficou a cargo do diretor de Assuntos do Comércio, Arivaldo Costa Paulo.

É dada a largada para a nova sede enquanto nasce a Cooperativa de Crédito

O atual prédio da ACIM, localizado na Rua Basílio Sautchuk, foi alugado em meados de 1999. Na época, a entidade transferiu para o novo endereço o Codem, o IDR e a Casa Mercosul. Um fato curioso é que o espaço, que abrigara a Prosdócimo durante décadas, ficara anos esquecido. Quando a ACIM o alugou, o prédio passou a despertar interesse, sendo comprado pelo empresário e médico Carlos Américo, um admirador do trabalho da entidade.

Parte do prédio foi destinada a abrigar, talvez, aquele que foi o maior empreendimento criado pela ACIM em toda sua história: a Cooperativa de Crédito que, inicialmente, utilizou a marca Sicredi. Depois, ganhou a bandeira do Sicoob.¹ O projeto da cooperativa foi desenvolvido pelo diretor de Produtos e Inovações Tecnológicas, Edmar Arruda, e pelo diretor executivo de Negócios e Expansão, Gabriel Heg.

A inauguração foi realizada no dia 29 de novembro de 1999. O presidente escolhido foi o empresário Luiz Ajita, que continua no cargo até hoje. Curiosamente, meses antes, Ajita havia se desligado da diretoria da ACIM após um desentendimento com Jefferson Nogaroli. Mas, o respeito e a confiança mútua entre os dois continuaram, por isso Nogaroli propôs a Ajita um cargo tão estratégico.

São inúmeros os benefícios do Sicoob Metropolitano em todos os anos de atuação. Em 2001, a prefeitura de Maringá pediu apoio da cooperativa. Na época, os bancos cobravam R\$ 1,50 por autenticação para receber os carnês do IPTU do município. A cooperativa garantiu que cobraria um preço menor,



De 1999 a meados de 2002, o prédio da antiga sede da Prosdócimo abrigou apenas o IDR, Codem e Casa Mercosul. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

de R\$ 0,50. A prefeitura negociou exatamente esse valor com outros bancos.

Ao longo dos anos, o Sicoob Metropolitano apoiou muitas ações da ACIM, seja doando carros para campanhas do comércio ou patrocinando eventos e outras ações.

Na cidade, o Sicoob Metropolitano investe também em vários órgãos como o Conselho de Segurança, Fundacim, Observatório Social, Biblioteca Digital Comunitária, Noroeste Garantias e projetos esportivos e de cidadania.

¹ Para mais informações, GOMES, Dirceu Herrero. **Sicoob Metropolitano** – um sonho que se tornou realidade. Gráfica Regente, Maringá: 2009.



Aporte do empresário Marcos Falleiro para constituição da Cooperativa de Crédito, ainda com a bandeira do Sicredi.



Edmar Arruda, acompanhado de Ariovaldo Costa Paulo, apresenta detalhes da Cooperativa de Crédito em processo de constituição.



Evento de inauguração da agência da Cooperativa de Crédito, que mais tarde mudaria para Sicoob Metropolitano. Fotos: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

PRÊMIO EMPRESÁRIO DO ANO

Com a aproximação da ACIM com o Sivamar, as duas entidades se juntaram à Apras Regional Noroeste e à Fiep para realizar o Prêmio Empresário do Ano. A homenagem sucedeu a honraria Comerciante do Ano, organizada pelo Sindicato do Comércio durante 18 anos. O nome escolhido para ser homenageado na primeira edição do prêmio, em 1999, foi Wilson Matos, reitor da UniCesumar (na época, apenas Cesumar).¹

Desde então foram homenageados:

- 2000 – Benito Finco (Color Finco)
- 2001 – Luiz Lourenço (Cocamar)
- 2002 – Franklin Viera da Silva (O Diário do N. do Paraná)
- 2003 – Ágide Meneguetti (Usina Santa Terezinha)
- 2004 – Edson Recco (Recco)
- 2005 – Massayoshi Siraichi (Grupo ATDL)
- 2006 – Marcos Falleiro (MA Falleiro)
- 2007 – Durval Francisco dos S. Filho (Unimed Maringá)
- 2008 – João Noma (Noma do Brasil)
- 2009 – José Sendeski Neto (Antenas Aquário e Perfleuve)
- 2010 – Wilson Tomio Yabiku (Construtora Design)
- 2011 – Reginaldo Czezacki (Sistema Prever)
- 2012 – Jair Ferrari (Ferrari & Zagatto)
- 2013 – Fernando Ferraz (FA Maringá)
- 2014 – Ilson Rezende (DB1 Global Software)
- 2015 – Carlos Walter Martins Pedro (ZM Bombas)

¹ Para as fotos de todas as edições do Prêmio, conferir a parte de “Anexos” ao final deste livro.



Prof. Wilson de Matos Silva recebendo o certificado de Empresário do Ano das mãos de Ariovaldo Costa Paulo, que havia sido reconhecido no ano anterior como Comerciante do Ano. Foto: Revista ACIM, setembro de 1999.



O artista plástico Zanzal Mattar concebeu uma obra exclusiva aos agraciados com o prêmio Empresário do Ano. Na imagem, ele entrega a primeira peça para Massao Tsukada, membro da comissão organizadora do evento, que está ao lado de Ariovaldo Costa Paulo (à direita) e Shiniti Ueta (à esquerda). Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

O Sonho do Natal do Milênio

A ACIM sonhou em realizar o Natal do Milênio, que deveria ter sido “o maior Natal de Maringá em todos os tempos”. Tudo começou em março de 1999, quando representantes de 60 empresas e instituições como a Associação, prefeitura, Sebrae e Sesc levantaram 150 ideias, divididas em sete grupos temáticos e que se transformaram em 34 projetos, com apresentações natalinas e decoração de praças, teatros, igrejas, auditórios, ruas e avenidas.

O carro-chefe era o projeto “A Volta do Mundo em Oito Praças” que seriam caracterizadas com réplica de monumentos de países como Japão, Itália e Portugal, entre outros, além de contar com artesanato, música, culinária etc. A cada R\$ 40 em compras no comércio, os consumidores ganhariam passaportes e, em cada praça, receberiam um selo. Os primeiros 30 mil que preenchessem os passaportes com oito selos ganhariam entrada para um megashow no Willie Davids. E todos concorreriam a muitos prêmios, inclusive um apartamento com carro na garagem.

O Natal até ganharia cores novas: azul (predominante) e amarelo. Um concurso de estilistas escolheu a nova roupa, mais apropriada ao clima tropical. Inúmeras entidades, artesãos, estilistas, professores, estudantes, publicitários, entre outros, se envolveram na campanha orçada em um milhão de reais.

A ACIM tentou viabilizar os projetos com patrocínio de multinacionais que adotariam as praças de acordo com a nacionalidade. Mas, mesmo com visitas a grandes empresas de São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Londrina, o Natal do Milênio foi cancelado.

Ainda assim, com esforço dos executivos e diretores, alguns projetos foram salvos. Em especial, a ACIM conseguiu realizar o sonho de professores e de 450 crianças que já estavam ensaiando um grande coral que fez três apresentações históricas no Centro Comercial da avenida Brasil. Na Praça da Catedral, a Associação viabilizou a montagem de um presépio de areia e a apresentação de uma Orquestra.



Coral com 450 crianças e professores, patrocinado pelo Supermercados São Francisco e pela Cocamar. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



Feira Ponta de Estoque realizada na década de 1990. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Na gestão 1998–2000, a presidente do Conselho da Mulher foi Solange de Paula. O órgão comandou mais duas edições da Feira Ponta de Estoque, organizou com o Simatec uma edição da Feira Ponta de Estoque da Construção e do Lar (Expocasa) e realizou diversos eventos de capacitação.

Presidido por Luis Fernando Ferraz, o Copejem realizou uma edição do Seminário Paranaense de Jovens Empresários, cafés da manhã, *happy hours* com palestras e visitas técnicas a grandes empresas.

No final de 1999, a diretoria da ACIM percebeu que dois anos seriam insuficientes para consolidar tantos projetos iniciados pela gestão Jefferson Nogaroli. A principal preocupação era com o destino da Cooperativa de Crédito, que vinha apresentando dificuldades para se estabilizar. Por isso, iniciou-se um movimento para alterar o estatuto social da ACIM para que se permitisse a reeleição do presidente.

Vários dos ex-presidentes da entidade foram contrários à mudança. Mas, durante Assembleia Geral Extraordinária realizada na Câmara Municipal de Maringá, o estatuto social foi alterado e a reeleição foi aprovada.

Era o fim de um milênio. A crise do início daquela década havia sido superada, o país apresentava sinais de recuperação. Maringá chegou ao final dos anos 1990 com 288.653 habitantes, apresentando um crescimento de pouco mais de 20% em comparação ao censo³⁶ anterior. No mesmo período, a prefeitura municipal regis-

trou quase 808 mil novos imóveis. Em relação à década anterior, o número foi 57% maior. Porém, em termos de área construída, foi inferior cerca de 31% aos anos 1980 (1.855.675,64 m² contra 1.278.290,44 m²).³⁷

Às vésperas do novo milênio, Maringá vivia um clima de otimismo. Vários projetos da ACIM eram responsáveis por esta onda positiva que vinha desde o envolvimento da sociedade com o Movimento Repensando Maringá, a criação do Codem, o surgimento da Cooperativa de Crédito, a atração de empresas proporcionada pela lei da Zona de Processamento Aduaneiro, a atuação do Conselho do Comércio, as ações visando o comércio exterior, a união de vários segmentos da comunidade na tentativa de realizar uma grande campanha de Natal, o trabalho das câmaras técnicas, a campanha para aumentar os votos para deputado, entre outros.

Com o engajamento da ACIM, a comunidade deixou para trás um ambiente de pessimismo, de embates políticos que atrasavam o crescimento da cidade, e passou a acreditar no futuro. Nesse ambiente fértil, Jefferson Nogaroli se preparava para consolidar vários projetos importantes e lançar outros que determinariam a vocação da Associação em ser vanguarda entre as entidades congêneres do país, enquanto que Maringá passava a ser vista como exemplo de crescimento econômico e de qualidade de vida.

36 Censo aferido nos anos 2000 (IBGE).

37 TÖWS, 2010, p. 158 e 164.

ADENDO ECONÔMICO

Maringá na Década de 1990

por João Ricardo Tonin, economista

Para a economia brasileira, o Século XX estava sendo marcado por um esforço contínuo de políticas públicas de substituição das importações e fortalecimento da indústria nacional. Essa política foi majoritariamente efetivada a partir de empréstimos internacionais, emissão de moeda e política cambial protecionista. Como efeito colateral, a economia presenciou períodos com elevações consideráveis na taxa de inflação que por sua vez corriam o poder de compras das famílias, pois os reajustes salariais não acompanhavam a elevação nos preços domésticos. Esse fenômeno impulsionou o declínio da popularidade de presidentes em resposta às pressões dos movimentos políticos e sociais

Nesse contexto, o Brasil da década de 1980 havia se tornado um laboratório de políticas públicas em prol do controle da inflação, cujas características tinham o objetivo de tornar imprevisíveis as expectativas dos agentes econômicos. Para especialistas da época, essa era a única ferramenta eficiente para interromper a chamada memória inflacionária: ato de criar reajustes automáticos e cadenciados nos preços, prevendo-se o aumento da inflação. As principais políticas públicas de choque foram adotadas por meio da mudança da moeda (Cruzado, Cruzado Novo, Cruzeiro, Cruzeiro Real e Real), do congelamento de preços e salários e da redução do crédito. E em alguns momentos seguia regulamentações impostas pelo FMI, de onde veio parte dos investimentos feitos na década de 1970.

Sendo assim, a década de 1990 registrou uma transformação fundamental na economia brasileira. Marcou a transição da função do Estado como protagonista na condução do crescimento econômico para um modelo mais regulador. Essa mudança só foi possível a partir das privatizações e das aberturas financeira e comercial da economia. Não obstante, em 1990, os preços subiram 1.699%, e em 1993 a inflação finalizou em 2.567% (IPEAData, 2016). O clima político refletia o ambiente de irregularidades políticas, escândalos de corrupção e hiperinflação. Quando Itamar Franco assumiu a presidência do país, após o processo de impeachment de Fernando Collor de Mello, prometeu combater a hiperinflação.

Segundo Batista Junior (1996), uma de suas primeiras medidas foi nomear, em maio de 1993, Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Fazenda, que contava com uma equipe renomada de economistas. A estratégia adotada pelo ministro consistia em frear a elevação dos preços com a alteração da moeda, indexando-a e equiparando-a ao preço do dólar. Essa mudança permitiria a competição direta dos produtos brasileiros com os produtos importados, dando um choque de produtividade, quebrando, assim, a memória inflacionária. Mas, para manter essa política, a economia brasileira incorria em um elevado preço: juros altos e privatizações. Para Sarti e Laplane (2002), essas políticas eram essenciais para manter elevados os níveis de reservas internacionais necessárias para manter o controle da taxa de câmbio e aumentar a eficiência das empresas brasileiras em esferas internacionais. Essa política logrou êxito já nos primeiros meses e elevou a popularidade de Fernando Henrique, que na sequência se candidatou a presidência e foi eleito, em 1994, no primeiro turno.

Com a abertura comercial, a forte competitividade das empresas estrangeiras afetou diretamente a indústria brasileira. O resultado desse efeito foi a redução na participação desse setor no PIB. Segundo Oreiro e Feijó (2010), a apreciação da moeda brasileira, em conjunto com a elevação dos preços internacionais das commodities e recursos minerais, permitiu a expansão da área agrícola, elevação da exportação e a subida considerável das importações no Brasil. Além disso, o país se tornou um mercado interessante, recebendo no período a maior parcela de investimento estrangeiro direto na América Latina.

Miranda (2001) destaca que a reestruturação das firmas nos setores intensivos de capital visavam expandir suas capacidades

tecnológicas, organizacional e produtiva. Além disso, essas empresas alteraram o modelo de investimento, concentrando-se em áreas de maior competência. Essa mudança causou a redução da integração vertical, a ampliação da importação de insumos, a reorganização de layout e plantas produtivas e a redução de hierarquias. Embora a década de 1990 tenha sido caracterizada pela ampliação de 25% na produtividade, essa não foi acompanhada em todos os setores, causando elevadas diferenças setoriais.

Nesse contexto, a economia de Maringá foi afetada diretamente pela conjuntura econômica brasileira na década de 1990, sofrendo com inflação elevada, taxa de juros acima de 40% ao ano e preços baixos da agricultura. Como resultado, entre 1991 e 1994, a cidade obteve um crescimento de 19,3%, abaixo da média do estado do Paraná (24,0%). Essas intempéries econômicas colocaram à prova a resiliência de Maringá em encontrar um novo caminho de desenvolvimento.

Uma das primeiras iniciativas da sociedade civil organizada maringáense para mudar esse cenário foi a articulação do Movimento Repensando Maringá, em 1994, que culminou na criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá (Codem) em 1996. Além disso, outras transformações socioeconômicas foram verificadas, como a consolidação e diversificação de setores econômicos e a ampliação da influência da cidade com o fortalecimento de seu papel como região metropolitana.

O crescimento populacional de Maringá na década de 1990 foi menor do que o verificado na década anterior. Nesse período a população passou de 240.292 para 288.653, um acréscimo de 48.361 pessoas. O perfil etário dessas pessoas se concentra principalmente em jovens de 15 a 19 anos, motivados pelos cursos ofertados pela UEM e outras instituições de ensino, e indivíduos com idades entre 34 e 54 anos que vinham a procura de ofertas de emprego e melhores condições de vida. Esse crescimento populacional afetou positivamente o setor da construção civil. No início da década, Maringá possuía 73.948 domicílios e passou para 96.645 em 2000, representando um crescimento de 30,7%.

Outras mudanças socioeconômicas foram verificadas, como é o caso da taxa de natalidade que passou de 2,4 para 2,1 filhos nascidos vivos por família. Esse efeito pode ser justificado pela presença de famílias que possuem pais inseridos no mercado de trabalho e com qualificação profissional mais elevada. A taxa de pobreza caiu de 9,2% em 1991 para 5,4% em 2000 e foi acompanhada pela concentração da renda. No início da década, o coeficiente de GINI¹ estava em torno de 0,51 e passou para 0,55 no período supracitado. Isso indica que uma parcela maior da riqueza no município estava se concentrando em uma fração menor da população.

Ao analisar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)² em 1991, verifica-se que Maringá possuía o índice de 0,608 e passou para 0,740 em 2000. Essa evolução é representada pelo progresso nos indicadores da educação, os quais podem ser representados pela evolução do IDH da educação de 0,441 para 0,663. Além disso, outras evoluções importantes foram verificadas, como é o caso do IDH para renda, de 0,703 para 0,762, e o IDH para a longevidade, de 0,725 para 0,803.

Quanto à educação, o grande salto desse indicador reflete em parte a melhoria na qualidade das escolas e professores do município e elevação na frequência dos alunos. Em 1991, 45% dos jovens em idade escolar estavam na escola, em 2000 esse número atingiria os 71%. Como resultado, a taxa de alfabetização da população passou de 90,1% para 95,1%.

1 Foi desenvolvido por Corrado Gini e consiste em um número que fica entre 0 e 1, indicando que quanto mais próximo de 0 menor será o nível de desigualdade no espaço estudado e vice-versa.

2 O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa usada para classificar o grau de “desenvolvimento humano” de uma cidade ou uma delimitação geopolítica. É subdividido em índices para mensurar o desenvolvimento da educação, renda e longevidade do capital humano.

Tabela 1: Matrículas no ensino básico por tipo de instituição (1990 a 2000).

Matrículas	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Rede estadual	39.998	38.993	41.172	41.926	40642,5	39.359	40.515	40.257	40.431	40.369	39.097
Rede municipal	7.778	10.905	12.601	12.150	12.666	13.182	15.271	15.777	16.080	18.507	18.459
Rede particular	13.300	14.581	13.065	12.966	14.270,5	15.575	14.977	15.617	15.741	16.840	17.357
Total	61.076	64.479	66.838	67.042	67579	68.116	70.763	71.651	72.252	75.716	74.913

Fonte: IparDES (2015), elaboração do autor.

Tabela 2: Matrículas no ensino superior por tipo de instituição (1991 a 2000).

Matrículas	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Instituições de ensino estaduais	7.707	8.174	8.002	7.642	7.588	7.608	7.853	10.589	8.485	9.175
Instituições de ensino privadas	316	413	467	696	812	913	1.513	1.488	2.734	4.061
Total	8.023	8.587	8.469	8.338	8.400	8.521	9.366	12.077	11.219	13.236

Fonte: IparDES (2015), elaboração do autor.

Tabela 3: Número de empresas registradas por setor (1990 a 2000).

Setor	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Indústria	639	683	667	690	772	845	867	968	1.071	1.127	1.160
Construção civil	283	281	254	331	429	484	452	528	538	519	462
Comércio	1.731	1.748	1.715	1.793	2.410	2.803	2.874	3.107	3.252	3.539	3.660
Serviços	1.610	1.702	1.700	1.697	1.880	2.256	2.489	2.727	2.848	3.052	3.213
Agropecuária	48	42	85	84	188	290	295	321	321	312	313
Não classificados	526	591	609	701	227	94	11	9	2	0	0
Total	4.837	5.047	5.030	5.296	5.906	6.772	6.988	7.660	8.032	8.549	8.808

Fonte: IparDES (2015), elaboração do autor.

Assim, conforme verificado na Tabela 1, nota-se que o número de matrículas no ensino básico apresentou crescimento de 22,7%, sendo mais intensivas na rede municipal, que teve um crescimento de 137,3%, ultrapassando o número de inscritos na rede particular. Nesse aspecto, é válido destacar que o mercado de trabalho e a qualidade do ensino foram importantes para construir essa evolução. Em ambientes em que as empresas oferecem periodicamente empregos com exigência profissional maior e escolas com infraestrutura de “ponta”, com professores qualificados, ocorre uma maior atração da população pela busca de conhecimento.

Essa evolução foi também notada no ensino superior, refletindo uma série de medidas governamentais que buscavam a melhoria na qualidade na educação. Segundo Corbucci (2002), a partir de 1993 o Ministério da Educação construiu várias normatizações para ampliar a regulação das instituições de ensino, padronizar e melhorar a qualidade dos cursos de graduação. Dentre elas, podem ser destacadas a criação do teste de avaliação de alunos da graduação (“provão”), o Exame Nacional de Cursos em 1995 e o Plano Nacional da Educação (PNE) em 1997.

As normativas supracitadas, especialmente o Plano Nacional da Educação, foram importantes para aumentar a regulamentação do

setor e permitir a consolidação de um ambiente favorável para o investimento de instituições de ensino privadas. Na Tabela 2, verifica-se que o número de alunos inscritos no ensino superior, nos primeiros sete anos da década, obteve um crescimento de 16,7%. Após a mudança nessas normatizações, as instituições de ensino na cidade tiveram, em apenas três anos, um crescimento de 41,3% no número de inscritos, sendo esse acréscimo mais significativo nas instituições privadas.

No mundo corporativo, analisando o número de empresas abertas em Maringá por segmento econômico na década de 1990, nota-se que os problemas vivenciados pela economia brasileira afetaram negativamente a expectativa dos empresários nos primeiros três anos da década. Esse ambiente turbulento impedia qualquer tipo de planejamento e ofuscava as boas oportunidades para investimento.

No entanto, criticado por empresários, pelo histórico de políticas econômicas fracassadas, o Plano Real deu um “xeque-mate” na inflação e criou grandes oportunidades de negócios em Maringá. A partir de 1994 é observado um crescimento anual 6,9% no número de empresas, especialmente, no segmento do comércio e serviços (Tabela 3).

Esse crescimento se justifica em parte pelo crescimento da renda

das famílias, que com a queda da inflação puderam aumentar seu poder de compra. Com o aumento da demanda, as empresas contrataram mais funcionários, permitindo a criação de um ciclo virtuoso na economia regional. Outros acontecimentos foram observados em Maringá na década de 1990, como a expansão do setor de vestuário e a construção de shoppings atacadistas. Além da VestSul, que recebeu 120 excursões de vários estados brasileiros em 1993, a cidade ganhou os shoppings atacadistas Vest Center, o Feira Vest Mercosul e o Ingá Vest.

No segmento logístico, em 1996, Maringá inaugurou a Estação Aduaneira do Interior, o Porto Seco. Esse empreendimento permitiu que os empresários desembaraçassem a documentação das importações e exportações na cidade, não precisando executar esse serviço no Porto de Paranaguá, reduzindo o tempo de embarque e desembarque de mercadorias. Com a abertura do Porto Seco, e pela presença de um grande entroncamento logístico, a cidade começou a receber várias empresas do setor logístico, armazenagem e transbordo de grãos. Por esse motivo, anos mais tarde, Maringá alcançou a segunda posição no Paraná em 2010, exportando um volume superior a US\$ 3 bilhões.

Situada estrategicamente e com uma distância relativamente pequena para os grandes centros de consumo do Brasil e países vizinhos, Maringá foi beneficiada com a criação do Mercosul em 1991, e a consequente queda de barreiras tributárias entre vários países da América do Sul. Além disso, recebeu um vultoso volume de investimentos de dekasseguis a partir de 1994, em consequência da estabilização da inflação e melhora na perspectiva econômica do país.

O mercado de trabalho foi afetado diretamente pelas mudanças políticas e econômicas no período. Nos primeiros três anos da década, ele sofreu redução de 1,6%. A partir de 1994 iniciou uma trajetória de crescimento, oscilando somente em 1998 com a crise asiática. Nesse período os preços das commodities sofreram reduções no mercado internacional, principalmente, após a Rússia declarar moratória da dívida externa.

Conforme verificado na Tabela 4 o setor que teve maior crescimento no volume de mão de obra foi a agricultura, crescendo respectivamente 139,1% na década, seguida pelos setores da indústria (59,7%), construção civil (58,4%), comércio (52,0%) e serviços (36,9%). Bonelli e Fonseca (1998) destacam que a partir da década de 1990 o crescimento da produção agrícola foi conduzido pela elevação da produtividade no campo, com a implantação de novas tecnologias.

Cabe destacar que esses efeitos permitiram a elevação da competitividade e a elevação nos salários dos trabalhadores, que por sua vez impactaram diretamente, e de forma positiva, a demanda agregada da economia. Como é o caso do crescimento do número de veículos em circulação no período. Em 1990 o município possuía 74.629 veículos e atingiria o volume de 112.180 em 2000, representado um

crescimento de 50,3%. Verifica-se que a maior parte dessa frota era composta por carros, os quais tiveram um crescimento de 59,2% na década, atingindo a marca de 70.152 veículos. Nesse tópico é importante destacar a preferência do maringaense em adquirir um carro do que uma moto. O crescimento desse veículo foi menor, em níveis de 26,7%, finalizando a década com 14.534 veículos.

No que se refere à produção agrícola, a área plantada não sofreu significativas alterações devido à limitação territorial e a pressão do crescimento urbano da cidade sobre o campo. As culturas temporárias foram as que tiveram maior destaque, principalmente a soja.

Depois do rápido crescimento na década de 1980, a área de produção da soja cresceu 0,9% ao ano na década de 1990. Essa cultura não sofreu significativas alterações na área de produção e se consolidou como a principal escolha para plantio na safra de verão. Para a segunda safra, também chamada de “safrinha”, o trigo era a principal cultura até 1992 e foi substituído gradativamente pelo milho ao longo da década. O café, após a geada negra na década de 1970, nunca mais alcançou seu auge, nesse período sofreu uma redução de 51,1% na área plantada. A cana-de-açúcar, praticamente, manteve a área plantada no decorrer da década de 1990, em resposta aos contratos de arrendamento com a Usina Santa Terezinha e ao modelo de produção perene (Tabela 5).

Além disso, verifica-se que os agricultores, mesmo em período de preços baixos no mercado internacional, mantiveram a produção da safra de verão. A redução nos períodos de crise foi verificada na produção da “safrinha”, ou seja, nas culturas de trigo e/ou milho. Nesses períodos em que a conjuntura econômica brasileira não era positiva, a agricultura familiar em várias oportunidades tentou introduzir outras culturas, mas elas acabaram não se consolidando ao longo da década, como é o caso do arroz, banana, mandioca e a uva.

Quanto à criação de animais, Maringá obteve importante crescimento no setor de aves e suínos. Como esses produtos são comercializados na economia doméstica e internacional, além de possuírem insumos produzidos localmente, eles obtiveram um crescimento considerável ao longo da década, mas sofreram alterações na produção nos anos de crise econômica.

Ao analisar a criação de animais (Tabela 6), constata-se que o setor de aves teve maior destaque. Um ano antes da crise asiática, em 1998, a produção já havia crescido 638,4% e foi reduzida para praticamente 1/3 nos três anos seguintes. A queda da demanda do mercado asiático teve impacto direto na criação de aves e gerou elevado excedente de produtos na economia doméstica, causando fortes reduções nos preços. Como esse produto não é facilmente alocado no mercado, pois as famílias possuem preferência pelo consumo de carne bovina, a produção foi retomada lentamente nos anos seguintes. A criação de suínos, com foco maior para o atendimento do mercado doméstico, obteve crescimento progressivo ao longo da década, tendo maior destaque no ano 2000 com crescimento de

Tabela 4: Número empregos com carteira assinada registrados em Maringá (1990 a 2000).

Setor	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Indústria	10.293	9.638	9.213	9.308	11.189	13.424	14.488	15.382	14.919	16.261	16.433
Construção civil	4.311	3.565	2.953	2.670	4.591	4.301	5.397	5.636	5.968	5.932	6.828
Comércio	12.273	10.770	10.213	11.126	13.873	14.189	14.795	15.510	15.289	17.108	18.651
Serviços	23.485	24.748	20.489	21.638	22.007	26.739	28.457	28.995	28.579	30.035	32.145
Agropecuária	847	2.554	4.623	397	560	710	585	632	2.195	1.878	2.025
Não classificados	2.338	3.531	6.982	7.537	7.890	366	23	10	7	-	-
Total	53.547	54.806	54.473	52.676	60.110	59.729	63.745	66.165	66.957	71.214	76.082

Fonte: Ipardes (2015), elaboração do autor.

Tabela 5: Área colhida da produção agrícola de Maringá (1990 a 2000).

Produção Agrícola (em ha)	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Soja	21.150	21.300	21.300	21.515	22.150	22.350	22.500	22.700	23.040	23.100	23.200
Milho	1.650	2.000	2.600	7.800	4.200	11.000	7.900	9.400	9.200	14.000	8.150
Trigo	15.000	13.000	18.890	8.500	5.000	5.500	8.000	6.500	6.500	8.200	3.100
Cana-de-açúcar	1.372	1.077	1.255	1.086	1.284	1.290	1.251	1.188	845	1.251	1.267
Café	1.725	1.725	1.300	1.000	897	50	600	804	835	835	843
Uva	71	55	70	41	85	85	95	95	90	185	90
Banana	0	0	0	0	61	61	55	55	85	85	85
Aveia	0	0	150	0	0	0	100	30	50	50	50
Mandioca	50	50	50	100	100	100	100	240	150	70	50
Arroz	155	100	160	160	80	80	80	60	20	40	40

Fonte: Ipardes (2015), elaboração do autor.

Tabela 6: Número de animais presentes nas propriedades rurais de Maringá (1990 a 2000).

Efetivo	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Galináceos	92.920	89.356	120.828	118.580	85.050	183.760	240.470	686.084	193.862	197.647	232.948
Bovinos	16.650	12.200	15.136	15.352	16.480	18.481	16.432	15.984	13.895	11.133	9.698
Suínos	4.626	4.540	8.515	8.450	9.680	9.783	9.896	9.960	10.200	10.600	21.070
Vacas ordenhadas	2.095	1.560	1.942	3.778	3.884	4.461	3.933	3.815	2.860	2.750	2.085
Coelhos	860	1.280	780	1.100	1.221	800	780	1.175	454	800	900
Ovinos	210	180	195	240	820	800	720	700	600	540	560

Fonte: Ipardes (2015), elaboração do autor.

Tabela 7: Produção de alimentos e matéria-prima de origem animal (1990 a 2000).

Produção Animal	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Casulos do bicho-da-seda (kg)	31.861	36.745	38.627	42.901	47.160	39.800	42.840	38.666	35.982	26.231	22.442
Leite (mil litros)	1.508	1.123	1.398	2.841	2.782	5.370	4.720	4.550	3.409	3.279	2.386
Mel de abelha (kg)	5.860	5.000	6.000	6.800	7.100	5.000	2.500	1.500	1.400	1.340	1.400
Ovos de galinha (mil dúzias)	157	143	156	155	152	1.297	672	1.497	658	720	641
Lã (kg)	0	0	0	0	800	480	350	105	90	75	0

Fonte: Ipardes (2015), elaboração do autor.

Tabela 8: Número de animais presentes nas propriedades rurais de Maringá (2000 a 2010).

Efetivo	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Galináceos	232.948	222.330	249.000	333.414	278.330	288.603	355.843	409.545	273.836	532.000	684.685
Bovinos	9.698	9.935	9.168	9.455	8.948	8.458	7.516	7.228	6.403	6.584	6.387
Suínos	21.070	20.760	21.220	15.165	14.851	14.496	14.604	20.000	20.590	30.220	26.341
Vacas ordenhadas	2.085	2.540	1.918	1.829	1.865	856	1.676	1.720	724	1.638	1.685
Coelhos	900	1.000	980	1.332	831	1200	1160	1.100	371	400	471
Ovinos	560	600	670	650	600	620	650	680	2196	2358	2673

Fonte: Ipardes (2016), elaboração do autor.

Tabela 9: Produção de alimentos e matéria-prima de origem animal (2000 a 2010).

Produção Animal	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Casulos do bicho-da-seda (kg)	22.442	24.748	21.506	19.396	20.196	15.798	14.019	12.528	13.602	12.680	8.572
Leite (mil l)	2.386	3.085	2.850	2.561	2.637	1.142	2.312	2.377	999	2.562	2.675
Mel de abelha (kg)	1.400	1.200	1.540	1.500	1.600	1.480	1.300	2.000	12.250	5.000	11.000
Ovos de galinha (mil dz)	641	640	715	598	799	774	731	687	618	386	407

Fonte: Ipardes (2016), elaboração do autor.

98,8% em relação ao ano anterior. Verificando a Tabela 8 nota-se que esse elevado crescimento ocorreu em resposta ao aumento dos preços no mercado externo, causados pela forte depreciação da moeda ocorrida nesse período. Ademais, as áreas de pastagem para criação de bovinos, após 1997, foram lentamente substituídas pelo plantio de culturas temporárias como soja, milho e trigo. E, por fim, a criação de vacas para produção de leite, coelhos e ovinos esteve atrelada à produção em propriedades familiares e se manteve ao longo da década com o número de animais relativamente baixo.

Conforme verificado na Tabela 9, a produção de alimentos e matéria-prima de origem animal teve como produto principal os casulos do bicho-da-seda, fomentados pela Cocamar. A variação em sua produção foi similar a verificada na do leite, com uma tendência de crescimento até 1997, e entrou em declínio a partir desse período, afetados principalmente pela crise asiática. A produção de mel de abelha estava em franca expansão até 1994, mas, com a paridade da moeda brasileira com o dólar, o produto perdeu competitividade e sua produção foi reduzida gradativamente a 1/4 da produção em 2000, comparada à produção de 1990.

Em suma, a década de 1990 foi marcada pela alteração no regime da política econômica brasileira, com a mudança do modelo do Estado promotor do crescimento para um sistema mais liberal, ancorado na abertura financeira comercial, com foco no investimento estrangeiro direto, privatizações e busca pela elevação da produtividade brasileira. Após a quebra do regime de hiperinflação, a economia maringense passou para uma fase de amadurecimento e consolidação de setores importantes que coordenariam o elevado crescimento econômico dos anos 2000. Vale resgatar a memória de que a década de 1990 colocou à prova a capacidade da sociedade civil de se organizar e encontrar alternativas e instrumentos para manter o crescimento econômico. Essas iniciativas, e a consolidação de setores econômicos, permitirão a consecução da “década dourada” da economia maringense, em que a cidade obterá um crescimento real acima de 8% em seu PIB, ganhando bordões de cidade empreendedora, organizada ou até de a “China do interior do Paraná”, que ecoam até hoje pelos mais diversos cantos desse grande Brasil.

REFERÊNCIAS

BATISTA JUNIOR, P. N. O Plano Real à luz da experiência mexicana e argentina. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo, v. 10, n° 28, setembro a dezembro, 1996.

BONELLI, R. e FONSECA, R. **Ganhos de produtividade e de eficiência: Novos resultados para a economia brasileira**. Texto para discussão n° 557, Rio de Janeiro, abril, 1998.

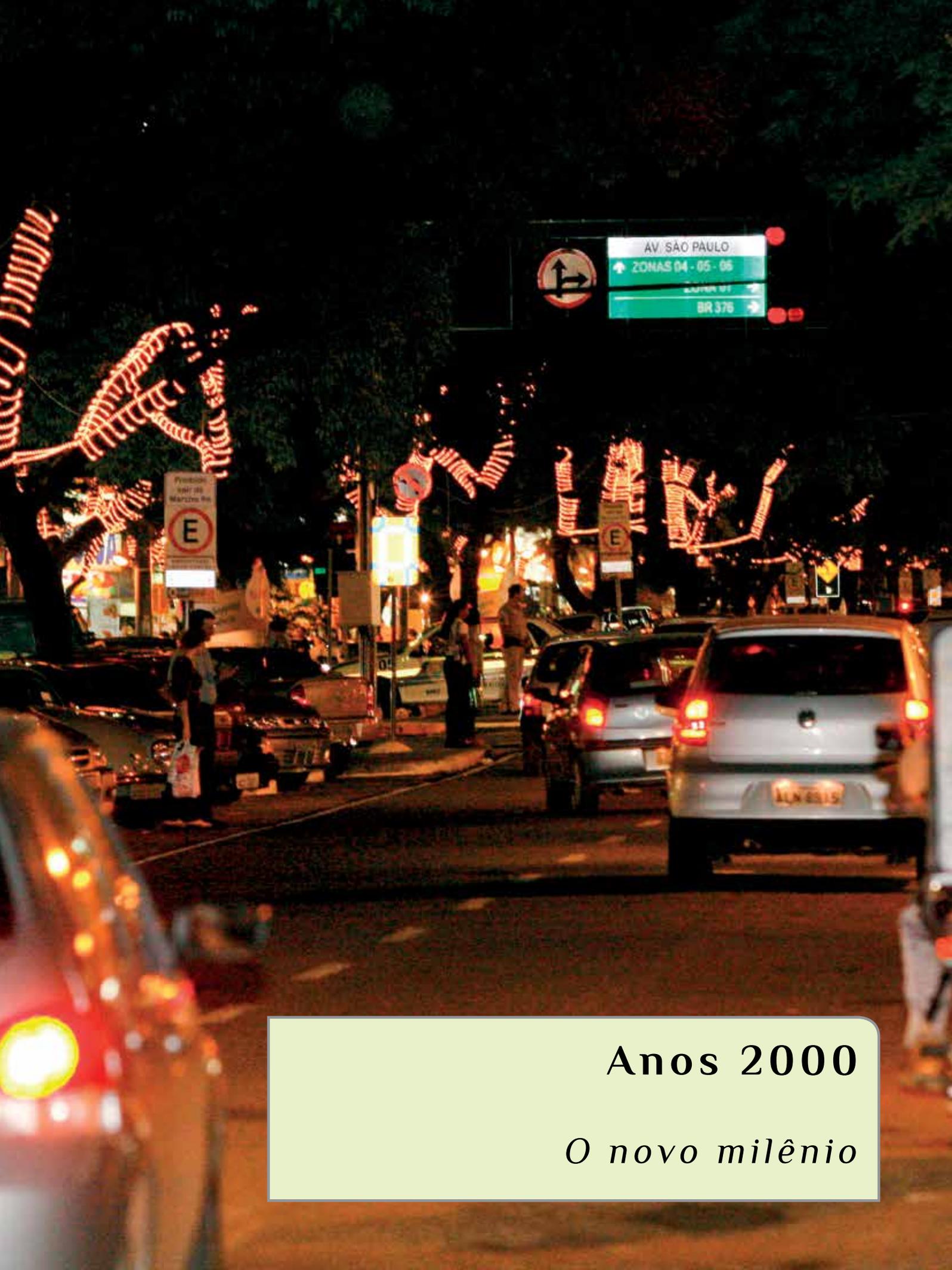
CORBUCCI, P. R. **Avanços, limites e desafios das políticas do MEC para a educação superior na década de 1990: Ensino de graduação**. Textos para Discussão n° 869, Brasília, Março, 2002.

IPEADATA. **Base de dados econômicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. 2016. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>> Acesso: 15/01/2016.

MIRANDA, J. C. **Abertura comercial, reestruturação industrial e exportações brasileiras na década de 1990**. Textos para Discussão n° 829, Brasília, Outubro, 2001.

OREIRO, J. L. e FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 30, n° 2, p. 219-232, abril a junho, 2010.

SARTI, F. e LAPLANE, M. F. O investimento direto estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos de 1990. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n° 1, p. 63-94, janeiro a junho, 2002.



Anos 2000

O novo milênio



Maringá nos anos 2000. Foto: O Diário do Norte do Paraná.

Os anos 2000 começaram sob o signo da tecnologia, dos negócios via internet, do fortalecimento do terceiro setor, da necessidade das empresas em acessar o mercado externo, da atração de investimentos estrangeiros proporcionada pela privatização de diversas estatais. A economia mundial cresceu, principalmente, nos Estados Unidos e na União Europeia.

No Brasil, o Plano Real ganhou consistência, as taxas de juros caíram, houve a criação de novos postos de trabalho, impactando mais o setor terciário e a indústria. Contudo, o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) se desgastou com denúncias de corrupção e, em 2002, os brasileiros elegeram um sindicalista, Luiz Inácio Lula da Silva, para ocupar o cargo máximo do país. Após um período rápido de incertezas, o mercado percebeu que não haveria mudanças na política econômica e o Brasil voltou a crescer.

Durante a década (2000–2010), o país navegou bem no mar tranquilo da prosperidade, proporcionado pelo crescimento da China e dos bons ventos da economia mundial, e sua dívida externa reduziu consideravelmente. O Brasil ganhou a confiança do mundo, as empresas nacionais tiveram a oportunidade de se modernizar e passaram a ter acesso às fontes externas de financiamento.

Se em termos econômicos o país vivia um bom momento, na política havia muitos problemas. Em 2005, houve a denúncia de que parlamentares da base aliada do presidente Lula recebiam dinheiro de caixa dois para votar projetos de interesse do governo. Conhecido como “mensalão”, o escândalo derrubou ministros e mandou muita gente para a cadeia. Mesmo assim, Lula se reelegeria para um segundo mandato a partir de 2006.

Em 2007, o governo criaria o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que retomou o planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para a geração de empregos e renda. O PAC foi um dos fatores que

amenizaram, no Brasil, os efeitos da crise americana de 2008/2009. Outra iniciativa que ajudou a economia de um modo geral foi o programa Minha Casa Minha Vida.

Criado em abril de 2009, o programa ofereceu benefícios e facilidades para que famílias com renda bruta mensal de até R\$ 1.600,00 pudessem adquirir a casa própria. Foram construídas mais de um milhão de unidades por meio do Minha Casa Minha Vida. Além do benefício aos mais necessitados, em cinco anos houve um incremento na cadeia da construção civil, com geração de 1,2 milhão de novos postos de trabalho.¹

Nessa primeira década do novo milênio, Maringá também soube aproveitar o bom momento econômico e passou por um grande crescimento na criação de empresas e empregos, com destaque para os setores da saúde, educação, tecnologia da informação, metalmeccânico, agronegócio e construção civil. A competitividade dos produtos chineses foi um empecilho para um crescimento maior de setores como o de confecções.

A ACIM seria considerada uma “usina de projetos”, ganhando espaço nunca antes alcançado na comunidade, conquistando ainda destaque em âmbito nacional, provocando uma série de missões empresariais para conhecer as inovações locais. Entre elas, o Codem, Projeto ACIM Faz História, Fundacim, Banco do Emprego, Conselho de Segurança, Instituto para o Desenvolvimento Regional, Proe e Sicoob Metropolitano.

A Associação cresceu de forma significativa. Já era o momento de repensar também a sede, construir um novo espaço, maior, moderno, à altura da importância dos seus milhares de associados. No novo milênio, a entidade não pararia de se reinventar e contribuir para o desenvolvimento das empresas da cidade, da região e do estado do Paraná.

1 <http://www20.caixa.gov.br/Paginas/Noticias/Noticia/Default.aspx?newsID=1585> – Visitado em 3 de fevereiro de 2016 às 21h23.

Jefferson Nogaroli Gestão 2000-2002

- Presidente: Jefferson Nogaroli
- 1º Vice-presidente: Antônio Fermenton
- 2º Vice-presidente: Adilson Emir Santos
- Diretor para Assuntos do Comércio: Jair Morrone
- Diretor para Assuntos da Indústria: Carlos Walter Martins Pedro
- Diretor de Serviços e Inovações Tecnológicas: Ariovaldo Costa Paulo
- Diretor para Assuntos da Prestação de Serviços: José Carlos Valêncio
- Diretor para Assuntos do Comércio Exterior: Luis Fernando Ferraz
- Diretor para Assuntos Comunitários: Luiz Roberto Marquezini
- Diretor para Assuntos Sócioeconômicos: Carlos Anselmo Corrêa
- Diretor de Finanças e Patrimônio: Carlos Alberto Tavares Cardoso
- Diretor de Eventos e Promoções: Eduardo Daibert Araújo
- Diretor de Relações Públicas: Carlos Alberto Würmeister
- Diretor da Comunicação e Marketing: Nivaldo Reginato
- Diretor para Assuntos do Agronegócio: Luiz Lourenço
- Diretor para Assuntos de Cooperativismo de Crédito: Luiz Ajita
- Diretor para o Desenvolvimento de Bairros: Paulo Roberto Silva Bassi

CONSELHO DA MULHER EMPRESÁRIA E EXECUTIVA

- Presidente: Roni Enara Rodrigues
- Conselheiras: Sílvia Cristina Franchini Rezende, Maria Lúcia Fernandes, Nilva Cardoso El Ghoz, Fátima Macedo, Clarice Franchini, Maria Alice Pinatti, Fátima Iwata, Solange de Paula, Wilma Maria Romero Beloto, Eunice Paiva, Sandra Mara de Carla Ceranto e Leonita Aparecida Prestes Tarosso.

COPEJEM

- Presidente: Wilson de Matos Silva Filho
- Conselheiros: Sandro Bertoni, Claudio Zavatini, Marcos César Gameiro Óbice, Rejane Capristo de Oliveira, Wesley Dejuli, Walcir Franzoni, Rogério Yabiku, Luiz Eduardo Borin Gonçalves, Ademir Kimura, Enicéia Silva e Paulo Roberto Viscardi.
- Conselho Deliberativo: Paulo Moraes Badan, Ali Saadeddine Wardani, Antonio Donizete Busíquia, Cícero Bianchi, Claudio Haruo Mukai, Claudomiro Siroti, Cleide Tono Freitas Noronha, Gilson Odair Barbiero, Luiz Carlos Masson, Jorge Toyofuku, José Gomes Ferreira, José Rubens Abrão, Reginaldo Nunes Ferreira, Sabas Martins Fernandes e Sebastião Carlos Abrão.
- Membros natos do Conselho Deliberativo: Manoel Mário de Araujo Pismel, Joaquim Dutra, Luiz Júlio Bertin, Sidney Meneguetti, Raymundo do Prado Vermelho, Fernando Henriques, Alcides Siqueira Gomes, Carlos Mamoru Ajita, Massao Tsukada, Pedro Granado Martines e Hélio Costa Curta.
- Conselho do Comércio e Serviços: foram empossados 64 membros, inclusive o presidente do órgão, Ariovaldo Costa Paulo.



Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

A diretoria da Associação, comandada por Jefferson Nogaroli, em seu segundo mandato, foi eleita no final de fevereiro de 2000. A chapa única “ACIM é Maringá” recebeu 98,4% dos votos válidos e a posse foi realizada no dia 18 de abril em cerimônia no Teatro Calil Haddad. Entre os membros da Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo, Conselho do Jovem, Conselho da Mulher e Conselho do Comércio e Serviços, 115 empresários foram empossados, sendo responsáveis pelos projetos da primeira gestão do século XXI.



Prestação de contas da primeira gestão de Jefferson Nogaroli, em março de 2000 no auditório da ACIM. Na imagem, os ex-presidentes Alcides Siqueira Gomes e Hélio Costa Curta, tendo Nogaroli ao centro. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



Membros da diretoria executiva da ACIM. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



Solenidade de posse dos novos membros da segunda gestão de Nogaroli. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



A reeleição de Jefferson Nogaroli foi provocada pelos resultados conquistados pela ACIM nos dois primeiros anos de sua gestão e da expectativa em relação a diversos projetos iniciados ou em planejamento. Reeleito, Nogaroli conduziria a Associação com o mesmo entusiasmo dos dois primeiros anos e a entidade daria continuidade, em parceria com o Codem, IDR, Casa Mercosul e outras instituições, aos projetos visando o desenvolvimento local e regional.

Na educação, uma das ações que contou com participação ativa da ACIM foi o processo para viabilizar 11 novos cursos de graduação na Universidade Estadual de Maringá. Entre eles, vários que interessavam diretamente à indústria como

Engenharia de Alimentos, Engenharia Mecânica, Arquitetura e Engenharia de Produção com ênfase em Agroindústria, Confeção Industrial, Construção Civil e Software.

A UEM também ganhou uma Incubadora Tecnológica, implantada em março de 2000 com apoio da ACIM e de outras dez instituições da cidade e que funcionou, inicialmente, com projetos de software. Em 2001, a Associação e outras entidades doaram 21 microscópios e uma TV de 29 polegadas ao departamento de Histologia da UEM. A doação foi uma contrapartida da comunidade à universidade pela ampliação das vagas dos cursos de Odontologia e Medicina.



Membros da diretoria da ACIM durante a entrega dos equipamentos para a UEM. À esquerda, Carlos Walter Martins Pedro e Jefferson Nogaroli observam o telescópio doado. Ao fundo, Antonio Fermenton acompanha a transmissão das imagens celulares para a TV, junto da reitora da UEM, Neuzal Altoé, e do prefeito José Cláudio (de costas). Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



Neuzal Altoé entregando homenagem a Nogaroli, em reconhecimento pelo fomento à educação superior de Maringá. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

A Associação atuou pelo fortalecimento da educação por entender que o setor era fundamental para o desenvolvimento local e regional. Além disso, a UEM já gerava milhares de empregos e, na época, a estimativa era de que cada jovem de outra cidade que estudava na universidade investia cerca de mil reais por mês em Maringá.²

ACIM e Codem, juntamente com Fiep e Sindimetal, também lutaram pela implantação do Centro Tecnológico de Maringá junto ao Senai local. O CTM-Senai tornou-se parceiro de diversos projetos e ampliou a oferta de cursos profissionalizantes de nível médio e pós-médio. Um dos projetos do Codem, lançado em julho de 2000 com apoio da ACIM, foi a criação de um CD-ROM de apresentação da cidade, com informações técnicas de interesse para investidores, falando sobre os parques industriais, rede de telefonia, rede compacta de energia elétrica, tráfego urbano, rodovias principais de acesso e escoamento de produtos, aeroporto, entre outros. Unindo educação e tecnologia, o IDR, com apoio da ACIM e outras instituições, realizou em outubro de 2000 a “Mostra Tecnológica: Inventores e Empreendedores”. Mais de 30 inventos e projetos de patentes foram expostos durante

três dias para investidores, alunos e empreendedores interessados em novas tecnologias.³

No mesmo ano, a Associação passou a trabalhar para que seus associados, insatisfeitos com a Telepar (Empresa de Telecomunicações do Paraná), migrassem suas linhas de telefone fixo para a GVT (Global Village Telecom). Em 1999, a Telepar, já em sua fase de transição para Brasil Telecom, descontentara os maringenses quando anunciou a transferência do seu Call Center para Curitiba e Londrina. A ACIM tentou dialogar com a operadora no sentido de manter empregos por mais algum tempo em Maringá. Mas, não foi atendida. A resposta dos empresários foi migrar em massa para a GVT.⁴

Na agroindústria, a ACIM e a Cacinor, na época presidida pelo vice-presidente da Associação, Antonio Fermenton, apoiaram o Projeto Arenito, idealizado pela Cocamar. A iniciativa previa a integração entre agricultura e pecuária na

2 Revista ACIM de outubro de 2000.

3 A Mostra Tecnológica foi um espaço idealizado para apresentar protótipos e projetos de inventos, de máquinas, equipamentos, produtos, materiais, projetos de serviços e processos das mais diversas áreas, assim como para apresentar e adquirir conhecimento sobre empreendimentos de base tecnológica.

4 A GVT surgiu em 2000 como resultado de um consórcio formado pela holandesa *Global Village Telecom* (78%) e as norte-americanas *ComTech Communications Technologies* (20%) e *RSL* (2%). Em 2009, a empresa foi vendida para a francesa *Vivendi*. Em 2015 seria aprovada a compra da empresa pela espanhola *Telefónica*, proprietária da operadora *Vivo*.

Programa Empreender

O Empreender, um dos projetos de maior sucesso da ACIM, foi implantado no ano 2000 em parceria com o Sebrae e a Faciap. Por meio do programa são formados Núcleos Setoriais com micro ou pequenas empresas concorrentes, mas que acabam se unindo, discutindo problemas e soluções em comum. Os primeiros núcleos formados foram nas áreas de informática, autopeças, automecânica e móveis, com cerca de 80 empresas participantes. Com isso, foram abolidas as câmaras técnicas da entidade.

O Empreender criaria um evento anual para marcar seu aniversário, com grandes palestras de profissionais e empresários que apresentaram cases de sucesso como Gazin e Volkswagen, entre outros.



Registros do evento de aniversário do Empreender, nos anos 2006 e 2007. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

região do arenito, cerca de 3,2 milhões de hectares distribuídos, principalmente, nas regiões de Umuarama e Paranavaí e que se encontravam em avançado processo de degradação.⁵

ACIM e Prefeitura atuaram em diversos projetos ao longo da gestão. Entre eles, a criação do Maringá Convention & Visitors Bureau,⁶ implantado com o apoio de diversas outras instituições; Censo Econômico;⁷ continuidade da campanha para que o Ramal do Gasoduto passasse pela



Firmando parceria com a recém-fundada GVT. Luiz Ajita e Antonio Fermenton, representando a ACIM, assinam o termo de compromisso com a telefônica. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

5 Revista ACIM de março de 2001.

6 Fundado em 10 de julho de 2003, tendo como primeiro presidente o gestor de eventos Sérgio Takao Sato. Devido à sua abrangência regional, atualmente a entidade é nomeada Maringá e Região Convention & Visitors Bureau.

7 O Censo Econômico foi realizado entre os meses de novembro e dezembro de 2001, catalogando 13.373 empresas nos setores industrial (1.327), comercial (5.553) e de serviços (6.152). Relatório do Censo Econômico de 2001.



A ACIM realizou um almoço empresarial com o presidente da Cocamar, Luiz Lourenço, para que ele pudesse expor a importância do Projeto Arenito. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson.

região; estudos para implantação de um trem de passageiros entre Maringá e Londrina; campanhas do comércio Maringá Liquida e de Natal, entre outras ações.

Outra iniciativa da ACIM, estabelecida em seu planejamento estratégico, foi a de reforçar e expandir a diretriz de capacitação de empresários e colaboradores. A entidade, que historicamente só realizava treinamentos em parceria com outras instituições, elaborou sua própria grade de cursos. Mas as parcerias continuaram. Junto com a Apras (Associação Paranaense de Supermercados – Regional Noroeste), foi lançado um inédito curso de MBA voltado para o varejo.

A ACIM realizou grandes palestras, a maioria em parceria com o Sebrae, com nomes como Max Gehringer, Waldez Ludwig, Luiz Almeida Marins, Clóvis Tavares, Glória Kalil, Raul Marinuzzi, Nuno Cobra e Gilberto Dimenstein. A ACIM também organizou palestra com Michael Geoghegan, presidente e diretor geral para Negócios na América Latina do HSBC, na época o maior banco estrangeiro no Brasil, com 6 milhões de clientes.

O objetivo era o de capacitar empresários e colaboradores, otimizando a gestão das empresas. Vários cursos da época foram relacionados à qualidade. A própria ACIM vinha investindo em melhoria contínua e padronização de processos

A primeira eleição com 2º turno na história de Maringá

No campo político, duas surpresas: José Claudio Pereira Neto, do PT, e Dr. Batista (Manoel Batista da Silva Junior), do PTB, chegaram ao segundo turno das eleições municipais, derrotando o então prefeito Jairo Gianoto (PSDB) e a candidata Cida Borghetti (PP). Os demais concorrentes eram Ulisses Maia, ex-presidente da Câmara Municipal, que vinha pelo PPS; Silvio Name Jr. pelo PMDB; Assendino Santana entrou pela terceira vez na disputa pelo PRP; o empresário das telecomunicações, João Cioffi, pelo PAN; e o PSTU apresentou a estudante Inês Leal (DIAS, 2008, p. 176).

José Claudio foi eleito. O ex-diretor da ACIM, Edmar Arruda, também conquistou um cargo na Câmara Municipal. Na época, todos os candidatos foram ouvidos pela ACIM e Codem e receberam o documento “O que Maringá espera do novo governo”.



José Cláudio, já como prefeito, durante o sorteio de prêmios da campanha comercial Maringá Liquida, no início dos anos 2000. Infelizmente, o prefeito não concluiria a gestão. Ele morreria em setembro de 2003, vítima de câncer. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



Solenidade de fundação do Maringá Convention & Visitors Bureau. Na mesa de honra, à esquerda representando a ACIM, Carlos Walter Martins Pedro; no centro, o recém-empossado presidente, Sérgio Takao Sato; seguido do prefeito José Cláudio (esse foi o último evento público em que participou).



Uma das primeiras ações em parceria entre as duas entidades: o Maringá Convention & Visitors Bureau desenvolveu, por meio do Centro de Capacitação da ACIM, um curso de qualificação do atendimento para taxistas, seguido da entrega de um CD com informações turísticas da cidade.



Palestra com o presidente e diretor geral para Negócios na América Latina do HSBC, Michael Geoghegan, no salão social do Maringá Clube. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



Palestra com Waldez Ludwig, no Teatro Calil Haddad. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

e foi a quarta associação comercial do país a conquistar a Certificação ISO 9001,⁸ uma exigência do mercado, segundo o presidente Jefferson Nogaroli:

Nossa meta é preparar terreno para os dias que virão. Num futuro próximo, o mercado irá cobrar das empresas a comprovação da qualidade do produto ou serviço prestado. Portanto,

acompanhar o ritmo que o mundo dos negócios exige é a única garantia de continuarmos existindo e em condições de competir.⁹

A manutenção dos processos de melhoria contínua depende muito de pesquisas de satisfação. Dessa forma, a Associação criou o Departamento de Pesquisas e Estatísticas (Depea), que passou a aferir a opinião dos usuários dos serviços da entidade, identificar o grau de satisfação dos

8 A ACIM criou o projeto Conexão ISO para prestar consultoria a outras entidades. Fruto desse trabalho, em agosto de 2003, o Sivamar também receberia a Certificação ISO 9001.

9 Revista ACIM de Abril de 2001.

colaboradores, levantar os dados estatísticos internos e, como um serviço a mais, a realizar pesquisas para empresas associadas.

Em junho de 2001 a Revista ACIM apresentou matéria mostrando dados positivos da economia local levantados pelo Instituto para o Desenvolvimento Regional (IDR). De acordo com o estudo, um dos índices que mais havia crescido foi o IPI, saindo da casa dos R\$ 7,8 milhões em 1998 para R\$ 14,1 milhões em 2000.

O crescimento foi proporcionado, principalmente, pela instalação na cidade de 14 empresas importadoras atraídas pela Zona de Processamento Aduaneiro (ZPA). Somente essas empresas foram responsáveis em 2000 pela movimentação financeira de aproximadamente R\$ 500 milhões e geração de R\$ 116 milhões em tributos estaduais e federais. Os benefícios da ZPA foram suspensos pelo governo do Estado no início de 2000.¹⁰

A inauguração oficial do novo Aeroporto Regional de Maringá foi realizada em 16 de setembro de 2000, como fato político visando a campanha eleitoral. Porém, o início das operações só aconteceria no início de 2001. A ampliação de linhas e horários de voos foi muito comemorada pelas lideranças empresariais.

Em setembro de 2001, a ACIM assinaria com o Banco do Brasil um convênio que entraria para a história. Por meio da parceria, os associados poderiam obter recursos do Cooperfat para custeio, manutenção e novos investimentos. O teto era de R\$ 200 mil, com prazos de até oito anos para saldar o débito e até 12 meses de carência, com juros de 4% ao ano acrescidos de Taxas de Longo Prazo (TJLP).¹¹

10 Entre novembro de 1997 e início de 2000, a ZPA atraiu 22 empresas. Juntas, elas foram responsáveis pela geração de 800 empregos e por aproximadamente R\$ 1,2 bilhão de reais em impostos federais, estaduais e municipais, aumentando a arrecadação de ICMS do município em mais de R\$ 150 milhões. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

11 O programa era específico para associados da ACIM, mas empresas de outros estados chegaram a se filiar à entidade para obter empréstimos. Em março de 2003 o Banco do Brasil havia liberado quase R\$ 10 milhões no Paraná. Desse total, 64% foram disponibilizados para as empresas da Regional de Maringá, a campeã em empréstimos por meio do Cooperfat no Paraná. Foto: Revista ACIM de março de 2003.

Em dezembro, a Associação realizou a promoção “Natal, tempo de grandes emoções”, que inovou ao promover a chegada do Papai Noel descendo de rapel pelas paredes da Catedral de Maringá. Milhares de pessoas acompanharam a descida inédita. Em parceria com a prefeitura, foram montados cenários natalinos em diversas praças da cidade, apesar da maior concentração ter ficado no Centro de Convivência Dep. Renato Celidônio. A campanha do comércio sorteou entre os consumidores cinco motos, três carros e um apartamento de três quartos.

Na área da segurança, a ACIM doou 20 radiocomunicadores e financiou a implantação da Qualidade Total no 4º Batalhão da PM. A Associação manteve, durante vários anos, bolsas para 13 jovens do projeto Formando Cidadão, uma parceria da Polícia Militar com o governo do estado. Com apoio do Conselho do Comércio e Serviços, a entidade manteve um caixa mensal para custear despesas da Polícia Civil.

O Conselho do Comércio e Serviços já era um braço importante da ACIM, fazendo sugestões sobre campanhas, novos serviços e ações. No final de 2000, por meio de uma intervenção direta do órgão e o apoio do prefeito José Cláudio, que ainda não havia assumido o mandato, a empresa responsável pela cobrança do estacionamento nas ruas centrais da cidade voltou atrás e reduziu o preço cobrado dos usuários do sistema, depois de ter anunciado aumento nessas tarifas.¹²

O Conselho da Mulher da ACIM, comandado por Roni Enara Rodrigues, inovou e, além da Feira Ponta de Estoque e do Concurso de Decoração de Natal, nos anos de 2000 e 2001, realizou duas edições do Encontro das Mulheres Empresárias, com exposição de produtos e rodadas de negócios. As mulheres também organizaram o Baile Quatro Estações, com renda revertida para a Fundacim, um projeto concebido dentro da Associação e que teria início na gestão seguinte.

O Copejem, com Wilson Matos Silva Filho à frente, organizou, em março de 2002, o III Seminário Paranaense de Jovens Empresários e

12 A empresa era a Tecpark Comércio e Prestação de Serviços, que teria seu contrato com a prefeitura encerrado no final de 2001, dando lugar ao Estar Maringá (Estacionamento Rotativo Regulamentado Pago).

PRESERVANDO A MEMÓRIA

Em 2001, a Associação deu início ao Projeto ACIM Faz História, em parceria com a Cesumar (atual UniCesumar). O projeto consistia na gravação em vídeo de entrevistas com presidentes, diretores e executivos que passaram pela entidade. Os conteúdos seriam transformados em livro, conforme será abordado no capítulo referente à próxima gestão.

Outro projeto de resgate da memória, não só da ACIM, mas da própria comunidade, foi o “Maringá, registro da nossa história”, que consistia na organização de um almoço ou jantar seguido de homenagem às personalidades da cidade, como Emílio Germani, Anníbal Bianchini da Rocha, Américo Marques Dias e Manoel Mário de Araujo Pismel.



Luiz Júlio Bertin, ex-presidente da ACIM, em depoimento sobre sua gestão para o projeto que se transformaria em livro anos mais tarde.



Projeto ACIM Faz História, no momento em que era colhido o depoimento do ex-presidente da entidade, Manoel Mário de Araújo Pismel. Fotos: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



Jantar em homenagem a Anníbal Bianchini da Rocha. Na primeira imagem, Nogaroli junto de Bianchini; na segunda, membros da diretoria da ACIM, o homenageado com sua esposa, bem como o ex-prefeito de Maringá, João Paulino Vieira Filho (com paletó cinza ao centro). Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



Aeroporto de Maringá, que pouco tempo depois seria nomeado do Silvio Name Jr., empresário que faleceria em um acidente aéreo. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



Antonio Fermenton e, o então candidato a prefeito de Maringá, Silvio Name Jr. (PMDB), em 2000, quando esteve na ACIM para apresentar suas propostas para o setor empresarial local. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Empreendedores com grande sucesso. Os jovens também participaram ativamente de diversas promoções do Conselho de Administração, organizaram palestras e visitas às empresas.

A ACIM mudou seu organograma, criando uma superintendência e as gerências administrativa e institucional, além de diversas coordenadorias. O corpo de executivos ganhou mais autonomia e, dessa forma, os diretores passaram a atuar mais de forma estratégica. Nogaroli também criou o Comitê Gestor, para discutir questões financeiras e encaminhamentos que necessitam de maior agilidade na tomada de decisões.

A Associação reestruturou o departamento comercial e ampliou as ações do SPC, reconfigurando-o como Serviço ACIM de Informações ao Crédito (Saic). O SPC vinha perdendo mercado devido a vários fatores como o crescimento das vendas com cartões de crédito, o surgimento de novas tecnologias, que propiciaram que grandes empresas criassem seus próprios bancos de dados e a concorrência de instituições particulares, que começaram a oferecer informações cadastrais.

Para manter-se na liderança do mercado, a ACIM interligou-se ao banco de dados nacional do SPC e implantou novas modalidades de consultas cadastrais. Uma das inovações foi o Seivor, um meio de acesso para consultas via ondas de rádio com acesso à Internet 24 horas. A Associação

também lançou o Concheque Master, máquina de consultas cadastrais e preenchimento automático de cheques. Os investimentos resultaram em maior agilidade e redução nos custos de consulta, garantindo a competitividade do Saic.

No final dessa gestão, a ACIM também lançaria o Banco de Empregos, um serviço social para pessoas em busca de trabalho. Todos os cadastrados passavam por cursos e os aprovados eram disponibilizados para os associados.

Os projetos e serviços desenvolvidos pela ACIM resultaram na ampliação do quadro de associados que, em 2002, chegou a 2.500 empresas, sendo 55% ligadas ao comércio, 33% ao setor de serviços e 12% à indústria.

Com o dinamismo da ACIM, os voluntários que comandavam a entidade decidiram modernizar o estatuto social. A Assembleia Geral promoveu mudanças nas nomenclaturas da Diretoria Executiva, que passou a ser Conselho de Administração (CAD), e do Conselho Deliberativo, para Conselho Superior. Esse órgão também sofreu alteração na sua forma de atuação, passando a ser mais voltado à fiscalização e aconselhamento.

Visando dar mais agilidade na criação e extinção de serviços, departamentos e órgãos criados pela Associação, esses deixaram de ser estatutários e passaram a ser previstos em um regimento interno. Copejem e Conselho da Mulher também ganharam regimentos próprios.



Um dos muitos grupos que foram certificados para compor o Banco de Empregos da ACIM, no início dos anos 2000. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



Equipe de atendimento do SPC da ACIM, no início dos anos 2000. Novos equipamentos para melhor atender os associados. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Nova sede da ACIM

Em abril de 2002, em um de seus últimos atos como presidente, Jefferson Nogaroli inaugurou, com a presença do governador Jaime Lerner, a nova sede da ACIM (atual) no antigo prédio da Prosdócimo, onde já funcionavam algumas entidades, como a Casa Mercosul, IDR e Codem. A decisão de readequar o antigo prédio foi tomada a "toque de caixa". A reforma terminou literalmente momentos antes da inauguração. Por isso, enquanto Lerner entrava pela porta da frente, pintores saíam pela garagem. Em seguida, os convi-

dos da cerimônia de inauguração se dirigiram ao teatro Calil Haddad onde foi realizada a posse da nova diretoria.

Encerrava-se ali uma gestão que transformou a ACIM. Muitos acreditavam que a Associação perderia sua força com a saída de Jefferson Nogaroli. Porém, seu sucessor, Ariovaldo Costa Paulo, demonstraria que tinha fôlego para dar continuidade à fase de significativo crescimento da entidade e de criação de projetos em prol do desenvolvimento local e regional.



Jaime Lerner e Américo Marques Dias, primeiro presidente da ACIM, cortando a fita inaugural.



Lerner e Nogaroli, no primeiro evento da nova sede da ACIM, na Rua Basílio Sautchuk.
Fotos: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Ariovaldo Costa Paulo

Gestão 2002-2004

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- Presidente: Ariovaldo Costa Paulo
- 1º vice-presidente: Antonio Donizete Fermenton
- 2º vice-presidente: Ali Saadeddine Wardani
- Vice-presidente para Assuntos do Comércio: Adilson Emir Santos
- Vice-presidente para Assuntos da Indústria: Carlos Walter Martins Pedro
- Vice-presidente para Assuntos de Serviços: Wilson de Mattos Silva
- Vice-presidente para Assuntos de Comércio Exterior: Carlos A. Domingues
- Vice-presidente para Assuntos Comunitários: Luiz Roberto Marquezini
- Vice-presidente para Assuntos de Novos Produtos e Tecnologias: Eduardo Daibert Araújo
- Vice-presidente para Assuntos do Serviço de Informações Cadastrais: Nivaldo Reginato
- Vice-presidente para Assuntos de Finanças e Patrimônio: Carlos Alberto Tavares Cardoso
- Vice-presidente para Assuntos de Relações com o Associado: Carlos Alberto Würmeister
- Vice-presidente para Assuntos de Marketing e Vendas: Guilherme Fávero
- Vice-presidente para Assuntos do Desenvolvimento Regional: Oscar Conchon
- Vice-presidente para Assuntos de Eventos: Shiniti Ueta
- Vice-Presidente para Assuntos de Capacitação Profissional: José Carlos Valêncio
- Vice-presidente para Assuntos de Agronegócios: José Fernandes Jardim Jr.
- Vice-presidente para Assuntos de Crédito Cooperativo: Luiz Ajita
- Vice-presidente para Assuntos de Integração Econômica: Carlos Anselmo Corrêa
- Vice-presidente para Assuntos de Responsabilidade Social e Cidadania: Milton Goetten de Lima
- Vice-presidente para Assuntos de Shopping Centers: Domingos Bertoncello
- Vice-presidente para Assuntos Intersindicais: Heitor Bolela Jr.
- Vice-presidente para Assuntos das Micro e Pequenas Empresas: Carlos Alberto Facco
- Vice-presidente para Assuntos de Segurança: Guido Hermann

CONSELHO SUPERIOR

- Eleitos: Reginaldo Nunes Ferreira, Sabas Martins Fernandes, Antonio Busíquia, Luis Fernando Ferraz, Gersi Francisco Andreotti, Paulo Meneguetti, José Gomes Ferreira, Luiz Carlos Masson, Claudio Haruo Mukai, Valdecir de Britto, Renato Tavares, Eraldo Formaggio, Roberto Petrucci Júnior, João Maria da Silveira e Claudio Batistela.
- Membros natos do Conselho Deliberativo: Manoel Mário de Araujo Pismel, Joaquim Dutra, Luiz Júlio Bertin, Sidney Meneguetti, Raymundo do Prado Vermelho, Fernando Henriques, Alcides Siqueira Gomes, Carlos Mamoru Ajita, Massao Tsukada, Pedro Granado Martines, Hélio Costa Curta e Jefferson Nogaroli.



Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Ariovaldo Costa Paulo nasceu em Terra Boa, no Paraná, em 1963. Com apenas 16 anos casou-se com Lucinei Mologne. Começou a trabalhar com distribuição de frios e embutidos a lanchonetes e pequenos bares pelo sistema de pronta entrega. Em 1980 fundou a Arilu Distribuidora e a Alimentos Meleus. Expandiu seus negócios, transformando-se em um dos principais empresários do setor de distribuição de alimentos no estado. Em 1997 recebeu o título de Comerciante do Ano.

Na primeira gestão de Nogaroli entrou na ACIM como diretor do Comércio. Foi o primeiro presidente do Conselho do Comércio e Serviços. Após deixar o comando da Associação, presidiu o Codem em 2007 (de abril a agosto) e o Observatório Social de Maringá (2006-2008 e 2008-2010).

Ariovaldo Costa Paulo ampliou o número de diretorias, ou vice-presidências, de acordo com as mudanças estatutárias.

COPEJEM

- Presidente: Adriano Okawa¹
- 1º vice-presidente: Wilson de Matos Silva Filho
- 2º vice-presidente: Walcir Franzoni
- Vice-presidente para Assuntos de Informações: Enicéia Silva
- Vice-presidente para Assuntos do Comércio: Marcos César Gameiro Obici
- Vice-presidente para Assuntos de Desenvolvimento Regional: Sandro Bertoni
- Vice-presidente para Assuntos da Indústria: Cláudio Zavatini
- Vice-presidente para Micros e Pequenas Empresas: Ademir Kimura
- Vice-presidente para Assuntos de Responsabilidade Social e Cidadania: Adriana Scandelai
- Vice-presidente para Assuntos de Integração Econômica: Antonio Fiel Cruz Júnior
- Vice-presidente para Assuntos de Relações com Associados: Mohamad Ali Awada Sobrinho
- Vice-presidente para Assuntos de Eventos: Ricardo Michels
- Vice-presidente para Assuntos de Serviços: Ricardo Paiola Kmiecik
- Vice-presidente para Assuntos de Capitação Profissional: Wanderlei de Almeida César Júnior
- Vice-presidente para Assuntos de Secretaria: Cecília Leonor Philipp Borin
- Conselheiros: Alessandra Serra, Ana Carolina Gomes, Ana Carolina Schiavon, Claudiana Andreia Zavatini, Cláudio Isamu Suzuki, Daniela Midori Taguchi, David Conchon, Davilson Mantovanni, Gláuber Marini da Silva, Ives Tomita, Luciane Udenal, Luiz Eduardo Borin e Wilson de Oliveira.

CONSELHO DA MULHER EMPRESÁRIA E EXECUTIVA

- Presidente: Anália Nasser
- Conselheiras: Adriana Pierini, Alcina Fresta, Alessandra Moimás, Alessandra Serra, Ana Ligia Molin, Beatriz Bianchi da Costa, Celina Meneguetti, Cidinha Coquemala, Cintia Murad, Clarice Franchini, Clélia Cordeiro, Donária Rizzo, Elaine Maria de Andrade, Eligiani Ernandes, Elis Simone Ferreira, Elizabete Benites, Eunice Alvarenga, Helenice Ferri, Ines Tonom Pardini, Jeane Nogaroli, Laura Picoli Pequeno, Marcia Elshof, Maria Aparecida Sabbag, Maria Cristina Stump, Maria Lucia Fernandes, Maria Sonia Coelho, Marilene Fernandes, Mirna Bevilaqua, Monica Grillo, Nanci Martins, Nilza de Fátima Spirandelli, Nilva El Ghaz, Pity Marchese, Regina Teixeira, Roni Enara Rodrigues, Silvia Rezende, Tania Mara Serra, Telma Januário, Tininha Rodrigues, Wilma Belotto e Zenaida Machado.

CONSELHO DO COMÉRCIO E SERVIÇOS

- Presidente: Sir Carvalho – Tomaram posse 96 conselheiros.

¹ Após alguns meses, Adriano Okawa deixou a presidência e foi sucedido por Wilson de Matos Filho.



Momentos das eleições da ACIM, em fevereiro de 2002. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



Mesa de honra das autoridades na posse do novo presidente da ACIM, em abril de 2002.



No detalhe, Jefferson Nogaroli; Jaime Lerner, governador do Paraná; Ariovaldo Costa Paulo; e Walter Guerlles, presidente da Câmara Municipal de Vereadores. Fotos: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

A chapa de Ariovaldo Costa Paulo, nomeada “Compromisso com a comunidade”, foi eleita com 231 votos em 18 de fevereiro de 2002. Foi o maior comparecimento às urnas da ACIM até então. Sua posse foi realizada no dia 12 de abril, na data do aniversário da entidade. Para formar o Conselho de Administração, ele afirma que escolheu pessoas com perfil de liderança e o comprometimento com a sociedade.

Os nomes que hoje trabalham aqui podem ser os mesmos que, amanhã ou depois, irão ocupar posições importantes em outras entidades ou órgãos públicos no cenário estadual e até nacional. Serão os líderes que projetarão o nome de Maringá e trabalharão pelo desenvolvimento da cidade. A associação, penso eu, é responsável também pela formação de lideranças locais, por isso a minha preocupação de compor bem a diretoria.¹³

No dia seguinte à inauguração e posse dos conselhos, parte da estrutura da Associação se mudou para a nova sede: setor administrativo, assessoria de imprensa, departamento comercial, estatística, informática, SCPC,¹⁴ equipe de eventos e da recém-criada Fundacim. O prédio antigo, próprio, foi transformado no Centro de Capacitação ACIM.

¹³ Revista ACIM de abril de 2002.

¹⁴ O Serviço de Proteção ao Crédito nasceu em 1955 no Rio Grande do Sul e com o tempo chegou a todo Brasil por meio das Associações Comerciais e das CDLs (Câmaras de Dirigentes Lojistas). A marca SPC pertence à Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL). Em um determinado período, as associações comerciais passaram a utilizar a marca SCPC (Serviço Central de Proteção ao Crédito). Em 2010, houve a cisão entre várias associações comerciais. Um grupo se uniu para criar um banco de dados próprio. A ACIM decidiu, na época, unir-se à CNDL, que havia constituído a empresa SPC Brasil. O SPC Brasil possui o mais completo banco de dados da América Latina em informações creditícias sobre pessoas físicas e jurídicas, com participação de mais de 2.200 entidades que possuem cerca de 1,2 milhão de empresas associadas. Fontes: SPC Brasil e SOS Consumidor.



Café com Cultura com a palestra do então vice-reitor da UEM, Ângelo Priori, no início da gestão de Ariovaldo Costa Paulo. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

A nova gestão deu continuidade às parcerias e projetos iniciados em anos anteriores.

Durante a gestão Nogaroli, a Associação preparou o projeto do Instituto de Responsabilidade Social da ACIM (Fundacim) que foi apresentado no dia da posse do Ariovaldo. O lançamento ocorreu no mês de junho.

A fundação nasceu com o objetivo de trabalhar pela profissionalização das entidades assistenciais e dos seus gestores. Também aproximaria as empresas de ações de responsabilidade social e incentivaria o voluntariado.

Na política, todos os candidatos ao governo do estado receberam da ACIM e do Codem o documento “Propostas para o Desenvolvimento Econômico para Maringá e Região”, com ideias agrupadas nos temas: desenvolvimento industrial, infraestrutura para agropecuária, comércio e serviços.

A partir de maio de 2002, a ACIM começava uma parceria duradoura com a Receita Federal, o Café com Cultura. O evento, rápidas apresentações culturais seguidas de palestra, era realizado no auditório da própria Receita. O objetivo da Associação e do delegado Décio Pialarissi, na época, era o de desmistificar o órgão perante os

empresários. Os temas das palestras variavam entre ética e cidadania, evolução do conhecimento, administração do tempo e empreendedorismo, entre outros.

Em junho, após meses de articulação com participação da ACIM, Codem, prefeitura, Câmara Municipal e Associação de Agências de Viagens, a cidade passou a contar com os serviços da Gol Linhas Aéreas. Na época, a empresa cobrava as tarifas mais baixas do mercado. Em setembro, as entidades voltariam a se mobilizar e convenceram a Rio Sul/Varig a mudar seus planos e se manter na cidade. Na mesma época, a empresa aérea BRA anunciava o início das operações em Maringá.

Também no mês de junho, sob a coordenação da ACIM, foi criado o Fórum de Líderes, formado por presidentes das principais entidades de Maringá. A coordenação coube ao vice-presidente da Associação, Carlos Anselmo Corrêa. A primeira iniciativa do fórum foi viabilizar a retomada das atividades do Conselho Comunitário de Segurança de Maringá (Conseg), órgão existente desde 1983, mas que nos últimos anos não vinha apresentando resultados efetivos.

O Município editara uma lei em 2001 prevendo a formação de um Conselho de Segurança, que não saiu do papel. Coube ao Fórum de Líderes, em 2002, a iniciativa para ativar o órgão com representantes da ACIM, Sivamar, Lions, Fórum, Rotary, Federação da Agricultura do Paraná, Ministério Público, Sinduscon, Cocamar, Sociedade Rural, Penitenciária Estadual, Câmara Municipal, Sindicato de Hospitais, UEM, Lojas Maçônicas, Sindjus (Sindicado do Poder Judiciário) e Apras. Carlos Anselmo Corrêa foi eleito o primeiro presidente da nova fase do Conseg.¹⁵



Ariovaldo Costa Pau discursa durante o lançamento da Fundacim. O Instituto de Responsabilidade Social da ACIM foi concebido no ano de 2001 e criado oficialmente em junho de 2002 para ser o braço da Associação em educação, cultura e gestão do terceiro setor. A instituição atuaria na profissionalização das entidades assistenciais e seus gestores.



Franklin Vieira da Silva, presidente do grupo O Diário, é empossado como diretor da nova entidade. À esquerda, o primeiro presidente da Fundacim, Luiz Roberto Marquezini. Anos depois, o órgão alteraria seu foco, passando a atuar na formação superior do terceiro setor. Fotos: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

15 Em 2003 o governador Roberto Requião assinou, em Maringá, um decreto que regulamentou o funcionamento dos Conselhos Comunitários de Segurança no estado. Na ocasião, Requião frisou que “Maringá tem se mostrado pródiga em dar ao Paraná e ao Brasil seguidas provas da união de sua gente, da capacidade criativa da sociedade organizada, que se manifesta diante de desafios como este, de garantir a segurança de seus municípios”.

PLANO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Sob a presidência de Carlos Anselmo Corrêa, a primeira ação do Conseg foi criar um Plano de Segurança Pública com o objetivo de assegurar que a cidade mantivesse os baixos índices de criminalidade. Em 2002, por exemplo, foram registrados 405 homicídios em Curitiba, 270 em Foz do Iguaçu, 160 em Londrina e 15 em Maringá.

Mesmo com os baixos índices de criminalidade, as Polícias Civil e Militar passavam por muitos problemas: baixos salários, escassez de equipamentos e número reduzido de viaturas. O Conseg criou um programa que capacitou mais de 400 policiais e realizou um fórum de debates sobre segurança pública. O resultado foi a criação de câmaras técnicas dedicadas a temas específicos, como por exemplo o trânsito e a ampliação e modernização do atendimento 190 da Polícia Militar (que mais tarde resultou na inauguração do Ciosp). Na época, o órgão treinou 100 voluntários para anotar as irregularidades cometidas no trânsito.



Carlos Anselmo Corrêa e Ariovaldo Costa Paulo em reunião que discutiu a segurança em Maringá. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



Autoridades maringaenses prestigiam a posse de Nogaroli, primeiro da esquerda, como presidente da Faciap. Ao lado dele, Ali Wardani, Carlos Walter, Adilson Emir Santos, Paulo Meneguetti, Ricardo Barros e Valdir Pignata. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Em setembro de 2002, a ACIM fretou um jato da GOL Linhas Aéreas para levar mais de 120 lideranças locais até Curitiba para prestigiar a posse de Jefferson Nogaroli na presidência da Faciap. Cada um pagou a própria passagem. O ex-presidente da Associação foi o primeiro e único maringaense a presidir a entidade.¹⁶

Em novembro de 2002, a ACIM assinou convênio com a OAB Subseção de Maringá, Cesumar e o Tribunal de Justiça do Paraná, com apoio do Sicoob, proporcionando aos microempresários o acesso rápido e desburocratizado ao Juizado Especial de Pequenas Causas. O convênio permitiu ajuizar ações para execuções de títulos extrajudiciais e cobranças de dívidas inferiores a 40 salários mínimos. Exceto pela diligência, o associado só pagava pelo serviço se recebesse do inadimplente.

A ACIM implantou a Unidade de Resposta Auditável (URA) no SCPC. Com isso, os associados

¹⁶ Jefferson Nogaroli seria reeleito no dia 27 de setembro de 2004, ficando mais dois anos à frente da Faciap.

Proe

Em setembro de 2002, o IDR lançou o Programa Regional de Orientação para Estágio (Proe), órgão que nasceu com a missão de promover a integração entre empresa e escola, além de contribuir para a melhor qualificação dos estudantes de nível médio e universitário. O IDR formalizou parceria com a ACIM, que passou a oferecer o serviço para os associados.

Com o sucesso do Proe, junto aos associados

da ACIM, efetuou-se convênio com a Faciap para se estender o serviço para todo o Paraná. Em 2004, IDR, Faciap e Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) criaram o Instituto Proe, com sede em Maringá, e levaram o programa para todo o país. Atualmente é denominado Programa de Complementação Educacional, mas manteve a sigla Proe.



Arioaldo Costa Paulo discursa durante o lançamento do Proe, na primeira imagem. Em seguida, Eduardo Araújo, vice-presidente para Assuntos de Novos Produtos e Tecnologias da ACIM, um dos responsáveis pela implantação do projeto e, anos depois, pela condução de ações no Observatório Social de Maringá. Na terceira imagem, em primeiro plano, José Carlos Valêncio, vice-presidente para assuntos de Capacitação Profissional da ACIM, a coordenadora do Centro de Capacitação, Yara Kaway, e o presidente Arioaldo Costa Paulo. Fotos: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



deixaram de ser atendidos por telefonistas. Com a informatização do atendimento houve redução de despesas. O benefício foi repassado aos empresários com a inédita redução de 42% nos valores das consultas aos cheques do sistema.

Em parceria com o Sivamar e a Prefeitura Municipal, a ACIM realizou sua maior campanha de Natal até então, com a participação de 1.300

empresas e distribuição de mais de três milhões de cupons aos consumidores que concorreram a 10 carros zero quilômetro. Em termos de decoração, a abertura oficial foi no dia 5 de dezembro com o “Abraço do Natal”. Um coral de 800 crianças abraçou simbolicamente a Catedral e entoou canções natalinas. O evento reuniu cerca de 30 mil pessoas. O Conselho da Mulher

Cenário político estadual e nacional

Em 2002, Maringá recebeu três candidatos à presidência da República: Luiz Inácio da Silva (PT), Anthony Garotinho (PSB) e José Serra (PSDB). Eles receberam da ACIM e do Codem documentos com propostas para o desenvolvimento sustentável de Maringá e região. Lula viria a ser eleito para a presidência. No âmbito estadual, Roberto Requião voltaria a comandar o governo. Ainda, naquele ano, para o Senado, o Paraná elegeu dois candidatos: Osmar Dias (PDT) e Flávio Arns (PT).¹



Governador Roberto Requião em visita à ACIM durante a gestão de Ariovaldo Costa Paulo. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Em janeiro de 2003, uma comitiva de 70 líderes e empresários maringaenses se reuniu, em Curitiba com o governador Roberto Requião para reivindicar a ampliação da faixa de isenção do ICMS para microempresas. No dia 2 de fevereiro o governo atendeu ao pedido para empresas com faturamento anual até R\$ 180 mil. A estimativa era que 120 mil empresas do estado seriam beneficiadas.

¹ DIAS, 2008, p. 197.

também arrecadou 25 mil brinquedos (15.800 doados pela Receita Federal), entregues a crianças carentes.

Em 2002, a ACIM transformou a Casa Mercosul, criada dez anos antes, em Instituto Mercosul. Ao longo do ano, o órgão realizou palestras, caravanas técnicas e consultorias com o objetivo de estimular os empresários locais a realizarem negócios de comércio exterior. O Sebrae sempre foi um dos apoiadores do instituto.

Em dezembro, Maringá sediou o 4º Encontro Internacional de Agropólos. O evento foi coordenado pelo IDR em parceria com o Codem, entre outras instituições, com participação de cerca de 500 pessoas, incluindo técnicos com trabalhos importantes no desenvolvimento de projetos inseridos no agronegócio e nos agropólos.¹⁷

No dia 17 de junho de 2003, no Memorial da América Latina, em São Paulo, a ACIM recebeu o prêmio Top Social pelo case Fundacim. A promoção da Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB) valoriza organizações que desenvolvem ações de responsabilidade social. A ACIM foi selecionada em meio a empresas como Correios, Shell, Unibanco, Philipps do Brasil e Petrobras. Na época, o presidente Ariovaldo Costa Paulo comentou a proposta institucional da Fundacim:

Queremos uma mudança de mentalidade. Nossa meta é que a responsabilidade social não seja uma ação isolada nas empresas, mas faça parte de sua cultura administrativa. Queremos capacitar e profissionalizar as entidades sociais para que elas deixem de atuar à margem do sistema e possam ter acesso a todos os benefícios legais. Queremos estimular o empreendedorismo entre os jovens para que eles deixem de engrossar as estatísticas de desemprego.¹⁸

¹⁷ O Agropólo é um termo conceitual para nominar projetos de desenvolvimento no setor agropecuário. Em Maringá, foi desenvolvido pelo Codem e nasceu da constatação de que a zona rural da região estava economicamente enfraquecida e de que apenas 4% dos produtos comercializados na cidade eram produzidos na região. Foi realizado um diagnóstico das necessidades e a definição de se trabalhar nas cadeias produtivas de aves, gado de corte e de leite, grãos, hortifrutigranjeiros, turismo rural, flores, fitoterápicos, cana-de-açúcar, sericultura e madeira. O Agropólo buscava o desenvolvimento tecnológico para fortalecer os segmentos.

¹⁸ Revista ACIM de julho de 2003.

ACIM - Meio século de grandes conquistas



A ACIM completou 50 anos em abril de 2003. Uma logomarca foi criada para marcar o cinquentenário, e uma campanha divulgou a data com o slogan: “50 anos. É ACIM que os sonhos tornam-se realidade”. A mensagem foi veiculada sem custos por jornais, emissoras de rádio e televisão, acompanhada de uma música que dizia: “ACIM, você vai caminhando, sempre criando uma luz de esperança! ACIM você vai educando,

sempre plantando o futuro, uma herança! ACIM você vai superando, sempre alimentando, o futuro, a criança! ACIM, empresas trabalhando, sempre fomentando a perseverança! ACIM caminha Maringá. No país melhor não há, ACIM, orgulho do Paraná”. Também em abril, houve a mudança no nome da entidade que manteve a sigla, mas passou a ser denominada Associação Comercial e Empresarial de Maringá.



Várias homenagens marcaram os 50 anos. O nome do empresário Ângelo Planas, um dos fundadores da entidade, passou a denominar o auditório da ACIM.



No hall da associação foi criado um espaço para abrigar exposições de artistas da cidade e passou a ser denominado Espaço Cultural Américo Marques Dias. Raymundo do Prado Vermelho e Américo Marques Dias aparecem no local de homenagem ao primeiro presidente da ACIM que funcionou até 2011, quando o prédio da sede sofreria nova intervenção conforme será visto nas próximas páginas.



A comemoração dos cinquenta anos da ACIM aconteceu no então Centro de Eventos Araucária e contou com a maior presença de ex-presidentes da entidade desde a ação similar ocorrida em 1993. Muitas homenagens foram prestadas durante a solenidade.



Um evento na praça da catedral marcou as homenagens aos 50 anos com apresentação da Orquestra Filarmônica de Humanismo Ikeda de São Paulo e a participação especial das orquestras e corais do Cesumar e da Cocamar. Fotos: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Entre os projetos desenvolvidos pela Fundação estava o “Apoio à iniciativa empreendedora”, que beneficiava trabalhadores excluídos dos sistemas de crédito tradicionais por dificuldades em aprovar seus cadastros e que, para saldar dívidas ou realizar investimentos, ficavam sujeitos a juros elevados. O projeto estendia o

crédito solidário aos funcionários de empresas conveniadas que precisavam participar de um curso sobre orçamento familiar. As parcelas dos financiamentos, 12 no máximo, não ultrapassavam 20% do salário bruto e o crédito era concedido sem restrição alguma, com juros inferiores a 4%.

Comenda Américo Marques Dias

Em 2003, a ACIM criou a Comenda Américo Marques Dias, dedicada a personalidades que trabalharam pelo desenvolvimento de Maringá, como reconhecimento máximo da entidade. No dia 6 de agosto, a entidade fez uma homenagem considerada até óbvia: concedeu, pela primeira vez, a honraria ao primeiro Arcebispo de Maringá, Dom Jaime Luiz Coelho, conforme explica Ariovaldo Costa Paulo:

Definir o primeiro homenageado foi fácil, pois Dom Jaime sempre teve visão empreendedora e foi um dos maiores colaboradores para o desenvolvimento da cidade. Difícil será escolher o segundo homenageado.¹

Homenageados com a Comenda Américo Marques Dias:

- Dom Jaime Luiz Coelho (2003);
- Ex-prefeito de Maringá, Adriano José Valente (2007);
- Ex-presidente da Sociedade Rural de Maringá, Joaquim Romero Fontes (2008);
- Ex-presidente da ACIM mais antigo ainda vivo na época, Manoel Mário de Araújo Pissinel (2013);
- Jefferson Nogaroli (2015).²

¹ Revista ACIM de agosto de 2003.

² Para as fotos de todas as edições da Comenda, conferir a parte de “Anexos” ao final deste livro.

2003: Dom Jaime Luiz Coelho, durante a primeira homenagem outorgada pela ACIM.



Morre o prefeito de Maringá

No dia 16 de setembro de 2003, às 11h30, faleceu em Maringá o prefeito José Cláudio Pereira Neto, vítima de câncer. Ele tinha 51 anos e, durante o tempo em que permaneceu no poder, manteve-se humilde e carismático. Zé Cláudio, como era mais conhecido, trabalhou arduamente para recuperar as finanças da prefeitura, depauperadas na gestão Gianoto. Seu sucessor foi o vice-prefeito João Ivo Caleffi. Em entrevista para a Revista ACIM de março de 2003, enquanto se tratava da doença, o prefeito dissera que seu sonho era terminar o mandato e poder andar de cabeça erguida pela Avenida Brasil, cumprimentando e ouvindo as pessoas comentarem: “aquele ali é o ex-prefeito”.

A ACIM também ganhou, em junho de 2003, o Prêmio de Associação Destaque, outorgado pela Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB). A divulgação e entrega da premiação aconteceu durante o XII Congresso Brasileiro da CACB, realizado em Salvador. O Proe foi considerado pela Confederação como um dos melhores projetos de associações em todo país. A premiação foi entregue pelo presidente da CACB, Luiz Otavio Gomes, ao presidente Ariovaldo Costa Paulo.

Em julho de 2003, a Associação lançou um programa de inclusão digital inédito no país ao firmar parceria com os gigantes Microsoft, Intel e Banco do Brasil. Denominado ACIM Digital, o programa possibilitou que as microempresas associadas à entidade adquirissem computadores financiados via Proger¹⁹ com juros de 5,59% ao ano, somado a TJLP, com carência de três meses e mais 48 meses para pagar. Na época, 25% dos empresários que aderiram ao ACIM Digital adquiriram um computador pela primeira vez.

Com o sucesso do ACIM Digital, a Faciap decidiu seguir o mesmo caminho. Na convenção anual, realizada em novembro, a Federação anunciou o Paraná Digital, programa semelhante ao de Maringá. Na época, o presidente da Microsoft Brasil, Emílio Umeoka, disse que a parceria estava ajudando a empresa a cumprir a missão de captar negócios.²⁰

Outro projeto da ACIM, em parceria com o Instituto de Registro Civil de Pessoas Naturais do Paraná (Irpen), foi o Cidadão Digital. A premissa era de que todos os recém-nascidos recebessem um e-mail. Seria um código único e intransferível. A ideia da Associação era que essa fosse a identificação oficial de cada pessoa, atendendo a Lei nº 9.454/97 que previa a instituição de um número único de Registro de Identidade Civil. O

projeto da Associação, no entanto, não encontrou eco junto a alguns órgãos públicos e não prosperou. A polêmica lei também não está em vigor até hoje.

Em dezembro, a ACIM realizou a campanha “O Natal é 10”, sorteando mais dez carros zero quilômetro entre os consumidores. A ACIM, por meio da Fundacim, juntamente com o Cesumar e o Lar Escola da Criança, recebeu a doação de 50 mil brinquedos da Receita Federal, distribuídos em 72 entidades de Maringá e região.

Em fevereiro de 2004 a Associação atingiu a marca de 3.000 associados, um crescimento de 500 novas empresas em quase dois anos. A Revista ACIM de março atribuiu o crescimento a vários fatores: projetos, produtos e serviços inovadores, à atuação institucional em prol do desenvolvimento da comunidade e às estratégias de venda e pós-venda.

Responsável pela pasta de Marketing e Vendas, Guilherme Fávero, explicou que foram implantados na ACIM os mesmos princípios de administração e marketing utilizados pelas grandes empresas e que os consultores foram treinados para conhecer bem a entidade e o que ela fazia pelos associados.

A publicação também destacou algumas ferramentas de comunicação com os associados, como o programa Visite ACIM (semanalmente, divididos em grupos, associados eram convidados a conhecer a entidade), o Boletim Linha Direta e o 0800 para que os associados fizessem sugestões e críticas.

19 Programa instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pelo Codefat, cujo objetivo é o de financiar projetos de investimentos com capital de giro associado, que visem geração de emprego e renda. O foco é atender micro e pequenas empresas com atuação no comércio, indústria ou prestação de serviços.

20 Maringá se destacou durante àquela convenção. Além de apresentar o ACIM Digital, a entidade integrou os painéis sobre Comércio Exterior, Cooperativismo de Crédito, Proe e Responsabilidade Social. Na época, a Faciap congregava 282 associações comerciais.

Nasce a SER

Em 2004, Maringá ganhou a Sociedade Eticamente Responsável (SER). A primeira presidente foi a irmã Cecília Ferraza. A ACIM foi uma das fundadoras da entidade, que tinha, entre seus objetivos, estimular o trabalho voluntário e a educação das pessoas quanto ao civismo, meio ambiente, política fiscal e trânsito. O maior projeto da SER foi o Observatório Social, que será detalhado nessa publicação.



Irmã Cecília Ferraza, primeira presidente da SER, que seria agraciada com o Prêmio ACIM Mulher, conforme será visto nas próximas páginas.



Voluntários em prol das ações da SER (esquerda para direita): Massao Tsukada, Ariovaldo Costa Paulo, Adilson Emir Santos, Ali Wardani e Carlos Anselmo. Fotos: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

A diretoria da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) reuniu-se em Maringá no dia 17 de fevereiro. Foi o primeiro encontro realizado fora de uma capital. “A CACB escolheu a cidade para ressaltar a liderança, o desenvolvimento e a pujança da ACIM”, ressaltou na época o presidente da CACB, Luiz Otávio Gomes. Foram 30 representantes de federações de oito estados.

A ACIM transformou-se em referência nacional e passou a receber lideranças de associações comerciais de todo país. Seus projetos foram apresentados até para comitativas estrangeiras como a de Kakogawa (Japão), Montpellier (França) e Quebec (Canadá). Na área de comércio exterior, o Instituto Mercosul organizou missões empresariais para o Paraguai (Exporueda) e para a China. Organizou, também, duas edições do Fórum Internacional de Negócios durante a Expoingá.

Copejem

No início da gestão, o Copejem foi presidido por Adriano Okawa. Devido a compromissos particulares, após alguns meses Okawa deixou o cargo. Wilson Matos Filho voltou à presidência do órgão. Entre as maiores realizações da gestão estão o 4º Seminário Paranaense de Empreendedores e o “Caminho Empreendedor”, projeto em parceria com o IDR e Sebrae que difundiu o empreendedorismo nas escolas por meio do teatro, com participação dos próprios conselheiros. Graças a um convênio com o Copejem, o Banco do Brasil criou uma linha do Cooperfat especial para recém-formados.

Prêmio ACIM Mulher

Durante a gestão 2002–2004, o Conselho da Mulher, presidido por Anália Nasser, realizou um planejamento estratégico e passou a ser denominado ACIM Mulher. Esta denominação é como se fosse o nome fantasia. O órgão continuou denominado Conselho da Mulher Empresária e Executiva, como previsto no regimento interno da ACIM, contudo ganhou uma identidade visual. Coube ao conselho participar de várias ações da Associação e a realizar seus próprios eventos. Em 2004 foi criado o Prêmio ACIM Mulher, que homenageou diversas empreendedoras de destaque em diferentes setores da economia local:¹

- 2004 – Edna Almodin
(Hospital Pro Visão)
- 2005 – Irmã Cecília Inês Ferrazza
(Lar Escola da Criança)
- 2006 – Pity Marchese
(Haddock Buffet)
- 2007 – Fátima Zubioli
(O Casulo Feliz)
- 2008 – Helena Meneguetti Hizo
(Steviafarma)
- 2009 – Natália Martin
(Centro Comercial Tiradentes)
- 2010 – Jeane Nogaroli Guioti
(Presidente do Instituto Cidade Canção de
Responsabilidade Socioambiental e Desenvolvimento Humano)
- 2011 – Márcia Angeli
(Academia Márcia Angeli)
- 2012 – Cida Martins
(Martins Decorações)
- 2013 – Teresa Furquim
(Dental Press International)
- 2014 – Anália Nasser
(Arquiteta e presidente do Conselho de Administração do Hospital e Maternidade Maringá)
- 2015 – Agra Sendeski
(Antenas Aquário e Perfilave)
- 2016 – Eliza Shiozaki
(Colégio São Francisco Xavier)



1ª edição do Prêmio ACIM Mulher. No detalhe, Dra. Edna Almodin, a homenageada de 2004. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

¹ Para as fotos de todas as edições dos prêmios, conferir a parte de "Anejos" ao final deste livro.



Ariovaldo Costa Paulo Gestão 2004-2006

Devido ao dinamismo à frente da ACIM, Ariovaldo Costa Paulo foi reeleito para novo mandato. A reeleição foi realizada no dia 8 de março de 2004, e a chapa do empresário obteve 309 votos. A cerimônia de posse surpreendeu aos mais de 800 convidados que foram ao Teatro Calil Haddad no dia 14 de abril. Foi um evento temático e a magia deu o tom da cerimônia que contou com a participação de vários artistas de circo.

A grande mágica da sociedade é promover o desenvolvimento sem perder a ética, o respeito, o poder de indignação, enfim, sem perder o referencial do ser humano. A ACIM tem procurado trilhar este caminho... A Associação tem feito a diferença construindo pontes, procurando eliminar distância com os poderes públicos, com as empresas e outras instituições que compõem a sociedade organizada.¹

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- Presidente: Ariovaldo Costa Paulo
- 1º vice-Presidente: Antonio Fermenton
- 2º vice-Presidente: Ali Saadeddine Wardani
- Vice-presidente para Assuntos do Comércio: Adilson Emir Santos
- Vice-presidente para Assuntos da Indústria: Edson Recco
- Vice-presidente para Assuntos de Prestação de Serviços: Wilson de Matos Silva
- Vice-presidente para Assuntos de Comércio Exterior: Amaury Cezar Cruz Couto
- Vice-presidente para Assuntos Comunitários: Luiz Roberto Marquezzini
- Vice-presidente para Assuntos Intersindicais: Mauricio Gilberto Cândido
- Vice-presidente para Assuntos de Desenvolvimento Regional: Sérgio Vercezi Filho
- Vice-presidente para Assuntos do Serviço de Informações Cadastrais: Cleide Freitas Noronha
- Vice-presidente para Assuntos de Fin. Patrimônio: Carlos Alberto Tavares Cardoso
- Vice-presidente para Assuntos de Marketing: Tininha Rodrigues
- Vice-presidente para Assuntos de Desenvolvimento de Bairros: Oscar Conchon
- Vice-presidente para Assuntos de Eventos: Clélia Cordeiro
- Vice-presidente para Assuntos de Capacitação Profissional: José Carlos Valêncio
- Vice-presidente para Assuntos de Agronegócios: Celso Carlos dos Santos Júnior
- Vice-presidente para Assuntos de Crédito Cooperativo: Luiz Ajita
- Vice-presidente para Assuntos de Shopping Center: Antonio Mascarenhas
- Vice-presidente para Assuntos de Novos Produtos e Tecnologias: Sérgio Yamada
- Vice-presidente para Assuntos de Micro e Pequenas Empresas: Carlos Alberto Facco
- Vice-presidente para Assuntos de Meio Ambiente: Sir Carvalho
- Vice-presidente para Assuntos de Segurança: Carlos A. Corrêa
- Vice-presidente para Assuntos de Desenvolvimento Econômico: Carlos Walter Martins Pedro
- Vice-presidente para Assuntos de Empresa Escola: Wilson de Matos Filho
- Vice-presidente para Assuntos Federativos: Eduardo Araujo
- Vice-presidente para Assuntos da Qualidade: Carlos Würmeister
- Vice-presidente para Assuntos de Vendas: Manoel F. Marques

¹ Trecho do discurso de Ariovaldo Costa Paulo durante a posse daquela gestão.

CONSELHO SUPERIOR

- Presidente: Jefferson Nogaroli
- Conselheiros: Antônio Donizete Busíquia, Cláudio Batis-tela, Cláudio Haruo Mukai, Eraldo Formaggio, João Maria da Silveira, José Gomes Ferreira, Luís Fernando Ferraz, Paulo Meneguetti, Reginaldo Nunes Ferreira, Renato Ta-vares, Sabas Martins Fernandes, Valdecir de Brito, Nival-do Reginato, Carlos Domingues e Shiniti Ueta.
- Membros natos do Conselho Deliberativo: Manoel Mário de Araujo Pismel, Joaquim Dutra, Luiz Júlio Bertin, Sid-ney Meneguetti, Raymundo do Prado Vermelho, Fernan-do Henriques, Alcides Siqueira Gomes, Carlos Mamoru Ajita, Massao Tsukada, Pedro Granado Martines, Hélio Costa Curta, Jefferson Nogaroli, Ariovaldo Costa Paulo e Carlos Cardoso.

ACIM MULHER

- Presidente: Anália Nasser
- Conselheiras: Ana Teresa Bergmann, Carmem Pinheiro, Cintia Murad, Clélia Cordeiro, Donária Nogueira Rizzo, Elizabete Benites, Elizete Pires Chagas, Erusa Belo Ueda, Fátima Bastista, Flávia Pereira, Flávia Vicente Patroni, Flávia Vermelho, Helenice Ferri, Honame Tsunokawa Chaves, Jacira Paranho de Souza, Karina Cividanes Izzo, Maryleide Letícia Kabrini, Lilianny Ripke Gaspar, Maria Angélica Leonardo, Marilene Fernandes, Miriam Moraes Parmezani, Nádia Maria Costa Felipe, Odília da Silva Dossi, Rosa Maria Loureiro, Rosângela Macedo, Simara Cristina Souza, Tininha Rodrigues e Wlândia Dejuli.

COPEJEM

- Presidente: Michel Felipe Soares
- 1º Vice-presidente: Ricardo Augusto Guirado
- 2º Vice-presidente: Éber Coutinho
- Secretária: Glauber Marini
- Finanças: Anderson Guimarães
- Capacitação Profissional: Antonio Carlos Braga
- Inovação Tecnológica: Claudio Suzuki
- Comércio: Hussein Ali Wardani
- Qualidade: Luiz Carlos Branco Flamengo
- Relações Públicas: Luiz Cesar Cardoso Lopes
- Indústria: Marcelo Marchezan Caniatti
- Relações com o associado: Ives Tomita
- Assuntos Comunitários: Mohamad Ali Awada Sobrinho
- Pequenas e Médias Empresas: Patrick Luciano da Silva
- Responsabilidade Social: Walcir Franzoni
- Serviços: Wesley Dejuli
- Movimento pela Cidadania Fiscal: Adriana Scandelai

CONSELHO DO COMÉRCIO E SERVIÇOS

- Presidente: Sir Carvalho
- O conselho possuía mais de 100 integrantes



Registros daquela posse temática, que foi a primeira inovação em eventos formais proposta pela ACIM, deixando o protocolo mais dinâmico e agradável ao público presente. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Em junho de 2004, a Associação lançou o ACIMCard, um cartão de crédito voltado para as classes C e D, formadas por um contingente expressivo de pessoas que não tinham conta em banco, muitas vezes, reféns dos juros altos praticados pelas financeiras e que não eram foco das grandes operadoras de cartões. O ACIMCard foi lançado em parceria com o Sicoob, tendo a Cabal como operador.²¹

A ACIM apoiou a I edição do Festival de Cinema de Maringá, realizado entre os dias 26 e 31 de julho, idealizado pelo produtor cultural Pery de Canti e viabilizado por meio da Lei Rouanet. O festival recebeu a inscrição de dezenas de filmes para as mostras Competitiva 35mm e Paralela, Oficinas de Cinema e Seminário de Cinema.²² O apoio à cultura local prestado pela ACIM foi muito significativo a partir daquele período. Em 2011, junto de diversas entidades, ela fundaria o Instituto Cultural Ingá, conforme o conteúdo da década seguinte.

A Associação lançou em agosto de 2004 o serviço “ACIM Ambiental” que orientava, conscientizava e oferecia assessoria aos empresários sobre responsabilidade ambiental. Eram prestados serviços de licenciamento e auditoria ambientais, laudos técnicos e alternativas para diversas questões, entre elas a destinação correta e legal do lixo.

Desde a criação do Departamento de Estatística da ACIM (Depea), a entidade passou a monitorar com frequência os níveis de satisfação dos serviços prestados. Em junho de 2004 foram entrevistados 160 associados e 75 ex-associados. Entre os quesitos “ótimo” e “bom”, os resultados foram: imagem, 91,88%; produtos



Evento de lançamento do ACIMCard no Teatro Calil Haddad, em junho de 2004. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

e serviços, 90,85%; Feira Ponta de Estoque, 63,13%;²³ Campanha de Natal, 76,25%; Maringá Liquida, 71,25%; e a gestão da ACIM obteve, 81,25% de aprovação. Na época, Ariovaldo Costa Paulo analisou desta forma os resultados:

A pesquisa comprova o que na prática é adotado pela entidade: oferecer sempre serviços e produtos que auxiliem os associados na melhoria da gestão. Costumo falar que a ACIM deve ser como uma empresa: deve ter saúde financeira, imagem fortalecida e acima de tudo priorizar seus clientes, que no caso da entidade, são os associados.²⁴

A ACIM recebeu, em agosto de 2004, a visita de uma comitiva japonesa de Kakogawa que inaugurou oficialmente o Ishi-doro,²⁵ uma lanterna esculpida em pedra presenteada pela Câmara de Comércio de Kakogawa e que foi colocada no jardim da entidade.

21 A Associação mantém um cartão denominado ACIMCard que leva a bandeira Coopercred e é exclusivo para Pessoa Jurídica associada. O objetivo do cartão é o de facilitar compras a crédito aos empresários, principalmente aos de pequeno e médio porte que não possuem grande capital de giro

22 O Festival de Cinema teve 10 edições, sendo a última em 2013. Ao longo dos anos prestou homenagens a artistas de expressão nacional como Stepan Nercessian, Zezé Motta, Zelito Viana, Eva Wilma, Letícia Sabatella, Ari Fontoura e Chico Diaz, e os cineastas Walter Carvalho e Cacé Diegues, entre outros.

23 Esse índice de satisfação abrange inclusive empresários que não participaram da feira. Entre eles muitos acreditavam que a ponta de estoque prejudicava o comércio em geral na semana do evento.

24 Revista ACIM de julho de 2004.

25 O Ishi-doro é típico da cultura japonesa. Utiliza-se para iluminar oratórios e pode ser de metal, pedra, madeira ou bambu. Nele há um recipiente para se depositar óleo em que se sobressai um pavio, que, aceso, ilumina os arredores. Com a popularização da cerimônia do chá, os Ishi-doros são usados em jardins com a finalidade de iluminação. Assim, tornaram-se objetos de adorno característico de jardins japoneses. Geralmente o ishi-doro é esculpido em Okagueishi e tem vários formatos: os mais representativos são dos tipos Kassuga, Odoribe e Yukimi.



Ishi-doro no Espaço Kakogawa. Local que ficaria conhecido como “jardim japonês da ACIM”.

Em 1º de setembro de 2004, diversas entidades do norte e noroeste do Paraná, entre elas o Codem, a ACIM e a Associação Comercial de Londrina, se reuniram em Rolândia para criar uma Agência de Desenvolvimento – que mais tarde seria denominada Terra Roxa²⁶ O objetivo é o de divulgar a região no exterior, em especial à Comunidade Europeia e atrair investimentos para os 13 municípios que integram essa faixa territorial. O presidente Ariovaldo Costa Paulo comemorou a conquista:

A Terra Roxa contribui para a mudança de cultura na medida em que ocorre a articulação entre as entidades de diversos municípios. O fato de todo mundo sentar à mesa e discutir os problemas coletivos é um grande avanço.²⁷

Em setembro de 2004, o Codem apresentou um projeto desenvolvido a pedido da ACIM denominado Índice de Atividade Econômica de Maringá (IAEM). O índice, coordenado pelo professor Joilson Dias, do Departamento de Economia da UEM, foi formatado a partir de uma matriz composta por 18 indicadores como consumo de

energia e água, impostos, dados do SCPC, construção civil, movimentação de passageiros em Maringá, entre outros.

Pouco mais de um ano depois, Maringá passou a ser a primeira cidade do interior do país a contar com indicadores sobre a expectativa do consumidor em relação a satisfação financeira, renda, emprego e compras. O Índice de Confiança do Consumidor de Maringá (ICCM) foi viabilizado, mais uma vez, por meio da parceria entre a ACIM e o Departamento de Economia da UEM. O referencial orientava a classe empresarial sobre as perspectivas dos consumidores para os três meses seguintes. O levantamento era feito com base em entrevistas com cerca de 400 pessoas.

A cada seis meses, os técnicos faziam três simulações: otimista, realista e pessimista. O objetivo do trabalho foi o de fornecer aos diversos segmentos produtivos um quadro real do comportamento econômico, estabelecendo projeções que permitissem corrigir os rumos e reforçar os acertos na gestão das empresas.

Também em 2004, uma parceria entre a Fundacim e o Centro Social Marista gerou o projeto “ACIM dá Som” que oportunizava aulas de violão, educação em música e prática de orquestra a 30 adolescentes de 10 a 17 anos e de baixa renda. A oficina tinha duração de um ano e após o quinto mês os alunos passavam a receber bolsa mensal de R\$ 50,00. As aulas eram realizadas três vezes por semana no contra turno do período escolar. O instrutor era Roberto Mattar.

²⁶ A Agência de Desenvolvimento Regional Terra Roxa Investimentos foi fundada em dezembro de 2004 e tem sede em Rolândia. Um dos grandes mentores da ideia foi o vice-ministro das Finanças da Alemanha, Caio Koch-Weser, considerado uma das principais autoridades econômicas da Europa. Koch-Weser nasceu em Rolândia, um dos municípios com maior concentração de imigrantes germânicos na região.

²⁷ Revista ACIM de julho de 2005.

A partir desse projeto foi criada a orquestra de violões “Sons da Liberdade” que se apresentou em diversos eventos da entidade durante alguns anos.

Na época, as locadoras de vídeo sofriam com o comércio ilegal de CDs e DVDs. A ACIM apoiou os empresários do setor e organizou vários encontros com a presença de autoridades como o promotor Maurício Kalache, da Promotoria Especial de Combate à Sonegação Fiscal; Luis Carlos Mânica, delegado operacional da 9ª SDP e Telmo Valter, representando a Associação Brasileira de Defesa da Propriedade Intelectual (Adepi). Os órgãos públicos apertaram o cerco contra a pirataria e foram feitas ações de conscientização para que os consumidores não adquirissem produtos contrabandeados.

Um dos principais projetos em que a diretoria da ACIM se envolveu em 2004 foi o primeiro pregão social do país realizado na Bolsa de Cereais e Mercadorias. O pregão fez parte do Mercado Social, um projeto da Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB). A decisão de realizar o evento em Maringá não foi difícil de ser tomada. Afinal, a ACIM foi a primeira associação do gênero do país a criar um Instituto de Responsabilidade Social, a Fundacim.

Os “investidores”, que arremataram cotas do pregão social, colaboraram com projetos de cinco entidades assistenciais da cidade. O objetivo foi o de propiciar condições para que estas instituições viabilizassem ações que contribuíssem para sua autossustentabilidade e, ainda, gerassem renda e profissionalização para 340 pessoas.

O valor de cada cota foi de R\$ 500,00, divididos em 10 parcelas. No total, foram 350 investidores (muitos aplicaram em mais de um projeto), 522 cotas comercializadas e arrecadação de R\$ 261.500,00. O evento contou com o apoio do Sicoob Metropolitano que, inclusive, fez o pagamento de parte do valor arrecadado para que as entidades pudessem dar início imediato aos projetos.

Os mentores do projeto foram o vice-presidente da CACB, Omar Carneiro da Cunha, e a diretora-superintendente do Mercado Social e membro do Comitê Brasileiro do Pacto Global, Gilda Pessoa. Em seu discurso, durante a abertura do pregão, Cunha falou do espírito

Eleições municipais de 2004

Em 2004, ACIM, SER e Codem ouviram os candidatos a prefeito que chegaram ao segundo turno das eleições municipais: João Ivo Caleffi (PT), da Coligação “Maringá para Todos” e Silvio Barros II (PP), da coligação “Gente de Maringá”. Eles foram questionados sobre projetos importantes à comunidade como Gasoduto, Região Metropolitana de Maringá, Internacionalização e transformação do Aeroporto Regional em Terminal de Cargas, Tecnopark, entre outros.

Silvio Barros foi eleito com 92.052 votos (53,51% do total), enquanto que João Ivo Caleffi fez 79.983 votos (46,49%). Os outros candidatos foram: Dr. Batista (PTB), Edmar Arruda (PPS), Wilson Quintero (PSB), João Beltrame – Joba (PV), Nilson Souza (PSC) e Rogério Mello (PTC).¹



Ariovaldo Costa Paulo e o prefeito Silvio Barros, durante o lançamento do Natal Ingá de 2005, no Hotel Deville. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

¹ DIAS, 2008, p. 203.

associativista de Maringá e da ACIM:

Trabalhamos três anos nesse projeto e, quando estivemos em Maringá pela primeira vez, eu e a Gilda, ficamos encantados com o que vimos na ACIM. Estamos implantando o Mercado Social em cinco regiões, mas onde encontramos maior engajamento foi em Maringá [...]. Queremos acabar com o paradigma da miséria.²⁸

²⁸ Revista ACIM de dezembro de 2004.

Em dezembro de 2004, terminou a reforma do segundo andar do prédio da ACIM. Após a revitalização, o espaço passou a abrigar várias entidades que ficavam no térreo: Fundacim, Instituto Mercosul, Cacinar, IDR e Codem. O térreo recebeu o Balcão de Atendimento do SCPC, Banco de Empregos e o Centro de Capacitação da ACIM, que desocupou a sede antiga, possibilitando que ela fosse alugada, gerando renda para a Associação.

A campanha do comércio do final do ano foi “Dez contos de Natal”, promovida pela ACIM e Sivamar. Foram sorteados 10 carros zero quilômetro.

A Associação, o Conselho de Segurança e o Rotary investiram na informatização do Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (Ciosp) de Maringá, permitindo que, através do telefone 190, a população pudesse acionar a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, o Siate e a Polícia Civil. Além da agilidade, o sistema permitiu a identificação digital de chamadas, gravação de voz, controle de ligações e monitoramento das ocorrências.

Em 2005 a ACIM e o Sivamar mudaram a fórmula da Maringá Líquida, criada oito anos antes. A campanha, agora com a responsabilidade de proporcionar descontos aos consumidores – antes, durava em média 10 dias e sorteava apartamentos e veículos –, passou a ser realizada em dois dias, com propaganda e distribuição de bandeirolas. A decisão foi tomada após duas reuniões com associados que, em sua maioria, optaram pela nova fórmula.

Entre os dias 10 e 20 de junho de 2005 uma missão empresarial de Maringá esteve no Japão com vários objetivos: apresentar e pedir apoio ao projeto do Jardim Japonês do Parque do Japão às autoridades daquele país, mostrar as vantagens de Maringá, estimular mais dekasseguis²⁹ a investirem na cidade e discutir possíveis alianças empresariais.



Maringá Líquida: campanha deixa de distribuir prêmios. Foco passa a ser os descontos para os consumidores finais. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Foi uma agenda extensa. No retorno, o presidente Ariovaldo Costa Paulo avaliou a viagem de forma positiva. “Plantamos uma semente e agora temos que trabalhar para que a iniciativa dê bons frutos”, frisou ele. A ACIM e o Codem se reuniram com os dekasseguis de Kakogawa e Nagoya, quando ficou claro a vontade de eles voltarem ao Brasil, mas tinham receio quanto à violência urbana e desconheciam onde e como investir com segurança.³⁰ No contato, Silvio Barros falou sobre as vantagens de Maringá:

29 A estimativa era de que os dekasseguis enviassem US\$ 2,2 bi ao Brasil em 2005, sendo US\$ 560 milhões ao Paraná e, para a região de Maringá a remessa seria de US\$ 100 milhões. Foto: Revista ACIM de junho de 2005.

30 Em 2006 seria criado o Instituto Tomodati de Cooperação do Brasil para apoiar a ressocialização dos dekasseguis no Brasil e estimular o empreendedorismo. A entidade funcionou durante vários anos na sede da ACIM.

Estamos aqui com tudo o que vocês precisam: temos a Prefeitura e a Câmara Municipal que garantem investimentos na infra-estrutura da cidade; a Associação Comercial e o Codem que podem realizar projetos e dar suporte profissional aos investidores; o Sebrae que atua na qualificação dos empreendedores e a Acema, que realiza um trabalho de readaptação do dekassegui à sociedade.³¹

A comitiva brasileira plantou em Kakogawa cinco ipês amarelos no canteiro da então futura Avenida Maringá, construída ao lado da linha férrea, que havia sido elevada. O gesto retribuiu a homenagem que Maringá fez ao denominar como “Kakogawa” uma avenida da cidade. Os maringaenses presentearam a Câmara de Comércio daquela cidade com uma miniatura da catedral Nossa Senhora da Glória, com 1,4 metro de altura.

No Japão os maringaenses apresentaram a imagem de que a cidade era segura. A própria Rede Globo de Televisão fez, na época, uma matéria especial no programa Globo Repórter mostrando essa segurança. Mas, na prática, surpreendentemente, os índices de violência aumentaram em 2005. Somente no primeiro semestre daquele ano houve crescimento de 500% nos casos de sequestros-relâmpagos, 320% nos homicídios e 138% nos furtos em relação ao mesmo período de 2004.³² Em setembro, o empresário Rubens Orlandini foi a 28ª vítima de homicídio na cidade.

A morte de Orlandini foi o estopim para várias manifestações populares. A maior delas aconteceu no dia 16 de setembro, quando 10 mil pessoas, segundo a Polícia Militar, se reuniram em ato na Avenida Brasil pedindo o aumento do efetivo policial e a redução da violência. Na época, a região contava com apenas um policial para cada grupo de 960 habitantes, segundo a secretaria Nacional de Segurança Pública.

Foi elaborada uma carta aberta às autoridades e lideranças do Paraná, assinada por 134 entidades, que demonstraram a preocupação da sociedade “com o aumento vertiginoso dos índices de



Manifestação que, iniciada na Avenida Brasil, seguiu até o estabelecimento onde Orlandini foi assassinado. O comércio foi fechado durante o período da ação popular. Ariovaldo Costa Paulo foi uma das várias autoridades presentes. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

violência”. No dia 19 daquele mês, cerca de dois mil estudantes, de escolas municipais, públicas e particulares, realizaram a Caminhada pela Paz. Munidos de faixas e cartazes, eles reivindicaram mais segurança nas escolas. O trânsito também preocupava os empresários e a comunidade. Até setembro, foram 50 mortes em acidentes.

Em outubro, a ACIM inovou mais uma vez e lançou o serviço Check Free, tornando-se a primeira associação comercial do país a oferecer consultas de cheques sem custo aos associados.³³ Também em outubro, presidido por José

31 Documentos arquivados no Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

32 Revista ACIM de outubro de 2005.

33 O objetivo do Check Free era o de aumentar o índice de consultas e diminuir a incidência de um problema das empresas: entre janeiro e agosto, o número de cheques emitidos havia sido 7,3% menor do que no mesmo período de 2004. Mesmo assim, usando a mesma comparação temporal, o número de cheques devolvidos havia aumentado 6,5%.



Sérgio Yamada, vice-presidente responsável pelo projeto Cardcell, durante o lançamento do novo produto em 21 de dezembro de 2005. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Carlos Barbieri, o IDR conquistou a classificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip)

Durante a 15ª Convenção Anual da Faciap, em 2005, a ACIM foi o grande destaque, principalmente, em relação à Responsabilidade Fiscal. Maringá conduziu o painel sobre cooperativismo de crédito, profissionalização das ACEs, Empreender, novos produtos e Proe. No encontro foi criado o Conselho da Mulher Empresária e Executiva do Paraná.

Outro projeto lançado pela Associação foi o ACIM Mobile, que permitiu consultas ao sistema de proteção ao crédito de maneira inovadora: por meio do celular. A entidade celebrou parceria com a TIM e as consultas eram feitas com rapidez e custo médio de R\$ 0,03. Para acessar o serviço, o associado teria que adquirir um chip especial disponibilizado pela Associação, pagando R\$ 14,90 por mês. O projeto foi desenvolvido durante dez meses e envolveu uma equipe de colaboradores da entidade e de empresas parceiras.

Posteriormente, a ACIM lançou o Cardcell, também em parceria com a TIM, e com a empresa Insula TI. O objetivo da iniciativa foi o de

possibilitar a realização de transações de crédito por meio do celular, substituindo as máquinas de cartão. O projeto da Associação chegou a ganhar o Prêmio Inovadores 2006, concedido pela Revista PC Word. Como havia muita dificuldade de aderência ao mercado, que ainda não estava preparado para a tecnologia, o projeto foi finalizado. Vale lembrar que na época os aparelhos móveis não tinham como acessar a infinidade de aplicativos gratuitos que seriam disponibilizados anos mais tarde.

O Natal das ruas comerciais de Maringá em 2005 foi o mais iluminado até então. A ACIM adquiriu e instalou mais de 24 mil metros de mangueiras luminosas em 606 árvores (cerca de 880 mil lâmpadas). Foi cobrado um valor quase simbólico dos associados estabelecidos nas ruas e avenidas decoradas. Os lojistas pagavam de acordo com o número de metros quadrados da fachada.

A gestão 2004-2006 buscou apoio de parlamentares, prefeitos, deputados, senadores e até ministros para defender a bandeira do desenvolvimento. A ACIM recebeu lideranças como o governador Roberto Requião; o deputado federal Luiz Carlos Hauly (relator da Lei Geral das

MPEs); Hermas Brandão, presidente da Assembleia Legislativa; Gleisi Hoffmann, diretora da Itaipu Binacional; Enio Verri, chefe de gabinete do Ministério do Planejamento; Carlos Lessa, economista, ex-presidente do BNDES; Severino Cavalcanti, presidente da Câmara dos Deputados; e o Ministro da Casa Civil, José Dirceu, entre outros.

Naquele mês de abril, em seu artigo de despedida na Revista ACIM, Ariovaldo Costa Paulo fez um balanço positivo de suas duas gestões à frente da entidade:

No início de 2002 éramos uma “panela” com 2.493 associados e hoje chegamos em 3.237 empresas, um aumento de 30%. Aumentamos o número de associados, aumentamos a “panela” ACIM e, mesmo assim, conseguimos diminuir a distância entre a entidade e os empresários. Esta é uma vitória que pode ser provada através de números. Hoje, 94% dos associados têm uma boa imagem da ACIM e 90% aprovam a nossa gestão.³⁴

ACIM Mulher

Em junho de 2005, o ACIM Mulher organizou em Maringá o 5º Encontro Paranaense da Mulher Empresária. A presidente Anália Nasser falou do evento promovido pela Faciap:

O objetivo do encontro é o de destacar a participação da mulher no meio empresarial, o desenvolvimento dos conceitos de liderança feminina e promover a troca de experiências entre as participantes.³⁵

Coube ao Conselho da Mulher organizar as duas edições da Feira Ponta de Estoque em 2004 e 2005, além de promover diversos eventos de qualificação e valorização das mulheres. O órgão completou 25 anos em 2005, comemorados com um grande evento que prestou homenagem a todas as presidentes da história.



Como era algo novo, a ACIM efetuou diversos testes de iluminação nas árvores próximas à sua sede. A empresa parceira fez a primeira experiência em junho de 2005, na Praça Napoleão Moreira da Silva (registro acima), quando a diretoria da Associação aprovou a proposta. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



Registro da iluminação natalina de Maringá que se espalhou pelo centro e alguns bairros da cidade. Até 2012 essa ação foi financiada pela ACIM em parceria com a Prefeitura. Depois desse período, o desenvolvimento dessa cenografia ficou sob responsabilidade do Poder Executivo. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

³⁴ Revista ACIM de abril de 2006.

³⁵ Revista ACIM de maio de 2005.

Comemoração dos 20 anos do ACIM Mulher com a feijoada, que se tornaria um evento anual tradicional para o conselho. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



Copejem

Foram dois anos de muitas realizações. Com o empresário Michel André Felipe Soares, o Copejem foi um laboratório onde os jovens puderam exercitar seus talentos ao mesmo tempo em que tinham a missão de fortalecer a imagem da ACIM. Dessa forma, o órgão realizou com sucesso a V e a VI edições do Seminário de Jovens Empresários e Empreendedores. Em 2005, o evento aconteceu paralelamente à XXIV Semana do Administrador da UEM e foi muito comemorado por Soares:

Atingimos o objetivo de integrar o acadêmico e o mundo empresarial. Os participantes tiveram oportunidade de fazer questionamentos e esclarecer dúvidas após a apresentação de casos de sucesso que mostraram que empreender é possível.³⁶

O Copejem promoveu *happy hours* e palestras, organizou o Feirão do Imposto³⁷ e apoiou ações

³⁶ Revista ACIM de outubro de 2005.

³⁷ O Feirão apresentou os impostos embutidos em produtos comercializados no país. O evento foi uma forma de orientar e alertar a população sobre a alta carga tributária que incide em diversos produtos e serviços, e de conscientizar o cidadão sobre a cobrança na aplicação efetiva e transparente dos tributos. A ação também fez parte da luta dos empresários pela simplificação tributária.

da ACIM. O ponto alto da gestão foi a comemoração dos 15 anos de fundação do conselho, realizada com um luau no Alphaville Maringá Clube, quando foram homenageados os ex-presidentes da Associação e do Copejem.

Responsabilidade Social e Cidadania

A ACIM realizou ações de cidadania e apoiou eventos da Fundacim e da SER (Sociedade Eticamente Responsável). Além de atuar no apoio às entidades assistenciais, como no caso do pregão social, a Fundacim prestou serviços de consultoria na transformação de alguns hospitais de Maringá e região em Organizações Não Governamentais. Com a mudança, os hospitais passaram a oferecer atendimento gratuito à população e a apresentar o balanço social das atividades.

A SER realizou palestras e cursos com temas como discriminação racial, educação fiscal, o papel do prefeito e do vereador numa sociedade eticamente responsável, formas de controle das ações do poder público e o funcionamento da legislação como instrumento de controle popular, a ética no exercício de cargos públicos, entre outros.

Funcionários das Receitas Estadual e Federal e da UEM, em parceria com a SER, decidiram

ACIM: 53 anos de histórias

Na tarde de 28 de abril de 2006, antes da posse dos novos conselhos, a ACIM apresentou à comunidade sua Cápsula do Tempo, um grande invólucro de metal que guarda para a posteridade diversos materiais e objetos. Ela será aberta em 2053, ano do centenário de fundação da Associação.

Estão depositados na cápsula a ata de fundação da ACIM, caricaturas dos presidentes, pesquisas de satisfação e relação de associados, vídeos de Maringá, hino da ACIM de 2003, aparelho de DVD, celular, moedas e cédulas, fotos, escultura da Catedral, cerâmica estilo raku, charge da Maringá de 2053, cartas de autoridades e presidentes de entidades, edições dos principais jornais do Brasil e de Maringá, além de revistas de maior circulação no país.

Na noite daquele dia 28, aconteceu a posse dos novos conselhos no teatro Calil Haddad. Antes, foi apresentada uma peça teatral sobre a história da ACIM. Com texto escrito pelo publicitário José Luiz Garcia, a peça contou com participação de Luthero de Almeida, Pedro Ochoa, entre outros atores. Vários diretores e funcionários da ACIM foram figurantes. Destaque para o vice-presidente e engenheiro civil José Carlos Valêncio, que fez o papel de Américo Marques Dias. Houve mais duas apresentações do espetáculo para estudantes da rede pública de ensino.

No final da noite, a Associação brindou os associados com o livro *O Sonho se Faz ACIM*. A obra, escrita pelo jornalista Dirceu Herrero Gomes, superintendente da entidade e pelo comunicador e historiador Gilson Aguiar, registrou os principais fatos dos 53 anos de existência da instituição.

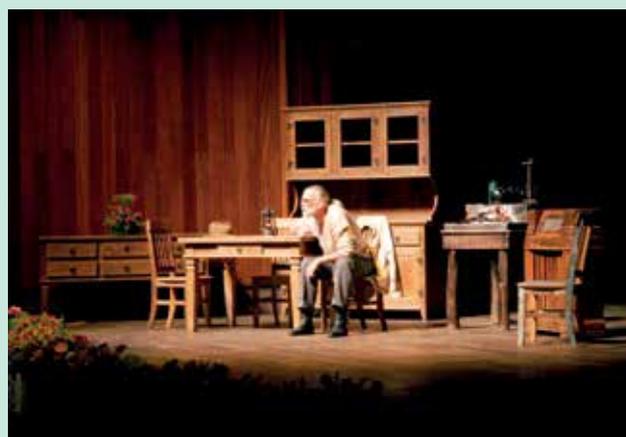
O livro foi o resultado da parceria entre a Associação e o Cesumar dentro do projeto “ACIM faz História”, produzido pela Dental Press Editora. O lançamento reuniu os presidentes, diretores e funcionários que passaram pela entidade. Todos autografaram a obra, afinal, desde a fundação em 12 de abril de 1953, eles é que vinham escrevendo a história de sucesso da ACIM.



O primeiro presidente da ACIM, Américo Marques Dias, depositou na cápsula um exemplar do livro “O sonho se faz ACIM”.



Ariovaldo Costa Paulo em discurso de conclusão de sua gestão à frente da ACIM. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



Luthero de Almeida em cena durante peça teatral, em abril de 2006, em comemoração aos 53 anos da ACIM.

ensinar educação fiscal de forma diferente à população. Eles tiveram aulas de teatro e interpretação, escreveram o roteiro e incorporaram personagens na peça “O auto da barca do fisco”. A peça explica, de forma crítica e divertida, o quanto é importante pagar corretamente os impostos. Foi apresentada em escolas, teatros e eventos não só em Maringá, mas em outras cidades do estado durante vários anos.

A educação fiscal e a aplicação adequada dos recursos públicos foram tema de vários artigos do presidente Ariovaldo Costa Paulo na Revista ACIM. Em março de 2005, sob a pauta “imposto não pode ser confisco”, ele comentou que “há algo errado numa sociedade quando o que é arrecadado pelo governo vem à custa da sobrecarga de quem paga os impostos”.

Costa Paulo criticou a altíssima carga tributária brasileira, em torno de 36,5% do PIB, segundo dados do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, e o desperdício de dinheiro público. Sobraram críticas também para a contratação de funcionários efetivos e em cargos de confiança no governo federal.

Enquanto isso o governo fica inventando fórmulas de novos impostos como a CPMF, criada com base no apelo de salvar a saúde do povo brasileiro. Salvou? Onde está o dinheiro? E a Cofins, criada para complementar as necessidades da Previdência? Onde está o dinheiro arrecadado? Foram R\$ 134,8 bilhões arrecadados de janeiro de 2003 a dezembro de 2004.³⁸

Economia

O desenvolvimento e modernização de Maringá em 2004 e 2005 podem ser comprovados pelo crescimento de vários setores da economia. Na área comercial, os investidores encontraram na criação de shoppings centers um mercado bastante atrativo. A cidade ganhou em 2004 seu terceiro shopping de varejo³⁹ ao mesmo tempo

que começavam as obras do sétimo shopping atacadista, o Avenida Fashion. Sem contar os chamados “shoppings populares”.

No setor de confecções, em 2005 o Paraná era considerado o segundo pólo do Brasil com mais de 4,5 mil indústrias, que produziam 18 milhões de peças por mês. O setor gerava 125 mil empregos e movimentava R\$ 3,5 bilhões anualmente. Somente no norte e noroeste existiam 12 centros atacadistas e de ponta-entrega, totalizando mais de mil lojas de atacado, 90% com fabricação própria. Maringá e Cianorte recebiam mensalmente 30 mil compradores de vários estados brasileiros.⁴⁰

Em setembro de 2005 a Revista ACIM mostrou que o mercado publicitário de Maringá era na época o segundo do Paraná, movimentando mensalmente R\$ 5,3 milhões aproximadamente, cerca de R\$ 2,2 milhões de verba local e 3,1 milhões provenientes de anunciantes estaduais e nacionais. Eram 45 agências que geravam mais de 150 empregos. Segundo o Sindicato das Indústrias Gráficas de Maringá e Região (Singramar), que representava 28 empresas locais e 17 da região, apenas as filiadas faturavam mensalmente R\$ 2,5 milhões.

Na Receita Estadual de Maringá, a arrecadação da delegacia, que abrange 58 municípios, cresceu 45% entre 2002 e 2005. Entre janeiro e setembro de 2005, a cidade foi responsável por 74% da arrecadação total dos 58 municípios da regional. Só o setor do comércio respondeu por 89% do que foi arrecadado na cidade. Considerando apenas o ICMS, em 2005 o crescimento da arrecadação foi de 13% em relação a 2004. De janeiro a setembro de 2005, comparando ao mesmo período de 2002, a arrecadação cresceu 45%.

Em julho de 2005 a Revista ACIM fez uma matéria sobre uma das poucas notícias negativas para a economia de Maringá. Devido à estiagem houve quebra de 15% na safra da soja e, com a desvalorização do dólar, o transporte de cargas na região diminuiu cerca de 40%.

38 Revista ACIM de março de 2005.

39 Na realidade, o antigo Shopping Maringá se transformava em Shopping de Descontos, com investimentos de R\$ 5 milhões. Posteriormente seria denominado Shopping Cidade.

40 Revista ACIM de setembro de 2005.

Os dez maiores contribuintes do Paraná em 2005:

RANKING	EMPRESA
1ª	Spaipa Indústria de Bebidas (Coca-Cola)
2ª	Alcatel Telecomunicações
3ª	Casas Bahia
4ª	Global Telecom (GVT)
5ª	Usina Alto Alegre
6ª	Companhia de Petróleo Ipiranga
7ª	Águia Distribuidora de Petróleo
8ª	Supermercados Cidade Canção
9ª	Atacadão
10ª	Shell Brasil

Foto: Receita Estadual

O ano de 2007 também ficaria marcado por grandes investimentos. O Aspen Park anunciou R\$ 15 milhões para sua revitalização. Após as obras, o shopping alterou sua denominação para Maringá Park; o Prever anunciou a instalação de um crematório; o grupo do então Colégio Drummond informou que em julho Maringá contaria com nova instituição

de ensino superior, a Faculdade América do Sul; em maio seria lançado o Mandacaru Boulevard, um shopping com dois pisos e 12.400 m² de área construída e que seria inaugurado um ano depois. Em novembro entrariam em operação as instalações do Centro de Engenharia e Inovação Tecnológica (CEIT) e Maringá se consolidaria como polo de saúde.⁴¹

41 Revista ACIM de maio de 2007.



Carlos Alberto Tavares Cardoso

Gestão 2006-2008

Carlos Alberto Tavares Cardoso nasceu em Maringá no dia 28 de julho de 1964. Quando assumiu a presidência da ACIM, ele era sócio-proprietário da rede de supermercados Cidade Canção. A empresa foi fundada no dia 3 de dezembro de 1977 pelo seu pai, Manoel Marques Cardoso.

Formado em Contabilidade, Carlos Cardoso assumiu os negócios junto com três irmãos e desenvolveu a empresa, abrindo diversas filiais. Tanto que em 1997 ganhou o Prêmio Comerciante do Ano, concedido pelo Sivamar. No ano seguinte, ele seria presidente da Apras Regional Noroeste. Em 2010, com a fusão entre as redes Cidade Canção e São Francisco nasceu a Companhia Sulamericana de Distribuição (CSD), em que Cardoso exerce o cargo de diretor-presidente. O empresário também foi presidente do Codem na gestão 2009/2010.

A eleição dos novos conselhos da ACIM foi realizada no dia 13 de março de 2006. O empresário Carlos Alberto Tavares Cardoso foi eleito com quase 400 votos. A cerimônia de posse aconteceu em 28 de abril no Teatro Calil Haddad.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- Presidente: Carlos Alberto Tavares Cardoso
- 1º Vice-presidente: Paulo Meneguetti
- 2º Vice-presidente: Anália Nasser
- Vice-presidente para Assuntos do Comércio: Adilson Emir Santos
- Vice-presidente para Assuntos de Prestação de Serviços: Wilson de Matos Silva Filho
- Vice-presidente para Assuntos da Indústria: Edson Marcelo Recco
- Vice-presidente para Assuntos de Agronegócios: Celso Carlos dos Santos Júnior
- Vice-presidente para Assuntos de Finanças e Patrimônio: Antonio Batista de Moura Júnior
- Vice-presidente para Assuntos da Qualidade: Ailson Costa Paulo
- Vice-presidente para Assuntos de Comércio Exterior: Amaury César Cruz Couto
- Vice-presidente para Assuntos Federativos: Ali Saadeddine Wardani
- Vice-presidente para Assuntos da Saúde: Antonio Fiel Cruz Júnior
- Vice-presidente para Assuntos do Serviço de Informações Comerciais: Caetano Gonçalves Neto
- Vice-presidente para Assuntos de Desenvolvimento Econômico: Carlos Walter Martins Pedro
- Vice-presidente para Assuntos de Eventos: Clélia Cordeiro
- Vice-presidente para Assuntos de Segurança: Everaldo Belo Moreno
- Vice-presidente para Assuntos de Vendas: Guilherme Fávero
- Vice-presidente para Assuntos de Desenvolvimento Regional: José Carlos Barbieri
- Vice-presidente para Assuntos de Capacitação Profissional: José Carlos Valêncio
- Vice-presidente para Assuntos de Crédito Cooperativo: Luiz Ajita
- Vice-presidente para Assuntos Comunitários: Luiz Roberto Marquzini
- Vice-presidente para Assuntos de Shopping Center: Manoel Messias da Silva
- Vice-presidente para Assuntos de Micro e Pequenas Empresas: Marcelo Georges Ammari
- Vice-presidente para Assuntos de Desenvolvimento de Bairros: Oscar Conchon
- Vice-presidente para Assuntos de Responsabilidade Social: Roni Enara Rodrigues
- Vice-presidente para Assuntos de Novos Projetos e tecnologias: Sérgio Yamada
- Vice-presidente para Assuntos de Meio Ambiente: Sir Carvalho
- Vice-presidente para Assuntos de Marketing: Tininha Rodrigues

CONSELHO SUPERIOR

- Membros eleitos: Antônio Donizete Busíquia, Carlos Anselmo Corrêa, Carlos Alberto Domingues, Carlos Alberto Würmeister, Cláudio Haruo Mukai, Eduardo Araújo, Eraldo Formaggio, João Maria da Silveira, José Gomes Ferreira, Luís Fernando Ferraz, Manuel Fernandes Marques, Nivaldo Reginato, Reginaldo Nunes Ferreira, Sabas Martins Fernandes e Valdecir de Brito.
- Membros natos do Conselho Deliberativo: Manoel Mário de Araujo Pismel, Joaquim Dutra, Luiz Júlio Bertin, Sidney Meneguetti, Raymundo do Prado Vermelho, Fernando Henriques, Alcides Siqueira Gomes, Carlos Mamoru Ajita, Massao Tsukada, Pedro Granado Martines, Hélio Costa Curta, Jefferson Nogaroli e Ariovaldo Costa Paulo.

CONSELHO DA MULHER

- Presidente: Helenice Ferri
- Conselheiras: Ana Tereza Bergmann, Anália Nasser, Cida Claro, Cintia Murad, Clélia Cordeiro, Donária Nogueira Rizzo, Elizabete Benites, Elizete Pires Chagas, Flávia Pereira, Flávia Vermelho, Flávia Vicente Patroni, Honame Tsunokawa Chaves, Jacira Paranho de Souza, Karina Izzo, Lilianny Ripke Gaspar, Maria Angélica Leonardo, Maria Fátima Batista, Marilene Fernandes, Miriam Moraes Parmezani, Nádia Maria Costa Felipe, Odília da Silva Dossi, Renata Altrão, Rosa Maria Loureiro, Rosângela Macedo, Simara Cristina Souza, Tininha Rodrigues e Wlândia De juli

COPEJEM

- Presidente: Ricardo Augusto Guirado¹
- Conselheiros: Adriana Scandelai, Amauri Junior, Anderson Guimarães, Antonio Carlos Braga Jr., Carla Tiaki Utsumomiya, Claudio Suzuki, Éber Coutinho, Edson da Silva Bertão, Glauber Marini, Hussein Ali Wardani, Ives Tomita, Lucio Nagahama, Luis Flamengo, Luiz César C. Lopes, Marcelo Marchezan Caniatti, Michel Felipe Soares, Osler Colombari, Patrícia Palma, Patrick Luciano da Silva, Sandra Ruiz e Valdir Rossi Junior



Ariovaldo Costa Paulo transmite o cargo para Carlos Cardoso. No registro, a “pena”, simbolizando a caneta do presidente da ACIM, foi utilizada simbolicamente pela primeira vez no evento de posse daquele ano. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

A primeira reunião da gestão Carlos Cardoso foi realizada no dia 8 de maio. No encontro, o presidente do IDR, José Carlos Barbieri, comunicou que a Finep (Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério da Ciência e Tecnologia) havia aprovado R\$ 400 mil de financiamento para o projeto das lavanderias industriais de Maringá e região. Caberia às empresas arcar com R\$ 120 mil, já que o custo total era de R\$ 520 mil. O objetivo era o de aumentar a eficiência no tratamento de efluentes líquidos, utilizando-os como matéria-prima para confecção de tijolos e reutilização da água. O IDR faria toda a gestão e acompanhamento da execução do projeto.

Em editorial para a Revista ACIM de julho, o presidente Carlos Cardoso comemorou a escolha de Maringá pelo Estado para registrar a instalação da empresa número 150 mil. O dirigente citou que, de meados de 2003 até aquele mês, dos 150 mil novos empreendimentos inaugurados no Paraná, Maringá foi responsável por 11.714. Ficou em primeiro lugar entre as cidades do interior do Paraná. Na época, o município havia sido destacado pela revista *Você S.A.* como o sexto melhor do Sul e o 27^a do país para se trabalhar.

Uma das grandes preocupações dos empresários em 2006 era com a aplicação racional dos gastos públicos. No ano anterior, o Brasil fora classificado entre os países com impostos mais altos do mundo, arrecadando o equivalente a

¹ Deixou a presidência após alguns meses, sendo sucedido por Osler Colombari.



Apresentação do Observatório Social de Maringá para conselheiras do ACIM Mulher. No detalhe, Ariovaldo Costa Paulo, presidente da entidade recém-fundada. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

quase 40% do Produto Interno Bruto (PIB). Ficou somente atrás da Suécia (51% do PIB), Dinamarca (49,85%), Bélgica (46,85%) e França (45,04%). A diferença é que nesses países os recursos arrecadados são melhor aplicados.

A conclusão foi de que a alternativa para mudar essa situação era conscientizar a sociedade para que acompanhasse a aplicação dos recursos gerados pelos impostos e cobrasse dos governos uma gestão mais honesta e transparente. Esse debate acontecia dentro do Movimento pela Cidadania Fiscal (MCF), um dos projetos da SER e responsável pela criação do Observatório Social de Maringá em 2005.

Voluntários do Observatório analisam planilhas, licitações e acompanham audiências públicas, comparam os preços com valores de mercado, além de verificar condições de armazenamento dos produtos adquiridos pelo município.⁴² O projeto foi estendido para todo país e conquistou vários prêmios. A partir da experiência em Maringá foi criado o Observatório Social do Brasil, presente em mais de 100 cidades.

⁴² Em 15 de julho de 2005, a prefeitura criou a secretaria Municipal de Controle Interno. O cargo foi ocupado pelo administrador de empresas José Luiz Bovo. Em 2007, ele foi sucedido pelo advogado Zanoni Luiz Fávero indicado pelo próprio Observatório Social. Segundo a Revista ACIM de agosto de 2007, nos nove meses anteriores, a cidade havia economizado cerca de R\$ 9,6 milhões em processos de licitação

Em 2006, a ACIM, em parceria com Fiep, Codem, IDR, Sivamar, Sincontábil, Sindvest, Sinduscon, Sinepe, Sindimetal, Singramar e Cacenor, elaborou um documento entregue aos candidatos que disputavam cargos de senador e deputado (estadual e federal) pela região e aos que concorriam à cadeira de governador. O documento continha propostas, resultados esperados, metas físicas e qualitativas para áreas estratégicas para o desenvolvimento econômico e social como educação e cidadania, saúde e qualidade de vida, reforma política, segurança pública e qualidade do gasto público.

Os encontros com os candidatos aconteceram na ACIM. O membro do Conselho Superior da Associação, Carlos Anselmo Corrêa, explicou que as entidades não estavam pensando apenas nas necessidades da região. Segundo ele, o objetivo era o de conquistar mudanças estruturais na política, economia, educação e segurança e, posteriormente, pleitear soluções para os problemas locais.

Rubens Bueno, candidato a governador do Paraná (PPS), foi o primeiro a apresentar seu plano de governo, seguido por Osmar Dias (PDT) e Roberto Requião (PMDB), que também concorriam ao cargo. Álvaro Dias (PSDB), candidato a senador, Gilberto Pavanelli (PMDB), candidato a deputado estadual, a deputada federal Maricelma Brégola (PMDB) e Carlos Eduardo Sabóia (PMN)

Personalidades

No final de 2006, a ACIM recebeu as visitas do Ministro da Previdência, Nelson Machado e, em outra oportunidade, do ex-governador do Paraná e empresário do setor de comunicação Paulo Pimentel. Em maio de 2007, a Associação recebeu uma comitiva da cidade co-irmã de Maringá em Portugal, Leiria.



Carlos Cardoso com Isabel Campos, presidente da Câmara Municipal de Leiria, Portugal (cargo que equivale ao de prefeito no Brasil). Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Demandas da comunidade aos candidatos

Em 2006, Maringá elegeu quatro representantes na Assembleia Legislativa: Cida Borghetti (PP) e Luiz Nishimori (PSDB), reeleitos; e os novatos Dr. Batista (PMN) e Ênio Verri (PT). A representatividade federal não foi alterada, com a reeleição de Ricardo Barros (PP) e Odílio Balbinotti (PMDB).

A Revista ACIM ouviu os eleitos e todos confirmaram que trabalhariam em sintonia e na defesa dos projetos do documento “Demandas da comunidade maringaense para os candidatos ao pleito eleitoral 2006”, elaborado por várias entidades, entre elas a Associação.

também apresentaram suas propostas aos empresários até agosto.

Em setembro, foram ouvidos os candidatos a deputado estadual Ênio Verri (PT), Marly Martin (PFL), Said Ferreira (PV), Wilson Quintero (PSB), Luiz Nishimori (PSDB) e Cida Borghetti (PP); e a federal: Joba Beltrame (PV), Carlos Eduardo Sabóia (PMN), Sidney Telles (PPS), Flávio Vicente (PPS) Marino Gonçalves (PT), Miro Falkemback (PFL), Valter Viana (PHS), Ricardo Barros (PP) e Rodrigo Rocha Loures (PMDB), além do postulante a governador Luiz Adão (PSDC).

A ACIM conquistou em novembro o Prêmio Fiaciap Rumo à Excelência em Gestão – Ciclo 2006, na categoria Máster – acima de mil associados. A premiação, criada em 2005, era coordenada pelo Movimento Paraná Competitivo e pelo Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade. A entrega foi feita durante a posse da nova diretoria da Federação, quando o empresário curitibano Ardisson Naim Akel assumiu a presidência sucedendo o maringaense Jefferson Nogaroli.

Também em novembro, a ACIM, Fiaciap, Sicoob e Sebrae, com a participação da Cacenor, começaram a discutir a possibilidade de criar uma Sociedade de Garantia de Crédito (SGC) em Maringá.⁴³ As SGCs agem para eliminar uma grande dificuldade dos empresários que é a apresentação de garantia para contrair empréstimos. Na época, a única instituição do gênero no país, a Associação de Garantia de Crédito da Serra Gaúcha, funcionava no Rio Grande do Sul.

A ACIM recebeu uma série de visitas de representantes de associações comerciais de Osasco e São José dos Campos (SP) e Balneário Camboriú (PR); do cônsul da Argentina, Emílio Neffa; e de uma comitiva de membros da Organização dos Estados Americanos (OEA), formada por representantes da Bolívia, Colômbia, Equador, México, República Dominicana e Peru.

Ainda em 2006, a Associação criou o programa Capaz, em parceria com a GVT. Coube à entidade formar atendentes de Call Center que seriam encaminhados para participar do processo de seleção da empresa. O programa permanece ativo, propiciando muitos contratos de trabalho.

⁴³ A SGC seria criada oficialmente em 2011 com o nome de Noroeste Garantias.

Feira Festas e Noivas

Em 2007, a ACIM criou mais um evento de sucesso, a feira Festas & Noivas, realizado entre os dias 22 e 24 de julho. A organização ficou a cargo do Copejem em parceria com o Maringá e Região Convention & Visitors Bureau e com o Programa Empreender. Cerca de 4.400 pessoas visitaram o evento e conferiram as novidades do setor de eventos, desfiles e palestras.

Mais de 50 empresas expuseram produtos e serviços na feira. Foram buffets, distribuidores de vinhos e bebidas, ateliês de alta costura e de noivas, lojas de calçados, estúdios fotográficos, produtoras de vídeo, hotéis, bandas, salões de beleza, floriculturas, lojas de móveis, eletrodomésticos e presentes, gráficas, agências de turismo, revendedoras de consórcios e empresas de segurança. O evento se tornou tradicional e é realizado anualmente pela Associação.



Registros da 1ª edição da Feira Festas e Noivas, realizada em junho de 2007. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Maringaenses de destaque

Em 2007, o maringaense Enio Verri, deputado estadual, assumiu a Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral do Estado do Paraná. Um grupo de 45 empresários, representando a ACIM, o Sivamar (Sindicato do Comércio Varejista) e a Sociedade Rural de Maringá, esteve presente na solenidade de posse no dia 13 de fevereiro. Os empresários Luiz Roberto

Marquezini, Adilson Emir Santos e Jefferson Nogaroli entregaram uma placa de reconhecimento da comunidade empresarial de Maringá ao novo secretário estadual. Em abril de 2007, o maringaense Wilson Matos Silva, reitor do Cesumar, assumiu uma cadeira no Senado Federal. Matos, suplente de Álvaro Dias, que se licenciou para tratamento médico, passou quatro meses no cargo. O primeiro maringaense suplente de senador a substituir o titular foi o empresário Silvio Name, 1989 e 1990, que era suplente de José Richa.

Também em 2007, a Associação passou a promover duas edições da campanha Maringá Líquida, nos meses de fevereiro e setembro. Outra novidade foi a comercialização de três campanhas ao mesmo tempo: as duas edições da Maringá Líquida e a do Natal, com vantagens para os associados que adquirissem o pacote total. A decoração de Natal foi feita pela ACIM em mais de 1.400 árvores, num total de 75 mil metros de mangueira luminosa com 2,7 milhões de lâmpadas.

A ACIM realizou várias ações em prol do meio ambiente, sendo uma das fundadoras do Instituto da Árvore, que teve como primeiro presidente o ex-vereador Basílio Baccarin. A Associação doou 550 mudas de árvores para plantio em Maringá e, em conjunto com a Apras - Regional Noroeste, foi parceira da Ong Funverde, em que estimulava o uso de sacolas oxibiodegradáveis pelos supermercados de Maringá. A entidade também apoiou a criação do “Bosque da Amizade”. Em área cedida pela prefeitura, o Rotary plantou árvores, idealizando que o local seria utilizado no futuro como centro de educação ambiental.

Internamente, a ACIM criou uma política de preservação do meio ambiente. Entre outras atitudes, os copos descartáveis foram substituídos por canecas plásticas duráveis e de uso exclusivo de cada colaborador. As medidas adotadas por diretores e funcionários resultaram na redução do consumo de energia elétrica, com a queda de 25% na conta mensal de luz, e 36% dos resíduos gerados passaram a ser reciclados.

Em novembro de 2007, a ACIM ganhou mais um prêmio Referência da CACB.⁴⁴ Dessa vez foi pelo case do Observatório Social e a entrega do prêmio foi durante o congresso da Confederação em Florianópolis.

No final daquele ano, a Associação organizou o seminário “ACIM combatemos a dengue” realizado no Cine Teatro Plaza. O objetivo foi o de estimular as empresas e seus colaboradores a desenvolver ações para combater o mosquito *aedes aegypti* em suas casas, na região onde moravam



Seminário “ACIM Combatemos a Dengue”, realizado no final de 2007. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

e no trabalho. Na época, Maringá vivia um surto da doença e, segundo dados da Secretaria de Saúde do Município, houve 5.644 casos positivos, com duas mortes.

Em 2008, a ACIM apoiou o lançamento do livro “Repensando... a construção da hegemonia empresarial nos dez anos que mudaram Maringá (1994-2004)”, do cientista político e historiador Sérgio Gini, que fora gerente institucional da Associação. A obra mostra o poder de mobilização e de organização da classe empresarial maringense. Depois, o livro seria reeditado pela Universidade Estadual de Maringá.

Durante a gestão de Carlos Cardoso, o Programa Empreender ganhou sete novos núcleos: Agências de Viagens, Cabeleireiros, Empretec, Funilaria e Pintura, Informática, Pet Shop e Rede Grand (núcleo de supermercados). No total, 160 empresas participavam do Programa Empreender em abril de 2008. O Vice-presidente para Assuntos de Micro e Pequenas empresas, Michel Felipe Soares, ressaltou ao final da gestão:

O Empreender é uma oportunidade para fortalecer as empresas. Os empresários podem participar de cursos, ter contato com grandes fornecedores por meio das rodadas de negócios e desenvolver o setor como um todo. Sem contar que é um estímulo ao espírito associativista.⁴⁵

44 O primeiro prêmio foi em 2003, pelo case do Proe.

45 Revista ACIM de abril de 2008.

Entre abril de 2006 e março de 2008, o Centro de Capacitação da ACIM realizou 158 cursos, que contaram com a participação de 3,2 mil pessoas e de 1,3 mil empresas. Foram mais de 3.000 horas de treinamento. O Instituto Mercosul também alcançou excelentes resultados, organizando missões empresariais para grandes feiras de negócios no Brasil e em outros países, recepcionando autoridades empresariais e políticas de vários países e assessorando os empresários em ações de comércio exterior.

Carlos Cardoso fez um balanço positivo da gestão na Revista ACIM de abril de 2008. Muitos números foram apresentados, mostrando resultados positivos e metas atingidas. Segundo pesquisa realizada pelo Depea, 96% dos associados entrevistados disseram estar satisfeitos com a gestão, sendo que 100% deles deram notas entre 8 e 10 para o presidente. Dos entrevistados, 74% afirmaram que a gestão foi transparente e 98% disseram ter uma imagem positiva da entidade.

Para otimizar e estreitar o relacionamento com o associado, a ACIM investiu no Departamento

Comercial. Os consultores realizaram cerca de 600 visitas mensais a empresas e o Departamento de Telemarketing fez, em média, 1.600 contatos com empresários. O resultado foi a ampliação do número de associados de 3.200 para 3.700 no período de 2006 a 2007.

Apesar dos pedidos para que ficasse mais uma gestão, Carlos Cardoso decidiu não se candidatar. Adilson Emir Santos foi o empresário escolhido para a nova gestão.

ACIM Mulher

O ACIM Mulher foi formado por 26 conselheiras. Elas organizaram duas edições da Feira Ponta de Estoque, da Feijoada beneficente e do concurso de decoração natalina. Também criaram o Fórum Permanente ACIM Mulher e realizaram reuniões mensais para debates de temas de interesse comum. O Prêmio ACIM Mulher contemplou a diretora-administrativa e financeira de O Casulo Feliz, Fátima Zubioli, em 2007 e a



1º Fórum Mulher Empresária realizado no auditório do CREA de Maringá, em 17 de agosto de 2007. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

pesquisadora Helena Meneguetti Hizo, da Steviafarma Industrial. Outro evento realizado pelo órgão foi o I Encontro Regional das Mulheres Empresárias, Empreendedoras e Executivas.

Copejem

A gestão 2006/2008 do Copejem, presidido por Osler Colombari, contribuiu para o aperfeiçoamento profissional dos jovens empresários e a formação de novas lideranças. Coube ao conselho trabalhar na organização de eventos como a Feira Festas & Noivas, três edições da Maringá Liquida, duas edições do Feirão do Imposto e no Mega Feirão do Automóvel. Os jovens também promoveram várias palestras, visitas técnicas e eventos beneficentes. Durante a realização do Luau do Copejem, em novembro de 2007, foi entregue o Prêmio Jovem Empreendedor. Em sua primeira edição, a homenagem foi feita ao empresário Júlio Bertuci Neto, da construtora Bertuci & Garcia.



Feirão do Imposto realizado em outubro de 2007, dentro da Mostra Tecnológica da Metalmeccânica. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR

As duas primeiras edições do prêmio integraram as solenidades do Luau do Copejem. Em 2009, a ACIM, junto do Conselho de Jovens Empresários, optou por desmembrar os eventos, entendendo a importância da honraria, que passou a contar com todas as formalidades dos demais prêmios da entidade.

Desde então os agraciados foram:¹

- 2007 – Júlio Bertuci Neto, da Bertuci e Garcia Engenheiros Associados e Bertuci Construções Cíveis;
- 2008 – Mauricio Real Prado, proprietário da WRA Gestão em Tecnologia da Informação;
- 2009 – Michael Vieira da Silva, diretor de conteúdo do jornal O Diário do Norte do Paraná e do site O Diário online;
- 2010 – Charles Piveta Assunção, da Strut;
- 2011 – Michel Felipe Soares, da Patrimonium e da Alltech Rastreamento Veicular;
- 2012 – Antonio Carlos Braga Jr, da CRMall e Automaticket;
- 2013 – Wilson de Matos Silva Filho, da UniCesumar;
- 2014 – Cezar Couto, da Lowçúcar;
- 2015 – João Vítor Mazzer, da Euphoria Eventos.



Júlio Bertuci Neto, o primeiro agraciado com o Prêmio Jovem Empreendedor do Copejem. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

¹ Para as fotos de todas as edições dos prêmios, conferir a parte de "Anexos" ao final deste livro.



Adilson Emir Santos Gestão 2008-2010

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- Presidente: Adilson Emir Santos
- 1º Vice-presidente: Paulo Meneguetti
- 2º Vice-presidente: Edson Marcelo Recco
- Vice-presidente para Assuntos do Comércio: Antonio D. Busiquia
- Vice-presidente para Assuntos de Serviços: Wilson de M. da Silva Filho
- Vice-presidente para Assuntos da Indústria: Nivaldo Reginato
- Vice-presidente para Assuntos de Agronegócios: Celso Carlos dos Santos Júnior
- Vice-presidente para Assuntos de Finanças e Patrimônio: Antonio Batista de Moura Júnior
- Vice-presidente para Assuntos de Eventos: Clélia Cordeiro
- Vice-presidente para Assuntos de Capacitação Profissional: José Carlos Valêncio
- Vice-presidente para Assuntos de Crédito Cooperativo: Luiz Ajita
- Vice-presidente para Assuntos Federativos: Heitor Bolela Júnior
- Vice-presidente para Assuntos de Qualidade: Ailson Costa Paulo
- Vice-presidente para Assuntos de Saúde: Jougi Takahashi
- Vice-presidente para Assuntos de Vendas: Guilherme Farias Fávero
- Vice-presidente para Assuntos de Shopping Center: Manoel Messias da Silva
- Vice-presidente para Assuntos Comunitários: Luiz R. Marquezini
- Vice-presidente para Assuntos de Marketing: José Carlos Barbieri
- Vice-presidente para Assuntos de Desenvolvimento de Bairros: Oscar Conchon
- Vice-presidente para Assuntos do Saic: Waldecir Antonio Felipe
- Vice-presidente para Assuntos de Novos Produtos e Tecnologia: Ilson Rezende
- Vice-presidente para Assuntos de Documentação: Sérgio Yamada
- Vice-presidente para Assuntos de Segurança: Everaldo Belo Moreno
- Vice-presidente para Assuntos de Desenvolvimento Econômico: Carlos Walter Martins Pedro
- Vice-presidente para Assuntos de Micro e Pequenas Empresas: Michel Felipe
- Vice-presidente para Assuntos de Comércio Exterior: Renata Giroldo Mestriner
- Vice-presidente para Assuntos Imobiliários: Marco Tadeu Barbosa
- Vice-presidente para Assuntos de Turismo: Helenice Ferri
- Vice-presidente para Assuntos de Responsabilidade Social: Cleide Tono Freitas Noronha
- Vice-presidente para Assuntos Institucionais: Anália da Rosa Nasser
- Vice-presidente para Assuntos de Franquia: Massimiliano A. Silvestrelli
- Vice-presidente para Assuntos de Cultura: Osler Colombari Filho
- Vice-presidente para Assuntos de Supermercados: Valdir Nogaroli Júnior

Proprietário da rede de lojas de eletrodomésticos BJ Santos, Adilson Emir Santos integrou a diretoria da ACIM por dez anos antes de assumir a presidência da entidade. Formado em Direito, ele também foi presidente do Sindicato dos Lojistas do Comércio Varejista de Maringá e Região (Sivamar), gestão 2005/2007.

A BJ Santos foi constituída em 31 de dezembro de 1988. A empresa é resultado da cisão da Sociedade Esperança de Máquinas (Soesma). Um dos sócios da empresa era o pai de Adilson, Benedito José Santos. Na cisão, a família Santos ficou com seis lojas e criou a BJ, tendo à frente os irmãos Adilson e Neil.



Posse da diretoria realizada em abril de 2008 no Teatro Calil Haddad. Na primeira imagem, geral do público; na segunda, Adilson Emir Santos durante entrevista para uma emissora de TV. Na última imagem, Manoel Mário de Araújo Pismel relembra as dificuldades enfrentadas quando comandou a ACIM nos anos 1960. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

CONSELHO SUPERIOR

- Rony César Guimarães, José Gomes Ferreira, Reginaldo Czezacki, Cláudio Haruo Mukai, Luis Fernando Ferraz, Eduardo José Daibert de Araújo, Sabas Martins Fernandes, Carlos Alberto Domingues, Carlos Anselmo Corrêa, Reginaldo Nunes Ferreira, João Maria da Silveira, José Vandeley Santana, Antonio Donizete Fermenton, Wilson Matos Silva e Manuel Fernandes Marques.
- Membros Natos do Conselho Deliberativo: Joaquim Dutra, Sidney Meneguetti, Raymundo do Prado Vermelho, Alcides Siqueira Gomes, Carlos Mamoru Ajita, Massao Tsukada, Pedro Granado Martines, Hélio Costa Curta, Jefferson Nogaroli, Ariovaldo Costa Paulo e Carlos Alberto Tavares Cardoso.

COPEJEM

- Presidente: Cezar Luiz Bettinardi Couto
- Conselheiros: Alexandre Fumagalli, Ana Clara Grossi, Andrea Barandas, Andrea Nogueira, Cleber Ricardo Correia, Eduardo Pinto Sobrinho, Emanuel Giovanetti, Evandro Melhado de Castro, Fabiana da Silva Pereira, Fabio Eduardo Machado Lima, Felipe de Oliveira Whately, Gabriel Vieira, Gerson Honório da Silva, Gustavo Monteleone, Jair Branco, Jhuliany Betterquini, João Vitor Sordi, Juliano Dallazen, Laura Adriana Schiavon, Leandro Luiz Cardoso, Leandro Narciso, Leonardo Fabian, Leticia Beatriz de Freitas, Marcelo Mahmud Moréia, Marco Antonio Martini Filho, Mauro César Piccioly, Maycon Sampaio, Osvaldo A. de Oliveira Júnior, Patric Alves Leite, Rafael Burdini Margonato, Renan Augusto Prando, Rodrigo Seravali de Britto, Salatiel Farias Dias e Vitor Ramalho Leite.

ACIM MULHER

- Presidente: Pity Marchese
- Conselheiras: Ana Lucia Megda, Cida Claro, Cidinha Coquemalla, Clélia Cordeiro, Donária R. Nogueira Rizzo, Edna Fonseca, Elisabete Benites, Elisabeth M. Aramaki Yoshida, Flávia C. Pereira, Flavia Vermelho, Giselle Mendes; Glaucia Gatto Buzo, Glaucia Loureiro, Glicinia Setenareski, Honame Tsunokawa Chaves, Jacira Paranho de Souza, Karina Izzo, Maria Fernanda Santana, Marilene Philot Fernandes, Marli Waterkemper, Marta Sakurai, Miriam Thelma Ferro, Nádia Maria Costa Felipe, Odília da Silva Dossi, Rachel Gatto, Rosana Garcia Neves de Souza, Rosemary Satiko Amarães, Tatiana Roncaglia, Vanessa Lima, Vania Jolo Labriola e Wlândia De Juli.

CONSELHO DO COMÉRCIO E SERVIÇOS

- Presidente: Massimiliano Silvestreli
- Dezenas de conselheiros compuseram a pasta ao longo da gestão.

Os novos conselhos da ACIM foram eleitos no dia 18 de março de 2008. A votação foi recorde: 462 votos depositados nas urnas. A chapa única “Compromisso e trabalho” foi encabeçada por Adilson Emir Santos e contou com 32 vice-presidentes. Na posse, realizada no dia 24 de abril no teatro Calil Haddad, Santos frisou dois compromissos da gestão: a criação de uma escola do varejo e a ampliação do número de associados para quatro mil. Em seu discurso, ao ser empossado, o presidente comemorou a votação recorde:

O número expressivo de votos na eleição foi uma demonstração muito importante de respaldo e apoio à nossa diretoria. E nos dá força e legitimidade para trabalhar em favor de nossos associados e pelo fortalecimento do associativismo.⁴⁶

Logo no início da gestão, o Conselho de Administração da ACIM enfrentou um grande desafio. Estimulados por propostas do mercado de trabalho ou pela possibilidade de abrirem seus próprios negócios, vários líderes internos da entidade pediram demissão. Foram os casos, por exemplo, do superintendente Dirceu Herrero Gomes, do gerente operacional, João Paulo Silva Junior e do coordenador comercial Paulo Cesar Barrionuevo, entre outros.

Em abril, a ACIM começou a ouvir os oito candidatos a prefeito de Maringá. O primeiro candidato a apresentar suas propostas foi o então prefeito Silvío Barros (PP). Pela ordem, depois, foram ouvidos Enio Verri (PT), Claudemir Romancini (PSOL), Dr. Batista (PMN-PPS), Wilson Quinteiro (PSB/DEM), João Ivo Caleffi (PMDB), Ana Pagamunici (PSTU) e Rogério Melo (PT do B).

A Associação entregou aos candidatos um documento com as expectativas da classe empresarial em relação ao futuro governo municipal. Durante a campanha, a entidade se juntou a outras instituições e negociou uma trégua nas carreatas e passeatas nas vias comerciais de maior movimento. O grande fluxo de cabos eleitorais, carros e som muito alto prejudicavam o trânsito e o comércio. Os partidos políticos concordaram

ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2008

Silvío Barros (PP) foi reeleito prefeito de Maringá ainda no primeiro turno, recebendo 57,04% dos votos (104.820). O segundo colocado foi Enio Verri (PT), com 21,89% do eleitorado (40.226). Na sequência ficaram: Wilson Quinteiro (PSB), 7,87% (14.457); João Ivo (PMDB), 6,86% (12.610); Dr. Batista (PMN), 5,55% (10.198); Ana Pagamunici (PSTU), 0,65% (1.195); Claudemir Romancini (PSOL), 0,14% (253) e Rogério Melo (PT do B) 0% (0). Houve ainda 2,18% de votos brancos (4.248); 3,38% de nulos (6.574). O total de votos válidos foi de 94,44% (183.759). Dos 234.417 eleitores, 83,01% (194.581) compareceram às urnas.¹

1 Foto: Gazeta do Povo.

em atender ao pedido.

No final de abril de 2008, a ACIM entrou em uma campanha da comunidade para manter o coronel da reserva Antônio Tadeu Rodrigues no cargo de diretor da Penitenciária Estadual de Maringá. O militar havia pedido a exoneração devido à discordância em relação à política da secretaria de Justiça do Paraná. O motivo da mobilização foi a administração exemplar de Rodrigues na penitenciária, que, inclusive, não tinha histórico de fugas. O governador Roberto Requião, porém, aceitou o pedido.⁴⁷

No mês de maio, em parceria com a Fundacim e o Copejem, a Associação realizou a campanha “Solidariedade Sim!”. Foram arrecadados 1.550 cobertores e 6 mil itens como agasalhos e mantimentos. As doações foram entregues a entidades cadastradas na Fundacim. Os colaboradores da ACIM também participaram da campanha.

46 Revista ACIM de abril de 2008.

47 Em março de 2009, Antônio Tadeu Rodrigues foi eleito presidente do Conselho de Segurança de Maringá. Ele sucedeu Everaldo Belo Moreno.



Registros da visita do príncipe do Japão, Naruhito, para inaugurar o Memorial Imin 100 no Parque do Japão de Maringá. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos/ACIM.



Em junho, o Brasil comemorou os cem anos de imigração japonesa. Em Maringá, onde a colônia nipônica é marcante, houve uma programação especial para marcar a importante data. O ponto alto foi a visita do príncipe Naruhito, herdeiro da monarquia japonesa. Ele esteve na cidade no dia 22 especialmente para inaugurar o Memorial Imin 100 no Parque do Japão. A obra foi concebida pelo arquiteto maringaense Marcos Kenji.

A ACIM participou das comemorações doando uma escultura em homenagem aos cem anos de imigração. A obra de arte, instalada no Parque do Japão, foi criada pelos artistas plásticos Ademir Kimura e Hélio Yamamura. A entrega oficial da escultura ocorreu durante a visita de uma

comitiva de Kakogawa que esteve na cidade por ocasião dos festejos do Imin 100.

A comitiva foi recepcionada por membros da diretoria e pelo presidente da ACIM, Adilson Emir Santos, pelo prefeito Silvio Barros, empresários e representantes de outras entidades de Maringá. Ao receber os visitantes, Santos ressaltou a força dos laços que unem Maringá e o povo japonês, lembrando que a cidade contava na época com cerca de 20 mil maringaenses de descendência japonesa.

No dia 3 de julho, Adilson Emir Santos participou de um projeto da rádio CBN Maringá em que são debatidos temas referentes às tendências do mercado local. Ele foi um dos palestrantes e falou



Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

O adeus a Fermenton

Uma notícia triste abalou a comunidade empresarial. No dia 8 de agosto de 2008 faleceu o empresário e membro do Conselho Superior da ACIM, Antônio Fermenton, vítima de acidente de carro na PR-445 em Londrina.

Fermenton entrou na ACIM em 1996, a convite do então presidente Hélio Costa Curta, tendo ocupado em várias gestões a pasta de Assuntos Comunitários e a vice-presidência. Ele assumiu diversas vezes a presidência durante as gestões de Jefferson Nogaroli (1998-2001) e de Ariovaldo Costa Paulo (2002-2005).

Antonio Fermenton assumiu a presidência do Codem e da Caciner. Entre as principais ações no conselho estão o trabalho pela internacionalização do aeroporto, a realização do Censo Econômico da cidade, sempre em parceria com a ACIM, Prefeitura e IDR. Na presidência da Caciner apoiou o Projeto Arenito, promovido pela Cocamar, além de lutar pelo crescimento das ACEs da região Noroeste.

sobre o ICCM (Índice de Confiança do Consumidor de Maringá), divulgado mensalmente pela ACIM e pelo Departamento de Economia da UEM.

Durante a Convenção da Faciap, realizada em agosto em Foz do Iguaçu, o Instituto Mercosul conquistou o Prêmio Ippex de Excelência em Comércio Exterior - 2008, na categoria "Destaque ACE - Disseminação em Comércio Exterior".

Em dezembro de 2007, a Associação deu início a um projeto piloto para recolhimento do lixo reciclável das lojas de Maringá, o ACIM Recicla Comércio. Em agosto de 2008, após alguns ajustes, a entidade implantou o projeto de forma permanente. A sistemática era simples: em determinados dias e horários, os lojistas colocavam o lixo em frente a seus estabelecimentos para serem recolhidos por ONGs de catadores. A Associação emitia um certificado de pós-consumo empresarial às empresas participantes.

A ACIM foi sede de uma audiência pública para discutir o ICMS no dia 20 de novembro, com a presença de 20 deputados estaduais, incluindo os três que representavam Maringá (Cida Borghetti, Luiz Nishimori e Dr. Batista), o presidente da Assembleia Legislativa, Nelson Justus, e o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Durval Amaral. Também estiveram presentes vereadores, o vice-prefeito Roberto



Audiência Pública sobre o ICMS realizada na ACIM, em novembro de 2008. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Pupin e o presidente da Faciap, Ardisson Akel.

Na época, foram realizadas audiências públicas em várias cidades do estado para discutir um projeto do governo do Paraná que alterava a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Um estudo do departamento de Economia da UEM, realizado com apoio da ACIM e coordenado por Joilson Dias,

No ano de sua criação, o projeto ACIM em Ação circulou por diversos bairros de Maringá. Ao final das palestras sempre era realizado um sorteio de prêmios ao público presente. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



mostrou que a proposta de alteração do ICMS beneficiaria todas as classes sociais, em especial as menos favorecidas.⁴⁸

Em 2009, a Associação deu início ao projeto ACIM em Ação, que consistia em realizar palestras de motivação nos bairros da cidade. Segundo Adilson Emir Santos, o objetivo era o de fortalecer a presença da entidade perante os empresários em áreas comerciais fora do eixo central e oferecer palestras com aplicabilidade nas empresas.

A ACIM apoiou a campanha “Eu levo consciência sobre duas rodas”. O objetivo foi o de diminuir o número de acidentes de motos no trânsito. Foram realizadas palestras, ações nas ruas, distribuição de adesivos e panfletos. Na época, a frota de Maringá, segundo o Detran, era de 205.982 veículos e o número de acidentes e vítimas era considerado muito alto.

A Fundacim realizou mais uma campanha para amenizar o frio das pessoas necessitadas e arrecadou 2,2 mil acolchoados, que foram doados

para entidades assistenciais cadastradas na fundação. Em reconhecimento aos trabalhos realizados pela Fundacim, a Associação Brasileira de Treinamento e Desenvolvimento (ABTD) concedeu à ACIM o Prêmio Personalidade do Ano de Responsabilidade Social.⁴⁹

No mês de junho, a Azul Linhas Aéreas começou a operar em Maringá. O presidente da empresa, Pedro Janot, participou de um encontro com empresários na ACIM. Na época, existia a expectativa de que outras duas empresas aéreas, Pantanal e Sol, iniciassem suas operações na cidade que já contava com voos da Gol e da Trip.

No dia 11 de agosto, o aeroporto de Maringá recebeu sua primeira carga internacional quando uma aeronave, vinda diretamente de Miami, pousou na cidade com 38 toneladas de equipamentos eletrônicos, retornando com quatro toneladas de materiais de confecção.

Em novembro o Observatório Social venceu mais de mil projetos e conquistou o primeiro lugar no 5º Concurso Experiências em Inovação

48 A proposta, chamada de minirreforma, pretendia alterar a Lei nº 11.580/96 e previa que alimentos, fármacos, medicamentos, calçados, vestuário, tecidos e seus artefatos teriam a alíquota reduzida de 18% para 12%. Para compensar a perda na arrecadação, o governo propunha que energia elétrica, serviços de comunicação, gasolina, fumo, cigarro, cerveja e outras bebidas alcoólicas teriam aumento de dois pontos percentuais no ICMS. Foto: Revista ACIM de dezembro de 2008.

49 Durante alguns anos a Fundacim também promoveu o Prêmio Fundacim de Gestão, em reconhecimento às entidades do terceiro setor de Maringá, e o Prêmio Fundacim de Jornalismo – patrocinado pela Viapar Rodovias Integradas – que destacou profissionais das comunicações, produtores de conteúdos relacionados às questões sociais.

Social promovido pela Comissão Econômica da ONU para a América Latina e Caribe (Cepal). O comitê considerou o Observatório como uma iniciativa eficiente, com alto impacto social e facilmente replicável.

Em 2010, a Assembleia Legislativa do Paraná aprovou a proposta de reajuste do salário mínimo regional, pago para categorias não regidas por acordo coletivo, entre 11,9% e 21,5%. Em

audiência pública na Câmara Municipal, o diretor da ACIM, Orlando Chiquetto, mostrou parecer favorável a um aumento, mas “obedecendo a critérios técnicos e não políticos”. O temor da Associação era de que o reajuste elevado dificultasse, aos trabalhadores, a obtenção de vagas no mercado de trabalho, principalmente no primeiro emprego, e, com isso, aumentasse a informalidade.

56 anos da ACIM

Em abril, a ACIM organizou um grande evento para comemorar os 56 anos da entidade. O economista Delfim Netto proferiu palestra sobre “Conjuntura Econômica Atual”. Cerca de 900 pessoas foram ao evento realizado no Teatro Marista.

No mês de junho, a Associação homenageou diversas lideranças que contribuíram com sua história, inaugurando a galeria dos presidentes e diversas salas com nomes de ex-dirigentes da entidade.

Os novos espaços e os respectivos homenageados foram: Centro de Capacitação Manoel de Araújo Pismel, Praça Emílio Germani, sala do Conselho Superior Ermelindo Bolfer e Auditório (do Centro de Capacitação) Amarin Moleirinho. Três salas de treinamento foram nominadas Antonio Fermenton, Herbert Mayer e Valdecir de Brito.



A palestra com o ex-ministro Delfim Netto contou com grande estratégia de segurança e logística, inclusive com previsão de carros diferentes, rotas alternativas e a viagem em um jato fretado. O palestrante temia alguma represália proveniente da época em que foi ministro nos “anos de chumbo” da política nacional. Delfim Netto também esteve na linha de frente do país no período que ficou conhecido como “milagre econômico”. Quase mil pessoas assistiram à palestra do economista. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



Galeria dos presidentes da ACIM. Fotos: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Copejem

O Copejem, presidido por Cezar Couto, inovou ao elaborar uma agenda com três eventos fixos que foram promovidos periodicamente: o Copejem Network, o *English Lunch* e o Copejem Business. O *English Lunch* foi um almoço, realizado às terças-feiras, estimulando a conversação em inglês; o “Business” eram palestras com temas relacionados a empreendedorismo e negócios; e o “Network” buscou a integração dos jovens empresários de uma mesma área com cafés da manhã, almoços e jantares corporativos com palestras.



O Copejem Business se transformou em evento mensal do conselho. No detalhe, Cezar Couto durante a abertura de mais uma palestra do projeto, em maio de 2008. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

ACIM Mulher

O Conselho da Mulher Empresária e Executiva da ACIM participou ativamente das atividades relacionadas à campanha Outubro Rosa. As mulheres foram às ruas defender a bandeira da prevenção do câncer de mama. Elas também realizaram com sucesso duas edições da Feijoada do ACIM Mulher; organizaram a Feira Ponta de Estoque e homenagearam as empresárias com a entrega do Prêmio ACIM Mulher.

Na revista ACIM de abril de 2010, Adilson Emir Santos comemorou o sucesso das feiras e

campanhas da ACIM – Maringá Líquida, Festas & Noivas, Ponta de Estoque; o número de núcleos, 22, e empresas, cerca de 250, do projeto Empreender; a ampliação do número de salas do Centro de Capacitação e a aproximação com os empresários dos bairros. Ele também destacou o trabalho de diretores voluntários e funcionários:

(A ACIM) É como uma orquestra que precisa ser regida por um maestro. No nosso caso, os diretores foram os maestros; os funcionários, músicos.⁵⁰

Ao longo dessa gestão, a ACIM esteve presente na discussão de grandes temas tanto na esfera estadual quanto nacional, inclusive, recebendo políticos como o vice-governador Orlando Pessuti, o prefeito de Curitiba e futuro governador Beto Richa, além de deputados e senadores. A ACIM promoveu ou apoiou grandes eventos, com destaque para as palestras do astronauta Marcos Pontes, do velejador bicampeão olímpico Lars Grael e do presidente do Grupo Gazin, Mario Gazin. A Associação também recebeu comitivas de outros países, como Japão, Espanha e China, além de incentivar a viagem de empresários para feiras no Brasil e no exterior.

No início de uma nova década, a Associação se mostrava mais conservadora no apoio a projetos de desenvolvimento da cidade e mais voltada aos associados. No planejamento da gestão seguinte estavam a oferta de cursos a distância e profissionalizantes, inclusive para pessoas de baixa renda; a criação de um programa de relacionamento com empresários de bairros e o desenvolvimento de um portal de negócios voltados para as MPes. Assim como várias diretorias anteriores, a nova também planejava adquirir um terreno para a construção de uma nova sede, mas mudaria os planos conforme será relatado nesta obra.

A comunidade empresarial vivia, no final da primeira década do novo milênio, uma onda de otimismo. Pesquisa desenvolvida pela UEM, em parceria com a ACIM, mostrou que 88,5% dos empresários acreditavam em melhoria nas vendas em 2010. A taxa de inadimplência estava

⁵⁰ Revista ACIM de abril de 2010.



Ações desenvolvidas pelo ACIM Mulher em prol da prevenção do câncer de mama. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

abaixo de 5%. Entre os consumidores, 72% disseram estar otimistas, que o novo ano seria melhor que 2010 e 81,7% classificaram a renda pessoal como satisfatória ou excelente. A expectativa era a criação de 7 mil novos postos de trabalho em Maringá no ano de 2010.⁵¹

A cidade refletia o bom momento vivido pela economia brasileira. O Brasil sobrevivera bem aos impactos da crise americana de 2008/2009 que se refletiu no mundo.⁵² A economia brasileira, claro, sofreu uma retração. Houve variação do dólar, inflação e juros altos, e faltou dinheiro aos bancos para empréstimos e financiamentos. Depois de um crescimento de 5,1% em 2008, em 2009 o PIB brasileiro reduziu seu valor em termos reais em 0,2%. Apesar do índice negativo, o Brasil ficou entre os seis melhores desempenhos do mundo, já que as perdas foram maiores no restante do planeta.

Para fazer a economia voltar a crescer, o governo Lula aumentou os investimentos públicos,

51 Revista ACIM de dezembro de 2009.

52 No início do novo milênio os americanos investiram em guerras no Iraque e Afeganistão, ao mesmo tempo em que a economia entrava em decadência, com as importações superando as exportações. Os americanos emprestaram dinheiro e o país continuou a viver como se tudo estivesse bem. Com a oferta de juros baixos, os consumidores compraram muito, principalmente imóveis. A expansão do crédito financiou a bolha imobiliária, com a elevação exagerada no preço dos imóveis. Quando as taxas de juros subiram, os preços caíram dando início a uma onda de inadimplência, pois as pessoas não queriam pagar hipotecas com valores altos enquanto os imóveis valiam cada vez menos. O resultado foi o fechamento do quarto maior banco de crédito dos Estados Unidos (Lehman Brothers). A crise foi comparada ao *crack* da bolsa de valores de Nova York em 1929. Foto: revistaescola.abril.com.br.

reduziu impostos e aumentou o salário mínimo e o seguro desemprego. Em 2010, puxado em boa parte pelas importações da China, o país cresceria de forma surpreendente. Segundo o IBGE, naquele ano a economia brasileira teve elevação de 7,5% em comparação a 2009, maior índice em 24 anos. Foi o quinto maior crescimento do planeta no ano.⁵³

Para muitos, o país atingira um nível de amadurecimento econômico que não voltaria atrás. Daí que, a razão de tanto otimismo, infelizmente, não perdurou. O crescimento oscilou nos anos seguintes. Em 2011 seria de 2,7%; em 2012, 0,9%; em 2013, 2,3% e 2014, 0,1%.⁵⁴ A partir de 2015, a economia brasileira sofreria retração e, em janeiro de 2016, no fechamento deste livro, a expectativa era de recessão, no mínimo, pelos próximos dois anos. Com expectativa de recuperação em 2018.

Esse seria o cenário a ser enfrentado pelos brasileiros. Em Maringá, a ACIM, novamente, teria um papel importante, juntamente com a prefeitura, Codem e outras instituições que se uniriam na segunda década dos anos 2000 para não permitir que a cidade sofresse tanto os danos da nova crise econômica e da crise moral vivida pelas instituições públicas e privadas do Brasil.

53 Anotações dos autores.

54 Dados do Tribunal de Contas da União.

ADENDO ECONÔMICO

A economia na primeira década dos anos 2000

por João Ricardo Tonin, economista

O decênio que abriu o novo milênio foi marcado por uma mudança de paradigma na economia brasileira quanto à atuação do Estado. O Brasil assistiu à abertura financeira e comercial, à entrada de empresas estrangeiras, à introdução de novas tecnologias, à elevação da competitividade das empresas e ao crescimento atrelado ao mercado chinês. Por outro lado, também sofreu com a elevação dos juros e do nível de incerteza do sistema financeiro internacional, além da crise dos subprimes. Em Maringá, a década, de 2000 a 2010, foi fortemente marcada pelo empenho da sociedade civil em planejar o crescimento da cidade no longo prazo e seu diálogo com a gestão pública no aconselhamento de tomadas de decisões estratégicas para a região, o que resultou em impactos positivos e sólidos.

As bases do crescimento financeiro brasileiro no período se deram graças à mudança no modelo de condução da política econômica, alterando o paradigma de atuação do Estado, de um modelo indutor para um modelo mais regulador. Essa transformação veio a partir das privatizações e pela abertura financeira e comercial da economia, somada à entrada de empresas estrangeiras, que alterou a dinâmica de vários setores econômicos, e com a introdução de novas tecnologias e ampliação da produção, permitindo a elevação da competitividade das empresas brasileiras e o nível de reservas internacionais, importantes para a criação da política que colocaria fim na hiperinflação: o Plano Real.

Para manter o Plano Real, a política monetária brasileira abriu mão da determinação da taxa básica de juros ficando mais vulnerável aos acontecimentos da economia internacional. Como resultado, o Brasil viu sua taxa de juros atingir patamares acima de 40% ao ano em 1994, quando o México entrou em crise por falta de reservas internacionais e, em 1997, com o colapso no sistema financeiro da Tailândia, que se alastrou para os países do sudeste asiático, e novamente em 1998, quando a Rússia decretou moratória da dívida externa.

Com a elevação do nível de incerteza no sistema financeiro internacional, os investidores se sentiram motivados a retirar os investimentos das economias emergentes e aplicá-los em economias mais seguras. Para manter esses investimentos, o Brasil teve que elevar a taxa básica de juros em níveis extremos, permitindo a preservação do nível de reservas internacionais em patamares confortáveis.

Em 1998, a política de manutenção do câmbio em patamares administrados, a chamada política de bandas cambiais, não foi mais sustentável. Desde a criação do Plano Real, a moeda brasileira passou por um processo de sobrevalorização, o que proporcionou a ampliação do déficit público, com o consecutivo saldo negativo na balança comercial e elevação das remessas de renda para o exterior.

No dia 31 de janeiro de 1999, a política de bandas cambiais foi substituída pelo modelo de câmbio flutuante sujo.¹ Nesse dia, a taxa de câmbio que se encontrava em R\$ 1,20, trinta e um dias após, atingiu os patamares de R\$ 2,16. Depois dessa data, por alguns meses, o câmbio retornou ao patamar de R\$ 1,80, o qual era entendido pelos investidores internacionais como sendo o nível ideal de taxa de câmbio para a economia Brasileira em relação ao dólar.

Para Oliveira e Turola (2003), o déficit primário e as despesas com juros deixaram a manutenção da política de câmbio semifixo insustentável. A partir desse momento surgiu a necessidade de

implementar o Programa de Estabilidade Fiscal, o qual consistia em gerar um superávit fiscal para pagamento dos juros e manter a mesma proporção da dívida interna sobre o PIB. Esse esforço se dava mais pelo aumento na carga tributária do que pela redução nos gastos públicos, o que não ocorreu.

Além do “bug do milênio”, e análogo à década de 1980 e 1990, os anos 2000 iniciaram em um processo de busca pelo equilíbrio da conjuntura econômica. Além dos problemas no orçamento público, juros e câmbio, existia um temor muito grande dos investidores internacionais com a entrada de Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência da República. Esse nível de incerteza fez com que a taxa de câmbio atingisse um novo patamar histórico: R\$ 3,95 no dia 22 de outubro de 2002, cinco dias antes do segundo turno das eleições presidenciais.

A partir dessa data, a taxa de juros e o câmbio iniciaram uma tendência de queda em resposta às políticas econômicas aplicadas pelo então presidente. Para Teixeira e Pinto (2012), a política adotada pelo governo de FHC e mantida pelo governo Lula era fundamentada na utilização dos juros como ferramenta de controle dos preços no curto prazo. Esse mecanismo permitiria a redução dos custos de transação e a melhora nas expectativas dos agentes, potencializando o funcionamento dos mercados e o crescimento econômico de longo prazo.

Para Bielschowsky, Squeff e Vasconcelos (2015), os dois primeiros anos da década de 2000 afetaram negativamente os investimentos em bens de capital. Logo após esse período, o ciclo de investimentos entrou em três novas fases: recuperação – 2003 a 2005, expansão – 2006 a 2008 e crise – 2009 a 2010. Sendo que as maiores parcelas dos investimentos, no decorrer da década, foram feitas em infraestrutura (transportes, armazenamento, telecomunicação etc.) e construção residencial para atendimento da demanda das famílias.

A fase de recuperação e expansão são concomitantes com a tendência de crescimento da demanda da China por produtos brasileiros. Acioly (2005) destaca que em 1979, a China passou por um processo de abertura econômica e criou uma política cambial favorável às exportações e um marco regulatório para as empresas estrangeiras. Essas mudanças foram importantes para aportar o grande influxo de Investimento Estrangeiro Direto (IED), que a economia passou a receber. Esses investimentos começaram a ser injetados na economia chinesa na década de 1990 e se intensificaram na década inicial dos anos 2000. Essa estratégia de acessar o mercado mundial fez com que ela tivesse um extraordinário crescimento em suas importações e exportações, principalmente, de produtos agrícolas e minério. Dessa forma, o Brasil “surfou na onda” criada pela China na economia mundial, tendo parte do crescimento do PIB atrelado às exportações para o mercado chinês.

Em 2008 a fase de expansão da economia brasileira foi ceifada pela crise dos subprimes, que, segundo Alberine e Bugoszewski (2008), foi causada pela criação de uma bolha especulativa sobre as hipotecas imobiliárias nos Estados Unidos, afetando os gigantescos mercados de crédito mundiais. Segundo o autor, a crise atingiu diretamente o Brasil, pois, com a elevação da incerteza dos investidores internacionais, vários investimentos foram deslocados para economias mais seguras, causando depreciação no câmbio, inflação e elevação nos juros. Além disso, a crise reduziu a atividade econômica mundial e abalou diretamente as exportações brasileiras.

Essa crise dos subprimes, desencadeada em 2007, atacou diretamente a economia maringense que foi “pega” de surpresa. Mas esse acontecimento não ofuscou o acelerado crescimento que a cidade obteve durante a década.

O crescimento real médio de Maringá foi de 8% ao ano na década, superior ao verificado na economia brasileira e muito próximo ao verificado na economia chinesa. Foi construído a partir da conjugação de vários fatores: sociedade civil organizada forte e atuante, elevação da demanda agregada, fortalecimento de setores já existentes e atração de investimentos de empresas situadas fora do município, elevadas taxas de investimento público em infraestrutura, ampliação da imagem de Maringá como cidade organizada e com qualidade de vida elevada etc.

Além disso, a primeira década dos anos 2000 foi um marco importante para a elaboração de planos de desenvolvimento de Maringá.

1 Termo utilizado para nomear a política de câmbio flutuante com possibilidade de intervenções do Banco Central, em período de movimentos especulativos de investidores que podem prejudicar a economia doméstica.

Esses documentos produzidos envolveram um conjunto de diretrizes orientadoras para o desenvolvimento econômico local, dividindo-as em sete áreas de abordagem: comunidade, universidade, integração tecnológica, investimentos, agricultura e agroindústria, comércio e serviços e comércio exterior e gestão empresarial.

Em 2009, como Maringá já havia consolidado as metas criadas pelo “Maringá 2020”, a sociedade civil organizada, representada por mais de 100 entidades, com mais de 200 reuniões realizadas, criou o documento “Maringá 2030”, que “não tem e não poderia ter pretensão alguma de ser um plano de desenvolvimento econômico, nem tampouco um plano estratégico de desenvolvimento. É um conjunto de objetivos propugnados para a cidade, de diretrizes orientadoras do processo e de estratégia de condução”. Esses documentos, somados à organização da sociedade civil organizada, foram responsáveis por ampliar a imagem institucional de Maringá e trazer uma série de caravanas de outros municípios interessados em conhecer a cidade e as instituições que a compunham.

Não foram somente os planos e projetos de planejamento, os avanços verificados no IDH não pararam na década de 1990. Em 2010 o IDH médio atingiu 0,808, contra 0,740 de 2000, colocando Maringá na 2ª posição em cidades acima de 100 mil habitantes no Paraná e a 23ª no Brasil. Esses avanços foram verificados em todos os subíndices do indicador: Longevidade (de 0,803 para 0,852), Educação (de 0,663 para 0,768) e Renda (de 0,762 para 0,806). Além da melhoria nos indicadores de desenvolvimento humano, ocorreram sensíveis melhoras na distribuição da renda. Como prova disso, o coeficiente de Gini saiu de 0,55 em 2000 para 0,49 em 2010. Ocorreram também reduções na taxa de pobreza, saindo de 5,39% para 1,39%. Essas mudanças são, em parte, explicadas pelas alterações ocorridas no padrão de vida das famílias e pela pirâmide etária da população de Maringá (Figura 1).

O perfil etário da população de Maringá vem sendo alterado desde a década de 1970. Há um processo gradativo de crescimento da população idosa em detrimento de uma menor parcela de jovens com idades até 14 anos. Esse fenômeno foi verificado mais intensivamente em economias de primeiro mundo e está ocorrendo no Brasil há mais de 30 anos, refletindo-se, principalmente, na escolha das famílias em possuírem menos filhos e no crescimento da expectativa de vida. Maringá, além dos fatores naturais supracitados, tende a atrair idosos de outras regiões do país por ofertar elevada qualidade de vida, e jovens em idade entre 18 a 24 anos, por ser um polo educacional.

No que se refere à educação, como reflexo do crescimento do emprego e renda e maior acesso da população a ela, a taxa de alfabetização passou de 95,1% para 96,7% de 2000 a 2010. No ensino básico, em 2010, 75.626 alunos estavam matriculados nas escolas públicas e privadas em Maringá.

Conforme verificado na Tabela 1, o crescimento do número de matrículas no ensino básico foi mais significativo no ensino público municipal e particular, respectivamente (29,4% e 26,0%), e no ensino público estadual representou uma queda de -23,6% em 2010, comparado ao início da década. Esse indicador reflete a qualidade do ensino ao se verificar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O aluno, ao ter contato com a educação pública estadual, é afetado pelo método de ensino e estrutura e acaba tendo uma queda em sua produtividade. A população conhecedora dessa situação acaba deslocando parte dos alunos do ensino público para a educação particular. Em relação ao ensino superior, as instituições de ensino tiveram um salto. A UEM também se fortaleceu como instituição de ensino. No período criou mais de 11 cursos, inaugurou sua primeira incubadora tecnológica e se tornou em 2008 a melhor universidade do Paraná, segundo o Índice Geral de Cursos (IGC) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP).

Esse resultado é verificado na Tabela 2, que apresenta o número de alunos matriculados nas instituições de ensino superior em Maringá. Verifica-se que o crescimento foi surpreendente: 113,8% no período, proporcionado principalmente pelas instituições de ensino privadas, que praticamente triplicaram o número de alunos matriculados na década. Esse crescimento do setor de educação superior é reflexo do fortalecimento do polo educacional de Maringá que a cada dia diversifica e melhora as práticas de ensino, atraindo um

volume maior de alunos, inclusive, de outras regiões do país.

Outro fator importante, que serve como alicerce do crescimento econômico, foi o investimento em infraestrutura pública que, no início da década de 2000, se manteve em patamares próximos aos verificados na década anterior, em torno de 11%. Em 2003, como reflexo da crise econômica, o orçamento municipal sofreu ajustes e teve que se adequar ao momento, atingindo os patamares de 3%. Em 2006, ele iniciou uma trajetória de alta, com o retorno da atividade econômica em Maringá e acabou atingindo a faixa dos 20% em 2010.

Dentre os projetos coordenados pela Prefeitura de Maringá, o projeto “Novo Centro” teve uma elevada importância para consolidar as visões de futuro de Maringá e resolver alguns gargalos presentes no período. A idealização do projeto recebeu significativas contribuições da sociedade civil organizada de Maringá e caracterizou-se como um novo marco de investimento privado na construção civil na história da cidade. Esse projeto foi iniciado em 1986 com a retirada do pátio de manobras de trens do centro da cidade com a posterior escavação do túnel – a estação ferroviária seria demolida em 1991. A construção das galerias pluviais para escoamento da água da chuva se deu entre 1995 e 1999. No início da década de 2000 foram construídos os viadutos das principais avenidas do centro: Pedro Taques, São Paulo, Herval, Duque de Caxias e Paraná. Após, construiu-se a avenida do Novo Centro, nomeada Avenida Advogado Horácio Raccanello Filho, em homenagem às contribuições para Maringá do falecido advogado e professor da UEM. Ao final da obra, inaugurada em dezembro de 2012, a avenida se estendeu por 1.680 metros, com uma largura de 15,2 metros e altura de 6,5 metros, propiciando o rebaixamento da via férrea. O projeto todo se caracterizou como a maior obra ferroviária do Sul do Brasil, por onde passaria uma linha de trem de passageiros, ligando a região de Maringá com a região de Londrina – projeto denominado “Trem Pé Vermelho”.

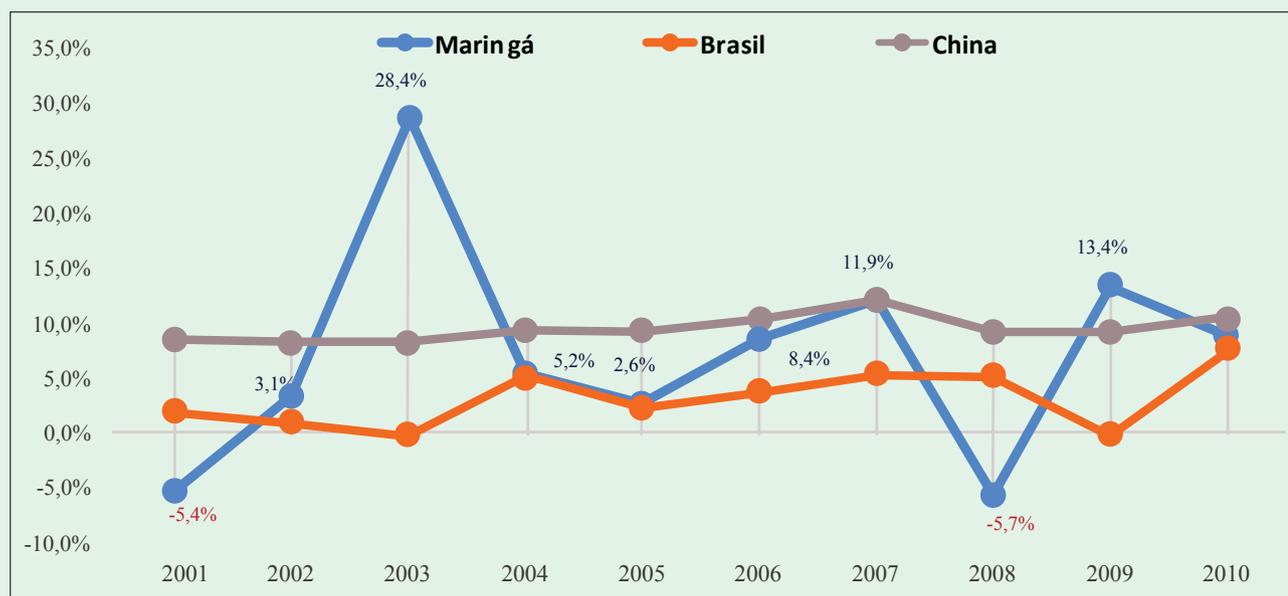
Outro projeto que teve impacto positivo na cidade foi a construção do Contorno Norte, finalizado em janeiro de 2014. A infraestrutura conta com 13 viadutos e uma extensão de 17,6 km. O projeto foi executado por uma empresa de Maringá e permitiu a ampliação de emprego e renda na região, além de reduzir o tráfego de caminhões na área central da cidade e fortalecer o mercado imobiliário nos bairros ao norte da cidade.

Os investimentos não se limitaram em infraestrutura rodoviária apenas, inaugurado em abril de 2001, o aeroporto Sílvio Name Junior foi um marco importante de desenvolvimento na cidade. Maringá já era o *hub* de transporte aéreo dos municípios vizinhos e, com a inauguração do novo aeroporto, passou a se consolidar como centro regional, recebendo até passageiros da região de Londrina. O aeroporto recebia no período voos da Gol, Trip, TAM e Pantanal. Anos depois a Gol adquiriu a Pantanal, a Azul comprou a Trip e a TAM deixou de operar em Maringá. Além da nova sede, o aeroporto foi habilitado pela Agência Nacional de Aviação Civil e pela Receita Federal como um centro de transporte de cargas. Em 2009 conseguiu adquirir uma conexão com Miami, Estados Unidos, recebendo um voo a cada quinze dias.

Com uma infraestrutura mais robusta e uma qualidade de vida melhor, Maringá passou a receber um grande volume de novas empresas. Em 2000, a cidade possuía 8.808 empresas ativas e em 2010 já alcançava 15.239 empresas, representando um crescimento de 71,7% (Tabela 3).

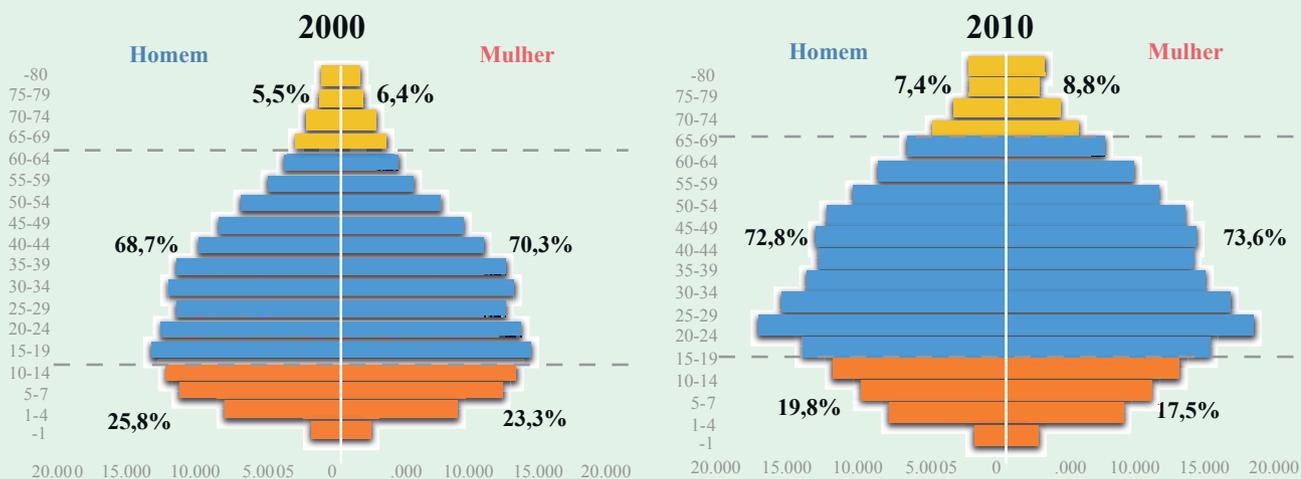
O crescimento do número de empresas foi verificado em quase todos os setores econômicos de Maringá. A construção civil foi o setor que mais se destacou. No período o crescimento verificado foi de 110,4%, refletindo o efeito dos programas habitacionais federais (Programa Minha Casa Minha Vida), o crescimento populacional e a maturação dos investimentos em infraestrutura urbana na cidade. Não obstante, o comércio também apresentou destaque. O crescimento verificado no período foi de 75,8%, seguido pela indústria (75,6%) e serviços (71,7%). A agropecuária seguiu um movimento contrário em relação aos outros setores, apresentando redução de 10,2%. Esse acontecimento refletia o êxodo do produtor rural para a cidade e a consolidação da produção agrícola em modelos latifundiários.

Gráfico 1: Taxa de Crescimento Real do PIB de Maringá, Brasil e China (evolução de 2001 a 2010).



Fonte: Iparides (2015), elaboração do autor.

Figura 1: Pirâmide Etária – Censo Demográfico IBGE (2000 e 2010).



Fonte: Iparides (2015), elaboração do autor.

O setor de vestuário teve um elevado destaque na década de 1990 e manteve a trajetória de crescimento no início dos anos 2000. O resultado se deve ao modelo de negócios escolhido: shoppings atacadistas e a presença do agente de moda que atraía clientes de várias regiões do país. Em troca eles recebiam dos lojistas uma comissão sobre as compras dos clientes.

O crescimento do número de empresas foi acompanhado por um aumento mais que proporcional do número de empregos, demonstrando que as empresas da cidade aumentaram sua envergadura e atuavam com um número maior de colaboradores. Em 2010, Maringá passou a ter 136.407 empregados registrados, um crescimento de 79,3%. O comércio teve o maior destaque, 100,8% de elevação, seguido pelo setor de serviços (84,8%), indústria (84,1%) e construção civil (26,3%) (Tabela 4).

A agricultura no Brasil vem ampliando sua produtividade nas últimas décadas com a inclusão de tecnologia nos métodos de plantio, novas culturas resistentes a pragas e diferentes tipos de climas, rotação de cultura, plantio direto etc. Essas mudanças têm impactado o setor agrícola de Maringá, visando culturas que têm como foco o mercado internacional.

Nota-se na Tabela 4 que, frente aos preços internacionais atraentes, a soja foi o produto protagonista na matriz da produção agrícola de Maringá. O milho por depender mais do mercado interno, e sofrer uma grande concorrência com a produção do Mato Grosso, sofreu alterações na produção ao longo dos anos, sendo substituído na maior parte das vezes pela cultura do trigo ou pela aveia e triticale. A cana-de-açúcar, por ser uma cultura de longo prazo em que, para cada plantio, ocorrem várias safras, não sofreu alterações significativas

Tabela 1: Matrículas no ensino básico por tipo de instituição (2000 a 2010).

Matrículas	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Rede estadual	39.097	37.937	36.890	36.786	35.908	34.723	32.550	32.226	31.451	30.732	29.865
Rede municipal	18.459	18.243	18.806	20.061	20.137	20.921	23.062	22.067	22.472	23.171	23.887
Rede particular	17.357	17.890	18.127	18.418	18.981	20.106	20.515	17.927	20.060	21.471	21.874
Total	74.913	74.070	73.823	75.265	75.026	75.750	76.127	72.220	73.983	75.374	75.626

Fonte: Ipardes (2016), elaboração do autor.

Tabela 2: Matrículas no ensino superior por tipo de instituição (2000 a 2010).

Matrículas	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Instituições estaduais	9.175	9.786	8.127	8.401	10.323	10.961	10.752	10.782	10.644	11.383	11.465
Instituições privadas	4.061	5.724	8.316	10.613	13.915	17.510	16.392	17.169	17.529	16.779	16.828
Total	13.236	15.510	16.443	19.014	24.238	28.471	27.144	27.951	28.173	28.162	28.293

Foto: Ipardes (2016), elaboração do autor.

Tabela 3: Número de empresas registradas por setor (2000 a 2010).

Setor	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Indústria	1.160	1.372	1.419	1.472	1.613	1.669	1.737	1.750	1.845	1.903	2.037
Construção civil	462	533	576	597	609	617	669	694	813	829	972
Comércio	3.660	4.126	4.304	4.568	4.973	5.244	5.394	5.616	5.858	6.085	6.433
Serviços	3.213	3.573	3.701	3.896	4.040	4.249	4.417	4.625	4.925	5.268	5.516
Agropecuária	313	315	314	342	328	293	301	269	268	279	281
Total	8.808	9.919	10.314	10.875	11.563	12.072	12.518	12.954	13.709	14.364	15.239

Fonte: Ipardes (2016), elaboração do autor.

Tabela 4: Número empregos com carteira assinada registrados em Maringá (2000 a 2010).

Setor	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Indústria	16.433	17.553	19.843	20.674	22.454	22.256	24.146	26.097	27.281	27.464	30.256
Construção civil	6.828	6.360	3.510	3.817	3.736	3.437	4.200	4.571	6.298	7.309	8.627
Comércio	18.651	20.469	22.606	24.398	26.531	29.148	28.918	31.332	34.151	35.158	37.449
Serviços	32.145	34.360	37.569	39.412	43.024	44.250	46.869	49.606	52.124	54.986	59.394
Agropecuária	2.025	637	608	714	743	712	588	622	561	567	681
Total	76.082	79.379	84.136	89.015	96.488	99.803	104.721	112.228	120.415	125.484	136.407

Fonte: Iparades (2016), elaboração do autor.

Tabela 5: Área colhida da produção agrícola de Maringá (2000 a 2010).

Área (em ha)	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Soja	23.200	22.820	23.600	24.000	24.000	25.300	23.200	22.900	23.500	23.600	23.900
Milho	8.150	14.700	11.350	14.500	12.900	9.200	12.200	19.500	19.572	18.700	15.500
Trigo	3.100	7.050	8.820	7.020	8.000	7.200	4.000	3.000	2.900	4.300	5.500
Aveia	50	300	100	600	800	5.219	3.000	-	-	80	-
Cana-de-açúcar	1.267	1.179	1.256	1.249	1.447	1.447	1.480	1.177	1.377	1.494	1.314
Café	843	155	645	450	90	450	450	530	530	530	475
Triticale	-	-	-	-	-	215	174	70	100	130	151
Banana	85	85	80	80	85	85	85	85	85	80	80
Uva	90	12	10	10	10	10	57	57	67	42	47
Laranja	28	28	29	28	40	28	28	39	28	57	56

Fonte: Iparades (2016), elaboração do autor.

na produção. O café que vinha sendo substituído pelas oleaginosas, sofreu uma redução de praticamente 43,6% na área plantada, permanecendo somente em áreas em que a declividade do terreno impõe restrições sobre a colheita mecanizada.

Além do setor agrícola, a criação de animais obteve um significativo salto na década de 2000. O crescimento acelerado da economia chinesa e o aumento dos preços internacionais do petróleo elevaram a renda dos países asiáticos e do oriente médio, fazendo com que houvesse acréscimos na demanda de carnes.

Essas mudanças tornaram o Brasil o maior exportador de carne de frango e permitiram que as empresas brasileiras ampliassem sua estrutura. Como esse produto possui uma participação importante dentro da matriz econômica de Maringá, a produção sofreu uma elevação de 193,9%, sendo que sua comercialização foi destinada principalmente para a Rússia, União Europeia, Japão e Arábia Saudita.

Com o fortalecimento da cultura da soja, ao longo da década as áreas destinadas à pastagem foram substituídas. A criação de suínos teve sua produção diretamente relacionada ao preço de comercialização no mercado doméstico e ao custo dos principais insumos, soja e milho. Em 2009 a produção chegou a ter uma elevação de 43,4% em relação a 2000, mas logo no ano seguinte, como os preços da carne suína não acompanharam a elevação dos custos, houve uma queda na produção. Outro destaque, foi a criação de ovinos. O crescimento no período foi de 377,3% e refletiu, principalmente, os elevados investimentos de grandes produtores rurais em tecnologia genética e diversificação da matriz de produção agrícola.

O produto chefe na matriz produtiva de alimentos e matéria-prima de origem animal, a produção de seda, devido a fatores ligados ao mercado internacional, sofreu uma elevada queda na produção (-61,8%). Como esse produto é destinado, em quase sua totalidade, para o mercado internacional, com o crescimento da concorrência chinesa, ocorreu uma desmotivação de muitos produtores rurais e a saída da Cocamar desse ramo de atuação. Em contrapartida, aproveitando os elevados preços no mercado internacional, a produção de mel de abelha em 2008 teve um crescimento de 512,5% em relação ao ano anterior e 685,7% no decorrer da década. E por fim, a produção de leite e ovos de galinha não apresentaram variações significativas e se mantiveram em um modelo de produção familiar.

Considerada a China do interior do Paraná, Maringá cresceu a passos largos na década de abertura do novo milênio e foi reflexo das ações tomadas pela sociedade civil organizada e pelo poder público, que criaram um ambiente sólido para a atração de empresas e o fortalecimento das já instaladas na cidade. Esse acelerado

desenvolvimento ampliou a importância do setor de serviços e comércio, que ao final da década já eram responsáveis por 2/3 da geração de riqueza na cidade. Além disso, a década presenciou a consolidação da produção agrícola e das agroindústrias e cooperativas, o fortalecimento do setor financeiro, a construção de planos com visões econômicas de longo prazo (Maringá 2020 e 2030) e a implantação de infraestruturas que irão auxiliar o crescimento sustentável da cidade, como o novo Aeroporto e Novo Centro.

O resultado positivo desse período, comprovou as previsões apresentadas no documento "Maringá 2030". A partir dele, a sociedade civil organizada traçou para a próxima década um projeto mais amplo, o Masterplan. A contratação desse plano será um presente para Maringá, uma retribuição pelos bons resultados que a cidade tem concedido aos setores econômicos. Além disso, esse projeto tem como objetivo manter a cultura de planejamento e a imagem institucional do município, além de garantir o crescimento sustentável para as futuras gerações.

REFERÊNCIAS

ACIOLY, L. China: **Uma inserção externa diferenciada**. *Revista Economia Política Internacional*: Análise Estratégica, n° 7, Outubro a Dezembro, 2005.

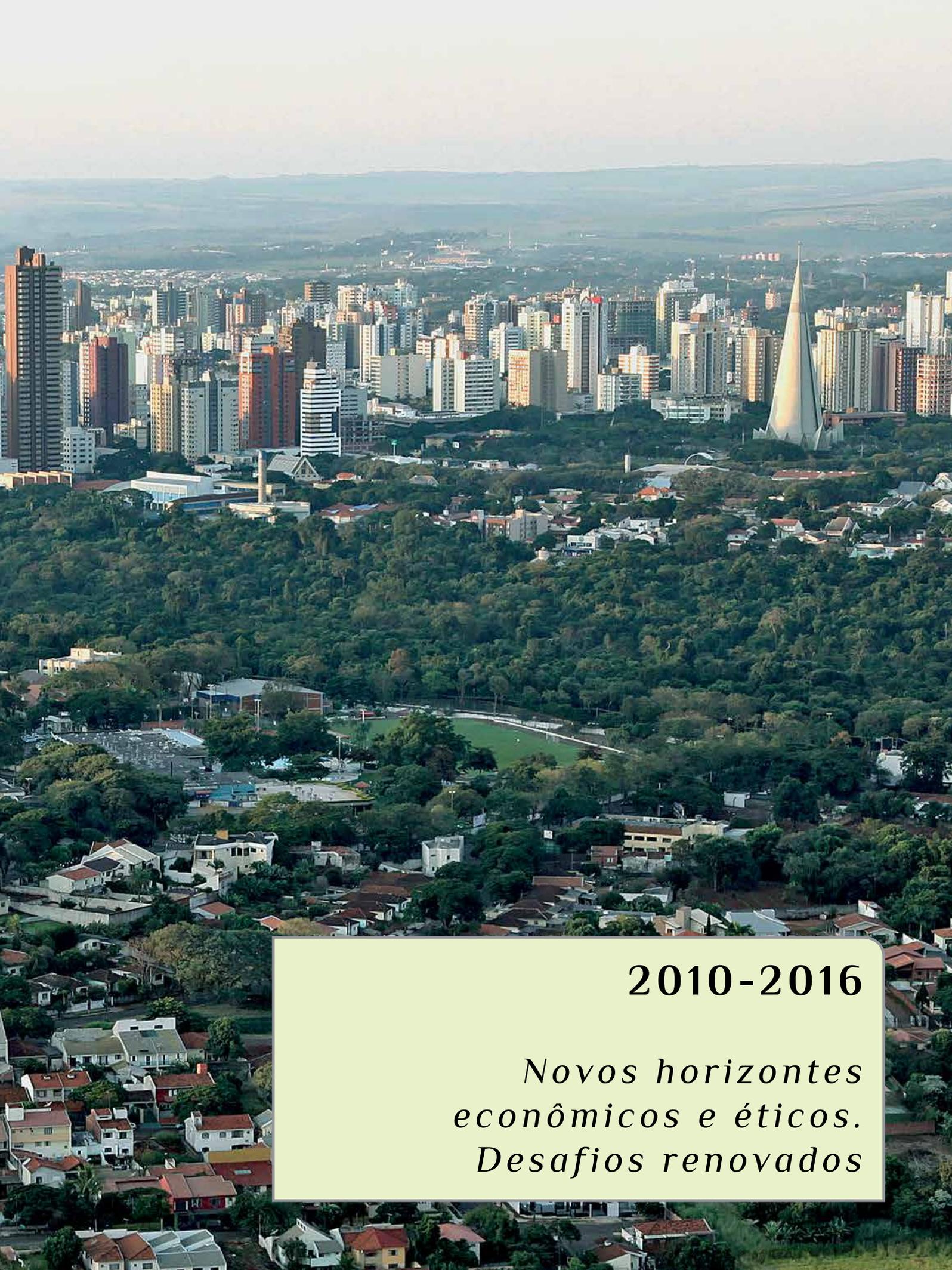
ALBERINE, D. V. e BUGOSZEWSKI, L. D. Por dentro do Subprimes: a crise imobiliária americana e seus impactos na economia brasileira. *Revista Vitrine e Conjuntura*, Curitiba, v. 1, n°2, Abril, 2008.

BIELSCHOWSKY, R., SQUEFF, G. C. e VASCONCELOS, L. F. **Evolução dos investimentos nas três frentes de expansão da economia brasileira na década de 2000**. Texto para Discussão 2063, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, Março, 2015.

TEIXEIRA, R. A. e PINTO, E. C. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. *Revista Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 909-941, 2012.

OLIVEIRA, G. e TUROLLA, F. Política econômica do segundo governo FHC: mudança em condições adversas. *Revista Tempo Social*, São Paulo, v. 15, n° 2, Novembro, 2003.





2010-2016

*Novos horizontes
econômicos e éticos.
Desafios renovados*



Novo centro de Maringá ao longo da segunda década dos anos 2000. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Nas próximas linhas, o leitor terá uma visão sintética da origem e evolução da recessão econômica que toma conta do país em 2016. Alertamos, no entanto, que estamos dentro dessa crise e, assim, não temos o distanciamento ideal para tratarmos do assunto com maior isenção. Também não conhecemos os desdobramentos finais dela. A história, no futuro, poderá interpretar os acontecimentos de hoje de uma forma diferente daquela relatada aqui.

Após as dificuldades financeiras de 2008 e 2009, o país voltou a crescer, criou novos empregos e diminuiu as desigualdades sociais, inclusive com a ascensão da classe C, que ampliou sua capacidade de consumo. Esse cenário era provocado pela melhor distribuição de renda no país, fruto de políticas públicas implementadas anteriormente, pelo crescimento chinês e pela demanda por *commodities*, pelo excesso de liquidez no mercado financeiro internacional que levou investidores a aplicar seus recursos em países emergentes, pelo estímulo do governo ao investimento privado e ao consumo.

Por outro lado, o país não freou os gastos e aumentou o déficit público. Os problemas de infraestrutura se agravaram, aliados à baixa qualificação dos trabalhadores. A China diminuiu ano a ano o consumo de *commodities*. Com o real valorizado durante vários anos, a indústria nacional ficou menos competitiva em relação aos produtos importados. Houve aumentos de

salários, o custo dos serviços também subiu e a taxa Selic caiu.

Esse conjunto de fatores trouxe de volta a inflação e seus malefícios. Houve erros ainda na administração da Petrobras e da Vale do Rio Doce. Para reeleger Dilma Rousseff em 2014, o governo maquiou as contas. Com a recondução garantida, foi obrigado a rever a política econômica. Mas era tarde. A maquiagem, a volta da inflação, a grande desvalorização do Real, os inúmeros escândalos na política eliminaram a confiança dos agentes econômicos internacionais. Em 2015, o Brasil mergulhou em uma recessão, sem expectativas de sair dela, segundo especialistas, até 2018.

Em Maringá, a sociedade civil organizada chamou para si a missão de manter elevados os níveis de confiança dos maringenses. Efetuou-se um estudo sobre os investimentos previstos para a cidade, amplamente divulgados, com dados sobre geração de negócios, de emprego e renda. Para as lideranças, se as empresas continuarem investindo, Maringá continuará sendo um diferencial em relação ao restante do país. A qualidade de vida tem sido um chamariz que mantém em um bom nível o ritmo da construção civil, os preços dos imóveis e alugueis. Além disso, a agroindústria passa por um bom momento, assim como os setores de educação, saúde e tecnologia da informação.

Enquanto se concluía este livro, o Brasil convivia com o pedido de impeachment da

presidente Dilma Rousseff devido às “pedaladas fiscais”¹ e com a possibilidade de queda do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), citado em diversos escândalos e ameaçado de perder o cargo por falta de decoro parlamentar.

Os casos de corrupção assustavam a Nação, sendo o maior deles na Petrobras. Personalidades importantes foram presas, como o Senador da República, Delcídio Amaral (PT-MS) e empresários como o banqueiro André Esteves, do BTG Pactual, e o empreiteiro Marcelo Odebrecht, da poderosa construtora Odebrecht.

Mas, as prisões não iludem os brasileiros. Em 2006, quando surgiu o “Mensalão” e muitas pessoas foram para a cadeia, imaginou-se um novo país, sem a velha sensação de impunidade que propiciava tantos crimes. As descobertas da Operação Lava Jato, que investiga desvios na Petrobras, deixaram a população com a impressão de que as coisas não mudaram o suficiente. Tanto que estudos feitos pelo Instituto Datafolha em dezembro de 2015, mostraram que, pela primeira vez na história, a corrupção alcançara o topo na lista das preocupações dos brasileiros.

Se na época do “Mensalão”, o país elegeu como “herói” o ministro do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa,² presidente da instituição entre 2012 e 2014; em 2015, a admiração de grande parte dos brasileiros passou a ser pelo juiz Sérgio Moro, titular da vara federal especializada em lavagem de dinheiro e crime organizado de Curitiba. É ele quem dá as cartas na Operação Lava Jato.

Sérgio Moro é maringense e cursou Direito na UEM. Na cidade, a grande preocupação também é a corrupção e o destino que se pretende

dar aos recursos públicos, tanto que cresceu o envolvimento de instituições da sociedade civil organizada na discussão dos inúmeros projetos locais. Movimentos, passeatas e atos contra a corrupção, pela moralidade na política, pelo controle dos gastos públicos, entre outros, foram pauta obrigatória em muitas entidades, inclusive na ACIM.

A Associação liderou muitos movimentos e, como sempre, esteve à frente, junto com a prefeitura, Codem e outras instituições, de projetos de vanguarda, que buscam o desenvolvimento sustentável em médio e longo prazos. Projetos como o Masterplan, que dará aos investidores informações precisas e, aos maringenses em geral, a certeza de que a cidade tem o seu destino controlado por uma sociedade que preza pela qualidade de vida e crescimento urbano planejado com uma visão de longo prazo.

A ACIM amadureceu, se fortaleceu e até surpreendeu seus fundadores, empresários que, em 1953, sonharam com uma entidade que lutasse pelo fortalecimento das empresas e dos negócios. Homens que superaram desafios e, a cada gestão, colocaram tijolos que sustentaram e ampliaram o poder de articulação da Associação. A cada gestão, com a contribuição de diretores, conselheiros e executivos, foi sendo moldada uma entidade ímpar. Que orgulha os maringenses, os paranaenses e até os brasileiros. Uma entidade que faz a diferença.

1 É um nome dado a práticas que o governo teria usado para cumprir as suas metas fiscais. O Tesouro Nacional teria atrasado repasses para instituições financeiras públicas e privadas que financiariam despesas públicas, entre eles benefícios sociais e previdenciários, como o Bolsa Família, o abono e seguro-desemprego e os subsídios agrícolas. Os beneficiários receberam tudo em dia, porque os bancos assumiram, com recursos próprios, os pagamentos dos programas sociais. Com isso, o governo registrou, mesmo que temporariamente, um alívio no orçamento. Mas a sua dívida com os bancos cresceu. Segundo o processo aberto no TCU, cerca de R\$ 40 bilhões estiveram envolvidos nessas manobras entre 2012 e 2014.

2 Em 2013, Barbosa foi eleito pela revista *Time* uma das cem pessoas mais influentes do mundo. Ele se aposentou um ano depois.



Movimentação nos comércios de Maringá. Foto: Ivan Amorin.



Adilson Emir Santos Gestão 2010-2012

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- Presidente: Adilson Emir Santos
- 1º Vice-presidente: Paulo Meneguetti
- 2º Vice-presidente: Edson Marcelo Recco
- Vice-presidente para Assuntos do Comércio: Massimiliano Silvestrelli
- Vice-presidente para Assuntos de Serviços: Wilson de Matos Silva Filho
- Vice-presidente para Assuntos da Indústria: Carlos Alexandre Ferraz
- Vice-presidente para Assuntos de Agronegócios: José Fernandes Jardim Júnior
- Vice-presidente para Assuntos de Finanças e Patrimônio: Antonio Batista de Moura Júnior
- Vice-presidente para Assuntos de Eventos: Clélia Cordeiro
- Vice-presidente para Assuntos de Capacitação Profissional: José Carlos Valêncio
- Vice-presidente para Assuntos de Crédito Cooperativo: Luiz Ajita
- Vice-presidente para Assuntos Federativos: Valdeci Aparecido da Silva
- Vice-presidente para Assuntos de Qualidade: Ailson Costa Paulo
- Vice-presidente para Assuntos de Saúde: Jougi Takahashi
- Vice-presidente para Assuntos de Vendas: Guilherme Farias Fávero
- Vice-presidente para Assuntos de Shopping Center: Lauri Galina
- Vice-presidente para Assuntos de Meio Ambiente: Sir Carvalho
- Vice-presidente para Assuntos Comunitários: Luiz Roberto Marquezini
- Vice-presidente para Assuntos de Marketing: José Carlos Barbieri
- Vice-presidente para Assuntos do Saic: Waldecir Antonio Felipe
- Vice-presidente para Assuntos de Novos Produtos e Tecnologia: Ilson Rezende
- Vice-presidente para Assuntos de Desenvolvimento Econômico: Carlos Walter Martins Pedro
- Vice-presidente para Assuntos de Micro e Pequenas Empresas: Michel André Felipe Soares
- Vice-presidente para Assuntos de Responsabilidade Social: Cleide Tono Freitas
- Vice-presidente para Assuntos de Comércio Exterior: Renata Giroldo Mestriner
- Vice-presidente para Assuntos Imobiliários: Marco Tadeu Barbosa
- Vice-presidente para Assuntos de Turismo: Helenice Maria Beller Ferri
- Vice-presidente para Assuntos Institucionais: Anália da Rosa Nasser
- Vice-presidente para Assuntos de Franquia: Gilmar Otaviano Leal Santos
- Vice-presidente para Assuntos de Pesquisa: Mohamad Ali Awada Sobrinho
- Vice-presidente para Assuntos Intersindicais: Orlando Chiqueto Rodrigues

- Vice-presidente para Assuntos do Mercado da Comunicação: Walter Thomé Júnior
- Vice-presidente para Assuntos de Desenvolvimento Rural: Julio Bianchini
- Vice-presidente para Assuntos de Convênio: Nivaldo Reginato
- Vice-presidente para Assuntos de Supermercados: Adevanir Paganini
- Vice-presidente para Assuntos de História e Documentação: Freud Jone Fernandes
- Vice-presidente para Assuntos de Desenvolvimento de Bairros: Renato Tavares
- Vice-presidente para Assuntos de Desenvolvimento Regional: Everaldo Belo Moreno
- Vice-presidente para Assuntos de Cultura: Ben-Hur Lobo da Costa Prado
- Vice-presidente para Assuntos de Logística: Afonso Shiozaki
- Vice-presidente para Assuntos de Commodities: Celso Carlos dos Santos Júnior
- Vice-presidente para Assuntos de Imóveis: Claudiomar Sandri
- Vice-presidente para Assuntos de Farmácias: Nivaldo Ricci

CONSELHO SUPERIOR

- Membros eleitos: Rony César Guimarães, José Gomes Ferreira, Reginaldo Czezacki, Antonio Donisete Busiquia, Cláudio Haruo Mukai, Sabas Martins Fernandes, Carlos Alberto Domingues, Carlos Anselmo Corrêa, Reginaldo Nunes Ferreira, João Maria da Silveira, José Vanderley Santana, Wilson de Matos Silva, Ali Saadeddine Wardani, Heitor Bolela Júnior e Marcos Kenji.
- Membros natos: Manoel Mário de Araujo Pismel, Joaquim Dutra, Luiz Júlio Bertin, Sidney Meneguetti, Raymundo do Prado Vermelho, Fernando Henriques, Alcides Siqueira Gomes, Carlos Mamoru Ajita, Massao Tsukada, Pedro Granado Martines, Hélio Costa Curta, Jefferson Nogaroli, Ariovaldo Costa Paulo e Carlos Tavares.

COPEJEM

- Presidente: Cezar Luiz Bettinardi Couto
- Conselheiros: André Luiz Afonso, Andrea Nogueira, Ariane Watanabe, Carlos Vinicius Navarrete, Cleber Ricardo Correia, Emanuel Giovanetti, Evandro Melhado de Castro, Fabio Eduardo Machado Lima, Fábio José Ordini Lopes, Felipe de Oliveira Whately, Felipe Bernardes, Fernando Messias Busiquia, Gabriel Vieira, Jeferson Czezack, Jhuliany Beterquini, João Vitor Sordi, Leandro Fertonani Lemos, Leonardo Fabian, Luís Augusto Sordi, Mário Campos, Mauro César Piccioly, Maycon Sampaio Zanetti, Osvaldo de Oliveira Junior, Rafael Burdini Margonato, Ricardo Paiola Kmiecik, Roberto Francischini Junior, Rodrigo Seravali de Britto, Salatiel Farias Dias, Tiago Luz Boeira, Vitor Philot Fernandes, Vitor Ramalho Leite e Wagner Severiano.

ACIM MULHER

- Presidente: Pity Marchese
- Conselheiras: Ana Lucia Megda, Ana Lúcia S. Abdalla, Anna Claudia Botelho, Cida Claro, Cláudia Michiura, Clélia Cordeiro, Cleuza Maria Casagrande, Donária Nogueira Rizzo, Edna Amoldin, Elisabete Benites, Elisabeth Yoshida, Flávia Pereira, Flavia Vermelho, Giselle Mendes, Glaucia Loureiro, Glicinia Setenareski, Honame Chaves, Jacira Paranho de Souza, Lucinéia Caires Bressanin, Márcia Lamas, Maria Fernanda Santana, Marilene Philot Fernandes, Marli Waterkemper, Marta Sakurai, Miriam Ferro, Neide Nicolau, Odília da Silva Dossi, Rachel Gatto, Tatiana Roncaglia, Valda Fernandes Simões, Vanessa Lima e Wlândia Dejuli.

CONSELHO DO COMÉRCIO E SERVIÇOS

- Presidente: Massimiliano Silvestrelli
- O Conselho foi empossado com 63 membros.

Adilson Santos discursando durante evento de posse de sua segunda gestão à frente da entidade, em abril de 2010. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



Adilson Emir Santos foi reeleito no dia 29 de março de 2010. A chapa única “Compromisso e Trabalho” recebeu 561 votos. A votação foi recorde e a posse dos novos conselhos aconteceu no dia 28 de abril no Teatro Calil Haddad.

Na semana da posse da nova diretoria, a ACIM celebrou um convênio, inédito no estado, com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil, seção Paraná. A parceria possibilitou que empresários maringãenses associados protestassem títulos sem custas cartoriais. Para os empresários, a parceria foi mais uma ferramenta no combate à inadimplência.

Logo no início da nova gestão, no dia 7 de maio, a ACIM, por meio do Instituto Mercosul, recebeu uma comitiva de empresários portugueses das cidades de Leiria e Porto Mós. O objetivo do encontro foi o de firmar um acordo para estreitar as relações comerciais entre as duas cidades e fortalecer os laços de irmandade, firmado em 1982, entre Maringá e Leiria. Também foram discutidos acordos com a UEM e Cesumar para viabilizar o intercâmbio de professores e alunos.

A ACIM recepcionou uma comitiva de Encarnación, Paraguai. Empresários, políticos, jornalistas e educadores do país vizinho realizaram uma visita técnica a diversas instituições de Maringá. O objetivo foi o de conhecer projetos e ações com foco no desenvolvimento social e econômico.

No dia 24 de junho, teve início em Maringá o Encontro do Conselho Estadual da Mulher



João Norberto França Gomes do Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil, junto de Adilson Santos, no ato da assinatura do convênio inédito no Paraná. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Empresária, uma iniciativa da Faciap, Cacinor e Cacinpar (Coordenadoria das ACEs do Noroeste do Paraná), com apoio da ACIM e organização do ACIM Mulher.

No dia 6 de agosto, durante reunião na ACIM, empresários de farmácias, postos de combustíveis e supermercados se reuniram com representantes das polícias para debater questões de segurança. Organizados em núcleos do Programa Empreender, os empresários reivindicaram mais segurança em seus estabelecimentos comerciais.

Outro encontro realizado na ACIM aconteceu no dia 17 de agosto, quando representantes de sindicatos patronais se reuniram para discutir assuntos como lei federal de acessibilidade, certidão negativa de débitos, contribuição sindical e fiscalização eletrônica da Receita Estadual. Na época, os empresários sentiram a dificuldade de se adequar, por exemplo, à lei que prevê instalação de rampas de acesso, portas mais largas, elevadores ou plataformas, entre outros.

Durante o encontro, o vice-presidente da ACIM e também presidente do Sincontábil Maringá, Orlando Chiqueto Rodrigues, elogiou a lei, mas salientou que a mesma era de difícil aplicação, principalmente nos edifícios mais antigos. Outra dificuldade de muitos era a de retirar a certidão negativa de débitos na prefeitura. Os empresários que tinham débitos municipais de pessoa física não conseguiam emitir a documentação da empresa.

Em outubro de 2010, a ACIM divulgou pesquisa realizada em parceria com a UEM revelando que cerca de dois terços dos maringaenses pertenciam às classes A e B (65,7%). Em 2009, essas classes representavam 57,1% do total de maringaenses e em 2008 este número era de 48,6%. Em 2010, segundo a pesquisa, a maior faixa da população pertencia à classe B (B1 e B2), com 53%. Já a classe A1 representava apenas 1,2% dos maringaenses e a classe D contava com 2,3%.³

No mês de novembro, um velho sonho acalentado pelos conselheiros da ACIM foi realizado: a entidade chegava a quatro mil associados. A empresa número quatro mil foi a Sentilar Acabamentos. No mesmo período, o programa Empreender apresentou o número de 23 núcleos setoriais, com a participação de 200 empresas.

A ACIM participou do movimento que reivindicou a duplicação da PR-323, entre Maringá e Iporã, num total de 210 quilômetros, e de outros 60 quilômetros entre Iporã e Guaíra, por meio da BR-272. A campanha de duplicação teve como tema “Pela vida. Pelo desenvolvimento” e mobilizou a população de municípios como Maringá, Cianorte e Umuarama.

2010: DILMA EM BRASÍLIA E RICHA NO PARANÁ

Nas eleições de 2010, nove candidatos concorreram à presidência da República. Dilma Rousseff (PT) e José Serra (PSDB) foram para o segundo turno. Dilma conquistou a faixa presidencial com 55.752.483 votos (56,05%). Serra fez 43.711.162 (43,95%). Nas eleições para governador do estado, Beto Richa (PSDB) levou vantagem sobre seus oponentes, elegendo-se, ainda no primeiro turno, com 3.039.774 votos (52,44% do total). Em segundo lugar ficou Osmar Dias (PDT) com 2.645.341 votos (45,63%), seguido de Paulo Salamudi (PV) com 81.576 (1,41%). Gleisi Hoffmann (PT) foi eleita para o senado com 3.196.468 votos (29,50%), seguida de Roberto Requião (PMDB) com 2.691.557 (24,84%) e Gustavo Fruet (PSDB) com 2.502.805 (23,10%). O maringaense Ricardo Barros concorreu ao Senado e fez 2,1 milhões de votos.

Nas eleições parlamentares, foram eleitos para a Câmara Federal: Cida Borghetti (PP) com 147.910 votos; Luiz Nishimori (PSDB) com 70.088; e Edmar Arruda (PSC) com 61.309. Odílio Balbinotti (PMDB) fez 84.523 votos e ficou como suplente de Moacir Micheletto. Em janeiro de 2013, Micheletto faleceu em um acidente de trânsito e Balbinotti assumiu a vaga, partindo para seu quinto mandato consecutivo. Para a Assembleia Legislativa do Paraná foram eleitos Enio Verri (PT) com 87.080 votos; Dr. Batista (PMN) com 41.891; e Evandro Junior (PSDB) com 41.083. Wilson Quinteiro (PSB) fez 43.791 votos. Ele ficou como primeiro suplente e assumiu, em março de 2013, a vaga do deputado Reni Pereira que se elegeu prefeito de Foz do Iguaçu. Entre 2011 e 2012, Quinteiro foi Secretário de Relações com a Comunidade do Paraná. O político também ficara como suplente em 2006 e assumiu uma vaga na Assembleia Legislativa em 2009. Em 2011, Ricardo Barros, que ficou sem cargo eletivo, foi nomeado Secretário de Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul do Paraná.¹

3 Revista ACIM de outubro de 2010.

¹ <http://eleicoes.terra.com.br/apuracao/2010>; Maringá Mais de 2/12/2012 e Portal G1 de 7/1/2013 visitados em 22 de fevereiro de 2016.

Durante encontro de lideranças das cidades envolvidas na campanha, realizado na ACIM, o comandante do 4º Batalhão da Polícia Militar, Ademar Paschoal, relatou que, de 1º de janeiro a 31 de outubro de 2010, foram registrados 731 acidentes e 35 mortes no trecho entre Maringá e Guaíra, contra 523 e 42, respectivamente, em igual período de 2009.⁴

Substituindo Roberto Requião, que disputava o senado, o governador Orlando Pessuti assinou, no dia 28 de dezembro, na sede da ACIM, decreto criando a 2ª Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças (Esfaep) em Maringá – a primeira do interior do Paraná.

A criação da escola adveio de uma luta travada pela comunidade, tendo à frente o Conselho Comunitário de Segurança de Maringá (Conseg), presidido pelo coronel Antonio Tadeu Rodrigues. Com a criação da 2ª Esfaep, Maringá passou a receber soldados oriundos de todas as regiões do estado. Em média, são 180 alunos, entre praças e bombeiros, que circulam pela cidade, inclusive aumentando a sensação de segurança das pessoas. A Esfaep, inaugurada em setembro de 2012, funciona nas instalações da antiga Escola Estadual Maria Balani Planas, no Jardim Novo Horizonte, que estava desativada.

No mesmo encontro, em dezembro de 2010, Pessuti assinou o decreto que transformava em área de interesse público as margens das rodovias por onde passaria o poliduto, ramal subterrâneo para escoamento da produção de álcool e derivados. Previsto para ser construído às margens das rodovias de Maringá, Sarandi e Marialva, o ramal iria de Maringá ao Porto de Paranaguá, com 550 quilômetros de extensão. Na época, a estimativa era de canalização de 4 bilhões de litros de álcool e combustíveis por ano. Segundo a Alcopar, seriam retirados cerca de 13 mil caminhões das estradas, reduzindo o custo do transporte em até 16 vezes.⁵

4 Havia uma alegação de que os empresários, entre Londrina e Maringá, seriam contrários a duplicação da PR 323, devido a essa benfeitoria poder facilitar o contato com países vizinhos, como o Paraguai, gerando queda nas vendas do comércio. A ACIM, mesmo assim, levantou a bandeira das vidas que estavam sendo ceifadas e encampou a campanha junto de diversas instituições regionais.

5 Release da Assessoria de Imprensa da ACIM, veiculado no período.

Fazendo uma retrospectiva de 2010, o presidente Adilson Emir Santos lembrou vários projetos da gestão; entre eles, dois serviços na área de tecnologia da informação. O primeiro, disponibilizando o software para emissão da Nota Fiscal Eletrônica. O outro foi a emissão do Certificado Digital, documento eletrônico para arquivamento dos dados de pessoas física ou jurídica.

No dia 25 de janeiro, diretores da ACIM e do Conseg se reuniram com o secretário de Segurança Pública do Paraná, Reinaldo de Almeida César; com o comandante geral da PM do Paraná, coronel Marcos Teodoro Scheremeta e o delegado geral da Polícia Civil do Paraná, Marcus Vinícius Michelotto. Houve debate sobre várias questões ligadas à segurança pública em Maringá.

No dia 3 de fevereiro de 2011, o prefeito Silvío Barros apresentou na ACIM um projeto que gerou enorme polêmica: a modernização da Avenida Brasil, inclusive com a retirada dos estacionamento paralelos à via, popularmente conhecidos como “espinhas de peixe”. Durante o encontro, o presidente da ACIM foi incisivo:

[...] sabemos que junto com o desenvolvimento vem transtornos com as obras, mas isso, em hipótese alguma, pode trazer prejuízos para os lojistas. A obra de revitalização da (Avenida) Brasil não pode resultar no fechamento de nenhuma loja. Isso não podemos aceitar [...]. Estaremos acompanhando a obra e caso não venha a funcionar como o planejado, iremos, sim, cobrar providências da prefeitura.

O projeto, não realizado na época, foi amplamente discutido pela comunidade, sempre com presença da ACIM. As mudanças aconteceram em 2014, conforme será relatado neste livro. No encontro de 2011, a Associação se comprometeu também em intermediar um acordo entre a prefeitura e a UEM para a construção do contorno da universidade.

Em março, a ACIM lançou o shopping virtual Compre ACIM, um espaço para o associado comercializar seus produtos na internet. Durante os seis meses anteriores, o espaço funcionou, experimentalmente, como local para exposição de produtos dos associados, 220 empresas, que

podiam anunciar suas promoções. A Associação mudou o conceito da ferramenta, possibilitando a comercialização de produtos.

Na área de comércio exterior, no dia 28 de março em reunião na prefeitura, o Instituto Mercosul apresentou as atividades do Projeto de Extensão Industrial Exportadora (Peiex)⁶ 2011 e lançou o programa “1ª Exportação”. O Instituto Mercosul fazia parte da equipe técnica do núcleo operacional do Peiex em Maringá. O 1ª Exportação, era um projeto do governo federal com o objetivo de aumentar a base exportadora das micro, pequenas e médias empresas.

No dia 8 de julho de 2011, a ACIM lançou, em parceria com a Cooper Card, o ACIM Card Corporativo, um cartão de crédito que pode ser utilizado para pagamento de despesas como materiais para expediente, viagens, diárias de funcionários, abastecimento de frotas, entre outros. O cartão oferece vários benefícios aos associados, como o pagamento em até 40 dias, parcelamento das compras, anuidade reduzida, até quatro cartões adicionais e limite em dobro no fechamento da fatura. O cartão tem anuidade reduzida, serviços agregados em condições especiais, como seguros, assistência odontológica, entre outros.

Também no mês de julho, a ACIM e cerca de 60 entidades entregaram ao presidente da Câmara Municipal, Mário Hossokawa, um manifesto contrário ao aumento do número de vereadores. O Legislativo contava na época com 15 edis e a intenção era aumentar para 23. A justificativa da sociedade civil organizada foi de que o aumento provocaria gastos com a adequação do prédio do legislativo e com salários, além da geração de novos cargos comissionados. A estimativa era de que a mudança elevaria em mais de R\$ 4 milhões os gastos com a Câmara.

Presente no evento, representando a Cúria Metropolitana, o monsenhor Orivaldo Robles lembrou que a Câmara Municipal é custeada pelo contribuinte:

É ilusão acreditar que com o aumento de vereadores não será necessário aumentar os gastos. Se os vereadores não se sensibilizarem e votarem a favor do aumento, será o caso de publicar o nome deles para que a comunidade não vote mais nestas pessoas.⁷

6 O Peiex é um projeto da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), que visa incrementar a competitividade e promoção da cultura exportadora empresarial. Sua implantação é gratuita para os empresários inscritos.

7 Release da ACIM de julho de 2011.

ACIM 58 anos

No aniversário de 58 anos da ACIM, a entidade promoveu uma palestra com o ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso. FHC falou para um público de aproximadamente três mil e quinhentas pessoas e frisou que o Brasil vivia um bom momento, mas que não poderia adormecer em “berço esplêndido”:

Nossa economia tem pujança, mas a inflação é um vírus que não morre e que pode voltar. Por isso, é preciso enfrentar o desequilíbrio econômico e fazer uma redução dos gastos públicos.

O evento exigiu grande mobilização das forças de segurança pública local, bem como da equipe da ACIM para estruturar a complexa logística exigida. Para dificultar, horas antes do início do evento, uma chuva tomou conta de boa parte da cidade. Por pouco o jato particular, transportando FHC e sua equipe, não pousou em Maringá; devido à limitação das vias de acesso ao Excellence Centro de Eventos, as filas de veículos foram inevitáveis. Mas, mesmo com tamanhos desafios, o evento entrou para a história devido ao maior público de uma palestra até então registrado na cidade.



Adilson Emir Santos falando sobre os 58 anos de uma das entidades representativas mais antigas de Maringá ainda em atividade.



Carlos Roberto Pupin, prefeito de Maringá, Fernando Henrique Cardoso e Adilson Emir Santos.



FHC durante sua palestra. Fotos: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



O movimento obteve êxito. No dia 13 de setembro, a Câmara Municipal votou e rejeitou três propostas de emenda à Lei Orgânica que alterava o número de vereadores da casa. Mais de 300 pessoas acompanharam a votação que

contou com a participação de inúmeros diretores da ACIM, todos uniformizados com o slogan da campanha, “Diga não ao aumento do número de vereadores.



A campanha “Diga não ao aumento do número de vereadores” mobilizou centenas de empresários e líderes de entidades locais. Uma ação encabeçada pela Sociedade Civil Organizada, que teve a ACIM como sua porta-voz.



Adilson Santos junto de Mário Hossokawa, presidente da Câmara de Vereadores de Maringá, durante mobilização para evitar o aumento do número de cadeiras no Legislativo local.



A campanha foi para as ruas buscar apoio de toda a comunidade maringaense. Fotos: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

UM APOIO PARA A CULTURA REGIONAL

Em novembro de 2011, incentivado pela Prefeitura de Maringá e diversas entidades, incluindo o Sindicato dos Contabilistas, a ACIM capitaneou a fundação do Instituto Cultural Ingá (ICI), associação sem fins lucrativos que tem o papel de atuar como agência de fomento e incentivo à cultura regional.

Atualmente, instalado na sede da Associação, o ICI conta com a participação de quase vinte entidades de classe de diferentes segmentos (turismo, cultura, contabilistas, empresariado, comércio, varejo, tecnologia, publicidade, artesanato, entre outros) que compõem um corpo diretivo de trinta membros voluntários, que debatem formas de captar cada vez mais recursos para projetos culturais por meio da Lei Rouanet e outros mecanismos. Em 2012, o ICI viabilizou R\$ 30 mil em patrocínios; no ano de 2015, o número já era superior a R\$ 1 milhão somente para produtores culturais de Maringá.

Algumas ações executadas com o apoio do Instituto Cultural Ingá: Paixão de Cristo e o público de mais de 60 mil pessoas nos dois dias de espetáculos; show cênico com Rolando Boldrin; tenda instalada na Praça da Catedral para receber alguns dos eventos do período de dezembro de 2015, incluindo o Auto de Natal; Som da Banda, projeto que atende mais de 170 crianças e adolescentes com o ensino de música e dança para formação de bandas marciais e fanfarras. Todos com apresentações gratuitas viabilizadas por meio da Lei Rouanet. Foto: Instituto Cultural Ingá.



No dia 13 de dezembro, a ACIM, Sicoob, Cacinar e Sivamar comemoraram o início efetivo da Noroeste Garantias, com a assinatura do primeiro contrato de garantia de crédito de Maringá e região. A empresa beneficiada foi a Farol Brasil Pizza Bar. Os proprietários, Ben-Hur Prado e Ângelo Pulschinelli estimaram na época que o empréstimo ficou pelo menos 20% mais em conta com o respaldo da Noroeste Garantias, tendo prazo de 36 meses para pagar.

No dia 21 de abril de 2012, na Avenida Tiradentes, diretores da ACIM participaram de uma manifestação contra a corrupção. A ação foi realizada por várias entidades, entre elas o Conseg, a OAB, Rotary, Lions clubes, lojas maçônicas e estudantes. O objetivo foi o de demonstrar a indignação dos cidadãos contra fatos como o superfaturamento de obras públicas, fraudes em licitações, compra de votos e tráfico de influência, entre outros.⁸

ACIM Mulher

Além de realizar a Feira Ponta de Estoque, Feijoada da Mulher e entregar o Prêmio ACIM Mulher, o conselho inovou e realizou diversas ações de responsabilidade social e palestras. No dia 5 de abril de 2011, por exemplo, as mulheres organizaram no Parque do Ingá a “1ª Caminhada da Mulher Multifuncional”. O objetivo foi o de estimular as mulheres a praticar exercícios físicos e a dar mais atenção à saúde.

Copejem

O Conselho do Jovem Empresário deu continuidade ao Copejem Business com a realização de diversas palestras. Também contribuiu na organização da Maringá Liquida, promoveu duas edições do Prêmio Jovem Empreendedor e auxiliou na Feira Festas e Noivas. Os jovens também participaram ativamente de várias campanhas da ACIM e da Sociedade Civil Organizada, como nos casos da luta pela manutenção do número de vereadores e o Feirão do Imposto visando conscientizar o público sobre a aplicação correta da verba pública.

⁸ Em 2010, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) elaborou o Índice da Percepção da Corrupção. O estudo estimou entre 1,38% e 2,3% do Produto Interno Bruto (PIB) o custo médio da corrupção no país apenas naquele ano, ou seja, de R\$ 50,8 bilhões a R\$ 84,5 bilhões foram furtados dos cofres públicos. Com R\$ 50 bilhões seria possível investir em equipamentos e materiais para 129 mil escolas das séries iniciais do ensino fundamental ou construir 918 mil casas populares de acordo com os padrões do programa Minha Casa, Minha Vida II.

Novas instalações da ACIM

No dia 22 de dezembro de 2011, a ACIM inaugurou suas novas instalações. A Associação adequou e modernizou o terceiro piso do prédio onde já se encontrava. A nova ala, com 1.100 m² passou a abrigar um auditório para 200 pessoas, sala de reuniões, salas do Conselho Superior e da presidência do Conselho de Administração, espaço para eventos, entre outros.

A ACIM prestou homenagem a diversas autoridades. O auditório leva o nome do desembargador Miguel Kfouri Neto; a sala de reuniões do Conselho Superior tem o nome do presidente da Fecomércio/PR, Darci Piana; o espaço de eventos foi denominado Jefferson Nogaroli, ex-presidente da ACIM e, na época, presidente do Sebrae/PR e Sicoob/PR; e o jardim homenageou Anníbal Bianchini da Rocha, considerado o “jardineiro de Maringá”.



Na sequência: Espaço para eventos Jefferson Nogaroli, sala do Conselho Superior Darci Piana e o hall do terceiro piso. Fotos: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



Solenidade de inauguração do terceiro piso da sede da ACIM. O espaço em questão é o Auditório Dr. Miguel Kfouri Neto.

Marco Tadeu Barbosa Gestão 2012-2014



• CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- Presidente: Marco Tadeu Barbosa
- 1º Vice-presidente: José Carlos Valêncio
- 2º Vice-presidente: Edson Marcelo Recco
- Vice-presidente para Assuntos de Supermercados: Maurício Bendixen da Silva
- Vice-presidente para Assuntos de Logística: Afonso Shiozaki
- Vice-presidente para Assuntos de Qualidade: Pity Marchese
- Vice-presidente para Assuntos Institucionais: Anália Nasser
- Vice-presidente para Assuntos de Finanças e Patrimônio: Mohamad Ali Awada Sobrinho
- Vice-presidente para Assuntos de Segurança: Antonio Tadeu Rodrigues
- Vice-presidente para Assuntos de Cultura: Ben-Hur Lobo da Costa Prado
- Vice-presidente para Assuntos de Indústria: Carlos Alexandre Ferraz
- Vice-presidente para Assuntos de Desenvolvimento Econômico: Wilson Yabiku
- Vice-presidente para Assuntos de Imóveis: Claudiomar Sandri
- Vice-presidente para Assuntos de Responsabilidade Social: Cleide Noronha
- Vice-presidente para Assuntos de Desenvolvimento Regional: Everaldo Belo Moreno
- Vice-presidente para Assuntos de Turismo: Fernando Rezende
- Vice-presidente para Assuntos de História e Documentação: Freud de Oliveira
- Vice-presidente para Assuntos de Franquia: Massimiliano Silvestrelli
- Vice-presidente para Assuntos de Vendas: Gilmar Santos
- Vice-presidente para Assuntos de Produtos e Tecnologia: Ricardo Teixeira
- Vice-presidente para Assuntos Estratégicos: Jair Ferrari
- Vice-presidente para Assuntos de Marketing: Renata Mestriner
- Vice-presidente para Assuntos de Capacitação Profissional: José Carlos Barbieri
- Vice-presidente para Assuntos de Agronegócios: Divanir da Silva
- Vice-presidente para Assuntos da Saúde: Jougi Takahashi
- Vice-presidente para Assuntos de Desenvolvimento Rural: Julio da Rocha Bianchini
- Vice-presidente para Assuntos de Shopping Center: Lauri Galina
- Vice-presidente para Assuntos de Crédito Cooperativo: Luiz Ajita
- Vice-presidente para Assuntos Comunitários: Luiz Roberto Marquezzini
- Vice-presidente para Assuntos de RH: Marcelo Silva
- Vice-presidente para Assuntos Imobiliários: Teo Granada
- Vice-presidente para Assuntos de Micro e Pequenas Empresas: Michel Felipe Soares
- Vice-presidente para Assuntos de Pesquisa: Antonio Batista de Moura Junior
- Vice-presidente para Assuntos de Convênios: Rony Cezar Guimarães
- Vice-presidente para Assuntos Intersindicais: Orlando Chiqueto Rodrigues
- Vice-presidente para Assuntos de Comércio Exterior: Cezar Couto
- Vice-presidente para Assuntos de Desenvolvimento de Bairros: Renato Tavares
- Vice-presidente para Assuntos Federativos: Valdeci Aparecido da Silva
- Vice-presidente para Assuntos de Meio Ambiente: Wagner Severiano

Marco Tadeu Barbosa tinha 44 anos quando foi eleito presidente da ACIM. O empresário, sócio da Ingaville Imóveis, Ingaville Consórcios e Casa Max Empreendimentos, é formado em Direito. Presidiu a Rede de Imóveis Paraná, com sede em Curitiba, e a Central de Negócios Imobiliários de Maringá por duas gestões. Na época, era diretor do Secovi e do Sindimóveis Maringá.

- Vice-presidente para Assuntos do Saic: Nivaldo Reginato
- Vice-presidente para Assuntos do Mercado de Comunicação: Walter Thomé Júnior
- Vice-presidente para Assuntos de Loteadoras: Marcos Kenji
- Vice-presidente para Assuntos de Serviços: Wilson de Matos Silva Filho

CONSELHO SUPERIOR

- Membros eleitos: Paulo Meneguetti, José Gomes Ferreira, Reginaldo Czezacki, Antonio Doni-sete Busiquia, Cláudio Haruo Mukai, Sabas Martins Fernandes, José Fernandes Jardim Júnior, Carlos Anselmo Corrêa, Reginaldo Nunes Ferreira, João Maria da Silveira, José Vanderley Santana, Wilson de Matos Silva, Ali Saadeddine Wardani, Heitor Bolela Júnior e Guilherme Farias Fávero.
- Membros natos: Manoel Mário de Araujo Pismel, Joaquim Dutra, Luiz Júlio Bertin, Sidney Meneguetti, Raymundo do Prado Vermelho, Fernando Henriques, Alcides Siqueira Gomes, Carlos Mamoru Ajita, Massao Tsukada, Pedro Granado Martines, Hélio Costa Curta, Jefferson Nogaroli, Arioaldo Costa Paulo, Carlos Tavares e Adilson Emir Santos.

COPEJEM

- Presidente: Rodrigo Seravali de Brito
- Conselheiros: Aline Nasser, Amauri Vicente Junior, Ana Rita Canassa, Ana Satie Kakhata, André Luiz Afonso, André Valêncio, Carlos Alexandre Tortato, Cleber Ricardo Correia, Danilo Ardenghi, Eduardo Pereira, Eduardo Pinto Sobrinho, Emanuel Giovanetti, Felipe Bernardes, Igor Zanolli, Juliana Franco, Jhuliany Beterquini, Kauê Franco, Leandro Lemos, Leonardo Fabian, Lucas Centini, Lucas Peron, Luiz Felipe Baccarin, Marcelo Berbert, Matheus Doná, Matheus Rolim, Mauro Piccioly, Osvaldo de Oliveira Junior, Rafael Margonato, Rafael Godoy, Ricardo Tortato, Roberto Francischini Júnior, Salatiel Farias Dias, Vinicius Matioli, Thaís Iwata e Tiago Boeira.

ACIM MULHER

- Presidente: Ana Lucia Megda
- Conselheiras: Cida Claro, Cláudia Michiura, Donária Nogueira Rizzo, Edna Amoldin, Elisabeth Yoshida, Flávia Pereira, Glaucia Loureiro, Honame Chaves, Jacira Paranho de Souza, Lucinéia Caires Bressanin, Márcia Lamas, Maria Fernanda Santana, Marilene Philot Fernandes, Marli Waterkemper, Marta Sakurai, Miriam Ferro, Neide Nicolau, Odília da Silva Dossi, Tatiana Roncaglia, Vanessa Lima e Wlândia Dejuli.

CONSELHO DE COMÉRCIO E SERVIÇOS

- Presidente: Mohamad Ali Awada Sobrinho
- O conselho foi empossado com 100 membros





Adilson Emir Santos entrega a “pena” da ACIM a Marco Tadeu Barbosa, presidente empossado, junto de seus vice-presidentes e conselheiros, em abril de 2012. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

A chapa “União e Trabalho”, tendo à frente Marco Tadeu Barbosa, foi eleita no dia 16 de abril de 2012 com 450 votos. Houve unanimidade entre os associados que compareceram às urnas. A posse foi realizada uma semana depois, no dia 23, no Teatro Calil Haddad.

Marco Tadeu Barbosa anunciou que entre as metas da nova diretoria da ACIM estavam a ampliação em 10% no número de empresas associadas, aumento no número de palestras voltadas para empresários e colaboradores nos bairros e elevação dos núcleos do Programa Empreender.

Logo na primeira semana de trabalho da nova gestão, no dia 27 de abril de 2012, a ACIM recebeu a visita do senador Sérgio Souza e do deputado estadual Enio Verri. No encontro foram discutidos assuntos como a necessidade de atualização da qualificação do trabalhador, a retomada das obras do Contorno Norte de Maringá (que seria inaugurado anos mais tarde), a forma de remuneração da poupança, o Código Florestal e a desoneração da folha de pagamento para todos os setores da economia.

No dia 11 de maio, a ACIM reuniu mais de 200 pessoas, entre empresários e contabilistas, para debater com o secretário de Planejamento de Maringá, Walter Progiante, o diretor de Planejamento, José Vicente Socorro e o vereador Humberto Henrique as regras para a instalação de novos empreendimentos na Avenida Colombo.

Na época, a prefeitura lançou projeto para transformar a Avenida Colombo em um boulevard residencial, passando a proibir a instalação de indústrias no local. As entidades cobraram mais agilidade na emissão de alvarás das empresas que pretendiam se instalar no local, já que os documentos demoravam até 120 dias para serem aprovados. Além de prometer que resolveria o problema, a prefeitura se comprometeu em discutir a emissão desses documentos e estabelecer critérios claros sobre quais segmentos poderiam ter empresas instaladas em vias comerciais da cidade.

Ainda em maio, a ACIM divulgou uma nota de repúdio, demonstrando o descontentamento dos empresários com a aprovação da manutenção dos subsídios do Legislativo em R\$ 12.025,40, válidos para a legislatura 2013-2016. Em Audiência Pública realizada em março de 2012, vereadores e representantes de 40

entidades da sociedade civil haviam acordado que um novo projeto deveria ser proposto, estabelecendo um salário menor para os vereadores, de aproximadamente R\$ 8 mil.

A Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal elaborou um novo projeto. Mas, um grupo de vereadores se manifestou contrário à nova proposta no dia da votação e fez com que os salários fossem mantidos em mais de R\$ 12 mil. Para a ACIM, o valor era uma ofensa ao trabalhador brasileiro já que, em cinco anos, com a aprovação do novo salário, os subsídios dos vereadores alcançariam aumento de 110%, enquanto que o salário mínimo, no mesmo período, avançou 49%. O documento criticava o posicionamento dos vereadores:

Como entidade que representa os empresários e o desenvolvimento local e defende a boa gestão do dinheiro público, a ACIM repudia tal atitude dos parlamentares e a considera antidemocrática, uma vez que os vereadores não cumpriram o papel maior para o qual foram eleitos, que é representar a vontade da população e defender seus interesses.

No dia 28 de julho de 2012, a ACIM e a Secretaria Municipal de Saúde realizaram uma palestra seguida de passeata como forma de conscientizar a sociedade sobre a necessidade de combater



Marco Tadeu Barbosa durante a passeata contra a Gripe A. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

a Gripe A. Os dirigentes percorreram a Avenida Brasil distribuindo folders informativos aos funcionários e clientes do comércio.

A partir do dia 7 de agosto, a ACIM começou a ouvir os candidatos a prefeito de Maringá. Cada candidato tinha 25 minutos de explanação e outros 25 para responder questionamentos. Em seguida, recebia um documento elaborado em conjunto pela Associação, Conseg Maringá, OAB, Sociedade Médica, Sivamar, Maringá e Região Convention & Visitors Bureau, Secovi, Aeam, APL de Software e Codem.

O documento continha propostas para o desenvolvimento de Maringá nas áreas de ciência e tecnologia, meio ambiente, infraestrutura e transportes, construção civil, educação e qualificação dos trabalhadores, segurança comércio e serviços e turismo. Além disso, foram listados 35 compromissos, entre eles, a implantação de sistemas de controle de estoque em todas as unidades consumidoras do município e o uso obrigatório do cartão ponto biométrico para todos os servidores.

Os 8 candidatos à Prefeitura de Maringá foram convidados pela Sociedade Eticamente Responsável (SER) a assinar um Termo de Compromisso Eleitoral. A solenidade foi realizada no dia 21 de setembro na sede da ACIM. Os candidatos se comprometeram, caso eleitos, a fazer uma gestão transparente do dinheiro público.

No dia 5 de setembro, a ACIM, em parceria com o Maringá e Região Convention & Visitors Bureau e o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá (Codem) realizaram uma palestra com a presidente da Associação Brasileira de Centros de Convenções e Feiras (Abraccef), Margareth Sobrinho Pizzato. A dirigente falou sobre os impactos econômicos que a instalação de um centro de convenções pode trazer para uma cidade.

Eleições municipais de 2012

Roberto Pupin (PP), com 42,36% dos votos (82.995) e Enio Verri (PT), com 35,02% (68.624), chegaram ao segundo turno. Os demais candidatos fizeram a seguinte votação: Wilson Quinteiro (PSB), 10,54% (20.661); Dr. Batista (PMN), 5,82% (11.411); Maria Iraclézia de Araújo (DEM), 5,24% (10.259); Hércules Ananias (PSDC), 0,53% (1.030); Débora Fernandes de Paiva (PSOL), 0,49% (953); e Alberto Abraão (PV), 0 (0,00%). No segundo turno, Roberto Pupin foi eleito com 53% dos votos (104.482). Enio Verri fez 47% (92.646).¹

No dia 31 de agosto de 2012, mais de 80 entidades da sociedade civil lançaram na sede da ACIM a campanha “Voto Consciente”, que visava despertar, por meio da publicidade, a conscientização das pessoas para a importância do voto. O mote da campanha publicitária foi a responsabilidade que o ato de votar exige do eleitor.

A campanha “Voto Consciente” foi assinada pela sociedade civil organizada de Maringá, tendo como porta-vozes a ACIM, a OAB e a Arquidiocese de Maringá. Até no dia das eleições foram realizadas passeatas, panfletagem e veiculação de peças publicitárias na mídia.



Ações desenvolvidas no segundo semestre de 2012 com foco na conscientização dos eleitores. O slogan da campanha foi “Quem vota decide”. Fotos: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

¹ www.eleicoes.terra.com.br visitado em 10 de fevereiro de 2016 às 21h35.

Jean Zanchetti, Cacinator; Marco Tadeu Barbosa, ACIM; Tereza Uille Gomes, secretária da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos; Ricardo Barros, secretário da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul; e Nivaldo Reginato, Faciap. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



O Convention buscava justificativa técnica e institucional para encampar uma campanha visando a construção de um centro de convenções em Maringá.⁹ Os números apresentados por Pizzato deixaram claro que o empreendimento é vital. Ela disse que a Abraccef representava 73 centros de convenções, entre públicos e privados, que, juntos, organizavam cerca de 19,8 mil eventos por ano e público de 28 milhões de pessoas. A movimentação financeira chegava a R\$ 5 bilhões.

No dia 22 de janeiro de 2013, a primeira dama e secretária da Família e Desenvolvimento Social do Paraná, Fernanda Richa, esteve na ACIM para conhecer mais detalhes do funcionamento da Fundacim, o instituto de responsabilidade social mantido pela Associação.

No dia 8 de abril, os presidentes da ACIM, Marco Tadeu Barbosa, e da Cacinator, Jean Zanchetti, se reuniram com a secretária da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Maria Tereza Uille Gomes. No encontro, a secretária garantiu que Maringá não seria sede de um novo presídio estadual para abrigar detentos na região noroeste. Estiveram presentes na reunião, o secretário de Estado da Indústria, Comércio e Assuntos do

Mercosul, Ricardo Barros, e o diretor da ACIM e Faciap, Nivaldo Reginato.

A decisão foi uma vitória da sociedade organizada de Maringá que se uniu contra a instalação de um novo presídio na cidade. Marco Barbosa enalteceu a união da comunidade:

Foi resultado de um trabalho de união e articulação entre diversos órgãos e pessoas preocupados com a segurança e o bem-estar da nossa população.¹⁰

O Conselho do Comércio e Serviços da ACIM se reuniu com o presidente da Câmara de Vereadores de Maringá, Ulisses Maia, no dia 26 de junho de 2013. O vereador fez uma apresentação sobre o Legislativo e falou sobre os principais trabalhos realizados pelos parlamentares. No dia 29 de julho foi a vez do senador Álvaro Dias se reunir com os conselheiros da ACIM e membros do Fórum de Líderes da sociedade organizada. Dias falou sobre os trabalhos desenvolvidos no Senado.

Em agosto, a ACIM se posicionou contra a emenda à proposta do Plano Nacional de Educação (PNE) que torna obrigatório o atendimento escolar aos alunos com necessidades especiais (intelectual, física neuromotora e transtornos globais) na rede regular de ensino. Para a Associação, a aprovação do PNE poderia comprometer o trabalho desenvolvido por

⁹ Mais tarde, o Maringá e Região Convention & Visitors Bureau, junto do Sebrae e do Codem, encamparia ampla campanha em prol da construção de um centro de convenções em Maringá, por meio de parceria público-privada. Até o fechamento deste livro, o Convention havia obtido a promessa dos deputados federais eleitos pela cidade de que seriam viabilizados recursos para a constituição do projeto estrutural e arquitetônico desse equipamento destinado a fortalecer o *trade* turístico.

¹⁰ Release da ACIM de 8 abril de 2013.

Fomento Paraná

No dia 25 de fevereiro de 2013, a Fomento Paraná, ou Banco do Empreendedor, inaugurou seu escritório regional em Maringá, sediando-o no prédio da ACIM, por meio de parceria com o governo do Estado. O objetivo da instituição é o de estimular o desenvolvimento regional oferecendo crédito com taxas de juros abaixo do mercado para micro e pequenos empreendedores.



Inauguração da Fomento Paraná dentro da sede da ACIM. Da esquerda para a direita: Marco Tadeu Barbosa; Cláudio Ferdinandí, vice-prefeito de Maringá; Elson Teixeira, relações institucionais da Fomento Paraná; Neandra Vitalino Quinteiro, coordenadora regional da agência; e Wilson Quinteiro, deputado estadual. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Combate à Dengue

No dia 26 de março de 2008, na gestão Carlos Tavares, a ACIM entrou na campanha de combate ao mosquito *Aedes Aegypti* juntamente com a Secretaria Municipal de Saúde e o Comitê Municipal de Combate à Dengue. Naquela data, foi realizado um Seminário denominado “ACIM Combatemos a Dengue”. Em abril de 2010, na gestão Adilson Emir Santos, com novo aumento do índice de contaminação pelo mosquito em Maringá, a Associação e a Secretaria da Saúde promoveram, em parceria com a RPC-TV, um mutirão para a entrega de materiais explicativos sobre formas de prevenção da doença. Em abril de 2013, sob o comando de Marco Tadeu Barbosa, mais uma vez a ACIM e a prefeitura se uniram contra o mosquito. Um mutirão percorreu o Conjunto Requião, um dos bairros com maior número de casos da doença. A mobilização intitulada “Chega de Dengue” contou com participação do Sindimetal, Sinepe-NOPR, Sociedade Rural e Sivamar. Os apoiadores foram a Fiep, Sicoob e Noroeste Garantias.

entidades, como a Apae. O documento diz:

Não somos contra a inclusão de crianças e adolescentes com deficiências no sistema regular de ensino, pelo contrário, ela é bem-vinda. Mas a proposta não será válida para todas as crianças e adolescentes com deficiência, principalmente para aqueles com maior grau de comprometimento intelectual e físico neuromotor. Fora isso, as escolas não contam com estrutura física nem multidisciplinar para lidar com alunos com desenvolvimento muito comprometido. Também acreditamos que são os pais os responsáveis por decidir onde os filhos estudarão e não cabe ao Estado, ainda mais por lei, uma decisão como esta.¹¹

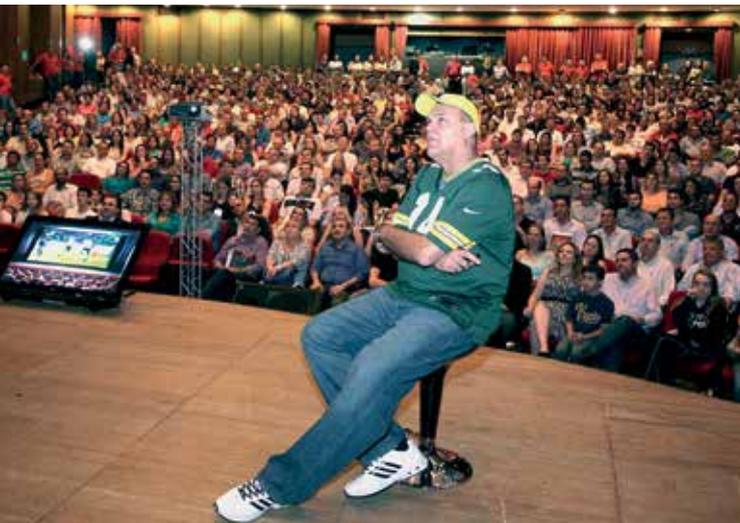
No dia 25 de agosto de 2013, a ACIM promoveu o plantio de 200 mudas de árvores nativas em um fundo de vale, no entroncamento dos córregos Moscados e Cleópatra. A iniciativa foi realizada para neutralizar as emissões de dióxido de carbono (CO₂) de três grandes eventos realizados pela entidade, as cerimônias dos prêmios Empresário do Ano 2011, Jovem Empreendedor 2011 e ACIM Mulher 2012.¹²

¹¹ Release da ACIM de 20 de agosto de 2013.

¹² A inovação foi desenvolvida junto à empresa Eco Alternativa e se repetiu em diversos eventos da Associação.

Em outubro de 2013, a ACIM promoveu, em conjunto com a Cooper Card, uma palestra com o maior ídolo do basquete brasileiro, o ex-jogador Oscar Schmidt. O evento foi realizado no dia 29 e reuniu mais de 800 pessoas no Teatro Calil Haddad. A palestra fez parte das comemorações dos 60 anos da Associação e dos 10 anos da Cooper Card. Pouco antes, foi realizado o lançamento do cartão vale-cultura em parceria com o Instituto Cultural Ingá. Representantes do Ministério da Cultura fizeram uma palestra sobre os benefícios do novo serviço.

Naquele dia, Maringá entrou para a história da cultura nacional, sendo a primeira cidade a disponibilizar o vale-cultura aos colaboradores de uma empresa. Na oportunidade, a Rivesa Volvo, que recebeu consultoria do Instituto Cultural Ingá e o apoio da ACIM, assinou o contrato do benefício com a operadora Cooper Card.¹³



Oscar Schmidt em palestra realizada no Teatro Calil Haddad, em outubro de 2013. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

¹³ O Vale-Cultura é um benefício para que colaboradores, prioritariamente, que recebam até cinco salários mínimos tenham o incentivo de R\$ 50 ao mês, em créditos acumulativos, para adquirirem produtos culturais: ingressos de circo, teatro, dança, instrumentos musicais, livros, CDs, DVDs, entre outros.

Congresso do Empreendedor

A ACIM promoveu, nos dias 23 e 24 de setembro, o Congresso do Empreendedor 2013, no Teatro Calil Haddad, em Maringá. O objetivo foi o de incentivar e dar apoio aos empreendedores de Maringá e região que desejavam abrir seu próprio negócio e reforçar aos empresários os benefícios da formalização de empresas.

Durante o congresso foram realizadas palestras com profissionais renomados como os jornalistas Hermano Henning, âncora do Jornal SBT Manhã e Ricardo Amorim, apresentador do Manhattan Connection na Globo News. Palestraram também o empresário Mário Gazin, o publicitário Rogério Mainardes com o doutor em Administração, Nei Pacagnan e o presidente da Bombril, Marcos Scaldelai.



1ª edição do Congresso do Empreendedor. No detalhe, o empresário Mário Gazin.



Ricardo Amorim, apresentador da Globo News, expôs aspectos da economia mundial e nacional.



Marcos Scaldelai, presidente da Bombril, durante sua palestra no Congresso. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Mudanças na artéria urbana de Maringá

Após três décadas de muitos projetos, polêmicas e debates, os comerciantes da Avenida Brasil foram surpreendidos, no dia 4 de janeiro de 2014, com as obras de retirada das guias que separavam as vagas de estacionamento nos canteiros centrais da via – as chamadas “espinhas de peixe”. As obras preocuparam os empresários que foram até o prefeito Roberto Pupin saber mais sobre o projeto.

O prefeito explicou que as intervenções faziam parte de uma ação de mobilidade urbana em que se adotaria o sistema binário no sentido leste-oeste, entre as Praças 7 de setembro (Peladão) e Rocha Pombo e implantação de ciclovía. As obras seriam concluídas em dois anos. Houve diversas reuniões



Reunião da comissão técnica liderada pela ACIM para discutir detalhes do projeto de intervenção na Avenida Brasil.

posteriores, inclusive, com a participação de uma comissão técnica formada pela ACIM, Sivamar, Aeam, Crea, Sinduscon, Senge, Sebrae, Codem, Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), IAB, Amea, comerciantes da Avenida Brasil e da Rua Santos Dumont (que também passava por uma revitalização, viabilizada em uma parceria entre Sebrae e Fecomércio-PR).

A convite do CAU, por meio de Aníbal Verri Jr., o arquiteto e urbanista Hector Vigliecca, cujo escritório elaborou os projetos das ruas Oscar Freire e 25 de Março em São Paulo, esteve em Maringá no dia 21 de março de 2014 para conhecer o centro de Maringá, em especial a Avenida Brasil, e sugerir intervenções urbanísticas para a revitalização dessa área. Representando a ACIM, na comissão técnica, a arquiteta Anália Nasser

falou sobre os objetivos do grupo:

Nosso objetivo é buscar soluções para o centro de Maringá, porém não apenas em relação à mobilidade urbana. Essa região precisa ser pensada como uma área de convivência e, para tanto, precisa de um projeto de revitalização que considere a implantação harmoniosa de equipamentos urbanos e mix de lojas e centros comerciais. É preciso lembrar ainda que estamos falando de uma área de uso residencial, ou seja, as necessidades dos moradores também precisam ser atendidas.

Mesmo com a criação da comissão técnica, os comerciantes fizeram vários protestos, principalmente, para que se interrompesse a retirada das “espinhas de peixe”, porque o número de vagas já havia diminuído no centro da cidade. Outros ainda reclamavam da desordem e sujeira causadas pelas obras, afugentando consumidores. Houve relatos de queda no movimento de até 50% que implicou em demissões de funcionários.

No dia 3 de fevereiro, comerciantes e comerciantes chegaram a fechar o trânsito na avenida pedindo a paralisação das obras. A retirada das “espinhas de peixe” foi feita e, durante meses, os maringaenses conviveram com a falta de rampas nos meio fios do canteiro central e com o acúmulo de água e barro em dias de chuva. A demora, segundo a prefeitura, foi em função das obras de rebaixamento da iluminação pública e instalação de cabos dos semáforos. A ciclovía, de 2,4 quilômetros, só foi concluída em dezembro.



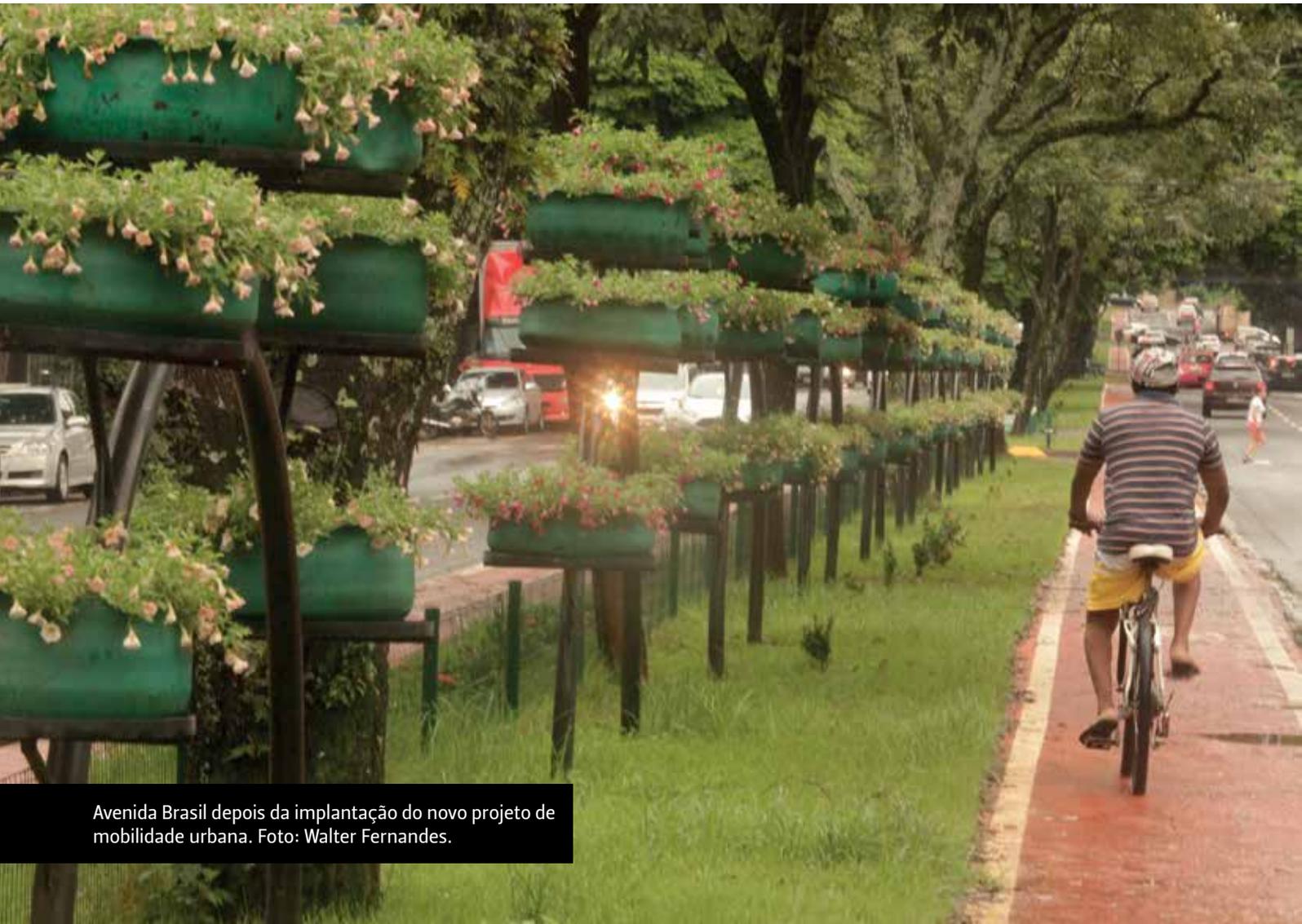
Retirada das “espinhas de peixe” dos canteiros centrais da via. Fotos: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Eleições de 2014

Oito candidatos concorreram às eleições para governador do Paraná em 2014. Beto Richa (PSDB) foi reeleito ainda no primeiro turno com 3.301.322 votos (55,67%), seguido por Roberto Requião (PMDB) com 1.634.316 (27,56%) e Gleisi Hoffmann com 881.857 (14,87%). Álvaro Dias foi eleito senador com a expressiva votação de 4.101.848 votos (77%). Para deputado federal foram eleitos: Ricardo Barros (PP) com 114.396 votos, Enio Verri (PT), 107.508; Luiz Nishimori (PR), 106.852 e Edmar Arruda, 85.155. Os deputados estaduais eleitos por Maringá foram: Evandro Junior (PSDB) com 64.467 votos; Dr. Batista (PMN), 62.707 e Maria Victoria (PP), 44.870.

Uma curiosidade é que três membros de uma mesma família foram eleitos: o casal Cida Borghetti, como vice-governadora do Estado, e Ricardo Barros como deputado federal e a filha, Maria Victória, como deputada estadual. Victória foi eleita com domicílio eleitoral em Curitiba. Para completar, Sílvio Barros, irmão de Ricardo, foi nomeado Secretário de Planejamento e Coordenação Geral do Paraná no governo Richa.¹

¹ <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014> visitado em 22 de fevereiro de 2016.



Avenida Brasil depois da implantação do novo projeto de mobilidade urbana. Foto: Walter Fernandes.

Em abril de 2014, o presidente Marco Barbosa seria reconduzido ao cargo para a gestão seguinte. Em release distribuído para a imprensa, o dirigente destacou projetos de sua gestão como o “ACIM em Ação”, que levou palestras de especialistas a comerciantes de bairros de Maringá. Ele frisou também o apoio dado a projetos da comunidade, como o Masterplan, que planejava o macro desenvolvimento da cidade para o futuro; a revitalização de espaços comerciais urbanos; movimentação pela instalação de uma distribuidora de gás natural para atender as empresas da região; duplicação da PR-323 e BR-376; alteração de trajeto da ferrovia Norte-Sul; melhorias para a segurança; entre outros. Pela sua importância no cenário estadual, a ACIM recebeu personalidades do mundo político como a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, o governador Beto Richa e a ministra do Superior Tribunal de Justiça, Eliana Calmon.

Copejem

O Conselho do Jovem Empresário da ACIM organizou as edições 2012 e 2013 do Prêmio Jovem Empreendedor e apoiou a realização da Feira Festas e Noivas e a Maringá Liquida. Os conselheiros também organizaram diversas palestras do projeto Copejem Business e promoveram, na Praça Raposo Tavares, uma edição do Feirão do Imposto.

Conselho da Mulher

Coube às mulheres realizar duas edições da Feira Ponta de Estoque, do Prêmio ACIM Mulher e atuar em várias frentes na campanha Outubro Rosa, além de realizar palestras voltadas ao público feminino e atuar em diversas ações do Conselho de Administração da Associação.

Negócios e perspectivas em comércio exterior

Durante a gestão 2012/2014, muitas ações foram realizadas na área de comércio exterior pela ACIM e pelo Instituto Mercosul. No dia 28 de junho de 2012, uma comitiva da cidade japonesa de Toyohashi visitou a Associação com o objetivo de aproximar as duas cidades e iniciar conversas sobre a possibilidade de intercâmbio econômico, principalmente, na área do agronegócio.

Em setembro, o Instituto Mercosul e o Banco do Brasil promoveram palestra sobre o mercado asiático na sede da ACIM. A palestrante Sílvia Heberle, gerente de negócios internacionais do BB, falou sobre o “Asia Business Desk”, novo serviço do banco para empresas e profissionais que desejam negociar com os países asiáticos.

A ACIM assinou, em dezembro de 2013, um protocolo de cooperação com a AEP Portugal visando aproximar empresários locais de empresas de Moçambique, Angola e Portugal. A parceria viabilizou o projeto IPME – rede colaborativa empresarial – para desenvolver estratégias para o fornecimento de informações entre os envolvidos. Em março de 2014, a ACIM recebeu uma comitiva com 25 empresários paquistaneses em busca de parceiros comerciais.



ACIM recebe comitiva de empresários japoneses. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Marco Tadeu Barbosa Gestão 2014-2016



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- Presidente: Marco Tadeu Barbosa
- 1º Vice-presidente: José Carlos Valêncio
- 2º Vice-presidente: Anália Nasser
- Vice-presidente para Assuntos do Comércio: Mohamad Ali Awada Sobrinho
- Vice-presidente para Assuntos de Supermercados: Maurício Bendixen da Silva
- Vice-presidente para Assuntos de Logística: Afonso Shiozaki
- Vice-presidente para Assuntos de Qualidade: Paulo Viscardi
- Vice-presidente para Assuntos Institucionais: Carlos Anselmo Corrêa
- Vice-presidente para As. de Finanças e Patrimônio e Micro Empresas: Michel F. Soares
- Vice-presidente para Assuntos de Segurança: Antonio Tadeu Rodrigues
- Vice-presidente para Assuntos de Cultura: Ben-Hur Lobo da Costa Prado
- Vice-presidente para Assuntos de Indústria: Carlos Alexandre Ferraz
- Vice-presidente para Assuntos de Desenvolvimento Econômico: Wilson Yabiku
- Vice-presidente para Assuntos de Imóveis: Claudiomar Sandri
- Vice-presidente para Assuntos de Responsabilidade Social: Cleide Noronha
- Vice-presidente para Assuntos de Desenvolvimento Regional: Iلسon Rezende
- Vice-presidente para Assuntos de Turismo: Fernando Rezende
- Vice-presidente para Assuntos de História e Documentação: Fernando Alves dos Santos
- Vice-presidente para Assuntos de Franquia: Massimiliano Silvestrelli
- Vice-presidente para Assuntos de Vendas: Gilmar Santos
- Vice-presidente para Assuntos de Produtos e Tecnologia: Ricardo Teixeira
- Vice-presidente para Assuntos Estratégicos: Jair Ferrari
- Vice-presidente para Assuntos de Marketing: José Carlos Barbieri
- Vice-presidente para Assuntos de Capacitação Profissional: Edson Luiz Scabora
- Vice-presidente para Assuntos de Agronegócios: Divanir da Silva
- Vice-presidente para Assuntos da Saúde: Antonio Fiel Cruz Junior
- Vice-presidente para Assuntos de Desenvolvimento Rural: Julio da Rocha Bianchini
- Vice-presidente para Assuntos de Shopping Center: Lauri Galina
- Vice-presidente para Assuntos de Crédito Cooperativo: Luiz Ajita
- Vice-presidente para Assuntos Comunitários: Luiz Roberto Marquezini
- Vice-presidente para Assuntos de RH: Marcelo Silva
- Vice-presidente para Assuntos de Pesquisa: Antonio Batista de Moura Junior
- Vice-presidente para Assuntos de Convênios: Rony Cezar Guimarães
- Vice-presidente para Assuntos Intersindicais: Orlando Chiqueto Rodrigues
- Vice-presidente para Assuntos de Comércio Exterior: Cezar Couto
- Vice-presidente para Assuntos de Desenvolvimento de Bairros: Renato Tavares
- Vice-presidente para Assuntos Federativos: Valdeci Aparecido da Silva
- Vice-presidente para Assuntos de Meio Ambiente: Wagner Severiano
- Vice-presidente para Assuntos do Saic: Nivaldo Reginato
- Vice-presidente para Assuntos do Mercado de Comunicação: Walter Thomé Júnior
- Vice-presidente para Assuntos de Loteadoras: Marcos Kenji
- Vice-presidente para Assuntos de Serviços Educacionais: Wilson de Matos Silva Filho
- Vice-presidente para Assuntos de Sindicato Varejista: Ali Wardani
- Vice-presidente para Assuntos de Limpeza e Conservação: Carlos Cândido Costa
- Vice-presidente para Assuntos de Eventos: Clélia Cordeiro
- Vice-presidente para Assuntos de Serviços: Cleverson Manoel Costa

- Vice-presidente para Assuntos de Revenda de Veículos: Cristiana Noma
- Vice-presidente para Assuntos da Cacenor: Jean Flávio Zanchetti
- Vice-presidente para Assuntos de Beleza e Estética: João Roberto Fraguas
- Vice-presidente para Assuntos de Panificadoras: Moacir Augusto Costa
- Vice-presidente para Assuntos de Seguros: Osnir Roberto Gaspar
- Vice-presidente para Assuntos de Esportes: Paulo Lima
- Vice-presidente para Assuntos de Renúncia Fiscal: Roberto Cidade
- Vice-presidente para Assuntos de Planejamento Urbano: Teo Granado
- Vice-presidente para Assuntos de Governança de Empresas Familiares: Silvana Romagnole

CONSELHO SUPERIOR

- Membros eleitos: Ana Lúcia Megda, Antonio Donisete Busiquia, Claudio Sandri, Cláudio Haruo Mukai, Guilherme Fávero, Heitor Bolela Júnior, João Maria da Silveira, José Fernandes Jardim Júnior, José Gomes Ferreira, José Vanderley Santana, Paulo Meneguetti, Reginaldo Czezacki, Reginaldo Nunes Ferreira, Sabas Martins Fernandes e Wilson de Matos Silva.
- Membros convidados: Alberto Haddad, Alexandre Barros, Carlos Alberto Domingues, Gilson Barbiero e Sebastião Carlos Abrão.
- Membros natos: Manoel Mário de Araujo Pismel, Joaquim Dutra, Luiz Júlio Bertin, Sidney Meneguetti, Raymundo do Prado Vermelho, Fernando Henriques, Alcides Siqueira Gomes, Carlos Mamoru Ajita, Massao Tsukada, Pedro Granado Martines, Hélio Costa Curta, Jefferson Nogaroli, Ariovaldo Costa Paulo, Carlos Tavares e Adilson Emir Santos.

COPEJEM

- Presidente: Felipe Bernardes
- Conselheiros: Alcides Pinto, Aline Nasser, Ana Satie Kakiyama, Ana Paula Bolfer, Ana Rita Canassa, André Luís Rodrigues Afonso, André Valêncio, Annibal Filho, Barbara Yolanda Ardenghi, Beatriz Assumpção, Carlos Alexandre Ciceri, Caroline Bruno, Danieli Fuzzi, Danilo Hirata, Denison Vander da Silva, Diego Cunha de Souza, Diego Virgínio da Silva, Dinarte Bueno Ferreira, Eduardo Medeiros Pereira, Emanuel Giovanetti, Gerge Coelho Silva, Gustavo Preto, Hélio Cezar Mesquita, Kenza Sengik, Laura Schiavon, Leonardo Blanco, Lucas Di Loreto Peron, Luiz Fernando Villa Moreli, Michael Tamura, Onofre Saes Júnior, Paula Heidrich, Rafael Margonato, Rafael Kenji Tokuda, Rafael Legnani, Rafael Reinert Godoy, Rafael Tupan Ruy, Ricardo Cavalcante, Ricardo Gambini Tortato, Rodrigo Prata, Romulo Gomes Ferreira, Silvio Saiti R. Iwata, Tâmara Furlaneto, Tatiana Martinhago, Thais Lie Romão Iwata, Tiago Luiz Boeira, Valdilene Daniele N. Miranda e Vicente T. Suzuki.

ACIM MULHER

- Presidente: Nádia Felipe
- Conselheiras: Agma Sendeski, Anália Nasser, Caroline Bannachi, Cidinha Coquemala, Cláudia Michiura, Clélia Cordeiro, Cristiana Noma, Donária Nogueira Rizzo, Edna Amoldin, Elenice Lara Urbano, Eliane Meller, Elisabeth Yoshida, Eliza Mitie Shiozaki, Elizabete Benites, Flávia Pereira, Glaucia Loureiro, Helenice Ferri, Honame Chaves, Isolene Niedermeyer, Jacira Paranho de Souza, Joanita Scandelay, Larissa Casagrande, Ledyane Matos, Luciany Michelli Pereira dos Santos, Lucinéia de Caires Bressanin, Márcia Lamas, Maria Consuelo Vermelho Óbici, Maria Fernanda Santana, Maria Iraclécia de Araujo, Maria Cerqueira Reis, Marilene Philot Fernandes, Marta Sakurai, Mirian Cristiane Ramos de Souza, Miriam Ferro, Neide Nicolau, Odília da Silva Dossi, Patrícia Silva, Paula Buosi Fabri, Rosa Maria Loureiro, Rosângela Arrabal Danielides, Rosemari Kendrick e Silva, Sirley Brito, Sueli Just, Tatiana Roncaglia, Teresa Furquim, Valéria Fregadoli, Vanessa Lima, Vera Castro e Wlândia Dejuli.

CONSELHO DE COMÉRCIO E SERVIÇOS

- Presidente: Mohamad Ali Awada Sobrinho
- O Conselho foi empossado com 143 membros.

Presságio na ACIM durante a corrida presidencial

O pré-candidato à Presidência da República e presidente nacional do PSB (Partido Socialista Brasileiro), Eduardo Campos, esteve na sede da ACIM no dia 16 de junho de 2014, juntamente com sua vice, Marina Silva, quando falou sobre suas propostas de governo, caso seu nome fosse confirmado como candidato. No início de seu pronunciamento, Campos pediu desculpas pelo atraso e justificou que o avião particular que ele utilizava quase não havia conseguido decolar de Londrina devido a problemas técnicos. “Ainda bem que foi no solo. Se fosse o contrário...”, brincou o presidenciável. Dois meses depois, Campos morreria, vítima de um acidente de avião, sendo substituído por Marina Silva na corrida pela eleição presidencial vencida por Dilma Rousseff.

Como o evento na ACIM foi gravado em vídeo, o conteúdo com a fala do presságio de Campos acabou sendo veiculado em rede nacional.



Eduardo Campos, Marina Silva e Marco Tadeu Barbosa. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Marco Tadeu Barbosa foi reeleito presidente da ACIM no dia 24 de março de 2014. A chapa única, “Associativismo com Resultados”, obteve 520 votos. A posse dos novos conselhos aconteceu no Teatro Calil Haddad no dia 25 de abril.

Em sua segunda gestão à frente da Associação, Marco Barbosa e seus diretores deram continuidade a vários projetos iniciados anteriormente, como o “ACIM em Ação”, organizando palestras com especialistas aos comerciantes de bairros de Maringá; e o Masterplan, em conjunto com várias outras entidades. Dinâmico, o Conselho de Administração também desenvolveu novos projetos.

No dia 10 de julho, o presidente Marco Tadeu Barbosa recebeu um grupo de juizes da Comarca de Maringá. O encontro marcou a primeira reunião para discutir o pleito junto ao Tribunal de Justiça do Paraná a favor da criação de uma Turma Recursal na cidade. As Turmas Recursais,



Passeata da campanha Eleitor Consciente, realizada em setembro de 2014. Fotos: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



Palestra com Paulo Storani no Teatro Calil Haddad. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



O vice-ministro do Japão, Hisao Harihara; o deputado Luiz Nishimori; e o presidente da ACIM, Marco Tadeu Barbosa. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

no Paraná, só existem em Curitiba. Elas julgam os recursos das sentenças proferidas nos Juizados Especiais.

No dia 28 de agosto de 2014, a ACIM, com participação do Copejem, se uniu a diversas entidades da sociedade civil organizada de Maringá para realizar a campanha Eleitor Consciente, com o intuito de conscientizar a população sobre a importância de conhecer bem os candidatos à eleição, estudar suas propostas e de fiscalizar os mandatos dos eleitos.

Em setembro, a ACIM promoveu no Teatro Calil Haddad uma palestra com Paulo Storani, ex-capitão do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) e um dos oficiais que inspirou o personagem capitão Nascimento do filme *Tropa de Elite*. O evento foi realizado em parceria com a Cooper Card e com apoio do Conselho Comunitário de Segurança de Maringá (Conseg).

No dia 20 de outubro foi a vez do técnico da seleção brasileira feminina de vôlei, José Roberto Guimarães, mais conhecido como Zé Roberto, ministrar a palestra pela ACIM e Sebrae. O evento, também realizado no Teatro Calil Haddad, comemorou a Semana Nacional da Ciência e Tecnologia e o aniversário de 14 anos do Programa Empreender. Zé Roberto foi três vezes medalha de ouro em Olimpíadas: 1992, com a seleção masculina, em Barcelona, 2008 em Pequim e 2012 em Londres, com a seleção feminina.

Em parceria com o Sebrae, por meio do programa “Compras Paraná”, no dia 3 de dezembro a ACIM inaugurou em sua sede o Escritório de

Compras Públicas (ECP), que passou a incentivar as micro e pequenas empresas a participarem de processos licitatórios, nas esferas municipal, estadual e federal, e rodadas de negócios, além de prestar consultoria.

Também em dezembro de 2014, dia 9, a ACIM recebeu a visita do vice-ministro de Assuntos Internacionais do Ministério da Agricultura, Florestas e Pesca do Japão, Hisao Harihara. O vice-ministro lembrou que durante muitos anos o Japão comprava praticamente todo milho e soja dos Estados Unidos. “Houve uma mudança nesta relação, já que o Brasil passou a fornecer 25% da soja e 30% do milho consumidos no Japão”,¹⁴ frisou. O evento contou com a participação dos presidentes da ACIM, Marco Barbosa, da Cocamar, José Fernandes Jardim Júnior, e do deputado federal Luiz Nishimori.

Segundo estudos do Codem, um dia útil de trabalho em dezembro no Paraná rendia aos cofres públicos mais de R\$ 133 milhões em ICMS e gerava mais de R\$ 740 milhões em consumo. Para a economia maringaense, um dia útil do último mês do ano gerava mais de R\$ 24 milhões em consumo e mais de R\$ 4,3 milhões em ICMS.

Os dados foram levantados para mostrar os prejuízos que um feriado causaria à economia paranaense em dezembro daquele ano. Tudo porque houve um entendimento do Ministério

¹⁴ Release ACIM de 9 de dezembro de 2014.

Público do Trabalho de que o dia 19 de dezembro (dia da Emancipação Política do Paraná) deveria ser feriado. Depois de muita polêmica, a Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa afirmou que a data se referia ao “feriado que abrange apenas as repartições públicas do estado”.

Uma proposta idealizada pelo presidente da ACIM, Marco Tadeu Barbosa, pelo Vice-Presidente da Cacenor, Miguel Roberto do Amaral, e pelo médico e professor do curso de Medicina da UEM, Willian Taguchi, foi concretizada em dezembro de 2014. A criação da ONG Amigos da UEM. A entidade foi criada para ser a intermediária entre a sociedade e a universidade,

apoiando as demandas da instituição de ensino.

A ONG foi apresentada ao reitor da UEM, Mauro Baesso, no dia 24 de dezembro. Baesso aprovou a iniciativa.

Precisamos de uma entidade que possibilite a ajuda da população sem o excesso de burocracia que os órgãos governamentais são obrigados a ter para o necessário controle do dinheiro público. Com a Amigos da UEM, o apoio da sociedade será mais ágil.¹⁵

¹⁵ Release ACIM de 23 de dezembro de 2014.

Manutenção do número de vereadores na Câmara Municipal

Novamente o tema “número de vereadores” voltaria à pauta das discussões das entidades de Maringá. Após dois encontros, realizados na ACIM nos meses de dezembro e janeiro, representantes de 60 entidades da sociedade civil organizada elaboraram um documento encaminhado à Câmara Municipal posicionando-se contrários ao aumento do número de vereadores.

[...] sabemos que o aumento do número de vereadores, sem a reforma política que garanta de fato a vontade do eleitor, poderá fortalecer ainda mais grupos e partidos em detrimento da causa pública. A sociedade civil organizada, aqui representada, manifesta-se contrária a qualquer aumento no número de vagas na Câmara Municipal.*

As entidades defenderam a manutenção da autonomia do Poder Legislativo municipal frente ao Poder Executivo e a participação na definição orçamentária e transparência na gestão. O documento também abordou o reajuste no subsídio dos vereadores. Para a so-

riedade, o mesmo deveria ser balizado na inflação acumulada.

Houve mobilização de alguns grupos políticos e jornalistas da cidade pelo aumento do número de cadeiras na Câmara. A justificativa era de que a quantidade de vereadores era a mesma desde a emancipação política de Maringá, em 1952. Por outro lado, a Sociedade Civil Organizada defendeu que o aumento não implicaria em maior representatividade popular na câmara devido às composições partidárias.

Posteriormente, o Depea (Departamento de Pesquisas e Estatísticas da ACIM) divulgou uma pesquisa mostrando que 94% dos eleitores maringaenses eram contrários ao aumento de número de vereadores. Para 54,6%, nove seria o número adequado de vereadores; para 15%, 11; e para 17,2%, 15. O restante dos eleitores ficou dividido entre 13, 17, 19, 21 e 23 vereadores.

Diante da pressão popular, a Câmara Municipal derrubou as propostas de alteração no número de vereadores. A emenda que aumentaria para 23 foi rejeitada por 12 votos a três; a proposta de 21 parlamentares caiu por 11 a 4; e a redução para 9 cadeiras foi vencida por 10 a 5.

* O documento foi assinado pela ACIM, Sicoob Central Paraná, Codem, UEM, Fiep, Sivamar, Setcamar, Secovi Maringá, Sindimetal, Instituto Cultural Ingá, Retur, Acema, Sindicato Rural de Maringá, SecoviMed, SinepeNOPR, Sincontábil, SescapPR, Conseg, Apras Maringá, Colégio Veneráveis, APL de Software, Software By Maringá, SindiTI, AssesproPR, APL de Confecção, Sindvest, Sindesc, SincorPR, Sicoob Metropolitano, Instituto Mercosul, Sociedade Médica de Maringá, Associação Maringaense de Odontologia, Aeam, Singramar, Sinduscon Noroeste, Núcleo Maringá do IAB-PR, Sincofarma, Rotary, Observatório Social de Maringá, Sindicato dos Hospitais e Clínicas de Saúde, Conselho de Arquitetura e Urbanismo, Gerência Regional do Sebrae, Central de Negócios Imobiliários, Noroeste Garantias, Incubadora Tecnológica, Terra Roxa Investimentos, Maringá e Região Convention & Visitors Bureau, Sociedade Mulçumana, Instituto Brasileiro de Gestão Social, Fundação Isis Bruder, Unijore, Lions Clube Maringá Pioneiro, Distrito LD-6 Lions, Simatec, Sinca Paraná, Sincomar, IDTM Maringá, Associação de Moradores da Zona 5, Almabram, Parque do Japão, Sindejor Paraná, Sinacad, APP, OAB Maringá e Centro de Inovação.

No dia 10 de março de 2015, a ACIM promoveu, em parceria com a Rede Massa, palestra com o empresário e apresentador Carlos Massa, o Ratinho. Proprietário da Rede Massa, afiliada do SBT no Paraná, ele fez palestra no Teatro Calil Haddad com o tema “Coragem”.



Público presente na palestra e Ratinho recebendo a homenagem de Marco Tadeu Barbosa, ao final do evento. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

No início do ano, a crise econômica se aprofundou no país. Preocupados em mostrar que, apesar da crise, Maringá continuava a receber investimentos, a ACIM, o Codem e a prefeitura fizeram estudos juntos às empresas sobre projetos previstos para a cidade. O resultado foi a apresentação do painel “Maringá no Futuro – Sustentabilidade Econômica, Social e Ambiental”, realizada na sede da Associação no dia 31 de março. Posteriormente,

a apresentação foi feita em outras instituições. O prefeito Roberto Pupin disse que a cidade continuava apostando no desenvolvimento:

Na crise de 2008 nossa cidade praticamente não sentiu o reflexo da recessão mundial, e vamos continuar com os investimentos públicos e apostando e apoiando os investimentos da iniciativa privada para superar mais esse período.¹⁶

O presidente da ACIM, Marco Tadeu Barbosa, lembrou a importância de a cidade apresentar uma agenda positiva:

Maringá é procurada por gestores e empreendedores de todo o Brasil há algum tempo, pela parceria do poder público e a sociedade civil organizada, e também pelos projetos inovadores e o desenvolvimento econômico e social.¹⁷

Entre os números da apresentação, constavam: de 2005 a 2015, Maringá recebeu mais de R\$ 3 bilhões de recursos federais e estaduais, que, junto com o poder de investimento da Prefeitura, garantem a qualidade de vida da população; o Polo Aeronáutico atrairia investimentos de R\$ 45 milhões; iniciativas como campus da Universidade Tecnológica Federal, R\$ 35 milhões; Senai, R\$ 8 milhões; Tecpar, R\$ 100 milhões; Lactec, mais R\$ 15 milhões; Armazém Digital, R\$ 67 milhões; Eurogarden, R\$ 32 milhões.

Os projetos, segundo o presidente do Codem, Edson Cardoso Pereira, fariam parte do Masterplan, um plano de desenvolvimento sustentável, levando-se em conta a região metropolitana de Maringá até 2047, ano em que a cidade completará seu centenário. Desse modo, em junho de 2015, ACIM e Codem contrataram a PWC Brasil para elaborar esse planejamento de longo prazo, identificando e apresentando fatores críticos para os setores prioritários da economia local, e sugerindo o melhor modelo de governança para o alcance das metas.

¹⁶ Anotações de notícias arquivadas no Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

¹⁷ Idem.

Passado e futuro no Armazém Digital

O Armazém Digital é uma iniciativa da Software by Maringá, SindiTI e APL de Software com apoio da ACIM, Sebrae, Codem, Centro de Inovação e prefeitura entre outras instituições. Será instalado em um dos antigos armazéns do Instituto Brasileiro do Café (IBC). O espaço deverá ter cerca de 38 mil metros quadrados de área construída e vai abrigar as empresas de tecnologia da informação e comunicação da cidade, sendo também um local de fomento à inovação e pesquisa aplicada.

O projeto está integrado ao anel viário previsto no Plano Diretor de Maringá, o que facilitará o acesso dos trabalhadores – estima-se 3 mil funcionários – e público em geral. O projeto arquitetônico do prédio contém elementos modernos, mas preserva algumas características dos antigos armazéns do IBC (Instituto Brasileiro do Café), para que o público tenha a percepção da junção entre passado e futuro. Algumas paredes serão preservadas; os antigos trilhos de ferro utilizados pelos vagões de café serão cobertos com piso transparente para ficarem à vista. Estuda-se, ainda, a possibilidade de manter uma locomotiva no local.



Expectativa de como o Eurogarden ficará quando concluído.
Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



Eurogarden, um sonho de projeto

O Eurogarden é uma espécie de cidade dentro de Maringá, por ser um loteamento com características próprias e diferente do traçado urbano atual. No projeto se prevê praças com 35 metros de largura, ciclovias, transporte coletivo integrado, veículos leves sobre trilhos e linhas de transmissões subterrâneas. Os futuros edifícios deverão ter uma ligação simbiótica, telhados ecológicos, captação de água da chuva e serão erguidos de forma a receber a luz do sol, ventilação e vistas para áreas de jardins.

O projeto, desenvolvido por um escritório de arquitetura francês, deverá ser edificado na área do antigo aeroporto com 583 mil m². Uma parte da área será destinada ao novo Centro Cívico de Maringá. O empresário e ex-presidente da ACIM, Jefferson Nogaroli, está à frente do grupo idealizador do Eurogarden. A aposta é que o projeto atraia aposentados “jovens”, que busquem um local moderno e com qualidade de vida para morar. O Eurogarden foi aprovado em 22 de maio de 2013 pela Câmara Municipal.

A PWC Brasil atua em 157 países e desenvolve projetos para grandes metrópoles. O Masterplan é o primeiro serviço que a empresa coordena para uma cidade de médio porte. A primeira fase do projeto, que consiste na concepção do plano econômico, foi custeada por empresas e entidades de Maringá por meio de uma captação de recursos realizada pelo Codem, Maringá e Região Convention & Visitors Bureau e ACIM, resultando no montante de quase R\$ 1 milhão.

No dia 22 de setembro, prefeitura, Codem e ACIM assinaram um termo de cooperação garantindo que o município tenha acesso aos resultados do Masterplan e, o mais importante, que execute a proposta que será estabelecida pelo documento da sociedade civil.

No dia 21 de março de 2015, a ACIM participou do ato “Brasil, mostra sua garra”, encabeçado pela Faciap em parceria com a Cacenor e associações da região. A ação foi realizada concomitantemente em várias cidades do estado. Segundo o presidente Marco Tadeu Barbosa, o objetivo do ato foi o de externar a insatisfação do meio empresarial com o cenário político e econômico do país e defender valores básicos de cidadania.

Os empresários exigiram respeito à Constituição, ao cidadão e às instituições; defenderam a ética, a responsabilidade na gestão dos recursos públicos, a transparência na discussão e execução das ações governamentais e na utilização dos recursos públicos, e a justiça firme, independente, universal e célere, para zelar plenamente pela execução das leis e punir qualquer um que não as cumprir.

Em abril de 2015, a prefeitura de Maringá cancelou um edital de contratação de parceria pública-privada (PPP) para a coleta, tratamento e destinação do lixo produzido em Maringá. O edital era de 2014, mas fora suspenso pelo Tribunal de Contas do Paraná por conta de “12 omissões graves”, como valores estimados do contrato, investimentos e gastos do município, entre outros.

Como a sociedade civil organizada, com participação da ACIM, cobrara o cumprimento da legislação, a prefeitura solicitou que algumas entidades enviassem proposta alternativa ou complementar para o mesmo serviço, que deveria incluir estudos de viabilidade jurídica, técnica, econômica, ambiental e operacional. A

resposta, em conjunto, foi dada pela ACIM, Codem, Observatório Social de Maringá e OAB.

As entidades condicionaram o atendimento à solicitação do prefeito ao cumprimento da legislação quanto à promoção da coleta seletiva universal, à disponibilização de dados atualizados da realidade dos resíduos, gravimétrico detalhado e atualização do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

No dia 8 de junho de 2015, as associações filiadas à Faciap divulgaram manifesto demonstrando preocupação com o “momento especialmente delicado do Brasil e do Paraná”, citando o aumento das taxas de juros, da energia elétrica, as greves de servidores, desvalorização da moeda, inchaço da máquina pública e o assistencialismo público demasiado.

Para as Associações Comerciais e Empresariais do Paraná, “sem os devidos estímulos, garantias e reformas, há o enfraquecimento dos setores econômicos, a redução dos índices de produtividade, o sucateamento generalizado, o desemprego, a queda da arrecadação de impostos e o empobrecimento, dentro de um círculo vicioso de perdas”.¹⁸

No documento, a classe empresarial se colocou à disposição para realizar um pacto pela retomada do crescimento junto aos governos estadual, federal e a sociedade civil organizada, a fim de fazer todos os ajustes necessários para a consolidação de um país com empresas competitivas, com remunerações e benefícios justos e com o pagamento de uma carga tributária adequada à realidade. Porém, exigia uma contrapartida justa, coerente e equilibrada por parte dos líderes públicos.

Em outro documento, “carta aos 11 milhões de paranaenses”, a ACIM e outras entidades do estado demonstraram indignação com “as notícias sobre a situação financeira do Estado. Com as altas de impostos, sem contrapartida na qualidade dos serviços públicos; escândalos de corrupção como os da Receita Estadual e da Operação Lava Jato; escolas fechadas, deixando um milhão de alunos sem aulas; queda de qualidade na educação; falta

¹⁸ Release ACIM de 15 de junho de 2015.

de entendimento entre governo e grevistas. Com as manifestações de radicalismo. Com os prejuízos à economia e à sociedade”.

Na área do meio ambiente, a ACIM e a Prefeitura firmaram, no dia 17 de agosto de 2015, uma parceria que viabilizou a continuidade do projeto Recicla Comércio, dessa vez, com o Município se responsabilizando pela coleta seletiva em cinco importantes vias comerciais de Maringá, até o final de 2016. À ACIM, idealizadora do projeto, caberia o trabalho de mobilização dos comerciantes.

No dia 22 de setembro, a ACIM promoveu no Teatro Calil Haddad o Fórum Conjuntura Política do Brasil com as presenças do ex-senador Pedro

Simon e da jornalista Cristina Serra, editora de política na Globo News. Três dias depois, uma série de entidades da sociedade civil organizada passou a discutir alternativas para o período de turbulência e a propor caminhos para a retomada do crescimento do país.

O encontro foi realizado na sede da ACIM com a presença de senadores, deputados federais e estaduais, prefeitos da região, presidentes de associações comerciais e representantes de mais 40 entidades que integravam o grupo de discussão sobre equilíbrio fiscal e movimento anticorrupção. Durante a reunião também ocorreu lançamento e apresentação da campanha “Reage Brasil”.



Durante o evento, o historiador e âncora da CBN Maringá, Gilson Aguiar, foi convidado para mediar a discussão e contextualizar a situação política do país. Apresentada a campanha “Reage Brasil” e exposta as considerações do Observatório Social, alguns dos representantes políticos presentes questionaram o formato do debate. Segundo eles, a sociedade estava sendo induzida a crer que todos eram corruptos e cometiam falhas em seus cargos públicos. A plateia presente se exaltou, mas o presidente Marco Tadeu conseguiu controlar os ânimos e explicar que o foco era compreender, a partir dos representantes locais, como a comunidade empresarial poderia auxiliar no processo de recuperação da confiança na Nação. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Feiras de destaque da ACIM

Feira Ponta de Estoque



Organizada pelo ACIM Mulher, a Feira Ponta de Estoque se transformou no maior evento comercial da ACIM. Passou a ser realizada em conjunto com o Sivamar, contando com o apoio da prefeitura, Câmara Municipal e Sociedade Rural de Maringá. A média de público supera 150 mil pessoas, que visitam mais de 300 estandes onde aproximadamente 180 lojistas comercializam produtos com descontos reais.





Feira Festas e Noivas



A Feira Festas e Noivas se tornou uma das maiores referências quando se trata de reunir em um só local os melhores fornecedores de serviços e produtos para eventos no geral. Do casamento à formatura, dezenas de expositores oferecem o que há de melhor no segmento para milhares de pessoas que acompanham cada edição.
Fotos: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Reconhecimento ao Observatório Social de Maringá

Também criado com apoio da ACIM, o Observatório Social de Maringá (OSM) venceu o XII Prêmio Innovare na categoria Justiça e Cidadania. A categoria foi instituída em 2015 para que pessoas, empresas e organizações não ligadas ao Judiciário brasileiro participassem do prêmio. A cerimônia foi realizada no dia primeiro de dezembro no Supremo Tribunal Federal com a presença de ministros, presidentes de associações parceiras e dos 21 autores de iniciativas que foram finalistas.



Marcos Luchiancenkol e Fábila Sacco, representantes do OSM, recebendo o Prêmio Innovare. Foto: Marco Zaoboni.

O projeto que levou o OSM a ser o primeiro colocado dentre 244 inscritos na categoria foi “Busca pela Transparência e Zelo na Gestão dos Recursos Públicos”. O resultado foi muito comemorado por Fábila dos Santos Sacco, presidente do OSM:

Realizamos um projeto criado para dar solução a um problema local que ganhou reconhecimento nacional. Temos satisfação pela importância desse envolvimento na tentativa de criar soluções para um futuro melhor, com um trabalho que visa melhor aplicação de recursos públicos e gestão eficiente.¹

¹ Release ACIM de 11 de fevereiro de 2015.

Em novembro, dia 23, os associados da ACIM passaram a contar com os benefícios exclusivos no uso da máquina de cartão Sipag, como descontos nas taxas administrativas e preços especiais na mensalidade do equipamento, com carência de três meses. O serviço foi viabilizado por meio de parceria com o Sicoob Metropolitano, cooperativa de crédito fundada pela Associação anos antes.

A ACIM passou a desenvolver ações de fortalecimento de instituições esportivas. Assim, em parceria com o Sindicato do Comércio Atacadista (Sinca-PR) e Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, a Associação inovou e criou o Prêmio ACIM de Esportes 2015. A premiação foi entregue no dia 4 de dezembro no Teatro Calil Haddad para 280 atletas de Maringá que se destacaram ao longo do ano, colocando a cidade no cenário do esporte regional, estadual ou nacional.

Foram homenageados atletas e paratletas de modalidades como natação, judô, softball, handebol, ciclismo, atletismo, entre outros. As indicações foram feitas por associações esportivas



da cidade. O objetivo do evento foi o de reconhecer a força do esporte local e incentivar tanto atletas quanto potenciais apoiadores e patrocinadores esportivos.

Comércio exterior

Na área de comércio exterior, a ACIM, por meio do Instituto Mercosul, realizou um workshop no dia 8 de outubro de 2014 que apresentou o mercado de negócios na Bélgica e investimentos na Europa; no dia 12 de março de 2015, a Associação recepcionou uma comitiva da *University Of Missouri Kansas City (UMKC)*. Os americanos estiveram em Maringá com o objetivo principal de divulgar o interesse da UMKC em receber acadêmicos locais; os associados da ACIM puderam participar da Feira de Alimentos de Rosário (Fiar), na Argentina, realizada entre os dias 15 e 18 de abril de 2015; no dia 20 de outubro, o embaixador de Moçambique, Manuel Tomás Lubisse, esteve na ACIM para discutir potenciais



Embaixador de Moçambique, Manuel Tomás Lubisse, e Marco Tadeu Barbosa. Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

parcerias; e em 16 de novembro de 2015, a ACIM foi palco de uma palestra do chefe de investimentos do banco *Credit Suisse Hedging*, Sylvio Castro, que falou sobre economia e investimentos indicados pela instituição.



Prêmio ACIM de Esportes, que reconheceu 280 atletas da cidade. À frente da pasta na Associação, Paulo Lima. Durante o evento, o jogador pentacampeão Edmilson Moraes realizou uma palestra. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



Inauguração da brinquedoteca da pediatria do Hospital Universitário de Maringá (HUM), com recursos viabilizados pelo ACIM Mulher. Foto: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

ACIM Mulher

A gestão 2014/2016 do Conselho da Mulher Empresária organizou as edições da Feira Ponta de Estoque, Concurso de Decoração de Natal, Prêmio ACIM Mulher, Feijoada, além de palestras. As empresárias também realizaram a Caminhada Rosa, no dia 30 de novembro de 2014. O objetivo foi o de alertar a população para a prevenção do câncer de mama.

O órgão foi além e apoiou a reforma e ampliação da brinquedoteca da pediatria do Hospital Universitário de Maringá (HUM). As conselheiras, com apoio da ACIM, angariaram recursos e parceiros que viabilizaram a modernização. O espaço recebe cerca de 800 crianças mensalmente. A segunda etapa da revitalização foi inaugurada no dia 15 de dezembro, com solário e jardins externos, onde também foram instaladas casinhas, tendas e anfiteatro. O ACIM Mulher conseguiu os recursos por meio de um evento beneficente na Woods Bar, que cedeu o local e doou a renda. Durante a festa, dois violões autografados por estrelas da música sertaneja foram leiloados, a exemplo do cachê da dupla Léo & Giba, responsável por animar a noite. O valor captado com a venda de mesas, camarotes, ingressos, bebidas

consumidas e leilão foi de R\$ 34.490,00. As obras foram executadas pela A. Yoshii Engenharia, que doou o material, a pintura e a mão de obra, somando mais de R\$ 90 mil em investimentos. A UEM ficou responsável pelo paisagismo. O projeto arquitetônico é de autoria dos acadêmicos que integram o projeto de extensão do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, em parceria com Rosa Loureiro, arquiteta e conselheira do ACIM Mulher.

Copejem

Coube ao Conselho do Jovem realizar duas edições do Prêmio Jovem Empreendedor, colaborar com a organização da Maringá Liquida, promover várias edições do Copejem Business e do Feirão do Imposto, entre outras ações. No dia 10 de maio de 2014, os jovens conselheiros visitaram as mães do Asilo São Vicente de Paula. O conselho organizou, no dia 6 de maio de 2015, no auditório Dona Guilhermina, em parceria com a Faciap Jovem, a *Liberty and Innovation Marathon Brazil*. Palestrantes dos Estados Unidos e Brasil abordaram a reforma política do ponto de vista do liberalismo econômico.



Ciclo de palestras Reforma Política: Liberty and Innovation Marathon Brazil, organizado pelo Copejem e a Faciap Jovem. Fotos: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

Ministros na ACIM

Durante as duas gestões de Marco Tadeu Barbosa, diversos representantes do Governo Federal estiveram presentes na sede da ACIM.



Visita da ministra chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, em 20 de outubro de 2012. Na pauta: infraestrutura e logística.



O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, apresentou um panorama das mídias televisiva, radiofônica e digitais para a diretoria da ACIM, em 21 de setembro de 2012.



Em 24 de outubro de 2012 foi a vez de a ACIM receber o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. O ministro detalhou que a principal meta do governo está no enfrentamento às drogas e ao crime organizado.



O ministro da Saúde, Arthur Chioro, esteve na ACIM no dia 28 de abril de 2014 para prestigiar o lançamento do portal Saúde Maringá, classificando-o como exemplo para todo o Brasil.



O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Celso Pansera, visitou Maringá no dia 27 de novembro de 2015, quando se reuniu com lideranças empresariais e políticas na sede da ACIM. Fotos: Ivan Amorin e Walter Fernandes.



O Brasil que honra o Brasil

Hoje é 23 de março de 2016. Último dia de revisão desta obra. Amanhã, o arquivo vai para a gráfica. Dia 12 de abril, quando a ACIM comemora 63 anos, o livro será lançado.

Hoje, nas ruas, os protestos contra os casos de corrupção no país, investigados pela Operação Lava Jato, pulsam cada vez mais fortes. A ACIM, seus conselheiros e boa parte dos associados entram de corpo e alma nas manifestações. Em frente à catedral, à Justiça Federal, em passeata ou fechando as portas das empresas.

A ACIM que nasceu com o DNA da defesa intransigente das empresas e dos associa-

dos, lutando contra impostos altos em 1953. Que abriu mão da imparcialidade política em 1960 para eleger políticos que considerava comprometidos com a comunidade. Que foi uma das criadoras do Observatório Social para ser guardião da aplicação dos recursos públicos... esta mesma ACIM, agora luta pela ética no governo, na política, no país. Nos últimos minutos antes de fecharmos o arquivo que vai para a gráfica, decidimos que essas manifestações deveriam fazer parte desta obra.

Afinal, haveria forma mais digna de encerrarmos este livro?



50 mil pessoas participaram da manifestação em Maringá no dia 13 de março de 2016. Os participantes se posicionaram contra o absurdo nível de corrupção em âmbito Federal, apoiando as investigações da Operação Lava Jato e demonstrando a insatisfação com o cenário econômico e político que o país atravessa.



A ACIM articulou uma manifestação no dia 17 de março de 2016, em frente à sede da Justiça Federal em Maringá, em apoio ao Juiz Sérgio Moro, responsável pela Operação Lava Jato.



No dia 23 de março de 2016, o comércio de rua e shoppings baixaram as portas por uma hora, “para não fechar para sempre” – mote daquela ação.



Comerciantes e colaboradores se juntaram à multidão que tomou a Avenida Brasil. Marco Tadeu e Nivaldo Reginato, diretores da ACIM, à frente da passeata. Fotos: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.

ADENDO ECONÔMICO

Perspectivas de futuro para a economia

por João Ricardo Tonin, economista

A segunda década dos anos 2000 iniciou-se com resultados econômicos que indicavam inconsistência no modelo de condução da política econômica brasileira: problemas estruturais, elevada dependência da economia internacional e falta de poupança doméstica. O ambiente era favorável para uma política econômica mais restritiva, com a redução dos gastos do governo e dos impostos, buscando resgatar o crescimento de setores econômicos. Mas, mesmo com os sinais de redução nas importações que a economia chinesa apresentava, a escolha brasileira foi a mais típica possível, manter o nível dos gastos do governo e, se necessário, elevar a carga tributária e o nível de endividamento interno.

Se a escolha da condução da política econômica foi a ação esperada, o resultado nos indicadores foi mais previsível ainda. Com a queda da atividade econômica doméstica o Estado perdeu arrecadação, afetando sua capacidade de pagamento frente aos compromissos já feitos. Junto com esse efeito veio a elevação na inflação e nos juros domésticos, depreciação na moeda, déficit público, desemprego, inadimplência etc. E além disso, na classificação de risco das agências mundiais, o Brasil, classificado antes como “bom pagador”, passou para o grupo dos chamados “junk”, que no jargão popular, faz referências aos países caloteiros.

Maringá até 2014 parecia assistir tudo de camarote, sem sentir efeitos contundentes na economia local. Com o desenrolar da crise, no entanto, ao longo de 2015, frente a um cenário sem boas expectativas de curto prazo, assistiu suas empresas demitirem funcionários nos mais variados setores. Com isso, o mercado de trabalho apresentou um déficit de 3.515 postos de trabalho.

Com os efeitos latentes da recessão econômica brasileira na economia local e com um histórico recente de elevadas taxas de crescimento no PIB, Maringá deixa para a sociedade organizada um grande desafio: criar um planejamento estratégico para manter o crescimento da cidade de forma sustentável para as próximas três décadas. Essa cultura de planejamento, somado ao uso inteligente dos recursos públicos e ao estreito relacionamento da sociedade civil organizada com o poder público, trouxeram à cidade vários destaques em vários indicadores socioeconômicos, principalmente os relacionados à educação, qualidade de vida e negócios.

Desde sua origem, Maringá indica a dotação para ser cidade universitária. O bom posicionamento geográfico somado e a presença de uma universidade estadual com qualidade elevada no ensino fizeram com que o município vislumbrasse, após a década de 1970, grande crescimento populacional e, conseqüente, número de empresas e emprego. Na década de 2010, as instituições de ensino superior do município já registravam mais de 100 mil alunos, divididos entre os cursos presenciais e de ensino à distância, além de mais de 21% da população possuir ensino superior completo (INEP/MEC 2011). No ensino básico verifica-se avanços também pelo volume de escolas em período integral. Em 2014, 51% das escolas municipais tinham acesso a essa modalidade de ensino. Para 2020 a meta é alcançar, praticamente, 100% dos alunos.

Progressos também foram constatados na qualidade de vida do maringaense. O resultado é apresentado em estudos feitos por centros de pesquisa e revistas a partir de 2010. Dentre eles, pode-se destacar: 2º melhor cidade em saneamento (SNIS, 2013), 5º melhor no combate à mortalidade infantil (DATASUS, 2011), 8ª melhor cidade para se criar filhos (Revista Exame, 2014) e 38ª melhor cidade para se viver (Revista Exame, 2014). Sabe-se que a qualidade de vida e as boas condições de trabalho são os itens mais considerados pelos empreendedores. Então, não poderia ser diferente, uma cidade com elevada qualidade de vida, certamente, deve ser um excelente campo para negócios. Esse mérito também foi verificado em Maringá. Ela foi ranqueada como a 15ª melhor para negócios

(Revista Exame, 2013) e a 25ª maior e melhor cidade do Brasil (Delta Economics & Finance, 2014).

Bom para fazer negócios e bom para fazer comércio internacional também. Com o crescimento do entroncamento da malha rodoviária, fortalecimento do transporte de carga via modal ferroviário, instalação do Porto Seco, crescimento das empresas de logística e transbordo de commodities, Maringá se tornou uma das primeiras cidades no comércio exterior, tendo a 6ª maior balança comercial (SECEX/MDIC, 2014) e o 15ª maior volume em exportações (SECEX/MDIC, 2014).

O Banco Sicoob Metropolitano também aproveitou o bom momento da economia de Maringá, após a década de 2000, e logrou êxito na ampliação de sua estrutura. Projeto que foi embrionado na ACIM e inaugurado no dia 29 de novembro de 1999. Em seu primeiro ano de atuação, o banco conseguiu movimentar R\$ 64.535,00 em operações de crédito, tendo em caixa R\$ 43.873,00 em depósitos à vista e R\$ 96.081,00 em depósitos a prazo.

Quinze anos após a sua inauguração, os números apresentados pelo Sicoob Metropolitano foram surpreendentes pela taxa de crescimento verificada no período. As operações de créditos atingiram a casa das centenas de milhões, mais precisamente R\$ 398.546.626,00, representando a participação de 5,7% de todas as operações de créditos efetivadas pelas instituições financeiras em Maringá. Esse crescimento também foi acompanhado pelo considerável montante de depósitos à vista (R\$ 138.287.910,00) e depósitos a prazo (R\$ 355.007.826,00), que por sua vez foram realizados por uma estrutura de 331 colaboradores e 36.169 cooperados ativos. Verificando o Gráfico 1, o volume de operação de crédito apresentou uma aceleração no crescimento entre 2003 e 2004, mas foi consistente somente a partir de 2010, quando o banco conseguiu galgar rapidamente significativas taxas de crescimento.

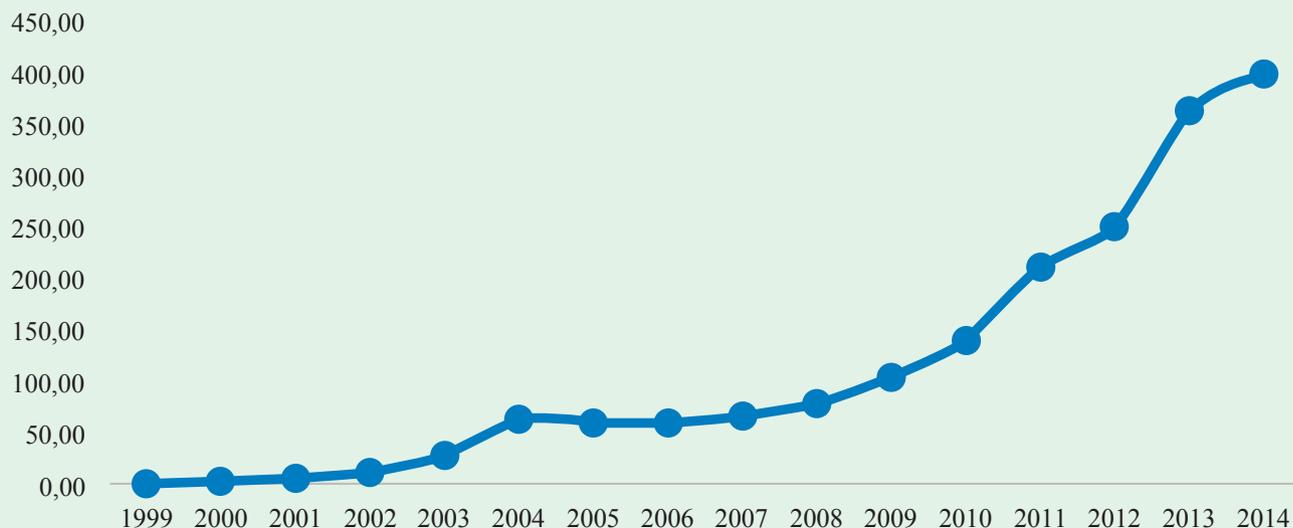
Para manter os setores econômicos em constante crescimento, como o setor financeiro, Maringá vislumbra, em um período curto de tempo, grandes projetos. Nesse contexto, a sociedade civil organizada já identificou 13 projetos que serão executados nos próximos 5 anos, com o investimento de R\$ 4,7 bilhões que gerarão, aproximadamente, 10 mil empregos. Esses projetos podem ser segmentados em 6 grupos: infraestrutura logística e mobilidade urbana, polos industriais e comerciais, instalação de centros de pesquisa, ampliação de autarquias e cooperativas, infraestrutura habitacional e espaço para eventos.

Dentre os projetos de infraestrutura logística e mobilidade urbana, o projeto “Trem Pé Vermelho” possui o maior volume previsto de investimento. Serão aplicados R\$ 700 milhões de reais em um trajeto de 154 km, que compreende 13 municípios (Paíçandu a Ibiaporã). Segundo o Estudo de Viabilidade Técnica Econômica (EVTE), esse projeto possui a segunda melhor viabilidade para implantação de Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) no Brasil. Outro projeto de mobilidade urbana, o Contorno Sul passará pelos municípios de Maringá, Mariálvia e Mandaguari e permitirá a redução do tráfego de cargas pesadas no interior das cidades e redução do tempo de transporte de mercadorias. Já o terminal intermodal integrará os três principais modais de transporte de pessoas: rodoviário, aeroviário e ferroviário. Essa nova infraestrutura será instalada ao lado do atual aeroporto de Maringá e com a maior concentração de pessoas viabilizará a construção de um shopping center no local.

No que se refere à construção de polos industriais e comerciais, os investimentos previstos e em execução para os próximos anos criarão ambientes propícios à formação do cluster de empresas, com o objetivo de compartilhar ativos de infraestrutura e logística para elevar a competitividade. Dentre eles, destacam-se a construção do Parque Cidade Industrial, maior parque industrial da região sul do Brasil, o Polo Aeronáutico, que aportará uma pista de pouso de aviões de 3,2 km de extensão e consolidará o aeroporto de Maringá como o 6º em potencial de crescimento no Brasil e o Armazém Digital, que será instalado nas antigas instalações no antigo Instituto Brasileiro de Café (IBC).

Para o futuro, Maringá irá oportunizar a instalação de centros de pesquisas e a ampliação da infraestrutura de autarquias e cooperativas já estabelecidas. Esses empreendimentos serão realizados em maior parte no Parque Cidade Industrial, como a instalação de mais

Gráfico 1: Operações de Crédito – Banco SICOOB Metropolitano (evolução de 1999 a 2014).



Fonte: Sicoob Metropolitano (2016).

uma unidade do Senai, a criação de dois laboratórios do Lactec para testes de reação e resistência de materiais ao fogo e a instalação de laboratório do Tecpar para fabricação e envase do medicamento Bevacizumabe para combate ao câncer. Além disso, próximo a essas instalações será implementado o Tecnoparque, espaço destinado para as empresas de elevada tecnologia e incubação de projetos em estágio embrionário. Para criar um processo sólido de seleção e manutenção da estrutura e governança do Tecnoparque, a Fundação Certi foi contratada para estruturar o plano estratégico e diretor do espaço.

A Cocamar, que desde a sua origem contribui para o desenvolvimento de Maringá, contratou uma consultoria internacional para editar seu planejamento estratégico para os próximos cinco anos. O resultado desse trabalho indicou uma proposta ambiciosa para o futuro: a duplicação do faturamento e a ampliação do raio de atuação de 100 km atuais para 300 km. Para realizar essa proposta, a cooperativa nos próximos cinco anos investirá R\$ 1,1 bilhão.

O segmento da educação também receberá mais uma instituição de ensino superior. Considerado o maior campus do Paraná em extensão, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) será instalada na região sul de Maringá e ofertará de início os cursos: Engenharia Biomédica (único do sul do país), bacharelado em Design de Games (único do Paraná), Licenciatura em Informática, Engenharia Eletrônica, Engenharia de Materiais e Engenharia de Controle e Automação.

Por fim, no item estrutura habitacional e espaço para eventos, Maringá prevê receber dois grandes empreendimentos: o Centro de Convenções e o Eurogarden. O primeiro refere-se à construção de um espaço para aportar grandes eventos, com sala de convenções, teatro com 2.500 lugares, espaço para administração e estacionamento. Esse empreendimento fomentará o setor de turismo e negócios e atrairá grandes congressos e eventos, ampliando a imagem institucional da cidade. O segundo diz respeito a um grande projeto habitacional de alto luxo, que poderá comportar até 60 mil habitantes, a ser instalado no espaço do antigo aeroporto do município.

Maringá, por conta própria, vem traçando seu futuro urbano, social e econômico, cujo planejamento estratégico, registrado nos documentos “Maringá 2020” e “Maringá 2030”, sensibilizou a sociedade civil organizada e o poder público que a entenderam como cidade polo de, aproximadamente, trinta municípios.

Por entender que os referidos documentos já estavam defasados em relação ao Plano Diretor Municipal, um estudo foi solicitado a uma consultoria e concebido na forma de um Master Planejamento, segmentado em Plano Socioeconômico e Plano Urbanístico. Ambos segmentos serão desenvolvidos concomitantemente e terão por fim delinear a infraestrutura necessária para atender o desenvolvimento socioeconômico local, estudar e propor a futura organização do espaço e uso do solo, das redes viárias, dos espaços públicos e o dimensionamento populacional e de empreendimentos urbanos para Maringá e cidades circunvizinhas até 2047, dando sustentação às tomadas de decisões inerentes ao processo de crescimento.

Em 2015, a ACIM e o Codem elaboraram a Governança Masterplan Metrópole Maringá 2047 para captar recursos a serem cotizados por empresas e efetuar a devida contratação com base nas propostas das consultorias contatadas. Em agosto de 2015, o primeiro passo se deu com a contratação do Plano Econômico da PwC a ser executado no primeiro semestre de 2016, quando também se fará a coleta dos recursos para a aquisição do restante dos estudos do Plano Socioeconômico e do Plano Urbanístico.

Por fim, entende-se que a maturidade adquirida pela sociedade civil organizada no decorrer das décadas e a cultura de manter um estreito contato com o poder público construíram estruturas sólidas para manter o crescimento sustentável e saudável a longo prazo. Esse exercício tem chamado a atenção de autoridades políticas de cidades dos mais variados tamanhos, localização e aspectos culturais que veem em Maringá um exemplo a ser seguido. Não obstante, tem-se elevado o interesse de famílias dos mais variados lugares do Brasil em fixar residência na cidade, o que fortalece a conhecida afirmação de que “Maringá é o lugar que todo mundo gostaria de morar, mas que não sabia aonde ficava”.


POSFÁCIO

Bases sólidas

É importante que os empresários, líderes da sociedade civil organizada e, principalmente, conselheiros da ACIM conheçam sua história. Fundamental que saibam, como está claro neste livro, que a Associação nasceu grande na distante década de 1950. Grande no espírito e na abnegação daqueles que a geraram. Grande na nobreza dos seus objetivos.

Ao longo de décadas, cada presidente, vice-presidente, diretor, conselheiro ou colaborador foi colocando mais tijolos em um alicerce construído sobre bases sólidas. E a ACIM foi edificando uma história de lutas pelo desenvolvimento socioeconômico da cidade, conquistando a confiança e a cumplicidade da comunidade, criando serviços e ganhando novas adesões de associados.

Seja em atas ou ofícios pertencentes ao acervo da entidade, ou em matérias publicadas em jornais, quase todas as ações da ACIM estão documentadas. Um acervo que guarda, ainda, boa parcela da memória do empresariado local.

Se em 1953 a Associação nascia para dar voz ativa aos comerciantes, fazendo frente ao modelo de tributação estabelecido pelo município recém-constituído, nas décadas seguintes a entidade soube se atualizar de acordo com as necessidades dos associados e da comunidade em geral. A ACIM soube se antecipar e, com

ações de vanguarda, criar projetos inovadores que contribuíssem com os negócios, com a geração ou manutenção de empregos e de tributos.

É uma entidade que sabe se adaptar aos novos tempos. Sua história começa com a luta por impostos justos, passa pela criação de uma infraestrutura de serviços estatais na cidade, pela defesa dos interesses dos cafeicultores, pela campanha da industrialização, pela qualidade nas empresas, pelo incentivo ao comércio exterior, pela criação de projetos de futuro, de desenvolvimento sustentável, até chegar na responsabilidade social, no estímulo à cultura e na defesa intransigente da ética, transparência e aplicação correta dos recursos públicos.

Ao mesmo tempo em que mantém projetos estruturais, a instituição não perde a sua gênese e oferta serviços de interesse de micro, pequenos e grandes empresários. Além disso, a ACIM se tornou irradiadora de boas práticas que outras instituições utilizam como parâmetro. Uma Associação blindada pelo comportamento ético de seus gestores e contra interferências político-partidárias ou de interesses individuais.

Claro, a entidade teve problemas ao longo das suas mais de seis décadas. O livro narra esses fatos. Mas, o mais importante, ele ressalta as qualidades e os resultados. Proporcionalmente ao porte da cidade, a ACIM se tornou uma das maiores associações do país em número de

associados – são mais de 4.000 empresas; ganhou prêmios nacionais e criou outras instituições também reconhecidas.

Este livro é um resgate que apresenta, de maneira pragmática, as bases em que a ACIM edificou seu legado à história. Um trabalho realizado entre agosto/2015 e março/2016, tendo como referências a audição das entrevistas do projeto “ACIM Faz História” e milhares de páginas de documentos. Seria um prazo suficiente, não fosse as mais de seis décadas de histórias a serem compiladas, compreendidas, aferidas e transcritas.

Vasculhar as fontes primárias da história comercial e empresarial de Maringá foi uma experiência única. Constatar a presença de personagens conhecidos e outros que, apesar de não terem galgado notoriedade, também tiveram participação decisiva na construção dessa Associação foi gratificante. Infelizmente, não foi possível citar todos. Mas, como pessoas altruístas, entenderão as limitações de espaço.

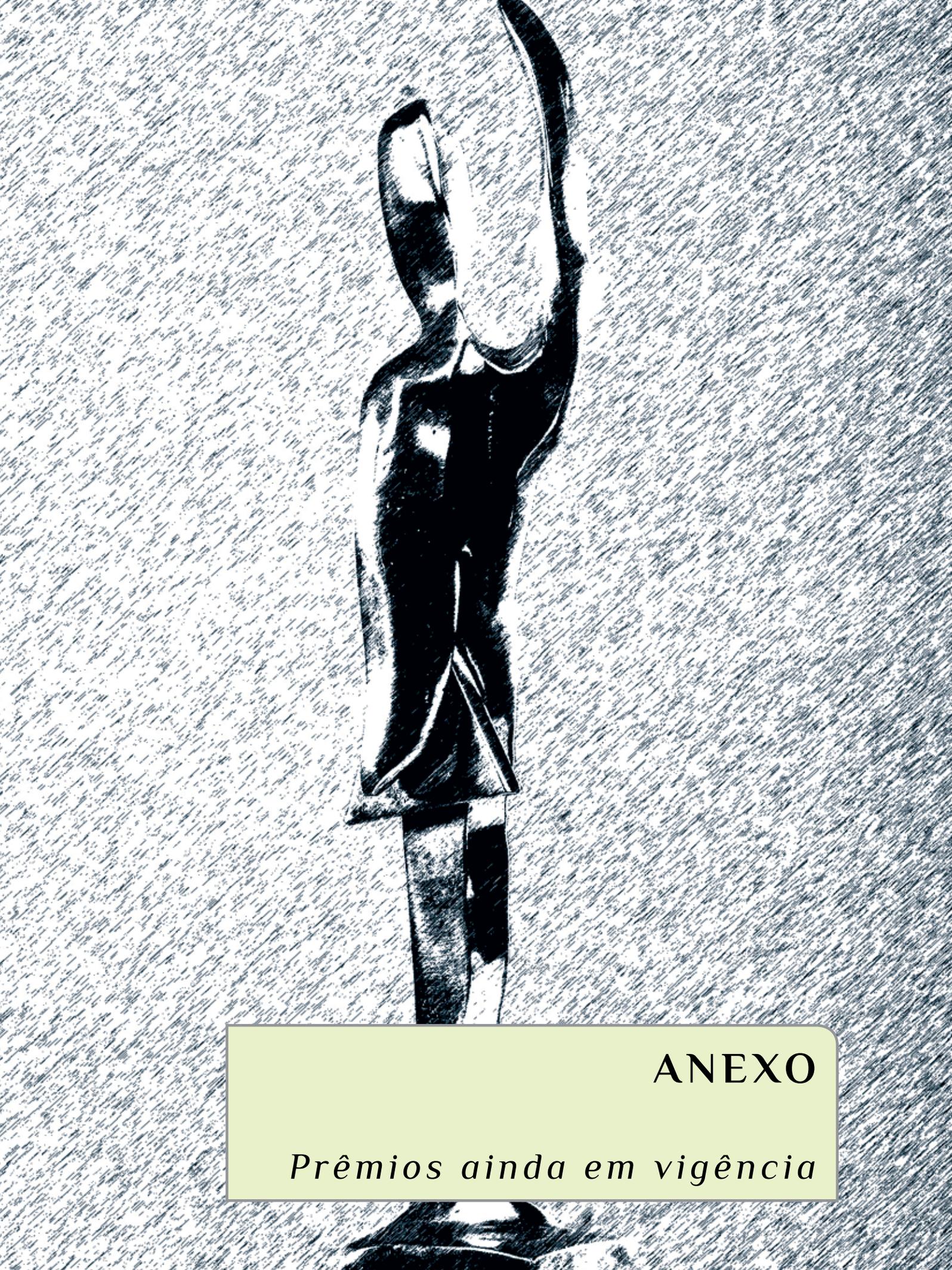
Olhar para o passado pode ser um ato nostálgico, enquanto lembrança cristalizada. Avaliar documentos e aferir seus desdobramentos é uma função decisiva e necessária para (re)contar a história a partir de outros ângulos. Foi esse o desafio: reunir tamanho conteúdo em um livro após a ACIM já ter financiado uma publicação sobre sua história em 2006.

Os principais questionamentos eram: o que retratar de novo? Onde inserir conteúdos adicionais? A história do desenvolvimento econômico e social local e regional tem muitos atores, mas não há como negar que boa parte dela foi escrita com participação ativa da Associação.

Por isso, esta obra tem a proposta de inserir Maringá como fio condutor dos fatos, e a ACIM como indutora de projetos estruturantes. É claro que há fatos que mostram que a Associação não é infalível. Afinal, a entidade, como a própria constituição jurídica estabelece, é uma associação de empresas, representadas por pessoas físicas com formações culturais e identidades distintas. Uma mistura que, por um lado, gerou embates internos, e, por outro, tem sido salutar na apresentação de posições diversas, no diálogo e na criação de uma política institucional que contemple os interesses da sociedade.

A ACIM é um órgão que pulsa como indutor do desenvolvimento local e regional há mais de 60 anos. E este livro procurou, mais que tudo, mostrar a solidez desse legado aos leitores. Esperamos ter atingido esse objetivo.

*Os autores,
março de 2016.*



ANEXO

Prêmios ainda em vigência

Comenda Américo Marques Dias

Honraria máxima concedida pela ACIM, a Comenda Américo Marques Dias tem a função de reconhecer personalidades de fundamental importância para o desenvolvimento local e regional.



2003: Dom Jaime Luiz Coelho, durante a primeira homenagem outorgada pela ACIM.



Adriano José Valente, em evento realizado no ano de 2007.



Joaquim Romero Fontes, ex-presidente da Sociedade Rural de Maringá, durante a terceira entrega da honraria máxima da ACIM em 2008.



Em 2013, Manoel Mário de Araújo Pismel foi homenageado com a Comenda.

Em 2015 foi a vez de Jefferson Nogaroli. No palco, da esquerda para a direita, os presidentes da ACIM: Carlos Tavares Cardoso, Alcides Siqueira Gomes, Pedro Granado, Marco Tadeu Barbosa, o homenageado, Manoel Mário de Araújo Pismel e Ariovaldo Costa Paulo. Fotos: Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.



Empresário do Ano

Criada em 1999, a honraria é concedida pela ACIM em parceria com Fiep, Sivamar e Apras. A eleição é composta a partir dos três nomes mais indicados para concorrer ao prêmio. Dezenas de entidades participam do processo.



Homenageado de 1999: Prof. Wilson de Matos Silva, do Cesumar (atual UniCesumar). O troféu foi desenvolvido pelo artista plástico Zanzal Mattar.



Homenageado de 2000: Benito Finco, da Color Finco.



Homenageado de 2001: Luiz Lourenço, da Cocamar. Lourenço recebe o troféu das mãos de Benito Finco, reconhecido no ano anterior.



Homenageado de 2002: Franklin Vieira da Silva, do grupo O Diário do Norte do Paraná. À esquerda, a esposa do homenageado, Patrícia Silva.



Homenageado de 2003: Agide Meneguette, da Usina de Açúcar Santa Terezinha. Da esquerda para a direita: Carlos Walter Martins Pedro, Ariovaldo Costa Paulo, o homenageado e Paulo Teixeira da GVT.



Homenageado de 2004: Edson Recco, da Recco e Recco Confeccões.



Homenageado de 2005: Massayoshi Siraichi, do Grupo ATDL.



Homenageado de 2006: Marcos Falleiro, da MA Falleiro. Falleiro recebe o troféu das mãos do homenageado do ano anterior, Massayoshi Siraichi.



Homenageado de 2007: Durval Francisco dos Santos Filho, da Unimed Maringá.



Homenageado de 2008: João Noma, da Noma do Brasil.



Homenageado de 2009: José Sendeski Neto, da Antenas Aquário e Perfilve.



Homenageado de 2010: Wilson Tomio Yabiku, da Construtora Design.



Homenageado de 2011: Reginaldo Czezacki, do Sistema Prever.



Homenageado de 2012: Jair Ferrari, da Ferrari & Zagatto.



Homenageado de 2013: Fernando Ferraz, da FA Maringá. Da esquerda para a direita: Paulo Mengueti, Maurício Bendixen, Marco Tadeu Barbosa, o homenageado e José Rubens Abrão.



Homenageado de 2014: Ilson Rezende, da DB1 Global Software.



Homenageado de 2015: Carlos Walter Martins Pedro, da ZM Bombas.

Prêmio ACIM Mulher

Criada em 2004, a honraria é concedida pelo Conselho da Mulher Empresária e Executiva, o ACIM Mulher. Assim como no Empresário do Ano, três nomes são indicados por dezenas de entidades para concorrer ao prêmio. Uma eleição secreta elege a homenageada de cada ano. Até a conclusão deste livro ainda não havia sido realizado o evento de homenagem a Eliza Shiozaki do Colégio São Francisco Xavier, eleita para receber o Prêmio ACIM Mulher 2016.



Homenageada de 2004: Dra. Edna Almodin, do Hospital Pro-Visão.



Homenageada de 2005: Irmã Cecília Inês Ferrazza, do Lar Escola da Criança, com o troféu desenvolvido pelo artista plástico Ademir Kimura.



Homenageada de 2006: Pity Marchese, do Haddock Buffet. Marchese recebe o troféu das mãos da vencedora do ano anterior.



Homenageada de 2007: Fátima Zubioli, de O Casulo Feliz. Zubioli recebe o troféu das mãos da vencedora do ano anterior.



Homenageada de 2008: Helena Meneguetti Hizo, da Stevia-farma. Meneguetti recebe o troféu das mãos da vencedora do ano anterior.



Homenageada de 2009: Natália Martin, do Centro Comercial Tiradentes. Martin recebe o troféu das mãos da vencedora do ano anterior.



Homenageada de 2010: Jeane Nogaroli Guioti, na época, do Instituto São Francisco – atual Instituto Cidade Canção de Responsabilidade Socioambiental e Desenvolvimento Humano. Guioti recebe o troféu das mãos da vencedora do ano anterior.



Homenageada de 2011: Márcia Angeli, da Academia Márcia Angeli (AMA).



Homenageada de 2012: Cida Martins, da Martins Decorações.



Homenageada de 2013: Teresa Furquim da Dental Press.



Homenageada de 2014: Anália Nasser, do Hospital e Maternidade Maringá.



Homenageada de 2014: Agma Sendeski, do grupo Antenas Aquário e Perfleve. Da esquerda para a direita: a homenageada, Nádia Felipe e Marco Tadeu Barbosa.

Prêmio Jovem Empreendedor

Criada em 2007, a honraria é concedida pelo Copejem. Assim como no Empresário do Ano e Prêmio ACIM Mulher, três nomes são indicados por dezenas de entidades para concorrer ao prêmio. Uma eleição secreta elege o homenageado de cada ano.



Homenageados de 2007 e 2008, respectivamente. Da esquerda para a direita: Júlio Bertuci Neto, da Bertuci e Garcia Engenheiros e Associados e Bertuci Construções Civas e Maurício Real Prado, da WRA Gestão em Tecnologia da Informação. Os dois primeiros eventos compuseram a solenidade do Luau do Copejem.



Homenageado de 2009: Michael Vieira da Silva, do jornal O Diário do Norte do Paraná e do site O Diário Online. Silva recebe o troféu, produzido pelo artista plástico Cardoso, do homenageado do ano anterior.



Homenageado de 2010: Charles Piveta Assunção, da Strut.



Homenageado de 2011: Michel Felipe Soares, da Patrimonium e da Alltech Rastreamento Veicular.



Homenageado de 2012: Antonio Carlos Braga Jr, da CRMall e Automaticket. A partir desse ano, o troféu teve seu design alterado, passando a ser produzido também por Zanzal Mattar. Ocorreu que o artista plástico Cardoso não foi mais encontrado para dar continuidade a sua obra.



Homenageado de 2013: Wilson de Matos Silva Filho, da UniCesumar.



Homenageado de 2014: Cezar Couto, da Lowçucar. Da esquerda para a direita: Felipe Bernardes, o homenageado e Marco Tadeu Barbosa.



Homenageado de 2015: João Vitor Mazzer, da Euphoria Eventos. À esquerda, o homenageado do ano anterior.

REFERÊNCIAS

- Acervo do Museu Bacia do Paraná/UEM.
- Acervo Folha de S. Paulo.
- Acervo Maringá Histórica.
- Acervo Museu UniCesumar.
- Acervo O Diário.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. **Anais**. Curitiba, 1951.
- Autobiografia de Luiz Júlio Bertin – Parte III - http://luizjuliobertin.blogspot.com.br/2011/05/luiz-julio-bertin-autobiografia-parte_733.html.
- Biblioteca Municipal Bento Munhoz da Rocha Neto.
- Câmara Municipal de Maringá.
- CAMARGO, Felipe Lopes de. **Plano Real: uma análise crítica**. Fundação Edson Queiroz: Fortaleza-CE, 2013.
- Centro de Documentação Luiz Carlos Masson/ACIM.
- Circular nº 706 do Banco Central, de 21 de junho de 1982.
- DE CARVALHO, Luiz. Joaquim Dutra, o Roberto Marinho de Maringá. Artigo on-line: <http://blogs.odiario.com/luizdecarvalho/2011/06/15/joaquim-dutra-o-roberto-marinho-de-maringa>.
- DE PAULA, Antonio Roberto. **O Jornal do Bispo**: a história da imprensa maringaense desde os anos 50 contada aqui, 2010. Versão on-line: <http://jornaldobispo.blogspot.com.br>.
- DIAS, Reginaldo B. **Câmara Municipal de Maringá**: 60 anos. Maringá: Câmara Municipal, 2014.
- DIAS, Reginaldo Benedito; GINI, Sérgio; SILVA, Miguel Fernando Perez. **Terra crua** - Jorge Ferreira Duque Estrada. 2ª. Edição comentada. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2014.
- DIAS, Reginaldo Benedito. **Da arte de votar e ser votado**: as eleições municipais de Maringá. Maringá: Clichetec, 2008.
- DIAS, Reginaldo Benedito. **OAB – Subseção Maringá. Memorial 50 anos**. Maringá, 2009.
- DIAS, Reginaldo Benedito. **Sob o signo da revolução brasileira: a experiência da Ação Popular no Paraná**. EDUEM: Maringá, 2003.
- Documentário Estórias Verdadeiras, Prof. Marco Mello, 1984.
- DUQUE, Hélio. **Esboço da economia cafeeira brasileira do pós-guerra a luta pela modernização da economia cafeeira**. São Paulo: Ed. Alfa-Omega.
- Entrevista com o historiador João Laércio Lopes Leal em 14 de agosto de 2015.
- Entrevista concedida pelo historiador Reginaldo Benedito Dias aos autores em 25 de novembro de 2015.
- Entrevista concedida por Manoel Mário de Araújo Pismel aos autores em setembro de 2015.
- Entrevista de Américo Marques Dias concedida à Revista ACIM, em 1993.
- Entrevista de Manoel Mário de Araújo Pismel concedida a Textual Comunicação, em março de 2013, em função da outorga da Comenda Américo Marques Dias.
- FAJARDO, Sergio. **Colonização e a formação econômica do Município de Mandaguari-PR**. Rev. Ciên. Empresariais da UNIPAR, Umuarama, v. 7, n.1, jan./jun. 2006, p. 1.
- Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.
- GOMES, Dirceu Herrero. **Sicoob Metropolitano – um sonho que se tornou realidade**. Gráfica Regente, Maringá: 2009.
- HAMES, Paulo. **A super onda de frio do inverno de 1955**. Técnico em metrologia. <http://www.paulotempo.blogspot.com.br/2008/01/super-onda-de-frio-do-inverno-de-1955.html>.

- LEAL, João Laércio Lopes. (Des)Conhecida História de Maringá: Novas Possibilidades Temáticas. **Revista Espaço Acadêmico** – Nº 121 – junho de 2011. Universidade Estadual de Maringá.
- LUZ, France. **O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá**. Edição da Prefeitura do Município de Maringá: 1997, p.3.
- MACARINI, José Pedro. Crise e política econômica: o governo Figueiredo (1979-1984). IE/UNICAMP, Campinas, n. 144, jun. 2008, p. **Revista da Associação Comercial**. Ano XLII, nº 1157: novembro de 1980, p. 23.
- MELLO, Lucius de. **Revista Leituras da História**. <http://leiturasdahistoria.uol.com.br/ESLH/Edicoes/23/artigo156005-1.asp> - site visitado em 30 de julho de 2015, às 17h55.
- MENDONÇA, Daniel de. O golpe civil-militar de 1961. Crítica a uma explicação hegemônica. **Política e Sociedade**. nº 14 – abril de 2009.
- MOURÃO, Gustavo Nunes. A trajetória do desenvolvimento econômico de Mandaguari-PR: uma interpretação a partir das teorias de North, Perroux e Myrdal. **Diálogos & Saberes**, Mandaguari, v. 7, n. 1, p. 37-50, 2011.
- NAPOLITANO, Marcos. **O golpe de 1964 e regime militar brasileiro**: apontamentos para uma revisão histórica. Contemporânea: Historia y problemas del siglo XX | Volumen 2, Año 2, 2011.
- NETTO, Winifred Ethel. **Quando o amor transpõe o oceano**. Uma história de coragem. Editora Cultural, 2009.
- OSTERROHT, Edgar Werner. **Maringá: passado e futuro**. Midiograf: Londrina, 2007.
- PAIM, Paulo. **Salário Mínimo**: uma história de luta. Senado Federal: Brasília, 2005.
- Paraná em Páginas. Ano VII, maio de 1971 – Revista de circulação dirigida – n. 75.
- Plano Local de Habitação de Interesse Social do Município de Maringá (PHLIS – Maringá) - Prefeitura Municipal de Maringá, novembro de 2010.
- Projeto ACIM Faz História.
- RECCO, Rogério. **Desbravadores do comércio de Maringá**. Maringá: Ed. Regente, 2012.
- RECCO, Rogério. **Seu Joaquim, um brasileiro de coragem**. Maringá: Midiograf, 2008.
- REGO, Renato Leão. **As cidades plantadas**: os britânicos e a construção da paisagem do Norte do Paraná. Maringá: Edições Humanidades, 2009.
- REOLON, Cleverson Alexander. **Colonização e urbanização da Mesorregião do Oeste do Paraná (1940-2000)**. Curitiba: Editora UFPR, n. 13, 2007.
- Revista Cafeicultura. **Especial**: 35 anos da geada de 1975. 17 de julho de 2010.
- Revista Maringá Ilustrada, maio de 1957 e de 1972.
- Revista Panorama**, Ano XI, Nº 122, de setembro de 1961.
- RIBEIRO, Francielle Camila Santos; TELEGINSKI, Jaqueline; SOUZA, Jodson Henrique de; GUGELMIN, Renata Maciel. **A evolução do produto interno bruto brasileiro entre 1993 e 2009**. FAE, Centro Universitário. Vitrine da Conjuntura, Curitiba, v.3, n. 5, julho 2010.
- ROSSI, Pedro. **Como o Brasil chegou à hiperinflação?** Instituto de Economia da Unicamp para G1 Economia - <http://g1.globo.com/economia/inflacao-como-os-governos-controlam/platb>.
- SANTOS, Rubens Rodrigues dos. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**: publicação comemorativa do cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná: 2ª edição, 1977.
- SERRA, Elpídio. **COCAMAR**: sua história, sua gente. Maringá: 1989.
- SILVA, J. A. F. **Mandaguari**: sua história, sua gente. Maringá: J. A. Editora, 1982.
- SILVA, M. F. P. Revista histórica sobre a Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Norte e Noroeste do Paraná (CACINOR): **Frente Pioneira: a união histórica do empresariado regional** (2012). Gráfica Caiuás, Maringá, 2012.
- SILVA, Miguel Fernando Perez. **Ardinal Ribas, um homem polêmico**. Artigo: Gazeta Maringá, 7 de outubro de 2011.
- SILVA, Miguel Fernando Perez. **Frente Pioneira: a união histórica do empresariado regional**. Cacinar: Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná. Gráfica Caiuás: Maringá, 2012.
- SILVA, Miguel Fernando Perez. **Maringá: urbanização e arborização**. Maringá: Gráfica Regente, 2011.
- TÖWS, Ricardo Luiz. **O processo de verticalização de Londrina e de Maringá (PR)**. Brasil: o Estado e o Capital Imobiliário na produção do Espaço. Dissertação de mestrado (UEM), 2010.
- VALÉRIO, Zilda Maria Fonseca. **Sistema de Trânsito no Município de Maringá**: melhorias implantadas. Departamento de Administração da Universidade Estadual de Maringá, 2011.
- VARGAS, Túlio. **JP**: o promotor de obras. Ed. Torre de Papel: Curitiba, 2003, p. 22.
- VERCEZI, Jaqueline Telma. **Gênese e evolução da Região Metropolitana de Maringá**. Dissertação de Mestrado elaborada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental, para a obtenção do Título de Mestre em Geografia. UNESP, Faculdade de Ciências Tecnologia, Presidente Prudente, 2001.
- VIANA, Francisco Cecílio. **História e memória da peste suína africana no Brasil, 1978-1984**: passos e descompassos. Tese apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Veterinária, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciência Animal. 2004.

AUTORES**Miguel Fernando Perez Silva**

É bacharel em Turismo e Hotelaria pelo Centro Universitário de Maringá (Unicesumar), especialista em História e Sociedade do Brasil pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e técnico em Gestão Cultural por meio do Programa de Capacitação em Gestão de Projetos e Empreendimentos Criativos do Ministério da Cultura (MinC). É criador do projeto Maringá Histórica (maringahistorica.blogspot.com e [facebook/maringahistorica](https://facebook.com/maringahistorica)), que busca resgatar a história da cidade de Maringá. É pesquisador independente em assuntos que envolvem o norte e noroeste do Paraná e autor de várias publicações, entre elas: Sala dos Suplícios – o dossiê do caso Clodimar Pedrosa Lô (2010); Maringá, urbanização e arborização: a história da arborização da cidade-canção (2011); reedição do livro Terra Crua de Jorge Ferreira Duque Estrada, em que atuou como um dos organizadores (2014); Lonas e Memórias: a história aLhistoriadores do aplicativo *Undertour* para smartphones e compõe o banco de pareceristas do Minc. Foi Gestor de Eventos da ACIM por 5 anos. Dedicar-se atualmente a experimentos e projetos vinculados à Economia Criativa por meio do Instituto Cultural Ingá, ocupando o cargo de diretor executivo.

**Dirceu Herrero Gomes**

Nasceu em Mirandópolis-SP, cresceu em Andradina-SP, mas foi adotado por Maringá onde reside desde 1988. É jornalista, graduado pela Universidade Estadual de Londrina, com pós-graduação em Publicidade, Propaganda e Marketing. Apaixonado pela escrita, é autor de vários livros, entre eles: Cartas para Marília (2001); O Sonho se Faz ACIM (2006); Um sonho que se tornou realidade – Sicoob Metropolitano (2010); Escrevendo o próprio Destino – Sicoob Paraná (2012); e 50 Anos do Colégio São Francisco Xavier (2013). Atuou em vários veículos de comunicação de Londrina e Maringá, foi superintendente da ACIM e hoje é diretor da RG Comunicação em sociedade com sua esposa e jornalista Regina Daefol.



Copyright © 2016 para os autores
Miguel Fernando Perez Silva e Dirceu Herrero Gomes

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução, mesmo que parcialmente, por qualquer processo mecânico, eletrônico, reprográfico etc, sem a autorização, por escrito, dos autores.

Coordenação do Projeto: Miguel Fernando Perez Silva

Pesquisa e Conteúdo: Dirceu Herrero Gomes e Miguel Fernando Perez Silva

Revisão Histórica: Prof. Dr. Reginaldo Benedito Dias

Adendos Econômicos: João Ricardo Tonin

Revisão Ortográfica e Gramatical: José Flauzino Alves

Editor e Produtor Editorial: Carlos Alexandre Venancio

Colaboração: Gabriela Carneiro Pereira / Isabela Panizza Costa / Victória Gava Ferraz

Capa/Ilustração: Sinergia Editorial / Cibele Santos

Tratamento de Imagens e Gráficos: Andrés Sebastian Pereira de Jesus

Bibliotecária: Simone Rafael – CRB 9/1356

Tiragem: 3.000 exemplares

Impressão: Gráfica Midiograf / Londrina-PR

Dimensão: 210 x 280 mm / 448 páginas

Capa: Dura, termolaminado fosco, verniz texturizado e hot stamp localizados.

Papel miolo: Couchê Fosco 115g/m²

Tipologia: Leitura (2007) / Leitura Sans (2007) / Dax (1995) / Minion Pro (1990)



SINERGIA Editorial
Produção editorial de livros impressos e e-books

Rua Pioneira Ana Cordeiro Dias, 820A -
Maringá/PR - 87023-100
44 3028-8840 / 44 9117-9134 - cavenancio@gmail.com

Quando a cidade se emancipou, uma das primeiras ações do primeiro prefeito foi elevar os impostos municipais, o que acabou gerando grande revolta. A Associação Comercial de Maringá havia acabado de ser fundada.

Fizemos diversas reuniões no Cine Maringá com os políticos locais. [...]. Nós argumentávamos que o povo não queria deixar de pagar impostos, mas havia uma taxação sobremaneira elevada.

O prefeito alegou que a cidade precisava de dinheiro [...]. Decidimos então que iria se estudar uma saída. [...] Mas nunca fomos chamados para conversar formalmente. [...]. Foi quando entramos com um mandato de segurança e conseguimos que os impostos do ano de 1953 não fossem elevados àqueles valores. [...].

A prefeitura não aceitou, recorreu e o processo foi para decisão na Capital do Estado. Nesse período de espera aconteceu uma coisa muito curiosa. Eu estava na Avenida Brasil, na cabine telefônica – a única que você podia falar para fora de Maringá – quando chegou um empregado meu e disse que o armazém (da Dias Martins) estava cercado por homens da prefeitura. [...] Quando chegamos na Avenida Paraná, onde ficava o armazém, ele estava todo cercado de pessoas com picaretas, machados, todos armados.

Entramos pelo fundo e mandamos chamar o líder, que me disse: “Nós estamos aqui porque estamos passando fome. O prefeito nos mandou para falar com o presidente da Associação Comercial, que é por causa dela que não tem dinheiro na prefeitura para nosso ordenado”.

Argumentamos que o presidente da entidade não tinha nada com aquilo. [...]. A função da Associação era a de defender o seu associado.

Trechos do depoimento de Américo Marques Dias, primeiro presidente da ACIM, relatando detalhes sobre o embate capitaneado pela entidade contra a Prefeitura do Município de Maringá dias depois de sua fundação, em abril de 1953.

